

**A vizinhança perturbadora:  
O papel fulcral de Portugal e a correspondência diplomática  
portuguesa na guerra civil espanhola.**

Pedro Sobral de Sousa

Tesis depositada en cumplimiento parcial de los requisitos para el  
grado de Doctor en Humanidades

**Universidad Carlos III de Madrid**

Director de Tesis: Eduardo González Calleja

Febrero 2022

Esta tesis se distribuye bajo licencia “Creative Commons **Reconocimiento – No Comercial – Sin Obra Derivada**”.



## Agradecimentos

Agradeço profundamente e de uma forma sincera a dedicação, influencia e orientação que a Sofia, minha mulher, teve na construção desta obra. Retribuo, igualmente, à Leonor, minha filha, por o seu acompanhamento na elaboração da Tese.

Gratifico os conselhos sábios e construtivos do meu orientador Professor Eduardo Calleja.

## Conteúdos publicados e apresentados

“A atividade na fronteira luso-espanhola nos anos da guerra civil de Espanha 1936-1939”, apresentado a *HISPANIA NOVA. Primera Revista de Historia Contemporánea on-line en castellano. Segunda Época*, 28.02.2022

## **LA VECINDAD PERTURBADORA. EL PAPEL CLAVE DE PORTUGAL Y LA CORRESPONDENCIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA EN LA GUERRA CIVIL ESPAÑOLA**

### **Resumen**

Esta Tesis Doctoral tiene como objetivo comprender las relaciones luso-españolas entre 1936 y 1939, incluida la Guerra Civil española, que fue un período histórico importante para la Península Ibérica. El trabajo pretende explicar el importante papel de Portugal en el desarrollo del conflicto español y contextualizar un conjunto de documentación diplomática que trata las relaciones luso-españolas desde las elecciones de febrero de 1936 hasta el final de la Guerra Civil en abril de 1939.

## Índice

Agradecimentos	2
Conteúdos publicados e apresentados	2
Introdução	4
Capítulo 1:	13
O CONTEXTO HISTÓRICO: DO 28 DE MAIO DE 1926 AO 18 DE JULHO DE 1936.	13
1. Golpe Militar e o advento de Oliveira Salazar e do Estado Novo .....	13
2. A II República espanhola.....	28
3. Relações luso-espanholas de 1931 a Fevereiro de 1936 .....	43
4. As relações luso-espanholas e a correspondência diplomática portuguesa de Fevereiro de 1936 até Julho de 1936 .....	48
5. A oposição republicana portuguesa exilada na II República espanhola de 1931 até 1936.....	77
Capítulo 2:	88
A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA	88
1. A Guerra Civil de Espanha e a vitória de Francisco Franco .....	88
2. A Inglaterra e a Guerra Civil de Espanha .....	105
3. Estados Unidos da América e a Guerra Civil espanhola.....	123
4. A intervenção da França na Guerra Civil Espanhola.....	142
5. A intervenção da Itália na Guerra Civil Espanhola .....	149
6. Santa Sé e o desenrolar da guerra civil de Espanha.....	168
7. Alemanha e a guerra civil espanhola.....	180
8. Governo irlandês e a Não Intervenção na guerra civil de Espanha.....	193
9. A intervenção da União Soviética na Guerra Civil Espanhola.....	199
10. As Brigadas Internacionais .....	216
11. A oposição republicana portuguesa exilada durante a Guerra Civil espanhola .....	227
Capítulo 3:	237
PORTUGAL PERANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA: A POLÍTICA INTERIOR	237
1. As movimentações militares nas províncias espanholas perto das fronteiras portuguesas.....	237
2. Fronteiras luso/espanholas.....	255
3. Manifestações de apoio nacionalista a Portugal.....	271
4. Comunicação Social como suporte aos nacionalistas.....	300
5. Desconfiança de Portugal em relação aos nacionalistas. ....	316
Capítulo 4:	332
AS DIVERSAS FACETAS DA INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA	332
1. Apoio diplomático e político .....	332
2. Apoio logístico e territorial aos nacionalistas .....	358
3. Ajuda empresarial, alimentar e de vestuário.....	370
4. Participação de combatentes portugueses no campo nacionalista .....	378
Capítulo 5:	390
AS INICIATIVAS BILATERAIS E MULTILATERAIS DE CONCILIAÇÃO	390
1. O Acordo de Não-Intervenção e a política salazarista.....	390
1. Portugal defende Franco em Londres.....	412
3. Tentativas de mediação de paz entre Francisco Franco e os republicanos.....	422
4. Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol .....	430
Conclusão	436
Conclusiones	442
Siglas e abreviaturas	447
Fontes	449
Bibliografia	449

## Introdução

Esta tese de Doutoramento pretende compreender as relações luso-espanholas, entre 1936 e 1939, com a inclusão da guerra civil espanhola que foi um importante período histórico para a Península Ibérica.

Este trabalho pretende explicar o papel importante de Portugal no desenrolar do conflito espanhol e contextualizar um conjunto de documentação diplomática, nas relações luso-espanholas desde as eleições de Fevereiro de 1936 até ao final da Guerra Civil em Abril de 1939.

As relações luso-espanholas sempre possuíram um destaque nos meus estudos pessoais e académicos. Desde cedo me interessei pela história e cultura de Espanha. Durante a minha formação académica, fundamentalmente, nos Masters e no Mestrado, que obtive na Universidade de Sevilha, sempre me debrucei e analisei a história contemporânea espanhola e as suas relações políticas, histórias e económicas com Portugal.

A historiografia portuguesa realça o papel de Portugal na guerra civil e no seu apoio aos nacionalistas, no entanto não existe a valorização e a sistematização de eventos específicos onde a influência portuguesa foi determinante para a alteração do curso da guerra e dos acontecimentos. Existe a convicção que o papel de Portugal não pode ultrapassar o da Alemanha ou da Itália. Até certo ponto esta convicção é verdadeira pois o fornecimento de material logístico, militar, de apoio financeiro, de soldados ou pessoal técnico foi muito superior da Alemanha e da Itália ao de Portugal. No entanto, como realçado nesta obra, desde 17 de Julho até 14 de Agosto de 1936 o papel de Portugal foi muito mais importante e decisivo para os nacionalistas e Franco de que se pensa e analisa.

A ideia desta Tese é demonstrar a implicação de Portugal durante todo o conflito espanhol e a verdadeira importância da ajuda lusa de 17 de Julho até 14 de Agosto com o auxílio da correspondência diplomática portuguesa para solidificar a estratégia portuguesa com os nacionalistas.

Este trabalho ocupa um vazio que existe no tratamento de correspondência diplomática nos anos da guerra civil de Espanha no que se refere à participação e envolvimento do Estado português.

Existe um vácuo na análise da documentação diplomática portuguesa durante a guerra civil espanhola. Esta obra pretende dar voz aos diplomatas e valorizar o seu papel num momento em que a tecnologia para emitir informações eram escassas e rudimentares. Não existem obras que analisem de uma forma sistemática a correspondência portuguesa em território espanhol nos anos da Guerra Civil. A ação dos diplomatas eram captar o ambiente político e social e transmitir, o mais rápido possível, essas informações para o Governo português delinear, de acordo e com o apoio dessas comunicações, a sua política externa em relação ao conflito espanhol.

Em relação ao estudo da influência portuguesa na Guerra Civil de Espanha refiro as obras pioneiras no tratamento de Portugal na guerra civil espanhola. Da autora Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, de 1982 e a tese de Doutoramento do historiador César de Oliveira, sobre a participação de o Governo português na guerra civil que iria ser editada em 1988 com o título, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. O Ministério dos Negócios Estrangeiros português editou três volumes, que inclui documentação diplomática de 1936 a 1947, com o nome de *Dez Anos de Política Externa*, o volume III, em 1964, volume IV em 1965 e o volume V em 1967. Em 1998 foram editados os livros de António Pedro Vicente, *O cerco à embaixada da República espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936)* e a obra coordenada por Fernando Rosas, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Enuncio Varela Gomes com o seu livro *Guerra Civil de Espanha* com a última edição de 2006. A questão do Acordo de Não-intervenção foi analisada em 2009 por Luís Oliveira Soares Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*. A problemática das fronteiras luso-espanholas com destaque na área do Alentejo com a Extremadura espanhola foi abordada por Dulce Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, de 2017.

Esta Tese incluía 5 Capítulos que passo a enunciar:

Capítulo 1: O contexto histórico: do 28 de Maio de 1926 ao 18 de Julho de 1936. Realizo uma contextualização histórica, política e económica de Espanha desde 1931 com o advento da II República até ao início do golpe de Estado em Julho de 1936. Em Portugal o golpe militar de 1926 com a ascensão de António Salazar e do salazarismo. As relações luso-espanholas e a oposição republicana portuguesa em Espanha também são abordadas.

Capítulo 2: A Intervenção Estrangeira na Guerra Civil Espanhola. Neste capítulo realço os principais acontecimentos da guerra civil e a intervenção estrangeira em

Espanha. Os estados intervenientes que optaram pelo lado nacionalista; Irlanda, Alemanha, Santa Sé e Itália. Países neutros; Estados Unidos, França e Inglaterra. Países e movimentos a favor do Governo republicano espanhol; União Soviética, a oposição republicana portuguesa exilada durante a guerra civil espanhola e as Brigadas Internacionais.

Capítulo 3: Portugal perante a Guerra Civil de Espanha: A Política Interior. O alcance deste capítulo incide sobre as dinâmicas e movimentações bélicas que o corpo diplomático luso observou nas províncias e comunidades espanholas perto das fronteiras portuguesas com maior dinamismo nos meses de Julho e Agosto de 1936. Nomeadamente nas províncias de Huelva e Sevilha e nas comunidades da Extremadura e Galiza. A situação dramática nas fronteiras luso-espanholas, mais relevante nas fronteiras Alentejo/Andaluzia e Extremadura, e as movimentações de elementos republicanos de Espanha para Portugal são analisados neste capítulo. As manifestações de apoio nacionalista a Portugal e a sua visão e interpretação por parte do corpo diplomático luso nas áreas espanholas adjacentes ao território português estão presentes neste capítulo. A Comunicação Social como suporte aos nacionalistas e a importância que teve na divulgação da causa nacionalista. Por fim é abordado a desconfiança de Portugal em relação aos nacionalistas onde o latente “perigo espanhol” está patente nas aspirações expansionistas da FET y de las JONS.

Capítulo 4: As diversas facetas da Intervenção Portuguesa na Guerra Civil espanhola. Enuncio o importante apoio, que foi contínuo, voluntarista, diplomático e político português aos nacionalistas em território português que incluía uma forte base logística e territorial ao dispor dos nacionalistas. Incluía também a ajuda empresarial, alimentar e de vestuário. Por último, investigo, a reconhecida e importante participação de combatentes portugueses no campo nacionalista Os *Viriatos*,

Capítulo 5: As Iniciativas Bilaterais e Multilaterais de Conciliação. Neste capítulo enfoco as diferentes formas diplomáticas e políticas que um conjunto países organizaram para que a guerra civil espanhola tivesse menos perdas humanas e materiais como o Acordo de Não-Intervenção e as tentativas de mediação de paz entre Francisco Franco e os republicanos. Investigo a posição de Portugal que defende Franco em Londres e o Tratado de Amizade e Não Agressão luso-espanhol.

O objetivo desta tese é sustentar e apresentar evidências em dois aspetos;

1º O plano traçado do Governo português de se envolver ao lado dos nacionalistas, durante toda a Guerra Civil de Espanha, foi claro, rápido e preciso. Até à conquista de Badajoz, em 14 de Agosto de 1936, Portugal teve um papel fundamental para que Franco e os nacionalistas continuassem o seu esforço de guerra e saíssem vitoriosos na guerra civil.

2º O Governo luso apoiou-se e socorreu-se das comunicações e informações dos diplomatas portugueses para ajustar, alinhar e adequar a sua estratégia onde a vitória nacionalista seria a melhor solução para o Governo português.

Existem duas hipóteses a considerar;

**1ª hipótese:** Houve por parte de Portugal uma dedicação e implicação comprometida à causa nacionalista com envolvimento material, de propaganda, logístico, emocional, diplomático e político na guerra civil de Espanha? Existiu um impacto especial, de Portugal, em algum momento concreto da guerra civil?

A proximidade geográfica, entre Portugal e Espanha, influi diretamente com a estabilidade do Governo português, devido à existência, entre ambos os países, de envolvências políticas, sociais e económicas. Assim, houve uma, clara, preocupação de Portugal se envolver no conflito, pois era a sobrevivência política do Governo português que estava em evidência. Nenhum outro país europeu ficaria, tanto, afetado politicamente com o desenrolar da guerra civil espanhola como Portugal. Realço que o regime político espanhol, desde a implantação da II República espanhola, era adverso a Portugal com mais pertinência a partir das eleições ganhas pela Frente Popular em Fevereiro de 1936.

O comunicado do Governo português realça o carácter exclusivo, de Portugal, neste conflito; *os seus interesses na península não são comparáveis aos de qualquer outra potência*<sup>1</sup>.

Logo, o envolvimento português foi rápido e eficaz. Não havia nenhum Governo ou povo do mundo mais envolvido que o português na guerra civil espanhola. Segundo Paul Preston;

*O povo irlandês estava intimamente comprometido quer emocionalmente e politicamente do que qualquer outro povo no mundo, com a possível exceção dos portugueses, no conflito espanhol.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> AHD-MNE, Declaração feita pelo Governo português a 11 de Dezembro de 1936.

<sup>2</sup> Preston, Paul e Mackenzie, Ann, *The Republic Besieged, Civil War in Spain 1936-1939, Battleground of Reputations: Ireland and the Spanish Civil War*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 1996, pp. 120-121.

Evidentemente houve, por parte do Governo português, um rápido auxílio diplomático, político, material e logístico aos nacionalistas. A ajuda portuguesa foi o único apoio estrangeiro que existiu durante os primeiros dias, de uma forma inequívoca, aos sublevados. Como disse um autor português; *Lisboa foi a capital diplomática de Franco.*<sup>3</sup>

Uma variável desta 1ª hipótese incide sobre o fracasso do golpe militar. Após três dias do golpe militar, os rebeldes encerravam o controlo e o domínio das áreas mais atrasadas e menos desenvolvidas de Espanha. No território, do Governo republicano, permaneciam as zonas mais desenvolvidas, com núcleos mineiros, as maiores zonas industriais e agrícolas. As principais sedes do setor financeiro, indústrias e fabricas de munições estavam em poder governamental. Os rebeldes possuíam, aproximadamente, 235.000 km<sup>2</sup> do território espanhol com 11 milhões de pessoas. O Governo de Madrid detinha 270.000 km<sup>2</sup> com 14 milhões de pessoas.

Logo, com o golpe fracassado os rebeldes tiveram que se socorrer do seu próprio contingente militar e do único apoio externo, que se predispõe de uma forma célere a aliar-se aos rebeldes, o Governo salazarista.

A ajuda portuguesa foi particularmente importante porque o auxílio da Alemanha e Itália foi posterior e dividiu-se em dois conjuntos:

**O Primeiro Conjunto de Apoio;** com o começo da ajuda logística, com pouco apoio bélico, da atuação dos aviões italianos para transportar as tropas rebeldes até a Espanha Peninsular a partir de 28 de Julho. Demoraram 11 dias desde o *Alzamiento*.

Em relação à Alemanha as primeiras movimentações logísticas existiram, também, com pouco apoio bélico. Houve o fornecimento de aviões, para realizar a ponte aérea para a Espanha continental, a 31 de Julho. Demoraram 14 dias desde o *Alzamiento*.

**O Segundo Conjunto de Apoio;** a ajuda mais substancial fornecida pela Alemanha e Itália.

O apoio de Itália mais significativo só foi realizado em finais de Agosto e inícios de Setembro, transcorridos 1 mês e 1 semana do golpe de estado.

O grosso e o mais considerável material militar alemão, com a Legião Condor, apenas foi remetido em finais de Outubro para começar a operar em Novembro de 1936, ou seja, 3 meses e 1 semana após o golpe militar. A partir de meados de Agosto começam a chegar ao porto de Lisboa navios alemães com material militar.

---

<sup>3</sup> Almeida Martins, Luís, *A Guerra em Espanha*, Revista História, nº 3, 1979, p. 29.

Qual foi o papel de Portugal de 17 de Julho até ao *Primeiro Conjunto de Apoio da Itália e Alemanha*, entre 28 e 31 de Julho, período em que está sozinho a apoiar aos nacionalistas? A rapidez das respostas por parte do Governo português foi direcionada para várias vertentes entre 17 de Julho até finais de Julho.

Na cronologia dos acontecimentos deparamos com uma resposta imediata, eficiente e absoluta do Governo português aos nacionalistas. Devido às facilidades que Salazar fornecia há direita espanhola, em Portugal, que realizavam oposição ao Governo espanhol os dirigentes da direita espanhola tinham em Portugal uma boa retaguarda.

No dia 17 de Julho existiu um golpe militar preconizado pelos rebeldes contra o Governo republicano.

No dia 18 de Julho, o Governo luso começou a esboçar uma estratégia de como abordar a sublevação. Nesse mesmo dia, houve um encontro de Salazar com o General Sanjurjo e o Marquês de Quintanar. E a nível interno houve uma reunião de Oliveira Salazar com o diretor da PVDE, Agostinho Lourenço, e o Ministro do Interior Mário Pais de Sousa.

A 19 de Julho foi assegurado um entendimento total aos rebeldes após uma reunião de Oliveira Salazar com Óscar Carmona. De imediato, foram permitidos a Nicolau Franco e Gil Robles contruir um Quartel-Geral na capital portuguesa para a aquisição de material de toda a ordem incluído material militar.

No dia 26 de Julho, Salazar sugeriu ajudar, sem limites, o General Emílio Mola.

Qual foi o papel de Portugal durante o *Primeiro Conjunto de Apoio alemão e italiano*, entre 28 e 31 de Julho, até ao *Segundo Conjunto de Apoio alemão e italiano*, entre finais de Agosto e Novembro de 1936?

Neste período o Governo luso segue sozinho a apoiar os nacionalistas onde a função portuguesa pode ser traduzida assim; *Lisboa foi o Porto de Castela*,<sup>4</sup> e a região do Alentejo passa a ser a primeira base aérea dos *reconquistadores*.<sup>5</sup>

O General Mola recebeu de Portugal, nos primeiros dias de Agosto de 1936, aproximadamente 6 milhões de cartuxos. Lisboa foi uma importante plataforma, política e diplomática, para conspirar e solicitar auxílio material para ajudar a comunicação das tropas nacionalistas, que se posicionavam no Sul e no Norte do território espanhol, sem puderam comunicar -se e unirem-se.

---

<sup>4</sup> Beevor, Antony, *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 1989, p. 129.

<sup>5</sup> Dacosta, Fernando, *Máscaras de Salazar*, Lisboa, Editora Notícias, 1997, p. 55.

Em términos financeiros o apoio foi instantâneo, no dia 11 de Agosto a Sociedade Geral de Indústria, Comercio e Transporte concedidos concedia 175.000 libras de ajuda aos nacionalistas. A Caixa Geral de Depósitos facilitava empréstimo durante o ano de 1936 de 594.000 dólares.<sup>6</sup> Em termos alimentícios, no dia 8 de Agosto, devido à escassez de alimentos na Andaluzia foi solicitado apoio às autoridades portuguesas.

O socorro da comunicação social lusa foi claro. O jornalista Leopoldo Nunes foi o jornalista português que já acompanhava os movimentos em Sevilha antes de 6 de Agosto de 1936. A primeira entrevista que Franco facultava a um órgão de comunicação social foi a Félix Correia, do *Diário de Lisboa*, no dia 8 de Agosto. O apoio das rádios portuguesas, aos nacionalistas, foi oferecido logo no início da guerra civil. As rádios portuguesas, fundamentalmente, a *Radio Club Português* e a *Emissora Nacional* devido à proximidade geográfica, com o território espanhol, alcançavam um papel significativo pois as suas emissões podiam introduzir-se em território republicano e constituir uma quinta coluna.

Uma forte ajuda logística também foi sentida nas fronteiras portuguesas com Espanha, fundamentalmente no Minho/ Galiza e Alentejo/Estremadura onde começaram a partir de 17 de Julho em alerta devido ao aumento de entrada de milhares de refugiados espanhóis, em território luso. O auge da entrada de refugiados espanhóis, em território português, dá-se dias antes da conquista de Badajoz, que foi no dia 14 de Agosto, e umas semanas depois da conquista desta cidade e província.

**2ª hipótese:** Teve o corpo diplomático português um papel destacado na implicação do Governo português na guerra civil?

O trabalho desenvolvido pelos diplomatas é composto por ações com o objetivo de representar e proteger o Estado, que representa, e desenvolver funções de informação, negociação e promoção das relações entre o seu país e o país em que o diplomata permanece.

A rede consular portuguesa, em Espanha, durante a II República e a guerra civil espanhola era bastante extensa. Portugal teria, provavelmente, uma das redes consulares mais extensas, de todos os países que possuía representação diplomática em Espanha, na zona da fronteira luso-espanhola. A grande proliferação dos consulados lusos, nesta zona, existiu devido a vários fatores; A única fronteira terrestre que Portugal possuía; A

---

<sup>6</sup> Martínez Ruiz, Elena, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero, el Sector Exterior de la Economía Española (1936-1939)*, Estudios de Historia Económica, n° 49, 2006, pp. 78-79.

presença em Espanha de uma forte comunidade lusa, a mais volumosa comunidade estrangeira em território espanhol, nomeadamente na Andaluzia e Galiza; Existência de uma intensa relação económica; laços sociais, culturais e de certa forma linguísticos nas zonas raianas.

A documentação diplomática emitida, pelo corpo diplomata português, durante a guerra civil espanhola determina a existência de um envolvimento, cumplicidade e apoio, a vários níveis, do Governo português aos nacionalistas espanhóis. Foi mais importante e evidente em determinado período da guerra civil entre Julho e Outubro de 1936.

Demonstro que os diplomatas lusos foram mais rápidos, comprometidos, presentes, esclarecedores, dinâmicos e conhecedores que os seus congéneres europeus e mundiais. Em comparação com outros países envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito espanhol os diplomatas lusos perceberam da utilidade, da correspondência diplomática, pois estava em jogo a sua própria sobrevivência política e do Governo que representavam.

A qualidade de informação, relativa à guerra civil espanhola, que Portugal possuía muito devido ao trabalho desenvolvido pelos diplomatas, nomeadamente, no início do conflito espanhol deram uma vantagem ao Governo português e a Oliveira Salazar para aproveitar, analisar e decifrar no sentido de tomar as melhores e as mais indicadas decisões, políticas e diplomáticas, para a defesa dos interesses portugueses.

Os diplomatas portugueses tiveram diferentes comportamentos, de compromisso e de presença, em solo espanhol em relação aos seus colegas diplomatas estrangeiros. Com o início e desenrolar da guerra civil as localidades francesas de San Juan de Luz, Hendaya, Bayona e Biarritz acolheram a grande maior parte do corpo diplomático estrangeiro acreditado em território espanhol.

O Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE) em Lisboa foi o principal pilar da documentação histórica/diplomática analisada. O AHD possui um grande acervo de correspondências diplomáticas do corpo diplomático português, em todo o mundo, com Lisboa. Os seus documentos foram essenciais para analisar a política externa e a história diplomática portuguesa, neste caso durante os anos de 1936-1939. Esta obra é uma síntese de milhares de documentos analisados.

A metodologia utilizada foi baseada na pesquisa de documentos que possuíssem conteúdos relevantes do corpo diplomático português, em Espanha e em várias cidades do Mundo, e notícias interessantes da imprensa local sobre os acontecimentos em

Espanha ou relativos a Espanha entre 1936 e 1939. Os conteúdos da correspondência diplomata apresentam elementos políticos, históricos, sociais e económicos.

A correspondência diplomática portuguesa apresenta ofícios, telegramas e excertos de jornais, que foram emitidos pelos diplomatas portugueses em Espanha e no exterior da Península Ibérica. Os jornais pesquisados pelos diplomatas portugueses foram os seguintes; *El Pueblo Gallego*, *La Voz de Galicia*, *La Gaceta Regional*, *ABC* de Sevilha, *Faro de Vigo*, *El Correo da Andaluzia*, *La Unión*, *La Vanguardia*, *F.E.* de Sevilha, *Hoy*, *El Ideal Gallego* e *El Dilúvio*. Em Cuba foi o *Avance*

A correspondência diplomática analisada foi enviada pela rede consular de Portugal, em Espanha, e pelos postos diplomáticos portugueses em vários países sobre os acontecimentos militares, sociais e políticos que se desenrolavam na guerra civil espanhola. Houve correspondências com os Cônsules portugueses e o Embaixador português em Espanha com o Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Abarca, ainda, informação sobre vários diplomatas portugueses que estavam estabelecidos em algumas cidades mundiais.

No caso específico, da minha investigação, é abordado a correspondência diplomática da rede consular das comunidades espanhola que tem fronteira com Portugal como; Galiza, Castela e Leão, Estremadura e Andaluzia. Nestas, agora, Comunidades Autónomas foram extraídas e analisadas informações consulares dos seguintes consulados portugueses; Galiza (Tuy, Vigo, Orense, Corunha e Ferrol), Castela e Leão (Salamanca), Estremadura (Badajoz) e Andaluzia (Aymonte, Huelva, Cádiz, Sevilha, Línea de la Concepcion e Granada). Foi referenciado, igualmente, correspondência diplomática das cidades de San Sebastian, Bilbao, Barcelona e Santa Cruz de Tenerife.

Analisei correspondência diplomática de várias cidades fora da Península ibérica como; Londres, Berlim, Vaticano, Washington, Bruxelas, Havana e Tânger.

## **Capítulo 1: O CONTEXTO HISTÓRICO: DO 28 DE MAIO DE 1926 AO 18 DE JULHO DE 1936.**

### **1. Golpe Militar e o advento de Oliveira Salazar e do Estado Novo**

Traçando um quadro da vida política de 1926 a 1936 podemos considerar as seguintes etapas; A ditadura militar “pura” de 1926 a 1928, com as forças armadas a purificarem os órgãos político-administrativos e a ocuparem e substituírem os funcionários civis por oficiais. De 1928 a 1930 onde Oliveira Salazar solidificou o seu poder de técnico qualificado e de político. De 1930 a 1932, onde a caminhada de Salazar foi imparável de Ministro das Finanças até à Presidência do Conselho de Ministros. Os pilares políticos e legais do Estado Novo que foram lançados entre 1932 e 1934.<sup>7</sup>

#### **O golpe militar de 28 de Maio de 1926**

Nas palavras de Hermínio Martins, o golpe de 1926 “*suscitou uma quase momentânea unanimidade nos oficiais contra a ‘corrupção’ e a ‘degeneração’ da república parlamentar*”.<sup>8</sup> O golpe militar, de 28 de Maio de 1926, foi uma rutura com a anarquia e violência existente na República portuguesa. As causas do aparecimento deste golpe militar foram as seguintes: grande instabilidade política – governativa; demagogia política do Partido Republicano Português; Dificuldades económicas e financeiras do pós-guerra (1ª Guerra Mundial). Estas causas vieram facilitar a ocupação do poder por um movimento político, concentrado entre militares com diferentes conceções políticas, e por forças políticas e ideológicas distintas. O golpe militar tinha o intuito de constituir um Estado forte, com um poder executivo sólido. Estas foram ideias sublinhadas pelo Comandante Mendes Cabeçadas e pelo General Gomes da Costa, uns dos instigadores do 28 de Maio <sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Martins, Herminio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001 pp. 30-31.

<sup>8</sup> Idem, p. 38.

<sup>9</sup> Oliveira, César de, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, Edições O Jornal, 1991, p. 52.

No dia 6 de Junho de 1926 entrou em Lisboa o General Gomes da Costa, com um número considerável de forças militares. Já estavam em Lisboa, Mendes Cabeçadas e Armando Ochoa, sendo a coabitação deste triunvirato conflituosa.<sup>10</sup>

Os intervenientes do golpe militar rejeitavam práticas da partidocracia, individualismo extremo e o parlamentarismo. Devido às consequências da I Guerra Mundial, adjacente à subida da inflação, as motivações para o aparecimento de sistemas ditatórias foi crescendo pondo em causa o pensamento demoliberal.

Nas palavras de Fernando Catroga, o aparecimento da ditadura era analisado da seguinte forma;

*E, se muitos viam na ditadura um mal necessário, mas transitório –fosse para se regenerar a ordem anterior, ou para se aprofundar a democratização da República–, outros, porém, queriam-na como um meio para se regressar à Monarquia (liberal, para uns; orgânica, para os integralistas), enquanto outros, ainda, espreitavam a oportunidade para, acasalando o organicismo social com o corporativismo, constitucionalizarem a ditadura como regime. E esta será a linha que se irá impor no interior do bloco que sustentará o golpe militar de 28 de Maio de 1926.*<sup>11</sup>

Para Costa Pinto, existiram três traços de movimentos político ideológicos da direita portuguesa que se posicionaram para dar seguimento ao golpe militar. 1) O liberalismo conservador encrustado nos partidos republicanos conservadores que reivindicavam um “Estado de exceção” e com a possibilidade da reforma da Constituição de 1911 num sentido presidencialista com o intuito de confinar o parlamentarismo. 2) O conservadorismo autoritário com uma tendência antiliberal. A ideia central era a edificação de um regime autoritário que suprimisse o antigo sistema de partidos da República. 3) A direita radical detinha a convicção da fratura completa com o sistema liberal, onde iria no sentido da elaboração de um Estado Nacionalista fundamentado no corporativismo integral. Havia componentes de “fascização” e o seu primordial apoio ideológico estava no Integralismo Lusitano.<sup>12</sup>

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi elaborado por oficiais subalternos e capitães que por sua vez apelaram para que Salazar fosse, devido às suas capacidades técnicas, para o Ministério das Finanças para pôr em ordem as finanças públicas.

---

<sup>10</sup> Ribeiro de Menezes, Filipe, *Salazar, uma biografia política*, Alfragide, Editora Dom Quixote, 2009, p. 52.

<sup>11</sup> Catroga, Fernando, *Salazar e a ditadura como regime*, Revista d'história cultural, nº 14, 2011, p. 113.

<sup>12</sup> Costa Pinto, António, *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, in *O Corporativismo em Português*, Francisco Palomanes Martinho e Antonio Costa Pinto (eds.), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 25-26.

O programa e projeto político que a Ditadura tinha para Portugal eram pouco profundos. O golpe militar foi constituído fundamentalmente pelos militares, de diferentes conceitos políticos, pelos diversos grupos de interesses económicos e pelos movimentos republicanos de direita.

A partir da elaboração do golpe, a confusão e a falta de um caminho comum entre as principais forças era evidente. A Ditadura Militar carecia de um líder que aglutinasse e coordenasse as forças envolvidas e que preconizasse uma estratégia política e económica para Portugal. Oliveira Salazar sairia do Governo em Junho de 1926.

### **A solidificação do poder de Oliveira Salazar de 1926 a 1932**

É na cidade de Coimbra que Salazar, no início da década vinte do século passado, adere ao Centro Académico de Democracia Cristã (CADC)<sup>13</sup>. Estabelecido como professor universitário na cidade do Mondego em termos políticos apresentou-se, em 1919, sem resultados políticos, como candidato do círculo eleitoral no Minho, em Viana de Castelo pelo Centro Católico Português (CCP).<sup>14</sup>

No entanto em 1921 apresentou-se, na cidade de Guimarães, como candidato e, agora, obteve êxito. No ano de 1925 Salazar apresentou-se com candidato, por Arganil, mas foi derrotado. A grande ascensão nacional surge com a sua nomeação para Ministro das Finanças em 1926.<sup>15</sup>

Nas palavras de Ribeiro de Menezes, Salazar é nomeado para o Ministério das Finanças em 1928, *com poderes reforçados relativamente para a época*. No entanto, para Salazar esta posição e situação não era do seu agrado pois poderia haver a possibilidade, após realizar o seu trabalho e objetivo, que a sua posição fosse de precaridade e pudesse ser dispensado de Ministro. Logo, enquanto organizava e constituía o orçamento, já estava a planear a sua ascensão e conquista de poder.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Instituição de orientação cristã que, nasceu em 1901, defendia os princípios sociais e políticos de Leão XIII e foi fundado em Coimbra.

<sup>14</sup> Partido político de inspiração cristã, criado na cidade de Braga em 1915.

<sup>15</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar, uma biografia política*, pp. 33, 47-48 e 53.

<sup>16</sup> Idem, p. 84.

O discurso de Salazar, em 27 de Abril de 1928, na tomada de posse de Ministro das Finanças era elucidativo da sua segura orientação política: “*sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em pouco meses.*”<sup>17</sup>

O poder que Oliveira Salazar conquistava, centralizava e manipulava era originário do golpe militar de 1926 e fora regularizado pela ditadura militar onde Oliveira Salazar foi um elemento ativo. Salazar não havia conquistado o poder por si, foi-lhe dado com as condições que ele pretendeu.

Em 1928, o General Óscar Fragoso Carmona foi eleito Presidente da República. Foi visível que o espírito da Constituição de 1911 iria sofrer um grande desvio dos seus valores fundamentais.<sup>18</sup>

A partir do segundo semestre de 1928 começou a discutir-se um tema importante para a vida política portuguesa. A escolha de um regime político que deveria suceder à ditadura militar. Existiam duas escolhas; uma República regenerada ou um novo regime. Uma República revitalizada não representaria um corte total com a I República, implementada em 1910, no entanto deveria ter uma dinâmica nova do poder onde reconheceria a existência de um Estado com autoridade e musculado que desempenharia a regular manutenção da ordem pública. Manteria, assim, as regras democráticas e as liberdades públicas. Esta conceção era defendida pela linha de Ivens Ferraz e de outros republicanos. Por outro lado, um novo regime, político revelava um corte com aquilo que a República democrática e parlamentar representava e propunha. Assentava em novas instituições e novas conceções de exercer e manter o poder. Este pensamento político e ideológico estava compreendido e assimilado, fundamentalmente, por Oliveira Salazar e por Domingos de Oliveira.<sup>19</sup>

Com o afastamento de Ivens Ferraz e a nomeação de Domingos de Oliveira, para Presidente do Ministério em 1930, Salazar principiou a estruturar, organizar e elaborar um regime político e ideológico com contornos diferentes de um regime democrático e parlamentar, mas aglutinadores da sua figura e construído à sua imagem baseado ao seu novo projeto político. Logo, em 30 de Julho de 1930, as “Bases Orgânicas da União Nacional” são catapultadas para a opinião pública.

---

<sup>17</sup> Simões do Paço, António (Editor-coordenador), *1926- 1932 A Ascensão de Salazar*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008, p. 7.

<sup>18</sup> Castro Leal, Ernesto, *Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)*, Historia Crítica, nº 56, Bogotá, abril-junio 2015, p. 119.

<sup>19</sup> Oliveira, César de, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 1988, pp. 57-58.

Em 1930 é aprovado o Ato Colonial com Oliveira Salazar a assumir o Ministério das Colónias.<sup>20</sup> A partir de 1930, Oliveira Salazar ficou com mais poder porque além de Ministro das Finanças possuía o cargo de Ministro Interino das Colónias, como já vimos anteriormente. Ficava com o destino de Portugal nas mãos.<sup>21</sup>

No dia 5 de Julho de 1932, Oliveira Salazar foi empossado Presidente do Conselho, aos 43 anos, e representava a chegada ao cume do poder, a uma demorada e complicada ascensão de um programa e projeto político que entrou em rutura com o extremismo da República e o projeto liberal da Monarquia. No dia 28 de Maio recebia a condecoração, a Grã-Cruz da Torre e Espada, do Presidente da República Óscar Carmona.<sup>22</sup>

Existem várias características evidenciadas por Oliveira Salazar na conquista e ascensão ao poder. Revelou insistência e resistência no seu caminho político, acrescentando cálculo e estratégia política. Passava a imagem de desapego ao poder e de realizar e servir o bem comum. Tentava representar a figura de antipolítico com uma missão de servir de uma forma humilde Portugal. De uma maneira habilidosa, reuniu no seu projeto, na sua figura e da sua doutrina de “regeneração nacional” várias tendências e projetos ideológicos e políticos distintos e antagónicos como os republicanos, monárquicos, conservadores, maçons, fascistas e católicos.<sup>23</sup>

Segundo Ribeiro de Meneses, a relação de Oliveira Salazar, com o Presidente da República Óscar Carmona, foi importante para a supervivência política de Salazar. Foram relações intensas, de duas personalidades distintas, e com momentos bons e menos bons:

*A relação de Carmona, que duraria até à morte do Presidente em 1951, foi, de diferentes modos, crucial para o sucesso de Salazar. Teve altos e baixos e por vezes Carmona mostrava desagrado com o governo. Salazar não podia afastar Carmona, tendo de aceitar a sua presença e mostrar deferência perante o Presidente da República; mas quando era realmente preciso, Carmona apoiava Salazar. À primeira vista, não era óbvio que fosse uma relação talhada para funcionar. Os dois homens representavam interesses diferentes, corporizava legitimações diferentes. Carmona era republicano e pertencia à Maçonaria; Salazar, emocionalmente monárquico, era acima de tudo católico e não estava inteiramente convencido do mérito do Exército sob todo e qualquer ponto de vista.*

---

<sup>20</sup> Simões do Paço (Editor-coordenador), *1926- 1932 A Ascensão de Salazar*, p. 18.

<sup>21</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 57-58.

<sup>22</sup> Futscher Pereira, Bernardo, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2012, p. 19.

<sup>23</sup> Idem, p. 20.

*Para ele, a noção de “Revolução Nacional” iniciada pelo Exército em 1926 que conferia a esta corporação um papel especial no regime, tinha um travo amargo.<sup>24</sup>*

Para Futscher Pereira, o caminho político de Oliveira Salazar foi trilhado com quatro apoios fundamentais:

*O percurso político de Salazar fazia-se como representante do Centro Católico, em oposição ao anticlericalismo da I República. Após uma primeira entrada em falso na política nacional em 1926, como Ministro das Finanças do primeiro governo Militar originário do 28 de Maio, regressa ao cargo, para ficar, em Abril de 1928... adquiria uma reputação de sábio e o perfil de um ditador, palavras que na época não tinha ainda todas as conotações negativas que posteriormente adquiria. O seu poder assentava em quatro pilares; os resultados da sua ação como governante na área financeira e económica; o amparo que recebia do Presidente da República e através dele, das Forças Armadas; o apoio da Igreja; e o culto da personalidade de homem providencial de que já era objeto quando se tornou chefe de governo.<sup>25</sup>*

### **Os pilares do Estado Novo de 1932 e 1934**

Oliveira Salazar foi o principal mentor do Estado Novo e readquiriu o pensamento organicista, no sentido de defender uma expressão nacionalista, autoritária e constitucional.<sup>26</sup> O estabelecimento dos principais alicerces do Estado Novo foi dado pela nota oficiosa, elaborada pela Presidência do Governo em Janeiro de 1931, que afirmou o seguinte: “que não havia lugar a qualquer tipo de regime semelhante ao anterior a 28 de Maio de 1926”.<sup>27</sup>

Podemos considerar alguns alicerces do Estado Novo: A União Nacional; A Constituição política de 1933; A organização corporativa de trabalho. Sublinhamos, ainda, a edificação do Ato Único como sendo um instrumento fundamental na política colonial portuguesa, dando sentido a uma centralização política dos poderes decisórios, que estavam sedeados na imperial oligarquia metropolitana.

Vários instrumentos administrativos e políticos foram utilizados para a solidificação do Novo Estado. O Estatuto do Trabalho Nacional; A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado; o Secretariado da Propaganda Nacional; Os Tribunais Militares

<sup>24</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar, uma biografia política*, pp. 90-91.

<sup>25</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar*, pp. 19-20.

<sup>26</sup> Catroga, *Salazar e a ditadura como regime*, pp. 110-111.

<sup>27</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 57-58.

Especiais; A Estruturação do Condicionamento Industrial; Uma nova Legislação Sindical; A censura prévia à imprensa.

O Estado Novo reforçou os instrumentos de repressão instituídos pela ditadura militar. Em 1926 foi estabelecida a censura e depois organizada pelos serviços de propaganda. A polícia política foi dependendo gradualmente, até ser controlada na totalidade, por Oliveira Salazar.<sup>28</sup> A identidade do Estado Novo e a sua funcionalidade, com carácter diferencial com qualquer outro regime, foi apresentado pelo próprio Salazar num discurso do 1º Congresso da União Nacional no dia 26 de Maio de 1934:

*Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português aliás quase só restritos à ideia corporativa. Mas no processo de realização e sobretudo na conceção do Estado e na organização do apoio político e civil do governo são bem marcadas as diferenças. Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são todas as outras, e desejamos se compreendesse bem não termos posto de lado os erros e vícios do falso liberalismo e da falsa democracia para abraçarmos outros que podem ser ainda maiores, mas antes para reorganizar e robustecer o País com os princípios de autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, património da humanidade e apanágio da civilização cristão.*<sup>29</sup>

Foram precisos quatro anos e sete meses, para construir os pilares do Estado Novo e dois anos e meio para Salazar ter o domínio completo do Governo. Com a ascensão de Oliveira Salazar, a Presidente do Conselho de Ministros, houve da sua parte o estabelecimento de um cunho pessoal na concretização da ação governativa, com base a um autoritarismo e carisma cada vez mais sólidos. Salazar foi a resposta corporativa, nacionalista e antiparlamentar à crise do liberalismo e do parlamentarismo democrático, bem como às ameaças sempre latentes do ideal socialista. Com o 10º aniversário da “Revolução Nacional” em 1936 deu-se a institucionalização completa do Estado Novo. No discurso da comemoração do 10º aniversário, Salazar evoca as “verdades indiscutíveis da nova ordem”:

*Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio,*

<sup>28</sup> Costa Pinto, *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, p. 32.

<sup>29</sup> Oliveira Salazar, António, *Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha in Discursos II*, p. 304, in Reis Torgal, Luís, *Estado Novo em Portugal (1932-1974). Reflexões sobre o seu significado in Espanha-Portugal. Estudios de História Contemporánea*, Editorial Complutense, Madrid, 1998, p. 67.

*não discutimos a família a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.*<sup>30</sup>

A União Nacional foi fundada em 1930, por decreto-lei, um “anti partido” cuja missão era juntar as forças civis que apoiavam o novo regime.<sup>31</sup> A União Nacional agregou as variadas tendências políticas que sustentavam o regime português e na verificação política da administração central e local.<sup>32</sup>

A publicação definitiva dos estatutos da União Nacional e o projeto da nova Constituição Política em Maio de 1932, aceleraram as reformas preconizadas por Salazar. Em Junho do mesmo ano, António Oliveira Salazar ascendeu à Presidência do Ministério e a 16 de Março de 1933, três dias antes do plebiscito, foi aprovada a nova Constituição.

Salazar sublinhou e focalizou o conteúdo corporativo da nova Lei Fundamental do país. O funcionamento da Câmara Corporativa foi regulamentado por decreto-lei em Novembro de 1934 e as primeiras eleições para a nova Assembleia Nacional, em que a União Nacional disputou como lista única, deu-se em 16 de Dezembro de 1934. A União Nacional agregou, através de acordos constitucionais entre Oliveira Salazar e as elites militares, os diferentes grupos conservadores e o movimento fascista.

Relativamente à União Nacional podemos constatar que a criação e o objetivo desta estrutura política, foi diferente dos movimentos políticos que apoiaram Mussolini, Hitler e Franco na sua consolidação no poder.

Se o Partido Nacional Fascista Italiano (PNF), a Falange Espanhola Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS) e o Partido Nacional-Socialista Alemão (NSDAP) assumiram-se como instrumentos de assalto e controle ao poder pelos respetivos ditadores, a União Nacional, de Salazar, só iria ser publicitado oficialmente depois de quatro anos, concluída após seis anos e posta em prática, em termos eleitorais, após oito anos da realização do golpe militar de 1926. A concretização da União Nacional só foi possível quando o poder da ditadura militar já estava instituído e estabelecido.

A União Nacional comportava mais algumas diferenças relativamente aos movimentos políticos que solidificaram o regime espanhol, italiano e alemão. A vocação cívica da União Nacional era impulsionada por Oliveira Salazar. Naturalmente que a

---

<sup>30</sup> Mattoso, José (dir.), *História de Portugal - O Estado Novo - volume 7*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 260.

<sup>31</sup> Costa Pinto, *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, p. 30.

<sup>32</sup> Idem, p. 36.

componente política da União Nacional era evidente, sobretudo na cooperação com o governo, mas era claro o papel de subordinação ao poder político e a Salazar.

A União Nacional como o único partido no regime português, estruturava o Estado Novo não como um “Estado de partido único”, mas como um “Estado com partido único”, como salientou Braga da Cruz. Na sua natureza de partido oficial, assemelhava-se à *Unión Patriótica* que facultou o seu apoio al General Primo de Rivera. A União Nacional representava “*mera organização cívica, destinada a procurar e conseguir o apoio da opinião pública ao regime, enfeitando a vocação partidária para o exercício do poder e o recrutamento do funcionalismo ou pessoal político*”.<sup>33</sup>

Relativamente à Constituição de 1933, ela apresentou um novo modelo constitucional. Assentou numa natureza unitária, numa organização corporativa da economia através da colaboração das classes e numa nova ordem cultural, social e política, a qual tinha no cume um Presidente e onde o carisma de Oliveira Salazar foi fundamental e preponderante para a dinâmica do regime.<sup>34</sup> A Constituição portuguesa de 1933 surgiu da necessária estabilização e legitimação do regime político forjado no golpe militar em 28 de Maio de 1926, que decretou fim à democracia parlamentar da I República.<sup>35</sup>

A Constituição que o Estado Novo apresentou foi plebiscitada em 19 de Março de 1933. Houve 1.213.19 eleitores inscritos, com 487.179 abstenções, que contaram como votos a favor, 717.354 votos a favor e 5.955 votos contra. A 11 de Abril de 1933 entrava em funcionamento a nova Constituição política de Portugal. Salazar descreveu como “*Uma Constituição escrita e rígida, isto é uma Constituição que não pode ser modificada pelo poder legislativo ordinário ao qual, contudo, o Chefe de Estado concede, se considerar necessária uma mudança, poderes constituintes*”.<sup>36</sup> A caracterização no conteúdo ideológico de Salazar estava patente no novo texto constitucional: “*Nós somos antiparlamentares antidemocratas, antiliberais e queremos construir um Estado corporativo*”.

A Constituição de 1933 definiu as instituições do sistema político do Estado Novo.<sup>37</sup> A constituição facultou muito poucos poderes à Câmara dos deputados e à

---

<sup>33</sup> Simões do Paço (Editor-coordenador), *1926- 1932 A Ascensão de Salazar*, p. 19.

<sup>34</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 61-63.

<sup>35</sup> Simões do Paço, António (Editor-coordenador), *1933 A Constituição do Estado Novo*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008, p. 7.

<sup>36</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 61-63.

<sup>37</sup> Costa Pinto, *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, p. 32.

corporativa onde o governo não era controlado. O Presidente da República era eleito por sufrágio direto e a função era preenchida sempre por um General. O Presidente do conselho de Ministros respondia perante o Presidente da República.<sup>38</sup>

Com a Constituição de 1933 a Ditadura militar foi transformada em Ditadura civil, sob a alçada de Salazar. Foram reorganizados os corpos administrativos do Estado e estabelecer uma ligação com os corpos separados (Igreja Católica e Forças Armadas). Houve a necessidade de fundar novos corpos políticos (Mocidade Portuguesa, União Nacional, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina) e organizações de propaganda (Emissora Nacional e Secretariado de Propaganda Nacional).<sup>39</sup>

O capitão Botelho Moniz comunicava, num comício no Campo Pequeno, uma declaração a favor da Legião Portuguesa com referência à Guerra Civil de Espanha:

*Olhemos o que passa em Espanha e não percamos tempo [...] Constituamos uma grande legião de voluntários, apta ao combate, pelas ideias e pela espada uma grande legião disciplinada e forte [...] Nós, nacionalistas somos legião e somos portugueses. Constituamos a Legião Portuguesa.*<sup>40</sup>

Em relação aos aspetos económicos, durante os finais dos anos vinte e começo dos anos trinta, Portugal era um país marcadamente rural o que dificultava um fomento da industrialização.<sup>41</sup>

Salazar através dos Decretos de 1931 impõe o Condicionamento Industrial que consagrou a autorização pública, sendo o licenciamento e a fiscalização da responsabilidade da Direção-Geral das Indústrias, para a entrada ou o aumento de novas indústrias. O Condicionamento Industrial foi uns dos pilares da política industrial, estabelecendo um grande intervencionismo político nas indústrias e na economia, do Estado Novo.<sup>42</sup>

A versão do governo salazarista para o Condicionamento Industrial foi no sentido de evitar o excesso de produção, para haver uma melhor distribuição geográfica da produção, para reorganizar os sectores industriais e para evitar a desnacionalização das

---

<sup>38</sup> Idem, pp. 30-32.

<sup>39</sup> Castro Leal, *Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)*, p. 129.

<sup>40</sup> Rodrigues, Luis Nuno, *A gravidade da hora que passa! a criação da Legião Portuguesa em 1936*, Análise Social, nº 130-1, 1995, pp. 91-119.

<sup>41</sup> Mattoso (dir.), *História de Portugal – O Estado Novo*, p. 58.

<sup>42</sup> Idem, pp. 230-231.

indústrias. O grande motivo do Condicionamento Industrial foi limitar a concorrência para proteger as indústrias e interesses já instalados.

A estrutura corporativa implementada pelo salazarismo estava bem patente com a criação das Casas do Povo para as populações rurais, para as aldeias e para as vilas e cidades mais pequenas. Surgem as Casas dos Pescadores, Ordens Profissionais, Grémios (para os grupos comerciais e do patronato), e os Sindicatos. Estas alterações estavam agregadas às reestruturações sociais, políticas e jurídicas que a Constituição de 1933, com o Estatuto do Trabalho e o surgimento de uma nova Câmara Corporativa, criou.<sup>43</sup>

As Casas do Povo e as Casa dos Pescadores eram, estatutariamente, dirigidas pelos grandes proprietários ou pelas autoridades portuárias. O direito de associação em sindicatos dos assalariados destes sectores era proibido. Estas Casas eram uma tentativa, clara, de harmonizar os assalariados e os patrões pesqueiros e agrícolas numa mesma instituição para reduzir os conflitos sociais. Os Grémios nunca tiveram um papel relevante durante o Estado Novo, as suas funções eram muitas vezes de fornecer análises de mercado para um determinado grupo económico ou reunir informação acerca de um determinado assunto de cariz económico. A sua função legislativa raramente foi cumprida. Houve a vontade de instituírem-se em grupos de interesses e serem intermediários entre o Estado e os correspondentes sectores económicos para fazer a reconciliação e a coesão das classes. O patronato sempre preferiu manter as suas antigas associações a se incluírem em Grémios.<sup>44</sup>

Os Sindicatos nacionais estavam votados a serem um elemento passivo nas lutas laborais e sociais. A legislação corporativa de 1933 “fascizava”, claramente, os sindicatos. O Estado interferia abundantemente na ação interna dos sindicatos estando, assim, manipulados pelo poder governamental e favorecendo os patrões.

Em 1936, o regime Salazarista constitui três organismos de coordenação económica. As Juntas Nacionais que estimulavam e regulavam as exportações, as Comissões Reguladoras que controlavam as importações e os Institutos que regulavam a qualidade dos produtos portugueses. O Estado Novo através destas instituições pretendia controlar toda a dinâmica da economia portuguesa e servir como intermediários entre o Estado e as Organizações Corporativas de condição inferior. Durante o Estado Novo o patronato tinha poucos meios de influenciar o Governo. Naturalmente que o Estatuto do Trabalho Nacional elaborado em 1933, e o decreto que regula o funcionamento dos

---

<sup>43</sup> Idem, pp. 248-250.

<sup>44</sup> Idem, pp. 249-250.

*Grémios*, direcionava as organizações para “*subordinar as respetivas conveniências aos interesses da economia nacional*”. Estas medidas, tomadas pelo poder político, deviam ser cumpridas com a estreita relação do Estado, sendo óbvio o objetivo de Salazar de controlar e minimizar qualquer iniciativa do patronato.<sup>45</sup>

Os grupos económicos em Portugal, foram totalmente reestruturados, depois de António Oliveira Salazar se ter tornado líder governativo do governo em 1932. O regime do Estado Novo reordenou os grupos económicos com base de ideias corporativistas que estavam estabelecidas na Itália e noutros países da Europa.

O Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) obteve destaque devido à sua associação com Salazar, no entanto começa a perder terreno para o Integralismo Lusitano que foi uma vertente do movimento monárquico português que se baseava no conteúdo ideológico e metodológico da *Action Française* de Charles Maurras. O Integralismo Lusitano fazia referência ao âmbito intelectual, que possuíam os seus membros, em paralelo com o modelo francês.<sup>46</sup>

O Integralismo Lusitano foi um destacado projeto ideológico, político e cultural com matriz antiliberal, tradicionalista monárquica e contrarrevolucionária. O Integralismo Lusitano foi encabeçado por António Sardinha e com o apoio importante de Alberto Monsaraz<sup>47</sup>, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, José Pequito Rebelo e Francisco Rolão Preto, fundador em 1933 do Movimento Nacional-Sindicalista de cariz de extrema-direita. Houve uma orientação para a monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar com a emersão do nacionalismo e da figura do Rei. Logo, o Integralismo Lusitano tinha como princípio o nacionalismo, era corporativista e sindicalista por meio e monárquica por desfecho.<sup>48</sup>

Castro Leal enunciava o paralelismo entre o projeto político integralista de António Sardinha e o ideário político carlista de Juan Vázquez de Mella:

*Os ideários políticos integralistas de António Sardinha aproximam-se dos ideários políticos carlistas do seu ideólogo Juan Vázquez de Mella em meados do século XX, havendo até pontos de convergência sobre a utopia de um modelo monárquico iberista confederal entre Portugal e a Espanha. Monárquicos medievais a partir dos valores da raça, da terra e da tradição, dotados de um estatuto messiânico para a sonhada restauração monárquica. Esse romantismo*

---

<sup>45</sup> Idem., p. 250.

<sup>46</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar uma biografia política*, p. 35.

<sup>47</sup> Foi um dos fundadores do Integralismo Lusitano mais tarde, em 1933, aderiu ao Movimento Nacional-Sindicalista sendo Secretário Geral.

<sup>48</sup> Castro Leal, *Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)*, p. 119.

*político-cultural era devedor do gosto nostálgico por um passado representado numa idealizada e mitificada medievalidade dos forais (monarquia contratual), dos concelhos (predilecção localista) e das cortes gerais (representação dos corpos sociais), para a qual, em Portugal, o historiador liberal conservador Alexandre Herculano muito contribuirá.*<sup>49</sup>

A proposta do movimento político-ideológico do monarquismo sindicalista antiliberal, onde pontificaram Rolão Preto e Alberto de Monsaraz, no início da década de 1920 vai realizar-se com a elaboração do Movimento Nacional-Sindicalista e com o apoio do jornal *Revolução* onde materializavam uma revolução política com base do caudilhismo civil de milícia e mobilização de massas. Existiram relações de proximidade do Movimento Nacional-Sindicalista com a Falange Espanhola de José António Primo de Rivera, no entanto Francisco Rolão Preto iniciou, pouco depois, uma aproximação às Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista de Ramiro Ledesma Ramos.<sup>50</sup>

Uma grande quantidade de intervenientes do Integralismo Lusitano, da Acção Realista Portuguesa e do Movimento Nacional-Sindicalista foram convertidos nas ideias do nacionalismo e antiliberalismo autoritário e conservador da Ditadura do Estado Novo.<sup>51</sup>

### **Estado Novo, um Estado Corporativista e não fascista**

Podemos considerar que a plataforma ideológica, que Oliveira Salazar conferiu ao Estado Novo, não era original e foi baseada em pensamentos de doutrinas católicas e em movimentos com pendor contrarrevolucionários. Foram recolhidos em encíclicas papais e em intelectuais franceses da *Action Française* como Charles Maurras, Gustave Le Bon, Henri Massis e Jacques Bainville.<sup>52</sup> Na perspetiva de Ribeiro de Meneses, o Estado Novo foi um regime corporativo de características portuguesas:

*Foi um regime corporativo distintamente português, parte integrante da bagagem ideológica de Salazar, trazida de Coimbra e do seu passado católico. O corporativismo era, claro, muitíssimo ambicioso, pois tinha sido adotado, e adaptado, pelos fascistas italianos e fazia parte daquela grande área de confusão política onde o autoritarismo conservador se misturava livremente com o fascismo.*

---

<sup>49</sup> Idem, pp. 124-125.

<sup>50</sup> Idem, pp. 126-127.

<sup>51</sup> Idem, p. 119.

<sup>52</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar uma biografia política*, p. 107.

*O corporativismo português refletia esta dupla influencia; era determinado pelo catolicismo social, parte das raízes políticas de Salazar, mas era igualmente tingido por um traço autoritário e fascista.*<sup>53</sup>

O modelo oficial do Estado Novo foi o corporativismo. Era “organicista” e com base numa proposta da direita radical integralista e do catolicismo social tradicionalista.<sup>54</sup> Os corporativistas portugueses tiveram influências do catolicismo social e do Integralismo Lusitano. Marcelo Caetano faziam assim a análise ideológica:

*Rejeitar o centralismo dirigista e reconhecer que o Estado é fruto de uma sociedade política que engloba comunidades naturais (família, paróquia, conselho, profissão ...) e associações voluntárias, com interesses próprios que devem ser respeitados embora devam ser disciplinados para o interesse geral.*<sup>55</sup>

O corporativismo português distanciava-se do italiano na sua estrutura, nos objetivos das câmaras corporativas e no enquadramento da estrutura patronal e da classe operária. As atividades económicas deveriam posicionar-se num clima de harmonia. A família, o trabalho, habitação e outras valências da vida social estavam presentes na Câmara Corporativa incluída na Constituição de 1933. A Câmara Corporativa possuía funções consultivas no Governo e na Assembleia Nacional.

Afirmava Salazar, numa entrevista a António Ferro que a ditadura por ele liderada era diferente da recém-constituída ditadura fascista italiana: “*A Ditadura Portuguesa tem que ser calma, generosa, um tudo-nada intransigente, vagarosa até. Ela perderá em tempo, mas ganhará em eficácia e solidez: uma Ditadura de direita sem dar grandes asas ao poder pessoal*”.<sup>56</sup> Ainda assim, Oliveira Salazar, admitia a presença de algumas analogias entre o regime fascista italiano e o regime português:

*A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social.*<sup>57</sup>

Existem, no entanto, diferenças de vulto como as diferentes personalidades dos respetivos líderes e das distintas tradições históricas que cada país comporta. O recurso

---

<sup>53</sup> Idem, p. 139.

<sup>54</sup> Costa Pinto, *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, p. 37.

<sup>55</sup> Sánchez Cervelló, Josep, *Características del régimen Salazarista*, *Studia Historica, Historia Contemporánea*, nº 21, 2005, p. 131.

<sup>56</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 57-58.

<sup>57</sup> Catroga, *Salazar e a ditadura como regime*, p. 139.

impetuoso à violência de massas por parte de Itália é diferente com a essência do povo luso. O regime português seria autoritário sem ser violento:

*A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços, nem obstáculos.*<sup>58</sup>

Nas palavras de Costa Pinto o regime de Oliveira Salazar era diferente dos regimes fascistas existentes:

*Não compartilhou das tensões de mobilização dos congêneres fascistas e promoveu a apatia. Isolando o pequeno universo urbano, não confiando sequer na mobilização da sua pequena burguesia, este contou dois grandes agentes no universo do “Portugal profundo”: a notabilidade local e a Igreja. Entrelaçando habilmente a administração e o partido, que agregava a notabilidade local, o regime conta com as elites tradicionais e a polícia política para manter a ordem social.*<sup>59</sup>

Segundo Manuel Loff, os movimentos fascistas ibéricos possuíam diferentes fontes e origens, desde os autoritarismos não confessionais, às forças e movimentos católicos, políticos, sociais e monárquicos:

*[...] autoritarismo não confessional do virar do século («cesarismo» português, maurismo espanhol), do catolicismo social e corporativo, do monarquismo «orgânico» (integralismo português, carlismo espanhol e tradicionalismo), participa na criação de organizações mais tipicamente fascistas (embora também não se definissem dessa forma) como o Movimento Nacional-Sindicalista Português (criado em 1932, dissolvido em 1934, estando a maioria dos seus membros integrados no partido único ou nas organizações empresariais, sindicais e milícias ) ou as Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (1931-1933) que convergiram na Falange Espanhola de Primo de Rivera, criada em 1933 e espinha dorsal do único partido franquista (FET e de las JONS) criado em 1937. É escasso a representação política no quadro dos regimes republicanos português e espanhol não os impediu de terem beneficiado do avanço aparentemente irreversível do fascismo internacional, que os aproximou nossas posições para as outras elites reacionárias.*<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Costa Pinto, *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, p. 40.

<sup>60</sup> Loff, Manuel, *Los regímenes autoritarios*, Ayer, nº 37, 2000, p. 142.

## 2. A II República espanhola

### De 14 de Abril de 1931 até às eleições legislativas de Novembro de 1933

No dia 26 de Janeiro de 1930 Primo de Rivera pedia a opinião, ao exército, sobre a sua continuidade no poder, não tendo uma resposta tranquilizadora pediu a demissão ao Rei, no dia 28 de Janeiro, e partiu para o exílio para a capital francesa e morreria no dia 16 de Março de 1930. No dia 30 de Janeiro o Rei Alfonso XIII investiu ao General Damaso Berenguer como responsável do governo.

Em Maio de 1930 realizou-se um acordo entre a *Alianza Republicana* e o *Partido Radical Socialista*, onde estabeleciam a sua “autonomia e as suas significações próprias.” Estava previsto, em este acordo, que se podiam incluir a totalidade de forças e movimentos republicanos. Logo, incorporaram-se o *Partido de Unión Republicana Autonomista de Valencia* e depois acrescentaram-se a *Federación Republicana Gallega*, a *Organización Republicana de Guipúzcoa* e a *Unión Republicana de San Sebastián*. As organizações da Maçonaria estavam igualmente interessadas em se incluir nesta plataforma.<sup>61</sup>

Os republicanos espanhóis possuíam a estratégia de organizar uma grande plataforma antimonárquica com as forças operárias e com os nacionalistas da Catalunha. O Partido Radical Socialista esforçou-se para que a UGT e a CNT pudessem colaborar dentro de um regime no sentido de promover as suas ideias.

No dia 17 de Agosto reuniu-se em San Sebastian, movimentos antimonárquicos no sentido de criar uma plataforma e um acordo para ser alternativa ao regime que regia Espanha. Foram convocados, forças e movimentos, por Fernando Sasiain (responsável do *Casino de la Unión Republicana*) que incluíam a *Alianza Republicana* de Manuel Azaña, o *Partido Republicano Radical* de Alejandro Lerroux, o *Partido Radical Socialista* de Marcelino Domingo, Álvaro de Albornoz e Ángel Galarza, a *Derecha Liberal Republicana* de Niceto Alcalá-Zamora e Miguel Maura, a *Federación Republicana Gallega* de Santiago Casares Quiroga bem como outros movimentos. A título individual estiveram presentes Indalecio Prieto, Felipe Sánchez Román e Eduardo Ortega y Gasset.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Avilés Farré, Juan, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, Madrid, Comunidad de Madrid, 2006, pp. 63-64.

<sup>62</sup> González Calleja, Eduardo (coord.), *La Segunda República española*, Barcelona, Pasado & Presente, 2015, p. 42.

A *Alianza Republicana* era uma federação de entidades afetas à República que incluía um partido que era o Partido Radical. No mês de Setembro de 1930 reuniu-se a sua Assembleia Nacional. A *Alianza Republicana* enunciava que possuía 500.000 filiados em toda a Espanha.<sup>63</sup>

O *Pacto de San Sebastián*, foi o acordo que se estabeleceu entre as diferentes forças e movimentos republicanos, desenvolveu um movimento revolucionário que incluía figuras como Gonzalo Queipo de Llano, Ramón Franco, Ignacio Hidalgo de Cisneros, Fermín Galán e Ángel García Hernández. A greve de Dezembro de 1930, com a participação da UGT e que não teve oposição da CNT, acompanhou esta dinâmica revolucionária. O governo provisório, que governou o início da República, foi preparado pelo Alcalá-Zamora que chefiou o comité revolucionário.<sup>64</sup>

O governo chefiado por Berenguer não conseguiu dar reposta cabal aos problemas que advinham do governo de Primo de Rivera: A nefasta relação da classe política, que estava destruturada, com o Rei; O exercito estava desunido, pouco confiável para manter a ordem publica e com laivos de radicalismo; Não havia uma plataforma da classe política para um acordo sobre o sistema constitucional; Havia que realizar uma reforma da estrutura social para afrontar os desafios, a curto prazo, que a sociedade propunha.<sup>65</sup>

O dia 14 de fevereiro de 1931 o Rei Alfonso XIII substituiu-o Dámaso Berenguer por o Almirante Juan Bautista Aznar <sup>66</sup> declarando o estabelecimento de eleições municipais para o dia 12 de Abril de 1931.<sup>67</sup>

As eleições realizadas, no dia 12 de Abril de 1931, deram a opção de estabelecer a República onde as cidades tiveram maior peso e responsabilidade para que o caminho republicano triunfasse. Nas localidades mais pequenas houve uma predominância da Monarquia, no entanto sem possuir e representar um significado político e eleitoral. Logo, houve a sensação, por parte das autoridades políticas, que os resultados das eleições municipais eram um claro sinal para a eclosão da República em Espanha.<sup>68</sup> O governo e o General Sanjurjo, diretor da Guardia Civil, não tinham intenções de recorrer à violência para conter o entusiasmo dos republicanos. No dia 14 de Abril de 1931 o Governo

---

<sup>63</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 73.

<sup>64</sup> Beevor, Antony, *La Guerra Civil Española*, Barcelona, Critica, 2005, pp. 13-14.

<sup>65</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 31.

<sup>66</sup> Político e militar espanhol, destacou-se nas campanhas desenvolvidas em Marrocos, atingindo o grau de Almirante em 1931 e foi responsável do governo durante, aproximadamente, 2 meses. Entre Fevereiro até Abril de 1931.

<sup>67</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, pp. 13-14.

<sup>68</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 85.

provisório da República obteve o controlo do *Ministerio de Gobernación* proclamando a República espanhola e o monarca espanhol abandonou o país.<sup>69</sup>

No entanto, a partir de 11 de Maio foram queimados e destruídos muitos conventos por todo o território espanhol. Houve a tentativa de assaltar a sede do jornal monárquico *ABC* onde foram mortas duas pessoas.<sup>70</sup>

Alcalá-Zamora assumiu provisoriamente o Governo em Abril 1931, através de um governo que era composto por socialistas e republicanos. O novo regime estava de acordo com a nova Constituição de 1931, em que a Espanha se converteu num estado republicano, democrático, laico, descentralizado, com sufrágio universal, com câmara única e dispondo de um tribunal de garantias que fiscalizava a Constituição.

Desde 14 de Abril até 9 de Dezembro de 1931, o período do Governo provisório, existiram inúmeras iniciativas legislativas que abordaram a problemática relação Igreja-Estado. No dia 6 de Maio foi validado o ensino religioso voluntário nas escolas publicas. No dia 22 de Maio foi instituído a liberdade de culto e de consciência. No dia 9 de Junho a secularização dos cemitérios. Foi aplicada a retirada dos cruxifixos, dos estabelecimentos de ensino, para alunos que não quisesse o ensino religioso.<sup>71</sup>

O nascimento da II República foi uma ameaça para as partes mais privilegiadas da sociedade espanhola, colocando a igreja numa posição difícil. Acompanhando a complexidade do estado espanhol, com as reivindicações sempre presentes das regiões autonomistas, onde a pobreza era uma realidade dentro da Espanha.<sup>72</sup>

A esquerda republicana não possuía características antimilitares, mas sim anticlericais. A igreja era conotada e exposta como uma força prejudicial para Espanha. A instituição de Alcalá-Zamora como Presidente, sendo o mesmo católico, foi uma estratégia para que não se caísse em posições radicais da República sobre a igreja.<sup>73</sup>

Com a fundação da II República espanhola houve uma diferente abordagem à questão religiosa entre o Estado e a Igreja. A mentalidade laica de muitos dos partidos e forças republicanas foi na direção da discussão parlamentar do direito do ordenamento civil, liberdade de culto, divorcio e ensino laico, com a aprovação dos artigos 3º, 26º e

---

<sup>69</sup> Idem, p. 86.

<sup>70</sup> Idem, p. 91.

<sup>71</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 103.

<sup>72</sup> Caldeira Rodrigues, Pedro, “Espanha, Abril de 1931: A República”, in Simões do Paço (Editor-coordenador), *1926- 1932 A Ascensão de Salazar*, p. 97.

<sup>73</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, pp. 90-91.

27º da Constituição.<sup>74</sup>

A atitude e posição neutral do Exército, que estava em lutas internas, obteve uma implementação mais tranquila da República. O novo regime republicano obedecia à frágil simetria das forças militares espanholas que estavam imbuídas por ideias contrárias a Primo Rivera e monárquicas, onde o republicanismo estava pouco implementado no exército que optou por estar na expectativa pelo desenrolar dos acontecimentos políticos. A ideia mais presente do exército, sobre a República, era que iria ter menos peso na intervenção no Governo, mas ao mesmo tempo teria mais autonomia na sua organização. Manuel Azaña foi partidário de uma reformulação da organização e da estrutura do Exército pois uma posição de autonomia e de intervenção do Exército na sociedade não era benéfica.<sup>75</sup>

Na preparação para as eleições às *Cortes Constituyentes*, as forças e partidos republicanos estavam divididos em três corpos: Evidenciada pelo Alcalá-Zamora com contornos de direita; Com o foco no centro estabelecido na *Alianza Republicana*; Posicionada na esquerda com a inclusão dos radicais socialistas. Logo, as eleições foram acontecendo por intermédio da *Acción Republicana* e do *Partido Radical Socialista*.<sup>76</sup>

No ato eleitoral de 28 de Junho de 1931 houve uma participação de, aproximadamente, 70% dos eleitores. Os vencedores destas eleições foram os socialistas que obtiveram 113 deputados, os radicais com 87 assentos e os radicais-socialistas com 61 deputados. Pelo contrário, a direita obteve um resultado escasso somente favorável em Salamanca, Navarra, País Vasco e no norte de Castela a Velha.<sup>77</sup>

No dia 30 de Julho de 1931, o governo provisório alcançou a confiança de continuar a governar até à aprovação do texto constitucional. O juramento do cargo presidencial, do Presidente da República Alcalá-Zamora, aconteceu no dia 10 de Dezembro de 1931. No dia 12 de Dezembro foi incumbido de formar governo Manuel Azaña que foi apresentado às Cortes no dia 17 de Dezembro de 1931.<sup>78</sup>

A Constituição foi aprovada no dia 9 de Dezembro de 1931. A Constituição estabelecia um modelo de organização territorial que contemplava a ideia de um *Estado*

---

<sup>74</sup> Castiella Rodríguez, Pedro, *Política Religiosa de la II Republica española*. Cuadernos doctorales: derecho canónico, derecho eclesiástico del Estado, 1992 p. 444.

<sup>75</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 147.

<sup>76</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 94.

<sup>77</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, pp. 69-70.

<sup>78</sup> Castiella Rodríguez, *Política Religiosa de la II República española*, p. 450.

*regionalizado com partes que entravam na composição de um todo.* A escolha de um Estado em harmonia com as autonomias regionais.<sup>79</sup>

No mês de Outubro, de 1931, António Goicoechea liderava os monárquicos *Alfonsinos* e constituía a *Acción Nacional* que passou depois para *Acción Popular*, onde pertenciam Ángel Herrera Oria e José María Gil-Robles. Este movimento teve uma cisão e em Março de 1933 surgiu a *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA), com Herrera Oria e Gil-Robles e por outro lado nasceu a *Renovación Española* (RE), de António Goicoechea e com a participação de Ramiro de Maeztu, Pedro Sáinz Rodríguez e José María Pemán.<sup>80</sup>

Mesmo com a aprovação da Constituição e a eleição do Presidente da República, que finalizaram o processo de estabelecimento de um regime democrático houve muitos obstáculos ao bom funcionamento da República. Os impedimentos vieram da direita católica, contra o acentuado anticlericalismo presente nas Cortes, da CNT, que não reconhecia as novas instituições, e pressão das forças armadas.<sup>81</sup>

No início do ano de 1932, avançava um complô constitucionalista no Exército. As bases do exército, em Saragoça e Sevilha, foram recetivas a um apoio para iniciar uma conspiração. Um grande apoio veio dos apelidados africanistas com ligações ao Marquês de Rif, como os Generais, Ponte y Pozas, Gómez Jordana, Cavalcanti e González Carrasco; os Coronéis, Varela, Sanz de Lerín e Serrador; os Tenentes-Coronéis, Esteban-Infantes e Pablo Martín Alonso; os Comandantes Tella e Sáenz de Buruaga e os aviadores Ansaldo e Acedo Colunga.<sup>82</sup>

Luis Zavala detinha um papel de ligação com o General Sanjurjo e os constitucionalistas para integrar o Sanjurjo no golpe. O objetivo político deste golpe militar passava por um apelo, nas Cortes constituintes, no sentido de decidir por uma Monarquia ou República.<sup>83</sup>

O insucesso do golpe militar de 10 de Agosto de 1932, mais conhecido pela *Sanjurjada*, deu animo e força política para que o governo republicano pudesse avançar com a reforma agrária e o estatuto da Catalunha. As individualidades mais presentes na conspiração militar foram Melquíades Álvarez, Manuel Burgos y Mazo e Santiago Alba.

<sup>79</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 278.

<sup>80</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, pp. 18-19.

<sup>81</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 155.

<sup>82</sup> González Calleja, Eduardo, *Contrarrevolucionarios, Radicalización violenta de las derechas durante la Segunda República, 1931-1936*, Madrid, Alianza Editorial, 2011, p. 86.

<sup>83</sup> Idem, p. 87.

A cabeça do complô foi o General José Sanjurjo que tinha sido demitido da chefia da Guardia Civil. Existe a possibilidade de Alejandro Lerroux poder estar implicado nesta revolta.<sup>84</sup>

O golpe teve êxito inicial na capital da Andaluzia na cidade de Sevilla, pois a Guardia Civil acompanhou Sanjurjo neste golpe. Foram tomados os telégrafos e os telefones com a declaração de estado de sítio. As forças militares estavam sublevadas e Sanjurjo esperou, durante todo o dia, notícias do resultado do estado do golpe em outras zonas de Espanha. Deu-se conta que a intentona tinha falhado e foi confrontado com uma greve geral realizada pelos sindicatos de Sevilha e optou por fugir para Portugal, mas foi detido em Huelva. O governo republicano prendeu vários instigadores do golpe, incluindo José António Primo de Rivera e Ramiro de Maeztu, e deportou, aproximadamente, 140 pessoas que estiveram ligadas ao golpe incluindo Villa Cisneros.<sup>85</sup>

Espanha, no início da II República, era uns dos países menos desenvolvidos do continente europeu. Era um país agrícola e de criação de gado. Possuía 23,5 milhões de habitantes, 4,7 milhões de classe média, com 80 000 empresários, 40 000 comerciantes e 12 000 famílias proprietários de quintas e de campos agrícolas. No entanto, 75% da população eram assalariados pobres em situações complicadas e incidindo esta pobreza nos campos agrícolas sobre os pequenos agricultores e trabalhadores assalariados agrícolas. Em Espanha nos anos 30 a produção agrícola estava insuficientemente mecanizada e a indústria possuía o seu foco fundamentalmente no País Vasco e na Catalunha.<sup>86</sup>

No início dos anos 30, do século XX, Espanha era considerado um país com um cariz preponderante agrícola onde sensivelmente 50% dos seus habitantes praticavam profissões relacionados com a terra e o mar. Desenvolveu um nicho de agricultura, dedicada à exportação, com base em um sector industrial agrícola.<sup>87</sup>

No ano de 1931 foi iniciada a reforma agrária que planeava a expropriação de usufruto, mas não da propriedade. No dia 9 de Setembro de 1932 foi estabelecida a *Ley de Reforma Agraria*, onde foi complexa a sua praticabilidade além do mais não havia orçamento para pagar as indemnizações estabelecidas.<sup>88</sup>

---

<sup>84</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, pp. 203-206.

<sup>85</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, pp. 18-19.

<sup>86</sup> Martín de Santos, Inés, *Aproximación a los estudios sobre la economía en la Segunda República española hasta 1936*, Revista de Historiografía, nº 29, 2018, p. 202.

<sup>87</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 668.

<sup>88</sup> Martín de Santos, *Aproximación a los estudios sobre la economía en la Segunda República española hasta 1936*, p. 203.

Logo, no ano de 1931 foram legislados o dia de trabalho com 8 horas e o seguro de desemprego voluntário. No dia 26 de Novembro foi enunciada a Lei de ordenamento bancário, com pendor intervencionista. No ano de 1932 foi aprovada o *Plan de Riegos*. E no dia 20 de Dezembro foi instituída a *Ley de Contribución General sobre la Renta*.<sup>89</sup>

A lei da Reforma Agraria foi aprovada, no dia 19 de Setembro de 1932, com 318 votos a favor e 19 contra. Todos os republicanos votaram favoravelmente, incluindo Lerroux e Maura. Esta lei só era instituída em 14 províncias com grandes latifúndios no Sul de Espanha e estabeleciam a expropriação de terras pertencentes aos grandes latifundiários com vários critérios para se poder expropriar com uma indemnização.<sup>90</sup>

O diretor do *Banco Exterior*, deputado e militante na *Acción Republicana*, Gabriel Franco preconizava que a revitalização da economia espanhola, que estava retraída devido a uma crise de confiança com a saída de capitais e as consequências da crise mundial, devia se apoiar no investimento das grandes empresas e um planeamento de execução de obras publicas. As obras publicas deviam ser financiadas por impostos e com divida publica colocada no mercado.<sup>91</sup>

Marcelino Domingo tinha uma complicada missão, como Ministro de Agricultura, Indústria e Comercio. Havia uma enorme falta de confiança na classe empresarial pois temiam as pressões revolucionárias da CNT e o quadro legislativo proposto por Largo Caballero que incidia sobre um aumento importante dos custos salariais. Houve um incremento do número de desempregados, segundo cálculos da UGT haviam 389.000 pessoas desempregadas, em Janeiro de 1932, e em Julho do mesmo ano já estavam contabilizados 446.000 trabalhadores. Em Dezembro de 1933 já haviam 619.000 pessoas no desemprego.<sup>92</sup> A produção industrial baixou, na ordem dos 12%, entre 1930 e 1933. As exportações decaíram em 30% e as importações desceram 20% entre os anos de 1929 e 1933.<sup>93</sup>

---

<sup>89</sup> Idem, p.198.

<sup>90</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 194.

<sup>91</sup> Idem, p. 122.

<sup>92</sup> Idem, pp. 189-190.

<sup>93</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, pp. 660-661.

## De Novembro de 1933 às eleições de Fevereiro de 1936

As segundas eleições realizadas durante a II República, para o parlamento, foram concretizadas em 19 de Novembro de 1933, com a primeira volta, e a 3 de Dezembro com a realização da segunda volta. A participação das mulheres nas eleições foi algo único e pioneiro na vida eleitoral espanhola. A vencedora destas eleições foi a CEDA, que obteve um grande apoio logístico, financeiro e o da Igreja.

Em 1933 realizaram-se eleições gerais com uma derrota para as forças que dois anos antes materializaram a vitória, onde os anarquistas se abstiveram.<sup>94</sup>

Nas eleições de Novembro de 1933 a esquerda operária e a esquerda burguesa perdiam votos para a CEDA liderada pelo José María Gil-Robles que obteve 115 deputados. No entanto, como a CEDA, que foi a força política mais votada, não se reviam na República e na Monarquia foi o Partido Radical, que possuía 104 deputados, que tomou as rédeas do Governo, mas sempre dependente da direita.<sup>95</sup>

Segundo Paul Preston, Alcalá-Zamora não pensou na possibilidade de Gil-Robles constituir Governo:

*Pese, sem chegar a maioria absoluta, a CEDA, era o partido com maior representação nas Cortes. O Presidente desconfiava do dirigente católico e supunha que possuía a intenção, mais ou menos fascista, de estabelecer um Estado autoritário e corporativo. Assim, pois, Alejandro Lerroux, dirigente do segundo partido em representação numérica, foi nomeado Primeiro Ministro. Ao depender dos votos da CEDA, os Radicais estavam condenados a comportar-se como marionetas. Como compensação a uma política social muito dura que beneficiava os interesses dos votantes mais ricos da CEDA, tolerou-se que os Radicais gozassem do tráfico de influências governamental.*<sup>96</sup>

No plano económico em Dezembro de 1933 foi fundado o *Instituto de Reforma Agraria* e a implementação do *Plan Nacional de Obras Hidráulicas*. No ano de 1934 foram derogadas muitas expropriações e em 1935 foi instituída a *Ley de la previsión contra el paro* onde havia uma política para diminuir o desemprego com um investimento

<sup>94</sup> Caldeira Rodrigues, Pedro, “Espanha, Abril de 1931: A República”, in Simões do Paço (Editor-coordenador), *1926- 1932 A Ascensão de Salazar*, p. 102.

<sup>95</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, pp. 302-303.

<sup>96</sup> Preston, Paul, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, Barcelona, Debolsillo, 2010, p. 88.

publico em construção de casas para classe média, no entanto o êxito foi relativo porque só foi implementado em Madrid e Barcelona.<sup>97</sup>

O Ministério do Trabalho relatava noventa e oito greves no setor agrário de Janeiro a Maio de 1934. A greve geral da FNTT <sup>98</sup>, em Junho de 1934, foi instaurada em 1.563 municípios rurais, foi eficaz em áreas latifundiárias das zonas de Córdoba, Málaga e Cidade Real e em partes de Badajoz, Huelva e Jaén. Em Sevilha a greve foi fortemente apoiada pela UGT. O comportamento foi limitado de ambos os lados e o governo não declarou a lei marcial. Foram contabilizados treze mortos, não tanto em ataques policiais, mas em lutas entre grevistas e antigrevistas. Os tribunais julgaram e condenaram vários líderes da FNTT a penas de prisão entre quatro e mais anos. A greve foi um fracasso total, deixando o maior aliado da UGT seriamente enfraquecido e desanimado. Muitas *Casas del Pueblo* (sedes e locais de agrupação com teor político do PSOE) no Sul da Espanha não seriam reabertas até Fevereiro de 1936.<sup>99</sup>

Em relação ao setor do olival, no ano de 1927 foram atingidos preços máximos e houve um ano, em 1929, de excecionalidade em termos de colheitas. No entanto, devido à descida dos preços de azeite desde 1931 a 1933 e a partir de 1936 mais o crescimento de números de greves, a desvalorização do preço dos terrenos agrícolas, os aumentos dos impostos sociais e as consequências da reforma agrícola, foram causas para arrastar o setor do olival, em Espanha, para uma perda de competitividade externa em detrimento do olival italiano.<sup>100</sup>

Para a Catalunha uns dos grandes logros da República foi a autonomia que incluía uma maior liberdade política e administrativa com a oportunidade de inserir novas alterações políticas. No entanto, a democracia e a autonomia não sensibilizaram a CNT. No ano de 1933, os catalães sentiram um aumento do crime e da desordem ao descuido da polícia controlada em Madrid. Quando a mudança das atribuições das funções de segurança para o pelouro da *Generalitat*, em Abril de 1934, foi criada uma nova polícia catalã, os *Mossos d'Esquadra*, que foi fundada para vigiar aldeias rurais e complementar a Guarda Civil. Nas eleições gerais de Novembro de 1933, a *Lliga Catalana* venceu a

---

<sup>97</sup> Martín de Santos, *Aproximación a los estudios sobre la economía en la Segunda República española hasta 1936*, p.198.

<sup>98</sup> *Federación Nacional de Trabajadores de la Tierra* (FNTT) sindicato espanhol do setor agrário pertencente à UGT. Em 1934 mudou de nome para *Federación Española de Trabajadores de la Tierra* (FETT).

<sup>99</sup> Payne, Stanley G., *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936, Origins of the Civil War, The Revolutionary Insurrection of 1934*, New Haven, Yale University Press, 2006, p. 63.

<sup>100</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 657.

*Esquerra*, que estava no poder, por 25 a 19 deputados. Nas eleições regionais da Catalunha, realizadas em Janeiro de 1934, a *Esquerra* ganhou margem dos votos populares em relação à *Lliga* de 162.216 votos para 132.942 votos. Esta vitória, a única eleição vencida pelos republicanos de esquerda nos anos de 1933-34, apelidou a Catalunha como o “último bastião” da República com bases da esquerda original.<sup>101</sup>

A Catalunha era o maior centro industrial da Espanha, no entanto também possuía uma economia fortemente agrária. Houve, nos campos agrícolas, pressão da *Unió de Rabassaires* (UR), que era um organismo de agricultores que cuidavam de uma parte significativa das terras em áreas vinícolas. O objetivo da UR era converter a terra em que trabalhavam em propriedade privada.<sup>102</sup>

No dia 5 de Outubro de 1934 começou, nas cidades de Madrid, Barcelona e outras áreas nas quais os socialistas eram fortes, uma greve geral convocada em nível nacional. Em todas as províncias, exceto duas, os planos de tomar centros de poder com militantes mal-armados foram postos em prática e foram facilmente dissolvidos pelas autoridades governamentais. A grande maioria dos partidários de esquerda recusaram-se a se unir aos rebeldes. As forças armadas e a polícia apoiaram as autoridades políticas em larga maioria.<sup>103</sup>

As revoltas socialistas aconteceram nas Astúrias, em duas províncias bascas industrializadas de Biscaia e Guipúscoa e em Palência e Leão. A greve geral durou vários dias na zona industrial de Biscaia, enquanto em Guipúscoa os socialistas assumiram temporariamente a fiscalização das zonas de Mondragão e Eibar. As forças militares foram transferidas de outras regiões e houve alguns combates antes que a zona pudesse ser pacificada e recuperar o seu controle. No entanto, nas Astúrias houve um desenvolvimento mais profundo das revoltas com uma *Alianza Obrera* revolucionária unida, baseada especialmente nos distritos mineiros e fortemente apoiada pela CNT. As Astúrias era uma região onde quase 70% de todos os trabalhadores eram sindicalizados e a esquerda estava completamente unida. A concorrência económica estrangeira foi, durante a década de 1920, uma causa para queda da importância económica das Astúrias, com o evento da República tornou possível uma recuperação.

Mas não foi o suficiente, devido à conjuntura internacional, o declínio da produtividade e o baixo investimento na zona aumentou a frustração e a militância,

---

<sup>101</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 66.

<sup>102</sup> Idem, p. 67.

<sup>103</sup> Idem, p. 85.

nomeadamente entre os trabalhadores mais jovens. A revolta nas Astúrias começou na noite de 4 para 5 de Outubro onde as áreas mineiras foram, apressadamente, ocupadas. O plano de defesa das autoridades locais era puramente passivo. A força da insurreição foi muito superior nas Astúrias, onde mais de 20.000 milícias foram rapidamente organizadas e embora alguns, inicialmente, não tivessem armas elas, gradualmente, foram parar às mãos dos operários.<sup>104</sup>

Segundo Payne, no dia 6 de Outubro os revolucionários dirigiram-se para, Oviedo onde havia aproximadamente 900 soldados e 300 policia. As chefias militares e policiais locais, um tanto frágeis e divididos, delinearam um sistema de defesa passiva organizado em torno de nove pontos fortes da cidade. Logo, a ocupação de Oviedo, por parte 8.000 milicianos revolucionários, foi uma realidade. Na parte ocupada foi declarada de uma forma formal a revolução proletária, com a abolição do dinheiro e com a morte de vinte pessoas muitas pertencentes à igreja. Existia focos de luta em Oviedo e partes da cidade foram destruídas por bombardeios, com a colocação de dinamite, vandalismo e pilhagens. Os reforços do exército foram enviados de uma forma desorganizada para a zona das Astúrias. Lerroux escolheu Eduardo López Ochoa, para chefiar a principal coluna de alívio. Logo, ele começou a se dirigir para o leste com uma força de 360 soldados. Enquanto isso, uma guarnição de 460 soldados e policia havia resistido em Gijón, onde os reforços chegaram pela primeira vez por mar no dia 7 de Outubro, e seguidos por unidades do Protetorado marroquino no dia 10 de Outubro de 1934.<sup>105</sup>

A cidade de Oviedo foi recuperada nos dias 12 e 13 de Outubro, pelas autoridades militares governamentais, e o comité regional dos revolucionários decidiu abandonar Oviedo no dia 11. A luta mais violenta ocorreu entre os dias 14 e 17 de Outubro pelo controle do sul e em distritos periféricos orientais que controlavam o acesso à bacia de mineração. Nessa altura, López Ochoa detinha um total de 15.000 soldados e 3.000 policia na zona aproximadamente o mesmo número que os revolucionários. Houve uma negociação no dia 18 de Outubro, com uma ocupação da zona mineira.<sup>106</sup>

Neste imputo revolucionário existem estimativas de 1.300 mortos para os revolucionários onde 1.100 deles foram nas Astúrias. Houve 450 mortes entre o exército e a polícia, principalmente, nas Astúrias. Houve um grande número de execuções sumárias pelos militares A *Dirección General de Seguridad* recuperou 90.000

---

<sup>104</sup> Idem, p. 89.

<sup>105</sup> Idem, p. 90.

<sup>106</sup> Idem, p. 91.

espingardas e 30.000 pistolas. Cerca de 15 milhões de pesetas foram saqueados de bancos, dos quais apenas cerca de um terço foi recuperado e houve muita destruição de propriedade. Depois da ocupação militar, sucedeu um exaustivo controlo policial na região mineira sobre os revolucionários, com milhares de prisões, espancamentos e torturas. Em Espanha foram realizadas mais de 15.000 prisões.<sup>107</sup>

A apelidada “Comuna Asturiana” durou duas semanas e houve graves combates armados, com elevadas baixas e com índicos e características de uma guerra civil. Em Outubro de 1934, com a utilização da violência, houve uma polarização evidente de uma força de esquerda operária, que se sentia fora da orbita da República, com a direita que se apoiou nessa esquerda dentro de uma lógica contrarrevolucionária. Existiram mais mortes no campo dos revolucionários, onde cada morte por parte do campo do Governo houve 4 mortes no campo revolucionário.<sup>108</sup>

### **De Fevereiro a 17 de Julho de 1936**

No dia 14 de Dezembro de 1935 com a dessegregação da maioria no parlamento e com Alcalá-Zamora ter recusado a entrega do governo a Gil-Robles foram motivos para se formar um governo sobre a tutela de Manuel Portela Valladares sem a inclusão da CEDA. E no dia 30 de Dezembro com uma nova crise houve um novo governo de Portela Valladares.<sup>109</sup>

No momento que Portela Valladares se reuniu, com o Conselho de Ministros, no dia 1 de Janeiro de 1936, já presumia que a haveria dissolução das Cortes e a convocatória de eleições para próximo dia 16 de Fevereiro. Nas palavras de Beevor iriam ser as últimas eleições democráticas em Espanha, durante quarenta anos.<sup>110</sup>

Segundo Avilés Farré, os vários partidos, forças e movimentos de esquerda e de índole republicana, que foram incluídos na Frente Popular, realizaram um programa de governo com base na força operária, de conteúdo republicano e salientando uma posição de amnistia com a reintegração de trabalhadores que foram marginalizados. Enunciam, os vários partidos, forças e movimentos da Frente Popular, realizar o esforço para se unirem no sentido de afrontarem o próximo combate eleitoral:

---

<sup>107</sup> Idem, p. 92.

<sup>108</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 969.

<sup>109</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 825.

<sup>110</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 27.

*O manifesto da Frente Popular apresentava um programa de governo que, em caso de vitória, os partidos republicanos de esquerda deveriam desenvolver “com o apoio das forças operárias”, porque já havia sido acordado que o governo deveria ser exclusivamente republicano. Um elemento-chave disso foi a amnistia, que representou a principal razão pela qual Largo Caballero e seus seguidores apoiaram o pato, e que incluiria a reintegração dos trabalhadores demitidos nos casos em que os júris mistos considerassem como a causa da demissão uma motivação de natureza política e social, que abarcou todos os grevistas demitidos em outubro de 1934.*

*Além dos três partidos que a negociaram, a UGT, a Juventude Socialista, o Partido Comunista da Espanha, assinaram o manifesto. o Partido Sindicalista e o Partido Marxista dos Trabalhadores da Unificação, enquanto outras forças foram incorporadas em nível local. Na Catalunha, formou-se a Frente d'Esquerres, cujo manifesto foi assinado por nove organizações republicanas, socialistas e comunistas, entre elas a Partit Republicà d'Esquerra, braço catalão do partido Azaña. O Partido Galego e a Esquerda Valenciana também se juntaram aos candidatos da frente popular.<sup>111</sup>*

Para as eleições de 1936 foi constituído um alargado movimento político, que foi denominado por Frente Popular. Esta plataforma política incluía os republicanos de esquerda (Esquerda Republicana e União Republicana), a Esquerda Catalã, o Partido Autonomista Galego, socialistas, a UGT e os comunistas. As Juventudes Socialistas uniram-se com as Juventudes Comunistas surgindo então as Juventudes Socialistas Unificadas (JSU), lideradas por Santiago Carrillo. Esta união foi um êxito para os comunistas como foi a criação do PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha) que absorveu os socialistas e comunistas na mesma organização.

O programa da Frente Popular tinha as seguintes autonomias medidas; a recuperação económica, a redução de impostos, a regional, reparação para com as vítimas da repressão e a amnistia para os presos políticos. A vitória eleitoral pertenceu, então, à Frente Popular, que teve como força principal a inclusão de vários partidos de esquerda.

As forças de esquerda obtiveram 258 deputados. Em comparação com as eleições de 1933 o êxito da Frente Popular teve a circunstância de ter mais 24%, dos eleitores, que votaram na esquerda no ano de 1933, mais 6%, que se absteriam em 1933, e mais 4% dos que haviam votado no centro em 1933.<sup>112</sup>

Os resultados quantitativos das eleições de Fevereiro de 1936 que deram a vitória à Frente Popular foram assim distribuídos; Votantes: 9.864.783 (72% de censo eleitoral) Frente Popular: 4.654.116 votos. Nacionalistas vascos: 125.714 votos. Centro: 400.901

---

<sup>111</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, p. 384.

<sup>112</sup> Idem, pp. 388-389.

votos. Direitas: 4.503.524 votos. Em relação à votação dos partidos mais proeminentes e votados, em todo o âmbito político e ideológico, começamos com a área das esquerdas. O PSOE com 99 assentos. *Izquierda Republicana* (uma junção da *Acción Republicana*, do *Partido Republicano Galleguista* e o Radical-Socialista de Marcelino Domingo) obteve 87 deputados. A *Unión Republicana* de Martínez Barrio (separada do *Partido Radical* de Lerroux) com 38 assentos. O *Partido Comunista de España* obteve, 17 deputados. *Esquerra Republicana de Catalunya* com 21 assentos. No que respeita à zona das direitas. A CEDA obteve 88 assentos. O *Bloque Nacional* com 12 deputados, Os *Tradicionalistas* com 10 deputados. A *Lliga* obteve 12 assentos. O Partido Radical com 5 deputados. Podemos considerar o Partido Centrista de Pórtela Valladares com 16 deputados e o Partido Nacionalista Vasco com 10 deputados.<sup>113</sup>

Houve várias conquistas políticas e sociais obtidas nas eleições de Fevereiro. As forças seculares que estão estabelecidas em Espanha, há muitos anos, foram de certa forma afrontadas. Como os poderes e relações de caciquismo nas áreas rurais e a dinâmica implementada pelo governo e os governos civis de favorecimento dos seus candidatos.<sup>114</sup>

Com a demissão de Alcalá-Zamora foram enunciadas eleições para Presidente da República para o dia 10 de Maio de 1936 onde os deputados e os *compromisarios* votaram dando a vitória por uma grande maioria a Manuel Azaña.<sup>115</sup>

A *Unión Militar Española* (UME), foi uma organização com algum secretismo com 3.436 membros atribuídos na Primavera de 1936 e com o apoio de 1.843 oficiais aposentados e 2.131 oficiais não comissionados. Possuía algumas qualidades de sindicato militar, no entanto carecia de estrutura e liderança rígidas logo, não era um instrumento eficaz de conspiração. A *Unión Militar Republicana Antifascista* (UMRA) foi fundada em 1935 pela fusão da *Unión Militar Republicana* (criada no Marrocos no ano anterior) e a *Unión Militar Antifascista* orientada pelos comunistas. A UMRA detinha somente algumas centenas de membros e usufruía filiação com a Maçonaria.<sup>116</sup>

O Partido comunista espanhol (PCE) alcançou algum significado com os dezassete deputados que obteve. A influência comunista foi reforçada por relações estreitas com a Juventude Socialista e com a assistência prestada às vítimas da repressão pela Socorro Rojo Internacional. Logo após as eleições de Fevereiro de 1936 uma delegação do PCE visitou a capital soviética, no sentido da liderança do *Comintern* para

<sup>113</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 30.

<sup>114</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 834.

<sup>115</sup> Idem, pp. 841-842.

<sup>116</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, pp. 199-200.

preparar diretrizes e dirigir o partido espanhol para a “Revolução em desenvolvimento na Espanha”.<sup>117</sup>

Seguindo as instruções dos líderes do PCE, após orientações do *Comintern*, consagraram prioridade especial à “tripla unificação” com os socialistas com a unificação dos partidos, dos sindicatos e das organizações juvenis. Em Novembro de 1935, a comissão executiva da UGT já havia concordado com a entrada da CGTU comunista na organização sindical socialista. Mais auspicioso para os comunistas foi o interesse dos líderes da JS (Juventude Socialista) em promover a rápida unificação da sua força. No dia 4 de Março de 1936, o Comité do PCE enviou uma carta à comissão executiva do PSOE, sugerindo a formação de grupos da Aliança dos Trabalhadores, liderados por socialistas e comunistas.<sup>118</sup>

No entanto a estratégia de fusão comunista somente obteve sucesso com a Juventude Socialista. No dia 5 de Abril, as Juventudes Socialistas Unificadas (Juventude Socialista Unificada; JSU) foram criadas, realizando a junção de aproximadamente 40.000 membros da Juventude Socialista com os 3.000 associados comunistas. As forças comunistas ainda propuseram negociar com a CNT, no entanto a CNT, na Primavera de 1936, estava mais próxima da UGT, pois a experiência em se organizar em conjunto, os havia aproximado para realizar novas vitórias decisivas. Haveria muitas greves conjuntas da UGT-CNT, naquela Primavera de 1936, embora a forte rivalidade seguisse a perdurar.<sup>119</sup>

O efeito da vitória eleitoral da Frente Popular em Fevereiro acelerou todos os movimentos autonomistas e regionalistas. O restabelecimento da autonomia catalã foi seguido por uma nova iniciativa dos nacionalistas bascos. O apoio da administração republicana de esquerda, impulsionou as forças autonomistas em todas as regiões espanholas.

Em Maio, representantes das três províncias de Aragão começaram a reunir-se para negociar um estatuto para Aragão, muito semelhante ao da Catalunha. No dia 20 de Maio começou-se a trabalhar para um estatuto de Castela e Leão. No dia 29 de Maio, foi lançada uma campanha em Gijón para um estatuto Asturiano. Para a região de Valência havia, igualmente, negociações. Para um estatuto na Andaluzia foi realizado, no dia 6 de Julho, uma reunião em Sevilha para principiar a redigir um estatuto andaluz. No dia 15,

---

<sup>117</sup> Idem, p. 202.

<sup>118</sup> Idem, p. 206.

<sup>119</sup> Idem, p. 209.

em Santa Cruz de Tenerife, houve uma reunião para avançar para um estatuto das ilhas Canárias. Na Galiza o processo estava mais avançado, onde a campanha autonomista foi promovida pela Frente Popular.<sup>120</sup>

Os salários da colheita no Sul eram geralmente fixados entre onze a treze pesetas por dia, embora os sindicatos às vezes exigissem mais, e “*isso significou mais do que uma duplicação dos salários de 1935 e um aumento de cerca de 20% em relação às tabelas salariais de 1933, um ano em que a redução dos lucros dos produtores foi tão grande que contribuiu*”.<sup>121</sup> Na zona de Jaén, os salários aumentaram 46% em relação ao nível de 1932, de modo que em Maio alguns proprietários de terras no Sul de Espanha começaram a abandonar as suas propriedades e se mudar para as cidades.<sup>122</sup>

No final de Junho e início de Julho de 1936, a comunicação social espanhola divulgava um o número crescente de manifestos onde os proprietários das terras teriam de abandonar o cultivo, enquanto as declarações do governo pareciam indicar que perceberam que os aumentos salariais haviam se tornado excessivos. Existiram detenções arbitrárias, por exemplo, em Antequera, todos os elementos da seção local da *Renovación Española* foram presos e apelidados de “fascistas”. Na Andaluzia devido à situação pré-revolucionária desenvolveram-se muitos casos de intimidação.<sup>123</sup>

### 3. Relações luso-espanholas de 1931 a Fevereiro de 1936

O posicionamento político português face à República espanhola pode ser distinguido através de três fases: a primeira fase vai desde a proclamação da República em 14 de Abril de 1931 até às eleições legislativas de Novembro de 1933; a segunda fase, de Novembro de 1933 às eleições de Fevereiro de 1936, e a terceira fase<sup>124</sup>, de Fevereiro de 1936 do golpe militar de 18 de Julho de 1936.<sup>125</sup>

---

<sup>120</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, pp. 271-272.

<sup>121</sup> Idem, pp. 259-260

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>123</sup> Idem, p. 263.

<sup>124</sup> Ver capítulo: As relações luso-espanholas e a correspondência diplomática portuguesa de Fevereiro de 1936 até Julho de 1936.

<sup>125</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 81.

Em Abril de 1931 havia, na Península Ibérica, dois regimes políticos diferentes. No lado espanhol a República renascia com as eleições municipais a derivarem num governo de esquerda. Em território português, Oliveira Salazar estava a instituir um regime político com um pendor autoritário e à sua medida.

A partir de abril de 1931, com a implantação da II República em Espanha houve um reiniciar de desequilíbrio e desarmonia entre os dois estados ibéricos que durou até 17 de Julho de 1936. No entanto, houve um suave aproximar de posições entre Outubro de 1934 e Fevereiro de 1936. Uma visão política diferente entre um estado autoritário promovido por Oliveira Salazar e uma Espanha dominada por republicanos, radicais e revolucionários.<sup>126</sup>

Segundo Futscher Pereira, o papel do Embaixador português, Melo Barreto<sup>127</sup>, em Espanha, foi importante para alertar Oliveira Salazar das tendências políticas que podiam influenciar Portugal:

*Outro fator de desconfiança eram as ideias federalistas e iberistas alimentadas por alguns intelectuais e políticos espanhóis, constantemente referidos pelo Embaixador de Portugal em Madrid, Melo Barreto. Uma Espanha governada à esquerda era vista como uma ameaça existencial, não apenas ao regime, mas também, até certo ponto, à própria independência nacional.*<sup>128</sup>

Com o nascimento da II República espanhola, em 1931, começaram a surgir as ideias federalistas e iberistas que advém da noção da Espanha “Grande”. Marcelino Domingo, em 1930, afirmava, *que uma Federação Peninsular seria a realidade geográfica mais temível da Europa.*<sup>129</sup>

Muito distante da relação que simbolizava a amizade peninsular durante a ditadura de Primo Rivera, entre 1923 e 1930.<sup>130</sup> Houve a natural predisposição, num clima de tensão vigente, para rumores e manifestações de animosidade mais ou menos explícitos entre os dois estados ibéricos. De Espanha por receber e apoiar as oposições portuguesas

<sup>126</sup> Sardica, José Miguel, *A sombra do «outro»: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófono*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2018, p. 130.

<sup>127</sup> Diplomata, político e tradutor, João Carlos de Melo Barreto, Embaixador português em Espanha desde 1926 até à sua morte em Madrid em 1935. Foi várias vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1919 e 1920.

<sup>128</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 28.

<sup>129</sup> Torre Gómez, Hipólito de la, *Do Perigo Espanhol à amizade Peninsular, Portugal-Espanha 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 135 e 138.

<sup>130</sup> Ver capítulo; Desconfiança de Portugal em relação aos nacionalistas.

que lutavam contra Salazar e Portugal por acolher monárquicos, conservadores e militares espanhóis que divergiam da política de esquerda em Espanha.<sup>131</sup>

### **De 14 de Abril de 1931 até às eleições legislativas de Novembro de 1933**

Relativamente à primeira fase das relações luso-espanholas, o Governo português foi célere a reconhecer o novo regime espanhol. No entanto, as relações entre os dois Estados ibéricos iriam ser necessariamente diferentes daquelas que existiam com a ditadura de Primo de Rivera, de 1923 a 1930, e as situações de tensão de conflito iriam ser mais constantes.

As declarações oficiais dos responsáveis dos dois países, sublinharam a cordialidade que devia existir, embora, reconhecendo a diferença e a divergência de atuação dos governos que coabitavam na Península Ibérica. A não ingerência na vida política interna era reiterada pelos dois Governos, mas Oliveira Salazar sabia que a convivência de dois regimes antagónicos no espaço geográfico Peninsular seria complexa e difícil.

O território português possui uma longa fronteira com Espanha, que é muito permeável à circulação de pessoas e materiais, e com fronteiras deficientemente vigiadas e controladas, pois havia uma elevada precariedade da polícia e guarda fronteiriça e nos meios terrestres e marítimos. A possível infiltração de elementos indesejáveis, a nível político e ideológico, que pudesse pôr em causa o regime português era considerada de muita importância e que devia ser tratado com celeridade pelo Governo luso.

Com as relações entre os países a deteriorarem-se cada vez mais, o regime salazarista pressiona o seu mais antigo aliado, a Inglaterra, da instabilidade e perigosidade da situação onde Portugal sentiam-se vítima de ideias anexionistas ou federalistas ibéricas do executivo espanhol.<sup>132</sup>

É sintomático que em Maio de 1931, pouco depois da implantação da II República espanhola, Oliveira Salazar proclame um discurso cheios de recados à nova Espanha republicana:

---

<sup>131</sup> Sardica, *A sombra do «outro»: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo*, p. 133.

<sup>132</sup> Arquivo Oliveira Salazar- Arquivos Nacionais Torre do Tombo, CO/NE-B, Pasta 1, 95ª subdivisão, folha nº289. Telegrama nº41 do Embaixador português em Londres ao Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21/ 03/1936, in Pena Rodríguez, Alberto, *Propaganda, Iberismo y Fascismo. Los intelectuales españoles y la forja del pensamiento único franco-salazarista*, IX Congreso IBERCOM Sevilla-Cádiz, 2006, pp. 103-123 e 129-198.

*Doutrinas eivadas de internacionalismos confusos, aqui e ali estranhamente associados a vagos imperialismos [...] Portugal um velho país livre, homogéneo na sua formação, de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em Estado independente [...] serenamente a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado: livres, independentes, colonizadores.*<sup>133</sup>

A imprensa escrita portuguesa, com a primeira página do jornal *Século*, intitulava a 13 de Abril: “Eleições municipais realizadas em Espanha trouxeram um grande triunfo há ideias republicanas, e continuava; primeiros resultados foram esmagadores para os monárquicos.”<sup>134</sup> Com o desenrolar da II República a agressividade da propaganda era evidente, o mesmo se passava com a imprensa espanhola que teve o mesmo pendor para o regime salazarista excluindo jornais como *ABC*, *La Nación* e o *El Debate* que apoiavam o regime de direita português.<sup>135</sup>

### De Novembro de 1933 às eleições de Fevereiro de 1936

A vitória eleitoral em Espanha foi favorável para a conjugação de esforços entre dois governos de direita que governavam, agora, nos dois países, mesmo estando em processos de consolidação diferentes. O General Sanjurjo instalou-se em Portugal em 1934, após ter sido amnistiado pela tentativa de golpe que intentara concretizar em Agosto de 1932. A conspiração para o *Alzamiento*, de 17 de Julho de 1936, iria passar por Sanjurjo e por Portugal.

Alcalá-Zamora, Presidente da República espanhola, afirmou, em Novembro de 1934, o seguinte: “Fossem quais fossem as contingências da política europeia, Portugal encontraria sempre a seu lado a nação irmã”.<sup>136</sup> O Governo português prosseguia com a desconfiança latente mesmo durante o Governo espanhol mais moderado da CEDA e de Alejandro Lerroux entre 1934 e 1936. Houve inclusivamente uma visita de cortesia de personalidade culturais e intelectuais espanholas a Portugal como Miguel de Unamuno e Ramiro de Maeztu que se encontraram com José de Almada Negreiros onde a mensagem

<sup>133</sup> Salazar 1935, pp.131-132; discurso de 17/5/1931 in Sardica, *A sombra do «outro»: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófono*, p. 131.

<sup>134</sup> Caldeira Rodrigues, Pedro, *Espanha, Abril de 1931: A República*, in Simões do Paço (Editor-coordenador), *1926- 1932 A Ascensão de Salazar*, p. 103.

<sup>135</sup> Torre Gómez, Hipólito de la, *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1931-1936)*, Mérida, UNED, 1988, in Pena Rodríguez, *Propaganda, Iberismo y Fascismo. Los intelectuales españoles y la forja del pensamiento único franco-salazarista*, pp. 103-123 e 129-198.

<sup>136</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 114-116.

enviada era próxima aquela que traduzia a revista Sudoeste: “*Civilização Ibérica, sim, sempre! União Ibérica, não, nunca! Aljubarrota mais Toro igual a zero. Península Ibérica igual a Espanha mais Portugal.*”<sup>137</sup>

Durante a II República, com o Governo de Lerroux, houve uma aproximação dos regimes da Península Ibérica e devido a este fato houve várias expulsões e complicações nos exilados de se movimentarem em Espanha. Jaime Cortesão e Jaime de Morais foram obrigados a ir para França e Moura Pinto fora preso em Madrid devido ao envolvimento com Horacio Echevarrieta por uma questão de intermediação de armas.<sup>138</sup>

O Estado Novo estava a solidificar-se cada vez mais e a viragem à direita em Espanha ia encontrar Salazar a monopolizar todo o poder em terras lusas. Após 1934 o Partido Comunista português assume sozinho a luta contra Oliveira Salazar depois dos anarcossindicalistas e anarquistas serem suprimidos pelo regime português. Salazar afirmava, que era clara uma viragem de vontades nas relações entre Portugal e Espanha, em 20 de Setembro de 1935:

*As relações com a Espanha devem ser amistosas e cordiais de modo a que desapareçam, desse lado, todas as desconfianças e preocupações. Não apenas no terreno económico se podem desenvolver as relações entre Portugal e a Espanha, mas também no terreno político, já que não parece ter hoje aquela nação (Espanha) nenhum interesse contrario aos portugueses dado que a plena independência de Portugal para a realização dos seus destinos no mundo, tem que ser axioma fundamental da política espanhola*<sup>139</sup>.

Em 20 de Novembro, José Martínez de Velasco, Ministro do Estado da República de Espanha, escrevia a José Juncal, Embaixador de Espanha em Portugal, para serem concretizadas as iniciativas elaboradas dos encontros entre Armindo Monteiro e as autoridades republicanas. Martínez de Velasco escreveria:

*Para ser realmente propício o momento para fazer avançar a desejável intensificação das relações entre ambos os países ibéricos, vencendo pouco a pouco a secular prevenção que os portugueses sentem para connosco e a mórbida relação que estabelecem entre a nossa pacífica e fraternal vizinhança com eles e o zelo pela defesa da sua independência [...] Actualmente parece que as circunstâncias adversas ao bom relacionamento estão a desaparecer e todas as*

<sup>137</sup> Sardica, *A sombra do «outro»: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo*, p. 132.

<sup>138</sup> Farinha, Luís, *Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, Revista de Estudios Extremeños, tomo LXXI, Número Extraordinario, 2015, p. 316.

<sup>139</sup> Oliveira, César de, *Portugal e a II República de Espanha*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985, pp. 188, 233-234 e 240-241.

*informações coincidem em apresentar Portugal como propício a um entendimento com a Espanha, tanto no plano político como no comercial.*<sup>140</sup>

A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, à capital espanhola em 1935, a convite de Alejandro Lerroux, Ministro de Estado e encarregado das Relações Exteriores, teve um significado especial, porque foi a primeira visita de um representante do Governo português à República espanhola. Monteiro teve uma recepção calorosa, por parte das autoridades espanholas, onde foi recebido, num ambiente de cortesia, pelo Presidente da República espanhola Alcalá-Zamora.

As negociações comerciais que tiveram início no Verão de 1935 ficaram interrompidas recomeçando as negociações no início de 1936, já com o espectro da vitória da Frente Popular.

#### **4. As relações luso-espanholas e a correspondência diplomática portuguesa de Fevereiro de 1936 até Julho de 1936**

A terceira fase das relações luso-espanholas coincide com a vitória da Frente Popular, nas eleições legislativas, espanholas em 16 de Fevereiro de 1936. Interromperam, assim, a dinâmica de aproximação e de diálogo das autoridades portuguesas e espanholas, que se iniciaram com a visita de Armindo Monteiro a Espanha em Outubro de 1935. Em 21 de Fevereiro de 1936, Oliveira Salazar deslocava-se à Assembleia Nacional e fazia um discurso para os deputados, abordando as preocupações que se adivinhavam da vitória das forças de esquerda na vizinha Espanha:

*Enquanto fomos traçando o nosso caminho, houve muitas eleições com vitórias das direitas e das esquerdas, houve muitos movimentos revolucionários mais ou menos profundos e mais ou menos extensos e nada disso pôde desviar-nos das nossas concepções e da firme e serena realização dos nossos princípios. Não digo que não tenha de haver cuidados especiais e que os factos desenrolados à nossa volta não nos causem preocupações, sobretudo se algum país se esquecer, do que deve à correcção internacional.*<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>141</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 103 e 105.

Após a vitória da Frente Popular em Espanha o território português, particularmente Lisboa e Estoril, tornaram a receber refugiados conservadores espanhóis, tal como acontecera em 1931 e 1932.

É obvio que no momento que a Frente Popular é a mais votada, pela população espanhola, surge um problema para o Portugal salazarista. Um regime diferente da ditadura de Salazar deve ser visto com muita atenção e desconfiança. No pensamento do líder português, Portugal deve estar preparado para não ser influenciado pelos homens do poder da Frente Popular. Para isso, deve agir com cautela e estar vigilante em relação ao regime antagónico que está no poder em Espanha.

A sobrevivência do regime salazarista, em tudo o que significa, foi um eixo fundamental para Oliveira Salazar que nas vésperas da guerra civil espanhola tentava conseguir garantias na defesa militar e política do próprio regime contra as forças de oposição que lavravam em Espanha.<sup>142</sup>

Com a vitória da Frente Popular em Fevereiro de 1936 foram empossados os novos Ministros. O Embaixador português em Madrid, Riba Tâmega, ao descortinar os elementos que constituem o governo espanhol remete, imediatamente, para Lisboa essa informação para o governo de Salazar. Informa, também, as primeiras medidas e aparições públicas do executivo espanhol:

*Ministério espanhol ficou constituído seguinte forma: Presidencia Manuel Azaña; Estado Augusto Barcia; Justiça António Lara; Guerra General Masquelet; Marinha José Giral; Governacion Amós Salvador; Finanças Gabriel Franco; Instrução Marcelino Domingo, Obras Publicas Casares Quiroga; Trabalho Enrique Ramos; Industria e Comercio Alvarez Buylla; Agricultura Ruiz Funes; Comunicação Blasco Garzón.*

*Primeiras medidas governativas serem promulgadas: amnistia e reposição antigos ayuntamientos.*

*Snr. Azaña ontem pela meia-noite das janelas Ministério Governação dirigindo-se multidão que o vitoriava preferiu entre outras seguintes palavras:*

*Peço-vos que me ajudeis nesta obra de Governo que vou encetar sem alterações de ordem conduzindo-vos como bons republicanos.<sup>143</sup>*

O programa da Frente Popular tinha as seguintes medidas; a recuperação económica, a redução de impostos, a autonomia regional, reparação para com as vítimas da repressão e a amnistia para os presos políticos.

<sup>142</sup> Torre Gómez, *La relación peninsular en la antecámara de la guerra civil*, p. 188.

<sup>143</sup> Arquivo Histórico - Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Telegrama Urgente do Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, para Lisboa a 20/02/1936.

O Presidente Alcalá-Zamora sai da presidência no dia 7 de Abril de 1936 por 238 votos. Passadas poucas semanas Manuel Azaña foi eleito Presidente da República com os votos da Frente Popular, votos de partido do espectro centro-direita e a CEDA abstêm-se.

### **Governo da Frente Popular hostil a Portugal e a iniciativa da Federação Ibérica**

O regime de Salazar em Portugal foi alvo de conspiração armada animada pelo governo republicano espanhol durante a primeira administração de Azaña. Temia, o governo salazarista, das tentativas das autoridades espanholas para desestabilizá-lo. As garantias do governo republicano espanhol pouco ajudaram, e o clima na capital portuguesa era hostil, como Claudio Sánchez Albornoz descobriu quando chegou, em Maio de 1936, como o novo Embaixador espanhol em Portugal. Após as eleições de 16 de Fevereiro de 1936, o Cônsul de Portugal em Bilbao teve a nítida sensação de que o Governo que saiu das eleições espanholas representava um forte obstáculo para o regime salazarista, escrevia o seguinte:

*Naturalmente, o resultado das eleições que favoreceu a entrega do poder às Esquerdas é a modalidade que menos facilita uma maior aproximação diplomática entre Portugal e Espanha, e muito provavelmente provocará uma situação em extremo delicada ao governo de Portugal, pelo que reconheço a necessidade de, agora e mais do que nunca, manter V. Ex<sup>a</sup> ao corrente do que se passa neste distrito consular.*<sup>144</sup>

Durante o mês de Março foram enviados vários telegramas da Embaixada portuguesa em Madrid, que refletem a apreensão das autoridades portuguesas face à política espanhola. A 7 de Março Riba Tâmega foi recebido por Augusto Barcia, novo Ministro de Estado, onde discute a atitude da imprensa de Portugal e de Espanha e assinala o Tâmega; *que o ministro mantém relações estreitas com Moura Pinto.*<sup>145</sup> Passados alguns dias, o diplomata luso fornece informações para a capital portuguesa: *“Certos elementos portugueses em conjugação com elementos espanhóis tentam criar situação adversa para o nosso país”.*<sup>146</sup>

<sup>144</sup> Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p. 260.

<sup>145</sup> AHD-MNE, Telegrama de Madrid para MNE, em 7/03/1936.

<sup>146</sup> AHD-MNE, Telegrama, confidencial e urgente, de Madrid para Lisboa, em 16/03/1936.

Após novo diálogo com o Conde de Romanones, Riba Tâmega alerta para as posições do Governo espanhol: “*Sob a aparência de leal cooperação internacional visa poder encobertamente hostilizar a política portuguesa*”.<sup>147</sup>

O Embaixador português, em Espanha, em 26 de Março afirmou à instabilidade que se passava em Espanha:

*Não era para admirar que os jornais portugueses se referissem aos sucessos de Espanha, quando, às portas de Portugal, mesmo na sua fronteira, se passavam factos de tal gravidade, nos quais eram envolvidos cidadãos portugueses aos quais fatalmente a imprensa do meu país, no legítimo direito, a isso se tinha de referir.*<sup>148</sup>

O Cônsul português, na cidade da Corunha enviava, para Lisboa, informações de uma manifestação organizada em protesto contra as ditaduras incluído o regime português:

*Os assistentes devidamente informados dos crimes praticados pelas ditaduras fascistas e em especial pela ditadura portuguesa condenam os crimes praticados pelo governo da ditadura vaticanista, exigem a abolição da censura, a liberdade de reunião e associação e a dissolução da polícia política.*<sup>149</sup>

Já, em 1935, numa entrevista Largo Caballero enunciava que Portugal deveria estar integrado na União das Repúblicas Ibéricas Soviéticas:

*[...] Dentro de cinco anos, a República estará de tal forma organizada que será fácil ao meu partido utilizá-la como escadote para atingirmos o nosso objetivo. A nossa meta é União das Repúblicas Ibéricas Soviéticas. A Península Ibérica voltará a ser um grande país. Portugal incorporar-se-á-confiamos que pacificamente, mas utilizaremos a força, se necessário [...]*<sup>150</sup>

O embaixador português em Madrid, Riba Tâmega, comunicava para Lisboa que a direção socialista, com Largo Caballero à cabeça, enunciava que o seu desejo era constituir Espanha como “*uma República feita à imagem da Rússia.... confederação das nacionalidades ibéricas .... provocar a guerra ao Portugal fascista*”.<sup>151</sup> Também reflete a opinião de um diplomata inglês sobre a influência de Espanha, para conseguir uma Federação Ibérica, em Portugal: “*O adido militar inglês está esperançado em que o*

<sup>147</sup> AHD-MNE, Telegrama confidencialíssimo, de Madrid para Lisboa, em 20/03/1936.

<sup>148</sup> AHD-MNE, Ofício de Riba Tâmega relatando a conversa com Rafael de Ureña, secretário de Estado. Enviado de Madrid para Lisboa, em 26 de Março de 1936 in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 112.

<sup>149</sup> AHD-MNE, Texto da moção enviada pelo Consulado de Portugal na Corunha ao MNE, em 19 de Março de 1936 in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 112.

<sup>150</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 26.

<sup>151</sup> Sardica, *A sombra do “outro”: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanóphobo*, p. 133.

*movimento militar melhore a política espanhola, concordando que o advento do marxismo em Espanha é um perigo para Portugal, dadas as suas tendências à federação”.*<sup>152</sup>

Ainda sobre os desenvolvimentos dos partidos esquerdistas em Espanha e em Portugal, Riba Tâmega afiança que Largo Caballero aprova “*a Confederação das Nacionalidades Ibéricas, tema velho mas agora mais do que nunca na ordem do dia tanto mais que um dos números do programa é a criação do exército vermelho e provocar a guerra ao Portugal fascista a título de guerra revolucionária de ensaio*”.<sup>153</sup>

A ideia do adido militar, Vasco de Carvalho, no que respeita ao objetivo de se constituir uma Federação Ibérica:

*Caso surja em Espanha uma situação extremista fatalmente os seus dirigentes serão levados a derrubar a actual política portuguesa auxiliando os revolucionários lusitanos, indo, se preciso for, até ao desencadear de um conflito armado, de carácter doutrinário com Portugal, o qual terá como objectivo, federar a Península Ibérica numa República Sovietista.*<sup>154</sup>

A preocupação, sobre a influência política de Espanha sobre Portugal, é evidente neste comentário do diplomata português, onde menciona a possível constituição de uma Federação Ibérica sob a égide da República Soviética Peninsular:

*Contra factos não há argumentos, e é este Governo e é esta situação política que até agora tem pactuado com os elementos que perpetuam todo este sudário de crimes, com estes partidos políticos, alguns dos seus componentes se preparam para no dado e oportuno momento fazerem uma incursão armada no nosso paiz, com o fim de se implantar a federação ibérica sob a égide da Republica Soviética Peninsular, e é este governo, como digo, a V. Exa. que diz e deseja uma estreita comunhão de sentimentos e de lealdade com Portugal.*<sup>155</sup>

As situações de tensão entre Portugal e Espanha passaram, então, a ser uma realidade. O “Perigo Espanhol” protagonizado por Largo Caballero, Manuel Azaña, Fernando de los Ríos e Indalecio Prieto, começara a ser desenhado através de uma possível “União Ibérica”. No entanto, César de Oliveira desmistifica esta eventual “União Ibérica”, afirmando que era a imprensa portuguesa afeta a Salazar que empolava uma

<sup>152</sup> Riba Tâmega a Armindo Monteiro, 6 de Abril 1936, MNE in Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, Oficina do Livro, Lisboa, 2003, p. 412.

<sup>153</sup> AHD-MNE, Ofício de Riba Tâmega in Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p. 266

<sup>154</sup> Idem, ibidem.

<sup>155</sup> AHD-MNE, 3P, A8, M5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 18 de Junho de 1936, pp. 1, 2 e 3.

possível junção Ibérica. A verdadeira conjuntura de coabitação na mesma Península Ibérica de duas forças tão diferentes é que era problemática:

*O que preocupava os republicanos de Espanha e os apoiantes da ditadura portuguesa era uma outra questão a grande questão de que se cogitava de um e de outro lado das fronteiras que dividiam os dois Estados da península, era resultante da tomada de consciência de que à sobrevivência de qualquer dos dois regimes distintos e até antagónicos que vigoravam então na Península era indispensável a transformação de um deles num regime que, nos princípios e na prática política, se pudesse harmonizar com o outro.<sup>156</sup>*

### **Manuel Azaña e o regime de Salazar**

Manuel Azaña foi uma personalidade marcante da II República com decisões políticas, sustentadas devido à sua personalidade e ao seu caráter, mais que a motivações estratégicas. Azaña teve desencontros com outras personalidades históricas do seu tempo e da sua carreira política. O pequeno partido político *Acción Republicana*, de Manuel Azaña, foi aquém da representatividade política, parlamentar e popular que Manuel Azaña usufruiu. Enfrentou dois marcos importantes, na Espanha dos anos 30, a Igreja e o Exército.<sup>157</sup>

Foi claro o envolvimento pessoal de Manuel Azaña na salvaguarda dos refugiados espanhóis, que se envolveram na fracassada sublevação de 26 de Agosto de 1931, em Portugal.<sup>158</sup> Como foi importante a ajuda do Governo republicano espanhol ao grupo dos “*Budas*”, ajuda que foi materializada em dinheiro e armas.<sup>159</sup> A opinião do diplomata português em Madrid, Riba Tâmega,<sup>160</sup> era considerar Manuel Azaña em duas visões políticas com objetivos distintos. Se por um lado era um político egocêntrico, demagogo, liberalista e *unicamente por um gosto sádico de fazer o mal*, observava, ainda, Riba Tâmega, e outros diplomatas portugueses, que Azaña imiscuía-se com a oposição republicana portuguesa para organizar o derrube do regime salazarista e instituir uma Federação Ibérica socialista na Península Ibérica. Por outro lado, Riba Tâmega viu em Manuel Azaña um contrapoder aos esquerdistas mais radicais e aos

<sup>156</sup> Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p. 115.

<sup>157</sup> Bernecker, Walther, *Entre la historia y la memoria: Segunda República, Guerra Civil española y primer franquismo*, Iberoamericana, Nueva época, Año 3, nº 11, Septiembre de 2003, p. 228.

<sup>158</sup> Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p.169.

<sup>159</sup> Aires Oliveira, Pedro, *A retaguarda diplomática de Franco*, in revista *História*, nº 12, Lisboa 1999, p. 40.

<sup>160</sup> José Mendes de Vasconcelos Guimaraes - Visconde de Riba Tâmega, Encarregado de Negócios Interino de Portugal em Madrid desde 27/01/1935, com a da morte do diplomata Mello Barreto, até finais de 1936.

anarquistas/sindicalistas de tomar o poder e iniciar um movimento revolucionário profundo, em Espanha, muito mais radical que o Governo vindo da Frente Popular. Este governo radical poderia ser uma influência mais marcante para o regime português que o apoio que Azaña facultava à oposição exilada republicana portuguesa em Madrid e o seu desejo de uma Confederação Ibérica.

O diplomata português Riba Tâmega, foi recebido por Manuel Azaña. O diplomata português avalia a personalidade do governante espanhol e teceu-lhe fortes críticas:

*O Sr. Presidente do Conselho de Ministros da Espanha não obedece senão a interesses do seu profundo egocentrismo, acaricia o liberalismo e detesta a moderação. A família para o Sr. Azaña, os seus antecedentes, são sombras do passado, o ilustre Presidente do Conselho de Espanha é um autocrata, o poder é ele. Está ligado com a demagogia e com ela mais facilmente transige do que com as classes conservadoras, apesar de os seus gostos e predilecções serem aristocráticos. O Sr. Azaña pertence a uma nobre família espanhola. Unicamente por um gosto sádico de fazer o mal, o Sr. Azaña o perpreta, é um desdenhoso, um convencional.*<sup>161</sup>

Riba Tâmega transmite a Manuel Azaña “o desejo do governo português manter com a Espanha as mais cordiais relações”.<sup>162</sup> Manuel Azaña queixava-se de alguma imprensa portuguesa a Riba Tâmega: “O senhor Azaña espera que o governo português aceite como sinceras e leais estas suas informações. Pediu-me uma interferência do governo português junto de certa imprensa para fazer cessar a campanha contra o governo espanhol.”<sup>163</sup>. Salienta, Riba Tâmega, o caminho que Portugal e Espanha possam partilhar:

*Nada impede que os dois países se compreendam, trabalhando juntos com um leal afecto e respeito mútuo, desejando que desapareçam todas as desconfianças e que não só o campo económico se poderão resolver vários e interessantes problemas, bem como se poderão produzir outras aproximações de outro carácter e natureza.*<sup>164</sup>

<sup>161</sup> Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p. 262.

<sup>162</sup> AHD-MNE, Ofício de Riba Tâmega, encarregado de negócios de Portugal em Madrid, para MNE, em 7 de Março in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 111.

<sup>163</sup> Riba Tâmega a Armindo Monteiro, embaixador português em Inglaterra, 5 de Março 1936, MNE in Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, Oficina do Livro, Lisboa 2003, p. 411.

<sup>164</sup> Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p. 262.

O Conde Romanones reunia com Riba Tâmega para comunicar ao diplomata português que havia sido combinado um encontro, entre Manuel Azaña e os portugueses exilados, com o objetivo de planejar um golpe na capital portuguesa;

*O Conde de Romanones acaba de fazer a seguinte prevenção, com o pedido de a transmitir confidencialmente a Vossa Excelência a existência de entendimentos com elementos revolucionários evadidos para provocarem a revolução em Portugal, contando como certo o seu triunfo, que Azaña está em íntimas relações políticas com o dr. Afonso Costa e que o governo espanhol auxiliará, secretamente, uma mudança política em Portugal.*<sup>165</sup>

Houve a intromissão clara de Manuel Azaña, na política portuguesa, com o objetivo de ajudar elementos da Maçonaria do Grande Oriente Lusitano a expandir o federalismo ibérico. Ajudava, igualmente, os opositores do salazarismo que estavam em Espanha:

*Portugal. Em casa de Guzmán. Cortesão, Moura Pinto. (Vou só, depois de jantar.) Põem-me a par das negociações com H.E. (Horacio Echevarrieta). Ofereceu-lhes dois milhões de pesetas em troca da manutenção do contrato para a construção de uma frota, que H.E. está negociar com o governo actual. Se isto se materializasse, culminaria todas as minhas ambições, e eu poderia dizer que tinha feito um serviço a Espanha.*<sup>166</sup>

Mesmo do outro lado do Atlântico o corpo diplomático luso estava atento ao desenrolar das atividades e movimentos que o Governo republicano teve contra o Governo português. O Cônsul Manoel C. de Sousa Pinto, em Cuba, comunicava para Lisboa as confidências de Manuel Azaña que comprovam a tentativa de destabilizar o Governo de Oliveira Salazar. Esta notícia foi retirada do jornal *Avance* de Porto Rico durante a Guerra Civil, com o título *Azaña revela en sus memorias que preparaba la revuelta en Portugal contra Oliveira*. Azaña manteve reuniões com Afonso Costa, que era mencionado como *el presidente del futuro Gobierno português*, e com o General Guzmán.<sup>167</sup> Estão presentes as influências, de Manuel Azaña, para começar o derrube do

<sup>165</sup> AHD-MNE, Telegrama telefonado de Madrid para Lisboa, em 18/03/1936.

<sup>166</sup> MA-MP, 31 de Outubro 1931, pp. 261-262 in Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, p. 410.

<sup>167</sup> Poderá ser uma confusão do Cônsul português entre Miguel Henríquez Guzmán foi um general e político mexicano, candidato presidencial para Presidente do México, em 1952, onde foi derrotado e morreu na Cidade do México em 1972, com Martín Luis Guzmán Franco, que foi, também, mexicano, diplomático e jornalista.

Governo português com o apoio dos republicanos espanhóis e os exilados republicanos portugueses;

*Tenho a honra de enviar a V. Exa. (Secretaria Geral) o incluso artigo do jornal “Avance” de 30 de Novembro findo, intitulado “Azaña revela en sus memorias que preparava la revuelta en Portugal contra Oliveira) e para o qual respeitadamente chamo a atenção de V. Exa.*

*As referidas memorias, segundo informava “Avance” quando iniciou a sua publicação, foram encontradas por um funcionario espanhol na secretaria do sr. Rivas Cherif, Consul de Espanha na Suissa e cunhado do Presidente Azaña.*

*Azaña revela en sus memorias que preparaba la revuelta en Portugal contra Oliveira. “Largas conversaciones en francés con el presidente del futuro Gobierno portugués” y el “general Guzmán” experto en hacer revoluciones ponen de manifiesto los propósitos de Don Manuel. En el capítulo de Casas Viejas se vio cuán grande es la hipocresía del autor de las Memorias, y cómo finge u oculta explicaciones o aclaraciones cuando las circunstancias le son adversas y los temas ingratos. Hoy tocamos otros asuntos por el que Azaña pasa como sobre brasas, desplegando toda su capacidad de simulador y de hombre falaz.*

*En el mes de diciembre de 1932, quedó concertada con Méjles la construcción de unos barcos, en condiciones que diremos en el próximo capítulo. El acuerdo llenó de satisfacción a Azaña, y al reflejarla se le escapa esta confesión: “Si el asunto político de Portugal se me arreglara tan bien como éste, daría por buenas todas las pesadumbres que caen sobre mí y podría presentarme ante mi país a manifestarle cuáles son los jalones de una gran política. Cabalmente lo que me roe y desasosiega es la duda que tengo sobre si España está en condiciones de llevarla por tales derroteros”. No dice más, y por el momento queda en el misterio ese “asunto político” de Portugal...*

*Por la noche, a las once y media vino Alfonso Costa, con el coronel Poppe y Guzmán. Trataba como Presidente del futuro gobierno portugués. Larga conversación en francés aunque ambos hablan y entienden el castellano. No quieren nada con “los hombres de negocio”; lo que se haga, que sea por orden mía y por hacerme a mí un servicio, esta cuestión es de política internacional, etc.*

*Retuve a Guzmán para darle instrucciones y que vea a Dn. H. lo antes posible a fin de poner en claro este importante asunto... Se trataba sencillamente de provocar una revolución en Portugal que diera al traste con Oliveira Salazar, el eterno sueño de las fuerzas secretas que conspiran contra el orden y la prosperidad de la nación vecina. La maniobra expele unos tufos masónicos con triángulos en el lomo. Azaña ya estaba iniciado. Guzmán, aportado el “Generalito”, era un experto en revoluciones, doctorado en Méjico, y emparentado con la canalla internacional.*

*Alfonso Costa había encarecido a la banda judía para que le financiara el estallido portugués. La cantinela ya no enternece ni interesaba en París. La presencia de tanto apache en los destinos de la gobernación de España, le animó a Costa a elegir a Madrid como campo de operaciones. Del primer envite se enfrentó con Azaña, a la vez señor Monipodio y masón [...]*

*A cambio de la ayuda económica, Alfonso Costa ofrece todas las compensaciones que puede brindar un cesante en delirio. El oro y el moro. Tal vez la isla de Madeira. Acaso Angola [...]*

*Prieto olfatea caza. “Ramos me ha dicho que Prieto está muy curioso por lo de Portugal: Su inquietud proviene sin duda de la presencia de Echevarrieta, con quien Dn. Inda ha tenido sabrosas concomitancias.” (23 de enero de 1933).*

*Continúa la Conspiración. “Anoche estuvo aquí Guzmán. Hablamos del asunto de los portugueses a ver si hora le damos un impulso. Dn. H. está dispuesto. Pero me falta poner de acuerdo a Costa con D. Pereira que vendrá a Madrid dentro de algunos días: Viguri director del Banco de Crédito Industrial también se ha enterado de este asunto, no sé cómo; ve los favorables resultados que podía tener en el orden comercial y político y le ha propuesto a Guzmán una combinación para favorecer los proyectos. Espera que yo los apruebe” (27 de enero de 1933).*

*La acusación contra Azaña con los transcritos queda probado el complot que contra la seguridad de Portugal, se urdía por el Gobierno de la Republica Española, inspirado y dirigido por Azaña. Por este grave delito fue acusado el ex-presidente del Consejo en la sesión del Parlamento el día 20 de febrero de 1935, y en un acta famosa que firmaban representantes de cuatro minorías se exponían y demostraban los siguientes hechos:*

*Primero: a raíz de la implantación de la Republica, Azaña favoreció a los revolucionarios portugueses que intentaban derrocar a su gobierno, facilitándoles armas, municiones y elementos de guerra que verosímilmente fueron utilizados con tal fin, produciendo graves daños y numerosas víctimas, logrando con su influencia decisiva, como ministro del ramo, que los organismos encargados de la fabricación de armas y municiones en España. Concertaran y cumplieran contratos de compraventa de tales productos evidentemente destinados a la revolución portuguesa; permitiéndose sostener, alimentar y vestir a los revolucionarios de dicho país, que habían emigrado al nuestro, después del fracaso de sus propósitos [...]*

*Auxilios prestados a un considerable número de militares portugueses que en su país se habían rebelado contra el Estado en el mes de agosto de 1931, todos los cuales obtuvieron por disposición del señor Azaña, durante más de un año y mensualmente cantidades de dinero y ayudas económicas que procedían indudablemente de los fondos destinados a atenciones secretas del Ministro de la Guerra... Azaña después de negar veracidad a todo y de proclamar su inocencia en un discurso que duró varias horas y en el que “pulverizó” a sus enemigos [...]*<sup>168</sup>

O diplomata português em Madrid salientava o perigo dos comunistas, no caminho que Espanha tomava, e demonstrava o impacto da manifestação ocorrida em Madrid para celebrar a vitória da Frente Popular. Afirmava que Manuel Azaña estava refém dos comunistas e era designado como um novo Kerenski.<sup>169</sup>

A esperança na ação controladora, em relação ao ímpeto das forças radicais de esquerda, de Manuel Azaña foi assim sublinhada:

<sup>168</sup>AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Havana- Cuba do Cônsul Manoel C. de Sousa Pinto sobre a notícia publicada no *Avance* com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 3/12/1937.

<sup>169</sup>AHD-MNE, Ofício de Riba Tâmega, para MNE, in Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, p. 261.

*O actual Presidente do Conselho, Snr Azaña, que, no fundo, é um burguês, e a única pessoa que, presentemente, pode governar com pulso firme no meio deste caos, ha de ser quem ponha cobro ao desbordamento destas massas anarquistas. O elemento conservador que actualmente o combate, por egoísmo próprio, há de acabar por lhe prestar todo o seu apoio. Disso estou plenamente convencido.*<sup>170</sup>

Perante estas conclusões o representante diplomático português em Madrid, salienta, a grande força que os movimentos de extrema-esquerda possuem. Como pensa Manuel Azaña, e bem na opinião de Riba Tâmega, quando o governo de cariz republicano burguês se desassociar destes partidos radicais, a anarquia vai imperar pela Espanha. Especifica o diplomata luso:

*Segundo todas as probabilidades e todas as informações, tem estado para eclodir em diversos momentos, mas, como ha a extrema necessidade de seguir uma tactica lenta e de comunhão com as ordens de Moscú, trabalhos preparatórios, (greves, atentados pessoais, agitação constante), em relação com os sucessos que se desenrolam em França, na Bélgica, na Palestina, no Canadá e nas republicas da América do Sul, esperem pacientes, um momento mais propicio e oportuno, para dar “ un empuje final ”.*<sup>171</sup>

O diplomata português em Madrid faz chegar ao Sub- Secretário de Estado espanhol, a sua indignação perante o ataque de alguma imprensa espanhola ao governo salazarista, nomeadamente o jornal *El Liberal*:

*Por este officio, tenho a honra de confirmar junto da V. Exa. o meu telegrama nº 107 de 30 de Maio ultimo, relativo a um artigo publicado no jornal desta cidade “El Liberal” datado de 28 de Maio, no qual se fazem alusões desprimorosas para Suas Excelências os senhores General Carmona e Oliveira Salazar. Certamente, pelo meu citado telegrama, V. Exa. ficou conhecedor das demarches e dos reparos que sobre este assunto perpretei e aduzi junto do Snr. Rafael Ureña, ilustre Sub-Secretário de Estado, o qual se mostrou desgostoso pela attitude assumida pelo citado jornal, nesta emergência, e me prometeu actuar junto dos organismos respectivos no sentido de chamar á devida responsabilidade o autor de tão desprimorosa literatura. Em anexo a este officio envio a V. Exa. recortes do “ El Liberal” a que me refiro e igualmente dos jornais “El Debate”, “El Castellano” de Burgos, “La Gaceta del Norte” de Bilbao, “Hoy” de Badajoz, “El Pensamiento Navarro”, e “El Matí de Barcelona, não falando na primorosa edição do “Blanco y Negro” de domingo passado e de outros jornais aos quais aludo no meu officio nº 126.*<sup>172</sup>

<sup>170</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, pp. 1-2. Officio do Consulado de Portugal em Barcelona com destino a Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 4/04/1936.

<sup>171</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, p. 1, Officio de Riba Tâmega, embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 8/06/1936.

<sup>172</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, pp. 1-2. Officio da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 4/06/1936.

O diário de Badajoz *La Vanguardia* divulga um manifesto contra a imprensa portuguesa, nomeadamente contra o jornal *O Século* que tem uma atitude contrária ao governo espanhol:

*A nosotros, como a todo buen español, nos causa justa indignación la serie de patrañas que están lanzando a la publicidad ciertos periódicos, que precisamente por ser extranjeros debieran tener más respeto para con España.*

*La noticia que publica este diario (“O Século”), como aquella otra que se publicó anteriormente sobre la quema de la Catedral de Badajoz, es completamente falsa. Pero no son falsas, en cambio, las informaciones verídicas que nosotros poseemos sobre muchas cosas que están ocurriendo en Portugal. Somos más prudentes y más respetuosos que ellos, y por tratarse de un país extranjero, y hoy, triste es decirlo, en un estado de verdadera desgracia, guardamos silencio. Sin embargo, todo tiene un límite, y de seguir la prensa lusitana por ese camino habremos de salirle al paso de una manera firme y enérgica.*<sup>173</sup>

### Relação do Governo português com a oposição espanhola

As eleições de Fevereiro de 1936 tiveram o apoio claro, dos jornais lusos, ao movimento político católico da CEDA.<sup>174</sup>

Com o General Sanjurjo em Portugal, nomeadamente no Estoril, houve vários contactos com a oposição da direita espanhola e Sanjurjo. Fal enviou Emilio Esteban Infantes, ao Estoril, no sentido de criar relações dos conspiradores militares com o General.<sup>175</sup>

Interessante comentário de Riba Tâmega, para com o Gil-Robles, que o considera um inimigo de Portugal mesmo estando, ambos, na órbita da direita:

*É um político que representa na essência o que de mau e decrépito possui um sistema parlamentar. É no fundo não um espírito moderno mas sim, antiquado, sectario e faccioso. Conheço dados e factos da actuação política do Snr. Gil-Robles que se relaciona com a política portuguesa, e seus dirigentes, que me obrigam a fazer reservas sobre o periclitante chefe da CEDA, no que respeita a sua simpatia por Portugal.*<sup>176</sup>

<sup>173</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 447, Processo 96º, Anexo ao Ofício nº 41/1936-A, do Cônsul de Portugal em Badajoz ao Ministro de Negócios Estrangeiros, 24 de Maio de 1936 in Rodríguez, Alberto Pena, *El Gran Aliado de Franco*, Edicions do Castro, Coruña, 1998, p. 33.

<sup>174</sup> Torre Gómez, *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil*, cit. por Pena Rodríguez, Propaganda, *Iberismo y Fascismo. Los intelectuales españoles y la forja del pensamiento único franco-salazarista*, pp. 103-123 e 129-198.

<sup>175</sup> González Calleja, *Contrarrevolucionarios*, p. 375.

<sup>176</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 18/06/1936, pp. 1-3.

Tenta o diplomata português influenciar alguns sectores da imprensa espanhola a favor de Portugal:

*Mais levo á superior atenção dessa Secretaria de Estado que estou tratando de conseguir que “El Sol” de Madrid, realize a exemplo do “El Debate”, “Blanco y Negro”, e “ABC” um numeroso especial de propaganda dedicado ao nosso país, destinado a conter igualmente a actuação tendenciosa que um determinado sector da Imprensa espanhola perpetra contra Portugal.*<sup>177</sup>

José Calvo Sotelo, que levou ao parlamento, os acontecimentos violentos que aconteceram em território espanhol desde a vitória da Frente Popular, é na opinião do diplomata luso um “*eminente político e homem de Estado*”.<sup>178</sup>

O Cônsul português em Vigo, José Luiz Archer, envia informações para Madrid dizendo que a Falange servia como ponte, com os militares, para um eventual golpe revolucionário:

*Ante-hontem foram presos em Villagarcia 15 elementos da Falange Espanhola, entre eles: Álvaro Buhigas, chefe regional, ha muito procurado pela policia e que já por duas vezes esteve refugiado em Portugal e dois irmãos Castro também muito conhecidos em Vigo. É voz corrente que os elementos da Falange são os agentes de ligação entre as diferentes unidades militares e que se prepara um golpe militar.*<sup>179</sup>

### **As Cortes como centro de debate político**

A escrita do diplomata português em Madrid, Riba Tâmega, dava sinal da cisão existente nas Cortes espanholas. O Almirante D. Ramón Carranza de Villapesadilla negou-se, perante a pressão de um elemento do governo da Frente Popular, a vitoriar a República. Esta picardia entre ambos, motivou que as forças de esquerda cantassem a *Internacional* e as forças de direita respondiam com *Viva España*:

*A Recusa do Presidente de idade, o Almirante D. Ramón Carranza de Villapesadilla, da Renovação espanhola, ao terminar a sessão, dar um viva à*

<sup>177</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, pp. 1-2. Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 4/06/1936.

<sup>178</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 18/06/1936, pp. 1-3.

<sup>179</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 52/1936, Ofício do Cônsul de Portugal em Vigo para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 4/07/1936.

*Republica, como lhe solicitou o Sub-Secretário do Trabalho, originou na Camara um efeito indiscriminado. Enquanto os deputados republicanos vitoreavam entusiasticamente a República e os Socialistas e comunistas cantavam a Internacional, com os punhos ao alto, os deputados das direitas respondiam com vivas a Espanha.*<sup>180</sup>

Considerava o diplomata português que a reabertura das Cortes era bem vista pelas forças de esquerdas: “*encontram nela uma válvula de segurança para a profunda agitação política e social do último mês... esperam delas a realização imediata do programa da frente popular*”.<sup>181</sup>

A violência começou a acompanhar as inúmeras greves que começaram a aumentar a partir de Abril de 1936. A partir do dia 25 de Maio houve vários episódios de violência. Elementos da direita e falangistas foram mortos pela esquerda, por sua vez membros da esquerda foram exterminados. Houve trabalhadores em situação de greve e que foram baleados e mortos pela polícia e existiram, igualmente, elementos da polícia mortos.<sup>182</sup>

O discurso de Casares Quiroga, no dia 19 de Maio nas Cortes espanholas, na apresentação do seu governo minoritário defendeu a República das forças de direitas:

*Depois de cinco anos a República ainda precisa se defender contra seus inimigos...um ataque total... Quando se trata de fascismo, não poderei permanecer imparcial. Eu declaro que este governo é beligerante contra o fascismo.*<sup>183</sup>

No palco parlamentar salientava-se a produção de comunicações verbais e discursos de Gil-Robles e de Calvo Sotelo que destacavam a desordem que existia em Espanha.<sup>184</sup>

Durante os últimos dois meses da República, as Cortes observaram duelos de dois personalidades que estavam em dois polos diferentes. Casares Quiroga que era o Primeiro-Ministro e por outro lado Calvo Sotelo. A sessão de 16 de Junho das Cortes, Gil-Robles comentava sobre a violência que imperava em Espanha, desde o dia 15 de Fevereiro até 15 de Junho, 269 pessoas foram mortas e 1.287 feridas em violência política.

<sup>180</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, p.1, Ofício de Riba Tâmega, embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 20/03/1936.

<sup>181</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, p. 2, Ofício de Riba Tâmega, embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 20 /03/1936.

<sup>182</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 265.

<sup>183</sup> Idem, p. 248.

<sup>184</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, Barcelona, p. 1098.

160 igrejas totalmente destruídas e 251 igrejas e outros edifícios religiosos danificados. Desde a nomeação de Casares Quiroga houve 69 mortes e 36 igrejas foram destruídas.<sup>185</sup>

Existia a dúvida da existência das Cortes onde se defrontam, de forma acirrada, duas forças antagónicas e poderosas. Riba Tâmega observa, igualmente, a mobilização dos partidos socialista e comunista nas próximas eleições municipais, o que daria uma vitória mais que provável da esquerda nos *Ayuntamientos*. Ficava, assim, as Cortes esquerdistas com tendência republicana e os Municípios, igualmente, esquerdistas, mas de tendência extremista: “*Talvez se viesse a apresentar um problema semelhante ao havido por ocasião da República*”.<sup>186</sup> Calvo Sotelo, em debate com Casares Quiroga, profere o parágrafo mais famoso da sua vida:

*Senhor Casares Quiroga, meus ombros são largos. O honorável cavalheiro é rápido e fácil em gestos ameaçadores e palavras ameaçadoras. Eu ouvi três ou quatro de seus discursos como primeiro-ministro, e em todos eles havia palavras de ameaças. Muito bem, senhor Casares Quiroga, estou plenamente informado de suas ameaças [...] Aceito com prazer e não me esquivo de nenhuma das responsabilidades que possam derivar dos atos que pratico, e também aceito as dos outros se forem para o bem de meu país e para a glória da Espanha... Que o ilustre cavalheiro avalie suas próprias responsabilidades, reveja a história dos últimos vinte e cinco anos e observe os tons tristes e sangrentos que envolvem duas figuras que desempenharam papéis importantes na tragédia de dois povos: a Rússia e a Hungria. Eles eram Kerensky e Karolyi. Kerensky representava a ignorância, Karolyi a traição de toda uma civilização milenar. O honorável cavalheiro não será Kerensky, porque ele é estúpido; ele não está totalmente ciente do que ele diz, o que ele cala e o que pensa. Queira Deus que o honrado cavalheiro nunca seja capaz de se comparar a Karolyi.*<sup>187</sup>

### **A crispação nos agentes económicos, sociais e políticos e o golpe militar**

O Governo da Frente Popular começava a deparar-se, na Primavera de 1936, de problemas de ordem pública devido a várias causas; um aumento dos conflitos sociais, da violência política e a atenção das forças militares para a radicalização.<sup>188</sup> A situação social e política em Espanha, na véspera do *Alzamiento*, era complexa e dava sinais de deterioração nos agentes económicos, sociais e políticos. Num telegrama, confidencial,

<sup>185</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 297.

<sup>186</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, p. 2, Ofício de Riba Tâmega, embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 20 de Março de 1936, pp. 3-4.

<sup>187</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 299.

<sup>188</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 1.128.

Riba Tâmega relatava a violência sobre a Guarda Civil perpetuada pelos comunistas e as tentativas da Guarda Civil para controlar os assassínios:

*Em consequência desordens dia 14 ocasião desfile militar, foram mortos por comunistas dois oficiais Guarda Civil. Enterro hoje realizado constitui manifestação militar protesto. Ausência total Governo funeral houve contra manifestação cemitério repelida por Guarda Civil intenso tiroteio mortos e feridos adido militar tendo presenciado funeral e seguido desfile tem impressão que esta atitude oficialidade e força publica pode marca orientação contra comunismo se este continuar violências.*<sup>189</sup>

O discurso de Riba Tâmega, para Lisboa, acentua as divergências e as clivagens existentes no espectro esquerdista. As dúvidas de Riba Tâmega sobre as personagens como Largo Caballero, Indalecio Prieto e Gil-Robles e as suas políticas para Espanha são, para o diplomata, motivo de preocupação: “*não periga uma Patria... No entanto põe em causa o sistema político, social bem como a velha e característica cultura, a sua curiosa civilização, por vezes agreste, dura, mas grandiosa*”.<sup>190</sup>

A direção da governação era, para o diplomata português, no sentido da posição “conservadora” não obstante os desvios esquerdistas: “*após os desastrosos efeitos duma longa tentativa de implantação de régimen comunista, ha-de, fatalmente, reagir-se, pendendo, então a balança para onde sempre pendeu, e que por dilatados anos, haverá uma situação conservadora.*”<sup>191</sup>. A separação entre as forças de esquerda é uma realidade para Riba Tâmega, onde dirigentes esquerdistas foram insultados:

*... Snrs. Indalecio Prieto e o Snr. Gonzalez Peña foram vaiados e apedrejados acusados de fascistas, e em Zaragoza aonde os três “meneurs” comunista e socialistas, os Snrs. Santiago Carrillo, José Díaz e Largo Caballero, foram interrompidos e ameaçados; este último, teve que sahir do local escoltado e defendido a peito feito por alguns dos seus mais indefectíveis correlegionarios; é bem certo que as revoluções comem os seus heroes.*<sup>192</sup>

Riba Tâmega relata que o Governo espanhol presidido por Casares Quiroga, sofre pressões dos anarcossindicalistas:

<sup>189</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Telegrama Confidencial do Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, para Lisboa a 16/04/1936

<sup>190</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, p. 1, Ofício de Riba Tâmega, embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 8/06/1936.

<sup>191</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 3 de Abril de 1936, p. 3.

<sup>192</sup> Idem, p. 2.

*Subordina-se a todas as pressões que lhes são impostas pelos seus adherentes exigentes cada vez mais, nas suas aspirações sociais. Quem manda, governa e dirige são, encobertamente, os anarco-sindicalistas que preparam o golpe, desejam a revolução e que a encaminham.*<sup>193</sup>.

No dia 12 de Julho de 1936, o Comandante da Guarda de Assalto José del Castillo foi assassinado numa rua no centro de Madrid. Castillo foi militante da *Unión Militar Republicana Antifascista* (UMRA), associação de inclinação esquerdista surgida em 1934, e líder da milícia socialista.<sup>194</sup> Os confrontos políticos, sociais e religiosos foram então, agravados com a morte do líder da extrema-direita monárquica José Calvo Sotelo acendendo o rastilho que há muito dava sinais de querer deflagrar. Com o terrorismo de esquerda, com atuação da Federação Anarquista Ibérica (FAI) fundada em 1927, respondeu o contra terrorismo de direita, onde os militantes da Falange estavam dinâmicos. A concertação da violência implícita e explícita com uma dinâmica de terrorismo e de contra terrorismo desaguou no *Alzamiento* de 17 de Julho de 1936.

As considerações políticas feitas pelo representante diplomático português em Madrid são no sentido de descredibilizar o Governo de esquerda, após 5 meses de Governo, e a sua divisão. Existe um estremar de opiniões, da esquerda espanhola, onde Largo Caballero enuncia que a ditadura do proletariado poderia ser a melhor solução para Espanha e Indalécio Prieto a potenciar o movimento de massas. Logo, um movimento com consciência revolucionária parece imparável em Espanha;

*Em 5 meses de nova Administração Pública não tem havido um único dia de socêgo, nem uma decisão firme dos Poderes constituídos, com o fim de acabar com esta situação que ameaça subverter este país. O Govêrno enuncia medidas enérgicas e decisões inquebrantáveis sobre este problema, mas o mal é difícil de corrigir, porque a realidade é que a maior das perturbações sociais e politicas nascem dum determinado sector da Frente Popular e o Governo representando um outro sector, não pode quebrar a sua solidariedade com ele, o que me leva a formular a seguinte conclusão: se o mal de que se trata procede da mesma zona em que vive e actua o Governo, como pode este evitá-lo?*

*Falou-se de plenos poderes. Isto foi como um inquérito mas o Governo não quis expor-se a um fracasso formulando um tal pedido que podia ser negado pelo outro sector da Frente Popular, lançou-se pois esta ideia para ver como seria acolhida. Os socialistas- sobretudo os da ala esquêrda- os do Snr. Largo Caballero, opuzeram-se categoricamente, porque representava uma “ditadura”e para pensar em dictadura, que se implanta a do proletariado, para se chegar a ela táctica de greves, de conflictos, de enfraquecimento dos Governos republicanos.*

---

<sup>193</sup> Idem, p. 2.

<sup>194</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 320.

*Tratava-se apenas e unicamente em fazer fracassar o sistema burguês, de inutilizar o regime actual. E quando for manifesto o fracasso e o desequilíbrio do sistema parlamenta, quando em todos os sectores políticos se crie a ideia de que é forçoso um regime “soi-disant” de força que imponha a lei, então dir-se-ha : “È preciso ir para uma dictadura, mas para a nossa”. Já o disse o snr. Largo Caballero em Oviedo. “ A hora do nosso triunfo esta mais perto do que o que parece”. Quero dizer que a decomposição política e social que interessa tanto ao marxismo vai-se conseguindo com mais brevidade do que a prevista. A situação em Espanha concretiza-se nas seguintes palavras do Snr. Indalecio Prieto: “Não podemos conter o ímp to das massas”.*

*Criou-se em Espanha uma consciência revolucionária. Exaltou-se a revolução e tudo o que se faz tem essa origem, presta-se culto às violências. Não se pode estranhar pois que cérebros simples e gente sem preparação julgue que a violência é o caminho normal, lícito e adequado para tudo resolver. Pode alguém extranhar pois que assim falem estes homens que teem a responsabilidade do poder e de conduzir a opinião republicana em Espanha a qual permanece em estado de efervescência e de desmandos e que se procure pela violência a saída normal para as suas ambições ideológicas? Por isso o Governo nada fará para impedir este estado de agitação, nada fará senão prender pseudo fascistas e filiados nos partidos de direitas.*

*Está-se fazendo logicamente uma revolução lenta, mas os seus resultados são de momento, a agitação e o desequilíbrio. Que importa que haja ou não Parlamento? Para que servem os acordos dos grupos de esquerda e as suas ameaças ao Governo? Que eficácia podem ter essas notas oficiosas que de vez em quando o Governo facilita no fim dos conselhos de Ministros e que anunciam enérgicas resoluções?*<sup>195</sup>

### **Situação política em Barcelona**

O Presidente da *Generalitat*, Lluís Companys<sup>196</sup> fez mais esforços de conciliação na Catalunha do que as autoridades políticas nacionais em Madrid. Embora o governo regional tenha fechado arbitrariamente uma série de centros locais da *Lliga*<sup>197</sup>, de centro-direita, a *Lliga* fez um sério esforço para ser uma oposição responsável e leal, de modo que no início de Julho as empresas invertem o curso e iniciaram negociações para chegar a um novo entendimento entre a esquerda moderada e a direita moderada em Barcelona.<sup>198</sup>

O Cônsul português em Barcelona emite para Lisboa uma síntese das ações políticas e sociais que emanam da capital da Catalunha. Destacando a função do

<sup>195</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 15/07/1936, pp. 1- 4.

<sup>196</sup> Político catalão foi líder da *Esquerra Republicana de Catalunya* e Presidente da *Generalitat* de 1934 até 1940.

<sup>197</sup> Partido político catalão, a *Lliga Catalana* foi fundado em 1933 por Francesc Cambó e dissolvido em 1939.

<sup>198</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 270.

Parlamento catalão e a crispação social dos esquerdistas que influencia a região em todos os seus aspetos. Curioso o comentário que faz de Companys da sua capacidade física, mental, da sua força política e das diferentes posições entre a esquerda:

*Por umas cosas ou por outras, este Parlamento, desde que se abriu até que os acontecimentos de 6 de Outubro de 1934 o fecharam, nunca produziu nada útil para a região, porque foi creado como que para ser um tipo arcaico, como peça do seu régimen autonómico, sendo uma caricatura do Congresso de Madrid. Essa Mansão, onde se fazem leis ao bel-prazer de uma maioria que não representa a autêntica vontade popular, sendo rica em quantidade e pobre em qualidade.*

*O actual Parlamento é tal e qual como o que existia em 1934, mas com uma diferença: a de que já lá não está o Snr. Dencás (separatista), Conselheiro da pasta de Governação, e que, durante os acontecimentos de 6 de Outubro, pretendendo guindar-se à categoria de Generalíssimo e ao ver-se derrotado, se poz a salvo das balas evadindo-se por uma dos mais torrenciais canos de esgôto de esta cidade.*

*O Presidente da Generalidade, Snr. Companys, está novamente de posse do seu antigo lugar, e vem outra vez à liça para lutar pelas liberdades da Catalunha e, também, pelas da República. Mas dezoito meses de presídio muito o abateram fisicamente: Doente como está e –segundo dizem– condenado a uma morte certa, caso continue com os febris trabalhos e preocupação que o absorvem, corre, também, o grave risco –por ser atávico na sua família– de dar em louco: Existem casos semelhantes nos seus ascendentes, também, num seu filho.*

*Ainda assim, o Snr. Companys é um elemento de ordem, e dispõe de suficiente força para conter as massas exterministas-esquerdistas que o socialismo-marxismo impele para os seus fins: Estas, felizmente, nesta Região, não teem grande força, nem as suas teorias numerosos adeptos porque, aqui, o problema agrário não se pode apresentar como no resto da Espanha, em virtude de não existirem as grandes propriedades, pois, pelo contrário, a propriedade rural está muito dividida.*

*Dentro da “Esquerda Catalã”, prevendo-se que o Snr. Companys não possa ter uma longa, ou que os acontecimentos não previstos, mas possíveis, o derrotem, a luta para preparar a chefia já se desenha, existindo dois bandos, um ultra-esquerdista e o outro conservador, acaudilhados, respectivamente, pelo deputado Traval e por Pi y Suñer, actual Alcaide de Barcelona. Ambos são figuras de destaque, mas opostos em ideais e nos processos dirigentes.<sup>199</sup>*

Ofício do diplomata português sobre o estado passivo da economia de Barcelona, com o comercio parado e a indústria em situação precária e acrescentando a fuga de centenas de famílias para fora de Espanha. A perseguição à igreja é salientada pelo Cônsul português com as religiosas a tentarem fugir para Portugal:

*O aspecto actual de Barcelona é constrangedor. O comércio nada faz; a indústria está a braços com uma grave crise gravíssima; e a fuga precipitada de centenas de famílias para o estrangeiro mostra bem o ambiente de terror que paira.*

<sup>199</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, pp. 1-2. Ofício do Consulado de Portugal em Barcelona com destino a Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 4/04/1936.

*Onde mais se nota êsse grande terror é nas Ordens religiosas que estão prontas para, a um determinado aviso, saírem imediatamente. Ha dias, vigorando ainda o acordo de que, para ir para Portugal, bastava, apenas, o visto consular nas cédulas de freiras dum só convento, tendo eu conhecimento de que, para ir para Portugal, bastava, apenas, o visto consular nas cédulas pessoais, este convento, tendo eu conhecimento de que, na previsão de greves acontecimentos, as freiras de outros conventos fariam o mesmo escolhiam Portugal como refúgio, era porque já lá tinham dois conventos e tencionavam estabelecer mais dois, e além disso, por saberem eu ali eram muito estimadas e estavam seguras e tranquilas.<sup>200</sup>*

A finalidade do programa das juventudes socialista e comunistas passa, na opinião do Cônsul português, pelas seguintes etapas: Educar os militantes comunistas para combater o capitalismo, empreender o espírito de luta de classes, combater a igreja, propor a fusão com os anarquistas e incentivar o separatismo em Espanha.

Relativamente ao papel das Forças Armadas existe divisão e confusão sobre o sentido que possa tomar:

*Educar as juventudes socialistas e comunistas no espírito de luta de classes, do internacionalismo e do marxismo-leninismo.*

*Captação da mocidade de ambos os sexos, orientando-a contra o capitalismo, para a vitória do socialismo.*

*Destruição de igrejas e conventos, clero secular e ordens religiosas.*

*Procurar a fusão com anarquistas e sindicalistas para se organizar uma unidade de acção revolucionária. Combater o chefe socialista, representado na pessoa do Snr. Besteiro (direita socialista) e o Snr. Azaña. Fomentar o separatismo na Catalunha, nas províncias Vascongadas, na Galiza e em Marrocos.*

*Sobre a do exército, havendo quem afirme que este só entraria em acção em último extremo. Esta fagueira esperança, apesar de se saber que o exército está bastante dividido e a tropa muito trabalhada pelos extremistas.<sup>201</sup>*

Numa eventual consulta eleitoral pensava, o representante português em Barcelona, que os votos se deslocariam da esquerda para a direita:

*Diz-se e eu, em face das observações feitas in loco, creio o bem, que se fosse possível fazerem-se novas eleições, o panorama político da Espanha seria bem diferente do que é actualmente, porque neste País não ha ambiente para o comunismo, e a horda que, agora, aparece como tal, é a escumalha de todos os tempos, que age por se sentir com umas certas liberdades de acção, e bóia conforme a estagnação dos charcos, ou corre à mercê dos rios caudalosos.<sup>202</sup>*

---

<sup>200</sup> Idem, ibidem.

<sup>201</sup> Idem, p. 4.

<sup>202</sup> Idem, p. 5.

A situação na Catalunha sofre alterações, após algum tempo de paz política e social, com o assassinio de Miguel Badia um Ex-Chefe de Polícia e líder do partido *Estat Catalá* e do seu irmão pela FAI:

*Estes recentes crimes sociais, feitos contra mais duas pessoas, não teriam grande ressonância se não fosse pelo que em si significam, e pelas hostes que acaudilhavam os dois mortos. Mas, postos agora frente a frente o “ Estat Catalã ” com a F.A.I. que se odeiam de morte, é o rastilho para novas e perigosas explosões, e o renascer de tragédias muito lamentáveis.*<sup>203</sup>

O Consulado português questiona o futuro do Estatuto da Catalunha perante as fricções políticas:

*Terá o Snr. Companys força suficiente para, na presente ocasião e pelos ódios que este duplo crime reavivou, evitar uma época de sérias convulsões, em que factos inesperados façam de novo que o Estatuto da Catalunha se lhes retire pela segunda e, talvez, úl ima vez?... Eis a incógni a que só o desenrolar do “film” poder esclarecer.*<sup>204</sup>

### Situação política e económica na Andaluzia

Em Abril de 1936, foram decretados os *alojamientos*<sup>205</sup> em grande escala nas províncias de Córdoba, Granada e Huelva. As taxações dos salários, aos trabalhadores, em Córdoba foram reduzidas para quem se beneficiasse de *alojamientos*, a fim de evitar a imediata falência dos proprietários. Esta mudança foi acompanhada por prisões arbitrarias de proprietários de terras e outros acusados de resistir às novas medidas, e também pelo roubo generalizado do olival e pelo corte ilegal de árvores. Entre as medidas arbitrarias impostas por algumas autoridades políticas, no Sul de Espanha, estavam as sobretaxas sobre os salários normais, aumentos de 100% nos impostos dos proprietários de terras e requisitos para realizar reparos específicos em casas ou propriedades, sendo necessários ou não, que empregariam mais trabalhadores.<sup>206</sup>

<sup>203</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 8/1936, p. 2, Ofício do Consulado de Portugal em Barcelona para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 30/04/1936.

<sup>204</sup> Idem, p. 3.

<sup>205</sup> O *alcaide* pedia ou sugeria que os donos das terras pudessem receber, nas suas terras, trabalhadores nos meses de inverno.

<sup>206</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, pp. 259-260 e 262.

Do consulado português de Huelva, partia a informação que houve uma recepção gloriosa ao deputado eleito pela aquela cidade andaluza que se chamava Gonzalez Peña<sup>207</sup>, chefe do movimento das Astúrias com pena de morte comutada em cadeia perpétua:

*A manifestação constituída aproximadamente por 10.000 a 15.000 pessoas, entre as quaes se destacavam inúmeras mulheres, vestidas de vermelho, jovens comunistas de camisa azul-escuro e gravatas encarnadas, e socialistas também de vermelho, era presidida por todos os deputados eleitos por esta Província de Frente Popular, o Alcalde, e os vereadores desta Capital, e a banda do Ayuntamiento, tocando a Internacional. Toda essa massa popular com os seus punhos cerrados, bandeiras vermelhas, a maioria com a foice e o martelo, símbolos soviéticos, entoando também a Internacional, davam vivas á revolução social, á U.R.S.S., ao chefe da “gloriosa revolução das Astúrias, Gonzalez Peñ ”, e soltando estridentes morras aos chefes dos Partidos das Direitas e Radical pedindo também as suas cabeças.<sup>208</sup>*

Mediante informação do cônsul de Huelva para Riba Tâmega, em Madrid, a situação social, económica e política na região de Huelva é considerada preocupante:

*A situação de ordem publica neste Districto Consular, é debaixo de todos os pontos de vista bastante má: a lei, a propriedade e as vidas não são respeitadas; ocupam-se propriedades, sem quaesquer garantias, e força-se a assinatura de bases de trabalho, contra o verdadeiro sentido económico dos proprietários, que alem de serem desvalorizados, os seus terrenos, ainda são obrigados, por ordem da autoridade, a manter, determinado numero de operários, sem terem trabalho para lhes dar.<sup>209</sup>*

Acusa o diplomata português o Governador Civil de falta de autoridade e de cumplicidade com os revolucionários e com as massas de trabalhadoras anárquicas:

*Toda essa massa operária, actualmente revolucionária actua alem disso, por cima das próprias autoridades, impotentes para manter a ordem, que começando pelo Governador Civil dão as maiores facilidades, para que todos esses elementos vivam á margem de lei.<sup>210</sup>*

<sup>207</sup> Ramón González Peña foi Presidente do PSOE entre 1936 e 1939 e Ministro da Justiça entre 1938 e 1939.

<sup>208</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Ofício do Consulado de Portugal em Huelva para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 10/03/1936.

<sup>209</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, Ofício de Riba Tâmega, Embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 8 de Junho de 1936, que inclui um ofício do Cônsul de Portugal em Huelva sobre a situação política e social no distrito consular, 17/04/1936.

<sup>210</sup> Idem, ibidem.

O extremar da atitude dos revolucionários, com vandalismo e posições violentas, na província de Huelva é para o Cônsul português algo inquietante:

*Tem havido em diferentes sítios desta Província algumas igrejas incendiadas; prisões arbitrárias de elementos desafectos á actual situação politica; ameaças de morte, obrigar a alguns proprietários a assinarem cheques e darem determinados importâncias para resolver a crise de desemprego, com a ameaça de que, se não o fizerem, não impedirão, que as massas populares assaltem e destruam as suas propriedades ruraes. Seria larguissismo enumerar todos esses actos de verdadeiro vandalismo.<sup>211</sup>*

Para o diplomata luso, as ações violentas são previamente organizadas por grupos e organizações operárias que tem objetivos claramente definidos:

*Ha porem actualmente uma táctica das organizações operárias, que em nossa opinião, corresponde a determinados fins, para verem se na primeira ocasião, contam com todos os seus filiados: Nos referimos a alguns casos, passados ultimamente.<sup>212</sup>*

É grande o poder dos sindicatos sobre os trabalhadores e é abrangente a todos os sectores de atividade incluindo empresas espanholas e estrangeiras, nomeadamente, inglesas. As empresas são obrigadas a tolerar greves, onde as autoridades não têm qualquer poder sobre os revolucionários, e de integrar trabalhadores mesmo que as condições financeiras das empresas sejam más. Uma situação delicada apresenta-se com uma empresa inglesa, que teoricamente não pode ser alvo de coações de carácter revolucionário, mas que sofre pressões de toda a ordem inclusive de greve. Esta empresa por informações do Cônsul emprega, aproximadamente, 150 trabalhadores portugueses:

*Felizmente nesta cidade existe essa poderosa companhia de nacionalidade inglesa Rio Tinto, o governo não tem outro remédio, senão enviar os reforços indispensaveis da Guarda Civil e de Assalto, para garantir a ordem publica e os interesses daquela sociedade. prevê-se a declaração da greve revolucionária em todos os ramos, com os consequentes distúrbios, assaltos, incêndios, etc. etc.<sup>213</sup>*

O perigo de propagação revolucionária alastra por todos os trabalhadores e por toda a província. O Cônsul reflete esta dinâmica revolucionária e não poupa uma eventual extensão, para Portugal, desta enérgica ação dos sindicatos e operários: “*E um conflito*

---

<sup>211</sup> Idem, ibidem.

<sup>212</sup> Idem, ibidem.

<sup>213</sup> Idem, ibidem.

*dessa natureza numa Província fronteira, também pode deixar algumas sementes, sempre prejudiciaes, debaixo de todos os pontos de vista”.*<sup>214</sup>

Diz-nos o Cônsul, a 27 de Junho, sobre as consequências da greve que alastram à carência de bens alimentares:

*A situação é já verdadeiramente insustentável. Estamos no quarto dia de greve geral, e continua faltando pão, carne, peixe, tec. Etc. Esta madrugada houve na praça de touros, uma Assembleia de todos os grévistas. Houve duas corrente, uma que a greve geral terminasse de seguida, e outra que continuasse por tempo indeterminado, até que a greve do Rio Tinto, se resolva satisfatoria e definitivamente. Por grande maioria foi decidido continual-a por tempo indeterminado.*<sup>215</sup>

São sublinhadas pelo Cônsul, as críticas aos elementos do comité da greve onde as suas decisões influenciam a vida quotidiana: “ninguem o sabe, exceção do ‘comité da greve’. É triste que esteja na mão desse comité, a vida de uma cidade”.<sup>216</sup> Denotando, o diplomata português, que o Governo espanhol teria que resolver esta questão pois estava envolvido interesses consideráveis nesta contenda:

*Felizmente nesta cidade existe essa poderosa companhia de nacionalidade inglesa Rio Tinto, o governo não tem outro remédio, senão enviar os reforços indispensaveis da Guarda Civil e de Assalto, para garantir a ordem publica e os interesses daquela sociedade.*<sup>217</sup>

A grande greve em Huelva<sup>218</sup> foi vencida pela UGT, no entanto as condições determinadas à administração das minas do Rio Tinto revelaram-se contraproducentes. Houve a exigência de recontratar 3.000 trabalhadores e foi motivo para levar a empresa à falência.<sup>219</sup>

O Cônsul português em Huelva relata, a 30 de Junho de 1936, a situação política e social da região Andaluza. Diz-nos que a 20 de Junho houve uma greve e uma grande manifestação, com milhares de mineiros de Rio Tinto, e que essa greve foi acompanhada, em Huelva, por uma manifestação, de mulheres grevistas, não autorizada. A situação

<sup>214</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, Ofício de Riba Tâmega, Embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 8 de Junho de 1936, que inclui um ofício do Cônsul de Portugal em Huelva sobre a situação política e social no distrito consular, 17/04/1936.

<sup>215</sup> Idem, ibidem.

<sup>216</sup> Idem, ibidem.

<sup>217</sup> Idem, ibidem.

<sup>218</sup> Greve que decorreu entre 24 a 28 de Junho de 1936.

<sup>219</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 261.

estava insustentável na região, agravando-se mais com a falta de autoridade política e policial. Se a situação era instável, mais ficou com uma greve geral de carácter revolucionário que condicionava quase toda a cidade de Huelva.<sup>220</sup>

A 4 de Julho de 1936 o Cônsul escreve para Riba Tâmega sublinhando o fracasso da greve dos trabalhadores e mineiros em Rio Tinto e da greve geral. Implica Moscovo nas greves e diz que toda a Espanha está a ferro e fogo:

*E isto que aqui sucedeu, passa actualmente em toda a Espanha. Não importa que a economia política desapareça, conjuntamente com o odiado “burguês”, o unico importante são que as ordens vindas da Russia se cumpram e a tactica marche...*<sup>221</sup>

O jogo de poderes políticos na cidade de Huelva foi registado pelo Cônsul, que destaca a demissão do Governador por força das pressões dos socialistas e comunistas da Frente Popular:

*O Governador que soube manter a ordem e o principio de autoridade durante essas grève, vê-se forçado, devido ás coacções dos elementos da Frente Popular, a apresentar a demissão do seu lugar [...] Não fazemos comentários por desnecessarios.*<sup>222</sup>

A perspetiva do Cônsul sobre o poder político em Huelva é que está dividido e sem rumo, salientando a postura do Governador Civil. Sublinhando a manutenção em funções do Alcaide e do *Ayuntamiento* que estiveram em sintonia com os grevistas<sup>223</sup>:

*O Governador Civil, homem que neste grave conflito tem sabido impôr a sua vontade e procedido com maior tacto, e não se deixa subjugar pelo comité de Frente Popular, vê-se isolado, pelas restantes autoridades. E para lhe crearem maiores dificuldades, a Diputacion Provincial e os Ayuntamientos da Provincia, constituídos na sua maior parte, por socialistas e comunistas, teem apresentado a sua demissão.*<sup>224</sup>

<sup>220</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, Ofício de Riba Tâmega, Embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 30 de Junho de 1936, que inclui um ofício do Cônsul de Portugal em Huelva sobre a situação social no distrito consular, 27/06/1936.

<sup>221</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Ofício do Cônsul de Portugal em Huelva, para Madrid, destinado ao Embaixador português Visconde de Riba Tâmega, 4/07/1936.

<sup>222</sup> Idem, ibidem.

<sup>223</sup> Esta análise difere do ofício do Cônsul a 17 de Abril de 1936.

<sup>224</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, Ofício de Riba Tâmega, Embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 30 de Junho de 1936, que inclui um ofício do Cônsul de Portugal em Huelva sobre a situação social no distrito consular, 27/06/1936.

Relativamente há atuação de Gonzalez Peña o Cônsul contou o seguinte:

*O discurso desse chefe político, foi uma constante ameaça contra tudo e contra todos. Ele não está contente com o actual governo, com a lentidão com que resolve os problemas sociais, e defende a Aliança entre todos os elementos operários, para quando chegado o momento dos marxistas se separarem dos seus actuais aliados, os partidos burguezes, ser um facto consumado, a Aliança Operaria, e apoderarem-se então de todos os órgãos do Governo.*<sup>225</sup>

O Cônsul Português critica a falta de autoridade por parte das forças legais, que não conseguem controlar todos os excessos que as forças de esquerda cometem:

*A falta do principio de autoridade é actualmente patente: A força publica só aparece quando os atentados praticados contra a propriedade e religião estão cometidos. Citamos alguns casos mais recentes sucedidos nesta Província: o incêndio da Egreja de Niebla, monumento considerado Nacional. O fogo foi deitado pelos extremistas, e só depois de quasi todo o templo ter ardido, é que a Guardia Civil apareceu. Ainda não foram efectuadas quaesquer prisões. Propriedades agrícolas invadidas e destroçadas, por operários, a maioria mandados pelos Alcaldes de filiação socialista, cuja consigna pelo visto é destruir e não construir. Os jornaes nada dizem a respeito de todo esses sucessos, porque a censura é bastante rigorosa. No entanto esta Província, se bem que tem havido casos isolados, ainda é das mais tranquila, ao lado de algumas de Espanha, donde se teem cometido as maiores barbaridades.*<sup>226</sup>

Na província de Sevilha aumentou a coerção dos trabalhadores, que não pertenciam a sindicatos de esquerda, a ponto de trabalhadores agrícolas da província de Sevilha, membros da *Unión Republicana*, protestarem junto às autoridades em Madrid que a FNTT estava a recusar trabalhadores que não fossem militantes. Os *alojamientos* e as “invasões de propriedades” informais aumentaram durante o mês de Maio de 1936, tornando-se mais reiterados nas províncias de Sevilha e Jaén, embora nas duas últimas as autoridades locais fizessem esforços inúteis para controlar tais ações. Na província de Sevilha a jornada de trabalho foi reduzida a apenas seis horas, o que inclui também o tempo despendido a pé ou a cavalo para o trabalho, bem como todos os períodos de descanso.<sup>227</sup>

Os latifundiários na província de Sevilha já haviam realizado uma assembleia em Abril de 1936 para reclamar de um reinado de terror no campo, antes mesmo que as condições atingissem o seu ponto mais extremo. Em meados de maio, petições foram

---

<sup>225</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>226</sup> Idem, *ibidem*

<sup>227</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, pp. 259-260.

feitas ao governo pela *Federación Patronal Agrícola* em Sevilha e pela *Confederación Española Patronal Agrícola Nacional*. As organizações pediram a aplicação da lei e da ordem, declarando que estavam dispostos a aceitar os novos regulamentos, desde fossem cumpridos honestamente, sem excessos adicionais.<sup>228</sup> Em relação às greves agrárias foram contabilizadas, na província de Sevilha, 75 em 1932, 60 em 1933 e 22 no ano de 1936.<sup>229</sup>

Naturalmente que este estado de excitação social/político podia vir a ter consequências a curto prazo no relacionamento de Espanha com Portugal. Neste caso, a região da Andaluzia pressionava Portugal, devido à proximidade geográfica, com os seus caminhos revolucionários. Riba Tâmega sublinha um dado importante para a região da Andaluzia e para Portugal:

*Assegura-se, o que deve estar certo, que o principal teatro das operações revolucionárias deverá ser Andaluzia, terra vizinha da nossa, e aonde os elementos comunistas teem formado as suas células de propaganda as quais teem radiado para Portugal.*<sup>230</sup>

O Cônsul português em Sevilha, António Certina, salienta a preocupação de Portugal perante as mais que certas incompatibilidades entre o regime político espanhol, de cariz republicano/comunista, e o Estado Novo português. Existem grandes permeabilidades nas fronteiras entre os dois estados, onde poderá haver uma entrada de esquerdistas espanhóis em Portugal:

*Será supérfluo pretender acentuar o dano, senão já o perigo, que a actual política espanhola representa para Portugal, de tal maneira os factos diários poêm em evidência esta circunstância. No que respeita a este distrito consular, as observações menos cuidadosas justificam todas as suspeitas que se possa ter a este respeito.*

*As autoridades locais, saídas das eleições onde teve o seu triunfo a aliança marxista da Frente Popular, e constituídas, em grande parte, pelos membros de maior prestígio revolucionário do partido comunista certamente que não poderão conceder a menor simpatia à política portuguesa do Estado Novo. Por conseguinte, tudo quanto represente um ataque ou um acto capaz de causar prejuízo á nossa política interior encontrará um apoio caloroso por parte destas mesmas autoridades.*

---

<sup>228</sup> Idem, p. 262.

<sup>229</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 720.

<sup>230</sup> AHD-MNE, 3 Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, Ofício de Riba Tâmega, Embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 30 de Junho de 1936, que inclui um ofício do Cônsul de Portugal em Huelva sobre a situação social no distrito consular, 27/06/1936.

*O conhecimento perfeito desta posição agressiva, leva-me a colocar dentro duma cuidadosa circunspecção, grave sem deixar de ser delicada, as relações deste Consulado com os actuais representantes o Estado.*

*Existindo nesta região, como atravez das regiões fronteiriças de toda a Espanha, alguns centos de portugueses, sem trabalho uns por amor à vadiagem ou ainda por expatriação voluntária causada por questões políticas e sociais, e todos os aptos a aderirem a qualquer obra de captação revolucionária, fácil é de prever a protecção que lhes será dispensada tanto por parte das referidas autoridades, como entre os organismos de secção social, os quais, falando destes últimos, não perderão a oportunidade para engrossarem as sua fileiras e criar agentes de ligação que possam ir fomentar a desordem entre as massas trabalhadoras doutro país.*

*Este facto leva a reconhecer como sendo duma necessidade urgente a rigorosa fiscalização dos nossos postos de policia de fronteira a fim de impedir o intercâmbio de agitadores que forçosamente se estará produzindo entre Espanha e Portugal.*

*Por informações particulares chegadas ao conhecimento deste Consulado, e que fortificam esta opinião, parece ser exacto terem sido vistos ultimamente em território português alguns conhecidos e perigosos agitadores espanhóis. E a este propósito não deverá deixar de frizar-se o que poderá representar de prejudicial para a nossa segurança interna a livre entrada em Portugal de todos os viajantes espanhóis sem o respectivo visto consular. Resulta deste facto o ficar exclusivamente dependente dos postos de policia da fronteira, o que lhes é permitido visto não poderem aquelas entidades policiais dispor de meios de observação e de controle que só os postos consulares, pelo conhecimento das regiões em que estão situados e, por conseguinte, dos seus habitantes, podem possuir.*

*Ainda àcerca da segurança do Estado, convém saber-se que em Rosal de la Frontera, em frente do nosso posto de Ficalho, existe uma hospedaria pertencente ao português João Santiago Coelho, disfarçado sob a apelidação espanhola de “Juan Santiago Cohello”, que parece servir de centro de recepção e expedição de ordens entre os agentes revolucionários dos dois países, servindo ao mesmo tempo como ponto de reuniões clandestinas entre os mesmos agentes.<sup>231</sup>*

Nota igualmente que existe uma tentativa de dificultar a saída de pessoas que não estejam familiarizadas com os movimentos ideológicos que varriam a sociedade:

*Que todos os viajantes espanhóis que pretendam sair para Portugal pelos postos da fronteira situados nos limites da sua Província, façam visar previamente os seus passaportes no Governo Civil da mesma Província. Tal medida tem por fim dificultar ou mesmo impedir a saída do país de determinados viajantes.<sup>232</sup>*

António Certina observa, nas zonas rurais, conjuntos de homens do campo que uniformizados, de camisa azul e gravata vermelha, fazem exercícios militares debaixo

<sup>231</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, pp. 7-9, Ofício do Cônsul de Portugal em Sevilha, para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 6/07/1936.

<sup>232</sup> Idem, p. 7

das ordens de um responsável: “*Preparam-se assim as futuras massas de choque para a destruição do Estado sob as vistas complacentes desse mesmo Estado*”.<sup>233</sup>

O ofício do Cônsul de Sevilha, descreve as ações dos movimentos esquerdistas na região da Andaluzia. Realiza acusações sobre os revolucionários, que destabilizam a ordem económica e do Estado, que estão sob o jugo da União Soviética. Existem invasões às propriedades agrícolas privadas e cobrança de impostos arbitrários:

*O panorama social não somente deste distrito consular mas de toda a região andaluz reflecte à larga o plano estratégico dos bandos políticos de Moscovo. Mal dissimulado, agindo à sombra da máquina aparentemente activa do Estado, o campo andaluz assumiu foros de identidade jurídica e administrativa e é ele que, através das suas massas simplesmente campestres ou industriais e rurais, ligadas entre si pelo polvo soviético dos seus organismos sindicais, se impõe à cidade, à lei e à ordem tradicional, A invasão da propriedade privada, a distribuição da produção agrícola entre os grupos vermelhos das populações rurais, a imposição de trabalhadores em locais e em actos nem pedidos nem tão poucos justificados, a cobrança de impostos arbitrários, destinados à caixa dos respectivos organismos sociais, são exemplo ostensivos desta inversão de autoridade.*<sup>234</sup>

Para o Cônsul António Certina existe uma relação tensa, entre trabalhadores e patrões, bem como a relação de desconfiança no trabalho. Os proprietários estão reféns dos trabalhadores nas suas próprias quintas e campos agrícolas, onde os movimentos dos proprietários é alvo de escrutínio pelos trabalhadores agrícolas:

*Existem, no entanto, manifestações mais graves que as precedentes. Em certas povoações do campo andaluz, os grandes proprietários ali residentes encontram-se em estado de sequestro dentro das respectivas povoações, donde não podem sair sem prévia autorização dos sindicatos comunistas locais. A saída é permitida mediante um salvo-conduto expedido pelos grupos vermelhos, de acordo com os alcaides, cobrando-se por tal documento uma taxa-imposto, de cifra elevadíssima, que é calculada sobre o valor da fortuna pessoal atribuída ao proprietário. Mesmo assim, o interessado não poderá prolongar a sua ausência até depois do sol-posto, devendo passar a noite no local da sua residência habitual. As contrafacções são punidas com invasões das casas, indemnizações em dinheiro e novos impostos-multas, além do perigo iminente do “atentado pessoal”.*<sup>235</sup>

E adianta o diplomata português em relação à desordem na cidade de Sevilha, nomeadamente nos bairros de *Triana e Macarena*, onde existem inúmeros sedes de

---

<sup>233</sup> Idem, Ibidem.

<sup>234</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, p.1-2, Ofício do Cônsul de Portugal em Sevilha, para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 6/07/1936.

<sup>235</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, p. 2, Ofício do Cônsul de Portugal em Sevilha, para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 6/07/1936.

sindicatos e de movimentos de esquerda. Proclama-se atitudes de redução, das rendas das casas, até os 50% e o não pagamento do contador da eletricidade:

*Nos bairros pobres de Sevilha, como são, principalmente, os de Triana e Macarena, e onde pululam, por conseguinte, as sédes dos sindicatos, centros e núcleos de choque das organizações marxistas, a maior parte das casas ostenta uma grande barra de pano vermelho na qual se lê, entre grandes desenhos com a estrela marxista de cinco pontas e os conhecidos símbolos soviéticos do martelo e a foice, a seguinte proclamação-aviso: " Os inquilinos não pagam rendas até que se lhes reduzem 50% do aluguer e se deixe de cobrar a peseta atribuída ao aluguer do contador da eletricidade. Tais proclamações, que em muitos casos barram completamente a fachada dos prédios em toda a sua largura, dando um aspecto impressionante de indisciplina social às zonas da cidade onde as mesmas se repetem quasi sem interrupção, são uma indicação do audacioso movimento mantido pelas classes obreiras, as quais deliberaram não pagar as rendas das casas explicando esta atitude pela necessidade que se lhes rebaixe 50% da renda actual mas convencidas, no fundo, de que nunca mais pagarão as ditas rendas, visto que para breve o advento do paraíso marxista.<sup>236</sup>*

Para António Certina a ação dos apoiantes esquerdistas, na cidade de Sevilha, ultrapassa o razoável e o bom senso, com contínuas desordens e manifestações ostensivas e provocadoras:

*Dentro da própria cidade a sua absurda e impertinente tirania vermelha toma uma forma comum e quasi legal. A rua pertence-lhes. Os desfiles, cortejos e outras manifestações "callejeras" sucedem-se entre os famosos gritos asturianos "UHP" e as farandolas dos estandartes marxistas. Nos carros eléctricos das linhas dos bairros pobres entram a miúdo alguns membros das juventudes comunistas, uniformizados de camiza azul e gravata vermelha, intimando os passageiros a não pagarem mais que 50% do preço do bilhete exigido pela tabela da Companhia.<sup>237</sup>*

## **5. A oposição republicana portuguesa exilada na II República espanhola de 1931 até 1936**

Os opositores lusos começaram a chegar a território espanhol depois da revolta de 1927 e da revolta da Madeira de 1931. Foram para variadas zonas de Espanha como Badajoz, Sevilha, Madrid, Corunha e Vigo, onde estavam os comités republicanos portugueses no exílio e que possuía apoio em dinheiro, armas e logística do governo

<sup>236</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, p. 5, Ofício do Cônsul de Portugal em Sevilha, para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 6/07/1936.

<sup>237</sup> Idem, ibidem.

republicano espanhol. As permeabilidades que as fronteiras portuguesas apresentavam e possuíam eram desfavoráveis ao país mais pequeno e com menos capacidade. Não era de estranhar que essas dificuldades, de controlar as fronteiras, fosse aproveitada pela oposição do Estado Novo para contactar e pedir apoio aos republicanos e forças políticas que estavam a sustentar e a dirigir o governo espanhol.

Oliveira Salazar, no plano interno, começou a sentir-se algumas perturbações, nomeadamente com a sublevação revolucionária de 4 de Abril de 1931 na ilha da Madeira, que se alastrou aos Açores e à Guiné, e o movimento revolucionário de 26 de Agosto de 1931. Alguns destes movimentos obterão apoios materiais, logísticos e políticos da República espanhola.

Como consequência da revolta da Madeira aviadores portugueses saíram de Portugal e instalaram-se na Estremadura e depois em Sevilha. Em Madrid foi instalado um comité revolucionário constituído por Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Moura Pinto. Nesta época, as cidades mais perto das fronteiras (da Extremadura, Andaluzia, Galiza) e Madrid eram os principais centros de exiliados socialistas e republicanos. Mário Castelhana (importante militante anarcossindicalista que morreu no campo de concentração do Tarrafal em 1940) afirmava: *“A revolução em Portugal irá acompanhada ou precedida pelo proletariado de Espanha. Dificilmente se poderá considerar de uma forma isolada, tanto ali como aqui”*.<sup>238</sup>

Os emigrantes eram responsáveis políticos e militares e desempenharam funções relevantes na Primeira República. Como por exemplo, Bernardino Machado<sup>239</sup>, Afonso Costa<sup>240</sup> e José Domingues dos Santos<sup>241</sup>, Cunha Leal<sup>242</sup>, Alberto de Moura Pinto<sup>243</sup>, Norton de Matos<sup>244</sup>, Agatão Lança, Jaime de Morais, Álvaro Poppe e Ribeiro de Carvalho. Acrescentando nomes como Jaime Cortesão, foi um refugiado intelectual de grande craveira, Alexandrino dos Santos, Manuel António Correia e Oliveira Pio, Nuno Cruz, Carlos Sardinha e César de Almeida.<sup>245</sup>

---

<sup>238</sup> Farinha, Luís, *Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, Revista de Estudios Extremeños, tomo LXXI, Número Extraordinario, 2015, p. 314.

<sup>239</sup> Presidente da República Portuguesa por duas vezes ocasiões de 1915 a 1917 e de 1925 a 1926, morreu em 1944.

<sup>240</sup> Destacada figura republicana foi empossado três vezes como Primeiro Ministro da República portuguesa.

<sup>241</sup> Várias vezes Ministro em governos republicanos em Portugal.

<sup>242</sup> Primeiro Ministro da República portuguesa de 1921 a 1922.

<sup>243</sup> Ministro da Justiça entre 1917 e 1918.

<sup>244</sup> Político, diplomático e General. Foi Primeiro Ministro, Ministro, Governador de Angola e Embaixador em Londres. Empossado Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido e Candidato Presidencial em 1949.

<sup>245</sup> Farinha, Luís, *Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, p. 314.

Um exemplo do bom relacionamento de republicanos portugueses e espanhóis aconteceu no mês de Dezembro de 1930, após a sublevação de Jaca, Marcelino Domingo<sup>246</sup> que estava escondido das autoridades foi visitado por ex-presidente da República portuguesa, Afonso Costa. Quando Marcelino Domingo teve que fugir de Espanha para França, via Portugal, foi ajudado pelos republicanos portugueses. Possuía variados amigos republicanos portugueses como António Sérgio<sup>247</sup>, Bernardino Machado, João Pereira Bastos, Xavier Valilvas, Jaime Cortesão, Moura Pinto, Jaime Morais e outros.<sup>248</sup> No Verão de 1931 houve um encontro de exilados políticos na zona da Galiza que reuniu nomes como Sarmiento Pimentel, Aquilino Ribeiro, Cunhal Leal, Pina de Morais, Lago Cerqueira e outras individualidades. A segunda fase começou com a vitória de CEDA de Gil-Robles e do *Partido Radical* de Alejandro Lerroux. A coligação entre ambos veio abrir caminho para a instalação de políticas conservadoras em Espanha tendo, então, a situação dos emigrados políticos portugueses mudado significativamente. Com a vitória da Frente Popular, em Fevereiro de 1936, as redes de apoio aos exilados voltaram a estarem ativas, nomeadamente Sevilha, Galiza e Madrid e houve apoio do governo republicano aos opositores de puderam estar menos de 100 km da fronteira o que era contrário às exigências do Governo português.<sup>249</sup>

### **Organizações políticas que pertenciam os exilados republicanos portugueses em Espanha**

Uma preocupação de Oliveira Salazar, relativamente à influência da República espanhola em Portugal, dirigia-se pelos milhares de portugueses que trabalhavam nas zonas da Andaluzia, esta era mais preocupante pois fazia fronteira com Portugal, e das Astúrias. Eram aliciados, por organizações anarquistas espanholas como a FAI, em conjunto com as organizações anarquistas portuguesas, na tentativa de mobilizá-los para destabilizar e derrubar o governo português.

O mais importante centro da organização de refugiados portugueses, concentrava-se em Madrid, com uma ligação a outras várias cidades espanholas como Vigo, Corunha,

<sup>246</sup> Em 1929 fundou o Partido Republicano Radical Socialista e foi várias vezes Ministro durante a II República espanhola.

<sup>247</sup> Importante intelectual português residiu em Paris de 1926 até 1933.

<sup>248</sup> Sánchez Cervelló, Josep, *Portugal Contemporâneo. Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)*, Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales, nº 7, 2002, p. 277.

<sup>249</sup> Farinha, Luís, *Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, p. 316.

Badajoz e Sevilha e com a Liga de refugiados portugueses em Paris.

Todas as estruturas organizadas destes exilados em Espanha beneficiavam do apoio dos republicanos espanhóis, dos anarquistas e dos comunistas. Participando ativamente nas unidades militares da República, adquiriram assim o apoio material e financeiro não apenas para a sua sobrevivência em Espanha, mas também para a organização de ações no interior do território português.

Devido a existência de dificuldades financeiras nos refugiados, a partir de 1931, foi constituído um grupo significativo de exiliados em Badajoz. Em 1932 foi criado a Comissão de Assistência Pró-Emigrados Necessitados (CAPEN) com uma quota mensal de 50 escudos. Devido à persistência de dificuldades económicas muitos exilados lusos regressaram a Portugal devido a uma amnistia decretada pelo Governo português, excetuando os elementos mais extremistas, que se incluíam os responsáveis da Liga de Paris, do Comité de Madrid e os mais importantes dirigentes que lutaram contra o governo português. Entre os anos de 1933 a 1935 prosseguiram os problemas para as oposições quer em território português como fora de Portugal.<sup>250</sup>

Os anarquistas e sindicalista portugueses, a partir de Julho de 1931, com vínculo à CGT detinham apoio e livre circulação em Espanha e na estrutura da CNT espanhola. A CGT e a CNT estavam incluídas na FAI. As forças comunistas, em 1931, possuíam pouca visibilidade e escassa organização em território espanhol e português onde os movimentos anarquistas conquistavam os meios operários.<sup>251</sup>

Na Primeira Conferência Anarquista da Região Portuguesa, realizada no mês de Maio de 1923 em Alenquer, foi criada a União Anarquista Portuguesa (UAP). A UAP possuía federações regionais do Norte, Centro e Sul de Portugal e finalizou em 1927, no entanto, foi importante na criação e instituição da Federação Anarquista Ibérica (FAI). A Conferência das Organizações Operárias de Espanha e Portugal teve lugar na cidade Évora em 1923. Participaram no lado espanhol da CNT, Ácrato Lluhl, Manuel Pérez e Sebastián Clara. Da CGT foram enviados José de Silva Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa.<sup>252</sup>

A reunião de exiliados portugueses nas conferencias na União Rádio de Madrid

---

<sup>250</sup> Idem, p.314.

<sup>251</sup> Varela Gomes, João Paulo, *Guerra de Espanha, 70 anos depois*, Lisboa, Fim de Século Edições, 2006, p. 135.

<sup>252</sup> Zarcone, Pier Francesco, *O Anarquismo na história de Portugal* [<https://ithanarquista.files.wordpress.com/2016/09/pier-francesco-zarcone-o-anarquismo-na-historia-de-portugal.pdf>], p. 10.

foram apoiadas pelo *Comité de los Amigos de Portugal* onde Ortega y Gasset era o responsável e incluíam inúmeros socialistas e comunistas como Dolores Ibarruri. Houve a possibilidade de apoiar um golpe, como o apoio de Largo Caballero e Bernardo Giner de los Ríos, no sentido de liberar republicanos lusos que estavam presos na ilha de São Nicolau em Cabo Verde, no entanto esta ação ficou cancelada pelo início da Guerra Civil. Na primavera de 1936, na capital espanhola, foram encetadas reuniões para criar a Frente Popular Português no exílio para o início de 1937. A *Unión de los Antifascistas Portugueses Residentes en España* (UAPRE) fora elaborada na Primavera de 1936. Foi ainda publicado pelos opositores portugueses, no jornal madrileno *El Sol*, uma comunicação de repúdio à ação do governo português.<sup>253</sup>

Perante a posição de combate dos militantes esquerdistas portugueses em Espanha, com ligações a Portugal e a cooperação militante de forças de esquerda ibéricas, de oposição ao Governo luso, foi contrastado com o papel atento e ativo do diplomata português em Madrid que relatava o desenrolar dos acontecimentos que proporciona encontros entre forças de esquerda espanholas e portuguesas. No dia 29 Junho de 1936 a Embaixada de Portugal, em Madrid, comunicava para Lisboa a possibilidade de se realizar uma reunião da FAI em Lisboa ou perto da fronteira portuguesa:

*Comunico a V.<sup>a</sup> E.<sup>a</sup> Segundo informação especial a Federação Anarquista Ibérica deseja celebrar reunião em Portugal conjuntamente com elementos portugueses; esta reunião caso não se possa realizar em território português se irá realizar em uma das fronteiras. A Confederação nacional de Trabalhadores espanhóis acordou fundir-se com as suas congéneres portuguesas, formando uma única Confederação Ibérica; igualmente informaram contrabando de armas e bombas na fronteira Rosal de la Frontera e Ficalho; os agentes ali não merecem confiança.*<sup>254</sup>

A preocupação, do diplomata luso em Madrid, foi constante e continua sobre a possibilidade de encontros de anarquistas portugueses e espanhóis na tentativa de destabilizar o Governo de Salazar. No dia 8 de Julho de 1936 a Embaixada lusa, em Madrid, informava o local e a data onde se vai realizar a reunião da FAI e a notícia sobre a entrada de material de propaganda comunista em Portugal;

*Comunico a V.<sup>a</sup>E.<sup>a</sup> para por urgentemente em conhecimento Agostinho Lourenço que a reunião da Federação Anarquista Ibérica vai realizar-se no dia 10 de Julho na Rua de Fábrica de Pólvora em Lisboa e nessa reunião vão comparecer*

<sup>253</sup> Farinha, *Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, pp. 314 e 317.

<sup>254</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 437.

*três delegados espanhóis e possivelmente vai comparecer Ribeiro Carvalho... António de O estará nessa reunião. Comunico que se tem enviado propaganda comunista em Portugal, principalmente juntos de elementos militares.*<sup>255</sup>

O receio de uma destabilização política vinda de Espanha era real para o Governo português. A cascata e a forma contínua de informações, vindas da Embaixada lusa em Madrid, foi uma forma de manter ativo e informado, o Ministério dos Negócios Estrangeiro português, sobre as movimentações de esquerda que comprometiam e ameaçavam o Governo luso. Logo, no dia 9 de Julho de 1936, era comunicado para Lisboa o adiamento da reunião da FAI; *Reunião Federação Anarquista Ibérica só vai realizar-se depois do dia 25... existe concentração de emigrantes nas fronteiras para entrar em Portugal.*<sup>256</sup>

A esquerda portuguesa esteve representada em Madrid, segundo a polícia portuguesa com aproximadamente 200 elementos, que se reuniram entre Abril e Junho para aderir à organização do Partido Comunista português e iniciar negociações para tentar criar uma Frente Popular portuguesa e preparar outras ações contra o regime português.<sup>257</sup>

Sobre as informações de Payne, que expõe sobre os 200 elementos portugueses que querem aderir ao Partido Comunista, já informava esta informação o diplomata português sobre a adesão de 200 portugueses ao Partido Comunista: *“Material comunista entrou em Portugal por Vila seca, entre Verin e Chaves. Nestes meses entraram em Espanha, filiando-se no Partido Comunista, seção portuguesa, mais de 200 portugueses”*.<sup>258</sup>

Houve inúmeras organizações políticas fundadas por exilados portugueses em Espanha, destacamos a Federação Anarquista de Portugueses Exiliados (FAPE) incluída na Federação Anarquista Ibérica (FAI), a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP), o Núcleo Cultural Português de Madrid, a Delegação Portuguesa dos Emigrados Políticos e a União dos Antifascistas Portugueses em Barcelona. De inclinação comunista existiram a Casa dos Portugueses na capital espanhola. A *Radio Fantasma*, foi uma emissora anarquista estruturada pela FAPE, e os jornais *Rebelión* e *Unir*.<sup>259</sup>

Os partidários mais jovens foram reunidos na Regional Portuguesa da Federação

---

<sup>255</sup> Idem, Ibidem.

<sup>256</sup> Idem, p. 438.

<sup>257</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 269.

<sup>258</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 437.

<sup>259</sup> Loff, Manuel, *España en la mirada portuguesa: Ilusión, Tragedia y Terror*, Historia del presente, nº 11, 2008/I, p. 77.

Ibérica de Juventudes Libertárias (FIJL). O historiador António Pedro Vicente enunciava os diferentes apoios que os exilados portugueses possuíam em Espanha:

*Os apoios dados aos exilados portugueses na luta contra o regime salazarista entre 1931 e 1933 foram reativados após estas eleições. Destes apoios destacam-se uma estação de Radio, a Radio Fantasma que era dinamizada por anarquistas exilados, a constituição de uma Agencia de Noticias em Espanha, facilidades para a impressão e difusão do jornal UNIR, da Frente Popular Portuguesa, que apesar de não ter tido êxito em Portugal, teve em Paris e em Espanha alguma dimensão e organização que lhe permitiram introduzir muita propaganda em Portugal.*<sup>260</sup>

A pressão, sobre o Governo luso, era sentida pelo diplomata português em Espanha devido aos encontros entre a oposição republicana portuguesa em Espanha, num meio de comunicação espanhol, pois a existência de este tipo de encontros valorizava e dava forças aos oposicionistas portugueses no sentido de combater o salazarismo. Houve atenção do diplomata português com um envio de uma Comunicação da Embaixada de Madrid, no dia 29 de Abril de 1936, sobre conferencias realizadas pela *Unión Radio de Madrid* com a participação de vários exilados portugueses em Espanha, onde o diplomata português sugere a sua proibição:

*O governo português acaba de saber que se vai planear e anunciar uma serie de conferencias radiofónicas pela Unión Radio de Madrid, sobre assuntos portugueses e os conferencistas serão, Cunha Leal, Agatão Lança, Aragão Melo e Prestes Salgueiro, hoje, dia 1 de Maio e no dia 5 de Maio. Em confirmação da instrução telefónica a este Ministério de Estado nos termos mais firmes, reclamando a proibição de tais conferencias que constituem uma infração das regras para a correção de procedimento do governo espanhol e os seus amigos, e insinuar que o governo português não poderia, se esta segue em frente, impor aos emigrados políticos espanhóis abster-se de meios semelhantes para defender as suas ideias.*<sup>261</sup>

### **O caso navio *Turquesa***

Como relata Hipólito de la Torre, grandes quantidades, de material bélico, tinham sido adquiridas com a cumplicidade de Manuel Azaña. Esse material de guerra, que permanecia no aeroporto de Los Alcázares, em Murcia, era desviado em direção à

<sup>260</sup> Vicente, António Pedro, *O Cerco da Embaixada da República Espanhola em Lisboa*, in *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 10, in *Damião*, Ana Mafalda, *Relações Portugal/Espanha durante a Guerra Civil (1936-1939)*. Lusíada. História, vol. 2, nº 5, pp. 207-214.

<sup>261</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 434.

fronteira e entrava em território luso.<sup>262</sup> Com o foco para realizar a revolução em Portugal houve apoio de importantes personalidades espanholas como Manuel Azaña, Indalecio Prieto<sup>263</sup> e Marcelino Domingo na intermediação de armas. Ramon Franco consegue o primeiro envio de armas do aeródromo Los Alcázares, será transportada para Badajoz com o intuito de serem aplicadas na ação militar de Junho/Agosto de 1931 em território luso. No entanto, esta mercadoria não foi utilizada na totalidade e a restante foi devolvida para Madrid via Andaluzia.<sup>264</sup>

Uma segunda remessa de armas foi instruída por Jaime de Morais que veio da Alemanha e entra em Espanha, pelo porto de Bilbao, no dia 8 de Março de 1932. Uma parte desta encomenda bélica entrou em Portugal, por meio de Indalecio Prieto, para ser envolvida na revolução de Outubro de 1934. Um outro envolvimento espanhol, em intermediação de armas, e o mais mediático foi a concessão de armas pelo Consorcio de Indústrias Militares com o apoio de Manuel Azaña e o envolvimento de Horacio Echevarrieta<sup>265</sup>. O material de guerra será depositado na cidade andaluz de Cádiz para posteriormente ser utilizado na revolução de Outubro de 1934. No entanto, o material militar será intercetado pelas autoridades no porto das Astúrias de San Esteban de Pravia no dia 2 de Setembro de 1934 e envolvendo judicialmente Jaime Cortesão e Moura Pinto neste caso.<sup>266</sup>

Em relação à descoberta de armas no navio *Turquesa*, no porto asturiano de San Esteban de Pravia, com destino a revolta mineira estas armas foram, inicialmente, compradas pelos *Budas*, no mês de Outubro de 1932, com destino à insurreição em Portugal com a cobertura de Manuel Azaña, que era Ministro da Guerra, e com o inevitável escândalo nos dois países ibéricos.<sup>267</sup>

---

<sup>262</sup> Torre Gómez, Hipólito de la (Coordenação) *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*, Mérida, UNED, Centro Regional de Extremadura, 1989.

<sup>263</sup> Ministro na II República espanhola.

<sup>264</sup> Farinha, Luís, *Republicanos portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, pp. 318-319.

<sup>265</sup> Horacio Echevarrieta Maruri, empresário, em várias áreas, de inclinação republicana, morreu em 1963.

<sup>266</sup> Farinha, Luís, *Republicanos Portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*, pp. 318-319.

<sup>267</sup> Torre Gómez, Hipólito de la, *La relación peninsular en la antecámara de la guerra civil de España*, pp. 33-34, cit. por Mattoso (dir.), *História de Portugal - O Estado Novo*, p. 205.

## Os *Budas*, oposição republicana portuguesa em Espanha. O relacionamento da Maçonaria espanhola e portuguesa

Houve uma livre circulação e de ação dos exilados políticos, em Espanha, nomeadamente com o governo de Manuel Azaña, entre 1931 e 1933, que era considerado um grande amigo de Portugal e um oponente do Governo português. Havia uma aproximação dos dirigentes republicanos espanhóis como Indalecio Prieto, Fernando de los Rios, Santiago Casares Quiroga, Diego Martínez Barrio, Manuel Azaña com a oposição republicana portuguesa em Espanha, que era constituída por Jaime de Morais<sup>268</sup>, Jaime Cortesão<sup>269</sup>, Moura Pinto<sup>270</sup> e outros que foram apelidados de *Budas*. A designação *Budas* é dada a partir, desta época, de uma forma pejorativa.<sup>271</sup>

O *Grupo dos Budas* foi uma alcunha criada por Leonel Ferro Alves que se pensava que era um companheiro dos republicanos portugueses, mas era na realidade um espião do Governo português. Esta designação e denominação, *Budas*, foi devido à postura e às críticas de um certo imobilismo político.<sup>272</sup>

Existiram contatos ideológicos dos *Budas* com a Ala Socialista do Governo republicano espanhol e com figuras como Paulino Gomez Saiz e Teodomiro Menéndez. Houve igualmente ligações com o Partido Socialista Operário Espanhol e com partes de sectores anarquistas. Existiram também contatos dos *Budas* com intelectuais republicanos espanhóis como Gonzalo de Reparaz, José Ballester, Afonso Rodríguez Castelao e Julián Zugagoitia.<sup>273</sup> Nas palavras de seus conterrâneos e colaboradores Jaime Morais era de todos os exilados políticos, em Espanha, o que possuía maior influência, prestígio e destaque. Jaime Morais foi um interveniente da revolução 5 de Outubro de 1910 e Governador do Congo entre 1911 e 1914, Governador Geral de Angola de 1914 e 1917. No ano de 1919 esteve ativo na luta contra a Monarquia do Norte e foi empossado de Governador da Índia de 1919 a 1925 passado dois anos esteve envolvido na revolta contra a ditadura em Portugal.<sup>274</sup>

<sup>268</sup> Jaime Alberto de Castro Moraes (1882-1973).

<sup>269</sup> Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960). Destacado intelectual português.

<sup>270</sup> Alberto Moura Pinto (1883-1960). Ministro da justiça de 1917 a 1918 e importante republicano.

<sup>271</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 135.

<sup>272</sup> Paulo, Heloisa, *O exílio português no Brasil: os “Budas” e a oposição antisalazarista*, Portuguese Studies Review nº 14, 2006, pp. 125-142.

<sup>273</sup> Paulo, Heloisa, *Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica*, Estudos do Século XX, nº 8, 2008, pp. 91-92.

<sup>274</sup> Gomes, *Guerra de Espanha*, pp. 30-31.

O encontro entre Jaime Cortesão e Manuel Azaña deu-se, em Junho de 1931, para fortalecer as relações já existentes entre republicanos portugueses e espanhóis que vinha já do passado entre Afonso Costa e Marcelino Domingo que envolvia as ligações maçónicas de Portugal e de Espanha.

Manuel Azaña evidencia o contato e uma reunião entre os “Budás”, Jaime Cortesão, Moura Pinto, e entre Azaña e Martín Luis Guzmán<sup>275</sup> onde se aborda o envio de armas para Portugal:

*Pela noite, depois de jantar, vou a casa e comunico o que se sucede e de ver com razão o que acontece, o faz ver como eu negligenciei os últimos pedidos de Cortet; e ao seus amigos. Explico o quanto estou interessado em saber para onde colocar o material. [...] Em vista do que estou lhe contando, Guzmán manda uma mensagem ao Cortec ao para vir vê-lo.[...] O material está em Espanha, perto da linha, e é tão numeroso quanto o Pastor me contou. Apenas uma parte passou para Portugal. Ele fala comigo depois do navio carregado de armas que ele deteve em Copenhague, porque o Governo dinamarquês não o deixa sair sem uma autorização de trânsito porque esta autorização foi emitida pela Direção da Alfândega, por ordem do Prieto. Acontece agora que a licença é insuficiente e que é necessária outra para admitir o embarque [...]*<sup>276</sup>

Segundo Heloísa Paulo o relacionamento dos *Budás* em Espanha atinge uma dimensão considerável pois pertenciam à Maçonaria e possuíam fortes contactos com os maçons espanhóis como Diego Martínez Barrio<sup>277</sup> e Manuel Azaña. Pertenciam à Maçonaria além de Moura Pinto<sup>278</sup>, Jaime Morais<sup>279</sup> e Jaime Cortesão<sup>280</sup> ainda Nuno Cruz<sup>281</sup> e Francisco Oliveira Pio<sup>282</sup>. Havia se instalado uma loja maçónica portuguesa em Espanha sob a égide da Grande Loja Regional do Centro de Espanha.<sup>283</sup>

Houve uma politização da maçonaria espanhola e uma participação profunda das lojas maçónicas com os movimentos e conjurações republicanas. Logo o Governo republicano espanhol possuía uma forte participação maçónica. Em relação ao Governo provisório republicano, dos 12 ministros no total, seis pertenciam à Maçonaria. Eram maçons os radicais Lerroux e Martínez Barrio, os radicais socialistas Albornoz e

<sup>275</sup> Martín Luis Guzmán Franco foi um mexicano, diplomático, jornalista, escritor e amigo de Manuel Azaña. Viveu um segundo exílio em Madrid de 1925 até 1936. Morreu na Cidade do México em 1976.

<sup>276</sup> Paulo, Heloísa, *Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Iberica*, pp. 89-90.

<sup>277</sup> Grande Mestre do Grande Oriente de Espanha.

<sup>278</sup> Pertence à Loja Tenacidade, na zona Águeda, com o nome de Passos Manuel.

<sup>279</sup> Entrou na Maçonaria no ano de 1909 na cidade Luanda utilizando o nome de Saint Just.

<sup>280</sup> Ingressa na Maçonaria, utilizando o nome de Guyau, entre os anos de 1911 e 1926 e regressa em 1934.

<sup>281</sup> Nuno Cerqueira Machado Cruz (1893-1934).

<sup>282</sup> Francisco Oliveira Pio (1897-1972).

<sup>283</sup> Paulo, Heloísa, *Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Iberica*, p. 91.

Domingo, o republicano galego Casares e o socialista De los Ríos. Todos pertenciam, menos Lerroux, à *Gran Logia Española* que estava incluído no *Gran Oriente Español*. As *Cortes Constituyentes* foi o parlamento com uma maior presença e participação, da Maçonaria, em toda a história espanhola.<sup>284</sup> Ou seja, dos 470 deputados das Cortes, 25% eram da maçonaria. Se a estimativa apontava para a existência, em toda a Espanha, de 3.500 maçons, logo a representação parlamentar, em termos proposicionais e de percentagem, era muito elevada. Destes maçons, uma grande maioria, pertenciam à *Grande Oriente Español* e somente uma pequena percentagem pertenciam à *Gran Logia Española*. Manuel Azaña só pertenceu à Maçonaria no dia 5 de Março de 1932 na *Logia Matritense del Gran Oriente Español*. Não houve uma grande motivação de Azaña de pertencer aos quadros maçónicos. No entanto, foi importante, o seu ingresso no mundo maçónico, a influencia dos seus amigos e provavelmente o sentir que seria útil, politicamente, pertencer às ordens maçónicas.<sup>285</sup>

---

<sup>284</sup> Avilés Farré, *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*, pp. 109-110.

<sup>285</sup> Idem, pp. 182 e 184.

## Capítulo 2: A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NA GUERRA CIVIL ESPAÑHOLA

### 1. A Guerra Civil de Espanha e a vitória de Francisco Franco

#### A disposição geográfica de Espanha após o golpe militar

No dia 17 de Julho de 1936 houve uma sublevação dos militares em Melilla. No dia seguinte, Francisco Franco teve conhecimento da sublevação de Melilla e pôs em andamento a rebelião e tomada das Canárias. Franco dirigia-se, por rádio, a todas as forças militares para contagiá-las e animá-los a unirem-se ao golpe militar.

O objetivo primordial era que a sublevação principal incidisse sobre a Espanha Continental. A operação não se havia preparado para uma Guerra Civil de larga duração, mas estava, inicialmente, pensado e organizado no sentido de ser, somente, um pronunciamento, um golpe militar, que se pensava rápido e com muitos objetivos antagónicos. Ou seja, havia várias soluções políticas dentro deste golpe militar: derrubar o Governo republicano; desmorronar a República espanhola; restaurar a Monarquia com Afonso XIII; instaurar a Monarquia carlista, ou implementar uma ditadura militar ou fascista.

Sem se definir politicamente, Franco tomava progressivamente as *alavancas* do poder reduzindo ao máximo os possíveis inimigos e prendendo as autoridades civis. O objetivo máximo era Madrid, para onde pretendia enviar colunas militares, onde estavam à espera nessa mesma cidade tropas já sublevadas, que tomariam o poder e colocariam em marcha um determinado sistema político.<sup>1</sup>

No entanto, após uma semana do início do *Alzamiento*, nem os rebeldes haviam tomado a capital espanhola, nem o Governo republicano havia podido retorquir de uma forma eficaz e organizada o avanço dos nacionalistas. Este fracasso e insucesso, de ambos os lados, desencadeou a Guerra Civil.

O *Alzamiento* apenas conseguia controlar Navarra, Castela-a-Velha, Galiza, uma parte de Aragão e o Norte da Estremadura estando a cidade de Cáceres conquistada. O mesmo já não se passava com Badajoz, onde o movimento rebelde fracassava, e com as

---

<sup>1</sup> Cardona, Gabriel e Fernández Bastarreche, Fernando, *La Guerra de las Columnas*, in *La Guerra Civil Española*, Madrid, Historia 16, 1996, vol. II, p. 8.

cidades de Madrid, Barcelona, Valência, Málaga, Bilbao, Alicante e Oviedo. Em relação à Andaluzia, as cidades de Sevilha, Granada e Córdoba eram ilhas nacionalistas cercadas de territórios republicanos, os rebeldes dominavam a faixa territorial que ligava Cádiz a Sevilha, que foi um corredor fundamental para o alastrar das tropas nacionalistas. O que parecia rápido e eficaz, demorou 2 anos 8 meses e 13 dias a concretizar-se.<sup>2</sup>

A 20 de Julho, os rebeldes tinham sob controlo as áreas mais atrasadas e as mais pobres da Espanha. Na zona territorial da República estavam, os núcleos mineiros, as zonas industriais mais significativas e as zonas agrícolas mais relevantes. Os principais Bancos de Espanha e as fábricas de munições e de material de guerra, mais relevantes, estavam nas mãos das forças governamentais.<sup>3</sup>

Segundo Preston, a vitória nacionalista estava longe de acontecer, pois somente 1/3 do território espanhol, pertenceu aos rebeldes, e as maiores zonas económicas e as principais cidades estavam em poder do Governo republicano:

*Estes controlavam aproximadamente de um terço do território espanhol, com um grande bloco que incluía a Galiza, Leão, Castela a Velha, Aragão e parte da Estremadura, mais uma serie de enclaves isolados como Oviedo, Sevilha e Córdoba. Disponham das grandes zonas produtoras de trigo, mas os principais centros da indústria pesada e ligeira espanhola estavam em mãos dos republicanos. A sublevação fracassou em Madrid, Barcelona, Valência, Málaga e Bilbao. Portanto os insurretos teriam que elaborar rapidamente um plano de ataque para conquistar o resto de Espanha.*<sup>4</sup>

Os nacionalistas controlavam, aproximadamente, 235.000 km<sup>2</sup> do território peninsular espanhol com 11 milhões de pessoas. A República possuía 270.000 km<sup>2</sup> com 14 milhões de pessoas.<sup>5</sup>

Ambos os exércitos, o governamental e o nacionalista, dispunham pouco material de guerra, possuindo uma aviação pouco eficaz, escassa artilharia e um défice enorme de carros de combate. Mesmo com grandes dificuldades, em ambos os lados, os republicanos possuíam a maior parte da marinha de guerra e da força aérea. Em termos humanos, as milícias republicanas estavam bastante desorganizadas e indisciplinadas. No lado contrário, os voluntários rebeldes estavam um pouco mais bem orientados, principalmente após a vinda dos apoios estrangeiros e das tropas que estavam estacionadas no Marrocos espanhol. A maior parte dos Generais estava com os rebeldes,

---

<sup>2</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p.138.

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>4</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 148.

<sup>5</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 62.

assim como a maioria dos oficiais. O Governo e as forças de esquerda mantinham a influência sobre algumas unidades de soldados e cabos.

### **Junta de Defesa Nacional a cúpula de poder nos nacionalistas**

A nomeação para a Junta de Defesa Nacional deu-se num contexto onde duas importantes figuras rebeldes foram mortas, o General Goded, executado em Barcelona, e o General Fanjul morto em Madrid. Gil-Robles ficaria vulnerável com derrota eleitoral de 1936. Calvo Sotelo fora assassinado a poucos dias do golpe militar e José Primo de Rivera o líder da falange foi executado no mês de Novembro e 1936.<sup>6</sup>

Havia a necessidade de as forças sublevados criarem um órgão de coordenação com José Sanjurjo. Então, devido à sua morte em Portugal, no dia 20 de Julho (por queda do avião que o transportava para Espanha), a escolha iria cair sobre Miguel Cabanellas. Cabanellas foi indicado para Presidente da Junta de Defesa Nacional sendo constituída, a 23 de Julho de 1936, e anunciada por Emílio Mola, que exercia um grande poder na Junta de Defesa, na qual Francisco Franco tinha sido nomeado para *Jefe del Ejército de Africa y el Sur de España*. Além de Miguel Cabanellas Ferrer estavam incluídos na Junta de Defesa Nacional os Generais Emílio Mola Vidal, Miguel Ponte Manso de Zúñiga e Fidel Dávila Arrondo, os Coronéis de Estado Maior Federico Montatel Canet e Fernando Moreno Calderón. O General Queipo de Llano possuía o cargo de *Inspector de Carabineros*, passando a *Jefe de la II División* e até 26 de Agosto foi nomeado *General en jefe de las fuerzas que operan en Andaluzia*.<sup>7</sup>

A Junta de Defesa Nacional carecia de poder devido a várias sensibilidades que se tinham instalado; No Norte de Espanha havia tendências monárquicas, carlistas e católicas; A Falange atraía muitos jovens oficiais; O General Queipo de Llano administrava Sevilha como um seu território; Franco possui uma ascendência sobre o Exército da África.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Romero Salvadó, Francisco J., *A Guerra Civil Espanhola*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005, pp. 141-142.

<sup>7</sup> Espinosa Maestre, Francisco, *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica, 2003, pp. 1-2.

<sup>8</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, pp. 141-142.

## O Governo da República

As forças governamentais reagiram ao *Alzamiento*, onde Presidente da República Manuel Azaña motivou a formação de um novo executivo após a demissão de Casares Quiroga. Quiroga demite-se devido aos sindicatos reclamarem armas e darem ordens para uma greve geral. A grande maioria da *Guardia Civil* passou para os rebeldes, a administração pública e o Exército dividem-se. Na noite de 18 para 19 de Julho de 1936 foi formado um Governo por José Giral, tendo o executivo de Giral durado até ao mês de Setembro, depois da infrutuosa intenção de Martínez Barrio de constituir Governo e entrar em negociações com os rebeldes.<sup>9</sup>

No dia 4 de Setembro, Largo Caballero iniciava um novo Governo republicano com uma viragem clara à esquerda, onde os ministros republicanos, socialistas e comunistas coabitavam entre si e partilhavam um mesmo objetivo, ganhar a guerra.

O “governo de Vitória”, onde Largo Caballero era o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa, incluía seis socialistas, dois republicanos, um catalão, um nacionalista basco e dois comunistas. Juntaram-se, ainda, anarquistas ao Governo com dois ministros da CNT, Joan Peiró, Ministro da Indústria e Juan López, Ministro do Comércio e da FAI, Joan García Oliver, Ministro da Justiça e Federica Montseny, Ministra da Saúde.<sup>10</sup>

No campo republicano o líder socialista Largo Caballero demitia-se do Governo, em Maio de 1937, sendo substituído por um Governo sob a orientação de Juan Negrín que foi empossado, como líder do Governo e do Ministerio da *Hacienda y Economía*, no dia 17 de Maio de 1937. A partir de 5 de Abril de 1938, Negrín acumulava a pasta da *Defensa Nacional*, que era de Indalécio Prieto, em substituição da *Hacienda y Economía*.

As dificuldades que Largo Caballero detinha, com a desobediência das forças anarcossindicalistas, as divisões internas do PSOE e o papel preponderante do PCE da estrutura política do Governo e militar, foram uns dos motivos para que a divisão da frente governamental saísse fragilizada.<sup>11</sup>

Foram várias as divisões que a coligação governamental sentiu. Começou com a abandono do Governo de Madrid, para Valencia, no mês de Novembro de 1936. A Junta de Defesa de Madrid e as Brigadas Internacionais alcançaram uma grande popularidade

<sup>9</sup> Témime, Émile, Broder, Albert e Chastagnaret, Gérard, *Historia de la España Contemporánea*, 6ª ed., Barcelona, Ariel, 1997, p. 262.

<sup>10</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 157.

<sup>11</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 1187.

pois foram uma das causas para a defesa de Madrid perante a agressão nacionalista. A defesa de Madrid foi o primeiro grande logro republicano e foi motivo de desmérito para Largo Caballero. A Junta de Defesa de Madrid, de Vicente Rojo e do General José Miaja, produziu um poder similar ao Governo de Valencia. Logo, a importância da batalha de Madrid e de se manter republicana abriu uma brecha a política na área republicana. Foram motivos, igualmente, de divisão no campo republicano, a derrota da cidade de Málaga, em Fevereiro de 1937, e os acontecimentos de Maio em Barcelona.<sup>12</sup>

## Catalunha

No dia 18 de Julho de 1936 o Presidente Lluís Companys negou-se a entregar armas à CNT. As forças anarquistas, perante os acontecimentos que se desenrolavam, queriam estabelecer a sua própria defesa e assim, sendo, estiveram a preparar-se para travar combates com as forças rebeldes. Assaltaram algumas lojas de armas e o barco-prisão *Uruguay* para ficarem com as armas que aí existiam. Fabricaram bomba artesanais e requisitaram carros e camiões, pintando-os com as iniciais CNT-FAI, POUM, PSUC e UHP.<sup>13</sup>

Na capital da Catalunha, a cidade de Barcelona, debateu-se com batalhas de ruas violentas. Forças nacionalistas, incluindo falangistas, dirigiram-se para o centro de Barcelona, mais concretamente, a praça da Catalunha. No entanto, foram colocadas barricadas para colocar obstáculos ao avance das forças rebeldes. A *Generalitat* deu indicações para armar a população e quando a *Guardia Civil* tomou partido pela República os acontecimentos tomaram solidez para os republicanos, sem antes aconteceram várias mortes com combates entre os rebeldes e as forças e movimentos de esquerda. Prontamente, o General Goded emitiu a rendição das forças rebeldes.<sup>14</sup>

No dia 3 de Agosto de 1936 foi realizado um relato detalhada da situação política e militar, em Barcelona, pelo Cônsul português. Após 3 semanas do golpe militar, afirma que a situação em Barcelona é complexa pois a Frente Popular tem muitos problemas de união, com muitos movimentos políticos diversos e com muitas ambições de possuir o poder. Relata as pilhagens e assaltos realizados, em Barcelona, com total impunidade. A Igreja foi bastante afetada pela fúria dos movimentos de esquerda, onde igrejas foram

---

<sup>12</sup> Idem, p. 1185.

<sup>13</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 53.

<sup>14</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 138.

incendiadas e saqueadas e religiosos foram alvo de violência extrema. Os grupos anarquistas e de esquerda requisitaram inúmeros automóveis e praticaram violência de uma forma indiscriminada. O consulado português tem facultado assistência aos portugueses dentro da sua possibilidade. Existe na zona de Barcelona um aumento muito grande do custo de vida:

*De ha muito que êste movimento que agora eclodiu, se vinha preparando pelo elemento militar e as forças vivas de toda a Espanha, e muito especialmente desde a estrondosa vitória das eleições de 16 de Fevereiro último. O movimento de revolta estava preparando-se para este mês de Agosto, mas o trágico assassinato do deputado Snr. Calvo Sotelo, produziu a natural indignação, acelerando o levantamento. A precipitação com que foi feito êste movimento dos militares adversarios da “Frente Popular” fez com que ao saí em para a rua, tivessem deixado de se pôr perfeitamente de acordo sobre o plano de ataque, e de ahi os desastres sofridos logo ao princípio, e muito especialmente pela actitude da Guardia Civil que se colocou francamente contra o exército, facto que, por inesperado, causou verdadeiro espanto.*

*Os revoltosos para se refazerem e juntarem as forças dispersas lutaram com dificuldades quasi invencíveis; porém, decorridos quasi três semanas a resistência às autoridades constituídas tende a desaparecer.*

*Por enquanto o panorama político em Espanha, visto através da Catalunha, mantem-se turvo, porque a “Frente Popular” com diversidade de elementos que a constituem, e todos cheios de ambição de mando, já se não entendem entre si, intrugando-se e matando-se uns aos outros para obterem a supremacia alvejada, tal como sucedeu ha dias ao Secretario da União Geral de Trabalhadores (UGT) assassinado pelos da Confederação Nacional de Trabalho (CNT), chefiado pelo deputado Largo Caballero em pugna com o seu correligionário Snr. Indalecio Prieto. Narrarei resumidamente, os factos mais salientes dos actos de pilhagem e barbárie cometidos na Catalunha pelas hordas que actuam liberrimamente, sem que lhes possa pedir responsabilidades porque cada qual faz o que lhe de na “real gana”, não acatando nem sequer as ordens que os seus respectivos chefes lhes dão. Ordens Religiosas. As cenas tétricas a que deram motivo os assaltos feitos por autênticos canibais, são inenarráveis pelos requintes de crueldade que se cometeram nas pessoas de ambos os sexos dos religiosos, porque trabalharam cruentamente barras de ferro, pistolas, carabinas, navalhas e metralhadoras.*

*Na fúria de saciarem esses indivíduos, os seus baixos instintos até precederam à mutilação de muitos religiosos; e às religiosas, algumas depois de ultrajadas, abriram-nas desde o baixo ventre até ao peito. Ainda assim, muitos dos religiosos, advertidos com antecedência, conseguiram disfarçar-se e fugir, acolhendo-se em casas amigas, e algumas das quais, só pelo facto de terem dado guarida aos fugitivos, foram saqueadas e queimadas, e os seus donos assassinados. Incêndios. Duvido que em toda a Região da Catalunha tenha ficado um só convento, igreja ou capela( embora particular) que não tenha sido saqueada ou incendiada pela chusma. As obras de arte tais como pintura, obras de talha, tapeçarias, peças de ouro e prata, de um valor incalculável, ou foram roubadas ou incendiadas.*

*Não há em circulação nem um só automóvel particular. Todos, absolutamente todos foram aprendidos pela FAI-CNT e UGT, pelo “Comitês antifascistas” e pelos presidiarios que, com as suas armas aperradas, recorrem*

*com delírio satânico as ruas da cidade, e vão arrancando das suas casas as pessoas cotadas, e, numa fúria dantesca, ou as assassinam “in loco” ou as levam para as montanhas da “Rabassada” ou de “Montjuich”, e, uma vez ali, um “Comité” de algozes as manda fuzilar em massa. Eu já assisti na China a revoltas e convulsões de bandidos, mas tudo quanto de bárbaro ali vi, em nada se compara com o que por aqui se faz. Pedidos de protecção. As cenas que neste consulado teem havido são desgarradas. O número de pessoas que me pede para se acolher à bandeira portuguesa é enorme; ao responder-lhe que só posso dar guarida aos portugueses, saem ainda mais aflitos de que quando entraram. Repartição de religiosas portuguesas. Todas as que teem vindo a este Consulado teem sido acolhidas e hospedadas em minha casa, porque, se assim o não fizessem, nos hotéis e Pensões onde se hospedassem, a malta iria arrancá-las, fuzilando-as. Todas forma embarcadas para Génova, afim de ali continuarem a sua repatriação. Viagens grátis para os cidadãos portugueses. Devo comunicar a Vossa Excelência que o Cônsul italiano nesta cidade, a pedido deste Consulado, decidiu repatriar grátis, todos os cidadãos portugueses, oferecimento esse que foi aceite com grande satisfação, não só pela grande economia que isso representa para o Estado Português como também pelas quasi invencíveis dificuldades que há para, pela via férrea, entrar em França, e pelos perigos inevitáveis que haveria, visto a maior parte das pessoas repatriadas ser religiosas eu fogem deste brazeiro.*

*Os Consulados De Portugal, Austria, Italia e Alemanha. Por estes países serem considerados fascistas e, portanto, inimigos das Espanha comunista libertária e anarquista, estão em foco.*

*Carestia de vida. Apesar dos editais feitos pelo Ayuntamiento para se mantermos preços dos víveres com um natural aumento, os principais géneros nos mercados e lojas - que já vão escasseando – são vendidos hoje com um aumento que varia entre 30,40 e 50 por cento. A vida muito especialmente para os pobres, é um problema angustioso. O papel moeda vai sendo regeitado, e como a prata está escondida e a bom recato, as transacções para a compra dos principais géneros alimentícios exaspera a população, e não se sabe como isto acabará.*

*Substituição Das Carabinas Por Barras De Ferro. Afim de não continuar o estado de alarme na população civil pelo ruído das descargas feitas nos constantes fusilamentos na montanha de Montjuich e na Rebassada, foi substituído esse processo de matar pelo de barras de ferro, que, utilizadas nos crâneos, abatem silenciosamente as suas vítimas. F.A.I. (Federação Anarquista Ibérica). É esta agrupação a única que dá cartas e se impõe ao Governo local e às outras associações, sendo ela quem virtualmente manda.<sup>15</sup>*

### **Andaluzia e a passagem aérea e naval pelo estreito de Gibraltar**

A junta de Generais que preparou a conspiração designou Queipo de Llano para controlar a Andaluzia. Queipo de Llano chegou a Sevilha, no dia 18 de Julho pela manhã, destituindo o General da 2ª Divisão Orgânica José Fernández de Villa-Abrille e assumindo o controlo da guarnição tendo de imediato proclamado o estado de guerra. A

<sup>15</sup> AHD-MNE; Ofício do Consulado de Portugal em Barcelona com destino a Lisboa, 03/08/36.

Guarda Civil, os falangistas e os requetés, ficaram imediatamente às ordens de Queipo de Llano. Começaram prontamente a percorrer a cidade de Sevilha dando, assim, uma imagem de superioridade à estupefacta população sevilhana. Com o Exército e a Guarda Civil sublevados, os republicanos ficaram em minoria.<sup>16</sup>

Nos dias 23 e 24 de Julho Franco enviava para a capital andaluza, após ser tomada pelos rebeldes, o Coronel Francisco Martín Moreno no sentido de estruturar e organizar as forças militares para o mais rapidamente que fosse possível, iniciar a conquista da capital espanhola. Franco chegava a Sevilha no dia 2 de Agosto e no dia 5 estabelecia o seu Quartel Geral na zona da Puerta del Jerez para acompanhar o avance militar até Badajoz.<sup>17</sup> A presença de Francisco Franco, em Sevilha, tinha sentido e lógica para controlar as operações militares e designou o Tenente-Coronel Juan Yagüe como responsável operativo. Assim, com a Andaluzia rebelde a receber cada dia que passava mais homens e material de guerra, os sublevados enviaram nos primeiros dias de Agosto, uma coluna marroquina para garantir a sublevação em Granada. Partiu, igualmente, uma coluna para cidade de Huelva.<sup>18</sup>

O singular desfecho foi a passagem de navios com tropas e material militar, pelo estreito de Gibraltar, que foi explorado pela propaganda nacionalista, declarando que *Los corderos ahuyentaron al lobo*. Este passo intacto, dos navios rebeldes, pode ser explicado devido a ineficácia que as forças da República possuíram nos primeiros dias de guerra e assim permitiram a passagem de tropas, por intermedio de navios, que os rebeldes apelidaram, *El convoy de la Victoria*. Foi uma importante vitória material, estratégica, propagandística e moral para as forças nacionalistas. No entanto, Franco sabendo que dificilmente poderia passar, o estreito de Gibraltar, com tanta facilidade, não tentou mais nenhuma passagem marítima, vendo-se obrigado a seguir unicamente com a ponte aérea. Através da ponte aérea chegaram à Península espanhola, no mês de Agosto, 6.500 homens e em Setembro chegaram 5.500.<sup>19</sup>

No dia 7 de Agosto, relato do Cônsul português em Tânger, sobre a chegada da Legião Estrangeira a Melilla que depois partem, em aviões, para Andaluzia, nomeadamente, Algeciras e Sevilha. Existem cada vez mais aviões disponíveis para os nacionalista e pistas de aviação disponibilizadas em território africano:

---

<sup>16</sup> Cardona e Fernández Bastarreche, *La Guerra de las Columnas*, pp. 15-16.

<sup>17</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, pp. 2-3.

<sup>18</sup> Ver o capítulo as movimentações militares nas províncias espanholas perto das fronteiras portuguesas.

<sup>19</sup> Cardona e Fernández Bastarreche, *La Guerra de las Columnas*, p. 92.

*Continuam a chegar forças, tanto indígenas como da Legião Estrangeira, de toda a região de Melilla, as quaes, sem perda de tempo, seguem em aviões para Algeciras e Sevilha.*

*Aumentam todos os dias a quantidade de aviões adquiridos, e já estão preparados mais três campos de aviação, em Beni-Mahadan e Rio Salado (U-ad el Mellah de Rio Martin).*

*Na segunda-feira chegaram a Ceuta o Almirante e alguns oficiais do destroyer alemão, fundeado naquele porto, e que forma objecto duma carinhosa recepção por parte do Alto Mando Militar.*

*A fronteira de Tânger a Tetuão foi reforçada devido a certas confidencias de que alguns comunistas residentes em Tânger pretendiam burlar a vigilância para irem para Tetuao.<sup>20</sup>*

Com a tomada de Sevilha realizada, foram organizadas várias colunas para distintas zonas de Andaluzia, nomeadamente, nas províncias de Sevilha e Huelva e incluíam diversas forças militares como Guardia Civil, Regulares, Requeté, Assalto e forças da Falange.<sup>21</sup> As cidades andaluzas de Granada, Córdova e Huelva foram tomadas pelos nacionalistas após a derrota da oposição operária. Em Cádiz houve uma greve geral realizado pelos trabalhadores, no entanto a cidade foi conquistada pelo nacionalista onde o falangista José Mora de Figueroa teve um importante papel.<sup>22</sup>

Após a perda da cidade de Málaga o Governo de Largo Caballero sofreu grandes pressões, nomeadamente, do partido comunista que culpou o Governo socialista de ter responsabilidades na derrota da cidade. Com a província de Málaga perdida, os republicanos iriam conservar por mais dois anos a província de Almería, a província de Jaén e parte oriental da província de Granada.<sup>23</sup> Estas derrotas dos nacionalistas têm uma grande repercussão em Espanha e na cena internacional e é uma grande dose de moral para todos os elementos que lutam pela República espanhola. A guerra civil, no entanto, está para durar.<sup>24</sup>

<sup>20</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado português em Tânger com destino a Lisboa em 7/08/1936.

<sup>21</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 4.

<sup>22</sup> Preston, *La Guerra Civil Española, reacción, revolución y venganza*, p. 134.

<sup>23</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, pp. 54-56.

<sup>24</sup> Témime, Broder e Chastagnaret, *Historia de la España Contemporánea*, pp. 282-283.

## De Estremadura a Madrid, Agosto-Novembro de 1936

Segundo Francisco Espinosa, a estratégia da conquista de Badajoz já estava prevista na comunicação de Franco, no dia 1 de Agosto, através da *Orden General de Operaciones n.º 1 del Ejército de África y del Sur de España*. Os passos para a tomada de Badajoz, depois o objetivo seria Madrid, incluía passagens por Zafra, Mérida e Cáceres. A organização militar e logística, da coluna militar, que se dirigia para Madrid começou a ser preparada de forma imediata. No entanto, povoações que se situam a Norte de Sevilha, como Las Pajanosas, Guillena, Gerena, El Garrobo e Burguillos, já tinham sido conquistados pelos rebeldes.<sup>25</sup>

Como a zona do Norte de Espanha era o centro de gravidade dos rebeldes, Emílio Mola precisou de mais material de guerra e de soldados organizados. As suas tropas queriam pressionar Madrid pelo Norte, o exército vindo de Marrocos mais as tropas nacionalistas que estavam na Andaluzia havia que as deslocar para Norte, no sentido da Estremadura, já que beneficiavam da cobertura da fronteira portuguesa.<sup>26</sup>

Depois da conquista de Almendralejo foram fuzilados mil prisioneiros republicanos. Mérida caiu a 10 de Agosto e em uma semana as tropas nacionais avançaram 200 quilómetros e uniram-se às tropas de Mola.<sup>27</sup>

Depois da conquista de Badajoz, no dia 14 de Agosto, as três colunas de Yagüe avançaram para Madrid. A coluna de Tella foi por Trujillo e a coluna de Castejón por Guadalupe. As três colunas uniram-se, juntando com a de Ascensio, a 27 de Agosto e tomaram Talavera de la Reina. Em duas semanas percorreram 300 quilómetros.<sup>28</sup>

Em Madrid, com o golpe militar de 17 de Julho, muitos militares e policias eram afetos à República, no entanto os militares rebeldes decidiram reunir e fortificar no sentido de receber ajuda externa de imediato. O responsável rebelde era o General Joaquín Fanjul e os nacionalistas ficaram no quartel La Montaña que foi tomado de assalto, no dia 20 de Julho, em conjunto com outras fortificações em poder dos rebeldes.<sup>29</sup>

No mês Outubro Francisco Franco reagrupa as suas maiores forças para conquistar Madrid e em Novembro os nacionalistas estão às portas da capital espanhola.

<sup>25</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, pp. 5-6.

<sup>26</sup> Ver capítulo As movimentações militares nas províncias espanholas perto das fronteiras portuguesas.

<sup>27</sup> Asensio Cabanillas, Carlos, *El avance sobre Madrid y operaciones en el frente del centro, La guerra de liberación nacional*, Editorial, Zaragoza, 1961, pp. 160-165.

<sup>28</sup> Georgel, Jacques, *Franco e o Franquismo*, Lisboa, Publicações, Dom Quixote, 1974, p. 107.

<sup>29</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, pp. 138-139.

Planeiam, primeiro conquistar o Alcázar de Toledo. Franco preferiu a solidificação a sua posição política, com uma vitória emocional, a ter avançado sobre Madrid e ter uma rápida vitória sobre a República. Numa eventual vitória em Madrid o seu poder político não estaria fortificado e teria de compartilhar, a vitória, com os outros generais da Junta.<sup>30</sup>

No dia 31 de Outubro estavam 25.000 homens nacionalistas perto dos subúrbios de Madrid. Os tanques russos entraram em combate em finais do mês de Outubro para contrariar o avanço nacional. Em princípios de Novembro entraram em combate os caças soviéticos e tiveram domínio aéreo em Madrid. Madrid era defendida pelo José Miaja, Chefe da Junta de Defesa, e auxiliado pelo Chefe de Estado Maior Vicente Rojo.<sup>31</sup>

Com a derrota em Madrid, em finais de Janeiro de 1937, Franco teve que consentir as humilhações da Itália e da Alemanha em matéria militar e política. O ataque a Madrid foi defendido pelo General Miaja apoiado fortemente pelos soviéticos e pelas brigadas internacionais. Os rebeldes não conseguiam submeter Madrid e a partir de Janeiro de 1937 tentaram contornar Madrid e são derrotados, em Jarama e em Guadalajara, já com o auxílio dos italianos.

### **A Guerra Civil no Norte de Espanha. Batalhas de Teruel e do Ebro em 1938**

As três áreas do Norte de Espanha, Biscaia, Santander e Astúrias estavam isoladas no resto da área terrestre republicana. Igualmente por mar não podiam receber apoio porque a frota governamental estava em missões no mediterrâneo. Logo, os nacionalistas detetaram que havia uma possibilidade real de conquistar estas zonas geográficas. No sentido de apoiar esta tese rebelde o exército governamental estava mal preparado e armado nesta zona. A iniciativa militar no Norte começou no dia 31 de Março, com o apoio importante das forças italianas e alemãs. Houve uma ameaça, do General Mola, que destruiria, na totalidade a região de Biscaia, se não houvesse uma rendição incondicional e imediata.<sup>32</sup> No terreno militar a ofensiva no Norte de Espanha elaborada e organizada pelos nacionalistas, em Abril de 1937, obteve a ajuda preciosa dos alemães onde a destruição de Guernica, pela aviação alemão, é uma das consequências diretas desse auxílio. São tomadas Bilbao, Santander e Gijón pelos nacionais. O General Mola atacava a província de Guipúscoa para fechar a fronteira com França. San Sebastián foi derrotada

---

<sup>30</sup> Idem., p. 207.

<sup>31</sup> Idem, pp. 233-234.

<sup>32</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 195.

e a conquista desta província foi importante pois possuía riqueza industrial e agrária. As províncias republicanas das Astúrias, Santander e Biscaia estavam isoladas e só se podiam contactar através do ar ou mar com a restante República.<sup>33</sup>

Os republicanos lançam-se, em Dezembro de 1937, numa ofensiva em Teruel, com 40.000 soldados, mas o contra-ataque nacionalista é realizado em Fevereiro de 1938 com duros combates, tendo Franco alcançado a vitória.<sup>34</sup> Houve inúmeras mortes e feridos nos combates, na zona de Teruel, de ambos os lados com condições climatéricas adversas. Após o período, onde os nacionalistas, desviaram as suas forças militares de Madrid para Teruel, tiveram dificuldades e foram impossibilitadas de usar as forças mecanizadas na frente da batalha, o que proporcionou condições para que os republicanos obtivessem, no dia 7 de Janeiro de 1938, uma vitória que se reverteu em favor dos nacionalistas, no dia 22 de Fevereiro, do mesmo ano.<sup>35</sup>

O Embaixador português em Londres, comentava que as forças militares republicanas estavam enfraquecidas em virtude da sua derrota na batalha de Teruel:

*Falei com o Duque de Alba há poucos regressado de Espanha e da Suiça, onde falou com o Afonso XIII. Durante a conversa fez seguinte afirmação, que me parece interessante transmitir a V. Ex.<sup>ª</sup>: Os generais consideram o problema militar resolvido, embora possa haver contratempos resultantes da ajuda estrangeira. As brigadas internacionais estão muito diminuídas, em virtude das perdas nos combates de Teruel.*<sup>36</sup>

Na batalha de Ebro, em 1938, uma das mais duras do conflito, os republicanos são derrotados e ficam divididos entre Madrid e o Levante e Barcelona onde está estabelecido o Governo de Negrín.<sup>37</sup> Aproximadamente 50.000 homens morreram, na batalha do Ebro, de cada lado, dos republicanos e dos nacionalistas.

<sup>33</sup> Martínez Bande, José, *Nueve meses de guerra en el norte*, Madrid, Ed. San Martín, 1980, pp. 64-93.

<sup>34</sup> Vásquez, Matilde e Valero, Javier, *La Guerra civil de Madrid 1936 -1939*, Madrid, Tebas, 1980, p. 609.

<sup>35</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Española*, pp. 198-199.

<sup>36</sup> Telegrama, muito confidencial, do Embaixador de Portugal em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 16 de Março de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, Vol. V Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, p. 223.

<sup>37</sup> Témime, Broder e Chastagnaret, *Historia de la España Contemporánea*, pp. 284-286.

## Catalunha: a queda de Barcelona

A conquista da capital da Catalunha, a cidade de Barcelona, ficou pendente porque as forças nacionalistas deslocaram-se para Sul. Existem várias teorias que explicam este sucedido, desde a ineficácia dos Generais *africanistas*, ao desejo de Franco de prolongar o conflito bélico para extrair dividendo pessoais, políticos e militares ou de não ser aconselhado estacionar tropas italianas e alemãs perto da fronteira francesa para não melindrar os franceses. O certo, é que o líder nacionalista empreendeu um avanço para Valencia ao invés de avançar com uma ofensiva para Catalunha, mais concretamente a cidade de Barcelona. Essa posição, por parte de Franco, fornecendo um balão de oxigénio aos republicanos para se organizarem e cortaram com o entusiasmo aos nacionalistas. No dia 14 de Junho de 1938 os rebeldes conquistaram Castellón e ficaram a 40 km da cidade de Valência.<sup>38</sup> No dia 15 de Janeiro de 1939 foi conquistada Tarragona. O caminho para Barcelona estava quase livre, no espaço de três semanas os nacionalistas avançaram três mil quilómetros quadrados.<sup>39</sup>

A situação em Barcelona era caótica o armamento russo e os voluntários estrangeiros não existiam, havia privação de alimentos, a existência de inúmeros refugiados e os bombardeios eram constantes. Em Janeiro de 1939 muitas defesas da cidade estavam em situação complicada e no dia 26 de Janeiro Barcelona é tomada por Franco. Uma das medidas dos nacionalistas foi a proibição da cultura, tradição e língua catalã. Começou a fuga para a fronteira francesa de centenas de milhares de refugiados. No dia 1 de Fevereiro foi reunido, pela última vez, em Figueres, na província de Girona, o parlamento republicano em território espanhol e no dia 10 de Fevereiro de 1936 os nacionais chegavam à fronteira francesa.<sup>40</sup>

A visão atenta e analítica do Embaixador português em Espanha, que foi um ator privilegiado da caída e do estado que se encontrava Barcelona, do desfile grandioso das tropas franquistas e o sinal que essa manifestação militar dava para as forças republicanas e para o exterior. Neste ofício do Embaixador português em Espanha, Pedro Teotónio Pereira, que assistiu em Barcelona ao desfile militar de consagração da vitória, a glorificação nacionalista, a conquista da capital da Catalunha e o prelúdio da vitória em todo o território espanhol. Foram três horas e um quarto de desfile, na Avenida Diagonal,

---

<sup>38</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 212.

<sup>39</sup> Preston, Paul, *Franco*, Madrid, Debolsillo, 2006, p. 354.

<sup>40</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, pp. 226-227.

com a participação entre 70.000 e 80.000 soldados incluído a participação militar italiana, alemã e voluntários portugueses. Relata o bombardeamento sofrido pelos barcos ingleses, o estado atual das infraestruturas na cidade e as condições da população. O diplomata luso, ainda, fez referência às *famosas tchekas* de Barcelona locais onde elementos contrários às autoridades de Barcelona estavam presos e eram torturados.<sup>41</sup>

*Regressei ante-ontem à noite de Barcelona, para onde seguirá no ultimo Domingo, a convite do generalissimo, para assistir a uma grande revista militar. O convite abrangeu apenas os tres Embaixadores (Portugal, Italia e Alemanha) e os adidos ou chefes de missões militares. Barcelona oferece um aspecto de quasi normalidade. As novas autoridades teem trabalhado intensamente e a cidade já não apresenta a feição de desalinho e sujidade que é sinal certo da passagem dos vermelhos. São relativamente poucos os edificios atingidos pelos falados bombardeamentos aereos, não falando das instalações do porto, que, essas, se encontram totalmente destruidas.*

*São mais de trinta os vapôres afundados, alguns dos quais, paquetes de grande tonelagem. Grande parte daqueles, eram navios de carga ingleses, que vinham abastecer os vermelhos. Nota-se na cidade enorme falta de viveres e são constantes as bichas compostas por pessoas de todas as classes, à porta dos estabelecimentos, que, abastecidos, reabriram as suas portas. Estivemos alojados com todos os grandes chefes militares, no Hotel Ritz, outrora muito luxuoso, mas que só por um esforço visível, pôde ser posto em condições de receber hospedes de qualidade.*

*Creio que foi sucessivamente restaurante popular, quartel de guarda de assalto e que só na fase “burgueza” de Barcelona, Negrin voltou a fazer dele pousada para os visitantes estrangeiros, aos quais dar uma impressão de normalidade. O hotel tinha içadas tres grandes bandeiras: a nossa e as da Italia e da Alemanha. A revista teve lugar no dia seguinte, terça-feira 21, pela manhã, com um tempo maravilhoso. Presenciámos o desfile das janelas dum grande edificio situado na Avenida Diagonal, que atravessa toda a cidade. Alem dos Embaixadores, acompanhavam o Generalissimo, alguns ministros, os almirantes e generais chefes dos tres exercitos, Dávila, Saliquet e Queipo de Llano.*

*O desfile abriu com as tropas legionarias italianas que compareceram segundo creio, na sua máxima força, ao redor de 15.000 homens. Produziram indiscutivelmente óptima impressão, sob o aspecto militar. Pelo que respeita à sensibilidade espanhola, creio bem que se teriam tornado mais simpaticas se houvessem precedido por forma mais discreta: meia duzia de batalhões apenas a marcar o seu lugar e menos guiões com as côres e simbolos de Italia. Desfilaram a seguir os outros cinco corpos de exercito que tomaram parte na reconquista da Catalunha: Aragão com General Moscordó; Urgel com Muñoz Grandes; Navarra com Solchaga; Marroqui com Yague e Maeztrasgo com Garcia Valiño. Todos estes corpos de exercito, sendo muito numerosos, enviaram representações reduzidas que não excederam, em regra, dez mil homens cada. As tropas apresentaram-se bem, fardadas decentemente e com belo moral. Desfilaram seis ou sete bandeiras da Legião Estrangeira, nas quais existem numerosos voluntarios portugueses. As forças motorizadas, artilharia e carros de combate, produziram profunda*

<sup>41</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 180.

*impressão. Contaram-se mais de cinquenta baterias de todos os calibres, sendo muitas de defeza anti-aerea. Os tanks passaram em formações compactas e a grande velocidade. Creio bem que excediam largamente um cento. No ar evolucionaram numerosas esquadilhas de aviões de todo os tipos. Os jornais falaram em duzentos aparelhos. O desfile terminou com as forças da Legião Condôr: artilharia anti-aerea alemã, serviço de transmissões e outras especialidades, tudo montado em magníficos camions de guerra.*

*Ao contrario dos italianos, a ultima parte do desfile primou pela discreção: bandeiras espanholas em todos os carros e o grito de “Viva España ”, com acento gutural, passagem em frente do Generalissimo. A parada deve ter englobado uma massa de 70 a 80.000 homens e o desfile durou exactamente tres horas e um quarto. Isto representa uma organização notavel se atender-mos a que se fez no centro duma cidade, e deve-se em grande parte ao desfile em formações compactas que produz belo efeito de força e permite o escoamento dum grande caudal humano.*

*Em seguida o Generalissimo, comvidou-me para almoçar com todas as pessoas que o acompanharam durante o desfile e mais os chefes dos corpos de exercito que tomaram parte na parada...*

*Tive tambem ocasião de visitar as famosas tchekas de Barcelona. Confesso a V. Ex<sup>a</sup>. que, apesar de já ter noticia do que se tratava, voltei de lá horrorizado. Os vermelhos tinham-nas disseminado por zonas da cidade bastante discretas, sem nenhuns sinais exteriores da sua sinistra utilização. Numa delas, deparam-se depois das celas comuns, - mais barbaras que em qualquer outro sitio- cinco graos de celas de castigo onde o corpo e o espirito do padecente sofriam as torturas mais atrozes, até à morte ou à loucura. Está nitidamente provada a origem eslava de tais monstruosidades. O serviço especial das tchekas era dirigido por um checoeslovaco e aquelas forma construidas por um yugo-slavo, perito na materia. Um e outro estão, felizmente, a ferros. Todo o tempo que durou tão tragica excursão, me lembrei da utilidade da visita de alguns dos nossos amigos inglêses e daqueles filantropos que, em Genebra e noutras capitais, se interessavam pela humanização da guerra. E o mais curioso é que o tecnico yugo-slavo, está agora explicando às autoridades nacionais o processo científico de funcionamento das tchekas e já revelou outros projectos que brevemente iam ser postos em execução, para defeza, contra o que os vermelhos chamavam, a 5<sup>a</sup>. coluna nacional...<sup>42</sup>*

No dia 4 de Março de 1939, o Embaixador português Teotónio Pereira, teve poucas duvidas que já não vão acontecer mais operações militares, de relevo, e que a Guerra Civil irá terminar em poucas semanas com a conquista dos territórios republicanos que ainda restam:

*Com referencia ao telegrama de V.Ex<sup>a</sup>. n.º. 24, procurei com os resguardos devidos, apurar em Burgos quaisquer esclarecimentos uteis sobre o assunto. Fiquei com a impressão que não se esperam operações militares de grande envergadura, embora se tenha como certo que a ocupação do resto da Espanha se fará sempre em som de guerra. Crê-se que os vermelhos resistirão mesmo sem um plano comum de defeza mas é mais do que natural que as tropas do Generalissimo vençam*

---

<sup>42</sup> AHD-MNE, Oficio Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 24/02/1939, pp. 1 a 7.

*rapidamente essa resistencia e tenham ocupado todo o territorio em poucas semanas.*<sup>43</sup>

Como referido a cidade de Barcelona é derrotada em Janeiro de 1939. A 27 de Fevereiro de 1939 a França e a Inglaterra reconhecem o governo nacionalista sendo um duro golpe para a República. Manuel Azaña demite-se a 27 de Fevereiro de Presidente da República, cargo que ocupava desde 10 de Maio de 1936, após substituir Alcalá- Zamora, devido ao reconhecimento por parte França e a Inglaterra do Governo presidido por Francisco Franco. Por fim, a 28 de Março de 1939, cai Madrid.

### **A vitória de Francisco Franco**

Houve várias condicionantes e argumentos que conduziram à vitória de Franco na Guerra Civil: Os nacionalistas estiveram com as suas forças políticas unificadas; Melhor preparação e organização das suas tropas; Ajudas vindas do exterior, nomeadamente, da Alemanha, da Itália e na fase inicial da guerra de Portugal; Os acordos de Munique onde as democracias Ocidentais sacrificaram os republicanos, tal como outros povos de outras regiões europeias, para salvaguardar a paz na Europa.

Os fatores e argumentos da derrota do Governo republicano foram os seguintes: Divisões existentes nas forças políticas e partidárias de esquerda, com o desentendimento entre os anarquistas, socialistas, republicanos e comunistas.; Falta de meios militares, de recursos alimentares e de tropas organizadas e preparadas; A ajuda soviética, foi importante em determinadas situações, no entanto com escassos resultados numa perspectiva global; O apoio das Brigadas Internacionais foi insuficiente para que se desse uma vantagem, das forças militares republicanas, em relação ao Exército nacionalista.

Raymond Carr e Juan Pablo Fusi analisam a vitória de Franco e dos nacionalistas na guerra civil espanhola:

*Os nacionais foram melhor ajudados que a República pelos sus amigos estrangeiros no que respeita a fornecimento de armas: A Legião Condor alemã e as tropas e material italiano compensaram agudamente a ajuda soviética à Frente Popular, que tão vital foi nas primeiras fases da guerra. Igualmente importante foi o disciplinado exército africano debaixo das ordens de Franco e a organização superior dos exércitos nacionais. [...] A disciplina militar dos nacionais era um*

---

<sup>43</sup> Idem, pp. 1-2.

*reflexo da sua unidade política: a debilidade militar da Frente Popular uma consequência das suas lutas políticas internas.*<sup>44</sup>

Ramón Salas Larrazábal analisava os obstáculos que nacionalistas tiveram no eclodir do *Alzamiento*. No entanto, devido a ação importante de Mola, de Queipo Llano, Aranda, Franco e a boa organização das forças militares rebeldes, a guerra civil pôde ser vencida:

*Concluiremos, portanto, que a preparação do movimiento foi francamente fraca à escala local e que se não fosse a acção de Mola e a audácia de Queipo e Aranda, o fracasso haveria de ter sido total apesar da acção coerente e perfeitamente dirigida das forças africanas e da presença, sempre motivadora, de Franco nas Canárias e mais tarde em Tetuan. De uma forma geral os conspiradores pecaram de superficialidade e optimismo; subestimaram o adversário e super valorizaram a sua própria influência nos meios militares [...]*

*Em Madrid, em Barcelona, em Valência, em Cartagena, em Bilbao, em Santander em Málaga ou em Almería, cidades todas elas que triunfaram o Governo e que no seu conjunto decidiram a sorte do golpe de Estado, foram as forças armadas que permaneceram fiéis ao Governo –Exército, Guardia Civil, Carbineros, Guarda de Assalto–, quem resolveram a situação dominado os rebeldes.*<sup>45</sup>

No dia 19 de Maio de 1939 foi realizado em Madrid, na avenida Castellhana que se passou a apelidar avenida do *Generalísimo*, um enorme desfile militar da *Victoria Nacional*. Segundo Antony Beevor, havia um arco triunfal de madeira, cartão e pedra com o nome Franco onde havia um escudo heráldico dos Reis Católicos e debaixo da tribuna existia um *Victor* de Franco. Estavam na tribuna Francisco Franco, com uma boina verde dos requetés, e os seus Generais. Participaram no desfile 120.000 soldados com a inclusão da artilharia, carros de combate, legionários, regulares, falangistas e requetés. Estavam, igualmente, presentes voluntários portugueses, e a Legião Condor.<sup>46</sup>

A vitória dos nacionalistas e de Francisco Franco, alcançada no dia 1 de Abril de 1939, foi o conjunto dos argumentos e situações já referidos. O *Generalíssimo*, anunciava em Burgos que *La Guerra ha terminado*.

<sup>44</sup> Carr, Raymond e Fusi, Juan Pablo, *España, de la dictadura a la democracia*, Barcelona, Planeta, 1979, pp. 14-15.

<sup>45</sup> Salas Larrazábal, Ramón, *Historia del Ejército Popular de la República*, Madrid, Editora Nacional, 1973, vol. 1, p. 170.

<sup>46</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 338.

## 2. A Inglaterra e a Guerra Civil de Espanha

O fluxo comercial entre os dois países era consideravelmente fluido. O Reino Unido importava 25% das exportações espanholas e a Espanha importava 10% das exportações inglesas. Havia um importante investimento inglês em Espanha, que representava 40% do total, com incidência em minérios e ferro.<sup>47</sup> Os interesses económicos em Espanha onde 40% do investimento estrangeiro, era inglês, e a proteção da base naval inglesa em Gibraltar, levaram a uma atitude de neutralidade por parte do Governo britânico. O Ministro da Marinha inglês afirmava que deve existir uma neutralidade que se beneficia os que combatiam os comunistas.<sup>48</sup>

Como referido o investimento de Inglaterra em Espanha, no ano de 1936, representava 40% do total do investimento estrangeiro em Espanha, 40 milhões libras. Uma fatia significativa do investimento inglês em território espanhol estava focada na indústria mineira das pirites na província de Huelva (*Rio Tinto Company, Tharsis Sulphur, Cooper Company* e outras). O investimento do Reino Unido também se fazia sentir em vários setores e indústrias; Na indústria do ferro, com a *Oconera Iron Ore Company* na Viscaia; Na indústria elétrica por intermédio da *Barcelona Power e Light and Traction Company*; No setor dos caminhos de ferro; Na agricultura, com a comercialização de tomates e bananas nas Canárias; No setor da indústria de armamento onde a *Vickers-Armstrong* obteve destaque. Logo, a defesa dos interesses britânicos, económicos e financeiros, em Espanha foi uma ação importante na dinâmica do Governo inglês.<sup>49</sup>

Na opinião do Embaixador português em Espanha, os interesses económicos ingleses estavam a ser prejudicados com instabilidade política e social, nomeadamente nas minas de Rio Tinto. Henry Chilton<sup>50</sup> pediu esclarecimentos a Manuel Azaña sobre os acontecimentos nas minas de Rio Tinto, pedindo segurança para os trabalhadores do Rio Tinto Company. O Diplomata inglês obteve uma posição, não muito tranquilizadora, relatando a conversa com Azaña ao diplomata português:

---

<sup>47</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>48</sup> Moradiellos, Enrique, *La perfidia de Albión. El gobierno británico y la guerra civil española*, Madrid, Siglo XXI, 1996, p. 68.

<sup>49</sup> Stone, Glyn, *Spain, Portugal & the Great Powers, 1931-1941*, Londres, Palgrave Macmillan, 2005, p. 24.

<sup>50</sup> Embaixador inglês em Espanha, desde 1935 a 1938. Com o eclodir da Guerra Civil, estabeleceu-se em Hendaia.

*Mostrou-se pessimista. Disse-me ter procurado Azaña para lhe pedir protecção para os ingleses das Minas de Rio Tinto, ao que o primeiro-ministro respondeu que iria tomar providências necessárias, mas não garantia segurança completa, dado que a situação que se vivia era anormal.*<sup>51</sup>

O diplomata português em Madrid relata o pedido do governo inglês para que o governo português possa garantir segurança para a protecção dos trabalhadores ingleses nas minas de São Domingos<sup>52</sup> em Portugal. Enuncia, ainda, a notícia vinculada num jornal inglês, *Manchester Guardian*, que teriam chegado ao porto de Gibraltar, no dia 24 de Março, 60 camiões e 20 carros blindados do exército inglês no sentido de proteger os interesses económicos ingleses em Espanha e tomarem medidas de segurança para protecção dos trabalhadores ingleses. O Embaixador luso nega que chegasse, material militar inglês, a Espanha. No entanto, esta notícia é importante já que remete que o destino dos camiões e carros blindados fosse a Etiópia, destino invulgar quer na distância quer para o tipo de material em questão:

*De facto, segundo me informou o Snr. H. Chilton, Embaixador de Sua Majestade britânica em Madrid, este diplomata pediu, como era natural, medidas de segurança para garantir o trabalho e mão-de-obra inglesa nas minas de São Domingos bem como protecção para os engenheiros ingleses que ali residem.*

*Nem esteve nenhum barco de guerra em Algeciras nem houve desembarque algum de bordo de navios ingleses com fim de proteger os interesses britânicos.*

*Como elemento de interessante informação e procurando inquirir do assunto, levo ao conhecimento de V. Exa. que segundo notícias o “Manchester Guardian” de 24 de Março ultimo, desembarcaram em Gibraltar 60 camiões e 20 carros blindados, pertencentes ao Exercito inglês e disse o mesmo jornal que tal material automóvel é destinado á Etiópia!!!!!!*<sup>53</sup>

Baseada na pesquisa dos *The National Archives* emito uma comunicação oficial inglesa que retrata a negociação comercial entre a Inglaterra e o Governo nacionalista sobre as minas do Río Tinto na Andaluzia. Esta informação governamental inglesa enuncia a posição do governo inglês na defesa dos interesses comerciais britânicos e a posição dos nacionalistas com o objetivo comercial que deviam possuir as minas:

<sup>51</sup> AHD-MNE, Riba Tâmega a Armindo Monteiro, embaixador português em Inglaterra, 23/03/1936.

<sup>52</sup> Minas situadas no Baixo Alentejo, distrito de Beja, e inscreve-se no centro da faixa piritosa ibérica com extensão às minas do Rio Tinto na Andaluzia.

<sup>53</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 3/04/1936.

*O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros informou que a informação preliminar sobre a solicitação da produção nas minas do Rio Tinto, pelo General Franco, em geral não foi insatisfatória. O representante do General Franco emitiu a necessidade que eles possuíam de recorrer a requisições para suas exigências de guerra, o mínimo possível, com os negócios das Companhias de Minas e que o Reino Unido deveria receber todos os minerais de que necessita, desde que as pirites não sejam vendidas à França (tendo em conta a proibição imposta a essas exportações). Eles também ofereceram ao representante da Rio Tinto Company 10.000 libras por mês para as necessidades da empresa, e eles pareciam desejar manter seus antigos clientes e não deixar a influência alemã ou italiana de se tornar muito forte. A empresa, no entanto, não ficou de forma alguma satisfeita com a oferta de 10.000 libras por mês, o que era totalmente insuficiente para o funcionamento das minas: mas pareciam prontas a consultar o representante de sua majestade e o departamento governamental interessado na próxima fase das negociações. Eles também concordaram em aceitar uma oferta do governo alemão para considerar a conclusão de um novo contrato de fornecimento de pirite para o futuro, que levaria em consideração tanto os contratos existentes quanto as reclamações da empresa em relação ao passado, como a recente requesicionamento de cargas de cobre. Sir Auckland Geddes, no entanto, havia transmitido um aviso ao Foreign Office de que a posição desta empresa estava a tornar cada vez mais difícil devido a esta questão do fornecimento de libras esterlinas, e que era impossível que continuem indefinidamente, como previsto, para manter as minas da Rio Tinto a funcionar, fornecendo pagamentos em libras esterlinas com os lucros da suas minas da Rodésia. Este foi um problema que Sir Auckland Geddes afirmou que ele poderia ter que apresentar antes ao governo de Sua Majestade*<sup>54</sup>

O governo da Frente Popular era inconveniente para Portugal e para Inglaterra.

José Freire Antunes escreveu o seguinte:

*As coincidências políticas e funcionais entre os governos de Londres e Lisboa, antes de eclodir a Guerra Civil de Espanha, foram assim mais amplas do que habitualmente se supõe ou ficou registado pela historiografia ibérica. Partiu, desde logo, do mesmo tipo de diagnóstico sobre a contingência de uma revolução comunista em Espanha.*<sup>55</sup>

Segundo o historiador Stanley Payne, a atitude dos diplomatas e líderes governamentais ingleses foi de atenção aos fatos e acontecimentos que surgiam em Espanha e sustentada pela percepção de que a Espanha estava perseguindo o caminho da União Soviética.<sup>56</sup> O Embaixador inglês em Espanha enviou para Londres a sua percepção sobre a situação política em Espanha, o que vai ao encontro da comparação da revolução

<sup>54</sup> The National Archives, reference CAB 23/87/14, Meeting of the Cabinet to be held at n°10 Downing Street, 17/03/1937, pp. 1-2.

<sup>55</sup> Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, p. 411.

<sup>56</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 270

russa que Payne descreve: “*As condições gerais em Espanha são parecidas com as da Rússia antes da revolução bolchevique*”.<sup>57</sup>

Quando foi assassinado no dia 2 de Julho de 1936 o responsável britânico de uma fábrica têxtil em Barcelona Joseph (Jack) Mitchell Hood, responsável da empresa Johnson Schields y Cía, Ltd., fábrica de rendas e cortinas chamada popularmente “La Escocesa”, esta situação gerou notas oficiais de repulsa e protesto às autoridades de Madrid e Barcelona. A declaração de Largo Caballero à imprensa britânica, depois deste incidente, revelava que o futuro do governo de Casares Quiroga dependia dos socialistas e embora, Largo Caballero, apoiasse o governo possuía sérias dúvidas que pudesse sobreviver por muito tempo. Os socialistas assumiriam e introduziriam seu próprio programa. Estas informações eram relevantes e era exatamente o que os britânicos temiam.<sup>58</sup>

No sentido das explicações de Payne remeto o ofício da Embaixada de Portugal em Madrid, dois dias antes do golpe militar, em relação às declarações de Largo Caballero, à comunicação social inglesa, o diplomata português enuncia excertos das entrevistas aos jornais *Daily Express* e *News Chronicle*. Estas declarações estão relacionadas sobre o que Payne escreve, do receio do Governo inglês, acerca da intenção de Largo Caballero e dos socialistas que “*assumiriam e introduziriam seu próprio programa*”. Ao jornal *Daily Express* Largo Caballero é perentório, na defesa dos interesses dos trabalhadores, e apoia de momento o governo atual, que chama um *Gobierno republicano burguês*, desde que cumpra os objetivos estabelecidos. Em última análise para curar *los males de España, se necesita nacionalizar todos los recursos del país y que los obreros se incauten de las fábricas. Esta operación tendrá que realizarse*. Enuncia a forma, mais adequada, de realizar a tomada de poder, *Si no la podemos hacer legal y constitucionalmente, intentaremos otros medios*. Para o *News Chronicle*, Largo Caballero coloca os socialistas como um apoio ao Governo republicano no entanto, seguido as declarações ao *Daily Express*, se o governo falhar, *nosotros tomaremos el poder, y entonces realizaremos nuestro programa*:

*Por isso o Snr. Largo Caballero que ao momento se encontra em Inglaterra, um tanto ferido da cisão que se dá no partido socialista expoz as suas ideias sobre o seu ponto de vista politico-social e com eles a do seu partido na entrevista que concedem a varios jornalistas ingleses, entre eles ao do “Daily Express”, O Lenin espanhol fez as seguintes declarações:*

<sup>57</sup> Moradiellos, *La perfidia de albión*, p. 33 in Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, p. 412.

<sup>58</sup> Payne, *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936*, p. 270.

*“En tanto que el Gobierno actual, que es un Gobierno republicano burgués, cumpla los compromissos derivados del pacto con nosotros, no nos mezclaremos en su labor; pero ni la confiscación de tierras ni el asentamiento de 70.000 campesinos pobres puede curar los males de España. Eso es como si se administrara una dosis de aspirina a un hombre que padece de apendicitis. Se necesita una operación más radical. Se necesita nacionalizar todos los recursos del país y que los obreros se incauten de las fábricas. Esta operación tendrá que realizarse. Si no la podemos hacer legal y constitucionalmente, intentaremos otros medios”*

*Ao do “News Chronicle” expoz o seguinte: “Afirma que los socialistas, sacrificando su vida y su libertad, desean ayudar al Gobierno a cumplir su programa. Pero no cree que triunfe, y el día en que venga el fracaso, “nosotros tomaremos el poder, y entonces realizaremos nuestro programa. Mientras no fracase, seremos leales al Frente Popular y a los republicanos burgueses”.*<sup>59</sup>

## **A neutralidade de Inglaterra**

Antes de 17 de Julho de 1936, a política inglesa possuía duas vertentes; procurar uma aliança, na área do Mediterrâneo, com Itália e inquietação com a deriva revolucionária em Espanha.<sup>60</sup> O Governo inglês adotou uma prevenção antirrevolucionária desde a instauração da II República espanhola. Houve uma política de vigilância dos interesses ingleses em território espanhol, nomeadamente, a base naval em Gibraltar, de grande importância para o papel hegemónico inglês no mar Mediterrânico e das comunicações com a Índia.<sup>61</sup> O Governo inglês assumiu desde o início da guerra civil uma posição neutral. Stanley Baldwin era o chefe de Governo e estava no poder o Partido Conservador. A linha estratégica da política externa inglesa era o apaziguamento da Itália e Alemanha. O apoio à República espanhola não estava nas ideias do Governo inglês pois entrava em conflito com a política de apaziguamento.<sup>62</sup>

Desde o *Alzamiento* o Governo de Inglaterra recebia informações sobre ambos os lados do conflito que estavam de acordo com as informações que já sabiam previamente. A Embaixada inglesa em Madrid tinha conhecimento que hoje *“não existia nenhum governo. De um lado atuavam as forças militar e de o outro lado um Soviet virtual”*. O

<sup>59</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 15 de Julho de 1936, pp. 1-4.

<sup>60</sup> Moradiellos, Enrique, *El gobierno británico y la guerra de España: Apaciguamiento y No Intervención*, Historia del Presente, nº 7, 2006, pp. 75-76.

<sup>61</sup> Moradiellos, Enrique, *La política británica ante la guerra civil española*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, 1992, p.185.

<sup>62</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 85.

Comandante de Gibraltar advertia; “*Se as forças do governo, que são particamente comunistas, ganham a partida pode apresentar perigo para os súbditos britânicos*”.<sup>63</sup>

O Governo britânico recebia uma petição republicana para que a sua frota pudesse abastecer-se, de combustível, em Gibraltar e perseguir o bloqueio às forças nacionalistas que passavam do Marrocos espanhol para a Península e um pedido de Francisco Franco que solicitava um bloqueio de Gibraltar aos republicanos.<sup>64</sup>

No dia 21 de Julho, seis barcos do Governo republicano, penetraram na zona de Gibraltar e pediram para se abastecer no porto de Gibraltar. No mesmo dia o Embaixador espanhol, em Inglaterra, perguntou ao Governo inglês se a frota governamental podia abastecer-se em Gibraltar. A resposta britânica era que esta situação possuía contorno meramente comercial e que o Governo dava a liberdade de as empresas, se entenderem, de comercializar os seus produtos com os nacionalistas ou com o Governo de Madrid.<sup>65</sup>

O meio de comunicação *Gibraltar Chronicle* informava no dia 22 de Julho que 5.000 refugiados passaram a fronteira e estavam num acampamento improvisado no North Front. o Ministro para Colonias, no dia 27 de Julho, afirmou que até 9.000 pessoas, entre espanhóis e ingleses, tinham chegado a Gibraltar.<sup>66</sup>

A política inglesa de neutralidade tacita e benévola obteve conseqüências com as seguintes medidas: 1) evitar qualquer ação contra Itália e Alemanha devido à sua ajuda aos nacionalistas; 2) expulsão da frota do Governo de Madrid de Gibraltar; 3) embargo secreto de material bélico ao Governo da República; 4) pressão sobre o Governo francês para adotar a política de neutralidade e não ajudar a República.<sup>67</sup>

A decisão de Londres foi no sentido de uma neutralidade tacita que não foi proclamada, publicamente, e formalmente com os seguintes pontos: 1) a assistência ao Governo reconhecido, aceitando a vigência das suas competências legais, incluindo o direito da sua frota a abastecer em portos estrangeiros; 2) a neutralidade entre os dois beligerantes reconhecidos e equiparados nos seus direitos e deveres. Houve a tendência para adotar o 2º ponto pois havia a sensação de que o Governo não controlava o ímpeto de um processo revolucionário e a sua retaguarda.<sup>68</sup> A neutralidade devia ser um objetivo para os ingleses e a sua internacionalização, com um Acordo de Não Intervenção, ganha

---

<sup>63</sup> Moradiellos, *La política británica ante la guerra civil española*, p. 187.

<sup>64</sup> Idem, p.188.

<sup>65</sup> Alpert, Michael, *Gibraltar y la Guerra Civil Española*, Studia Historica. Historia Contemporánea, vol. 3, 1985, p. 93.

<sup>66</sup> Idem, Ibidem.

<sup>67</sup> Moradiellos, *El gobierno británico y la guerra de España*, pp. 76-77.

<sup>68</sup> Moradiellos, *La política británica ante la guerra civil española*, p. 188.

contornos. No dia 4 de Agosto de 1936 o Governo britânico aceitou a proposta, do Acordo de Não Intervenção, desde que os principais interessados, onde se incluía Portugal, aceitassem.<sup>69</sup>

O Governo inglês coloca pressão para que Portugal, que já tinha entrado Acordo de Não Intervenção, anuisse em entrar no Comité de Londres do Acordo de Não Intervenção. Até Dezembro de 1936, existiu uma conformidade, no Governo inglês, com a política de neutralidade adotada para Espanha.<sup>70</sup> Havia uma neutralidade benévola para o os rebeldes e uma neutralidade malévola em relação ao Governo República. O Primeiro Lord de Almirante, Sir Samuel Hoare,<sup>71</sup> em 5 de Agosto de 1936 comunicava a sua posição de neutralidade:

*Por um momento parece claro que devemos manter a nossa política de neutralidade. [...] Quando falo de “neutralidade” quero dizer estrita neutralidade; é dizer: uma situação em que os russos nem oficial nem extraoficialmente facultam ajuda aos comunistas. Em nenhum caso devemos fazer nada que estimule o comunismo em Espanha, especialmente se temos em conta que o comunismo em Portugal, aonde provavelmente se estenderia e sobre todo em Lisboa, seria um grave perigo para o Imperio Britânico.<sup>72</sup>*

Anthony Eden<sup>73</sup>, Secretario do Foreign Office, comunicava ao Governo inglês, em 8 de Janeiro de 1937, que a guerra civil espanhola era um assunto internacional e não estava confinado às suas fronteiras:

*A guerra civil deixou de ser um assunto interno espanhol e converteu-se no campo de batalha internacional. O carácter do futuro governo de Espanha é agora menos importante para a paz da Europa que os ditadores não obtenham a vitória em Espanha. A extensão e natureza da intervenção praticada neste momento pela Alemanha e Itália revelam ao mundo que o seu objectivo é garantir a vitória de Franco independentemente da vontade dos espanhóis [...] É certo que cruzaram a fronteira francesa voluntários em grande número [Alusão às Brigadas Internacionais], mas são de categoria diferente. Não estão organizadas, não tem experiência militar e a sua grande maioria não estão nem equipados nem armados [...] Se não detemos a interferência alemã em Espanha, não haverá ocasião para que as influências moderadas na Alemanha possam conter qualquer tendência*

<sup>69</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 85.

<sup>70</sup> Moradiellos, *El gobierno británico y la guerra de España*, p. 80.

<sup>71</sup> Sir Samuel Hoare conhecido pelo acordo Hoare-Laval foi Primeiro Lord de Almirante entre 1936 e 1937.

<sup>72</sup> Moradiellos, Enrique, *Un Triángulo vital para la República: Gran Bretaña, Francia y la Unión Soviética ante la Guerra Civil española*, Hispania Nova: Revista de historia contemporánea, nº 1, 1998-2000, pp. 6-7.

<sup>73</sup> Político e diplomata inglês, foi 3 vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra. Entre 1935 e 1938 com os Primeiros Ministros Baldwin (1935-1937) e Chamberlain (1937-1940) e entre 1940 e 1945 e 1951 e 1955 com Churchill como Primeiro Ministro. O auge político aconteceu sendo Primeiro Ministro entre 1955 e 1957.

*agressiva idêntica em qualquer dos outros três focos de perigo (Memel, Danzig y Checoslovaquia). Logo tenho a convicção que temos que conseguir um cessar-fogo em Espanha para não termos problemas este ano em um dos outros focos assinalados.*<sup>74</sup>

Entre Janeiro do ano de 1937 e Fevereiro de 1938, houve discrepância entre a política do Ministro dos Negócios Estrangeiro britânico Anthony Edén com o Primeiro Ministro Inglês Neville Chamberlain. Uma outra fase da política inglesa em relação a Espanha desenvolveu-se entre Fevereiro de 1938 e Abril de 1939.<sup>75</sup> No mês de Janeiro de 1939, quando o final da guerra a favor de Franco era inevitável, Sir Robert Vansittart (Primeiro Conselheiro Diplomático do Foreign Office), elaborava uma comunicação interna que visava a política inglesa durante o conflito espanhol: “*Durante a nossa política de Não Intervenção —na realidade, como todos sabemos, operou de um modo completamente pouco neutral— onde favoreceu a vitoria de Franco*”.<sup>76</sup>

Após cinco dias do *Alzamiento*, um ofício do Cônsul português de Sevilha relata a chegada de um navio de guerra inglês à capital Andaluza para repatriar ingleses, americanos e portugueses:

*A fim de acautelar os interesses dos respectivos países, a Inglaterra enviou aqui, em 22 do corrente, o navio de guerra da esquadra do Mediterraneo o “Shamrock”, levando a seu bordo os súbditos ingleses e americanos que desejaram abandonar Sevilha, recusando-se a aceitar franceses e oferecendo-se a receber portugueses.*<sup>77</sup>

Uma iniciativa desportiva inglesa do Consulado inglês em Vigo é relatada pelo Cônsul português:

*Realisa-se hoje um desafio de foot-ball entre um “team” do destroyer inglês aqui fundeado e um “team” local, a entrada é gratuita mas serão recolhidos donativos para a subscrição do exercito. Tendo sido convidado com especial interesse pelo Cônsul Inglês, resolvi aceitar o convite, pois não o creio que nem ele nem o comandante do navio de guerra realizassem esta manifestação desportiva neste momento, sem autorização superior e sendo organizada pelo Consulado Inglês e não pelas autoridades locais entendi que não devia recusar.*<sup>78</sup>

<sup>74</sup> Moradiellos, *La perfidia de Albión*, p. 132.

<sup>75</sup> Moradiellos, *El gobierno británico y la guerra de España*, pp. 80 e 84

<sup>76</sup> Moradiellos, *La política británica ante la guerra civil española*, p. 185.

<sup>77</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 25 de Julho de 1936, pp. 1-2.

<sup>78</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 6/08/1936.

Houve uma pressão clara sobre a França, no mês de Junho de 1938, para encerrar irreversivelmente a fronteira Sul com a Espanha republicana para que parasse o aprovisionamento de armas soviéticas. O êxito desta política indicou o bloqueio da última rota aberta para a importação de armas e munições para o exército da República. O General Franco manifestou, confidencialmente, o seu agradecimento a Chamberlain por esta e outras medidas em uma mensagem particular transportada por Lord Phillimore no dia 3 de julho:

*Sua Excelência deseja que eu cumprimente o senhor deputado Chamberlain em seu nome e lhe agradeça de coração a amizade que demonstrou para com a Espanha e que lhe lembre que, com a sua política, defende os mesmos ideais e princípios que nós e trabalha no interesse de paz mundial e civilização.*<sup>79</sup>

A pressão inglesa, sobre o encerramento da fronteira francesa, está presente nesta carta enviada pelo Embaixador inglês em França para Lord Halifax:

*Amanhã vou visitar a Daladier (Primeiro Ministro francês) e vou "transmitir a importância absolutamente vital que o governo de Sua Majestade atribui ao encerramento permanente da fronteira dos Pireneus", porque estou convencido da importância ... de apoiar totalmente a Bonnet no que me parece a sua luta sincera para manter essa fronteira infernal encerrada. Existem informações que existem uns oito barcos soviéticos na rota, carregados de material bélico, que los russos estão ansiosos para colocar em Espanha. Se conseguem, a guerra vai-se prolongar por muitos meses.*<sup>80</sup>

Após duas semanas do 18 de Julho foi criado na capital inglesa a *Spanish Medical Aid Committee* para realizar a Missão Sanitária Inglesa. Foi recaudado para esse efeito 1.500 libras. Alguns organizadores possuía filiação com o partido comunista e os médicos que prepararão esta iniciativa eram da Associação Médica Socialista. Foi realizada primeira missão com destino a Espanha, no dia 23 de Agosto.<sup>81</sup> Inglaterra, em total, contribui para a ajuda humanitária, aproximadamente, 2 milhões de libras para o lado nacionalista e republicano. Entre custos de repatriamento naval, de transporte de pessoas de Espanha, envio de mercadorias sanitárias e outras. Sendo enviadas por particulares, por empresas, por partidos, por associações médicas, cruz vermelha ou pelo Governo.<sup>82</sup>

<sup>79</sup> Idem, Ibidem.

<sup>80</sup> Moradiellos, *El gobierno británico y la guerra de España*, pp. 80 e 84

<sup>81</sup> Albert, Michael, *La respuesta inglesa humanitaria y propagandística a la Guerra Civil Española*, Revista de Estudios Internacionales vol. 5, nº 1, 1984, p. 27.

<sup>82</sup> Idem, pp. 37-38.

## Inglaterra e os nacionalistas

O Governo inglês tinha a noção das ajudas, que de uma forma gradual, o Governo italiano concedia a Francisco Franco. Conheciam o desespero que o Governo republicano possuía com o começo da guerra civil. Os republicanos insistiram com o Governo inglês que ajuda das democracias ocidentais eram muito importante. O objetivo da Inglaterra era que o triunfo do comunismo não fosse concretizado, pondo de parte qualquer outra solução. Não teve, a República, outra solução de se inclinar para a ajuda da União Soviética, com a solidificação do partido comunista espanhol.<sup>83</sup>

No verão de 1936, com o aparecimento da guerra civil espanhola, Churchill esperava que Franco derrotasse o Governo de propensão "vermelha". Nesse sentido, Churchill acreditava que os russos detinham uma avultada responsabilidade, por criar a situação polarizada em Espanha, e repensou a pertinência de uma associação inglesa limitada com os soviéticos.<sup>84</sup> Nos primeiros meses, do conflito civil, Churchill propendeu para os nacionalistas e para as forças *anti vermelhas*.<sup>85</sup> Winston Churchill teve dois momentos na sua visão sobre a guerra civil. No início, os seus comentários, e artigos na imprensa, eram de simpatia em relação aos nacionalistas. No entanto, com o desenrolar da guerra civil, muda de opinião conforme os seus artigos de opinião revelam:

*Sou conservador britânico. Sou de família aristocrática. Seguramente, se fosse espanhol, os "rojos" teriam matado a minha família, com o que eu teria, se fosse espanhol, de estar ao lado de Franco. Mas acontece que eu sou britânico, e a única coisa que me importa na vida é a sorte do Império Britânico. Por isso, estou com a República, porque é esta que oferece maiores possibilidades de defesa contra a Alemanha e contra os intentos das potências fascistas de nos tirarem o Império.*<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> Viñas, Ángel, *Una república abandonada por las Democracias*, Congreso Internacional de la Guerra Civil Española 36-39.

<sup>84</sup> Carlton, David, *Churchill and the Two "Evil Empires"*, Transactions of the Royal Historical Society, vol. 11, 2001, p. 337.

<sup>85</sup> Reynolds, David, *Churchill's Writing of History: Appeasement, Autobiography and "The Gathering Storm"*, Transactions of the Royal Historical Society, vol. 11, 2001, pp. 237-238.

<sup>86</sup> Preston, Paul, in revista Actual do jornal *Expresso*, 2007, pp. 56-57.

Num artigo no *Evening Standard*, no dia 2 de Outubro de 1936, Winston Churchill expressa o terror republicano em Espanha e prefere os franquistas, com o ordenado terror da direita, à desorganização e ímpeto e fervor desorganizado da esquerda:

*A matança de reféns cai num plano decididamente inferior; a matança sistemática, noite atrás noite, de adversários políticos desamparados e indefesos, tirados das suas casas para serem executados pelo único crime de pertencer às classes que se opõem ao comunismo e que usufruem das suas propriedades e distinções debaixo da Constituição republicana, está ao nível das torturas e das atrocidades diabólicas do poço mais fundo da degradação humana. Ainda que parece que as forças nacionais fuzilam uma proporção de prisioneiros que capturam com as armas na mão, não se pode acusar de se terem rebaixado ao nível de atrocidades que são obra quotidiana dos comunistas, os anarquistas e o POUM, que é como se chama a nova e mais extrema organização trotskista. Seria um erro tanto na verdade como na prudência que a opinião pública britânica classificasse ambos os lados no mesmo nível.*<sup>87</sup>

Comentava com a sua mulher no mês de Setembro de 1936: “Sou grato por os nacionalistas espanhóis estarem progredindo, era melhor para a segurança de todos se os comunistas forem esmagados”.<sup>88</sup> Churchill criticava o Governo republicano em Outubro de 1936: “As repugnantes carniceras noturnas desviaram o Governo de Madrid do caminho das potências civilizadas”.<sup>89</sup>

A posição oficial da igreja inglesa, sobre o conflito espanhol, tem nesta comunicação diplomática um interessante testemunho. O ofício da Legação de Portugal, junto da Santa Sé, enuncia que a posição da Igreja inglesa, em relação ao conflito espanhol, de uma conceção perante a civilização cristã que está em perigo pois existe uma ameaça latente das forças comunistas:

*O Arcebispo inglês diz:*

*“Reconhecemos que a conflagração se destina a converter-se num incendio universal no qual a civilização cristã foi condenada a desaparecer”; “que a Espanha é o centro estrategico de uma revolução mundial contra as bases da civilização europeia e que a ameaça do perigo de morrer totalmente nas mãos dos comunistas, como sucedeu nas regiões onde o comunismo triunfou, fez com que a Igreja aceite a protecção de um poder que até agora garantiu a liberdade e os principios fundamentaes da sociedade ordenada”.*

*Termina, o Arcebispo de Westminster:*

*“É com dor que só pode ser excedida pela vossa, que temos notado à tergiversações, as mentiras, os subterfugios e as falsas interpretações dos*

<sup>87</sup> Preston, *La Guerra Civil Española, reacción, revolución y venganza*, p. 257.

<sup>88</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>89</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 113.

*factos. "Desgraçadamente, a nossa imprensa aceitou, com excessivo entusiasmo, a propaganda dos vermelhos".*<sup>90</sup>

Após consulta ao *The National Archives* retrato a decisão do Governo inglês de enviar Sir Robert Hodgson como agente comercial a Salamanca. Enumero a discussão previa sobre a nomeação de Sir Robert Hodgson e a avaliação das suas competências. Nesta comunicação está patente as consequências políticas, diplomáticas e económicas do Governo inglês de possuir um representante oficial junto do Governo nacionalista espanhol. Franco sugeriu, também, enviar um representante nacionalista junto do Governo inglês:

*O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros informou ao Gabinete que, há pouco tempo, tanto o Estado-Maior do Gabinete de Guerra como o Estado-Maior da Aeronáutica expressaram preocupação com o fato de que, devido à ausência de observadores militares nos exércitos do General Franco, eles ficaram sem informação sobre os desenvolvimentos mais recentes em combate terrestre e aéreo como demonstrado na presente campanha. Agora havia sido apresentada uma proposta de que as visitas de oficiais britânicos a esses exércitos deveriam ser feitas por oficiais britânicos, e considerou-se que o General Franco provavelmente aceitaria essa sugestão se um contato permanente com um agente civil tivesse sido estabelecido. Por outro lado, o General Franco, que não estava entusiasmado com a nomeação de observadores militares, fez saber que, por seu lado, acolheria com agrado uma proposta de nomeação de um Agente em Londres. O Secretário de Estado achou que seria útil*

*O Secretário de Estado achou que seria útil nomear um Agente para o governo insurgente em uma base informal. Isso não significa que o Governo de Sua Majestade considere que a situação atual justifica o reconhecimento da administração do General Franco como governo da Espanha. Significava, no entanto, que reconheceram que eram obrigados a tomar conhecimento do fato de que grandes áreas estavam agora sob seu controle eficaz: que sua responsabilidade pela proteção dos interesses britânicos se estendia por toda a Espanha, e na execução este dever eles eram obrigados a levar em conta esses desenvolvimentos. Na verdade, para proteger adequadamente os interesses britânicos, era necessário lidar com os dois lados. A nomeação pode ser defendida no parlamento com base no interesse comercial. Se essa sugestão fosse aprovada pelo Gabinete, ele propunha selecionar como nosso Agente em Salamanca Sir Robert Hodgson, que se reformou do serviço no exterior há um ano, que atuou como Agente oficial na missão comercial Britânica na Rússia em 1921 e mais tarde como encarregado de assuntos em Moscovo até 1937. Sir Robert fala espanhol e, com base em ampla experiência e qualificações pessoais, era adequado em todos os aspetos para a função. O presidente da Agência Comercial lembrou que lhe estavam sendo dirigidas perguntas no Parlamento sobre a sua posição de representante da Agência Comercial junto ao governo insurgente. Nenhuma objeção foi levantada e o representante foi muito prestável. A nossa posição comercial no território*

---

<sup>90</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 21/10/1937, pp. 1-5.

*espanhol sob o controle do General Franco seria pior se não tivéssemos nenhum representante ali. Como tínhamos contratos em andamento naquela parte da Espanha, ele estava ansioso para manter contato. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse que Sir Robert Hodgson seria um Agente designado para esse fim. Houve alguma discussão sobre se o desejo do General Franco por um Agente em Londres deveria ser atendido. O Ministro da Coordenação da Defesa impressionou o Gabinete com a importância da nomeação de observadores militares. Os alemães e os italianos estavam a testar os seus aparelhos em Espanha e foi uma grande pena não estarmos recebendo mais informações sobre o desempenho das suas aeronaves, tanques, artilharia antiaérea e assim por diante. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse que tinha em mente que se o senhor Robert Hodgson entrasse em boas relações com o governo do General Franco, isso poderia facilitar a nomeação de observadores militares. Ele implorou aos seus colegas que não permitissem que uma palavra lhes escapasse sobre essa proposta.*

*O Gabinete concordou:*

*A) Aprovar a proposta do O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de que se empenhe em assegurar a nomeação de um Agente em Salamanca.*

*B) Que ao fazer a proposta ele não deve mencionar o desejo do General Franco de nomear um Agente em Londres, porém, se o General Franco insistir nisso em troca da nomeação de um Agente do governo do Reino Unido, ele deve ser autorizado a considerar a proposta favoravelmente.*

*C) Que o representante do conselho comercial, que teve acesso ao governo insurgente em Espanha deve continuar como atualmente.*

*D) Observar que se a proposta de um Agente britânico fosse aceita pelo General Franco, isso poderia facilitar a nomeação de observadores militares.*

*E) Que o maior sigilo seja observado sobre essas decisões.<sup>91</sup>*

Sir Robert Hodgson, foi casado com uma russa e ambos eram anticomunistas. Hodgson compartia a opinião que os republicanos eram manietados pelos comunistas, com o apoio do *Comintern*. As informações que remetia, desde Burgos, ressaltava a atrativa personalidade de Franco que possuía uma bondosa personalidade.<sup>92</sup>

No dia 31 de janeiro de 1938, Sir Robert Hodgson, o novo agente britânico, teve sua primeira reunião com o Francisco Franco, e a sensação que obteve, da personalidade do General, foi ao encontro da que já existia no *Foreign Office*:

*Ele tem uma personalidade muito atraente. Ele é de baixa estatura, provavelmente não mais do que 5 pés e 6 polegadas, constituição robusta e, deverá ter 46 anos de idade. O seu cabelo, que era originalmente preto, agora está ficando cinza aço e encaracolados sobre as têmporas. Ele tem uma voz suave e fala suave e rapidamente. O seu encanto reside nos olhos castanho-amarelados, inteligentes, vivazes e com uma expressão de grande bondade. [...] General Franco disse-me que na época em que o 'movimento' estourou, ele estava ocupado a estudar inglês.*

<sup>91</sup> The National Archives, reference CAB 23/87/14, Meeting of the Cabinet to be held at n°10 Downing Street, 17/03/1937, pp. 3-5.

<sup>92</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 179.

*As suas aulas foram interrompidas bruscamente. Ele então afirmou os seus sentimentos amigáveis para com a Inglaterra, mencionando o bom sentimento que uniu os dois países no passado e referindo-se brevemente à velha história e à campanha do Duque de Wellington. Ele falou, também, dos laços culturais que uniam tantas famílias espanholas à Inglaterra e das disposições favoráveis que as pessoas simples deste país tinham em relação às coisas inglesas. Ambos os países tinham tradição marítima e sua posição no mapa era um empate entre eles. [...] Ele também ... falava das relações anglo-espanholas de uma maneira que justifica a crença de que o tom cordial que me dirigiu foi um verdadeiro índice dos seus sentimentos.*<sup>93</sup>

Anthony Eden renunciava como Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, no mês Fevereiro de 1938, devido a discordâncias sobre a condescendência da intervenção de Itália e as inclinações nacionalistas do Governo de Neville Chamberlain. Havia que preservar as relações anglo-italianas sem que o conflito espanhol atrapalhasse, um assessor no novo Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Halifax, escreveria: “*Sobre Espanha, o governo está a rezar pela vitória de Franco*”.<sup>94</sup>

A estrutura militar inglesa elaborou um estudo confidencial, em finais de 1938, sobre a diferença de meios militares entre nacionalistas e republicanos em Espanha:

*É quase supérfluo recapitular as razões (da vitória do general Franco). Estas são, em primeiro lugar, a persistente superioridade material durante toda a guerra das forças nacionalistas em terra e no ar, em segundo lugar, a superior qualidade de todos os seus quadros até nove meses ou possivelmente um ano. () Esta inferioridade material (de todas as tropas republicanas) não só é quantitativa como também é qualitativa, como resultado da multiplicidade de tipos de armas. Não questionando o objectivo do propósito imparcial e benévolo do Acordo de Não Intervenção, as suas repercussões nos problemas de abastecimento de armas das forças republicanas, foram, no mínimo, funestas e sem dúvida muito diferentes do que se pretendia. A ajuda material da Rússia, México e Checoslováquia à República nunca se equiparou em quantidade e qualidade com a da Itália e Alemanha ao General Franco. Outros países, com independência nas suas simpatias foram contagiados pela atitude da Inglaterra. Nesta situação as armas que a República comprou foram poucas, por vias duvidosas e de baixa qualidade. O material bélico adquirido teve que ser pago a preços muito altos e sem ajuda de instrutores qualificados. Tais meios de aquisição danificaram seriamente os recursos financeiros dos republicanos.*<sup>95</sup>

<sup>93</sup> Moradiellos, Enrique, *The Gentle General: The Official British Perception of General Franco during the Spanish Civil War, in The Republic Besieged: The Civil War in Spain, 1936-1939*, Preston, Paul e Mackenzie, Ann L. (eds.), Edinburgh, Edinburgh University Press, 1996, pp. 15-17.

<sup>94</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>95</sup> Moradiellos, *La perfidia de Albión*, p. 257.

No dia 27 de Fevereiro de 1939, o Governo inglês reconheceu *de Jure* o Governo dos nacionalistas.

### Inglaterra e os republicanos

O *Foreign Office* teve, durante o período da guerra, uma atitude de pensamento único, não praticando uma *Realpolitik*, mas sim uma política ideológica onde escondia factos das forças políticas esquerdistas ingleses e da própria opinião pública inglesa. Só Laurence Collier, Director Geral do Departamento do Norte, insurgiu-se contra este sentido único, da política exterior inglesa, e afirmou que o verdadeiro perigo para a Inglaterra era a Alemanha e a Itália e não a União Soviética, logo a política sobre os republicanos deveria ser repensada. Isidro Fabela, representante do México na Sociedade das Nações, reproduz declaração de Manuela Azaña sobre a posição de neutralidade do Governo britânico na guerra civil espanhola como um dos inimigos da República:

*O Presidente considera por ordem de importância os inimigos do governo republicano, que foram quatro. Primeiro, a Grã-Bretanha (por sua adesão ao embargo de armas prescrito pela política de Não Intervenção), segundo, os desacordos políticos dos grupos governamentais que provocaram uma anarquia nociva que foi totalmente favorável às operações militares de Itália e Alemanha em favor dos rebeldes; Terceiro, a intervenção itala germana; Quarto, Franco.*<sup>96</sup>

O Embaixador governamental espanhol em Londres, López Oliván, lançava uma mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Anthony Eden:

*Estimado Eden, você sabe melhor do que ninguém que meus sentimentos ainda são sobre as trágicas condições em que a guerra civil está acontecendo no meu país. Li hoje o apelo que você enviou a ambas as partes e não posso me abster em lhe enviar meus sinceros agradecimentos, seja qual for o resultado. Posso aproveitar a oportunidade para expressar minha sincera gratidão a você pela hospitalidade que desfrutamos em seu país desde que deixamos a embaixada? Por favor, desculpe meu inglês e acredite em mim.*<sup>97</sup>

A 26 de Julho de 1938 López Oliván abordou Eden e questionou se havia problemas em que a Inglaterra vende-se armas para a República. Eden não se opôs á

<sup>96</sup> Martínez Saura, Santos, *Memorias del secretario de Azaña*, Barcelona, Planeta, 1999, p. 53

<sup>97</sup> The National Archives, FO954/27A734, Carta do Embaixador espanhol em Londres Lopez Oliván a Anthony Eden no dia 21/10/1936.

compra de material de guerra. No entanto, a Inglaterra sempre foi partidária da neutralidade e foram muito poucas as exportações de material inglês. A posição da França era diferente da Inglaterra, no que concerne às causas de neutralidade face ao conflito espanhol. A Inglaterra estava mais bem apetrechada em termos militares, que a França, e possuía mais interesses económicos em território espanhol e tinha a sua posição geoestratégica no Mediterrâneo.<sup>98</sup>

Ofício do diplomata português refere, que houve muitos navios ingleses que foram afundados e que vinham aprovisionar o Governo republicano: “São mais de trinta os vapôres afundados, alguns dos quais, paquetes de grande tonelagem. Grande parte daqueles, eram navios de carga ingleses, que vinham abastecer os vermelhos”.<sup>99</sup>

Sobre o isolamento da República, por a Inglaterra e a França, escreveria Álvarez del Vayo após a guerra:

*A prova mais conclusiva do desejo da República de um entendimento com a Grã-Bretanha e a França. Embora não pudesse, em vista das circunstâncias existentes, assumir a forma de um pacto de ajuda mútua ou aliança, era para todos os efeitos o mesmo...*

*Nenhum dos dois governos recebeu favoravelmente a iniciativa republicana e o “esvaziamento” internacional pelo qual o texto do memorando espanhol foi divulgado ao público evidenciava uma mão ativa nos bastidores que fazia todo o possível para frustrar tentativas de ajudar a causa do governo espanhol. Embora o memorando de fevereiro tenha sido uma declaração oficial da política externa da República durante a guerra, não se deve pensar que representou a extensão de nossos esforços para persuadir a Grã-Bretanha e a França a adotar uma atitude mais condizente com seus próprios interesses. Por todos os argumentos relevantes, pela comunicação de relatórios sobre a atividade italo-alemã a ambos os governos, pela apresentação de propostas concretas para combater a ameaça italiana em Maiorca - por todos os meios ao nosso alcance, nós nos esforçamos para trazer uma mudança de atitude em Londres e Paris.*

*Não estávamos a chorar pela lua. Não pedimos ajuda armada. Pedimos apenas que, em estrita conformidade com a política de não intervenção -que a Grã-Bretanha e a França nos impuseram e deveriam, por isso mesmo, ter aplicado- “a Espanha deveria ser deixada para os espanhóis”; e que, se essas duas democracias não se sentissem capazes de impedir a Alemanha e a Itália de continuar a intervir na Espanha, deveriam reconhecer com honra o fracasso de sua política e restabelecer plenamente o direito à liberdade de comércio. Em suma, pedimos que o direito internacional fosse respeitado.*

*A maneira como os governos britânico e francês ignoraram nossos avisos, sugestões e pedidos foi verdadeiramente comovente.*<sup>100</sup>

<sup>98</sup> Egido León, María de los Ángeles, *Relaciones internacionales de los dos bandos. La intervención extranjera en la guerra civil española*, Cuenta y Razón, nº 21 septiembre-diciembre 1985, p. 5.

<sup>99</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 24/02/1939, pp. 1-7.

<sup>100</sup> Bolloten, Burnett, *The Spanish Civil War*, Durham, University of North Carolina Press, pp. 182-183.

Na visão tradicional, da atitude de Churchill em relação aos “dois impérios do mal”, o nazismo e comunismo na década de 1930, é tido em conta o tratamento favorável, mesmo sendo determinante contra, do comunismo em relação ao nazismo. As evidências são encontradas em 1937, quando Churchill disse à Câmara dos Comuns: “*Não vou fingir que, se tivesse que escolher entre o comunismo e o nazismo, eu escolheria o comunismo*”.<sup>101</sup> Uns meses antes, do final da guerra, argumentava que o Governo republicano estava perdido, no entanto realça que uma vitória republicana traria menos dor aos espanhóis porque existe uma diferença entre os republicanos e Franco:

*Parece que a República está perdida. Mas não há nenhuma dúvida de que, se fosse possível que a República ganhasse, haveria muitíssimo menos sangue, porque os republicanos não são com Franco. Este, como tem o encorajamento de Hitler e Mussolini, desencadearia uma repressão sangrenta; os republicanos não fariam isso, primeiro porque cumprem as regras democráticas e segundo porque teriam muito medo da nossa reação.*<sup>102</sup>

Em Abril de 1937 Churchill afirmava se houver uma vitória dos nacionalistas, devido aos seus problemas internos, os nacionalistas não se vão preocupar com os interesses das potências estrangeiras, incluído os interesses ingleses:

*Se Franco ganha, não estará em condições de interferir nos interesses ingleses e franceses no Mediterrâneo, porque estará totalmente absorvido pelos seus problemas internos. Quanto houver o cessar fogo, alemães e italianos deixaram de ter influência na política espanhola. Na verdade, o mundo pode presenciar um exemplo de ingratidão espanhola a grande escala.*<sup>103</sup>

Churchill entendia que uma vitória, dos nacionalistas, condicionava os interesses britânicos em Espanha e no Mediterrâneo:

*Franco tem toda a razão da sua parte, porque ama o seu país. Além do mais, Franco está a defender a Europa contra o perigo comunista...se é possível expressar desta forma. Mas eu sou inglês e prefiro o triunfo da má causa. Prefiro que ganhe o outro lado porque Franco será um contratempo para os interesses britânicos.*<sup>104</sup>

<sup>101</sup> Carlton, David, *Churchill and the Two “Evil Empires”*, p. 337.

<sup>102</sup> Preston, Paul, in revista *Actual* do jornal *Expresso*, 2007, p 56-57.

<sup>103</sup> Racionero, Luis, *Churchill en la Guerra Civil española*, Artigo El Mundo, 22/02/2010.

<sup>104</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 180.

No mês de Abril de 1938 Winston Churchill constata que a resistência dos republicanos abre gretas e que as duas principais cidades espanholas, que eram republicanas, estavam em apuros:

*Debaixo da devastadora pressão da artilharia e aviação alemã e italianas, a resistência abre brechas, Barcelona e Madrid estão privadas das provisões que chegam desde França e da costa.*<sup>105</sup>

No dia 30 de Dezembro de 1938, Churchill publicava um artigo, no *Daily Teelgraph*, sobre as diferentes influências de uma possível vitória nacionalista ou republicana em Inglaterra. Uma vitória do Governo republicano trairia Espanha para a órbita da Inglaterra. Uma vitória do Governo de Franco teria o seu Governo praticas totalitárias. A vitória da República beneficia a Inglaterra:

*Há que reconhecer que em este momento se o Governo republicano sai vitorioso, quereria ter relações amistosas com a Grã-Bretanha, encontraria muita simpatia entre o povo britânico, que provavelmente poderíamos dissuadir da vingança que houvesse acompanhado um triunfo na guerra civil.*

*Pelo contrário, se Franco ganhasse, os seus patrocinadores nazis empurrá-lo-iam para o mesmo tipo de repressões brutais que exercem os estados totalitários. Portanto, a vitoria da República espanhola não só seria uma segurança estratégica paras as comunicações imperiais britânicas pelo Mediterrâneo, senão que forças mais moderadas e conciliadoras interpretariam um papel maior...*

*Nada fortaleceu mais que a influencia do Primeiro Ministro na sociedade adinheirada que a convicção de que é amigo do General Franco e da causa nacional de Espanha. Mas estes sentimentos de um e outro lado pode ser empurrado alem do limite do interesse britânico. Diria que hoje em dia o Império britânico correria muito menos perigo com a causa da vitória do Governo espanhol que a do General Franco.*<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Idem, Ibidem.

<sup>106</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 204.

### 3. Estados Unidos da América e a Guerra Civil espanhola

#### A neutralidade dos Estados Unidos

Há que enquadrar a política exterior dos Estados Unidos, em relação à guerra civil espanhola, numa perspetiva geral no que concerne aos problemas que aconteciam no continente europeu. Teremos que destacar o papel dominante que possuíam as potências europeias, ou seja, a Inglaterra, Alemanha, Itália e França. Os Estados Unidos estavam vinculados e em sintonia às políticas de França e com mais envolvimento com a Inglaterra. No ano de 1935 o Presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt assinava a Acta da Neutralidade que consistia na obrigação do Governo norte americano de determinar um embargo de envio de munições, armas e de material bélico a todos os países que estivessem em guerra. O conteúdo da Acta penalizava o país que fosse agredido. No mês de Fevereiro de 1936 foi aprovada uma segunda Acta, no Congresso dos Estados Unidos, que estreitava a ação da administração dos Estados Unidos, impondo a proibição de empréstimos aos beligerantes e ampliando o embargo a qualquer país que se imiscuisse na guerra depois de ter começado. No entanto, a Acta só era aplicável a conflitos de índole internacional e não de guerras civis como o conflito espanhol de 1936 a 1939.<sup>107</sup>

A guerra civil espanhola surge, no contexto europeu, quando a Inglaterra e a França não conseguem conter a força de expansão alemã e italiana. No contexto norte americano a Administração de Roosevelt perde a capacidade de atuação devido à Lei de Neutralidade, de Agosto de 1935, que implicava o embargo de material de guerra. Havia, no entanto, uma preocupação, da opinião pública norte americana, pela ajuda à China devido ao expansionismo japonês, mas uma intransigência com o continente europeu pois a memória da I Guerra Mundial ainda era recente. A nova Lei de Neutralidade de Fevereiro de 1936 é uma decepção para o Presidente Roosevelt e para o seu Secretário de Estado, Cordell Hull<sup>108</sup>, pois os poderes eram diminutos para intervir no cenário

---

<sup>107</sup> Marquina, Antonio, *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*, UNISCI Discussion Papers, nº 11 May 2006, p. 273.

<sup>108</sup> Secretário de Estado entre 1933 e 1944. Obteve o Nobel da Paz em 1945 por ser um dos fundadores das Nações Unidas.

internacional e onde as posições cada vez mais agressivas de Itália, Alemanha e Japão eram motivos de preocupação.<sup>109</sup>

Entretanto a Acta de Neutralidade, que foi aprovada no dia 31 de Agosto de 1935, não teria aplicação na guerra civil espanhola pois só era dirigida para guerra entre países. Os Estados Unidos, em conformidade com a sua ação política de não se imiscuir nos assuntos internos de cada estado, tomou a posição de não interferir em Espanha. Houve a preocupação de utilizar a palavra contenda civil em detrimento da guerra civil e não referir o termo neutralidade e não aplicar o estatuto de beligerante aos nacionalistas pois havia o reconhecimento do Governo norte americano ao Governo de Madrid.<sup>110</sup>

O embargo do Washington, de material de guerra, era de índole moral e não legal, mas enquadrava-se na linha política de cooperação internacional, nomeadamente, a edificação do Acordo de Não-Intervenção entrando em sintonia com a Inglaterra e a França. Entretanto qualquer ação e compromisso humanitário podia ser realizado dentro dos limites internos espanhóis.<sup>111</sup> As

principais causas para o embargo dos Estados Unidos são as seguintes; A popularidade do isolacionismo entre os cidadãos norte americanos; A preponderância do voto católico urbano entre a coligação do eleitorado do *New Deal*; O papel destacado do *Foreign Office* inglês na elite política e diplomática norte americana.<sup>112</sup>

Roosevelt escreveria no seu discurso no dia 14 de agosto de 1936;

*A manutenção efetiva da neutralidade americana... depende hoje, como no passado, com base na sabedoria e determinação de quem atualmente ocupa os cargos de Presidente e Secretário de Estado.*<sup>113</sup>

Franklin Roosevelt estava no meio da campanha eleitoral quando surgiram as primeiras informações que indicavam que uma tentativa golpe de estado tinha sido produzido em Espanha e as notícias, desse acontecimento, não eram claras nem precisas. A gestão deste acontecimento foi delegada para Cordell Hull. Como o Embaixador

<sup>109</sup> Bosch, Aurora, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, Ayer, nº 90, 2013, pp. 169-170.

<sup>110</sup> Marquina, Antonio, *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*, p. 274.

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>112</sup> Espasa, Andreu, *La conexión mexicana: Cárdenas, Roosevelt y la Guerra Civil Española*, Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México, nº 53, 2017, p. 22.

<sup>113</sup> Tierney, Dominic, *Franklin D. Roosevelt and Covert Aid to the Loyalists in the Spanish Civil War, 1936-39*, Journal of Contemporary History, vol. 39, nº 3, Jul. 2004, pp. 299-303.

Bowers<sup>114</sup> estava em férias era o número dois da Embaixada norte americana em Espanha, Hallet Johnson, que enviava as informações mais pertinentes. Numa dessas comunicações foi informada à Administração de Roosevelt que o Governo republicano havia tomado a decisão de distribuir armas pelo setor operário. Eric Wendelin, encarregado do Negócios Estrangeiros, comunicava que elementos de esquerda cometiam em Espanha atos violentos. No dia 22 de Julho foi implementada a primeira medida de Cordell Hull com o repatriamento dos cidadãos norte americanos onde o navio *Cayuga* passava por portos do Norte de Espanha.<sup>115</sup>

O primeiro obstáculo do Governo de Roosevelt foi a existência de barcos, que estavam na cidade de Tânger, e que forneciam combustível aos barcos de guerra espanhóis. Francisco Franco ameaçou em bombardear esses barcos. No entanto, o Secretario de Estado norte americano Cordell Hull ordenou que bloqueasse a entrega de material a qualquer dos lados em disputa, na contenda espanhola, mesmo que os Estados Unidos não estivessem abrangidos pelo estatuto de Tânger. No dia 29 de Julho o Governo norte americano recebia uma informação, do General Cabanellas, que dizia que estava constituído um novo governo do Estado espanhol, o *Comité de Defensa Nacional*, cuja sede estava na cidade de Burgos.<sup>116</sup> No dia 5 de Agosto de 1936, o Secretario de Estado Hull reunia com os seus assessores para clarificar a política que o Governo norte americano pretendia seguir em Espanha. Logo, já com a política definida, é enviado pelo Governo norte americano, passados dois dias, uma comunicação à Embaixada em Madrid, a todos os consulados em Espanha, a Tânger e a Lisboa.<sup>117</sup>

O Presidente norte americano recebeu a primeira carta do Embaixador norte americano em Espanha Claude Bowers, que era seu amigo e cujas informações enviadas algumas possuíam erros, em princípios de Setembro. A carta fora enviada no dia 26 de Agosto de 1936 desde o território fronteiriço francês Hendaya. A carta consistia num relato de que muitas informações facultas pela imprensa eram falsas e o papel de Manuel Azaña que era um grande político de Espanha e da Europa. Não referia que não possuía informações de um eventual golpe de estado e sustentava-se na informação do Conde de Romanones que a conspiração estava em curso após as eleições de 1936. Na sua opinião se os nacionalistas saem vitoriosos é suprimido o Governo parlamentar, as garantias

---

<sup>114</sup> Claude Gernade Bowers Embaixador norte americano em Espanha entre 1933 e 1939.

<sup>115</sup> Merino Morales, Juan Carlos, *La "Batalla" de Washington. La Guerra Civil Española en los Estados Unidos*, Estudios Internacionales nº 176, 2013, pp. 52-60.

<sup>116</sup> Marquina, *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*, p. 273.

<sup>117</sup> Idem, p. 274.

constitucionais bem como é eliminado a liberdade de imprensa e de expressão, ou seja, Espanha retornaria ao século XVI. O perigo de uma expansão comunista como resposta ao avance nacionalista era possível. Bowers defendia o Governo republicano e que atuasse conforme a lei e respeitasse de uma forma rigorosa os direitos dos acusados, no caso de serem condenados e executados, onde deverão ser tratados com consideração. O Embaixador refere que os Estados Unidos não deviam intervir em Espanha e deviam proteger os seus interesses e cidadãos. Por último, refere que a sua afinidade está com o Governo da República e os nacionalistas são o género de forças que fariam oposição à Administração de Roosevelt.<sup>118</sup>

O Presidente norte americano escreveria, uma declaração, no dia 16 de Setembro onde sublinhava as críticas do Embaixador Bowers onde a comunicação social conservadora norte americana e a cadeia Hearst só referiam as atrocidades perpetradas pelos republicanos, mas não assinalavam a violência dos nacionalistas. Roosevelt escreveria a necessidade de tomada de posição de neutralidade em Espanha e a realização do resgate de todos os cidadãos americanos, em território espanhol, tinha sido realizado mediante a sua vontade. Não havia, por parte de Roosevelt, o receio do perigo comunista enunciado por Bowers.<sup>119</sup>

Nas suas memórias o Embaixador Bowers remete que a posição de Cordell Hull, no que respeita a guerra civil espanhola era de “apaziguamento”. Houve diferenças entre ambos no que respeita ao envolvimento norte americano no conflito espanhol. Cordell Hull situa que a posição de Bowers não previa e não realizava esforços no sentido de reduzir o conflito militar generalizado. O Departamento de Estado e Cordell Hull continuou com as políticas de neutralidade. Era evidente que em 1937 e em 1938 a política de neutralidade beneficiava os nacionalistas, onde Franco tinha possibilidades de comprar e a República deparava-se com o mercado norte-americano fechado. Para equilibrar esta descompensação pensou-se que Bowers pudesse estar presente na zona republicana como medida de solidariedade com a causa republicana.<sup>120</sup>

Já numa fase crítica para o Governo republicano Roosevelt, no dia 4 de Janeiro de 1939, julgava no Congresso a política de neutralidade dos Estados Unidos:

*Aprendemos que quando deliberadamente tratamos de legislar a neutralidade, as nossas leis de neutralidade podem aplicar-se de uma forma*

<sup>118</sup> Idem, p. 275.

<sup>119</sup> Idem, p. 277.

<sup>120</sup> Tussel, Javier, *Roosevelt y Franco*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. IV, 1992, pp. 14-21.

*desigual e injusta, podem na realidade dar ajuda ao agressor e negar-lha à vítima.*<sup>121</sup>

Não houve audácia por parte de Roosevelt de levantar o embargo, utilizando os seus poderes discricionais, para enfrentar o Congresso, como sugeriu o ex-secretário de Estado Henry Stimson, porque havia uma deformidade, na política externa dos Estados Unidos porque a eventual ajuda era para um governo legalmente eleito.<sup>122</sup> Esta reticência em relação a Franco fez que os Estados Unidos só reconheceram o governo dos nacionalistas em Abril de 1939 após Hull sugerir a Roosevelt, em Fevereiro de 1939, um encontro em Paris com os representantes nacionalistas. Ou seja, a data de reconhecimento formal do governo de Franco foi o mesmo dia da vitória definitiva.<sup>123</sup>

### **Estados Unidos e os nacionalistas**

Em Agosto de 1936 a Agência de Controlo de Armas e munições, do Departamento de Estado, recebeu uma proposição da empresa Glenn L. Martin para a venda de oito aviões de bombardeio ao Governo de Madrid. A resposta, mesmo dividida e debatida, foi no sentido de não interferir nos assuntos internos espanhóis. Com a publicidade desta carta e informação o Departamento de Estado ficava refém desta norma. A imprensa também acolheu favoravelmente esta resposta de neutralidade. A petição do embargo foi respeitada à exceção de pequenas quantidades de material exportada via México e França. Houve o intento do Presidente da empresa Vimalert, Robert L. Cuse, de exportar aviões e motores para o Governo republicano por 2.777.000 dólares. A posição da imprensa e do Governo norte americano foi de criticar e impedir esta decisão de Robert L. Cuse, no dia 28 de Dezembro foi cessada a licença de exportação.<sup>124</sup> No dia 5 de Janeiro de 1937 uma nova autorização para exportar armas e munições havia sido realizada por Richard L. Dinely no valor de 4.507.000 dólares. Em relação à exportação da empresa Vimalert ela foi realizada, por Robert Cuse, e o material militar chegou ao Mar Cantábrico, no entanto, o barco foi intercetado por forças nacionalistas no dia 3 de Março de 1937 e obrigou a uma observação mais cuidadosa da lei da neutralidade. De

---

<sup>121</sup> Bosch, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, pp. 181-186.

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>123</sup> Tussell, *Roosevelt y Franco*, pp. 14-21.

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*.

imediatamente, o Senado e a Câmara de Representantes aprovaram uma resolução conjunta para proibir a exportação de armas e todo o material de guerra para Espanha ou para qualquer nação que depois enviasse o material para Espanha e assim todas as licenças ficariam canceladas. A resolução em conjunto, do Senado e Câmara de Representantes, foi aprovada com unanimidade e o Presidente Roosevelt possuía pouca manobra para decidir e somente quando a situação de conflito acabasse a resolução conjunta ficaria sem efeito.<sup>125</sup>

O Departamento de Estado e a Agência do Controlo de Armas e Munições organizaram um memorandum sobre o embargo. As conclusões foram no sentido que a resolução conjunta de 8 de Janeiro de 1937 não fosse anulada pela Acta de Neutralidade do dia 1 de Maio de 1937 e que o objetivo da resolução conjunta era emendar a resolução aprovada no dia 31 de agosto de 1935. No fundo, a política dos Estados Unidos, decorrente da guerra civil espanhola, foi de total neutralidade, impulsionada pela Inglaterra, mesmo que a simpatia do Presidente Roosevelt fosse dirigida aos republicanos.<sup>126</sup>

Após o embargo, contra a venda de material bélico, para ambas as fações na guerra civil espanhola, em Janeiro de 1937, Roosevelt preveniu todos os norte-americanos; *deven se abster de toda violação das disposições da resolução conjunta do Congresso.*<sup>127</sup>

No dia 19 de Maio de 1938, Joseph Hartson, da Glenn L. Martin Company, visitou Joseph Green diretor da Agência de Controle de Armas e Munições. Hartson expôs a Green que Miles Sherover, agente de compras, o interpelou com uma proposta para compra de 50 milhões de dólares em aviões de bombardeamento. Os aviões seriam exportados para França, por intermédio de uma empresa francesa. Miles Sherover acreditava que este contrato ilegal subsistisse de uma forma secreta, no entanto Joseph Green confiou nas informações de Joseph Hartson. No dia 8 de Junho de 1938, Joseph Green acolheu outra visita, agora do Major Victor Bertandias, da Douglas Aircraft Company, que descreveu esforços de uma pessoa que queria comprar várias centenas de aviões DC-2s e DC-3s para a Grécia, Suécia e França, com destino para Espanha. Estas abordagens para comprar material bélico foi para Joseph Green: *“Plano grande e bem*

---

<sup>125</sup> Marquina, *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*, pp. 273-282.

<sup>126</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>127</sup> Tierney, Dominic, *Franklin D. Roosevelt and Covert Aid to the Loyalists in the Spanish Civil War, 1936-39*, *Journal of Contemporary History*, vol. 39, nº 3, July 2004, pp. 299-303.

*organizado que está em andamento para comprar aviões usados de qualquer descrição em grandes números e exportar para a Espanha por remessa indireta ”.*<sup>128</sup>

A posição geoestratégia dos Estados Unidos em Espanha, em 1936, possuía pouca expressão, enquanto o investimento norte americano em Espanha, nessa época, ascendia a 80 milhões de dólares. As posições de apoio aos nacionalistas estavam, nos Estados Unidos, promovidas pela direita, pelas forças financeiras e por parte da Igreja.<sup>129</sup>

No meio católico a situação era um apoio claro a Francisco Franco. Com a possibilidade de o eleitorado católico não votar em Roosevelt, nas eleições de 1936, não houve decisões favoráveis a República. Em final do ano de 1937, após a publicação de uma carta pastoral dos bispos espanhóis a favor de Franco, grande parte dos meios de comunicação católicos dos Estados Unidos posicionaram-se ao lado dos nacionalistas. No entanto, as revistas *The Commonwealth* e *The Catholic Worker* tiveram uma posição mais neutral.<sup>130</sup> Houve dependência do Presidente Roosevelt do voto católico desde as eleições no mês de Novembro de 1936 onde mais de 70% do eleitorado católico votaram em Roosevelt justificando em parte a decisão de Roosevelt em manter a política de neutralidade.<sup>131</sup>

Como referido em 1936 o capital investido, em Espanha, de empresas norte americanas e seu stock era na ordem dos 80 milhões de dólares. A proteção desse capital não teve tanto êxito, na zona republicana, como a evacuação de cidadãos. Na zona rebelde a confiscação de empresa americanas foi rara.<sup>132</sup> A revolução na parte republicana havia colocado importantes empresas, como a Texaco, Ford, General Motors, Firestone, a favor do General Franco. Acrescentado com a ameaça comunista, que também existia dentro dos Estados Unidos, foi o suficiente para originar um diminuto, mas pequeno e influente, *lobby* a favor dos rebeldes.<sup>133</sup> As vendas ilícitas a crédito da empresa Texaco aos nacionalistas fizeram que o Governo de Roosevelt sancionasse a Texaco em 20.000 dólares. A Texaco, a Shell, a Standard of New Jersey e a Atlantic Refining Company realizaram negócios com os rebeldes na ordem de 20 milhões de dólares.<sup>134</sup> A Texaco foi

---

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>129</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 184.

<sup>130</sup> Tussell, *Roosevelt y Franco*, pp. 14-21.

<sup>131</sup> Bosch, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, pp. 180-181.

<sup>132</sup> Marquina, *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*, pp. 273-282.

<sup>133</sup> Bosch, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, pp. 171-179.

<sup>134</sup> Espasa, *La conexión mexicana: Cárdenas, Roosevelt y la Guerra Civil Española*, pp. 27-28.

uma ajuda importante para Franco, desviando o Governo da República para o petróleo soviético.<sup>135</sup>

O Capitão Thorkild Rieber<sup>136</sup> determinou que cinco dos petroleiros, da Texaco, fossem para Tenerife, em posseção dos nacionalistas, onde estava um estabelecido uma refinaria para os navios descarregarem em sigilo. Thorkild Rieber reuniu-se pessoalmente com Francisco Franco e comunicou-lhe que estava a disposto a fornecer o petróleo que os nacionalistas necessitassem a crédito e sem prazo de pagamento. Em finais de Dezembro, de 1936, já haviam sido entregues 344 mil toneladas. Mesmo com aprovação nos Estados Unidos da lei de embargo para Espanha, em 7 de Janeiro de 1937, o Presidente da Texaco não parou de enviar petroleiros para Espanha mesmo pagando multas na ordem dos 20.000 dólares imposto pelo Governo dos Estados Unidos. No dia 13 de Agosto três navios relativos à Standard Oil<sup>137</sup> saíram dos Estados Unidos em direção a Andaluzia mais concretamente ao porto de Algeciras.<sup>138</sup>

### Estados Unidos e o Governo republicano

William Phillips<sup>139</sup> mediante as informações, que a Itália enviava material de guerra a favor dos nacionalistas e que o Governo de Madrid estava a ser conotada com posições comunistas, colocava várias opções; Enviava material militar a cada uma das fações; Enviava material militar aos dois lados; Não enviava a nenhuma das partes. O subsecretario de Estado foi um apoiante do Governo republicano, em Washington, mas encontrava uma barreira com a posição isolacionista, dos Estados Unidos, numa possível ajuda aos republicanos. No final de Agosto, Phillips era enviado como Embaixador dos Estados Unidos em Itália.<sup>140</sup>

Álvarez del Vayo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, tentava sancionar as ações da Gran Bretanha e por outro lado tinha o objetivo que a Administração de Roosevelt levantasse o embargo de armas para o Governo da República. O Embaixador do Governo republicano espanhol nos Estados Unidos, Fernando de los Ríos, organizou

<sup>135</sup> Whealey, Robert, *Anglo-American Oil Confronts Spanish Nationalism, 1927–31: A Study of Economic Imperialism*, Diplomatic History, vol. 12, nº 2, Spring 1988, p. 124.

<sup>136</sup> Presidente da Texaco e admirador dos regimes fascistas.

<sup>137</sup> Mais tarde designada por Exxon e Esso.

<sup>138</sup> Howson, Gerald, *Armas para España, La Historia no contada de la Guerra Civil Española*, s.l., Epublibre, 1998, p. 80.

<sup>139</sup> Subsecretario de Estado entre 1933 e 1936. De 1936 até 1941 foi Embaixador dos EUA em Itália.

<sup>140</sup> Merino Morales, *La "Batalla" de Washington*, pp. 52-60.

um encontro no Madison Square Garden onde, aproximadamente, 20.000 pessoas ouviram a comunicação por via do telefone de Negrin que pedia que o embargo fosse eliminado. No entanto, o Governo norte americano continuou com o embargo com a pressão do episcopado norte americano e com ajuda de Joseph P. Kennedy que era favor da causa franquista.<sup>141</sup>

Ofício da Legação portuguesa,<sup>142</sup> em Washington D.C., relata para Lisboa a recolha de fundos que o Departamento de Estado publicou, por ser obrigatório, na sua maioria para serem enviados à República espanhola. Existem registos de poucos portugueses que doaram e contribuíram com dinheiro. O ofício analisa a intenção do Departamento de Estado norte-americano de aplicar a neutralidade. A pressão, nesta data, de levantar o embargo e a prestação do Embaixador republicano espanhol em Washington:

*Em Maio do ano passado resolveu o Congresso Americano que as associações e individuos que se ocupassem de angariar ou receber donativos destinados á Espanha fossem obrigados a registar-se no State Department e prestassem contas.*

*O State Department acaba de publicar a inclusa tabela, contendo a indicação do movimento de fundos dessas entidades desde Maio do ano passado até Fevereiro deste ano. Em algarismo redondos foi o seguinte:*

*Donativos recolhidos.....\$ 900.000 dólares*

*Importancias aplicadas...\$ 685.000 “*

*Despesas.... \$ 200.000 “*

*Em caixa ... \$ 65.000 “*

*A grande maioria destes fundos foram dados na intenção de socorrer os adversarios de Franco e portanto assim aplicados. Os Portugueses apenas figuram numa das entidades inscritas, é a de Newark que recolheu cêrca de \$5.000 dollars, dos quais apenas uma parte insignificante será contribuição de portugueses. Noutros pontos alguns raros portugueses teem subsidiariamente angariado fundos que não passam de poucas centenas de dollars.*

*O bombardeamento de Barcelona impressionou bastante a opinião publica e ainda mais os meios oficiais, tendo-se o Sr. Hull pronunciado sobre o acontecimento, dizendo que não há razão de guerra possível que justifique o bombardeamento de populações civis. Nos ultimos meses varias representações colectivas e manifestações ao teem dirigido ao Governo pedindo o levantamento do embargo de exportação de armas para Espanha com o fundamento que esse embargo favorece os Nacionalistas, que, por intermedio dos paises que os auxiliam, podem receber armamento americano, ao passo que os outros estão inibidos de obtê-lo pela mesma forma.*

<sup>141</sup> Montero Rocher, Carlos, *JFK en España*, Historia de Iberia Vieja, nº 19, nov 2019.

<sup>142</sup> João António de Bianchi foi o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário português nos E.U.A. entre 1933 e 1944.

*O Sr. Hull tem recusado categoricamente considerar o levantamento de embargo, alegando que todas as circunstâncias que levaram a sua imposição presistem. O State Department declara que não há qualquer prova de que, directa ou indirectamente, tenha chegado á Espanha material de guerra a americano apóz o embargo.*

*Numa atmosfera tão adversa a Hitler e a Mussolini, na convicção de que o Governo que suportara e procurara dominar uma sublevação saíra duma eleição livre; com o emprego de tropas mussulmanas e fortes contingentes estrangeiros: com a atitude inicial da Inglaterra e da França; com os bombardeamentos aereos de populações civis e muitas acções, não tem sido difícil manter a imprensa americana inteiramente contraria ao General Franco. Acresce que o Embaixador de Los Rios dizem ser uma pessoa extremamente culta, muito sociavel, de inclinações moderadas e tem sido grande dentro e fóra de Washington. Teem aparecido historias de grandes quantias gastas em propaganda, que me parecem exageradas por isso que, na atmosfera que acima descrevo, seriam desnecessárias, embora seja certo que não faltam fundos à Embaixada para exercer as suas actividades.<sup>143</sup>*

Dominic Tierney sustenta que o Presidente Roosevelt envolveu-se em um esquema ilegal para contornar a legislação de neutralidade, intercedendo secretamente no apoio aos republicanos durante a guerra civil espanhola. No mês de Junho de 1938, Roosevelt protegeu uma proposta de enviar a França um grande número de aviões norte-americanos, que seriam despercebidamente despachadas através da fronteira para a Espanha republicana. Dominic Tierney comenta que varios historiadores, na falta de suficientes evidências documentais, sugeriram varias hipóteses; Frank Freidel insinua que o Presidente Roosevelt estava pessoalmente envolvido; Kenneth S. Davis objeta que Roosevelt “*quase certamente*” não estava dentro do plano; Richard Traina aceita que o presidente estava a *agradar a família*; Blanche Wiesen Cook redige que a mulher do Presidente, Eleanor Roosevelt, foi a principal organizadora. O Embaixador Bowers vê pouco envolvimento presidencial neste “*esquema francamente estúpido*”.<sup>144</sup>

O Presidente Roosevelt informou, na primavera de 1938, os embaixadores mexicanos e espanhóis que material bélico dos Estados Unidos poderia ser expedido para a Espanha por intermédio da França, desafiando assim o embargo às armas. Roosevelt animou o seu meio-irmão, G. Hall Roosevelt, a viajar à capital francesa, como emissário, para experimentar as reações do Governo francês, do Governo espanhol e do Embaixador americano William C. Bullitt <sup>145</sup> ao plano de apoio secreto. O Embaixador Bullitt ficou

<sup>143</sup> AHD-MNE, Ofício da Legação portuguesa em Washington D.C. com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 13/04/1938.

<sup>144</sup> Tierney, *Franklin D. Roosevelt and Covert Aid to the Loyalists in the Spanish Civil War*, pp. 299-303.

<sup>145</sup> Primeiro embaixador dos E.U.A na URRS de 1933 até Outubro de 1936. Embaixador em Paris de 1936 até 1940.

incrédulo, com um desconfiado Departamento de Estado já conhecedor dos acontecimentos e com a fronteira francesa encerrada, inesperadamente, para o embarque de armas para a Espanha, o plano ilegal desabou. Os 150 aviões abrangidos, embora escassos para vencer a guerra pelo Governo da República, podiam ter sido uma ajuda relevante para as forças militares governamentais.<sup>146</sup>

No mês de Janeiro de 1939, John Q. Tilson, antigo líder da maioria parlamentar na Câmara de Representantes, realizou um discurso favorável para vender material militar ao Governo de Madrid:

*[...] uma república que está a sul do nosso país enviou munições a Espanha de uma forma aberta e fundamentando-se nas obrigações reconhecidas pelo direito internacional. Assim sendo o México não foi ameaçado de guerra por Hitler nem por Mussolini. Sabemos que o México é muito mais vulnerável a um ataque por parte das potencias fascistas que os Estados Unidos. É real que as potencias fascistas que não ousam atacar o México quando envia armamento a Espanha possam pensar realizar guerra contra os Estados Unidos se fazemos o mesmo?*<sup>147</sup>

A postura antifascista do México e a ajuda aparentemente genuína prestada aos republicanos espanhóis, pelo Governo de Cárdenas, foi reconhecida pela sociedade norte americana, pelo setor esquerdista norte americano e pelo próprio Roosevelt que em Abril de 1938 enunciava que perigoso podia ser uma revolução fascista no seu vizinho do Sul:

*Imaginamos que alguns governos estrangeiros, governos europeus, fossem fazer no México o que fizeram em Espanha. Imaginem que organizaram uma revolução, uma revolução fascista no México. México está demasiado próximo de nós.*<sup>148</sup>

O presidente Roosevelt sempre teve uma admiração pela República espanhola, por Azaña e De los Rios. Roosevelt sempre duvidou da política de neutralidade que os Estados Unidos tiveram sobre o conflito espanhol, no entanto a legislação americana era clara sobre o envolvimento norte americano em Espanha. Inclusivamente Ernest Hemingway, mesmo vivenciando a guerra em Espanha, possuía o espírito da neutralidade. Houve uma divisão da opinião publica norte americana em relação à guerra civil espanhola. Podemos afirmar que a República obteve uma maior aprovação na sociedade norte americana que em relação aos nacionalistas que obtiveram somente 14% de apoio. Os meios intelectuais e liberais também eram favoráveis à República.<sup>149</sup> Um

<sup>146</sup> Tierney, *Franklin D. Roosevelt and Covert Aid to the Loyalists in the Spanish Civil War*, pp. 299-303

<sup>147</sup> Espasa, *La conexión mexicana: Cárdenas, Roosevelt y la Guerra Civil Española*, p. 22.

<sup>148</sup> Idem, p. 30.

<sup>149</sup> Tusell, Javier, *Roosevelt y Franco*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. IV, 1992, pp. 14-21.

dia antes da proclamação de vitória por parte de Francisco Franco o Embaixador republicano, De los Ríos, despediu-se do Secretário de Estado Hull. No dia 1 de Abril Eleanor Roosevelt comunicou ao seu marido, Presidente Roosevelt, que o Departamento de Estado podia intervir a favor dos republicanos, que ficaram na capital espanhola, Roosevelt confirmou que ajudaria os elementos republicanos que ficariam isolados e desprotegidos.<sup>150</sup>

Eleanor Roosevelt criticava de uma forma clara a política da administração de Roosevelt com respeito à guerra civil de Espanha. Comentava que o Presidente Roosevelt estava a favor da vitória do Governo republicano, no entanto os Estados Unidos permaneciam neutrais devido à Sociedade de Nações.<sup>151</sup>

No Inverno dos anos de 1938 e 1939, o líder da Administração norte americana estava a evitar que o território controlado pelo Governo republicano passasse fome e constitui um *Comitee for Impartial Civilian Relief* que obteve o apoio da Cruz Vermelha Americana e que imaginava que pudesse recaudar 500.000 dólares para suportar o envio de trigo aos republicanos. Para que a iniciativa tivesse um manto de imparcialidade o Presidente Roosevelt designou o católico George McDonald como Presidente do *Comitee for Impartial Civilian Relief*. Como a população, sob o domínio do Governo republicano, era a mais beneficiada com esta iniciativa as queixas dos católicos fizeram-se rapidamente sentir. No mês de Fevereiro de 1939, George McDonald recusou a presidir o *Comitee for Impartial Civilian Relief* e foi reunido somente 50.000 dólares, valor muito aquém do que estava inicialmente previsto.<sup>152</sup> No dia 27 de janeiro de 1939, o Presidente Roosevelt assumia que o embargo de material bélico aos republicanos “*Havia sido um grave erro... Espanha poderia ter lutado pela sua vida e também pelas algumas das nossas vidas, como os acontecimentos com muita probabilidade demonstraram*”<sup>153</sup>

---

<sup>150</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>151</sup> Roosevelt, Eleanor, *The Autobiography of Eleanor Roosevelt*, Nueva York, Da Capo Press, 1992, p. 191 in Bosch, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, pp. 171-179.

<sup>152</sup> Idem, pp. 181-186.

<sup>153</sup> Idem, *Ibidem*.

## A família Kennedy e Guerra Civil espanhola

A primeira viagem de John Fitzgerald Kennedy (JFK) à Europa deveria decorrer no ano de 1933, quando JFK tinha dezasseis anos, juntamente com seu irmão e os seus pais que iam *conhecer pessoas importantes da Europa - Mussolini etc.* No entanto, ele se comportara tão mal, no seu colégio interno, que acabou sendo expulso e a escola desaconselhou a ideia. Somente no Outono de 1935, aos dezoito anos, JFK pode finalmente pisar solo europeu. Não chegou a Plymouth, como planeado, mas sim em Calais pois o navio transatlântico, SS Normandia, ficou danificado e foi num ferry para Dover.<sup>154</sup>

JFK visitou Espanha, na sua juventude, em duas ocasiões. A primeira tinha 19 anos e viajou a Madrid e passados dois anos foi a Barcelona. A primeira viagem, tal como o seu irmão maior Joe Kennedy, o mote foi a curiosidade que o seu pai Joseph Kennedy, Embaixador dos Estados Unidos em Inglaterra, teria sobre a guerra civil de Espanha. Desde a capital espanhola enviariam informações sobre as consequências que uma vitória republicana teria para a Grã Bretanha e também a visão que os Estados Unidos, e a sua opinião pública, dispunham dos acontecimentos que se passavam em Espanha. O envio de informação de JFK sublinhava uma aproximação às forças republicanas: *“No principio era o Governo (republicano) quem tinha moralmente razão”*.<sup>155</sup> Numa dessas cartas enviadas por JFK, comentava a sua opinião sobre Franco para o futuro de Espanha: *“Embora eu acredite que talvez seja muito melhor para a Espanha se Franco triunfe porque isso restauraria a unidade e a força do país”*.<sup>156</sup>

JFK passava por Barcelona, em Junho de 1938, quando se presentia uma vitória de Francisco Franco, onde estava incluído numa comitiva com o dirigente indiano Jawaharlal Nehru com a sua filha Indira.<sup>157</sup>

Ou seja, JFK viajou, a Espanha, no ano de 1936 com apenas 19 anos e enviou desde Madrid um substancial relatório. Na segunda visita, em 1938, o motivo prendeu-se mais com o líder indiano que em relação ao conflito espanhol. Devido à influência do seu

<sup>154</sup> Hamilton, Nigel, *The Influence of Europe on the Young JFK*, New England Journal of Public Policy, vol. 9, nº 1, article 3, 1993, p. 6.

<sup>155</sup> Palacios, Lucia, *Un jovencísimo JFK, en España*, Artigo em El Correo 13 noviembre 2013, pp. 1-2.

<sup>156</sup> Zavala, José Maria, *Los Kennedy, “espías” en la Guerra Civil*, Artigo em *El Mundo*, nº 70, 29 de marzo de 2009.

<sup>157</sup> Palacios, Lucia, *Un jovencísimo JFK, en España*, pp. 1-2.

pai JFK pode viajar entre 1937 e 1940 por vários países europeus tendo reuniões com destacados políticos, diplomáticos e jornalistas.<sup>158</sup>

No entanto indaguei e extrai da *John F. Kennedy Presidential Library* uma interessante entrevista a Kirk LeMoyne Billings, um amigo íntimo de JFK, que o acompanhou entre Julho e Setembro de 1937 a uma viagem à Europa, que passou pela localidade francesa de St. Jean de Luz perto da fronteira espanhola, onde JFK teve contato com refugiados republicanos espanhóis e onde tirou elações do conflito espanhol:

*Resposta: 1937, descemos para a fronteira da Espanha, onde naquela época, é claro, a revolução estava a ocorrer. Não podíamos entrar em Espanha, mas ficamos perto de uma semana em St. Jean de Luz, onde muitos refugiados estavam a morar.*

*Pergunta: Houve um encontro com eles?*

*Resposta: Sim, repetimos, Jack estava intensamente interessado em toda a revolução. Esta foi a razão pela qual ficamos lá o tempo que ficamos. Ele estava muito ansioso para entrar em Espanha, mas não havia absolutamente nenhuma maneira de fazer isso, uma vez que nossos passaportes estavam claramente marcados como "Não é bom viajar pela Espanha"*

*Pergunta: Que tipo de interesse ele mostrou?*

*Resposta: Ele passou muito tempo conversando com os refugiados, fazendo anotações e escrevendo bastante. Ele manteve registos de seu pensamento e escreveu bastante para o pai. Tenho certeza de que todos esses papéis ainda existem - pelo menos, espero que sim.*

*Pergunta: Qual era sua atitude em relação à guerra na Espanha - ele tinha um interesse académico ou se sentia envolvido de um lado ou de outro?*

*Resposta: Francamente, não consigo me lembrar o que pensava. Eu só consigo pensar no que eu sentia.*

*Pergunta: Você pode ter sido íntimo do seu Pensamento - ou não.*

*Resposta: Na verdade, eu me lembro, aqueles que encontramos em St. Jean de Luz, provavelmente eram refugiados de classe alta do grupo opositor de Franco. Por isso, ouvimos alguns contos assustadores sobre o que Franco estava a realizar em Espanha. Na época, ficamos muito chocados, mas acho que é porque eles foram os únicos refugiados que conhecemos. Não havia refugiados do outro lado de lá.*

*Pergunta: Essas eram histórias razoavelmente boas para as pessoas do ex-governo republicano que tiveram histórias de atrocidades ou perseguições realizadas pelo governo de Franco?*

*Resposta: Isso mesmo. Depois de St. Jean de Luz, seguimos para o sul da França e para a Itália...<sup>159</sup>*

Como comentou o historiador, José Maria Zavala, houve uma reflexão de JFK, com a visita a St. Jean de Luz, para ter a sua própria opinião sobre a Guerra Civil espanhola. Outra influencia foi a leitura do livro *Inside Europe*, do norte-americano John

<sup>158</sup> Montero Rocher, *JFK en España*.

<sup>159</sup> John F. Kennedy Presidential Library, JFKOH-KLB-01-TR, *Kirk LeMoyne Billings Oral History Interview*, New York City, March 25, 1964, pp. 25-27.

Gunther. JFK era partidário do governo republicano mesmo que houvesse naquela localidade de St. Jean de Luz muitos seguidores nacionalistas.<sup>160</sup>

O relato de Kirk LeMoyne Billings que pesquisei na *John F. Kennedy Presidential Library* afasta a possibilidade de JFK ter contactado com nacionalistas espanhóis em St. Jean de Luz como a entrevista relata.<sup>161</sup> No entanto ao ter conhecimento das atrocidades realizadas na zona republicana consentia que o havia “*afastado um pouco do Governo de Negrín*”.<sup>162</sup>

Para JFK, sem dúvida que todas as informações e contatos estabelecidos influenciaram a conclusão e publicação da sua tese de Licenciatura, na Universidade de Harvard, com o título *England Slept*.<sup>163</sup> O conteúdo da tese refletia o modo como a Inglaterra conduzia a sua política e o comportamento do Primeiro Ministro Inglês Neville Chamberlain, dentro do contexto histórico do Pacto de Munique em Setembro de 1938. A opinião de Jawaharlal Nehru, que aliava o III Reich e os nacionalistas espanhóis, era importante para JFK pondo assim de lado que a visita fosse para um apoio claro aos republicanos, mas sim para conhecer, de uma forma mais profunda, a opinião e apoio de Nehru aos republicanos. Neste modo se o apoio de JFK aos republicanos fosse declarado o Ministro Álvarez del Vayo teria explorado esta visita para influenciar a opinião pública e o Governo Norte Americano, com a presença do filho do Embaixador e Milionário Joseph Kennedy, para levantar o embargo de armas.<sup>164</sup>

No computo geral, JFK afastou-se do notório isolacionismo do seu pai na Segunda Guerra Mundial. Nigel Hamilton, surpreende-se da escassez de atenção e análise histórica concedida aos primeiros anos de JFK, e o fracasso de biógrafos e historiadores em esboçar a amargurada caminhada que JFK era obrigado a realizar para se desembaraçar do estigma e das atitudes de um Joseph P. Kennedy que Franklin Roosevelt, Jr., qualificou como “*um dos homens mais perversos e repugnantes que já conheci*”. No entanto, aquela viagem inicial, foi de real importância, em oposição aos seus consultores, redatores de discurso e assessores, para se destacar nas questões históricas universais da sua presidência. Para JFK, que havia sido secretário pessoal de seu pai em 1939, era impossível que não seja verdadeiramente influenciado pelo muito elogiado papel de pai

<sup>160</sup> Zavala, *Los Kennedy, “espías” en la Guerra Civil*.

<sup>161</sup> Ver *Kirk LeMoyne Billings Oral History Interview*, New York City, March 25, 1964, pp. 25-27.

<sup>162</sup> Zavala, *Los Kennedy, “espías” en la Guerra Civil*.

<sup>163</sup> Porque dormia a Inglaterra.

<sup>164</sup> Montero Rocher, *JFK en España*.

como admirador norte americano mas era evidente o conflito interno e de lealdades emocionais e políticas de JFK como filho e como estudante.<sup>165</sup>

O irmão mais velho de JFK, Joseph Kennedy Jr., tornou-se, na Harvard Law School, o principal porta-voz das visões isolacionistas de seu pai e estabeleceria ali, com o tempo, o Comité de Harvard contra a ingerência militar. Dava sequências de discursos às plateias de Massachusetts, abarcando algumas em templos judeus, que se cativaram contra qualquer cooperação a Inglaterra que pudesse danificar o futuro relacionamento da América com os ditadores europeus.<sup>166</sup>

Joseph Kennedy Jr., estudou por um ano na London School of Economics, sob a batuta do prestigiado historiador socialista e cientista político Professor Harold Laski.<sup>167</sup> Joe Kennedy tinha 23 anos quando chegou a Barcelona no mês de Janeiro de 1939. Era como o seu pai Joseph Patrick Kennedy apoiante de Francisco Franco. Estava presente em Barcelona quando as tropas de Franco, comandadas pelos Generais Solchaga y Yagüe entraram na cidade. Passados alguns dias Joe embarcou dum navio inglês com destino a Valência, ainda em poder dos republicanos, e seguiu-o até Madrid onde quase foi morto depois de contactar com a quinta coluna na capital espanhola. Após o golpe de estado de Casado, Joe foi detido na rua por um conjunto de milicianos e quiseram de imediato o executar, sendo salvo porque exibiu o passaporte diplomático onde estava acompanhado um salvo-conduto como agregado da imprensa do embaixador dos Estados Unidos, William C. Bullit, em Paris.<sup>168</sup>

Houve de facto contacto de Joe Kennedy com a Quinta coluna em Madrid, nomeadamente com Manuel Valdés, o único membro da falange espanhola que estava em Madrid. Falaram sobre a repressão nas cadeias espanholas durante os primeiros meses do conflito. Em Abril de 1939 regressou à capital inglesa para reiniciar os estudos na London School of Economics. O seu interesse pela guerra civil espanhola já era demonstrado antes de viajar por Espanha e não foi de estranhar que tenha elegido o tema, Guerra Civil de Espanha, para a sua tese de Doutoramento onde analisava as vantagens e desvantagens para os Estados Unidos de uma eventual intervenção estrangeira na Península Ibérica. O título da tese foi *Intervention in Spain* e obteve em 1937 a máxima pontuação académica. O intuito da tese era explicar a neutralidade dos Estados Unidos, na Guerra Civil de Espanha, como a melhor solução e negando qualquer apoio financeiro

---

<sup>165</sup> Hamilton, *The Influence of Europe on the Young JFK*, pp. 5-6.

<sup>166</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>167</sup> Idem, p.7.

<sup>168</sup> Zavala, *Los Kennedy, "espías" en la Guerra Civil*.

e de crédito do governo de Roosevelt pois o Governo republicano era o único que os Estados Unidos reconheciam. No entanto, a neutralidade defendida por Joe Kennedy era o conceito de neutralidade clássica pois os Estados Unidos só reconheciam o Governo republicano espanhol e advogar a neutralidade era influenciar os Estados Unidos a não pactuar com o único governo que reconhecia e legitimava. Logo, era pertinente Joe Kennedy colocar duas questões; Se as tropas estrangeiras saíssem de Espanha qual seria a possibilidade de Francisco Franco sair vencedor? Na eventualidade de Franco vencer poderia atribuir-se a vitória a Hitler e a Mussolini?<sup>169</sup>

Em Madrid, pouco antes de Franco entrar a capital espanhola, António Garrigues <sup>170</sup>, que estava casado com uma norte americana, converteu a sua casa em algo parecido com uma Embaixada. O encontro de Joseph Kennedy em Madrid, ao seu lado estava a sua irmã Katheleen Kennedy, com Antonio Garrigues foi uma realidade porque como Garrigues escreveria suas memórias *Diálogo conmigo mismo...*

*... ostentando en la puerta la bandera de la embajada americana y un certificado de la misma, que no decía otra cosa sino que la mitad de los muebles eran propiedad de un súbdito americano, pero que redactado en inglés era indescifrable para los milicianos. [...] Mi mujer era el único ciudadano norteamericano que vivía en una ciudad como Madrid, que era una ciudad sitiada, de difícil acceso y penetración, abandonada por todos los extranjeros y especialmente por los americanos.*<sup>171</sup>

Interessante o testemunho concedido por António Garrigues, que foi Embaixador da Espanha em Washington durante a Administração Kennedy, sobre o primeiro encontro com a família Kennedy e com Joseph Kennedy Jr. em Madrid e a possibilidade de Joe Kennedy ser morto e o fato de possuir o passaporte diplomático tê-lo salvo:

*Sr. Embaixador, talvez você possa nos contar quando conheceu os Kennedy, qualquer membro da família Kennedy ou a família como um todo.*

*Bem, em primeiro lugar você tem que desculpar meu pobre inglês. Vou tentar fazer o meu melhor. Para começar, devo dizer que devo minha vida à família Kennedy. Isso soa um pouco estranho, mas você verá. Durante a Guerra na Espanha, eu morava em Madrid. Naquela época, minha esposa estava viva. Agora, sou viúvo há vários anos. Minha esposa era americana. Ela nasceu em Des Moines, Iowa. e durante a Guerra Civil provavelmente ela foi a única mulher americana a*

<sup>169</sup> Idem, Ibidem.

<sup>170</sup> Embaixador espanhol nos E.U.A de 1962 até 1964.

<sup>171</sup> Fernández, Víctor , *El turismo de guerra de Joseph Kennedy en España*, Artigo em La Razón, 23/06/2019.

viver em Madrid. Madrid esteve praticamente todo o tempo durante a Guerra Civil ... Como diz isso?

O'Connor: Cercado.

Garrigues: ... cercado pelo exército nacional. Então as condições de vida eram muito, muito difíceis, como você pode entender. Naquela época eu morava em Madrid com minha esposa, e eu estava atuando no underground organização. Era chamada de Falange Clandestina. A história estava acontecendo por volta de fevereiro de 1939. Isso significa que no final de nossa Guerra Civil - nossa Guerra Civil terminou em março do mesmo ano. E naquela época o irmão mais velho dos Kennedys O'Connor: Joseph Kennedy [Joseph P. Kennedy, Jr.] ...

Garrigues: Joseph Kennedy chegou a Madrid. Eu não sei - não me lembro quem o mandou para minha casa. Mas provavelmente alguém que sabe que o único americano morando em Madrid neste momento provavelmente é minha esposa. E então ele veio à minha casa e entrou em contato conosco. Ele foi enviado, também não me lembro exatamente, por algum jornal. Ele estava tentando fazer algum relatório, alguma informação sobre a condição de vida ou o desenvolvimento da Guerra Civil. Naquele momento a situação da República Espanhola estava muito, muito mal. Agora, o Exército Republicano, ou melhor, o Exército Vermelho, como costumávamos chamá-lo, estava praticamente derrotado. E as condições de vida em Madrid eram muito, muito más. E tudo começou entre, quero dizer, dentro do Exército Republicano, uma luta, um confronto entre o lado Republicano do Exército e o Comunista - dentro do Exército Republicano. Alguns, não quilômetros, mas alguns metros, o Exército Nacional estava apenas esperando para dar o empurrão final, o movimento final. E então a situação em Madrid era absolutamente incrível porque passando por Madrid estávamos passando de uma seção dominada pelos comunistas para outra seção dominada pelos republicanos. Mas ninguém sabia em que seção estava a cada momento porque o domínio das seções estava mudando a qualquer momento, como pode entender.

Garrigues: Bem, então aconteceu que Joe Kennedy estava muito, muito interessado em nosso trabalho underground porque o trabalho underground é muito interessante; é algo arriscado. E então ele nos acompanhava - quero dizer, o grupo que estava muito, muito ativo nesse momento dentro da cidade em relação a vários serviços que a gente tinha que fazer. Um dia, Joe Kennedy veio conosco com um grupo de pessoas underground para fazer algo, prestar algum serviço. Ele veio conosco no mesmo carro. E depois saindo de La Castellana, como chamamos uma das ruas principais de Madrid, até La Calle Serrano, que é apenas uma das ruas importantes de Madrid por uma rua que se chama Rua "S" devido ao seu formato, é forma, fomos parados por um grupo de milicianos. Claro, não sabíamos se eles eram comunistas ou republicanos porque isso era impossível, como pode entender. Eles nos colocaram para fora do carro e, então, fomos colocados contra a parede. E então eles nos pediram nossa identidade - documentos. Quando está no subsolo, você tem todos os tipos de documentos porque você os produz. E então você tem absolutamente todos os tipos de documentos de que precisa. Mas provavelmente você deseja saber que tipo de documento deve apresentar, porque era muito arriscado apresentar o incorreto. Bem, finalmente soubemos que eles eram comunistas e apresentamos os documentos mais adequados para isso. Mas esses milicianos estavam bastante desconfiados - eram muito desconfiados. Mas então eles chegaram a Joe Kennedy e pediram-lhe também seu documento. Naturalmente, ele tinha apenas o passaporte americano, não tinha outro. Os milicianos, com a presença de um americano e com a apresentação do passaporte

*americano, ficaram bastante constrangidos. Notamos que - que eles estavam um tanto envergonhados. Bem, você sabe, neste momento a vida, durante toda a Revolução Espanhola e Guerra Civil, tinha um preço muito barato. Quando essa situação acontece em um país, a vida humana é sempre muito barata. Naquele momento, agora, com tal luta dentro da seção Vermelha da Espanha, a vida humana não valia absolutamente nada. Ser morto em Madrid naquele momento era a coisa mais fácil do mundo. Pensamos que nosso último momento havia chegado.*

*Garrigues: Não fomos capazes de explicar o que estávamos a fazer porque era muito difícil explicar isso. E então eles estavam, o pessoal da milícia ali, este pequeno grupo de comunistas, eles tiveram uma conferência ali, e vimos que eles estavam discutindo sobre a situação, provavelmente o que fazer conosco. Teríamos que ser mortos imediatamente ou algo assim. Mas estou certo de que, finalmente, por causa do passaporte de Joe Kennedy e de sua presença lá e tudo mais, estou certo de que eles decidiram nos libertar e nos deixar seguir nosso caminho. Esse foi meu primeiro contato com a família Kennedy. Então, como sabe, Joe Kennedy desapareceu na guerra, e nosso contato com a família Kennedy foi interrompido. Essas foram as puntatas, como dizem aqui na Itália, a primeira história.*

*O'Connor: Quando você mais uma vez recuperou o contato com a família Kennedy que foi interrompida naquele momento?*

*Garrigues: Então o contato foi interrompido por vários anos porque, como se lembra, a Guerra Mundial começou imediatamente após o término da nossa Guerra Civil. A nossa Guerra Civil terminou em abril de 1939, e em setembro do mesmo ano a Guerra começou. E alguns meses ou um ano depois de Joe Kennedy desapareceu, então meu contato com a família Kennedy foi interrompido. Pois bem, alguns anos depois, em 1962, fui nomeado Embaixador da Espanha em Washington. Isso foi um ou dois anos depois...<sup>172</sup>*

Joseph P. Kennedy foi filho de um barman irlandês de Boston, ganhara uma fortuna na bolsa de valores na década de 1920 e apoiou astutamente a eleição de Franklin Roosevelt como presidente dos Estados Unidos em 1932. Depois de uma breve passagem como Presidente da SEC, Joseph P. Kennedy foi recompensado por Roosevelt como Embaixador dos EUA na Inglaterra no final de 1937 - uma das mais nomeações deploráveis de toda a carreira de Franklin Roosevelt, dada a crescente e perigosa crise europeia.<sup>173</sup>

O lobby católico estado-unidense colocou obstáculos, na perspectiva de levantar o embargo, para que fosse realizado a venda de armas para território espanhol. O Embaixador Joseph P. Kennedy utilizou a sua influência para defender a manutenção do embargo de material militar para que o conflito espanhol não se espalhasse.<sup>174</sup>

<sup>172</sup> John F. Kennedy Library, JFKOH-ANG-01-TR, *Oral History Interview with Antonio Garrigues by Joseph E. O'Connor*, November 25, 1966.

<sup>173</sup> Hamilton, *The Influence of Europe on the Young JFK*, pp. 5-6.

<sup>174</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 357.

Nigel Hamilton afirma que houve uma deficitária performance do Embaixador Kennedy entre os anos de 1938 e 1941. O Embaixador tornou-se a cara do isolacionista dos Estados Unidos, e um membro honorário do gabinete de apaziguamento de Neville Chamberlain. Obteve o Embaixador informação privilegiada pois foi informado antes do gabinete britânico da decisão de Chamberlain de Bad Godesberg, conheceu Hitler, antes de Munique, e forneceu pessoalmente a Chamberlain as avaliações manifestamente derrotistas de Charles Lindbergh do poder aéreo da Alemanha. Foi agradecido por Chamberlain, no ano de 1939, como o homem em quem mais se apoiava para consulta e suporte. A parte de Joseph Kennedy, no derrotismo e rendição das democracias europeias às intimidações de Adolfo Hitler, foi tão vergonhosa que quando o Primeiro Ministro Inglês Chamberlain foi obrigado a renunciar, no mês de Maio de 1940, o novo primeiro ministro, Winston Churchill, negou-se a falar com o Embaixador dos EUA Joseph P. Kennedy e, em vez disso, se comunicava diretamente com o Presidente Franklin Roosevelt por via secreta.<sup>175</sup>

A viagem do seu filho, Joe Kennedy, a Espanha durante a guerra civil teve comentários por parte do seu pai. O pai dos Kennedy ficou preocupado com a exposição de Joe Kennedy em território espanhol e quanto obteve conhecimento desse fato comentava: *“Espero que não se meta em problemas. A sua mãe vai ficar preocupada quando tenha conhecimento que está em Madrid. [...] Um jovem à procura de desafios”*.<sup>176</sup>

#### **4. A intervenção da França na Guerra Civil Espanhola**

A coligação eleitoral que venceu as eleições em França, nos meses de Abril e Maio de 1936, era constituída por diversos partidos, o partido socialista, comunista e radical. Era uma conjugação de partidos, de algum modo semelhante, aquela que venceu as eleições espanholas de Fevereiro de 1936 onde estavam incluídos os partidos socialista, comunista e da esquerda republicana. No entanto, o partido comunista francês era mais influente que o partido comunista espanhol e a esquerda republicana espanhola era mais

---

<sup>175</sup> Idem, Ibidem.

<sup>176</sup> Fernández, *El turismo de guerra de Joseph Kennedy en España*.

radical que a esquerda republicana francesa. O partido socialista francês assumiu a liderança da Frente Popular onde o Léon Blum foi o Primeiro Ministro.<sup>177</sup>

O peso do setor radical no recente Governo francês foi preponderante. Possuía 14 Ministérios ou Secretarias que se incluíam os Ministérios da Marinha (Gasnier Duparc), do Ar (Pierre Cot <sup>178</sup>), da Defesa Nacional e Guerra (Édouard Daladier <sup>179</sup>) e dos Negócios Estrangeiros (Yvon Delbos <sup>180</sup>). Os 92 deputados eleitos, aproximadamente 87%, nas eleições francesas estavam de acordo com uma tendência de manter a paz mundial com base dos pilares do acordo da Sociedade das Nações, como o apoio de uma política nacional eficiente. O peso de Léon Blum no Governo era claro pois possuía um carisma e uma eficiente capacidade de trabalho, no entanto em matérias de política externa mantinha, como seus assessores mais próximos, os diplomatas de carreira onde se incluía Alexis Léger. <sup>181</sup>

Com a irrupção da guerra civil espanhola, José Giral entra, de imediato, em contato com o Léon Blum, no dia 19 de Julho, com um pedido de ajuda; “*Fomos surpreendidos por um perigoso golpe militar. Pedimos ajuda imediatamente com armas e aviões. Fraternalmente Giral*”.<sup>182</sup>

Léon Blum assume que ajuda aos republicanos deveria ser realizada. Foi executado uma reunião que incluía entre outros, Yvon Delbos, Édouard Daladier, Pierre Cot e Vincent Auriol. Nessa reunião ficou decidido o envio de ajuda militar ao Governo republicano. O pedido de ajuda espanhola, que era manifestamente reduzido, incluía 20 aviões totalmente equipados, 1000 pistolas Lebel de 8mm, com 1 milhão de cartuchos, 50 metralhadoras Hotchkiss com 12 milhões de cartuchos e 8 canhões Schneider de 75mm com os seus respetivos acessórios.<sup>183</sup>

Como referido já com o pedido da ajuda da República, em andamento, a França Léon Blum decidiu, em 21 de Julho, aceitar o pedido de auxílio para entregar material de guerra após perguntar os seus parceiros de coligação no Governo o Ministro do Ar, Édouard Daladier, e dos Negócios Estrangeiros, Yvon Delbos, membros do partido

<sup>177</sup> Aviles Farré, Juan, *Francia y la guerra civil española: Los límites de una política*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. V, 1992, pp. 169-170. Blum foi Primeiro Ministro de França durante três vezes. 1ª de 4 de Junho de 1936 a 22 de Junho de 1937; 2ª de 22 de Junho de 1937 a 13 de Março de 1938 e 3ª de 16 de Dezembro de 1946 a 16 de Janeiro de 1947.

<sup>178</sup> Ministro do Ar em 1933 e 1936 e Ministro do Comercio em 1938.

<sup>179</sup> Foi Primeiro Ministro de França três vezes: 1ª em 1933, 2ª 1934 e 3ª entre 1938 e 1940.

<sup>180</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros de França de 4 de Junho de 1936 a 13 de Março de 1938.

<sup>181</sup> Berdah, Jean-Francois, *De la solidaridad republicana al cobarde abandono. Francia y la Guerra de España*, Historia y Presente, nº 7, 2006, p. 49.

<sup>182</sup> Idem, pp. 51-52.

<sup>183</sup> Berdah, *De la solidaridad republicana al cobarde abandono*, pp. 51-52.

radical. As causas desta pretensa ajuda passavam pela Espanha possuir um governo amigo e se houvesse uma guerra europeia o Governo espanhol daria tranquilidade na fronteira com os Pirenéus e na passagem para as colónias francesas no Norte de África, onde estavam estacionados cerca de um terço do Exército francês. No entanto, esta decisão foi intercetada, por um agente nacionalista que a passou para a opinião pública, e a sociedade francesa e as forças políticas dividiram-se sobre este assunto.<sup>184</sup>

O Governo da Frente Popular da França foi o primeiro a contactar a República após dois dias do *Alzamiento* se concretizar. Este contacto foi efetuado depois do Chefe de Governo de Espanha, José Giral, enviar um telegrama ao Primeiro-ministro Francês, Léon Blum, pedindo ajuda como já foi referido. Parecia plausível que o sentido do Governo francês fosse ajudar o Governo espanhol, que estava orientado com os mesmos princípios ideológicos, na verdade divergências internas e externas dificultaram essa ajuda. A França possuía três Presidentes em funções; Herriot da Assembleia Nacional, Jeanneney do Senado e Lebrun da República e todos eles estavam inclinados a evitar o envio de material bélico ao Governo republicano.<sup>185</sup>

O Governo da França estava fracionado, na esfera interna, estando numa frágil situação. Na frente externa, a Alemanha tinha ocupado a Renânia, sem obstáculos, e a França não possuía capacidades de enfrentar a Alemanha nazi sozinha. A Inglaterra consistia, sem dúvida, numa preciosa ajuda ao Estado francês.

O envio do material bélico deveria ser realizado com total descrição. Entretanto no dia 23 de Julho de 1936 com a demissão do Embaixador espanhol em Paris, Juan de Cárdenas, juntamente com os seus assessores diplomáticos e militares, Cristóbal del Castillo e Antonio Barroso respetivamente, foram acontecimentos, acrescentando o descobrimento da imprensa de direita francesa deste envio, que colocaram obstáculos para que o envio do material de guerra fosse enviado.<sup>186</sup>

No dia 25 de Julho, após uma reunião extraordinária do Governo francês, foi emitido um comunicado que alinhava falta de apoio da França ao Governo de Madrid;

*O governo francês, depois de ter deliberada em Conselho de Ministros neste meio-dia, decidiu por unanimidade não interferir de nenhuma maneira no conflito interno de Espanha. Esta tese apresentada por M. Yvon Delbos, Ministro dos*

---

<sup>184</sup> Avilés Farré, Juan, *Pasión y farsa. Franceses y británicos ante la guerra civil española*, Madrid, Eudema, 1994.

<sup>185</sup> Howson, *Armas para España*, p. 42.

<sup>186</sup> Berdah, Jean-Francois, *De la solidaridad republicana al cobarde abandono*, pp. 51-52.

*Negócios Estrangeiros, foi aprovada por unanimidade. É falso que o governo francês esteja de acordo com uma política de intervenção.*<sup>187</sup>

A política interna francesa foi sacudida de uma forma violenta em relação ao conflito espanhol, por um lado havia os defensores da ajuda à República como Maurice Violette, Pierre Cot, Jean Zay, Vincent Auriol, Roger Salengro, Marx Dormoy y Léo Lagrange. De outro lado existia um núcleo de apoiantes da política de Não-Intervenção tais como Camille Chautemps, Yvon Delbos, Édouard Daladier, Paul Bastid, Albert Bedouce, Georges Monnet, Charles Spinasse y George-Henri Rivière.<sup>188</sup>

Nas seguintes reuniões governamentais, de 1 e 8 de Agosto, confirmavam o caminho do Governo francês para uma política de Não-Intervenção e de bloquear o apoio ao Governo republicano. Foi evidente, a pressão do Governo inglês para que a França assumisse esta postura neutral. No entanto, secretamente foi efetuado entregas de material de guerra com o apoio de Léon Blum, Pierre Cot, Léo Lagrange, Jean Moulin e André Malraux, que se apelidou de “Não Intervenção relaxada”.<sup>189</sup>

A constituição do Comité de Não-Intervenção, e o seguimento da política francesa nesse caminho, foi uma etapa importante e formal para derrubar a possibilidade de ajuda da França aos republicanos espanhóis.

A divisão francesa no apoio aos republicanos era patente neste navio francês onde os marinheiros eram pro-republicanos e o Comandante francês queixava-se das atitudes comunistas dos marinheiros do seu navio. Informação atenta realizada pelo Cônsul português, na Corunha, onde relata a chegada de um navio francês, ao porto espanhol, onde os marinheiros franceses depois de desembarcarem foram interpelados, por saudações fascistas, o que responderam, com saudações comunistas, o que gerou momentos de confusão entre ambos. O Comandante do navio após pedir desculpas ao Quartel General espanhol afirmava que a situação era tensa, a bordo, já que havia posições extremistas, de índole comunista, por parte da tripulação o que punha em causa o equilíbrio no interior do navio:

*Ante-ontem pela tarde, como tivessem desembarcado alguns marinheiros da guarnição dum barco de guerra francês surto na baía, ao passar por eles um grupo de rapazes e raparigas de “Falange Espanhola”, saudaram-os com a saudação fascista, ao que eles corresponderam erguendo o braço com o punho fechado, a saudação comunista. O facto deu origem a que os falangistas homens e mulheres caissem sobre os franceses, maltratando-os de palavras e de obras, tendo-se estes*

---

<sup>187</sup> Idem, p. 53.

<sup>188</sup> Idem, pp. 58-59.

<sup>189</sup> Idem, p. 54.

*visto obrigados a fugirem para o cais e embarcarem para o seu navio. O caso não teve maiores consequências, mas ontem não veio a terra nenhum marinheiro francês.*

*Sube porém, que o comandante do barco, acompanhado por dois oficiais, veio ao Quartel General apresentar ao General comandante da oitava divisão as suas desculpas pela irreverência dos marinheiros franceses sob as suas ordens, manifestando o seu pesar pelo sucedido, e acrescentando que a situação a bordo é bastante difícil pela impossibilidade de ter mão na marinhagem embriagada pelas ideias comunistas, e que os mesmos oficiais têm a cada momento vêr-se desautorizados e talvez mesmo assassinados pelos marinheiros em revolta. O navio deixou hoje este porto.<sup>190</sup>*

Entretanto, Camille Chautemps<sup>191</sup> substituíu Léon Blum, na chefia do Governo, no dia 22 de Junho de 1937, sem haver uma mudança significativa na política francesa. No dia 28 de Fevereiro de 1939 é comunicado o reconhecimento oficial, *de jure*, ao Governo de Francisco Franco por parte da França e Inglaterra.

### **Léon Blum e a República espanhola. O envio de armas para Espanha**

O Conselho de Ministros francês prenunciava-se contra o envio de armas para a República; *não interviria de modo algum no conflito interno espanhol*. No entanto, devido ao acordo comercial de 1935, entre os dois países, podiam entidades privadas comprar armas nas fábricas militares franceses de uma forma não oficial. O Ministro do Ar francês, Pierre Cot, encarregava-se de enviar material bélico através do México e a Embaixada de Espanha, na capital francesa, estruturava-se para enviar auxílio para o Governo espanhol. Chegaram 37 aviões, por intermédio do México, a Barcelona, incluindo técnicos especializados, entre o final do mês de Julho e 17 de Agosto.<sup>192</sup>

Os primeiros envios de armas, aos republicanos espanhóis, foram 13 caças Dewoitine D.372 e 6 bombardeiros ligeiros Potez 540 no início de Agosto. Em simultâneo eram remetidos espingardas, munições e 8 canhões, embarcados, no porto francês de Bordéus, no navio *Artxuri Mendi*. É de realçar que os aviões enviados estavam desprovidos de armamento o que os tornavam menos eficientes.<sup>193</sup> Foram enviados 140 aviões pela França ao Governo republicano dos quais foram expedidos 99 aviões, no ano

<sup>190</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado da Corunha com destino a Lisboa a 1/03/1937.

<sup>191</sup> Primeiro Ministro francês de Junho de 1937 até Março de 1938.

<sup>192</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los dos bandos*, p.5.

<sup>193</sup> Berdah, *De la solidaridad republicana al cobarde abandono*, p. 55.

de 1936, e nenhum depois de Março de 1938. A tipologia de aviões enviados foram os caças Dewoitine 371 e 372 e os bombardeiros Potez 54.

Existiram conspirações para organizar o envio de armas, para os republicanos espanhóis, sob a responsabilidade de Jules Moch, Vincent Auriol e Pierre Cot e com a participação dos elementos de alfandegas, Jean Moulin e Gaston Cousin, onde a sua missão era facilitar a passagem pelas alfandegas de material militar para Espanha. A fronteira franco-espanhola foi encerrada, entre Junho de 1938 até Dezembro de 1938, durante o Governo de Daladier. A imprensa conservadora francesa publicava notícias sobre a permissão da passagem de armas na fronteira francesa para território espanhol.<sup>194</sup>

A colaboração da França com os republicanos espanhóis foi enfocada, fundamentalmente, para consentir que passassem pelas suas fronteiras material militar a favor dos espanhóis da República, vindo especialmente da União Soviética. Blum anos mais tarde afirmava o seguinte:

*Tivemos que adotar também o sistema da não intervenção atenuada, ou seja, voluntaria e sistematicamente, fechamos os olhos sobre o contrabando de armas, e inclusivamente, a partir de certo momento, fomos os organizadores.*<sup>195</sup>

Léon Blum era apologista de ajudar o Governo de Madrid, entretanto pelas circunstâncias foi obrigado a adotar uma posição de neutralidade em relação ao conflito espanhol. Houve uma tentativa de Blum, de se demitir, antes da reunião de 7 de Agosto de 1936, o que não aconteceu por pressão dos socialistas espanhóis. Essa reunião teve como epílogo a confirmação de não enviar material bélico, aos espanhóis republicanos, onde o debate foi intenso com cinco Ministros socialistas franceses a votar a favor e seis contra, onde se incluía o Primeiro Ministro francês. Quatro radicais pronunciaram-se contra, incluindo Delbos, e outros quatro a favor, onde estava Cot.<sup>196</sup>

Léon Blum estava sob pressão por ambos os lados se os ministros, Delbos e Daladier, fizeram pressão, também houve um facto determinante para a ação de Blum a atitude de neutralidade imposta, pela Inglaterra, que era um forte aliado da França na Europa.<sup>197</sup> As forças políticas francesas estavam divididas em relação ao envio de forças e material militar para o conflito espanhol. A esquerda, com os socialistas e comunistas,

<sup>194</sup> Borrás Llop, José María, *Francia ante la Guerra Civil Española*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1981, pp. 354-355.

<sup>195</sup> Avilés Farré, *Francia y la guerra civil española*, p. 181.

<sup>196</sup> Idem, p. 174.

<sup>197</sup> Moradiellos, Enrique, *Un triángulo vital para la República: Gran Bretaña, Francia y la Unión Soviética ante la Guerra Civil española*, Amnis, nº 1, 2001.

tal como as forças do partido radical apoiavam a ajuda. Do outro lado, estava o sector católico, partes do Exército, as forças políticas de direita e uma grande parte da administração pública que puseram obstáculos ao envio de auxílio e fizeram eco de manter a neutralidade, fundamentalmente, por dois aspetos; Que a intromissão do Governo francês despoletasse uma guerra europeia e a oposição aos ímpetus revolucionários que existiam no Governo espanhol. O próprio, Léon Blum, foi informado pelo Presidente da República de França: “*O que pretende fazer, entregar armas a Espanha pode significar a guerra europeia ou a revolução em França*”.<sup>198</sup>

Alem da preocupação, com a paz no continente europeu, Blum está inquieto com a paz em França, onde poderia haver a possibilidade de uma guerra civil com a aprovação da política de Não-Intervenção.<sup>199</sup> Léon Blum, desesperado, afirmava a Fernando de los Rios:

*Eles vão dizer coisas horríveis de mim...e vão estar certos, mas também não posso levar meu país a uma aventura que poderia causar outra tragédia terrível. A França não pode trabalhar sozinha na política internacional na Europa; ela é necessariamente obrigada a concordar com a Grã-Bretanha.*<sup>200</sup>

### **A política de Não Intervenção francesa**

O conceito de Não Intervenção foi um pensamento francês, mas de origem inglesa, mas que não teve resultados concretos. O apoio de França abarcou quatro particularidades; Adquirir perto de um quarto das reservas de ouro que pertenciam ao Banco de Espanha; Permissiva em relação ao recrutamento de voluntários estrangeiros no seu território; Concedeu facilidades para que agentes republicanos pudessem procurar armas em França; Abriu a fronteira para que transitasse armamento da União Soviética.<sup>201</sup>

No mês de Julho de 1937 o Ministro Yvon Delbos enunciava que a política francesa foi subjugada pela posição inglesa na guerra civil espanhola:

<sup>198</sup> Warner, Geoffrey, *France and Non-Intervention in Spain, July-August 1936*, International Affairs, vol. 38, nº 2, 1962, pp. 203-220.

<sup>199</sup> Gallagher, M. D., *Leon Blum and the Spanish Civil War*, Journal of Contemporary History, vol. 6, nº 3, 1971, p. 63.

<sup>200</sup> Friedlander, Robert A., *Great Power Politics and Spain's Civil War: The First Phase*, The Historian, vol. 28, nº 1, 1965, p. 84.

<sup>201</sup> Viñas, Ángel, *Una república abandonada por las Democracias*, Congreso Internacional de la Guerra Civil Española 36-39.

*No que respeita ao futuro, a posição que vai tomar a França dependerá por completo da posição da Inglaterra. França não empreenderá a guerra com a Alemanha e Itália. A posição da França será a mesma que a sua posição no assunto espanhol. Se a Inglaterra decide estar firme ao lado da França frente à Alemanha e Itália, França atuará. Se a Inglaterra continua mostrando-se distante, França não poderá atuar. Em nenhum caso se encontrara na posição de ter a União Soviética como o seu único aliado.*<sup>202</sup>

O encontro entre o Marechal Pétain e o representante diplomático português, em San Sebastian, teve por parte de Pétain uma avaliação sobre a posição da política francesa, no início da guerra, que acompanhou a política de Inglaterra:

*Veio hoje visitar-me Marechal Pétain que se demorou e se mostrou particularmente agradável para com Portugal. Deu-me impressão de estar muito confiado feliz evolução da política francesa afirmando que sua escolha para esta missão era já uma indicação expressiva. Disse que lastimava chegar demasiado tarde e compreendia frieza demonstrada para com a França por parte da Espanha devido aquela ter sido obrigada acompanhar política inglesa desde primeiros dias da guerra. Declarou-se conhecedor eloquentes resultados renascimento português e grande admirador Vossa Excelencia que tenciona visitar primeira oportunidade a França.*<sup>203</sup>

## 5. A intervenção da Itália na Guerra Civil Espanhola

Durante 1923 a 1939 ou seja desde a ditadura de Miguel Primo de Rivera, da II República e da guerra civil a orientação de Mussolini foi posicionar Espanha como neutral ou aliada para aplicara-la como instrumento contra Inglaterra e França.<sup>204</sup>

A relação de Mussolini com Primo de Rivera teve dos momentos significativos; O acordo de 1926 de *arbitraje y conciliación* de 1926 e a questão de Tânger. Em nenhum destas envolvências o ditador italiano ganhou posição em relação a Espanha.<sup>205</sup> No ano de 1923 o tratado comercial, entre Itália e Espanha, foi pouco favorável ao Governo italiano.

<sup>202</sup> Moradiellos, *Un Triángulo vital para la República*, p. 17.

<sup>203</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 28/03/1939.

<sup>204</sup> Saz Campos, Ismael, *De la conspiración a la intervención Mussolini y el Alzamiento Nacional*, Cuadernos de trabajos de la Escuela Española de Arqueología e Historia en Roma, nº 15, 1981, p. 325.

<sup>205</sup> Idem, *Ibidem*.

No entanto havia relação entre os dois regimes e homens que estavam no poder, em Espanha e Itália, em parte como dizia Ismael Saz Campos:

*O chefe de Governo Italiano contava com uma Espanha potencialmente aliada, da que podia esperar benefícios em uma situação internacional mais fluida. Por outra parte, o suposto ou real, filofascismo de Primo de Rivera constituía um importante elemento de prestígio para o regime fascista.*<sup>206</sup>

Com a saída de cena de Primo de Rivera e a implementação da II República as relações hispano—italiano mudam consideravelmente. Exista em Espanha um Governo diametralmente oposto ao ditador italiano onde a imprensa espanhola agia de uma forma clara contra Mussolini. Passava de um possível e secreto acordo hispano-italiano a, também, um possível acordo entre Espanha e França. Com a II República a política externa espanhola estava mais próxima da França.<sup>207</sup>

No ano de 1934 houve uma aproximação das relações de Espanha com Itália com a assinatura do acordo entre Balbo<sup>208</sup> e os monárquicos espanhóis com a cedência de armas, treino militar e dinheiro. As consequências deste pacto, em termos de política internacional, era a existência de um Neutralidade benevolente com a presença da ordem do *status quo* no mar Mediterrâneo e a inclusão, a posterior, de um acordo comercial entre os dois países.<sup>209</sup>

### Os motivos e objetivos de Mussolini para a intervenção em Espanha

O Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Galeazzo Ciano<sup>210</sup>, afirmava: “*A Itália e Alemanha fizeram muito pela Espanha no ano de 1936 [...] sem a ajuda de ambos o país de Franco não existiria hoje*”.<sup>211</sup> A decisão de Itália de dar suporte aos nacionalistas foi delimitada por fundamentos políticos, estratégicos e ideológicos. Existe a convicção que o desejo económico, nomeadamente, a comercialização de minérios

<sup>206</sup> Idem, p.326.

<sup>207</sup> Idem, p.327.

<sup>208</sup> Italo Balbo, nasceu em 1896 e morreu em 1940. Político, militar e aviador. Foi ministro da aeronáutica de Itália e Governador da Líbia. Em 1928 foi promovido a General e depois a Marechal do ar.

<sup>209</sup> Saz Campos, *De la conspiración a la intervención Mussolini y el Alzamiento Nacional*, p. 329.

<sup>210</sup> Galeazzo Ciano foi membro do Grande Conselho do Fascismo e Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano entre 1936 até 1943.

<sup>211</sup> Bernecker, Walther L., *La intervención alemana en la guerra civil española*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. V, 1992, p. 77.

desempenhou um papel importante na decisão. Os motivos económicos, relativo às matérias-primas e ao comércio exterior, não tiveram um papel significativo na decisão inicial de Mussolini e subsistiram secundárias durante o conflito. Os “laços de raça, cultura e religião” também não afetaram os propósitos do Governo italiano. Mesmo que, pontualmente, Mussolini proferiu-se sobre estes elementos, não consentiu que eles afetassem a sua política externa.<sup>212</sup> Mussolini comentava com a sua mulher Rachele: “*Bolchevismo em Espanha, quer dizer Bolchevismo em França, o voltar do Bolchevismo em Itália.*”<sup>213</sup>

Podemos considerar estes três motivos, dentro dos princípios políticos, estratégicos e ideológicos, para a intervenção italiana: Compromisso de Mussolini na defesa da civilização ocidental frente ao bolchevismo; Posicionava-se na imagem que, a República espanhola, passava como território hostil aos católicos e era uma orientação que possuía apoio na opinião pública, conservadora, de vários países e que a intervenção militar poderia ter aspetos de intervenção humanitária e por fim a demonstração do poder bélico fascista no conflito espanhol.<sup>214</sup>

O posicionamento e a dinâmica da intervenção do Governo italiano em Espanha têm dois aspetos importantes. O primeiro era a vitória total e absoluta de Francisco Franco. O segundo aspeto correspondia ao não isolamento da Itália em relação à Inglaterra. Ou seja, Mussolini ajudaria os nacionalistas na medida que a Inglaterra permitisse.<sup>215</sup> Benito Mussolini sabia que os nacionalistas estavam a negociar o apoio alemão e que essa atitude podia eventualmente condicionar a possível ajuda de Itália. Sabia, igualmente, da atitude da França de Não Intervenção. No entanto, a posição de Não Intervenção que a Inglaterra realizava, no início do conflito, foi o maior motivo para a ajuda da Itália.<sup>216</sup>

Para a Itália e a Alemanha coincide o interesse em fazer frente ao comunismo em Espanha. O Governo italiano tem como objetivo manter laços amigáveis entre o fascismo italiano e o novo regime e Governo político que irá erguer-se em Espanha. Logo, em

---

<sup>212</sup> Coverdale, John F., *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, Princeton, Princeton University Press, 1975, pp. 74-75.

<sup>213</sup> Stone, Glyn, *Spain, Portugal & the Great Powers 1931-1941*, Londres, Palgrave Macmillan, 2005, p. 29.

<sup>214</sup> Lo Cascio, Paola, *La retaguarda italiana: El discurso del fascismo italiano en la Guerra Civil Española. El caso de la narrativa y ensayística publicada en Italia entre 1937 y 1942*, Barcelona, Centre d'Estudis Històrics Internacionals de l'Universitat de Barcelona, 2004, p. 92.

<sup>215</sup> Saz Campos, Ismael, *El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. V, 1992, p. 121.

<sup>216</sup> Idem, p. 107.

Novembro de 1936 Mussolini realizava o reconhecimento *de jure* ao Governo de Franco.<sup>217</sup>

A Legação portuguesa em Berlim informava que o Embaixador italiano na Alemanha, Bernardo Attolico<sup>218</sup>, desenvolvia contatos e negociações no sentido do reconhecimento do território italiano na Etiópia, mas antes deveria estar solucionado o conflito espanhol. Diria o Embaixador italiano da posição geoestratégia de Hitler em relação à França e União Soviética. Referia, também, a posição de proximidade da Itália com a Alemanha e a sua relação com a Inglaterra. O diplomata luso fez referência à interação entre Hitler e os Embaixadores da França, Inglaterra e Itália. Comentou a reunião que manteve com o Marechal Göring, intermediada por Francois- Poncet<sup>219</sup>, onde abordaram a situação militar em Espanha e as negociações da Alemanha com Inglaterra e a aproximação com a Itália:

*O Embaixador de Itália chamou a si, evidentemente que por instruções do seu Governo, injectar optimismo nas altas esferas alemãs de voluntarios, desenvolvèra politica oposta. Para Nèssa acção italiana, há sobretudo o desejo de apressar o inicio de conversas sobre o pacto ocidental, conversas donde sairá o reconhecimento do seu impèrio da Etiopia, e que o govêrno de Roma sente que não poderão esboçar-se sem estar liquidada a questão d Espanha, ou pelo menos, que não poderão esboçar-se sem que a Italia nêlas tenha a posição que prepára. Com efeito, há poucos dias, numa das visitas que me fez, o Embaixador de Itália mostrava-me que o Führer, no seu ultimo discurso, não fizera questão da França se separar da Russia, mas apenas da França, para se entender com a Alemanha em matéria de segurança, não forçar a Alemanha a entender-se tambem com a Russia. Em seu entender, a solução da questão ocidental estava em se achar uma fórmula que permitisse à França chegar a uma conclusão com o Reich, sem a Russia, mas tambem sem que o pacto franco-russo fosse atacado.*

*Como este ponto de vista representava um avanço enorme, impulsionado de Roma, sobre a posição actual do problema, perguntei-lhe por que não tomava a Italia a iniciativa duma mediação entre Paris e Berlim. O sr. Attolico respondeu-me, com uma perfeita convicção e como isso estivesse já inteiramente assente na chancelaria romana: “sim, mas só depois de liquidada a questão espanhola. “Isto é, Roma, como sempre previ, deseja inclinar-se para o lado ocidental, obter o reconhecimento inglês da conquista etiopia, ser o árbitro dum pacto ocidental, mas só quando as suas conversas com a França não tropecem a cada instante nas atitudes de Paris ante a Espanha. Donde a sua prèssa em arrumar o problêma espanhol”.*

*(Aqui, abro um parêntese para uma pequena nota curiosa. No dia 3 do corrente, o Chanceler ofereceu o seu jantar anual aos chefes-de-missão junto dêle acreditados. No final do jantar, retirou-se para uma sala com o Embaixador*

<sup>217</sup> Stone, *Spain, Portugal & the Great Powers 1931-1941*, p. 35.

<sup>218</sup> Embaixador de Itália em Berlim de Julho de 1935 até Abril de 1940.

<sup>219</sup> Político e diplomata francês. Foi Embaixador na Alemanha entre 1931 e 1938 e Embaixador em Itália entre 1938 e 1940.

*de Inglaterra, e nela conversou depois com o da França. Como eu estivesse com o Embaixador de Italia, e lhe referisse que o Chanceler estivera longamente em colloquio privado com os dois colegas, disse-lhe: “agora é decerto a sua vez”: O Sr. Attolico respondeu com um sorriso: “Mas eu é que não tenho particular interesse em conversar com ele”).*

*Instantes depois, no entanto, o Chefe do Protocolo vinha buscá-lo da parte do Führer; e o representante dum Mussolini que a cada instante agita para as bandas do ocidente europeu a “vertical Roma- Berlim”, e que parecia preferir desenvolver aqui a sua politica junto dos altos funcionarios da Wilhelms strasse a esclarecê-la com o Chanceler no unico dia do ano em que os Embaixadores com ele podem conversar, foi arrastado para o “têt -à- têt ”). Certo é que, de há dez dias para cá, um certo optimismo começou a reinar nas altas esferas alemas. No dia daquêlê jantar e enquanto o Chanceler conversava com alguns Embaixadores, logo após o jantar, o General Göring, que ficou na sala onde todos nos encontravamos, iniciou tambem uma conversa a sós com o Embaixador de França.*

*Momentos depois, o Sr. Francois-Poncet vinha procurar e dizer-me que o General lhe pedira para me vir buscar. Era a primeira vez, depois dos comêços de Janeiro, que um alta personalidade alemã me falava com tal optimismo sobre o resultado das coisas de Espanha directamente obtido nos campos de batalha. Pareceu-me singular que, com este optimismo, coincida a partida para Londres do Sr. Ribbentrop, e as suas aberturas –tão publicamente e ostensivamente anunciadas pela propria agencia oficial alemã– para a negociação dum pacto ocidental, ao mesmo tempo que se esforçaria por obter do “ Foreign Office” o reconhecimento de principio do direito alemão a ou às colonias. Berlim parece ter-se assim deixado levar pela politica italiana, e pela estratégia do Sr. Mussolini. Resta saber até que ponto o Sr. Mussolini será solidario com Berlim, ou quando ele começará apenas a utilizar a vertical para se fazer um logar mais confortavel e importante no novo sistêma ocidental.<sup>220</sup>*

A posição oficial mais reiterada da interferência italiana, em território espanhol, era para impossibilitar que em Espanha o comunismo triunfasse. Assim, a ajuda italiana antecipou-se ao apoio soviético. Havia o receio do líder fascista italiano que os republicanos pudessem desempenhar o papel de Kerensky no surgimento da revolução. Numa conversa de Ciano com o a Embaixador Alemão, no dia 6 de Agosto, confessa Ciano o seu receio pela situação espanhola e a divisão em dois blocos de apoio:

*A situação geral estava começando a assumir um aspeto ameaçador. Os soviéticos e os franceses apoiavam sem reservas o governo espanhol, que na realidade quase não existia mais, mas estava inteiramente nas mãos dos comunistas [...] A Itália, como a Alemanha, se opôs à formação de blocos, mas o comportamento franco-russo estava levando a Europa diretamente a uma divisão entre comunistas e anticomunistas [...] A afirmação francesa de que, por um lado, era o governo legítimo, por outro, os insurgentes, não era defensável, já que, na*

<sup>220</sup> AHD-MNE, Ofício confidencial da Legação da República Portuguesa em Berlim com destino a Lisboa em 10/ 02/1937. pp. 1-3.

*verdade, do lado do governo não havia autoridade, mas apenas Terror Vermelho.*<sup>221</sup>

O compromisso político e militar do Governo italiano em Espanha, entre o Verão e o Outono de 1936, foi acompanhado por um esforço de incrementar o predomínio económico e político em Espanha. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália e Mussolini não se imiscuirão nos assuntos internos nacionalistas e permitiram que os elementos militares italianos, em Espanha, gozasse de superioridade sobre seus representantes diplomáticos. Ciano narrava a Roatta, em Agosto de 1936, que as funções das recém-formadas missões militares de Itália e da Alemanha, “*deveriam garantir os interesses respetivos de seus países nos campos político, económico e militar*”. A representação dos interesses de Itália, em Espanha, foi entregue em grande parte aos comandantes militares. O General Roatta, chefiou as forças italianas na Espanha até Abril de 1937.<sup>222</sup>

A deliberação do Governo italiano com maior significado, no que concerne à política interna da zona nacionalista, foi o apoio ao General Francisco Franco em detrimento de outro líder político ou militar. Nos finais de Agosto, o Governo italiano já apoiava Franco ao invés de outros líderes. Naquele momento ainda existia um bloco de forças nacionalistas de Francisco Franco, no Sul, e de Emílio Mola no Norte.<sup>223</sup>

Mussolini, inicialmente, não tinha intenção de apoiar Franco como líder dos rebeldes. Os primeiros pedidos solicitados por Franco foram negados por Mussolini. A mudança de opinião é com a aproximação do General Mola a Roma. No entanto, o primeiro carregamento de material de guerra foi emitido às tropas nacionalistas sob a autoridade de Franco. Toda a ajuda militar remetida, durante os meses imediatos, foi com a referência de Francisco Franco. Esta decisão, de envio de material para Franco, também teve como motivo a maior facilidade de transporte para a zona geográfica já submetida por Franco.<sup>224</sup>

Um objetivo estratégico de Mussolini passava por controlar o Mediterrâneo ocidental e estabelecer bases navais italianas nas Ilhas Baleares, com o apoio de Espanha, e assim afastar a Inglaterra da sua posição em Gibraltar. O Perigo da conquista de poder comunista, em Espanha, e o medo enunciado por Mussolini do *Comunismo no Mediterrâneo* foi um motivo ideológico da participação da Itália na contenda espanhola.

---

<sup>221</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 76 e 79.

<sup>222</sup> Idem, pp. 117-118 e 124-125.

<sup>223</sup> Idem, *ibídem*.

<sup>224</sup> Idem, *ibídem*.

Houve relatórios italianos sobre a posição de Espanha que mencionavam a ameaça real de uma tomada de poder comunista no país.<sup>225</sup>

O auxílio mais importante, em termos bélicos e financeiros, adquirido pelos nacionalistas foi o de Mussolini. Essa ajuda envolveu aspetos relacionados com os elementos terra, ar e mar. As motivações eram de carácter estratégicas, da política exterior da Itália, não permitindo que a França conseguisse as Baleares e dificultar o acesso de Inglaterra a Gibraltar. O aparecimento de um governo de esquerda em França vai acirrar a rivalidade da Itália, com a França, no Mediterrâneo. Mussolini tinha pretensões que em Espanha houvesse um regime fascista.

Mussolini enfocava o seu interesse no sentido que Espanha certificasse a sua pujança no Mediterrâneo Ocidental, com um afastamento da França, e que a zona de Melilha ficasse parte da geoestratégia italiana. Itália quer que Espanha não tenha uma ligação à Inglaterra e à França e mantenha a zona do Mediterrâneo em seu controle. As ferramentas para este propósito são um apoio rápido ao líder rebelde e esboçando um importante objetivo militar e estratégico com a instalação e a gestão das ilhas Baleares. O líder fascista italiano delineava a estratégia de conservar uma base aérea em Maiorca para realizar o controlo do Mediterrâneo Ocidental com o intuito de cortar as vias de abastecimentos de ingleses e franceses. Esta posição e pretensão italiana foi abandonada no final da guerra por pressão da Inglaterra e França.<sup>226</sup>

O líder fascista italiano também utilizou a ajuda aos nacionalistas, em Espanha, como preparação no teatro de guerra para utilizar durante a II Grande Guerra.

### **A ajuda militar italiana: a glorificação da violência**

Para Ismael Saz a intervenção de Itália no conflito espanhol foi a mais considerável e determinante ajuda a Franco, “*direto ao ponto e deve ficar definitivamente claro que sem ele a vitória de Franco teria sido mais do que problemática*”.<sup>227</sup>

Um momento, chave, para Mussolini avançar no suporte aos nacionalistas e na decisão de fornecer o primeiro carregamento de aviões, foi a persistência de Ciano com

---

<sup>225</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>226</sup> Aguilera Povedano, Manuel, *Italia en la Guerra Civil Española: el capitán Villegas y el origen de la Aviación Legionaria de Baleares*, Cuadernos de Historia Contemporánea, Ediciones Complutense, vol. 41, 2019, p. 301.

<sup>227</sup> Saz Campos, Ismael, *El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, 1992, p. 124.

Goicoechea sobre a adesão ao acordo de 1934, que compeliu Espanha a delatar o pretenso segredo do pacto hispano-francês. No Grande Conselho Fascista em 1939, o líder fascista italiano persistiu na importância de motivos estratégicos e políticos, justificando que a participação de Itália na Guerra Civil de Espanha era “*uma necessidade histórica fundamental, a necessidade da Itália de obter liberdade ao acesso ao mar*”.<sup>228</sup>

Durante a primeira semana, do início da guerra civil, as informações que chegavam a Itália eram confusas e distorcidas. O Embaixador Orazio Pedrazzi<sup>229</sup> e a sua equipa não estavam na capital espanhola, deslocaram-se a San Sebastian para as férias de Verão, e não conseguiram certificarem-se dos inúmeros acontecimentos que se lavravam em Espanha. No dia 18 de Julho, o Embaixador italiano em Espanha enviou um telegrama para Roma a informar dos acontecimentos em Marrocos e dos distúrbios em Madrid e Pamplona. Uma comunicação mais profunda, do embaixador italiano Pedrazzi, enviado por correio no dia 18, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Itália, foi de pouca ajuda. Pedrazzi não estava preparado a comprometer uma opinião sobre as possibilidades de êxito dos nacionalistas. Concluía que “*qualquer que seja o resultado, a Espanha está entrando em um período de graves e violentas convulsões*”. Passados cinco dias, do *Alzamiento*, o Governo italiano ainda não continha informações seguras e fidedignas sobre a situação em território espanhol. Perante essas circunstâncias o líder fascista italiano e o Rei Victor Emanuel permaneciam cautelosos em avançar para qualquer orientação ou ação em Espanha.<sup>230</sup>

Na cronologia dos acontecimentos, no dia 17 de Julho a resposta de Mussolini foi parca. Francisco Franco enviou, no dia 19 de Julho, Luís Bolín<sup>231</sup>, à capital italiana com um pedido de doze bombardeiros e três caças. O emissário de Franco voou para Lisboa, com o intuito de conseguir a contra-assinatura do General Sanjurjo, e logo partiu para a cidade de Biarritz e daí foi para Roma onde chegou no dia 21 de julho. Enquanto Bolín chegava, ao seu destino final, Franco conseguiu persuadir o Cônsul italiano de Tânger a enviar um telegrama com seu pedido de doze bombardeiros ou aviões de transporte.<sup>232</sup>

Como referido, Francisco Franco entrou em contato com Mussolini através do

<sup>228</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 74-76.

<sup>229</sup> Embaixador italiano em Espanha a partir de 26 de Julho de 1935.

<sup>230</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 68-69.

<sup>231</sup> Jornalista monarquista que se juntou a Franco do Arquipélago das Canárias ao Marrocos espanhol.

<sup>232</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 68-69.

Cônsul italiano em Tânger, Giuseppe Luccardi, e solicitou 12 aviões de transporte para a passagem do exército de África para a península <sup>233</sup>.

A resposta de Mussolini, no dia 20 de Julho, foi taxativa e negou o envio dos aviões pretendidos por Franco. No entanto, apesar dessa primeira rejeição o espanhol Marqués de Viana, operando em nome de Alfonso XIII, combinou que Bolín fosse recebido por Galeazzo Ciano no dia 22 de julho.<sup>234</sup>

Numa primeira abordagem Ciano garantiu que ajudava os nacionalistas, entretanto pressentindo dificuldades, em persuadir Mussolini para concretizar a ajuda, não recebeu mais Luis Bolín que no dia 23 de Julho foi recebido pelo secretário, Filippo Anfuso, que respondeu que o pedido não podia ser aceite.<sup>235</sup>

No que concerne à hipótese, que refiro nesta obra, em que a ajuda portuguesa foi particularmente importante porque o auxílio de Itália foi posterior, ao de Portugal, refletindo-se no que apelido o *Primeiro Conjunto de Apoio italiano*. Apoio logístico, com pouco apoio bélico, e a atividade dos aviões italianos para transportar as tropas rebeldes até ao sul de Espanha a partir de 28 de Julho com a demora de 11 dias desde o golpe de estado.

Vários emissários espanhóis, incluído o ex-Rei Alfonso XIII que no momento estava na capital italiana, pediram ajuda com caráter imediato, mas não obtiveram resposta. No entanto, os eventos que surgiram nos primeiros dias de guerra, com revolução operária, ascensão do partido comunista e a possibilidade de a França enviar armas à República, mudaram a percepção de Mussolini sobre o *Alzamiento*. Mussolini só permite que no dia 25 de Julho aconteça uma reunião entre o Ministros dos Negócios Estrangeiros, Galeazzo Ciano,<sup>236</sup> com o monárquico António Goicoechea. Prontamente confirmou aviões aos nacionalistas, com o pagamento adiantando de um milhão de libras esterlinas realizado por Juan March. Luccardi comentou ao líder italiano da possibilidade de Hitler facultar aviões e perante essa conjuntura Mussolini podia perder influência política em Espanha. Logo, no dia 28 de Julho saíram os aviões acordados.<sup>237</sup> Uma das causas para inflexão de Mussolini foi o pedido de ajuda, realizado pelo General Mola, que admitia que a situação era grave os nacionalistas, que vinham do Norte de Espanha

<sup>233</sup> Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 287

<sup>234</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 68-69.

<sup>235</sup> Idem, pp. 70-73.

<sup>236</sup> Galeazzo Ciano foi ministro da China no ano de 1932. Chefe da imprensa de Benito Mussolini em 1933. Subsecretário de imprensa e propaganda em 1935. Membro do Grande Conselho do Fascismo e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1936 até 1943.

<sup>237</sup> Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 287.

até as montanhas de Alto e Leão, sofriam baixas consideráveis com 600 mortes diárias. Pelo Sul havia problemas em deslocar as forças que estavam estacionadas em África já que a marinha era controlada pelo Governo de Madrid.<sup>238</sup>

Para comprovar esta hipótese alego que no dia 25 de Julho o Cônsul português em Sevilha, António Cértima, envia um telegrama sublinhando que é esperado um transporte de guerra italiano. Presume-se que o Cônsul luso tinha uma fonte fiável pois é no próprio dia 25 de Julho que se acordou o envio dos aviões: “*hoje é esperado um transporte de guerra italiano*”.<sup>239</sup>

A ajuda de Itália, em 4 Agosto de 1936, possuía ainda um âmbito logístico e não militar. Neste caso a Itália decide embarcar os seus cidadãos da cidade de Barcelona e estende aos cidadãos portugueses a possibilidade de saírem de uma forma gratuita de Barcelona. O Cônsul luso de Barcelona, no dia 4 de Agosto, informa que navios mercantes italianos ajudavam a repatriação de portugueses que quisessem sair da cidade:

*Todas foram embarcadas para Génova, afim de ali continuarem a sua repatriação. Viagens grátis para os cidadãos portugueses. Devo comunicar a Vossa Excelência que o Cônsul italiano nesta cidade, a pedido deste Consulado, decidiu repatriar grátis, todos os cidadãos portugueses, oferecimento esse que foi aceite com grande satisfação, não só pela grande economia que isso representa para o Estado Português manda.*<sup>240</sup>

No dia 5 de Agosto, Franco com abrigo aéreo facultado pelos italianos, conseguiu passar 2.500 soldados através do estreito de Gibraltar, com uma pequena frota de navios não sendo intercetados pela marinha republicana.<sup>241</sup>

Mais provas que os Cônsules portugueses percebiam que o apoio italiano era logístico e não militar. No dia 7 de Agosto um ofício do Consulado português em Tânger comunicava a chegada de mais aviões italianos: “*No sábado chegaram mais aviões italianos, cuja tripulação, diz-se, já esta alistada na Legião Estrangeira*”.<sup>242</sup>

Entre o dia 7 de Agosto e a viagem de Canaris à capital italiana, não foi realizado nenhum embarque de material militar por Itália. Durante a visita de Canaris, a Roma, Mussolini dava diretrizes para facultar ajuda aos nacionais. Pouca expectativa, do Embaixador italiano em Espanha, sobre o avance dos nacionalistas sobre Madrid. O filho

<sup>238</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 70-73.

<sup>239</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 25/07/1936, pp. 1-2.

<sup>240</sup> AHD-MNE; Ofício do Consulado de Portugal em Barcelona com destino a Lisboa, 3/08/1936.

<sup>241</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, p. 86.

<sup>242</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado português em Tânger com destino a Lisboa em 7/08/1936.

do General Mola, no dia 8 de Agosto, comentava com o Embaixador Pedrazzi que seu pai afirmava que a capital espanhola podia ser conquistada no dia 18 de Agosto. O Embaixador italiano considerou a previsão otimista.<sup>243</sup>

Está, também, atento o Cônsul luso em Sevilha no chamado *Segundo Conjunto de Apoio*; com a ajuda militar, mais substancial, fornecida pela Itália. O apoio de Itália mais significativo só foi realizado em finais de Agosto e inícios de Setembro, transcorridos 1 mês e 1 semana do golpe de estado.

Logo, no dia 20 de Agosto o Cônsul português em Sevilha comunica a anunciada colaboração entre Itália e Alemanha com os nacionalistas. O resultado desse acordo é o estacionamento no aeródromo da Tablada em Sevilha de 29 aviões pesados trimotores sendo 15 eram para transporte de tropas marroquinas:

*Acerca da anunciada colaboração da Itália e Alemanha com o Exército Nacionalista Espanhol na sua luta contra o marxismo de Moscovo, para que em Portugal não subsistam dúvidas sobre o apoio fornecido por estas duas nações ao movimento salvador de Espanha, tenho a honra de informar essa Secretaria de Estado que no Campo de Tablada, base aérea desta cidade, se encontra em serviço as seguintes unidades de aviação: Enviados pela Itália: 29 aviões pesados trimotores, sendo 15 destes aparelhos destinados exclusivamente ao transporte de tropas marroquinas, isto é tercio e regulares, acompanhando estes aviões uma técnica à razão de 3 homens por cada aparelho.*<sup>244</sup>

No dia 26 de Agosto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano Ciano comunicou ao General Roatta que devido ao acordo realizado com Berlim era possível enviar uma missão militar italiana e alemã aos nacionalistas e a Francisco Franco. Os elementos das missões seriam conselheiros militares dos Generais nacionalistas. O foco mais importante das missões era estruturar, estudar e organizar um apoio futuro e estudar as possibilidades de mais ajuda aos nacionalistas. O General Roatta, durante os quatro meses anteriores às tropas italianas iniciarem a sua chegada a Espanha, foi o principal elemento italiano que tinha como missão estudar a melhor forma para o bom desenrolar da ajuda militar em território espanhol.<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, p. 88.

<sup>244</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 20/08/1936, pp. 1-2.

<sup>245</sup> Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, pp. 102-103, 106 e 113.

A partir do final de Agosto e princípio de Setembro foram remetidos, para Espanha, 6 bombardeiros, 2 aviões marítimos e 22 caças. No total, já havia 69 aviões italianos, divididos entre 18 bombardeiros, 49 caças e 2 hidroaviões.<sup>246</sup>

No dia 3 de Setembro saiu, de Itália, um navio com 6.000 bombas de 12 a 250 kg, 660.000 cartuchos de metralhadora, 20.000 granadas de mão, 144.000 bombas de 2 kg, 32 metralhadoras e 5,5 toneladas de pólvora. O General Roatta, após negociar com Franco, concordou em enviar material militar. Foram expedidos para Espanha, no dia 23 de Setembro, 10 tanques leves, 4 estações móveis de radiotelegrama e 38 canhões de 65 mm com munições. Como os italianos julgavam que os espanhóis não possuíam capacidade para lidar com equipamentos militares, sofisticadas sem as instruções alongadas, fora enviado pessoal militar para esse efeito; 15 oficiais, 45 suboficiais e 104 conselheiros militares para servir como instrutores e operar o equipamento em combate.<sup>247</sup>

No dia 7 de Setembro de 1936 é enviado um ofício da Embaixada de Portugal em Madrid para Lisboa a comunicar, o que o Cônsul luso em Sevilha já tinha informado no dia 20 de Agosto, que estava no aeródromo da Tablada, em Sevilha, 29 aviões italianos pesados:

*Os Governos alemão e italiano têm mandado, para aquela cidade, material de guerra destinado às forças nacionalistas espanholas. Este material, segundo o nosso Cônsul, é acompanhado de algumas equipas técnicas e tem a composição seguinte: material italiano: 29 aviões pesados, trimotores, sendo 15 destinados a transporte de tropas; Os aviões encontram-se no campo de Tablada, base aérea da capital andalusa.*<sup>248</sup>

A importância de Portugal para a conquista de Badajoz que por sua vez foi decisivo para a ligação entre os exércitos e territórios nacionalistas, está dentro do objetivo da minha obra. A partir de Janeiro de 1937 foi patente a chegada e passagem de tropas italianas por o corredor territorial desde Huelva até à Extremadura. A ajuda portuguesa, para a conquista de Badajoz e a posterior união entre o Norte e o Sul nacionalista, será fundamental para estabelecer uma zona logística que vai permitir a deslocação de tropas italianas que se começaram a desenrolar pelo corredor da Estremadura. Estas tropas

---

<sup>246</sup> Idem, Ibidem.

<sup>247</sup> Idem, Ibidem.

<sup>248</sup> AHD-MNE, Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid com destino a Lisboa, 7/09/1936, pp. 1-2.

puderem ser utilizadas na conquista de Málaga em Fevereiro de 1937 ou para a Batalha de Guadalajara em Março de 1937.

Neste ofício do consulado português, em Badajoz de 17 de Janeiro de 1937, existe a preparação, da cidade de Badajoz e arredores, para a chegada iminente de tropas italianas na ordem dos 10.000 soldados:

*Tenho a honra de comunicar a V: Excelencia que este Governo militar requisitou o Hotel Majestic e varios outros edificios desta cidade, segundo se diz para alojamento de alguns milhares de oficiais e soldados italianos que se esperam nesta provincia. Segundo me foi dito, parte destes efectivos se encontram, já, em Jerez de los Caballeros, Fregenal e outas localidades da mesma. Tudo faz supôr que, brevemente, vão iniciar-se operações de vulto na frente desta provincia, onde os vermelhos, segundo consta, têm concentrado tropas. Os efectivos italianos a chegar a Badajoz, compôr-se-ão, se são certas as notícias que ouvi, de 10.000 homens.<sup>249</sup>*

Uma das funções das tropas italianas era realizar uma zona tampão para elementos republicanos não entrarem em Portugal. Ofício do consulado português em Badajoz:

*Exclusivamente, de italianos, estabelece neste momento um cordão ao longo da nossa fronteira, diz-se que com o fim de evitar a fuga de elementos vermelhos que possam ter-se introduzido nesta zona.<sup>250</sup>*

O cônsul luso em Huelva estava atento à chegada de tropas italianas e emite para Lisboa um relato das movimentações das tropas italianas, entre 2.000 a 2.500 soldados, que chegavam a território espanhol neste caso Huelva. Chegavam em navios mercantes e além das tropas também chegavam todo o tipo de material de guerra que iria ser destinado para a frente de Extremadura e Madrid. Possivelmente para serem utilizadas na Batalha de Guadalajara:

*Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que ha dias atracaram neste porto tres navios mercantes italianos, trazendo a bordo cerca de 2.000 a 2.500 soldados daquela nacionalidade, devidamente armados e equipados. Descarregaram tambem grande quantidade de material de guerra, peças de artilharia de grande calibre, metralhadoras, carros de assalto, camions e munições. Estiveram aquartelados nesta capital alguns dias, e partiram na última quarta-feira dia 16, para as frentes de Extremadura e Madrid.<sup>251</sup>*

<sup>249</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 17/01/1937.

<sup>250</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 31/01/1937.

<sup>251</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Huelva com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 20/02/1937.

A conquista de Málaga foi realizada em Fevereiro de 1937 com 5.000 a 10.000 soldados italianos de nove batalhões mecanizadas. Esta missão foi comandada pelo General Mário Roatta. Para o ataque a Málaga organizou-se três colunas. Os soldados italianos que atuaram na conquista de Málaga, estiveram mais bem equipados, possuindo mais blindados, mais artilharia, mais moto-metralhadoras e mais aviões de combate, dos que as forças nacionalistas espanholas. A *Guerra Celere*, foi orgulhosamente difundida pelo *Corpo di Truppe Volontarie* (CTV).<sup>252</sup>

O Governo português estaria a par de muitas movimentações militares dos participantes na guerra civil porque muita desta informação era fornecida pelos seus diplomatas. Neste caso estava a ser organizada e preparada a conquista de Málaga informação vinculada através de um ofício do Embaixador português em Berlim que após conversa com o Marechal Göring soube que a ofensiva de Málaga iria ser perpetrada com 30.000 soldados, presume-se que muitos destes soldados seriam italianos:

*Durante alguns instantes em que o Embaixador de França nos deixou sós, pediu-me notícias de Espanha, e confiou-me que as coisas agora se desenvolveriam mais rapidamente, pois, nesse mesmo dia, pela uma hora, fôra desencadeada a grande ofensiva contra Malaga, com 30.000 homens frescos, e que esperava que, por todo o mês de maio, a questão ficasse inteiramente regulado.*<sup>253</sup>

Na batalha de Guadalajara, em Março de 1937, que foi ganha pelos republicanos, vão combater pelo lado nacional cerca de 50.000 homens. Moscardó tinha a seu comando 20.000 soldados e 30.000 soldados italianos eram chefiados pelo General Roatta.<sup>254</sup> Francisco Franco utilizou a derrota das tropas italianas em Guadalajara para as colocar sob seu comando.<sup>255</sup> Franco no dia 19 de Março de 1937, com a derrota italiana em Guadalajara ainda quente, enviou como emissário à capital italiana Villegas para convencer a Mussolini que os corpos militares italianos deveria estar sob controle e mando de Franco. Mussolini anui às condições de Francisco Franco.<sup>256</sup>

As informações que o Governo português possuía da influência latente que a Itália tinha, cada vez mais na Espanha nacionalista, foi refletida na sua posição militar com o

<sup>252</sup> Cardona e Fernández Bastarreche, *La Guerra de las Columnas*, pp. 53-54.

<sup>253</sup> AHD-MNE, Ofício confidencial da Legação da República Portuguesa em Berlim com destino a Lisboa em 10/02/1937, pp. 1-3.

<sup>254</sup> Vásquez e Valero, *La Guerra civil de Madrid 1936-1939*, p. 297.

<sup>255</sup> Idem, p. 304.

<sup>256</sup> Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 299.

reafirmar e reescrever os desejos militares em Espanha e vincar uma posição de Mussolini na etapa pós-guerra. O atento Embaixador português em Espanha, em Março de 1939, comentava mesmo com a situação militar dos nacionalistas definida, havia um desejo de Mussolini de vingar a derrota em Guadalajara dois anos antes:

*Com referencia ao telegrama de V. Ex<sup>a</sup>. n.º 24, procurei com os resguardos devidos, apurar em Burgos quaisquer esclarecimentos uteis sobre o assunto. Fiquei com a impressão que não se esperam operações militares de grande envergadura, embora se tenha como certo que a ocupação do resto da Espanha se fará sempre em som de guerra. Crê-se que os vermelhos resistirão mesmo sem um plano comum de defeza mas é mais do que natural que as tropas do Generalissimo vençam rapidamente essa resistencia e tenham ocupado todo o territorio em poucas semanas. Quanto às fôrças italianas, fala-se na possibilidade de serem utilizadas no avanço pelo lado de Guadalajara.*

*Trata-se, segundo se afirma, dum desejo expresso de Mussolini para vingar o desaire de ha dois anos. Mas está fóra de questão qualquer operação militar que exija o aumento de novos meios de guerra. A aquisição em vista deve certamente destinar-se aos territorios do Norte de Africa., mas não creio que tenha qualquer relação com Marrocos, pois nesse aspecto, o Generalissimo não transigiria com quaisquer habilidades. Não creio porem que esteja absolutamente arredada a idea rendição dos vermelhos mesmo que a ocupação dos territorios venha a fazer-se depois com o emprego da fôrça em acções isoladas. Ante-ontem em Burgos afirmava-se que ha dois dias se esperava a chegada em avião dos delegados de Madrid que viriam negociar a entrega.<sup>257</sup>*

Aproximadamente 80.000 italianos combateram em território espanhol. 4.000 soldados morreram ao serviço dos nacionalistas.<sup>258</sup> O Governo italiano fortaleceu a sua componente militar em Espanha entregando aos nacionais, entre 1936 e Janeiro de 1937, o CTV que incluía 40.000 militares e que ascendeu durante toda a guerra aos 79.000, incluindo a força aérea italiana.<sup>259</sup> Segundo Gerald Howson, a Itália enviou, aproximadamente, 72.827 soldados.<sup>260</sup> O número total de italianos mortos, aproximadamente, a 4.000 e entre 11.000 e 12.000 feridos.<sup>261</sup> No total foram enviados para Espanha 759 aviões, 6.600 canhões, morteiros e metralhadoras, 157 tanques, centenas de milhares de espingardas e milhões de balas e cartuchos. Foram empregues a marinha especialmente a submarina.<sup>262</sup> A ligação entre a Missão Naval italiana em Espanha e os rebeldes foi

<sup>257</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 04/03/1939. pp. 1-2

<sup>258</sup> Saz Campos, *El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España*, p. 124.

<sup>259</sup> Moradiellos, *Un triángulo vital para la República*, p. 14.

<sup>260</sup> Howson, *Armas para España*, p. 124.

<sup>261</sup> Stone, *Spain, Portugal & the Great Powers 1931-1941*, p. 29.

<sup>262</sup> Saz Campos, *El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España*, p. 124.

efetuada pelo Capitão Giovanni Ferretti.

A ajuda militar passou, igualmente, pelos instrutores italianos aos soldados espanhóis, estruturando várias escolas de captação de cadetes, pilotos de tanques, artilheiros, engenheiros e especialistas em guerra química. É de realçar a permanência de 38 submarinos italianos a maior parte no Mediterrâneo. A ajuda italiana passou pela intervenção de aviões, entre 600 e 700, em Valência e Barcelona e intervindo em Málaga, Baleares, Guadalajara e na campanha do Norte de Espanha. A Aviação Legionária de Baleares efetuou mais de 3.000 operações contra as cidades costeiras, entre Gerona e Múrcia, que estavam em poder dos republicanos e devido a essas ações de guerra morreram 5.000 pessoas suprimindo as linhas republicanas e abateram 54 aviões.<sup>263</sup>

Segundo Gerald Howson, a Itália expediu entre 632 e 642 aviões de carácter militar, equipados com material bélico e com apoio logístico. 57 aviões de treino, 150 tanques ligeiros e 2.000 peças de artilharia.<sup>264</sup>

A glorificação da violência e da guerra foram traços característicos da intervenção italiana na guerra civil espanhola. Essa intervenção, de aspeto violento, continha um conteúdo fascista, com determinados rituais e simbologia, com uma forte carga ideológica e implementação de uma disciplina intrínseca às forças militares. Mário Roatta<sup>265</sup> esclarecia esta determinação nos primeiros meses do *Corpo di Truppe Volontarie* (CTV):

*Percebi que nem todo mundo cumprimenta e que alguns não cumprimentam em Roma. [...] Exijo que o sinal externo de respeito seja observado por todos os militares, indistintamente e da maneira por mim prescrita (Saudação Romana). [...] Isto pela uniformidade, mas principalmente porque a saudação romana, nesta guerra e entre as nossas tropas, além de ser uma forma de disciplina, tem um significado importante do ponto de vista espiritual.*<sup>266</sup>

A violência utilizada pelo exército italiano possui-o várias matizes. O CTV na conquista de Málaga e do País Vasco reteve os fuzilamentos, que caracterizava a atuação da mais dura repressão franquista. Por outro lado, a aviação italiana desenvolveu, especificamente nas Baleares, uma campanha de bombardeio planificado sobre a costa mediterrânea não realizando destruição de alvos civis ou militares, na frente ou retaguarda.

<sup>263</sup> Solé, Josep Maria, y Villarroya, Joan: *España en Llamas, La Guerra Civil desde del aire*, Madrid, Temas de Hoy, 2003, p. 315, in Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 295.

<sup>264</sup> Howson, *Armas para España*, p. 124.

<sup>265</sup> Mario Roatta Mancini destacado militar que participou na Guerra Civil espanhola e que chegou a Tenente-General.

<sup>266</sup> Mastrorilli, Edoardo, *La intervención de la Italia fascista en la guerra civil española y el empleo de la violencia*, VII Encuentro Internacional de Jóvenes Investigadoras e Investigadores en Historia Contemporánea, Universidad de Granada, 2019, p. 4.

O ensejo desta estratégia era impor o terror à população civil, pressionar os dirigentes republicanos para a rendição e destruir a capacidade produtiva dos republicanos. Estas ações destruidoras praticadas pela aviação italiana eram consentidas pelos dirigentes políticos italianos bem como os da *Regia Aeronautica*. O Governo de Itália utilizava a violência como um instrumento de pressão para que o desfecho do conflito acontecesse mais rápido. O Estado Maior da CTV, sob ordens de Roatta, Bastico, Berti ou Gambara, usou diversos símbolos de propaganda fascista.<sup>267</sup>

Franco era contra este tipo de escalada e estratégica bélica pois realizava destruições massivas de cidades, infraestruturas e tecido industrial colocando, assim, mais complicada a recuperação e revitalização económica após finalizar a guerra. Além do mais, os bombardeamentos, também, podiam afetar elementos nacionalistas ou com simpatia com a causa de Franco.<sup>268</sup>

Foram inúmeras as manifestações de exaltação da violência por parte de Mussolini, particularmente depois das condutas da Aviação e da Marinha. Mesmo que houvesse protestos das autoridades italianas, sobre o modo como os prisioneiros de guerra eram tratados, essa conduta estava incluída dentro de um modo de ação e de uma estratégia onde Mussolini e Ciano pensavam que se houvesse um tratamento acolhedor, dos prisioneiros republicanos, outros combatentes republicanos podiam-se render e assim destruturar a capacidade do Governo de Madrid.<sup>269</sup>

Das diferentes formas de realizar a guerra, por parte dos italianos, aquela que se aproxima mais aos cânones fascistas é a violência imposta de uma forma massiva. Um exemplo desta sintonia é a satisfação de Benito Mussolini com as consequências que os bombardeamentos, de Março de 1938, tiveram devido à violência exercida pelas tropas italianas.<sup>270</sup> O líder fascista italiano enunciava que a aviação das ilhas de Baleares “*aterrorizava as linhas vermelhas, sobretudo os centros urbanos*”.<sup>271</sup>

O exemplo da violência empregada, pelo Governo de Itália, foram os acontecimentos desenrolados em meados do mês de Março de 1937. No dia 6 de Março foi afundado o cruzeiro Baleares. No dia 9 de Março principiava o avanço nacionalista sobre Aragão. Nos dias 16 a 18 Março Mussolini dava ordem para o bombardeio no

---

<sup>267</sup> Mastrorilli, *La intervención de la Italia fascista en la guerra civil española y el empleo de la violencia*, p. 5.

<sup>268</sup> Ídem, *Ibidem*.

<sup>269</sup> Ídem, *Ibidem*.

<sup>270</sup> Ídem, *Ibidem*.

<sup>271</sup> Pedriali, Ferdinando, *Guerra di Spagna e aviazione italiana*, Roma, Ufficio Storico dell’Aeronautica Militare Italiana, 1992, p. 346, cit. in Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 295.

sentido de consumir a moral inimiga, sem o conhecimento de Franco, como Ciano dizia nas suas memórias:

*A verdade sobre os bombardeamentos de Barcelona é que foi Mussolini a ordená-los a Valle [subsecretário-geral da aviação militar] na câmara, poucos minutos antes de fazer o discurso sobre a Áustria. Franco não sabia de nada e pediu para suspendê-los, pois criam complicações no exterior. Mussolini acha que os bombardeamentos abatiam o moral dos vermelhos, enquanto as tropas avançam em Aragão.*<sup>272</sup>

No entanto, existem relatos que Francisco Franco sabia dos bombardeios. Os objetivos de “carácter moral” que incluía bombardeios indiscriminados eram pratica habitual e as zonas de tendência de esquerda eram as preferidas para os bombardeamentos.<sup>273</sup> Alfredo Kindelán afirmava: “*Franco ordenó un ensayo de actuación desmoralizadora de la población mediante bombardeos aéreos*”.<sup>274</sup> Solé e Villaroya analisam os indiscriminados bombardeios: “*Um fator determinante na deterioração da moral [...] pela primeira vez na história, a aviação foi usada intensamente em missões de bombardeio pela retaguarda*”.<sup>275</sup>

### A ajuda económica italiana

Durante o conflito espanhol realizaram-se acordos entre a Itália e os nacionalistas, que incidiam sobre créditos rotativos que estabeleciam uma quota às compras dos rebeldes e podia o Governo nacionalista antecipar os pagamentos para que a dívida se pudesse reduzir. Foram assinados, durante a guerra civil, cinco acordos entre os nacionalistas e o Governo italiano onde eram assinalados as regras e condições que se estabeleceram para os rebeldes. Ou seja, estes acordos estavam providos de uma grande flexibilidade no sentido de garantir a entrega de material bélico pois havia uma grande dificuldade de pagamento por parte de Franco. Um interveniente, importante, neste

<sup>272</sup> Ciano, Galeazzo, *Diarios 1937-1943*, Barcelona, Crítica, 2003, p. 15, cit. in Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 296.

<sup>273</sup> Balcells, Laia, *La muerte está en el aire: los bombardeos en Cataluña, 1936-1939*, Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 136, octubre-diciembre 2011, pp. 25-48, cit. in Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 295.

<sup>274</sup> Pedriali, *Guerra di Spagna e aviazione italiana*, p. 346, cit. in Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 295.

<sup>275</sup> Solé e Villaroya, *España en llamas. La Guerra Civil desde del aire*, pp. 9-10 e 170, cit. in Aguilera Povedano, *Italia en la Guerra Civil Española*, p. 295.

processo foi a banca italiana ao conceder créditos rotativos ao Governo nacional.<sup>276</sup>

O “Acordo Franco-Ciano” rubricado no dia 11 de Agosto de 1937, com o crédito a ser aprovado no dia 20 de Novembro de 1937, estabelecia um crédito de 125 milhões a 250 milhões liras podendo alcançar os 300 milhões de liras tendo como garantias da dívida de estado e do tesouro espanhol. A ajuda italiana, que foi orientada pela cobertura comercial da Sociedade Anónima financeira Nacional Italiana (SAFNI), segundo Ciano foi, aproximadamente, de 14.000 milhões de liras. No entanto, a dívida mais exata foi de 5.000 milhões de liras que em parte pagou em bens e materiais, como minérios de ferro, perites, magnésio e azeite, enquanto decorria a II Grande Guerra.<sup>277</sup>

Segundo Ismael Saz, o custo financeiro da Itália, na guerra civil de Espanha, cifrou-se em 8.500 milhões de liras estabelecendo-se em 5.000 milhões de liras com os acordos realizados.<sup>278</sup> Os resultados das exportações espanholas alcançaram os 170 milhões de liras que foram utilizados para liquidar a entrega de abastecimentos e material bélico pela Itália. Totalizaram 210 milhões de liras os pagamentos avançados, em divisas, pelos rebeldes entre 1936 e 1939.<sup>279</sup>

Toda a diplomacia portuguesa na Europa, agia como uma rede de informadores atentos e comprometidos, tratava de informar o Governo luso dos conhecimentos e informações que possuíam em cada país. Neste caso o diplomata português, na Bélgica, informava da dívida de Franco com a Itália em 100 milhões de libras;

*Tenho a honra de comunicar a V.Ex<sup>a</sup> que uma informação confidencial, recebida hoje, me diz que se eleva a 100 milhões de Libras a actual dividida de guerra da Espanha nacionalista à Italia. A mesma informação acresecenta que a Espanha pretende passar essa dívida à Inglaterra para que Londres melhor possa negociar a retirada de Espanha das forças italianas.*

*A origem desta informação é oficial, e foi-me dada como sendo inteiramente exata.*<sup>280</sup>

<sup>276</sup> Martínez Ruiz, Elena, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero, el sector Exterior de la Economía española (1936-1939)*, Estudios de Historia Económica, nº 49, 2006, p. 71.

<sup>277</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>278</sup> Saz, Ismael, *El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España*, p. 124.

<sup>279</sup> Martínez Ruiz, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero*, p. 71.

<sup>280</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal em Bruxelas, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 14/02/1939.

## 6. Santa Sé e o desenrolar da guerra civil de Espanha

A posição do Vaticano, no início da Guerra civil espanhola, foi de reserva, cautela e discrição. O Papa Pio XI, no início da rebelião, estava desfavorável aos nacionalistas, no entanto, foi modificando a sua atitude e começou a tratar o Governo republicano com mais distancia.<sup>281</sup> A posição da Igreja espanhola, após o início da guerra civil, foi de pendor para os sublevados. Porém o Cardeal Pacelli<sup>282</sup> tentou que as diferentes posições do conflito chegassem a um acordo.<sup>283</sup>

Foram realizados escritos que reforçaram a posição da Igreja espanhola em prol dos nacionalistas. A pastoral de Pla e Deniel, publicada no dia 30 de Setembro de 1936, com o título *Dos ciudades*, foi um exemplo deste apoio. Outro exemplo, desta aprovação, foi a carta do Cardeal Gomá<sup>284</sup>, *El caso de España*, de 23 de Novembro de 1936, onde é explícito a posição da Igreja espanhola no conflito espanhol:

*A guerra segue assolando grande parte de Espanha e destruindo magníficas cidades não é no que tem de popular e nacional, uma contenda de carácter político em sentido estrito da palavra. Não se luta por a República, ainda assim é o que querem os partidários de certa classe da República. Não à sido o objetivo da guerra a solução de uma questão dinástica, porque hoje ficou relegada a um último plano para a questão da forma de governo. Nem se ventilam com as armas problemas inter-regionais no seio da grande pátria, e no período de luta, e complicando-se gravemente, se levantaram bandeiras que atingem desejos de reivindicações mais ou menos cheios de provincialismo. Esta cruelíssima guerra é, no fundo, uma guerra de princípios, de doutrinas, de um conceito da vida e da realização social contra outro, de uma civilização contra outra. É a guerra que sustem o espírito cristão espanhol contra este outro espírito...*<sup>285</sup>

Também, importante, foi o documento emblemático e o mais conhecido a *Carta colectiva de los obispos españoles a los de todo el mundo con motivo de la guerra de España*, realizada pelo Cardeal Isidro Gomá e publicada no dia 1 de Julho de 1937. Este documento forneceu aos nacionalistas uma importante legitimidade e deu-lhe uma

<sup>281</sup> Marquina, Antonio, *El Vaticano y el estallido de la Guerra Civil, el Cardenal Gomá reparó el fracaso Diplomático del Marqués de Magaz*, UNISCI Discussion Papers, nº. 12, 2006, p. 230.

<sup>282</sup> Nascido Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli futuro Papa Pio XII, eleito Papa no dia 2 de Março de 1939.

<sup>283</sup> Casanova, Marina, *El inicio de la guerra civil y sus repercusiones en los diplomáticos españoles acreditados ante el Quirinal y el Vaticano*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo IV, 1991, pp. 37-39.

<sup>284</sup> Destacado Cardeal primado de Espanha durante a Guerra Civil.

<sup>285</sup> Núñez de Prado, Sara, *El papel de la iglesia en la configuración del Franquismo*, La Albolafia: Revista de Humanidades y Cultura, nº 1, 2014, pp. 98-100.

ferramenta para realizar propaganda, do regime franquista, e colocar ao seu lado uma grande parte os católicos de todo o mundo:

*É uma realidade que nos consta por documentação copiosa, que o pensamento de um grande setor da opinião estrangeira estava dissociado da realidade dos feitos ocorridos no nosso país [...] A guerra de Espanha é um produto da pugna de ideologias irreconciliáveis; nas suas mesmas origens que se envolveram em gravíssimas questões de ordem moral e jurídico, religioso e histórico ... é as vezes o remedio heroico, único para centrar as coisas que estavam fora da justiça e colocaras no reinado da paz.*<sup>286</sup>

### Portugal e a Santa Sé

Portugal possuía uma relação complexa, com a Santa Sé, devido ao corte de relações que havia entre Portugal e o Vaticano após as perseguições religiosas. Houve a tentativa de recuperar as relações e retomar total das relações dependia do Acordo de Separação entre o Estado e a Igreja que só foi concluída, em 1940, com o cunho pessoal de Oliveira Salazar. Alberto de Oliveira<sup>287</sup> afirmava em 1935 que havia uma admiração considerável no Vaticano pela figura de Salazar e que em toda a Santa Sé, incluído o Papa, havia louvores ao salvador de Portugal. Acrescentava, Alberto de Oliveira, que não deveria haver desconfiança por parte de Portugal para não melindrar a relação com a Santa Sé. As relações foram negociadas, de ambas as partes, e a Concordata foi assinada em 1940 e António Faria Carneiro Pacheco, que geriu a assinatura, foi o Embaixador na Santa Sé entre os anos de 1940 e 1945.<sup>288</sup> O seguimento da negociação da Concordata, foi complicado e moroso, durou três anos, de Março de 1937 até Abril de 1940, e no caminho foi aberto uma negociação de um texto paralelo, o Acordo Missionário.<sup>289</sup>

O episcopado português arrogou uma posição semelhante ao episcopado espanhol, insistindo no tópico do martírio e da santidade:

---

<sup>286</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>287</sup> Responsável da Legação da Santa Sé como Ministro plenipotenciário de 14 de Janeiro de 1935 a 22 de Janeiro de 1936.

<sup>288</sup> Menezes, Elisabete, *Teoria e realidade: Da teoria da política externa à realidade das relações internacionais*, Tese Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, ISCTE, 2015, pp. 96-97.

<sup>289</sup> Reis, Bruno, *A Concordata de Salazar? Uma Análise a partir das notas preparatórias de Março de 1937*, Lusitania, 2ª série, nº 12, 2000, p. 214.

*Na gloriosa plêiade dos mártírios, que horram a Espanha católica, imolados em pleno século XX, antes um mundo quase indiferente, não resistimos a chamá-la; A Santa Espanha.*<sup>290</sup>

O diplomático que esteve à frente da Legação portuguesa na Santa Sé, entre 26 de Janeiro de 1936 até 15 de Agosto de 1940, foi Vasco Francisco Caetano de Quevedo.

### **Santa Sé e o Governo republicano**

No dia 1 de Maio de 1936 Luis de Zulueta<sup>291</sup> foi colocado na Embaixada espanhola na Santa Sé e foi cumprimentar a Secretaria de Estado, onde do encontro diria o seguinte:

*No que concerne ao perigo comunista, não se nega a sua existência em Espanha, mas não é tão grave como alguns apregoam. Estimo que não devemos negar a realidade de este perigo, entre outras razões porque só o temor a situações mais extremas pode levar o vaticano a admitir a política que encarna o Governo e as Cortes da República. Tratei, não obstante, de persuadir a Mons. Pizzardo de que debaixo da direção do Sr. Azaña vai suceder plenamente a normalidade, a ordem e a estabilidade da vida pública espanhola e a intenção de centrá-la até à direita, como realizados durante o passado biénio, estava condenado ao fracasso e constituiria o melhor estímulo para uma revolução comunista. Não se mostrou o Secretario em desacordo com a conveniência de uma política “progressiva” especialmente em o terreno social confirmando a impressão que já tinha do que o Vaticano não estava muito satisfeito com a política excessivamente conservadora, sobre todo no aspeto económico, praticada pelos católicos espanhóis.*<sup>292</sup>

Houve a preocupação de nunca abandonar o Governo republicano, pese as pressões franquistas na Santa Sé, mesmo depois do abandono de Luis de Zulueta.<sup>293</sup> A atitude do Embaixador foi sempre de agrado com o Vaticano, mesmo depois de sair, manifestando simpatia pelo Monsenhor Tardini <sup>294</sup> pela postura que teve em relação a si. As palavras de agrado do Monsenhor Tardini foram relatadas assim: “*era o mais simpático de todos os anticlericais que havia conhecido*”.<sup>295</sup>

<sup>290</sup> Antonio Fernández García, *La Iglesia española y la Guerra Civil*, Studia Histórica, Serie V, Historia Contemporánea, tomo 3, 1985, p. 69.

<sup>291</sup> Representava diplomaticamente o governo republicano na Santa Sé, no início da Guerra Civil saiu para a Colômbia.

<sup>292</sup> Navarro de la Fuente, S., *República, religión y libertad: la Iglesia y el Frente Popular*, Historia y Política, nº 41, 2019, p. 139.

<sup>293</sup> Casanova, Marina, *El inicio de la guerra civil y sus repercusiones en los diplomáticos españoles acreditados ante el Quirinal y el Vaticano*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. IV, 1991, pp. 37-39.

<sup>294</sup> Importante Cardeal italiano e amigo de longa data do Cardeal Pacelli e futuro Papa Pio XII.

<sup>295</sup> Casanova, *El inicio de la guerra civil y sus repercusiones en los diplomáticos españoles acreditados ante el Quirinal y el Vaticano*, pp. 37-39.

A posição da Santa Sé foi de preservar as relações diplomáticas, com a República, até os últimos meses do ano de 1937, quando o Monsenhor Antoniutti<sup>296</sup> foi transferido para a cidade de Burgos. Depois de sair o Embaixador republicano, no dia 30 de Setembro de 1936, entraria no palácio de Espanha o Marquês de Magaz.<sup>297</sup>

### **Apoio e desconfiança aos nacionalistas**

A postura do Vaticano era diferente da posição da Igreja espanhola. A Santa Sé, durante os primeiros meses do conflito espanhol, esteve dividida entre condenar e apoiar os acontecimentos na guerra civil. O próprio Papa Pio XI, que foi criticado pela sua passividade em alguns momentos, era um homem já idoso e doente e vindo a falecer em 1939.<sup>298</sup>

O Papa era bastante recetivo às informações, enviadas pelos prelados espanhóis, e pelo Cardeal Isidro Gomá y Tomás que remitiu diversas comunicações e relatórios de uma forma oficial ou informal para o Vaticano. Com a informação recebida e analisada a orientação do Papa foi desfavorável aos nacionalistas.<sup>299</sup>

Com as repressões que os nacionais realizavam, o fuzilamento de 16 sacerdotes do País Vasco, o desfecho do caso do Bispo de Vitoria e o deplorável labor diplomático do Marques de Magaz no Vaticano davam indicações ao Papa, e ao seu séquito, que os nacionalistas eram semelhantes aos republicanos.<sup>300</sup>

A crítica existente neste ofício que o Ministro Plenipotenciário Vasco Francisco Caetano de Quevedo, da Legação de Portugal junto da Santa Sé, realiza segue a pauta estabelecida pelo Governo português, na defesa dos nacionalistas, e do ataque aos que os critica, neste caso são os dirigentes do Vaticano, que tem uma posição negativa perante os homens de Franco devido à violência dos nacionalistas sobre católicos vascos. Não compreende, Vasco Francisco Caetano de Quevedo, a interferência do Cardeal Pacelli, junto ao cardeal de Toledo, no sentido de pedir clemência a Franco para com os católicos que combatem nas tropas republicanas. O diplomata português critica os padres e frades que misturam política com religião ao combaterem junto aos republicanos. Critica a

<sup>296</sup> Enviado para a Espanha nacionalista, em Junho de 1937 até Julho de 1938, para realizar a gestão das crianças evacuadas do País Vasco e como encarregado de negócios da Santa Sé.

<sup>297</sup> Foi designado pela *Junta de Defensa Nacional de Burgos* para Embaixador da Santa Sé.

<sup>298</sup> Núñez de Prado, *El papel de la iglesia en la Configuración del Franquismo*, pp. 98-100.

<sup>299</sup> Marquina, *El Vaticano y el estallido de la Guerra Civil. El Cardenal Gomá reparó el fracaso Diplomático del Marqués de Magaz*, p. 230.

<sup>300</sup> Idem, p. 231.

atitude do Cardeal Pacelli que não intercede, na zona republicana, em relação aos legionários católicos nacionalistas e às intrigas que existem na Santa Sé para influenciar o juízo do Cardeal Pacelli:

*Dizem-me que a Santa Sé está no caminho de rectificar o seu juízo —e a sua atitude— no que respeita, especialmente, o catolicismo dos autonomistas vascos e o numero dos católicos praticantes de Santander e Bilbao. Com efeito, tanto no Provincia castelhana de Santander como na da Biscaia, praticaram-se os mesmos crimes e vandalismos que em todo o resto da Espanha Vermelha e os dirigentes vascos acabaram por mostrar quanto o seu catolicismo era politico, de forma a engodar o povo rural, historica e visceralmente cristão.*

*Pelo menos a sua fé sofreu os desvarios da politica como a de muitos frades e padres que não viram nem veem a incompatibilidade do ideal cristão com as realidades sangrentas do bolchevismo, alias expostas na Enciclica pontificia contra o comunismo “ateu”, e alguns daqueles Frades e daqueles Padres prestaram-se a vir a Roma em aviões postos à sua disposição pelo famigerado chocolateiro Aguirre. Foram eles —assim o afirmou o Superior dos Dominicanos, que é asturiano— que informaram com falsidade a Secretaria de Estado acerca dos propositos dos biscainhos e da actividade repressiva dos soldados de Franco. Estes e os intelectuais católicos francêses desorientaram se tal forma a Secretaria, que o Cardial Pacelli telegrafou ao Cardial de Toledo —“Incaricato Ufficioso Provvisorio” da Santa Sé junto do Governo Nacionalista— pedindo a clemencia do General Franco para os católicos vascos que combatem nas filas comunistas [...] Gostaria de saber quantas vezes teria o Cardial Pacelli telegrafado a Madrid e a Valencia, a Barcelona e a Bilbao, pedindo “ a clemencia” dos bandoleiros bolchevistas para os legionarios catolicos da Espanha e da Italia, estes eus compatriotas [...] Nem uma só vez, seguramente. Sua Eminencia não hesitou, porem, em face das intrigas das intrigas dos Padres e Frades comunisantes, em equiparar os legionarios de Espanha e de Italia aos criminosos bolchevistas. Edificante.*

*Estas informações juntas a outras de varias procedencias crearam no Vaticano a convicção da inferioridade das forças nacionalistas, determinando-o a uma atitude [...] escandalosamente prudente, que muitos classificam de medo, outros de cobardia e ainda outros de conivencia [...] Nos meios romanos recorda-se, com saudade, o Santo Pontífice Pio X, homem integro, em situações de calma e em situações de perigo; e nos meios espanhois lamenta-se e deplora-se cada vez mais que a atitude do Vaticano não seja de franco e decidido apoio aos nacionalistas de Espanha.*

*De uma carta de Monsenhor Villasante, ex-Consultor Ecclesiastico na Embaixada de Espanha, dirigida a Monsenhor J. de Castro, transcrevo as seguintes linhas: “Monsenhor Pizzardo y sus colaboradores me dan la sensación de que andan despitados a causa de su excesiva prudencia que yo llamaria falta de comprensión, Me parece que esos señores viven en la luna...”<sup>301</sup>*

---

<sup>301</sup> 335 AHD-MNE, Oficio Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 27/7/ 1937, pp. 1-2.

Devido à difícil posição dos nacionalistas, no Vaticano, a visita a Roma do Cardeal Gomá, no dia 10 de Dezembro de 1936, foi no sentido de promover os nacionalistas e o seu movimento na guerra civil de Espanha.<sup>302</sup>

O trabalho diplomático realizado, com a informação trabalhada e enviada, pelo Cardeal Gomá, à Santa Sede, são a principal fonte de informação que dispõe a Santa Sé. A relação do General Franco, com a Santa Sé, teve com o Cardeal Gomá o mais importante e pioneiro interlocutor. Na sua visita a Roma, em Dezembro de 1936 Gomá leva o maior “dossier” que o Vaticano recebe sobre a guerra civil e desde desta data o Cardeal Gomá assume-se como Delegado da Santa Sé e primado e cabeça da Igreja espanhola.<sup>303</sup>

A visão da Igreja europeia, principalmente a francesa e inglesa, tem matizes de apoio aos nacionalistas. O Arcebispo de Westminster, Arthur Hinsley,<sup>304</sup> apelidado por Onaindía de “loucamente franquista”, comunicava no mês de Setembro de 1937: *“Rapidamente nos demos conta de que esta não é uma guerra civil qualquer a favor de alguma dinastia ou de algum regime especial nem, como falsamente foi dito, a favor da democracia do povo espanhol”*.<sup>305</sup>

A orientação e divulgação das comunicações e informações por parte de Vasco Francisco Caetano de Quevedo, eram sempre exaustivas e abrangentes. Neste caso incide sobre o conflito espanhol e a posição da igreja europeia sobre a guerra civil espanhola. A orientação política e militar de Portugal e do Ministro Plenipotenciário, Vasco Caetano de Quevedo, de apoio a Franco está demonstrada, neste ofício, que não se critica quando o apoio segue as linhas estratégicas já traçadas de auxílio a toda a custa aos nacionalistas. Neste caso publicita a posição e a opinião de apoio de Franco e sobre os desenvolvimentos da guerra civil em Espanha, da Igreja francesa e inglesa e de altos dirigentes católicos europeus, sobretudo, o Arcebispo de Westminster e o Arcebispo de Paris, Cardeal Verdier,<sup>306</sup> ao Cardeal Gomá. Uma posição da Santa Sé, gradualmente, mais pró-nacionalista devido ao conhecimento da existência de violência dos nacionalistas católicos vascos põe Vasco de Quevedo satisfeito. Foi analisada a evolução da situação

---

<sup>302</sup> Marquina, *El Vaticano y el estallido de la Guerra Civil. El Cardenal Gomá reparó el fracaso Diplomático del Marqués de Magaz*, p. 234.

<sup>303</sup> Fernández García, Antonio, *La Iglesia Española y la Guerra Civil*, p. 53.

<sup>304</sup> Arthur Hinsley foi investido Arcebispo de Westminster no dia 1 de Abril de 1935.

<sup>305</sup> Fernández García, *La Iglesia Española y la Guerra Civil*, p. 69.

<sup>306</sup> O Cardeal Verdier foi nomeado Arcebispo de Paris, pelo papa Pio XI, no dia 8 de Novembro de 1929.

militar em território espanhol, nomeadamente, na Catalunha e no Norte de Espanha e a posição dos voluntários estrangeiros:

*Ao mesmo tempo que a imprensa publicou o texto do discurso de Monsenhor Antoniutti, Encarregado de Negocios da Santa Sé em Salamanca, os jornais de Roma –inclusive o “Osservatore Romano”– inseriram noticias mais ou menos desenvolvidas acerca das cartas dirigidas pelo Carial Arcebispo de Paris e pelo Arcebispo de Westminster ao Cardial Gomà, Arcebispo Primaz de Toledo.*

*Aquelas cartas, assinadas pelos expoentes maximos da Igreja em França e em Inglaterra, têm uma inegavel significação porque vieram à luz publica num momento de excepcional gravidade para a tranquilidade europeia no que se refere à situação espanhola. Parece irrefutavel que a Igreja Romana procura modificar o ambiente nas vespersas das eleições cantonais que se concluíram no passado Domingo, 17 de Outubro, decerto para prevenir e acautelar o eleitorado conservador contra os socialistas e comunistas.*

*O Cardial Verdier classifica a Pastoral colectiva do Episcopado espanhol de “verdadeira obra de luz” acerca das causas, natureza e finalidade da guerra civil e por isso de “uma lição extremamente oportuna”. Com esta...”luz”, diz o Cardial Verdier, “Veem-se melhor os perigos que nos ameaçam e compreendem-se mais claramente como devem ser grandes a nossa vigilancia e a nossa acção” por tratar-se, realmente, de “uma luta entre a civilização cristã e a pretendida civilização do ateísmo soviético” que põe em perigo o futuro da Igreja católica e a civilização por ela fundada”.*

*O Cardial francês afirma, ainda, que a carta do Arcebispo de Westminster é sobremaneira notavel porque provem” de uma nação onde a opinião publica não tem estado em condições de rectamente poder julgar os acontecimentos, reduzindo-os ao ambiente das realidades politicas e incluindo nelas o Clero como se este fosse responsavel do martirio que a Igreja sofreu”.*

*O Arcebispo inglês diz: “Reconhecemos que a conflagração se destina a converter-se num incendio universal no qual a civilização cristã foi condemnada a desaparecer”; “que a Espanha é o centro estrategico de uma revolução mundial contra as bases da civilização europeia e que a ameaça do perigo de morrer totalmente nas mãos dos comunistas, como sucedeu nas regiões onde o comunismo triunfou, fez com que a Igreja aceite a protecção de um poder que até agora garantiu a liberdade e os principios fundamentaes da sociedade ordenada.*

*Estas manifestações de tão altos representantes da Santa Sé, constituem um indice do optimismo do Vaticano a respeito da vitória do General Franco, talvez por estar melhor informado das violencias dos nacionalistas católicos vasconços e dos sentimentos críticos da Espanha anti-comunista e pela convicção de ter chegado a hora de tomar uma orientação definitiva no conflicto espanhol, embora com perigo, ainda, e com o risco de marcar um contraste demasiado... brusco com a orientação até agora seguida [...]*

*É essa a convicção dos meios espanhóis de Roma, mais inclinado, naturalmente, às certezas da vitória do que às torturas do pessimismo. Apesar de se lamentar a duração da guerra, nota-se que ela impede e adia e talvez venha a evitar a desunião e os conflictos de politica interna, que podem surgir nos varios sectores nacionalistas que, por se julgarem todos com alguma razão, se julga, cada um deles, com razão absoluta e total, no que se refere às directivas que devem presidir a administração futura de Espanha.*

*Há quem diga que seria um grande bem a retirada de todos os voluntarios estrangeiros já porque a vitória dos espanhóis seria mais rápida sobre os comunistas, já porque livraria a Espanha de eventuais embaraços futuros por causa de contractos particulares com alemães e italianos para a exploração de minas. Estes contractos não têm sido feitos de Estado para Estado, mas entre o Estado e particulares à semelhança o que fizeram os Governos espanhóis anteriores com associações inglesas e francezas, nas regiões do Cantabrico.*

*Acerca da Catalunha, estou, pessoalmente, convencido de que não oferecerá grande resistencia à avançada dos soldados de Franco porque a maior parte dos catalães se convenceram de que a sua prosperidade economica depende da união com a Castela e com as restantes regiões espanholas. Descrentes, por agora, da viabilidade da expansão comunista para além dos Pirineus, convencidos, portanto, de que a linha fiscal com a França perdurará, cairão na realidade de que, se tivessem uma fronteira com o Aragão e com o “reino” de Valencia, as suas industrias não poderiam restabelecer-se depois do furacão anarco-comunista. Uma linha fiscal espanhola estrangularia a Catalunha, impiedosamente, e a “independencia” catalã teria de morrer... ao nascer.*

*Liquidada a guerra no Norte, com a conquista de Gijon e a libertação de Oviedo do assedio a que resiste há quinze meses, –o que talvez esteja por horas– a Catalunha sofrerá, em pleno, o ataque dos espanhóis revigorados pelos seus exitos recentes... A guerra pode estar muito perto de atingir o seu termo, se as “malas artes” do comunismo internacional e das “frentes populares”, suas mandatarias, entregues as desespero, não conseguirem envenenar, ao extremo, os homens de Estado, agitando paixões que conduzem eclosão de uma nova Grande Guerra... Os soldados marchariam, de começo, talvez, sem incidentes de maior, mas depois de alguma semanas de carnagem e de miserias, levados pelos agitadores que por toda a parte se infiltram, deitaram as armas por terra ou só as apontariam sobre os oficiais, aos gritos de “viva o comunismo”...*

*A esse desideratum tendem as manobras comunistas, na esperança de se salvarem da derrota que Franco lhes infligirá e que –queira o Deus– talvez se dê mais cedo do que se pensa.<sup>307</sup>*

Ofício da Legação portuguesa na Santa Sé comenta a apreciação realizada pelos meios de Roma em várias áreas. Os desenvolvimentos militares, com o cenário da batalha de Teruel, em Valência, na Catalunha, no País Vasco e nas Astúrias, são escrutinados e analisados. A luta empreendida pelos anarquistas e homens de esquerda com a sensação de uma investida forte dos republicanos em Teruel. Coloca-se em dúvida o desenrolar e direção que irá ter o conflito:

*Os meios romanos impressionados com o doloroso episodio do cerco de Teruel pelos anarco-comunistas, embora se creia, em geral, que se trata de um incidente de guerra que não terá grande peso na vitória final dos nacionalistas. Será assim?*

---

<sup>307</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 21/10/1937, pp. 1-5.

*Conforme tive a honra de comunicar a V. Exa. no paragrafo 3 do meu oficio no 204, de 17 de Dezembro, há quem afirme que, em seguida à tomada de Gijon e das Asturias pelas tropas do General Franco...*

*Por outro lado, quando não se tivessem calmado, inteiramente, as dificuldades entre anarquistas e comunistas, que já ensaguentaram varias regiões do levante espanhol, parece que, pelo menos, houve uma trégua entre as duas hordas vermelhas, animadas, talvez, pelos novos meios materiais que os "internacionais" europeus lhes facultaram, e ainda, como muitos afirmam, pela nova direcção de operações militares, hoje a cargo de oficiais franceses de patente superior, e de novos "generais" russos.*

*Seja o que fôr, constatou-se, nesta ultima semana, que os anarco-comunistas tomaram a iniciativa de organizar um ataque forte fortissimo contra as guarnições nacionalistas que ocupavam a região de Teruel, na intenção de fazer recuar aquela "avançada" que os ameaçava de isolar a Catalunha de Valencia com uma marcha até Castellon de la Plana ou até Sagunto, sobre o Mediterraneo...*

*Que concluir da actual situação?*

*1)- Que apesar das graves e constantes derrotas da Guipuzcoa, da Biscaya e das Asturias, os anarco-comunistas, deixados, durante umas semanas, em relativa tranquilidade, tiveram energias e possibilidades- e meios- para tomar a iniciativa de atacar, poderosamente, os nacionalistas, numa região em que uma derrota mesmo meia derrota, pode ter uma enorme influência moral e uma não menos inferior importancia estratégica*

*2)- A tomada de Teruel- os arrabaldes estão em poder dos comunistas- teria uma grande importancia porque a campanha nacionalista de leste, contra Valencia e contra a Catalunha, principiaria por um insucesso consideravel; porque o inimigo tomaria...coragem, tanto mais que desmentiria a convicção de todos aquele que conhecem a Espanha, ou seja que a campanha para a ocupação da Catalunha seria facil , entre outros motivos, porque os catalães são pessimos soldados; e porque, se os anarco-comunistas, apesar das suas derrotas constantes, têm conseguido o apoio e a ajuda de alguns dos grandes paizes da Europa-e da America-, quais serão os propositos desses paizes se se convencerem de que os vermelhos espanhóis ainda poderão reagir de forma a justificar esperanças e atitudes por parte da internacional israelita, da internacional maçónica e da internacional de Genebra?*

*Se de uma eventual tomada de Teruel, pelos bolchevistas, derivar uma certa depressão dolorosa entre os nacionalistas, não creio, em todo o caso, que será bastante para abater o patriotismo nacionalista. Não o creio, tanto mais que os espanhóis espalhados pelo mundo, especialmente pela America, têm ajudado, poderosamente, a cruzada do Generalissimo. Segundo me afirmam, chegam a Espanha constantemente, emissarios carregados de ouro, de joias, de valores e de titulos estrangeiros. Os espanhóis da Argentina têm enviado à Patria-Mãe centenas de milhões. Camponeses, proprietarios, operarios, leigos e seculares, pobres e ricos porfiam em desfazer-se do que têm para oferecer à sua Terra martirisada, hoje em riscos de perder-se... Os espanhóis das Filipinas comprometeram-se a mandar, todos os meses, um milhão de pesetas, e essa dadiva patriótica nunca faltou.*

*Poderá...desanimar este grande Povo? Longe de mim tal ideia; mas o que eu receio e que surja o perigo de se animarem os inimigos de Espanha e que os... amigos demasiado recentes percam... a cragem de que precisam para consolidar a*

*rectificação e a penitencia por atitudes anteriores... E tais contingencias só servem para aumentar os perigos da Espanha, da Europa e do Mundo.*<sup>308</sup>

Durante os meses de Abril e Maio, do ano de 1938, o Governo de Franco e a Santa Sé estão de acordo em nomear o Monsenhor Cicognani<sup>309</sup> de Núncio, da sua Santidade, em Espanha e que Yanguas Messía<sup>310</sup> seja Embaixador de Espanha perante o Vaticano.<sup>311</sup>

No mesmo mês de Maio de 1938 o diplomata português, na Santa Sé, informa Lisboa sobre as visitas de ilustres figuras nacionalistas, a Roma, com o intuito de fortalecer a solidariedade. As principais figuras foram o General Millán Astray, chefiava a delegação de falangistas o Presidente da Academia Espanhola, José María Pemán, e o Marquês de Luca de Tena. Foram enunciadas palavras patrióticas das ações realizadas pelos nacionalistas:

*O Governo Italiano resolveu dedicar o dia de ontem à solidariedade italo-espanhola, organizando diferentes festas, para o que veio de Espanha uma delegação dos falangistas e dos requetés, presidida pelo General Millán Astray e acompanhada pelo poeta José M. Pemán, Presidente da Academia Espanhola, e pelo Marquês Luca de Tena, filho do falecido Director do “ABC” de Madrid.*

*A Embaixada de Espanha no Vaticano convidou-me a assistir a uma “sessão patriótica” espanhola, que se realizou hoje, ao meio-dia, no teatro do Collegio Pontificio Espanhol.*

*Na primeira fila de cadeiras, onde me reservaram um lugar, bem como ao Secretario desta Legação, entre outras pessoas, vi o Príncipe e a Princesa das Asturias e o Encarregado de Negocios de Espanha junto da Santa Sé, com o Secretario da Embaixada. No palco sentaram-se o General Millán Astray, o Embaixador de Espanha no Quirinal, o Marquês Luca de Tena, o Senhor José M. Pemán e uma Delegação fascista italiana com os falangistas e requetés que vieram de Espanha.*

*A sessão abriu pelo hino da falange cantado por todos os espanhóis... O General Millan Astray levantou-se e produziu um discurso energico, eivado de sinceridade e de expressão militar, com palavras vibrantes de paixão e de energia alusivas à cruzada espanhola contra o bolchevismo que defende a vida de Espanha, a existencia da Europa e do mundo e a gloriosa Religião do senhor –a Religião Católica–; terminou, saudando a Franco, ao Duce e –o que é muito para sublinhar– “a nuestro amado Infante Don Juan”. Interrompido, varias vezes, por grandes aplausos, as “palmas” aumentaram de intensidade quando o General fez aquela ilucidativa referência ao filho de Afonso XIII, hoje Príncipe das Asturias. O “Herdeiro” agradeceu, bastante emocionado.*

*Ao General Millan Astray seguiu-se o Marquês de Luca de Tena. O orador disse algumas palavras repassadas de entusiasmo patriótico e descreveu varias*

<sup>308</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 27/12/1937, pp. 1-4.

<sup>309</sup> Foi Núncio em Espanha de 1938 até 1953.

<sup>310</sup> José María Yanguas y Messía, Embaixador de Franco na Santa Sé de 1938 a 1942.

<sup>311</sup> Meer, Fernando, *Algunos aspectos de la cuestión religiosa en la Guerra Civil (1936-1939)*, Anales de Historia Contemporánea de la Universidad de Murcia, nº 7, 1989, p. 120.

*cenas de batalhas que ilustram a sanha e o heroísmo com que se batem os Terços nacionalistas e os horrores praticados pelos criminosos selvagens que formam as hordas martirizadas do seu paiz. Luca de Tena terminou por ler uma longa tirada poetica no estilo do “romancero” do Duque de Rivas (valha a nota explicativa: era avô do falecido Diplomata Marquês de Villalobar), que levantou os assistentes espanhóis numa manifestação intensa de vibração patriótica.*

*Segui-se, depois, o forte incentivo que derivou do reconhecimento da Italia e da Alemanha, os gritos de apoio de algumas Nações irmãs da America espanhola, e este apoio, este aplauso reflectiu e traduziu os primeiros sintomas abençoados de uma solidariedade internacional que a Espanha Franco e todos os espanhóis jamais esquecerão.*<sup>312</sup>

O representante diplomático no Vaticano comunica a chegada à capital italiana de 450 órfãos das zonas nacionalistas:

*Devo informar V. Exa. que, a convite do Governo de Mussolini, chegaram ontem a Roma 450 orfãos nacionalistas de Toledo, Sevilha, Malaga e Bilbao, que desfilarão pela capital com os seus uniformes da “Falange”, armados de carabinas e com “termos” de cornetas e tambores. O seu desfile por Roma causou uma enorme sensação e os rapazes espanhóis foram acolhidos com calorosas manifestações de simpatia, o mesmo tendo sucedido por ocasião do seu desembarque.*<sup>313</sup>

Francisco Franco afirmava no dia 1 Outubro de 1936: “*O Estado, sem ser confessional, concordará com a Igreja Católica*”. Para a igreja Católica esta orientação era diferente da posição do Governo republicano. No entanto, a situação da Igreja espanhola inquietava o Vaticano onde o Papa Pio XI, no dia 14 de Setembro de 1936, enunciava um discurso onde não mencionava o Governo republicano, assumia uma posição de prudência em relação ao desenrolar dos acontecimentos no conflito espanhol, e apoiava implicitamente a “*quantos assumiram a difícil e perigosa tarefa de defender e restaurar os direitos e a honra de Deus e da religião*”.<sup>314</sup> Francisco Franco possuía o desejo que Espanha fosse “*Um Estado católico, tanto do ponto de vista social como cultural, devido que a verdadeira Espanha sempre foi, continua a ser e será profundamente católica*”.<sup>315</sup>

O Vaticano não aceitava de uma forma unânime estes pressupostos. Espanha, na ótica do Vaticano, deveria ser o país onde o corporativismo católico do Papa Pio XI e um estado onde houvesse a Monarquia católica ou ser capaz de instituir uma democracia

<sup>312</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal na Santa Sé em Roma com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 30/05/1938.

<sup>313</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal na Santa Sé em Roma com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 30/07/1938.

<sup>314</sup> Meer, *Algunos aspectos de la cuestión religiosa en la Guerra Civil (1936-1939)*, p. 116.

<sup>315</sup> Idem, p.122.

cristã. A democracia cristã era uma visão do agrado do Cardeal Pacelli. Franco manifestou, ao Cardeal Gomá, a negação da visão da democracia cristã. No termino da guerra civil a Santa Sé reconhece o Governo de Franco e em Espanha foi reconhecido o reaparecimento do espírito cristão e católico.<sup>316</sup>

O representante diplomático português, no Vaticano, relata qual o caminho que o catolicismo irá ter na sociedade da Espanha nacionalista, após o fim do conflito, onde a vitória de Franco é dada como garantida. Refere o prestígio que Franco possuía na área universitária e nas Congregações em Roma e a esperança de uma maior influencia da igreja no meio social e religioso. Era um desejo restabelecer o direito à propriedade das instituições religiosas. O ensino é uma área onde a igreja tem esperança numa mudança de atitude, com o início da atividade das ordens religiosas, não sendo pretendido criar uma Universidade Católica, mas incluir em todo o tipo de ensino e nas Universidades um ensino católico específico:

*O meio espanhol de Roma –e é ele muito respeitavel e prestigioso, sobretudo nas Congregações e no professorado universitario– exulta de contentamento não só pela esperada vitória do General Franco, que considera segura, como pelas promessas do Generalissimo nos campos social e religioso.*

*Estas promessas, aliás bastante garantidas pela abolição de toda a legislação anticatólica da Republica, feita por meio de um Decreto de Outubro de 1936, tiveram, ultimamente, um bom acolhimento por parte da Santa Sé.*

*Ao que me consta, o Governo Espanhol prometeu fazer uma remodelação profunda, de character social, e revogar, por meio de leis especiais, as que proibiam às Ordens Religiosas o ensino, o exercicio e de qualquer industria, o direito de propriedade e a administração interna. No que se refere à Companhia de Jesus, que foi dissolvida e viu nacionalizados os seus bens, serão ditadas disposições num sentido satisfatorio, quando se formar um Governo [...] regular e possa legislar-se... amplamente.*

*Uma das medidas mais urgentes a tomar pelo General Franco, consistirá em restaurar não só as casas e habitações particulares e especialmente as igrejas, mas em dar ao clero os meios economicos necessarios para desenvolver a sua missão; e ciente do prestígio que advirá à Espanha da expansão missionaria, o Governo Nacionalista procurará favorecer a instalação de Casas onde se possam formar vocações missionarias.*

*Segundo se afirma, o General Franco não deseja que se crie uma Universidade Católica, mas quiere que, em todas as Universidades, como de resto nas escolas primarias, secundarias e normais, se faça o ensino católico especializado, porque deseja que os homens das carreiras chamadas liberiais tenham uma suficiente cultura religiosa.*

*A Espanha nacionalista, ao contrario do que pretendiam adoptar os regimes fascistas e nazista, deseja criar um Estado católico, nos seus aspectos social e cultural.*

---

<sup>316</sup> Idem, Ibidem.

*A par das promessas de Chefe de Estado espanhol, tudo indica que vencerá a corrente moderada dos intelectuais universitarios católicos, que, quer-me bem parecer, sente uma simpatia pronunciada pelos moldes portugueses de direcção politica, social e religiosa, de preferencia à orientação... totalitaria italiana e alemã.*

*Vem a proposto informar V.Exa. que nas Escolas Superiores de Roma, sob a jurisdição pontificia, o regime do nosso Estado Novo tem um alarga e intensa propaganda, feita sobretudo pelos professores espanhois que são em grande numero. O mesmo sucede adentro das escolas de Espanha. Onde se destaca o Snr. Gil-Robles, que, se tem o seu prestigio politico bastante abalado, conserva um grande nome como catedrático.*<sup>317</sup>

## 7. Alemanha e a guerra civil espanhola

### A motivação anticomunista de Hitler

Com o início da Guerra Civil as relações da Alemanha com a Espanha ganham novo significado, onde a luta contra o comunismo era o eixo fundamental da intervenção e missão de Hitler na Europa. Oficialmente, na posição alemã, o anticomunismo era a razão mais importante da sua intervenção no conflito espanhol.<sup>318</sup>

O Subsecretario de Estado do Foreign Office britânico, Sir Robert Vansittart que visitou Alemanha no Verão de 1936, informa Londres que o Governo nazi estava atento ao desenrolar da situação em Espanha e observava a ameaça comunista na Península.<sup>319</sup> No dia seguinte de dar a ordem, de apoiar a Espanha nacionalista, que foi dia 27 de Julho de 1936 Hitler afirmava a Joachim Von Ribbentrop<sup>320</sup>:

*A Alemanha não devia aceitar em nenhuma circunstância uma Espanha comunista. Como nacional-socialista temos o dever de fazer todo o possível para evitar essa situação [...] Se realmente conseguir-se criar uma Espanha comunista,*

<sup>317</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 4/12/1937, pp. 1-3.

<sup>318</sup> Janué i Miret, Marició, *Relaciones culturales en el «Nuevo orden»: la Alemania nazi y la España de Franco*, Hispania, vol. LXXV, nº 251, septiembre-diciembre 2015, p. 812.

<sup>319</sup> Medlicott, W. N.; Dakin, Douglas; Bennett, Gilliam, (eds.): *Documents on British Foreign Policy, 1929-1939*. 2.º serie, t. XVII, London, H.M. Stationery Office, 1979, p. 760, cit. in Bernecker, Walther L., *La intervención alemana en la guerra civil española, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, t. V, 1992, p. 83.

<sup>320</sup> Embaixador da Alemanha na Inglaterra e futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros;

*então como está a situação em França, rapidamente o triunfo do bolchevismo irá desaguar em França, e neste caso pode a Alemanha “despedir-se”. Encravados entre o poderoso bloco soviético na zona Este e um forte bloco comunista hispano-francês em Oeste, apenas poderíamos defender se Moscovo fosse contra a Alemanha.*<sup>321</sup>

Em Setembro de 1936, o líder alemão elaborou o plano quatrienal, onde a principal premissa era a necessidade de defesa perante a ameaça comunista. No Verão de 1936 foi um momento crucial, em termos militares e económicos, e serviu de base para a intervenção da Alemanha em Espanha.<sup>322</sup>

Em relação aos aspetos ideológicos a motivação anticomunista de Hitler foi trilhada taticamente em consonância com a sua necessidade. Em muitos casos a lógica anticomunista foi usada como uma mera cobertura para suas atuações ou unicamente para enganar os seus interlocutores. Hitler possuía um anticomunismo autêntico, neste sentido é possível explicar um desvio tão absoluto, na política externa da Alemanha, em relação a um país pelo qual Hitler não sentiu o menor interesse até aquele momento.<sup>323</sup>

A base ideológica anticomunista que permitiu a ajuda alemã a Franco não foi o único motivo para que a ajuda se concretizasse. No entanto, o apelo e ajuda que Franco recebe, da Igreja Católica oficial, assumindo o levantamento militar de Julho de 1936 como uma atual “cruzada”, colide com a doutrina nacional-socialista germânica.<sup>324</sup>

Hitler explanava com Ciano, em Outubro de 1936, que existiam variados países que viam com desconfiança e medo a amizade da Itália e da Alemanha. Podiam integrar o eixo Berlim-Roma se fosse uma barreira contra o bolchevismo, incluindo a Inglaterra que poderia estar interessada em chegar a um entendimento com o eixo.<sup>325</sup>

O apoio de Adolf Hitler, aos nacionalistas, também equacionava uma vitória republicana em Espanha que podia arrastar um domínio comunista em Espanha e um apoio e união do Governo francês e soviético à República.

Informação do conselheiro Schwendemann dos Negócios Estrangeiros alemão sobre uma possível vitória do Governo republicana em Espanha:

<sup>321</sup> Abendroth, Hans Henning, *Hitler in der Spanische Arena*, Paderborn, Schöningh, 1973, p. 32, in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 87-88.

<sup>322</sup> Bernecker, Walther L, *Alemania, la crisis europea de entreguerras y la Guerra Civil española*, Dictatorships & Democracies, Journal of History and Culture, nº 7, 2019, p. 32.

<sup>323</sup> Viñas, Ángel e Collado Seidel, Carlos, *Franco's Request to the Third Reich for Military*, Contemporary European History, vol. 11, nº 2, May 2002, p. 207.

<sup>324</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 77-104.

<sup>325</sup> Muggeridge, Malcolm, (editor): *Ciano's Diplomatic Papers*, London, Odham Press Ltd., 1948, pp. 57-58 in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 90

*A vitória do Governo iria trazer sérias consequências para a política interna e externa. Em relação á primeira, confirmaria o domínio marxista em Espanha por muito tempo com o perigoso regime soviético espanhol; a segunda, ficava a estrita união de Espanha -ideológica e material– com o bloco soviético-francês.*<sup>326</sup>

### **A entrada da Alemanha na guerra civil**

Quando os nacional-socialistas chegaram ao poder na Alemanha, em 1933, foi sentida uma frieza nas relações culturais entre Alemanha e Espanha. Houve antipatia dos nacional-socialistas por a II República e um sentimento de desvinculação que os republicanos, espanhóis progressistas, possuíam pelos nacionais-socialistas.<sup>327</sup>

A entrada da Alemanha na guerra civil espanhola, não foi uma decisão “*fria racionalidade, totalmente isenta de, ideologia*”, mas foi uma tomada de decisão, por parte de Hitler, com muitas variáveis ideológicas e de cálculo político.<sup>328</sup>

Os quatro meios de auxílio do regime nazi, a Francisco Franco, foram os seguintes; Envio de material bélico; Envio de soldados; Apoio diplomático e ajuda financeira. O envio material militar do Governo nazi é contínuo. O suporte diplomático foi importante, na medida que é umas das medidas que inibe a França de ajudar a República e faz ver aos países europeus o compromisso de Hitler na guerra civil de Espanha. O apoio financeiro aos nacionalistas foi relevante porque ajudou a que o sistema económico nacionalista não fosse estrangulado. No dia 21 de Julho de 1936, Johannes E.F. Bernhardt, ofereceu o seu apoio ao General Franco. Embora a determinação de Bernhardt parecesse quase insolente, considerando a falta de peso político que ele representava, foi uns dos passos iniciais para a intervenção de Hitler no conflito espanhol.<sup>329</sup>

Só em 23 de Julho foi realizado o primeiro relatório pormenorizado pelo conselheiro Schwendemann, da Embaixada alemã, sobre o golpe de estado praticado pelos rebeldes e a sua falta de estratégia e de objetivos:

<sup>326</sup> Akten, vol. 3, p.8, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 88.

<sup>327</sup> Janué i Miret, *Relaciones culturales en el «Nuevo orden»: la Alemania nazi y la España de Franco*, p. 810.

<sup>328</sup> Fest, Joachim, *Hitler. Eine Biographie*, Berlin, Propyläen, 1973, p. 685, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 90.

<sup>329</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, p. 53.

*Escassa unidade de objetivos e de ideologia dos nacionalistas, uma estreita união da monarquia e do fascismo, junto a uma ausência de um verdadeiro caudilho e de um programa social que abarque grandes sectores da população, não permitiu que aquele movimento se possa converter em um movimento popular.*<sup>330</sup>

Igualmente, no dia 23 de Julho, a missão de Francisco Franco, composta por Bernhardt, Langenheim e um representante espanhol, o Capitão Francisco Arranz Monasterio, partiu para a capital da Alemanha onde chegaram no dia 25 de julho. Os dois enviados alemães encontraram-se de imediato com Ernst Wilhelm Böhle, chefe da Auslandsorganisation der NSDAP, que reagiu com grande interesse à sua mensagem. Böhle estava extremamente interessado em promover a posição da AO<sup>331</sup> nos Negócios Estrangeiros do Governo alemão. Se o pedido de Franco fosse considerado, com a cooperação da AO, a organização teria conseguido um triunfo sobre seu rival oficial, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Afinal, este último rejeitou abertamente o desígnio de auxiliar os nacionalistas. No entanto, Böhle concluiu que não conseguiria tomar pessoalmente uma resolução sobre uma matéria tão importante. Böhle acertou uma reunião com Rudolf Hess. Após a reunião com Bernhardt e Langenheim, Rudolf Hess, remeteu a decisão para o líder do Governo alemão.<sup>332</sup>

Hitler estava em Bayreuth participando do Festival de Wagner e na noite, de 25 de Julho, Hitler recebeu os dois enviados alemães unicamente na presença de Wolfgang Kraneck. A decisão determinante foi tomada quando Hitler convocou Hermann Göring, o General Werner Von Blomberg e o Capitão Coupette. Inicialmente, Göring e Von Blomberg pareciam relutantes em patrocinar a solicitação de Franco, no entanto quando Adolfo Hitler tomou a sua decisão, ambos os presentes na reunião mudaram de ideias.<sup>333</sup>

*Unternehmen Feuerzauber* (Operação Fogo Mágico), foi o nome dado à intervenção alemã em Espanha. No dia 26 de Julho o Almirante Lindau e o General Erhard Milch chegaram a Bayreuth para prepararem os preparativos para a operação de transporte que Franco tanto necessitava. De volta ao Ministério da Aeronáutica do Reich (RLM), por ordem de Hermann Göring, Erhard Milch habilitou o General Helmuth Wilberg a conceber o Sonderstab W (Estado-Maior da Wehrmacht), que verificaria a

<sup>330</sup> Schwendemann al Ministerio de Exteriores, 23 de julio de 1936 in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 80-81.

<sup>331</sup> O departamento de relações internacionais do Partido Nacionalista Operário Alemão, fundado em 1931.

<sup>332</sup> Whealey, Robert H., *Nazi Propagandist Joseph Goebbels Looks at the Spanish Civil War*, *The Historian*, vol. 61, nº 2, 1999, p. 347.

<sup>333</sup> Idem, *Ibidem*.

preparação de toda a operação de abastecimento, a intervenção do governo alemão em território espanhol havia começado.<sup>334</sup>

Como referido na noite do dia 25 para o dia 26 de Julho de 1936 foi tomada a decisão, em Bayreuth, de ajudar os nacionalistas. Os enviados de Franco, Langenheim e Bernhardt, encontraram-se com Hitler para solicitar aviões de transporte. Nesta decisão de ajudar Franco estavam presentes Göring e Blomberg. Mais tarde após a derrota do regime Nazi, na II Guerra Mundial, e perante o Tribunal Internacional de Nürnberg, Göring salientava que estava de acordo com a ajuda prestada a Franco:

*... em primeiro lugar, para impedir a propagação do comunismo naquele país; mas também, em segundo lugar, para pôr a prova em tal ocasião o funcionamento de um ou outro detalhe técnico do meu recém-formado Exército do Ar. Com a permissão do Führer enviei para ali grande parte da minha frota de transporte e uma serie de comandos de prova dos meus aviões de caça, bombardeiros e canhões antiaéreos, tendo assim oportunidade de comprovar sobre o terreno se o material havia sido construído devidamente.*<sup>335</sup>

No entanto, a ajuda alemã aos nacionalistas só foi oficial em 1939, para evitar que as potências ocidentais pudessem ter motivos para serem solidários com os combatentes dos nacionais. Hitler afirmou, num ato oficial em 6 de Junho de 1939, quando do regresso da Legião Condor à Alemanha; *Que doloroso foi guardar silêncio sobre a vossa luta durante tantos anos.*<sup>336</sup>

Em Novembro de 1936, o líder alemão Adolfo Hitler observava com o encarregado de negócios da Alemanha junto a Franco, o General Wilhelm von Faupel, que não devia influir nos assuntos internos de Espanha. O regime político que pudesse surgir, depois da final guerra civil, não incomodava Hitler. A sua preocupação estava presente que, depois de finalizar o conflito espanhol, o estado espanhol não ficasse sob influência de Londres, Paris ou Moscovo e que fosse um aliado do Governo alemão numa possível reestruturação geopolítica do continente europeu que, pensava o dirigente alemão, vai seguramente acontecer.<sup>337</sup>

Hitler dizia ao Embaixador alemão, na Espanha nacionalista, General Wilhelm Faupel em Novembro de 1936 a postura e missão que devia ter em território nacionalista:

---

<sup>334</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>335</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 90.

<sup>336</sup> Do-Marus, Max, *Hitler. Reden und Proklamationen 1932-1945*. Kommentiert von einem deutschen Zeitgenossen. 2 vols., Würzburg, 1963, pp. 1209-1211, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 79.

<sup>337</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 85.

*A sua missão consiste única e exclusivamente em evitar que, uma vez concluída a guerra, a política exterior espanhola resulte influenciada por Paris, Londres ou Moscovo, para que quando chegar o enfrentamento definitivo de uma nova ordem na Europa, Espanha não se encontre ao lado dos inimigos da Alemanha, mas sim ao lado da Alemanha ou dos aliados.*<sup>338</sup>

No mesmo mês de Novembro, no dia 18, o Governo alemão reconheceu, em termos diplomáticos, os nacionalistas. Havia a percepção negativa de Francisco Franco como líder político e militar. Joseph Goebbels escreve no seu diário a sua opinião em relação a Francisco Franco: “*Por detrás dele não existe nenhuma seriedade política, Franco é uma verdadeira galinha. Quando lhe é conveniente pavoneia-se, mas se a situação não lhe é mais conveniente encolhe-se e acobarda-se*”.<sup>339</sup>

Hitler menciona considerações, negativas, acerca de Franco que são aqui reproduzidas por Albert Speer em 1942:

*Já conhece a minha opinião sobre Franco. Então, quando nos encontramos há dois anos, pensava ainda que se tratava de um autêntico caudilho, mas em lugar de um caudilho vi-me em frente de um sargento baixinho e gordinho, que não era capaz de perceber os meus ambiciosos planos [...] Durante a Guerra Civil o idealismo não esteve ao lado de Franco, mas sim com os vermelhos.*<sup>340</sup>

Hossbach relata a opinião de Hitler, em relação a Espanha, no dia 5 de Novembro de 1937:

*Segundo a experiência acumulada até agora através do curso dos acontecimentos bélicos em Espanha, o Führer não vê um rápido final da guerra. Tendo o tempo despendido até ao momento por a ofensiva de Franco, a duração da Guerra pode prolongar-se até três anos. Por outra parte, os alemães não têm interesse em uma vitória total de Franco, é mais importante a prolongação da guerra e manter as tensões no Mediterrâneo*”<sup>341</sup>

<sup>338</sup> Abendroth, *Hitler in der Spanischen Arena*, p. 36 cit. por Enrique Moradiellos, *Hitler y España: la intervención alemana en la guerra civil*, in E. Moradiellos, *Sine Ira et Studio. Ejercicios de crítica historiográfica*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2000, p. 66.

<sup>339</sup> Goebbels, Joseph, *Tagebücher 1945. Die letzten Aufzeichnungen*. Introducción de Rolf Hochhuth, Hamburg, Hoffmann und Campe, 1977, pp. 76-77, in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 85.

<sup>340</sup> Speer, Albert, *Spandauer Tagebücher*, Frankfurt, Propyläen, 1975, p. 252, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 82.

<sup>341</sup> Bussmann Walter, Zur Entstehung und Überlieferung der “Hossbach-Niederschrift”, em Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte, nº 16, 1968, pp. 207-208 e 373-374, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 86.

Segundo Payne, durante a maior parte do conflito espanhol, os comandantes militares alemães protestaram sobre o ritmo lento implementado e a falta de imaginação das operações militares dos nacionalistas, que ocasionalmente acarretavam problemas de moral na Legião Condor. O Embaixador von Faupel julgou Francisco Franco deste modo: *sua experiência militar pessoal e conhecimento são insuficientes para a condução de operações das dimensões atuais*". O General Hugo Sperrle, Comandante da Legião Condor, sentenciou Franco:

*Não é um líder adequado para essas tarefas importantes. Pelos padrões alemães, ele carece de experiência militar. Ele foi feito um jovem general após a guerra do Riff e nunca comandou unidades maiores, de modo que está apenas preparado para ser um líder de batalhão.*<sup>342</sup>

Ofício da Legação da República Portuguesa em Berlim, por intermédio do diplomata Alberto da Veiga Simões<sup>343</sup>, demonstra um pessimismo na imprensa alemã, sobre o avance dos nacionalistas no conflito espanhol. A conquista de Málaga foi um bálsamo para imprensa alemã que a festejou entusiasticamente. O General Faupel estava descrédito sobre a implicação dos jovens nacionalistas na guerra civil e havia a convicção da elite política e militar do III Reich, incluindo Hitler, o Barão de Neurath e Von Ribbentrop, que uma posição forte do Comité de Londres, no sentido de endurecer a fiscalização da entrada dos voluntários para território espanhol, era decisivo para a vitória de Franco:

*A queda de Málaga é largamente celebrada pela imprensa alemã. Não o deve ser menos pelas estações oficiais do Reich. Nos últimos tempos, nessas estações começava a manifestar-se um certo pessimismo sobre o triunfo total de Franco. Esse pessimismo sucedia ao excesso de optimismo que, até fins de Dezembro, reinava nas altas esferas governativas. O General Faupel, Encarregado de Negocios do Reich junto ao governo de Burgos, contribuíra decisivamente para isso; com o intuito de demover os chefes do exército a uma mais eficaz participação em Espanha, declarára que os espanhóis se não queriam bater, e que os cafés e as ruas de Salamanca estavam sempre cheios de jovens que preferiam, a ir para as frentes de batalha, comentar os acontecimentos e dar largas, pela oratoria, ao seu patriotismo. Daí, se crear durante algumas semanas nos meios oficiais a crença de que a questão de Espanha se iria sobretudo decidir em Londres, e que uma rigorosa fiscalização sobre o acesso de voluntários contribuiria eficazmente para isso.*

*O proprio Ministro dos Estrangeiros, Barão de Neurath, mo confirmou, quando, em 20 de Janeiro, jantei em sua casa, informando-me que, tanto ele, como*

---

<sup>342</sup> Payne, Stanley G., *Franco and Hitler. Hitler's Strategy in the Civil War*, New Haven, Yale University Press, 2008, p. 28.

<sup>343</sup> Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1921 a 1922 e Ministro plenipotenciário em Berlim de 1933 a 1940.

*o Führer, como o Sr. Von Ribbentrop, estavam convencidos de que, uma vez rigorosamente fiscalizado esse acéso e impedido o auxílio de Moscou ao governo de Valencia, este não tardaria a sucumbir às mãos do exército nacionalista. Daí, o pedido de rigorosa fiscalização expresso nas suas duas últimas notas à Inglaterra.*

*[...] Desde os últimos dias de Janeiro que a questão se começava a complicar, dando mesmo lugar, em algumas cidades alemãs, a manifestações, logo dissolvidas pela policia e eliminadas da imprensa, por parte das familias dos soldados alemães mortos em Espanha, quando começaram a receber comunicações da sua “morte em manobras”.*<sup>344</sup>

Atenção, neste caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros português à Legação portuguesa em Berlim, era importante e constante pois os envios e troca de informação diplomática deveriam estar sempre atualizados pois eram uma peça importante para a estratégia da política externa portuguesa:

*Tenho a honra de acusar recepção do officio de V. Ex.<sup>a</sup> N.º 81, de 10 de Fevereiro, ácerca dos acontecimentos de Espanha e a política do Reich, o qual foi lido com interesse nesta Secretaria de Estado muito especialmente a conversa que V.Ex.<sup>a</sup> teve com o general Göring.*<sup>345</sup>

### **A ajuda económica alemã aos nacionalistas**

As relações comerciais entre a Espanha nacionalista e o Governo nazi foi mais consistente e importante que com outros países. No ano de 1935 as relações comerciais entre Espanha e Alemanha eram na ordem dos 13% do total importado e exportado. Em Julho de 1936, o fluxo económico começou a crescer, e em 1938 alcançou os 33% das exportações e 26 % das importações.<sup>346</sup> O Governo alemão, durante a guerra civil, forneceu aos nacionalistas armamento bélico no valor de 215 milhões de dólares. Durante a guerra civil, a Alemanha foram uns dos principais comerciantes da Espanha nacionalista. Assim, as matérias-primas espanholas pagaram algumas das armas alemãs.<sup>347</sup> A ajuda da Alemanha a Franco foi contabilizada em 136,7 milhões de dólares,

<sup>344</sup> AHD-MNE, Ofício confidencial da Legação da República Portuguesa em Berlim com destino a Lisboa em 10/02/1937. pp. 1-3.

<sup>345</sup> AHD-MNE, Ofício confidencial do MNE, para o Embaixador de Portugal em Berlim, Alberto da Veiga Simões, a 5/03/1937.

<sup>346</sup> Martínez Ruiz, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero*, p. 61.

<sup>347</sup> Whealey, Robert, *How Franco Financed his War*, Journal of Contemporary History, vol. 12, nº 1, Jan. 1977, p. 134.

cerca de 410 milhões de marcos.<sup>348</sup>

Para Bernecker, segundo o Ministério das Finanças alemão, é possível concretizar a ajuda total alemã, aos nacionalistas, em 560 milhões de marcos, em que 329 milhões são relativos à Legião Condor. Em 1940 ainda estavam por liquidar 371 milhões.<sup>349</sup> O pagamento da dívida espanhola, ao regime nazi, prolongou-se pelos anos quarenta, coincidindo com os “anos de fome”, onde foi reforçado as exportações de produtos de alimentação para a Alemanha.<sup>350</sup>

As relações hispanas germânicas com o decorrer da guerra civil foram sempre no sentido de um sistema compensatório estruturadas por duas sociedades HISMA (Sociedade Hispano-Marroquina de Transportes Ltda.) e a ROWAK (Sociedade de Compra de Mercadorias e Matérias Primas Ltda.). A HISMA foi criada em Julho de 1936. O seu objetivo era encobrir o transporte de tropas e material de guerra alemão, desde África para Espanha, camuflado de uma forma privada. Johannes Bernhardt, que foi o director de HISMA, teve boas relações com Francisco Franco o que ampliou repentinamente o negócio de material militar entre Espanha e Alemanha. No mês de Outubro constituiu-se a ROWAK por ordem de Göring. Foi uma empresa que tinha como objetivo a receção na Alemanha de matérias-primas e produtos alimentares vindos da Espanha nacionalista.<sup>351</sup>

Durante o ano de 1937, a HISMA obteve em Espanha direitos sobre vários tipos de minas; minas de ferro, cobre, chumbo, estanho, zinco, cobalto, níquel e outras. Em Outubro de 1937 detinha direitos de 73 minas e no ano de 1938 já ascendiam a 135 minas. No momento da Conferência de Munique, onde o regime alemão ganhou um papel mais destacado na Europa, o líder nacionalista espanhol acede às exigências do Governo alemão no sentido de aceder de forma maioritária, do capital alemão, às participações em empresas do setor mineiro espanholas. Segundo Bernecker, “*a aquisição dos direitos sobre as minas espanholas representou o aspeto mais significativo dos objetivos económicos alemães em Espanha.*”<sup>352</sup>

---

<sup>348</sup> Salas Larrazábal, Jesús, *La intervención Extranjera en la Guerra de España*, Madrid, Editora Nacional, 1974, in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 97.

<sup>349</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 96-97.

<sup>350</sup> Viñas, Ángel, “*Las relaciones entre Franco y Alemania en la guerra civil*”, em Manfred Engelbert e Javier García de María (eds.), *La Guerra Civil Española medio siglo después. Actas del coloquio internacional celebrado en Göttingen del 15 al 28 de junio de 1987*, Frankfurt, Iberoamericana, 1990, pp. 147-155.

<sup>351</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 93-94.

<sup>352</sup> Idem, *Ibidem*.

O objetivo do Governo alemão era a criação de uma grande holding de direitos minerários chamada Montana. Depois de uma árdua negociação Franco assinou um decreto, no início de Junho de 1938, que permitia aos alemães possuir até 40% do capital em novas empresas de exploração mineira. O governo da Alemanha esperava contornar a limitação comprando ações adicionais por meio de representantes espanhóis. A situação militar forçou Franco, em Novembro de 1938, em concordar com o controle alemão das ações em quatro das cinco principais empresas da Montana, nas quais os alemães passariam a possuir entre 60 e 75% do capital. Este acordo trouxe a retomada dos abastecimentos militares alemães para a campanha final da guerra.<sup>353</sup>

No mês de Janeiro de 1938, houve um encontro entre Von Stohrer e Bernhard sobre a análise das transações realizadas em 1937 por HISMA/ROWAK, onde foram enviadas à Alemanha 2.584.000 toneladas de minérios. O monopólio ROWAK/HISMA, que incluía várias empresas, foram agrupados a partir de 1938 na Sociedade Financeira Industrial Limitada (SOFINDUS). Enviou para a Alemanha, durante os primeiros seis meses após ser fundada, matérias primas na ordem dos 60 milhões de marcos.<sup>354</sup>

### **A intervenção militar da Alemanha em Espanha: a Legião Condor**

Realço a hipótese que formulo com *Primeiro Conjunto de Apoio alemão* com as primeiras movimentações logísticas, com pouco apoio bélico, com a emissão de aviões para a realização da ponte aérea para o Sul de Espanha a 31 de Julho com uma demora de 14 dias desde o *Alzamiento*.

Adolfo Hitler afirmava que Francisco Franco deveria erguer um monumento aos aviões Junkers 52 porque eles foram uma ajuda decisiva para o transporte de tropas entre o Marrocos espanhol e a Espanha continental, através do estreito de Gibraltar, e foram decisivos para a vitória final de Franco<sup>355</sup>. Hitler afirmava, categoricamente, que Franco só ganhou a guerra devido, unicamente, à ajuda da Alemanha.<sup>356</sup>

<sup>353</sup> Payne, *Franco and Hitler*, p. 30.

<sup>354</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 96-97.

<sup>355</sup> Trevor-Roper, Hugh, R. (editor), *Hitler's Secret Conversations 1941-1944*, New York, Farrar, Straus and Young, 1953, p. 558, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p.77.

<sup>356</sup> Picker, Dr. Henry, *Hitlers Tischgespräche im Führerhauptquartier*. Stuttgart, Seewald, 1976, p. 429, cit. in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p.77.

O Cônsul português em Sevilha, sempre com atenção e perspicácia, observa que se espera a chegada do “*Cônsul da Alemanha nesta cidade e a vinda igualmente dum navio alemão*”.<sup>357</sup>

A origem da HISMA, no dia 31 de Julho de 1936, coincidiu com a partida do primeiro navio alemão, *Usaramo*, com material militar com destinado aos nacionalistas. Deixou a cidade de Hamburgo com oitenta e cinco passageiros e setecentos e setenta e três unidades de carga. Essas unidades incluíam 10 Junkers-52, 6 Heinkel-51, canhões antiaéreos, bombas, munições e vários outros equipamentos para as tripulações da aeronave que transportaria as tropas de Francisco Franco pelo estreito de Gibraltar. Em simultâneo já estavam a caminho, dos rebeldes, mais 10 Junkers-52. No início de Agosto de 1936, os aviões alemães desembarcaram em Tetuan e de imediato iniciaram o transporte das tropas de Franco para Andaluzia, nomeadamente para as cidades de Jerez de la Frontera e Sevilha. Na segunda semana de Outubro, aviões alemães já haviam transportado 13.523 soldados marroquinos e toneladas de armas através do estreito de Gibraltar. Foi a primeira ponte aérea da história e foi reforçado pela ajuda italiana aos nacionalistas.<sup>358</sup>

Em relação à hipótese que aponto ao O *Segundo Conjunto de Apoio alemão* consistia em fornecimento de material bélico a larga escala e apoio técnico. A partir de meados de Agosto começam a chegar ao porto de Lisboa navios alemães com material militar. A Legião Condor foi remetida em finais de Outubro para começar a operar em Novembro de 1936, ou seja, 3 meses e 1 semana após o golpe militar.

Esta comunicação diplomática evidência o começo do *Segundo Conjunto de Apoio alemão* a partir desta data pois os nacionalistas já possuíam uma união territorial e militar significativa. Está aqui demonstrada a importante ajuda realizada pelos diplomatas portugueses em fornecer informações relevantes. Esta informação diplomática realizada pelo Cônsul português em Sevilha, sempre bem informado das movimentações logísticas e militares na cidade Sevilha., comunica o envio de material militar alemão para Sevilha. Foram enviados aviões bombardeiros, caças, diferente material bélico e 120 elementos alemães:

*Enviados pela Alemanha: 12 aviões pesados de bombardeamento, 6 aviões de caça ligeiros e 3 baterias de artilharia anti-aérea. Além deste material, a*

---

<sup>357</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 25/07/1936, pp. 1-2.

<sup>358</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, p. 63.

*Alemanha forneceu igualmente um número avultado de metralhadoras de tipo moderno e bombas de avião, acompanhando este material uma equipa de 120 homens, contando-se entre estes alguns especialistas de química militar. Estes homens, devidamente uniformizados de branco sem distintivo algum passeiam à tarde pelo centro da cidade entre os aplausos entusiásticos do público.*<sup>359</sup>

A Legião Condor, comandada pelo comandante Ritter Von Thoma, esteve composta por voluntários da Luftwaffe, força aérea alemã, e tinha 6.000 homens desde pilotos, pessoal técnico, conselheiros e possuindo variado material de guerra. Adolf Galland, que esteve em território espanhol, comentou que os elementos da Legião Condor não eram todos voluntários, mesmo que se apresentassem como tal. Galland dizia o segredo que havia sobre o envolvimento dos soldados alemães no conflito espanhol:

*Um belo dia recebi ordem de me apresentar ao “Comando W”, um Condor especial da Legião... No final de 1936 e início de 1937 foi quando na Luftwaffe percebemos os primeiros rumores sobre a Legião Condor. Ninguém sabia que as unidades voluntárias alemãs na Espanha tinham esse nome e todos desconheciam seu número e a natureza de sua missão. Ficamos impressionados apenas com o fato de que um ou outro dos camaradas desapareceu repentinamente sem deixar vestígios. Cerca de meio ano depois, voltava repentinamente, com o rosto bronzeado e, com excelente humor, comprava um carro novo e contava aos amigos mais próximos, com o compromisso do mais estrito segredo, coisas muito interessantes sobre a Espanha. onde o próximo conflito mundial foi ensaiado em miniatura.*<sup>360</sup>

O Governo alemão, em final de Outubro de 1936, tinha decidido em remeter reforços para impedir a ajuda soviética. Ou seja, enviou um esquadrão permanente de 5.000 tropas alemãs e 140 aviões apelidada Legião Condor, provavelmente, a melhor força aérea desta época. Esta força estava sob responsabilidade do comando espanhol, no entanto era liderada no terreno por comandantes alemães. Em termos de tipos de material bélicos incluía armas antiaéreas, tanques, bombardeiros e os esquadrões de caça mais modernos que o Governo nazi possuía. No mês de Novembro de 1936 estas unidades alemãs começaram a atuar na zona de guerra em Madrid. Eles seriam determinantes na superioridade aérea dos nacionalistas e permitiram ao Governo alemão experimentar a sua devastadora máquina de guerra.<sup>361</sup>

<sup>359</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 20/08/1936, pp. 1-2.

<sup>360</sup> Faraldo Jarillo, José María, *Voluntarios y mercenarios germanos en la España Contemporánea, in Presencia germánica en la milicia española*. Enrique García Hernán (coord.), Madrid, Ministerio de Defensa (Cuadernos de Historia Militar, nº 3), 2015, pp. 154-155.

<sup>361</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 120.

O Governo nazi enviou variado material de guerra para o conflito espanhol que incluía; 737 canhões, 3.026 metralhadoras e 207.306 espingardas. A Legião Condor consistia em armas antiaéreas e 111 tanques Pzkwfw. Em relação aos aviões a Legião Condor possuía em Espanha 708 aviões que abarcavam os bombardeiros e aviões de combate mais sofisticados que a Alemanha detinha, como o Junker 87B “*Stuka*” e o Messerschmitt 109.<sup>362</sup>

A Legião Condor bombardeou em massa muitas localidades espanholas. Durango, fora arrasada pelo mortífero poder aéreo da força aérea alemã. No entanto, foi a destruição, em 26 de Abril, pelos aviões germânicos de Guernica, antiga capital basca, que obteve um papel simbólico e de divulgação internacional. A operação levou mais de três horas e contou com a presença de bombardeiros Junker 52, Heinkel 111 e Messerschmitt 109. Em Guernica foram mortas mais de 1.600 pessoas e 800 ficaram feridas.<sup>363</sup>

A Legião Condor incluía um batalhão Panzer alemão,( chamado de Panzergruppe Drohne). Em Março de 1938, esse batalhão tinha 6.200 homens preparados em quatro unidades de tanques alemães Pzkwfw Mark I muito leves com 16 por companhia.<sup>364</sup>

A diferença com as tropas italianas é que a Alemanha só enviou pilotos e equipas técnicas de aviação. Em relação aos números eles não são coincidentes. O número de soldados enviados por Hitler através da via marítima fora de 16.846.<sup>365</sup> Por via marítima e aérea foram 19.000 soldados alemães que combateram em Espanha<sup>366</sup>. Ángel Viñas admite 19.000 homens.<sup>367</sup> Pedro Schwartz calculou em 16.000 homens, Salas 20.000 e Tamames 30.000.<sup>368</sup>

---

<sup>362</sup> Idem, p.127.

<sup>363</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>364</sup> Payne, *Franco and Hitler*, p. 28.

<sup>365</sup> Whealey, Robert, *Hitler and Spain*, Lexington, Kentucky University Press, 1989, pp. 205-206.

<sup>366</sup> Proctor, Raymond L., *Hitler's Luftwaffe in the Spanish Civil War*, Westport, Greenwood Press, 1983, p. 253.

<sup>367</sup> Viñas, Ángel, *Franco, Hitler y el estallido de la guerra civil. Antecedentes y consecuencias*, Madrid, Alianza, 2001, p. 453.

<sup>368</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los dos bandos*, p. 14.

## 8. Governo irlandês e a Não Intervenção na guerra civil de Espanha

O Governo irlandês do Estado Livre<sup>369</sup> permaneceu neutro, mas a população de uma forma geral apoiou o lado nacionalista. Enquanto, na Grã-Bretanha, a maior pressão foi exercida sobre os Governos de Baldwin e Chamberlain, para apoiar o Governo da República, no Governo irlandês foi colocada pressão sobre Eamon de Valera e o seu Governo para reconhecer o regime nacionalista. Os partidários do Governo do Fianna Fail<sup>370</sup>, com menos recurso económicos, desaprovaram a política de neutralidade.<sup>371</sup>

O Governo irlandês deparava-se com vários desafios para reconhecer Franco. Se por um lado havia uma pressão para o reconhecimento, dos nacionalistas, por parte do Fine Gael que era anticomunista, pela Frente Cristã Irlandesa, por muitos órgãos locais e vários Bispos. Por outro lado, Valera sentia que o reconhecimento irlandês de Franco expressaria entrar na associação diplomática, dos estados fascistas, e minar a neutralidade irlandesa em um momento delicado e crítico nas relações internacionais europeias.<sup>372</sup>

O apoio do Governo irlandês, à Não Intervenção, embora fosse a opção de política externa mais cautelosa foi difícil de defendê-la no âmbito interno da Irlanda. No entanto, foi aprovada a Lei de Não Intervenção com o apoio do Partido Trabalhista e com a oposição de Fianna Fail. Dada a opinião pública, adversa, da manutenção da neutralidade, de Valera e do Governo irlandês, foi uma conquista apreciável. O Governo irlandês sofreria mais pressão quando os irlandeses começassem a lutar em Espanha.<sup>373</sup> Na Irlanda houve dois campos políticos opostos. A ultradireita irlandesa, com uma postura hostil e apoiando a posição nacionalista, bem como a *Irish Christian Front*, o *National Corporate Party* e os *blueshirts*. A esquerda radical irlandesa com o seu apoio aos republicanos espanhóis. O Governo irlandês queria distinguir-se da atuação que o Governo inglês teve ainda, assim, a questão espanhola não foi motivo para abrir uma greta nas relações entre os dois países.<sup>374</sup>

<sup>369</sup> Estado Livre da Irlanda em gaélico Saorstát, foi um estado estabelecido em 1922 a 1937, através do Tratado, entre a Inglaterra e a Irlanda, em Dezembro de 1921. Esse acordo concluiu a Guerra da Independência da Irlanda, que durou três anos, entre as forças da República da Irlanda, o Exército Republicano Irlandês (IRA) e as forças inglesas.

<sup>370</sup> É um partido político irlandês e foi fundado em 1926 por Eamon de Valera.

<sup>371</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, pp. 111-112.

<sup>372</sup> McGarry, Fearghal, *Ireland and the Spanish Civil War*, History Ireland, vol. 9, nº 3, 2001, p. 37.

<sup>373</sup> Idem, p. 38.

<sup>374</sup> Soler Paricio, Pere, *Irlanda y la Guerra Civil española. Nuevas perspectivas de estudio*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2018, p. 14.

Em relação ao compromisso, com o lado republicano espanhol, a “Coluna Connolly” deixou a Irlanda para lutar pela República espanhola. Liderado pelo republicano de esquerda, Frank Ryan, aproximadamente 200 irlandeses alistaram-se nas Brigadas Internacionais. Estes elementos de esquerda eram predominantemente urbanos, da classe trabalhadora e de orientação de esquerda (a maioria pertencia ao Partido Comunista e IRA).<sup>375</sup>

### O lobby católico irlandês

Com o golpe militar de 17 de Julho de 1936, *The Irish Independent* advertiu que uma vitória do Governo espanhol levaria a um “Estado soviético” e convocou os seus leitores a apoiarem os nacionalistas. A maioria da imprensa irlandesa apoiou Franco. Os irlandeses estavam interessados na guerra civil espanhola porque era vista como um conflito religioso mais do que político. A maioria das pessoas sabia pouco sobre a vida, política, de Espanha aquando do *Alzamiento*. No Outono de 1936, o lobby irlandês nacionalista já era uma força poderosa. Em Setembro de 1936, o Cardeal MacRory, primaz de toda a Irlanda, declarou inequivocamente o apoio da Igreja a Franco:

*Não há mais espaço para dúvidas quanto à questão em jogo no conflito espanhol ... É uma questão de saber se a Espanha permanecerá como ela tem sido por tanto tempo, uma terra cristã e católica, ou uma bolchevique e anti-Deus.*<sup>376</sup>

O Bispo O’Kane declarou que a guerra em Espanha é uma luta; *entre Deus e os poderes das trevas*. O Bispo Doorly descreveu o conflito espanhol como; *uma guerra entre Cristo e o anticristo*. O Bispo Fogarty saudava; *os bravos guerreiros de Franco campeões da cruz que estão lutando tão gloriosamente por Cristo*. A Igreja irlandesa estava verdadeiramente preocupada com a guerra, que se passava em território espanhol, como advertiu o Bispo Mageean.<sup>377</sup>

A manifestação mais significativa do apoio, aos nacionalistas, foi estabelecida e organizada pela Frente Cristã Irlandesa em Agosto de 1936. O seu manifesto afirmava:

*Qualquer pessoa que apoie o governo espanhol apoia a queima de igrejas e o massacre de padres. Devemos desejar o sucesso das armas patriotas em Espanha,*

<sup>375</sup> McGarry, *Ireland and the Spanish Civil War*, p. 38.

<sup>376</sup> Idem, p. 36

<sup>377</sup> Idem, *Ibidem*.

*não que estejamos menos preocupados com as questões temporais em jogo em Espanha, mas que queiramos que a vanguarda das forças anti Deus pare em Espanha e assim alcance nossas costas*<sup>378</sup>.

A Frente Cristã Irlandesa espalhou-se por todo o território irlandês organizando uma série de reuniões públicas nas quais padres, políticos e sindicalistas locais e regionais declararam seu apoio a Francisco Franco. Em Cork em Setembro, de 1936, mais de 40.000 pessoas participaram em uma manifestação a favor dos nacionalistas. O Monsenhor Sexton, de Cork, imputou a guerra civil espanhola a *um gangue de judeus assassinos de Moscovo*. Alfred O’Rahilly<sup>379</sup> criticou a violência sobre a Igreja em Espanha e a neutralidade do Governo irlandês.<sup>380</sup>

Os objetivos da Frente Cristã Irlandesa, sob a presidência de Patrick Belton<sup>381</sup>, seguiram três linhas: opor-se ao comunismo, apoiar os rebeldes e recolher fundos. A liderança da Frente Cristã era composta por membros da Ação Católica, ativistas anticomunistas e simpatizantes de índole fascista.<sup>382</sup>

O Cardeal MacRory afirmava que o envio de 34.772 libras, fornecidas pelos católicos irlandeses, para Espanha. A Frente Irlandesa anunciava que tinha recolhido, 29.000 libras, para a expedição, para os nacionalistas, de 8 ambulâncias e roupas enviadas durante os 3 primeiros meses de 1937.<sup>383</sup>

A Brigada irlandesa foi financiada por jornais e por irlandeses. O Bispo de Dublin realizou uma doação de 1 milhão e meio de pesetas ao Exército nacionalista.

### **Os voluntarios de O’Duffy**

Segundo Paul Preston, os voluntários estrangeiros, que estiveram ao lado de Franco, que adquiriram mais destaque foram a Brigada irlandesa chefiada pelo General Eoin O’Duffy. Devido à publicação, pela imprensa, que existiam perseguições aos membros da Igreja na zona republicana incentivou que um grupo de combatentes católico partisse, voluntariamente, para Espanha para lutar ao lado dos nacionalistas. A questão

<sup>378</sup> McGarry, *Ireland and the Spanish Civil War*, pp. 36-38.

<sup>379</sup> Acadêmico irlandês, profundamente católico foi membro da Society of Jesus e Presidente da University College Cork.

<sup>380</sup> McGarry, *Ireland and the Spanish Civil War*, p. 37.

<sup>381</sup> Nacionalista irlandês, político e empresário. Fortemente anticomunista e fundador e líder da Frente Cristã Irlandesa. Apoiante de Francisco Franco opôs-se a O’Duffy por constituir um grupo de combatentes para Espanha sentindo que eles seriam mais necessários, para combater os problemas internos, na Irlanda.

<sup>382</sup> McGarry, *Ireland and the Spanish Civil War*, p. 37.

<sup>383</sup> Butrón Prida, *La opinión pública conservadora irlandesa ante la guerra civil española*, pp, 148 e 151.

religiosa foi abordada por Eoin O'Duffy no seu livro, publicado em 1938, *Cruzada en España*:

*Antes de partir foram distribuídos rosários entre os voluntários, Agnus Deis e outros emblemas religiosos, doados por o reverendíssimo Monsenhor Byrne, de Clonmel, dean de Waterford. No grupo estavam representados 17 condados e o contingente mais composto procedia de Tipperary. Ao referir-se à partida, o reverendíssimo Monsenhor Ryan, dean da arquidiocese de Cashel disse; saíram para lutar a batalha da cristandade contra o comunismo.*

*Cheios de dificuldades erguem-se os homens do General O'Duffy e somente os heróis são capazes de combater nestas condições. Quem ficou em casa pode ajudar a causa com orações. O Rosário é mais poderoso que as armas bélicas. Na presença de Nosso Senhor Jesus Cristo, prometemos oferecer um mistério do Rosário familiar todos os dias pela pobre Espanha que sofre; e por os rapazes irlandeses que acudiram a lutar a batalha desesperada que ameaça a desolação em todo o mundo. Pedimos que se evite a destruição e Cristo viva e reine para que o comunismo e os poderes de Satã na terra sejam aniquilados.*<sup>384</sup>

Eoin O'Duffy, até 1933, exerceu a função de chefe da polícia irlandesa. Saiu da polícia, em parte por razões políticas, e foi nomeado o responsável da *Army Comrades Association* que foi uma força fascista. Para O'Duffy a guerra civil de Espanha constituía um caminho para realizar as suas ambições políticas. A Brigada O'Duffy regressou, à Irlanda, desiludida e com a imagem de O'Duffy deteriorada pois a sua participação na guerra civil não simbolizou o que idealizaram.<sup>385</sup>

Houve uma importante distinção sociológica entre os dois grupos que viajaram para território espanhol, lutar por os nacionalistas ou no lado republicano e nas Brigadas Internacionais. A maioria dos irlandeses, que se juntaram aos republicanos vinham das classes trabalhadoras urbanas de Dublin, Derry, Belfast e Cork. Os combatentes irlandeses que se uniram, com os nacionalistas, eram originários de pequenas cidades e comunidades agrícolas rurais. Houve uma liderança hábil e determinada de O'Duffy, na agrupação de um conjunto de combatentes que após muitas dificuldades, em termos de organização interna e transporte internacional, começou a saírem para Espanha a partir de Novembro de 1936. Esta força militar irlandesa de O'Duffy foi a única força, voluntária organizada e integral, a se juntar aos nacionalistas espanhóis.<sup>386</sup>

As condições negociadas por O'Duffy, com Franco, passavam por as seguintes premissas; A *Bandera* deveria ser liderada por oficias irlandeses; O'Duffy seria

<sup>384</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 217.

<sup>385</sup> Idem, pp. 217-218.

<sup>386</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, p. 124.

Brigadeiro-General e estaria dependente diretamente de Franco; A duração da missão das Brigadas irlandesas seriam o tempo que durasse a guerra ou seis meses; Devido à questão católica, não haveria combates dos irlandeses com os Vascos.<sup>387</sup>

Os irlandeses que estavam incluídos na Legião Estrangeira não operava como uma força integral, mas formava corpos distribuídas entre vários grupos de exércitos. O XV *Bandera* (Irlandesa) *del Tercio* foi um batalhão de infantaria isolado, com pouca força, e dependiam de unidades externas espanholas para todos os serviços de apoio.<sup>388</sup>

O Coronel do Tercio Juan Yague, em finais de Março de 1937, realizou uma inspeção surpresa, devido a relatórios críticos de oficiais de ligação espanhóis, enquanto O'Duffy estava fora na zona de Sevilha. Franco estava preocupado com o custo económico da XV *Bandera*, que recebia um apoio muito reduzido das fontes irlandesas. O'Duffy resistiu à pressão para permitir que seus soldados se integrassem, no exército nacionalista, sob o comando espanhol. Logo, em Abril, Franco decidiu que a dissolução era sua única opção. Algumas semanas depois, os irlandeses abandonariam a linha da frente.<sup>389</sup>

Francisco Franco não ficou impressionado com sua falta de experiência militar. A primeira batalha da Brigada irlandesa foi em Fevereiro de 1937 com outro batalhão nacionalista, que os confundiu com o inimigo. A sua ação seguinte, e final, terminou em fiasco quando os elementos da Brigada irlandesa, se amotinaram, recusando uma ordem de atacar a bem defendida localidade de Titulcia. A embriaguez, o descontrolo e a indisciplina aumentaram estes problemas e a Brigada de O'Duffy foi desarmada e ordenada a sair de território espanhol.<sup>390</sup> Alguns voluntários irlandeses saíram de Lisboa, no dia 19 de Junho de 1937, para regressar a Dublin no dia 22 de Junho de 1937. Houve uma grande receção, com muitas pessoas, vigiadas pela polícia devido à possibilidade de O'Duffy desencadeasse uma insurreição política ou mesmo um golpe de estado.<sup>391</sup>

Segundo Preston, entre Setembro de 1936 a Julho de 1938, quase mil irlandeses foram combater em território espanhol. O povo irlandês estava intimamente, comprometido, quer emocionalmente e politicamente do que qualquer outro povo no mundo, com a possível exceção dos portugueses, no conflito espanhol.<sup>392</sup>

---

<sup>387</sup> Butrón Prida, Gonzalo, *La opinión pública conservadora irlandesa ante la guerra civil española*, p. 159.

<sup>388</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, p. 127.

<sup>389</sup> Idem, p. 129.

<sup>390</sup> McGarry, *Ireland and the Spanish Civil War*, pp. 39-40.

<sup>391</sup> Wharton, Barrie, *La última cruzada: el papel de Limerick en la Guerra Civil española*, Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea, n° 22, 2002, pp. 310 e 312.

<sup>392</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, pp. 120-121.

O Cardeal MacRory encorajou O'Duffy a formar a Brigada para combater em Espanha. No final de Agosto de 1936, afirmou ter recebido 7.000 inscrições, embora, somente 700 elementos tenham chegado a território nacionalista. A maioria dos membros da Brigada O'Duffy, foram motivados pelo fascismo ou lealdade ao seu líder.<sup>393</sup>

Passaram por Lisboa alguns voluntários internacionais alinhados com os nacionalistas, nomeadamente, a *Bandera* Irlandesa e a *Bandera*, depois Companhia, Jeanne *D'Arc*, que incluía mais de 650 irlandeses, 10 ingleses, 100 franceses, russos brancos e 7 membros da *Guardia de Hierro* romena. A 15ª *Bandera* irlandesa, de O'Duffy, foram incluídos na *Legión Extranjera* sob o comando do Coronel Yagüe, possuíram armas e instrução alemã. Na sua direção a Madrid passaram pela localidade, de Naval Moral de la Mata, no dia 15 de Fevereiro de 1937.<sup>394</sup>

O contingente irlandês dividiu-se em dois grupos. O porto de El Ferrol foi o destino do primeiro grupo. O porto de Lisboa acolheu o segundo contingente sob o comando de O'Duffy. Em Lisboa foram recebidos pelas autoridades salazaristas.<sup>395</sup>

Mais concretamente depois de 13 de Novembro de 1936, o contingente irlandês começou a deslocar-se, para Espanha, em pequenos grupos. Ainda antes de se formalizar os acordos de cooperação, com Franco, O'Duffy avançava com a mobilização para Espanha. De Liverpool saíam 10 voluntários que eram a estrutura de comando da Brigada irlandesa. O segundo contingente saiu, sob o comando de Patrick Dalton, com 12 oficiais, o oficial médico Peter O'Higgins e o padre S. Gillan, com destino a Lisboa e depois por autocarro até Cáceres, passando por Badajoz. No dia 27 de Novembro saía a terceira expedição desde Liverpool, com destino à Extremadura, com total de 21 oficiais e 123 soldados incluindo o padre-capitão Seamus Mulream. O quarto contingente saiu do porto de Galway, num navio alemão, até El Ferrol para se deslocarem até Cáceres, num comboio, onde houve uma paragem em Salamanca e este contingente incluía 1 oficial e 520 voluntários.<sup>396</sup> Alguns voluntários irlandeses embarcaram no *S.S. Ardeola* e no *S.S. Urundi*, para Espanha, mas passando por Portugal.<sup>397</sup>

<sup>393</sup> McGarry, *Ireland and the Spanish Civil War*, p. 38.

<sup>394</sup> Pulido Mendoza, Manuel, *Apuntes sobre la intervención extranjera en Extremadura y extremeños en campos de concentración nazis*, Revista de Estudios Extremeños, tomo LXIII, nº 3, septiembre-diciembre, 2007, pp. 1254-1255

<sup>395</sup> Hernández Garvi, José Luis, *Irlandeses en la Guerra Civil española*, Historia de Iberia Vieja, mayo de 2015.

<sup>396</sup> Mesa, José Luis de, *La Bandera Irlandesa del Tercio, 1936-1937*, 1999, p. 2 [[http://www.belliludi.com/bandera\\_irlandesa.html](http://www.belliludi.com/bandera_irlandesa.html)].

<sup>397</sup> Wharton, Barrie, *La última cruzada: el papel de Limerick en la Guerra Civil española*, Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea, nº 22, 2002, pp. 310 e 312.

Os voluntários iriam desarmados e à paisana para não infringirem as leis irlandesas e os acordos internacionais subscritos pela Irlanda.<sup>398</sup>

Estabeleceram-se em Cáceres, em Novembro de 1936, e houve vários incidentes pois devido ao álcool, aconteceram cenas de violência com tropas africanas e espanholas.

A ideia de O'Duffy era deslocar-se para território espanhol, desde Irlanda até a Galiza, como um todo os 700 voluntários, no mesmo barco o *SS Domino*, no entanto, Franco desaconselhou a saída dos voluntários devido ao contexto internacional que não era o mais adequado. Logo, aos voluntários irlandeses viajaram várias vezes em vários barcos, *SS Alondra*, *SS Avoceta*, *SS Aguila* e o *SS Ardeola*, desde Inglaterra e Irlanda até à Península ibérica, Lisboa e El Ferrol, entre Novembro e Dezembro de 1936.<sup>399</sup>

## 9. A intervenção da União Soviética na Guerra Civil Espanhola

Na véspera da guerra civil espanhola a relação da Espanha, com a União Soviética, era diminuta onde as relações comerciais, culturais e diplomáticas eram escassas. Nesse sentido a resposta de ajuda Soviética, com o deflagrar da guerra civil, foi lenta e entre os dias 18 de Julho e 2 de Agosto não houve nenhuma resposta concreta aos pedidos de ajuda da República. É a partir do dia 3 de Agosto que o Governo soviético entra em ação com um plano estruturado em relação ao conflito espanhol.<sup>400</sup> O Kremlin enviou para Espanha, Mijail Koltsov, correspondente do *Pravda*, e pouco depois enviou dois cineastas russos, Boris Makaseev e Román Karmen. Passadas três semanas, da sua chegada a território espanhol, já estavam a ser visualizados na União Soviética os noticiários que foram realizados, por eles, e havia notícias diárias que podiam ser lidas pelos soviéticos.<sup>401</sup>

No dia 1 de Agosto de 1936 foi realizado o primeiro editorial do jornal *Pravda* sobre a guerra civil espanhola com o título *Fascismo significa guerra; socialismo significa paz*. A partir de 1 de Agosto, a imprensa soviética difundiu relatórios diários incriminando o fascismo internacional, que incluía a Alemanha e a Itália, de incitar e sustentar a guerra civil em Espanha. Um estudo descobriu que entre 10% a 15% de todo

<sup>398</sup> Butrón Prida, Gonzalo, *La opinión pública conservadora irlandesa ante la guerra civil española*, p. 159.

<sup>399</sup> Mesa, *La Bandera Irlandesa del Tercio, 1936-1937*, p 19.

<sup>400</sup> Kowalsky, Daniel, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, Ayer 56/2004, pp. 94-95.

<sup>401</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 128.

o espaço de notícias no *Izvestia* era consagrado a Espanha e à decisão soviética de interferir militarmente, desde 18 de Julho de 1936 até meados de Outubro de 1937, a partir da última data a cobertura finalmente principiou a reduzir. Enquanto isso, as autoridades soviéticas tiveram que determinar a situação de uma forma mais precisa, porque havia uma euforia nos relatórios iniciais enviados de Madrid, para circunscrever se as forças de esquerda, na Espanha republicana, estavam razoavelmente envolvidas e organizadas para ter uma oportunidade séria de vitória e se elas estavam realmente a necessitar de ajuda e apoio externo. Como escreveu o ex-agente do NKVD<sup>402</sup> Walter Krivitsky no ano de 1939, *Estaline apressou-se lentamente, como sempre faz. Houve um período de espera vigilante, de exploração furtiva. Estaline queria primeiro ter certeza de que não haveria uma vitória rápida e fácil de Franco*”.<sup>403</sup>

Com assinatura, no mês de Agosto de 1936, do Acordo de Não-Intervenção com 27 países põe o Governo de Madrid numa posição bélica complicada. Com o bloqueio de venda aos republicanos e já com o apoio logístico e político de Portugal e, fundamentalmente, a ajuda militar de Itália e da Alemanha, o Governo espanhol aceita da União Soviética ajuda militar que se traduziu em; tanques, aviões, vários tipos de material bélico e conselheiros técnicos que ajudaram e apoiaram, as tropas republicanas, a usar todo este tipo de material. Outro tipo de apoio fora a inclusão de tropas voluntárias, de carácter internacional, as Brigadas Internacionais.<sup>404</sup>

### **Objetivos da União Soviética na guerra civil de Espanha**

A principal motivação de Estaline, no seu envolvimento em Espanha, era o interesse geoestratégico soviético independentemente de um entendimento de segurança coletiva ser alcançado ou não. No entanto, o interesse próprio geoestratégico não era o único interesse. De várias maneiras e em vários graus, houve vários interesses e a política soviética fez um esforço para combiná-los. O apoio à República espanhola posicionava-se contra o fascismo, mas haveria uma negação pública e um segredo extremo para evitar o desprendimento da Grã-Bretanha e da França. A ideologia era importante e a política

<sup>402</sup> Fundado em 1934, além de outras funções, controlava o serviço secreto soviético. Durante a Guerra Civil em conjunto com o Partido Comunista espanhol exerceram influencia sobre o Governo republicano.

<sup>403</sup> Payne, Stanley G., *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, New Haven, Yale University Press, 2004, pp. 129-131.

<sup>404</sup> Kowalsky, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, pp. 94-95.

soviética procurou combiná-la com a política pragmática. Um dos objetivos era o comunismo tornar-se se cada vez mais influente dentro da República espanhola.<sup>405</sup>

Houve dois fatores para a intervenção Soviética se concretizar em Espanha.; A segurança exterior da União Soviética perante a ameaça do regime nazi; O dever de ajudar o proletariado espanhol e internacional. O auxílio de Estaline não foi tão rápido como os republicanos pretendiam. O argumento de Estaline queria fazer Espanha um satélite político, através do PCE, ficava descartado pois o PCE não era uma força política forte e por outro lado o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) tinha uma forte influência trotskista. Quando o PCE ficou mais estruturado, a partir de 1938, Estaline desliga-se da República. A União Soviética viu-se confrontada com a guerra civil espanhola, quando estava a estruturasse para industrializar o país e cimentar um Estado com vocações militares. França e Inglaterra reconheciam uma relação direta entre o movimento revolucionário de esquerdas e o aumento de poder do PCE, que estava conectado com a Internacional Comunista.<sup>406</sup>

Segundo Ángel Viñas, Estaline equacionava, no mês de Setembro de 1936, três prismas conectadas com o conflito espanhol, ideológicos, políticos e estratégicos. Para o líder soviético, e os seus principais assessores, a ideia de intervenção em Espanha tinha muito que ver com a ideologia, pois assumia um papel fundamental, mas também com a componente política e a geoestratégica.<sup>407</sup>

O apoio dos soviéticos, à causa republicana, não se deve ao recrudescer do internacionalismo revolucionário na política exterior da União Soviética, mas sim para concluir uma aliança militar, de aproximação de Moscovo às potências ocidentais, para enfrentar o regime nazi.<sup>408</sup>

Uma outra consideração era se o surgimento da revolução havia levado a situação longe demais para ser verdadeiramente útil para o Governo de Kremlin. Outra preocupação, seria a configuração que poderia apresentar o auxílio militar e como superar os problemas técnicos e logísticos abrangidos num período em que a marinha russa era frágil. Uma reflexão final, se era ousado e perigoso a União Soviética envolver-se, de

---

<sup>405</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, pp. 129-131.

<sup>406</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 83-84.

<sup>407</sup> Viñas, Ángel, *La decisión de Stalin de ayudar a la República: un aspecto controvertido en la historiografía de la Guerra Civil*, *Historia y Política*, nº 16, 2006/2, p. 99.

<sup>408</sup> Smyth, Denis, *Estamos con vosotros: solidaridad y egoísmo en la política soviética hacia la España republicana, 1936-1939*, cit. in Preston, Paul, *La República asediada*, Barcelona, Península, 1999, p. 117.

forma considerável tanto política quanto militarmente, no extremo oposto da Europa em um momento de crescente tensão internacional.<sup>409</sup>

O auxílio de Estaline à República pôs impaciente a Inglaterra e a França, pois não compreendia os objetivos reais da União Soviética. Este auxílio foi contrabalançado pela ajuda diplomática, financeira e militar da Itália e da Alemanha aos nacionalistas e defraudou por completo a política de Não Intervenção impulsionado pela França e Inglaterra.<sup>410</sup>

Para Viñas houve dois acontecimentos na política exterior que determinaram o envolvimento russo no conflito espanhol; O latente desmoronamento da situação militar do Governo republicano; O envolvimento cada vez mais maior das potências fascistas, nomeadamente, a Alemanha e a Itália mesmo com aplicação do Acordo de Não Intervenção.<sup>411</sup>

### **A relação e a influencia da União Soviética com o Governo republicano espanhol**

Durante as primeiras semanas o único auxílio, palpável, fornecido foi a campanha massiva de ajuda humanitária. Estaline esperava uma implementação eficiente do Pacto de defesa franco-soviético recentemente validado. Quando seu antigo aliado francês sugeriu, por intermédio da sua Embaixada da capital da União Soviética no dia 5 de Agosto, que a União Soviética se associasse ao Acordo de Não-Intervenção, e que nesta versão abarcaria a Itália e a Alemanha, Kremlin tinha poucas opções a não ser responder positivamente.<sup>412</sup>

O historiador Ángel Viñas escreveria que na capital da União Soviética havia dificuldade em obter informações sobre o que se passava em Espanha. Logo, foi necessário abrir uma Embaixada em Madrid, com agentes do GRU encobertos sobre um manto diplomático sendo Vladimir Gorev e I. Winzer uns desses elementos.<sup>413</sup>

No dia 21 de Julho de 1936, houve uma reunião em Moscovo para auxiliar, com carácter de urgência, aos republicanos. Passados cinco dias, na cidade de Praga, foi

---

<sup>409</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, pp. 126-127.

<sup>410</sup> Moradiellos, *Un triángulo vital para la República*.

<sup>411</sup> Viñas, *La decisión de Stalin de ayudar a la República*, pp. 77-81

<sup>412</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, pp. 129-131.

<sup>413</sup> Viñas, *La decisión de Stalin de ayudar a la República*, p. 77.

atribuído um fundo de 1.000 milhões de francos no sentido de estruturar um exército vermelho internacional de 5.000 soldados. A gerência deste fundo ficou a cargo do Francisco Largo Caballero, Dolores Ibárruri, José Diaz, Maurice Thorez e Palmiro Togliatti.<sup>414</sup>

A deliberação de aceitar toda estas panóplias de ajuda eram positivas para que fosse possível evitar a derrota. Organizava-se o exército e ao mesmo tempo havia a possibilidade de pressionar o Ocidente para adquirir mais apoios. No entanto, havia riscos políticos, inerentes, como o distanciamento das potencias Ocidentais e dirigir a simpatia internacional aos nacionalistas. Ou seja, havia o risco da ajuda russa de salvar o Governo da República ou de o condenar aos olhos da comunidade internacional.<sup>415</sup> O armamento da União Soviética em 1936 era, em certos aspetos, uns dos mais avançados do mundo e fez toda a diferença na batalha de Madrid no Outono de 1936. Mas, se o armamento moderno dos soviéticos, mais a entusiasta participação das Brigadas Internacionais, foi importante, para bloquear o ímpeto nacionalista, a chegada de armas antigas e de pequeno porte soviéticas, a cultura de intriga e de delírio de Estaline, as lutas internas e a anarquia política do lado republicano obteve um efeito negativo para o Governo republicano.<sup>416</sup>

Entre 21 de Agosto e 1 de Outubro, foi posta em marcha a máquina soviética no sentido de se aproximarem dos republicanos e colocarem-se como aliados. Marcel Rosenberg é indiciado, pelo Kremlin, como Embaixador na capital espanhola. Rosenberg foi acompanhado com um grande número de colaboradores militares e económicos que chegariam antes do mês de Agosto terminar. A indicação de Vladimir Antonov-Ovseenko como Cônsul Geral em Barcelona é realizada em finais de Setembro de 1936.<sup>417</sup>

As personalidades políticas soviéticas eleitas, para Espanha, eram de primeira água. Marcel Rosenberg possuía uma carreira de vinte anos na estrutura diplomática soviética e foi um antigo membro soviético na Sociedade das Nações. Vladimir Antonov-Oseenko foi um antigo herói revolucionário e participou na ofensiva do Palácio de Inverno. Da parte destes dois elementos soviéticos houve uma intensa participação no esforço militar e na vida política interna republicana ao ponto de Rosenberg ser apelidado

---

<sup>414</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los dos bandos. La intervención extranjera en la guerra civil española*, p.11.

<sup>415</sup> Kowalsky, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, pp. 94-95.

<sup>416</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>417</sup> Idem, pp. 98-99.

de atuar como se fosse o Vice-Rei de Espanha, no Inverno de 1937 os dois diplomáticos soviéticos saíram de Espanha.<sup>418</sup>

Do ponto de vista do Governo soviético, nenhuma escolha era mais importante que o diretor de inteligência e do controle de segurança do NKVD. A pessoa eleita para este papel foi o Aleksandr Orlov (pseudónimo de Leiba Feldbin), um relevante oficial de inteligência estrangeira. Anteriormente, Aleksandr Orlov havia sido residente do NKVD no Reino Unido e seria responsabilizado de controlar o desenvolvimento das ações da guerrilha republicana na zona nacionalista. No ano de 1936, Orlov ocupou o posto de Major do NKVD, equivalente ao de General do Exército.<sup>419</sup> O General Alexander Orlov foi o mais conhecido agente da NKVD e considerado o impulsionador da morte, detenção e sequestro do líder Andreu Nin que pertenceu ao POUM.<sup>420</sup> Escreveria o Coronel Segismundo Casado, sobre a influência da União Soviética no Governo republicano:

*Com o passar do tempo a influência russa foi aumentando no Ministério da Guerra. Os conselheiros militares russos examinaram os planos do Estado-Maior Geral e, por meio do ministro, rejeitaram muitas propostas técnicas e impuseram outras. Esses conselheiros amigáveis exerciam autoridade tanto na Força Aérea como no Corpo de Tanques.*<sup>421</sup>

Luis Araquistáin escreveria, também, sobre a influência russa em posições superiores do Governo da República:

*A Força Aérea, dirigida pelos russos, operava quando e onde queria, sem qualquer coordenação com as forças terrestres e marítimas. O ministro da Marinha e da Aeronáutica, Indalécio Prieto, dócil e cínico, zombava de seu ofício a quem o visitasse, declarando que não era ministro nem outra coisa porque não recebia obediência absoluta da Força Aérea. O verdadeiro ministro da Aeronáutica era o general russo Duglas (Yakov Smushkevich) [...] Atrás (dos oficiais russos) estavam inúmeros agentes políticos disfarçados de agentes comerciais e no controle real da política espanhola [...] Eles dirigiam os oficiais russos, o Partido Comunista e o próprio Rosenberg (o embaixador soviético), que na realidade era apenas um embaixador de palha. Os verdadeiros embaixadores eram aqueles homens misteriosos que entraram na Espanha com nomes falsos e trabalhavam sob ordens diretas do Kremlin e da polícia russa.*<sup>422</sup>

A popularidade da União Soviética, como única grande potência a abastecer ajuda militar ao Governo republicano, era inegável e amplificava o prestígio comunista. Os

<sup>418</sup> Idem, Ibidem.

<sup>419</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, pp. 134-135.

<sup>420</sup> Crusells, Magí, *La URSS y la Guerra Civil Española*, Centre d'Investigacions Film Història, Universitat de Barcelona, pp. 40-44.

<sup>421</sup> Bolloten, *The Spanish Civil War*, p. 159

<sup>422</sup> Idem, Ibidem.

comunistas também expunham um reflexo de aptidão e disciplina e detinham uma colossal máquina de propaganda. O exemplo mais real foi quando o Governo republicano deixou a capital espanhola com os comunistas a assumiram o vazio político e os líderes comunistas tornaram-se os heróis em Madrid, estimulando o povo com fortes slogans.<sup>423</sup>

A elevada qualidade do quadro militar, comissários políticos e oficiais profissionais, era o apanágio do 5º Regimento comunista e não era surpresa de se tornar o modelo para o Exército popular. Como outros grupos políticos estavam divididos, o PCE apareceu como uma natural aliança entre o setor central e as classes da Frente Popular.<sup>424</sup>

A ajuda e apoio soviético foi importante, mas não o bastante para que a vitória dos republicanos fosse efetiva. O Governo soviético não queria que houvesse uma guerra generalizada e obtinha fortes contrapartidas financeiras da venda do material bélico através do ouro de Madrid. Se a influencia militar e política soviética, era evidente, foi normal e natural a liberdade de envio, de agentes soviéticos, que realizavam as ações que consideravam ser a mais adequadas para os interesses soviéticos, incluído eliminações físicas de oponentes.<sup>425</sup>

A benévola relação inicial, de Largo Caballero, com o PCE logo se alterou. Sentia Caballero a influência dos comunistas em cargos fundamentais, nos serviços de segurança, na chefia do Exército e na rede de delegados políticos. Envolveu-se em fortes oposições com os conselheiros soviéticos e com o Embaixador soviético Rosenberg.<sup>426</sup>

A relação entre Largo Caballero e o Embaixador Rosenberg era bastante turbulenta ao ponto de Caballero expulsar do seu escritório Rosenberg e sugerisse ao Governo soviético a sua substituição. Luis Araquistain escreveria sobre Rosenberg:

*Um homem com fama de inteligente que ganhou nos corredores da Sociedade das Nações, mas, no entanto, bastante inábil para lidar com os espanhóis do tipo de Largo Caballero. Não possuía a postura de um diplomata, mas sim a de um Vice-Rei da Rússia em Espanha.*<sup>427</sup>

Largo Caballero era opositor da união entre comunistas e socialistas devido à crescente hegemonia comunista na Juventude Socialista Unificada (JSU) e no Partido

<sup>423</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 129.

<sup>424</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>425</sup> Crusells, Magí, *La URSS y la Guerra Civil Española*, pp. 40-44.

<sup>426</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 129

<sup>427</sup> Araquistain, Luis, *Sobre la Guerra Civil y en la emigración*, Madrid, Espasa Calpe, 1983, p. 235, cit. in Vázquez Liñán, Miguel, *Propaganda y Política de la Unión Soviética en la Guerra Civil española 1936-1939*, Tesis Doctoral, Madrid, Universidad Complutense, 2003, p. 58.

Socialista Unificado Catalão (PSUC). Mas, a oposição de Largo Caballero debatia-se com a forte e presente ajuda militar soviética que alimentava a resistência republicana. Havia outra variante que o líder do Governo se debatia que era a gradual importância e domínio dos comunistas na guerra civil. Ou seja, em menos de um ano o PCE, tinha uma força de aproximadamente 20.000 ativistas, tornou-se um forte movimento com, aproximadamente, 400.000 militantes e um domínio real sobre 350.000 afiliados da JSU.<sup>428</sup>

Foi aprovado por Largo Caballero, no dia 16 de Setembro de 1936, a criação de uma Embaixada na capital da União Soviética. Marcelino Pascua<sup>429</sup>, no dia 21 de Setembro, foi nomeado, Embaixador espanhol em Moscovo.<sup>430</sup> O diplomático espanhol, Marcelino Pascua, em Moscovo não obteve êxito na sua missão diplomática mudou-se para Paris, no início de 1938, e nunca foi substituído. Por sua vez Ivan Maiski foi o representante russo no Comité de Não-Intervenção, sediado em Londres, e um forte aliado dos republicanos nesta organização.<sup>431</sup>

Churchill tinha medo, quando a guerra civil espanhola terminasse, que a União Soviética ganhasse poder. Churchill recebia uma carta particular de um amigo, o General Sir Hugh Tudor, no dia 4 de agosto de 1936, que arguiu a posição da Espanha nacionalista ou do Governo da República, em caso de vitória, e a balança geoestratégia das potências europeias:

*A situação na Europa certamente parece estar piorando. A Espanha é uma nova complicação. Se os rebeldes vencerem, o grupo fascista será fortalecido na Europa, e a Espanha poderá se alinhar com a Itália e a Alemanha. Se o governo vermelho vencer, o bolchevismo chegará muito perto de nós. Com a Espanha Bolchevista, a França metade bolchevista e a Rússia subsidiando os nossos comunistas, vamos nos alinhar com eles e a Rússia? Sei o quão importante é vital a nossa amizade com a França, mas sinto que muitos na Inglaterra preferem fazer um forte pacto ocidental com a Alemanha e a França e deixar a Alemanha estabelecer a Rússia e o bolchevismo à sua maneira. Sem dúvida, a Alemanha acabaria se fortalecendo depois de derrotar a Rússia, mas, enquanto isso, nós e a França teríamos tempo para acertar nossas defesas; e levaria anos até a Alemanha estar em posição de fazer guerra novamente, nem suponho que ela gostaria de ter uma expansão satisfatória. Mesmo a Alemanha não pode gostar de guerra. A Rússia merece o que está vindo para ela, pois ela nunca vai parar minando os governos capitalistas de todas as maneiras possíveis. Se ela é deixada sozinha, em*

<sup>428</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 129.

<sup>429</sup> Foi médico e conhecia a língua russa. Já tinha estado na União Soviética no ano de 1932 por motivos da sua profissão

<sup>430</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, pp. 128-129.

<sup>431</sup> Kowalsky, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, pp. 98-99.

*dez anos mais ou menos, ela será a força mais forte da Terra e poderá querer conquistar a Índia e ser um inimigo mais perigoso que a Alemanha*<sup>432</sup>.

No dia 5 de Novembro de 1936, Winston Churchill condenava vigorosamente as ações soviéticas Espanha como *loucura insensata*:

*Até onde pude constatar, praticamente não há dúvida de que uma enorme influência na criação de condições revolucionárias na Espanha foi a ação mais imprudente e imprudente da Rússia. Digo que seria bastante impossível para as nações livres do mundo ocidental se interessarem pelo destino da Rússia, só por fazer incursões em seu nome, se ela continuar se apresentando sob esse pretexto. Seria crime convocar soldados franceses ou britânicos, ou os bons povos desses dois países, para ajudarem a Rússia.*<sup>433</sup>

### **A participação militar Soviética em Espanha**

Stanley Payne afirma que, inicialmente houve uma vantagem das armas soviéticas dando forças e impulso ao Governo republicano. Avultadas remessas, de material bélico, chegaram a Espanha durante os meses de Outubro e Novembro de 1936. Estas ajudas, de material militar, deram aos republicanos uma superioridade, temporária, na frente central do território espanhol e durante a última parte do ano de 1936. No entanto, essa vantagem começou a dissipar-se durante o ano de 1937. Os auxílios soviéticos foram suficientes para proporcionar aos republicanos igualdade ou superioridade de armas, mas apenas por um breve período.<sup>434</sup>

O maior fluxo, de apoio soviético, foi enviado em dez meses, ou seja, entre Outubro de 1936 e Julho de 1937, com envios regulares de ajuda militar. Esta programada ajuda foi apelidada de “Operação X” e foi a mais complexa aventura bélica e logística soviética que se realizou na Europa Ocidental.

Os serviços de inteligência (NKVD) possuíam informação da débil situação do Governo republicano em finais de Agosto de 1936. Após o pedido de ajuda realizado pela República à União Soviética, no dia 25 de Julho de 1936, a NKVD preparou e organizou um projeto de ajuda militar à República com o nome de “Operação X” e “Seção X” que

---

<sup>432</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>433</sup> Carlton, *Churchill and the Two “Evil Empires”*, p. 337.

<sup>434</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, p. 155.

estava preparado no dia 14 de Setembro. Estaline deu o aval, à informação vinculada por Voroshilov, no dia 24 de Setembro e já estaria preparado a venda entre 50 e 60 caças e entre 80 e 100 carros de combate.<sup>435</sup>

No dia 12 de Outubro chegaram os primeiros 50 tanques e 40 veículos blindados à cidade de Cartagena, por intermédio do navio *Komsomol*. Além dos tanques chegariam também 50 tripulantes dos tanques e o seu respetivo Comandante. Em relação aos pilotos soviéticos possuíam ordens de atuar de imediato, os tripulantes dos tanques não estariam destinados para entrar em ação, devido à ameaça iminente dos nacionalistas o treino dos tripulantes dos tanques foi reduzido para rapidamente irem para a frente de combate.<sup>436</sup>

O material bélico, transportado pelo primeiro navio soviético, foi utilizado na frente de Madrid e incluía os aviões Istrievitel- 15 e o Istrievitel-16, mais conhecidos como *Chatos* e *Moscas*. Os carros de combate remetidos pelos russos possuíam uma forte blindagem e uma grande força destruidora porque iam incorporados com um canhão.<sup>437</sup>

A defesa de Madrid foi organizada por Vladimir Gorev e Nicolai Kuznetsov.<sup>438</sup>

Os primeiros bombardeiros soviéticos chegaram de navio em meados de Outubro e os primeiros Polikarpov I-15 antes do final do mês de Outubro. Todos esses aviões eram difíceis de pilotar e assim foram dirigidos por pilotos soviéticos. O primeiro ataque, de bombardeio, foi em 28 de Outubro e teve pouco impacto, no entanto com o aparecimento dos rápidas caças Polikarpov, em início de Novembro, colocou em superioridade os republicanos, com os aviões nacionalistas a suportarem perdas consideráveis, dando o controlo do espaço aéreo ao Governo republicano. Com o declive das entregas russas, durante o primeiro semestre de 1937, o Governo republicano perdeu sua supremacia aérea e usufruía somente de 222 aviões de guerra funcionais no início de Julho de 1937.

O primeiro impacto considerável, da participação da União Soviética, foi sentido na guerra aérea na frente central do território espanhol. Embora o Governo da República tivesse mantido o controle de, aproximadamente, dois terços da diminuta e antiquada força aérea espanhola, essa superioridade inicial desapareceu em seis semanas, pois a pequena força aérea rebelde foi aumentada por aviões de Hitler e Mussolini e como consequência deu à superioridade aérea aos nacionalistas.<sup>439</sup>

<sup>435</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, pp. 128-129.

<sup>436</sup> Kowalsky, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, pp. 107-112.

<sup>437</sup> Crusells, *La URSS y la Guerra Civil Española*, pp. 40-44.

<sup>438</sup> Kowalsky, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, pp. 98-99.

<sup>439</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, pp. 158-159.

É plausível que o único navio soviético, o *Komsomol*, que foi afundado estivesse carregado de armas e o seu afundamento deu-se, na sua segunda viagem, pelo cruzador nacionalista *Canarias* no dia 14 de Dezembro de 1936. Embora fontes soviéticas sempre negaram que estivesse carregado de armas. A marinha nacionalista, nas primeiras semanas, era inferior em dimensão e em força às forças republicanas. Depois, a marinha rebelde, tornou-se mais eficaz e agressiva que a do seu inimigo. Havia uma prática operacional defensiva, por parte do comando republicano, preocupado em não parecer provocativo para outras potências. Este esquema operacional defensivo foi desenvolvido pelo principal conselheiro soviético, o adido naval Capitão Nikolai Kuznetsov. Após o afundamento do *Komsomol* o líder soviético Estaline susteve de usar navios soviéticos na rota do Mediterrâneo, em parte para evitar perdas, mas também para evitar dificuldades políticas. Os agentes soviéticos, por sua vez, receberam diretrizes para tentar sabotar os envios de outros países europeus para os nacionalistas.<sup>440</sup>

Posteriormente do afundamento do *Komsomol* a pequena frota mercantil soviética começou a diminuir as suas atividades, abdicando do transporte de mercadorias, e realizando o transporte em barcos republicanos ou barcos neutros. Como a rota do mediterrâneo ficou perigosa, o material soviético teve que ser enviado de Murmansk para portos franceses, do Atlântico, e depois para a Espanha através da fronteira.<sup>441</sup>

A vantagem tecnológica soviética na guerra foi definitivamente perdida no final da Primavera de 1937. Naquela época, os tanques e aviões russos, mais avançados, não podiam mais competir com o armamento fornecido aos rebeldes. A chegada dos aviões alemães HE-111 e ME-109 transformou em obsoletos os aviões da União Soviética,

Os russos reduzem a sua ajuda em meados de 1937. No entanto, perto do fim da guerra civil, a União Soviética concedeu ao Governo republicano uma grande linha de crédito e renovou os embarques de armas até Dezembro de 1938, mas já não conseguiu virar os acontecimentos.<sup>442</sup>

A Academia de Ciências da União Soviética publicava, no ano de 1974, os seguintes números da participação soviética na guerra civil espanhola; Aviões (principalmente caças) 806; Carros de combate e blindados 362; Peças de artilharia 120; Espingardas 500.000; Bombas de mão 500.000; Cartuchos 826.000.000; Pilotos 772;

---

<sup>440</sup> Idem, ibidem.

<sup>441</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 129.

<sup>442</sup> Kowalsky, Daniel, *Soviet Foreign Policy from the Spanish Civil War to the Molotov-Ribbentrop Pact, 1936–1939*, Dictatorships & Democracies. Journal of History and Culture, n° 7, 2019, pp. 82-83.

Condutores de Tanques 351.<sup>443</sup> Segundo Gerald Howson, a União Soviética remitiu para o Governo republicano 630 aviões. 400 carros de combate. 1.000 de peças de artilharia e 400.000 espingardas.<sup>444</sup> Dos 1.124 a 1.272 aviões importados, que a República recebeu, 60 % vieram da Rússia (680-757), 21% da França (entre 237-287, só 60-69 militares) e 4% da Checoslováquia.<sup>445</sup> Para Geoffrey Roberts, o auxílio da Rússia foi constituído por 648 aviões, 347 tanques, 120 veículos armados, 1.186 peças de artilharia, 20.486 metralhadoras, 497.813 espingardas, 340 morteiros e 826 milhões de balas.<sup>446</sup>

O Chefe da Força Aérea, do Governo republicano, Ignacio Hidalgo de Cisneros, foi à capital da União Soviética, por intermédio de Juan Negrín, em Dezembro de 1938 para solicitar ajuda militar. O ouro, que foi o principal meio de pagamento à Rússia, estava esgotado e negociou-se que os próximos pagamentos seriam a crédito. Estaline prometeu expedir sete barcos com material militar. No entanto, a grande parte do material, das 3 peças de artilharia, 2.772 metralhadoras, 35.000 armas de fogo, milhões de cartuchos e 30 aviões *Chatos* desmontados, foram bloqueados nas fronteiras francesas e não foram utilizados pela República.<sup>447</sup>

Payne escreveu que tem havido muito debate sobre a qualidade das armas soviéticas. Embora as fontes russas subsequentes enfatizem a qualidade, houve incontáveis argumentos, por parte dos republicanos, que parte do material era arcaico. Há verdade em ambas os argumentos, dependendo do conjunto de armas a que se menciona. Por exemplo, o avião biplano Polikarpov I-15 (conhecido em Espanha como *Chato* por seu nariz arrebitado), do qual pelo menos 161 foram facultados ao Governo republicano durante os primeiros dez meses de envios, era veloz e manobrável, mais do que aos primeiros aviões alemães e italianos. O seu sucessor, o avião monoplano Polikarpov I-16<sup>448</sup>, foi entregue em números graduais durante o ano de 1937 (pelo menos 276 foram concedidos), era ainda mais rápido, com uma taxa de elevação extraordinariamente rápida. Os nacionalistas não conseguiram a igualdade, na qualidade de material dos aviões de combate, até que o novo ME-109, vindo da Alemanha, começou a surgir em 1937. O

---

<sup>443</sup> Academia de Ciencias de la URSS. Instituto del Movimiento Obrero Internacional. Comité Soviético de Veteranos de Guerra. *La solidaridad internacional con la República española: 1936-1939*. Moscú, Ed. Progreso, 1974, p. 368, cit. in Crusells, *La URSS y la Guerra Civil Española*, pp. 40-44.

<sup>444</sup> Howson, Gerald, *Armas para España: la historia no contada de la Guerra Civil española*, Barcelona, Península, 2000, pp. 379-418.

<sup>445</sup> Howson, Gerald, *Aircraft of the Spanish Civil War*, Londres, Putnam, 1990, pp. 303-305.

<sup>446</sup> Roberts, Geoffrey, *Unholy Alliance*, Londres, I.B. Tauris, 1989, p. 78.

<sup>447</sup> Crusells, *La URSS y la Guerra Civil Española*, pp.40-44.

<sup>448</sup> Apelidado de *Mosca* pelos republicanos e *Rata* (rato ou ladrão furtivo) pelos nacionalistas.

bombardeiro Tupolev SB <sup>449</sup> era muito rápido e manobrável e no final do ano de 1936 era superior aos seus oponentes italianos e alemães. Embora, os bombardeiros dos regimes fascistas, posteriormente, tenham melhorado. Havia uma fraqueza defensiva dos bombardeiros Tupolev que limitavam consideravelmente a sua utilização.<sup>450</sup>

A comunicação social republicana passava a ideia e a impressão de que as armas eram fornecidas de uma forma gratuita pela União Soviética. O pagamento era antecipadamente assegurado pela transferência do ouro, e os preços facultados eram de fato muito altos. Os soviéticos declararam, às autoridades republicanas, que essas armas estavam sendo proporcionadas a preços promocionais, quando na realidade os valores estavam inflacionados. As autoridades soviéticas jamais informaram o Governo republicano das cotações de preços em rublos e manipulavam a taxa de câmbio para que os preços fossem, 30% a 40%, acima da taxa do mercado internacional.<sup>451</sup>

Aleksander Orlov escreveu que a seção de desinformação do NKVD em Espanha:

*Recebeu a ordem de introduzir nos canais da inteligência militar alemã informações de que os aviões soviéticos que lutavam na Espanha não eram do último projeto e que a Rússia tinha em seu arsenal milhares de aviões mais novos, de segunda e terceira geração, possuindo uma velocidade muito maior e um teto mais alto. Isso não era verdade.*<sup>452</sup>

A Academia de Ciencias da União Soviética realizava uma análise sobre a implicação, de recursos humanos, soviéticos na guerra civil espanhola. Foram enviados; 222 conselheiros e instrutores, 77 marinheiros, 100 artilheiros, 52 militares (de outras especialidades), 130 engenheiros e operários, 156 radiotelegrafistas., 156 interpretes. No total, foram enviados 2.064 russos.<sup>453</sup> Segundo Howson, Estaline encaminhou 2.000 assessores para estruturar o Exército espanhol.<sup>454</sup>

Aproximadamente, 800 pilotos soviéticos voaram em território espanhol e sofreram um elevado índice de acidentes. Por exemplo, perderam 14 aviões por erro dos pilotos, somente, em Dezembro de 1936. Ao todo, mais de um terço de todas as perdas de aeronaves republicanas de Outubro a 15 de Dezembro de 1938 foram devido a acidentes. Os pilotos soviéticos ficaram reduzidos em número, durante 1937, e foram

<sup>449</sup> Conhecido como Katyusha.

<sup>450</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, p. 155.

<sup>451</sup> Idem, p. 157.

<sup>452</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>453</sup> Academia de Ciencias de la URSS, *La solidaridad internacional con la República española: 1936-1939*, p. 368, cit. in Crusells, *La URSS y la Guerra Civil Española*, pp. 40-44.

<sup>454</sup> Howson, *Aircraft of the Spanish Civil War*, pp. 303-305.

finalmente retirados em Setembro de 1938.<sup>455</sup>

Para Voroshilov a União Soviética enviou 1.955 homens onde a maioria chegou antes do ano de 1938. O material militar foi enviado da seguinte forma; Entre Outubro de 1936 a Agosto de 1937 por 37 barcos; Entre Dezembro de 1937 e Agosto de 1938 por 14 barcos; De Dezembro de 1938 a Janeiro de 1939 através de 7 barcos.<sup>456</sup>

O Governo soviético não enviou militares de infantaria porque esse propósito foi realizado pelas Brigadas Internacionais. Indalécio Prieto comentava que não existiram mais de 500 soviéticos em simultâneo. A Academia de Ciências da União Soviética, anotava que morreram 157 soviéticos em solo espanhol e nunca estiveram ao mesmo tempo mais de 800 russos.<sup>457</sup>

### Ajuda económica da União Soviética à República

Houve um importante fornecimento de abastecimentos soviéticos à República espanhola. Com a interrupção dos canais de pagamento a forma habitual de pagamento foi substituída por pagamento antecipado. A empresa CAMPSA (Compañía Arrendataria del Monopolio de Petróleos S.A.) constituiu um escritório na capital francesa que tinha como objetivo a gestão e contratação de produtos e serviços. A União Soviética colocou à disposição do Governo republicano a sua instituição financeira, *Banque Commerciale pour l'Europe du Nord* (BCEN), banco soviético que estava em Paris e foi o principal fornecedor de combustível durante os primeiros seis meses do conflito espanhol. No entanto, a partir do ano de 1937, com o défice de capacidade da União Soviética de proporcionar gasolina para aviões, a Roménia começou a fornecer este tipo de abastecimento.<sup>458</sup>

O Governo republicano organizou a empresa Gentibus (subsidiária da empresa CAMPSA) no sentido de melhorar a aptidão de negociar e defender, os seus interesses, com os fornecedores internacionais. Para isso, colocou pessoas com reconhecida capacidade profissional no sentido de esgrimir os melhores argumentos no momento de comprar os variados produtos que a República necessitava. Em relação à União Soviética a Gentibus, teve pouca capacidade de realizar e negociar propostas, pois as autoridades

<sup>455</sup> Payne, *The Spanish Civil War, the Soviet Union, and Communism*, pp. 158-159.

<sup>456</sup> Crusells, Magí, *La URSS y la Guerra Civil Española*, pp. 40-44.

<sup>457</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>458</sup> Martínez Ruiz, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero*, pp. 20 e 37-39.

russas foram intransigentes nas suas ofertas e propostas encerrando a negociação à volta dos seus critérios. Todos os argumentos apresentados de uma forma minuciosa, pela empresa espanhola, que incluía posições que fixavam os preços, que os soviéticos propunham, no mercado internacional eram negados sistematicamente pelos russos e assim eram infrutíferos os esforços da CAMPSA-Gentibus.<sup>459</sup>

A intervenção do Kremlin, de apoiar o Governo republicano, não pressupunha nenhuma vantagem financeira para o Governo da República que aceitava as condições estabelecidas por Estaline e em alguns casos com a compra de material bélico, com um preço excessivamente elevado, e de qualidade duvidosa e antigo. O historiador Gerald Howson escreveu que o material bélico, enviado pela União Soviética, deveria ter sido vendido por 121 milhões de dólares e na realidade foi por 171,4 milhões de dólares. Foi realizado pela União Soviética uma manipulação do cambio rublos/dólares para aumentar de uma forma artificial os preços do material vendido. Martin Aceña comentava:

*As autoridades soviéticas não quiseram ou não puderam enganar na compra e venda das moedas de ouro ou na sua transformação em divisas [...] mas se enganaram na venda de material militar.*<sup>460</sup>

O pagamento à União Soviética também se materializou em viagens, salários e em custos de todo o pessoal, que os soviéticos enviaram a Espanha, e foi contabilizado em 30 milhões de dólares. Logo, o custo total da ajuda russa foi de 202 milhões de dólares que iam sido deduzidos no ouro enviado para União Soviética.<sup>461</sup>

No panorama internacional, a possibilidade de recurso ao crédito foi escasso e só houve a concessão de crédito pelo Governo soviético de 70 milhões de dólares. Este crédito foi no sentido de saldar as dividas, que ascendiam a 16 milhões de dólares, e utilizado para aquisições de abastecimentos militares e civis e para compra de novo material bélico.<sup>462</sup>

Com o incrementar das relações económicas da Espanha republicana, com o Kremlin, a partir de Outubro de 1936, não foi só o petróleo que foi transacionado, foi também o algodão, o trigo e os legumes soviéticos que ajudaram o Governo e o território ocupado pelos republicanos. A economia soviética possuía uma capacidade de produção limitada, de mercadoria de qualidade, e como sucedia com a venda de material bélico

---

<sup>459</sup> Idem, pp. 53-54.

<sup>460</sup> Idem, pp. 50-51.

<sup>461</sup> Idem, Ibidem.

<sup>462</sup> Idem, p. 75.

russo<sup>463</sup>, o preço mencionado pelos soviéticos, de todo o tipo de produtos, nunca foi favorável ao Governo republicano. Um exemplo desta medida de preços foi o valor praticados pela venda de camiões, durante Outubro de 1937 e Maio de 1938 foram adquiridos 2.500 camiões com o preço de 1.120 dólares cada um. A empresa republicana Gentibus mencionava, em Março de 1938, os preços elevados que os soviéticos vendiam os seus carros:

*Os carros que a União Soviética nos oferece tem um preço superior, no que respeita ao mercado mundial e na qualidade que contem, nesse sentido a URSS deverá reduzir o preço, que foi verificado, e deverão submeter à vossa consideração os dados concretos e minuciosos em que nos fundamentamos.*<sup>464</sup>

A colaboração da União Soviética custou, aproximadamente, 2.650 milhões de pesetas, sendo inferior á ajuda italiana, mas superior à alemã. A ajuda através das Brigadas Internacionais também é reflexa do auxílio russo.<sup>465</sup>

Kremlin contribui com 5 milhões, em apoio humanitária, que foram entregues ao Embaixador da República em Paris. Esta contribuição foi entregue um mês antes do final da guerra, quando a o Governo republicano estava quase a ser vencido.<sup>466</sup>

### **O envió das reservas de ouro espanhol para a União Soviética**

Segundo Kowalsky, em termos económicos o envio o envio do ouro espanhol para a União Soviética, para pagar as despesas militares durante a guerra civil teve um efeito pernicioso no Governo da República.<sup>467</sup>

No dia 13 de Setembro de 1936 Largo Caballero, com a concordância do Conselho de Ministros e com o entendimento de Prieto, deu autorização para Negrin encaminhar para Moscovo as reservas de ouro e prata que estavam no Banco de Espanha. Saíram, de Madrid, 10.000 caixas cheias e chegaram a Cartagena no dia 15 de Setembro. Para o porto de Marselha foram enviados 20% do ouro e o restante, 7.800 caixas, foram remetidas, no dia 25 de Outubro, para a capital da União Soviética, com a proteção dos funcionários do

<sup>463</sup> Como os produtos soviéticos não estavam presentes no mercado internacional não havia forma de os contrastar e os republicanos compravam não sabendo se os preços eram justos ou não.

<sup>464</sup> Martínez Ruiz, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero*, pp. 53-54.

<sup>465</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los dos bandos. La intervención extranjera en la guerra civil española*, p. 10.

<sup>466</sup> Kowalsky, Daniel, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, p. 115.

<sup>467</sup> Idem, pp. 94-95.

NKVD e pelos homens de Negrín que deram ao responsável da NKVD, documentos falsos. Alexander Orlov testemunhava no Senado norte-americano, após a sua fuga para os Estados Unidos, o perigo que envolvia toda esta operação:

*Se os anarquistas tivessem intercetado os meus homens, russos, carregados de ouro espanhol, teriam sido mortos e haveria um monumental escândalo político de alcance mundial que poderia desenrolar inclusivamente a uma revolução interna.*<sup>468</sup>

Como referido no mês de Outubro de 1936 o Governo de Largo Caballero colocou as reservas de ouro do Governo espanhol na União Soviética. Durante os dias 22 de Outubro e o 6 de Novembro de 1936 foram enviados para Moscovo 510 toneladas de ouro bruto com um valor de 518,3 milhões de dólares. A venda do ouro começou a ser vendida, à União Soviética, a partir de Fevereiro de 1937. Entre os dias 19 de Fevereiro de 1937 e 27 de Abril de 1938 o Governo republicano emitiu 19 ordens de venda para as finanças soviéticas. O ouro era fundido, refinado e convertido em lingotes que eram enviados para o *Gosbank* (Banco Central da União Soviética, única instituição bancária do país entre 1930 e 1987), que era o destinatário final das barras de ouro. Se havia necessidade de financiar outras compras, mercadorias ou material bélico realizavam-se transferências para o BCEN em Paris. Foram atingidos 470 milhões de dólares da extração de 475 toneladas de ouro fino. Ángel Viñas e Sardá alegam que a decisão de ter a União Soviética, como o único interlocutor no caso das reservas de ouro, era a única opção. Martin Aceña comenta, a opção da República pelo Kremlin deve-se a uma questão e decisão política já que havia outras praças financeiras dispostas a comprar o ouro e que inclusivamente possuíam melhores serviços financeiros e idênticas garantias.<sup>469</sup>

O complexo problema do envio de ouro do Governo espanhol, para a União Soviética, tem várias cifras. Os números do auxílio de Estaline têm, igualmente, vários números. Tamames escreve que foram 120 milhões dólares, o valor da ajuda russa, mas foram enviados 578 milhões em ouro. Hugh Thomas escreveu que foram 85 milhões dólares a ajuda recebida. Salas prognosticou que o valor depositado, em Moscovo, foi entre 479,3 e 517 milhões de dólares e a quantidade de ouro alcançou as 510 toneladas. Schwartz vincula de 500 milhões dólares. Ángel Viñas afirma que o Banco de Espanha possuía 703 toneladas de ouro, 193 foram para França e 510 para Moscovo. Em 1938 as

---

<sup>468</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 130.

<sup>469</sup> Martínez Ruiz, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero*, p. 82.

reservas do Governo espanhol acabaram e houve que pedir crédito ao Governo soviético.<sup>470</sup>

## 10. As Brigadas Internacionais

As Brigadas Internacionais tiveram um papel importante, na guerra civil espanhola, pois foram um instrumento do Governo republicano contra os nacionalistas. Combateram as tropas marroquinas em Madrid e estiveram em todos os momentos militares mais importantes; Ebro, Aragão, Teruel, Belchite, Brunete, Guadalajara e Jarama. Os nacionalistas referiam as Brigadas Internacionais como o instrumento da revolução comunista em Espanha e a força de choque da *Comintern*.<sup>471</sup>

O nascimento das Brigadas Internacionais foi elaborado numa reunião da *Comintern* e *Profintern* na cidade de Praga em 26 de Julho de 1936. Em 22 de Outubro nasceram, de um modo formal, as Brigadas Internacionais. A ideia de convergir para o exército da República, a solidariedade e a vontade dos voluntários estrangeiros, foi realizada pela Internacional Comunista no início de Setembro de 1936. Após as derrotas sofridas pelo Governo republicano, Estaline anui em relação ao plano da *Comintern* de iniciar o projeto de defender a proteção da República, com um corpo de voluntários estrangeiros, que deveriam estar organizados e armados sobre o comando de André Marty. O Governo republicano, sobre a responsabilidade de Largo Caballero, aceitou, este projeto e proposta, algo contrariado pois o seu propósito era receber armamento e não tanto homens. No dia 12 de Outubro de 1936 chegavam, a Albacete, os primeiros 500 voluntários das Brigadas internacionais.<sup>472</sup>

A estrutura das Brigadas Internacionais foi constituída por militares intelectuais, idealistas e políticos. Havia dirigentes e comissários de partidos políticos socialistas e comunistas da França, Itália, da Alemanha e da União Soviética. Dos Estados Unidos, da

---

<sup>470</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los dos bandos. La intervención extranjera en la guerra civil española*, p. 11.

<sup>471</sup> Sánchez Margalef, Héctor, *La persistencia de dos miradas contrapuestas sobre las Brigadas Internacionales*, in *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, Josep Sánchez Cervelló Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, p. 206.

<sup>472</sup> Moradiellos, Enrique, *Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil Española. Una revisión histórica y bibliográfica*, Norba, Revista de Historia, nº 14, 1997, pp. 199-201.

Inglaterra e do Canadá vieram intelectuais socialistas e liberais. No entanto, os mais numerosos foram os operários e trabalhadores belgas e franceses. Acrescentamos cerca de 4.000 de trabalhadores e sindicalistas que estavam em Espanha quando foi realizado o *Alzamiento*. Os ideais incarnados por os elementos que integravam as Brigadas Internacionais eram a solidariedad de classes, o internacionalismo proletário e o antifascismo. Joan Corbella comissário da companhia 150 da XVIII divisão enunciava o espírito e o apoio que as Brigadas ofereceram:

*Elas foram as que salvarão Madrid naqueles primeiros momentos, desfilarão pela Castelhana, a cantar a Internacional e perfeitamente equipadas. Eram um verdadeiro exército. Desfilarão de manhã e depois entraram em linha na Cidade Universitária, onde pararam os franquistas [...] É certo que a sua marcialidade, a sua coragem e o seu heroísmo serviram para galvanizar uma cidade, repleta de refugiados das zonas ocupadas pelas tropas de África que contavam coisas espantosas e certas do comportamento dos nacionais. Também e verdade que deram um poderoso contributo de sangue na defesa da causa da República, difícil de compreender nos tempos atuais. Por essa galvanização que difundiram, as linhas republicanas, contra todo prognóstico, resistiram.*<sup>473</sup>

O homem indicado por Estaline, para comandar as Brigadas internacionais, foi André Marty, secretario do *Comintern*. Foi-lhe imputado a morte de 1.126 pessoas e foi apelidado o “carniceiro de Albacete”. André Marty posicionava-se em Albacete, onde os recrutas eram treinados, e contou as primeiras dificuldades que se deparou. No dia 31 de Outubro de 1936, Marty e Mário Nicoletti<sup>474</sup> notificaram a Dimitrov e Manuilsky o seguinte:

*Apesar das dificuldades materiais, 8.000 homens já estão alistados na Brigada Internacional. 2.000 foram incluídos no 4º batalhão - italianos, alemães, franceses, Balcãs e polacos. 80% são comunistas e socialistas: alguns franceses e muitos deles italianos [...] A Brigada é um tipo muito específico de Frente Popular. A Comissão Política foi escolhida precisamente com o mesmo espírito. Nicoletti é o comissário político da Brigada. O moral da Brigada está a melhorar. As desvantagens: não há metralhadoras, artilharia e um terço ainda não está operacional. Há muito poucos militares e eles são insuficientemente treinados. Solicitamos ao Partido Comunista francês que envie apenas os franceses com treino militar. Estamos a pedir não menos do que 30 oficiais, comandantes de batalhão e unidade, todos a falar francês. Solicitamos que envie oficiais mexicanos para nossa Brigada, já que não podemos incluir 500 imigrantes espanhóis.*<sup>475</sup>

<sup>473</sup> Sánchez Margalef, *La persistencia de dos miradas contrapuestas sobre las Brigadas Internacionales*, p. 206.

<sup>474</sup> Pseudónimo de Giuseppe Di Vittorio, membro do Comité Central do Partido Comunista da Itália.

<sup>475</sup> Firsov, Fridrikh I., Klehr, Harvey e Earl Haynes, John, *Secret Cables of the Comintern, 1933-1943*, New Haven, Yale University Press, 2014, p. 92.

O pluralismo político das Brigadas Internacionais foi um fato relevante. A agrupação foi realizada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), pelo Partido Comunista Francês (PCF), houve uma participação importante de elementos do Partido Comunista de Espanha (PCE) e de elementos anarquistas, socialistas, humanistas, pacifistas e social democratas. O mesmo se passou com o pluralismo religioso onde havia voluntários de expiração cristã, judaica, islã e oriental.<sup>476</sup>

Muitos dos voluntários da Europa tiveram experiências negativas na luta contra o fascismo nos seus próprios países e, como resultado, muitos se tornaram refugiados e exilados políticos. Lutar em território espanhol foi uma forma de prosseguir a luta contra a violenta e antidemocrática extrema-direita. Os voluntários estrangeiros foram uma parte de uma emigração, de principalmente classes trabalhadoras urbanas, que já haviam deixado seus países de origem, em um determinado momento após a I Guerra Mundial, seja por razões económicas e/ou para fugir da repressão política.<sup>477</sup>

Negrín não esqueceu o grande contributo prestado pelas Brigadas Internacionais no seu discurso na Assembleia Geral da Sociedade das Nações em Setembro de 1938:

*Espanha não vais esquecer aos que caíram nos nossos campos de batalha nem os que ainda lutam, mas não creio enganar-me se digo que nos seus próprios países vão se sentir orgulhosos de eles, o que será a mais alta recompensa moral que podem receber.*<sup>478</sup>

Existiram inúmeros voluntários estrangeiros nas colunas republicanas, a partir dos primeiros dias do *Alzamiento*. Havia exiliados políticos refugiados em Espanha de várias nacionalidades (polacos, italianos e alemães) que fugiam dos regimes político dos seus países. Existiram igualmente ingleses e franceses que possuíam uma consciência política antifascista, os exemplos mais famosos foram George Orwell e André Malraux, que publicaram respetivamente, *Homenagem à Catalunha* e *A Esperança*.<sup>479</sup>

Entraram em combate, na Guerra Civil, um total de 35.000 a 60.000 voluntários de mais de 50 países.<sup>480</sup> O número de voluntários por nacionalidades, bem como o número

---

<sup>476</sup> Rovetta Klyver, Fernando, *La lucha antifascista de las Brigadas Internacionales como anticipo del garantismo* in, *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, Josep Sánchez Cervelló e Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, pp. 119-120.

<sup>477</sup> Garfi, Salvatore, *Conflict Landscapes: An Archaeology of the International Brigades in the Spanish Civil War*, Oxford, Archaeopress, 2019, p. 13.

<sup>478</sup> Moradiellos, *Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil Española*, pp. 203-204.

<sup>479</sup> Idem, pp. 199-201.

<sup>480</sup> Idem, pp. 199-204.

total de voluntários, ainda despertam debate. Enrique Moradiellos realiza uma síntese de diferentes estudiosos do número total de voluntários. Segundo o estudo de Castells, o maior contingente foi o de voluntários franceses com 15.400 soldados e Delperrie de Bayac enfoca os 9.000 elementos. A seguir aos franceses foram os alemães e austríacos com 5.831 combatentes, segundo a versão de Castells, e 5.000 soldados na versão de Delperrie de Bayac. Os polacos ocupavam o terceiro lugar, com 5.411 voluntários, na ótica de Castells e 4.000 voluntários pelo estudo de Delperrie de Bayac. Os voluntários italianos foram 5.106 voluntários, por Castells, e 3.100 voluntários por Delperrie de Bayac. Os intervenientes de ingleses e norte americanos oscilavam entre 2000 e 3.890 voluntários na análise de Castells e 2.000 e 3.504 elementos por Delpierre de Bayac. Por fim na área das Balcãs Castells considera 4.000 voluntários e Delpierre de Bayca 2.614 voluntários. Em relação à União Soviética não havia voluntários russos ao serviço das Brigadas Internacionais, mas sim 2.000 elementos entre especialistas, técnicos, aviadores e estrategas que estavam a assessor o exército do governo republicano.<sup>481</sup>

Desde 9 de Novembro de 1936, a primeira incursão militar das Brigadas Internacionais na frente de Madrid, até à sua retirada no mês de Setembro de 1938, os voluntários estiveram incluídos em sete Brigadas Internacionais que por sua vez estavam integradas no exército popular da República. Houve diferentes Brigadas e com numeração e língua distinta; XI Brigada foi criada em Outubro de 1936 e de língua alemã; XII Brigada criada em Novembro de 1936 com língua italiana; XIII e XIV Brigada de língua francesa e formada em Dezembro de 1936; XV Brigada de língua inglesa de Fevereiro de 1937; Brigada 150 de língua húngara criada em Julho de 1937 e a Brigada 129, de Fevereiro de 1938, de língua da zona das balcãs.<sup>482</sup>

Em Outubro chegaram as primeiras forças a Albacete das Brigadas Internacionais e em 8 de Novembro entram em combate em Madrid, através da XI Brigada constituída por 1.900 elementos.<sup>483</sup>

A grande simpatia sentida pela República espanhola fez que houvesse um enorme recrutamento de voluntários estrangeiros durante o mês de Setembro de 1936 e o Verão de 1938. O número exato de voluntários estrangeiros que foram recrutados é ainda um assunto em discussão. Segundo Moradiellos, os estudos mais exigentes sobre este assunto são de Andreu Castells que indica 59.380 voluntários e de Jacques Delperrie de Bayac

---

<sup>481</sup> Idem, p. 202.

<sup>482</sup> Idem, pp. 203-204.

<sup>483</sup> Idem, pp. 199-204.

que totaliza 35.000 voluntários. O historiador Robert A. Rosentone comenta 35.000 homens e Michael Jackson enuncia 36.000 voluntários, onde 32.000 eram soldados e 4.000 eram oficiais e Chefias com uma preponderância para elementos comunistas. Para Moradiellos o número mais correto é de 35.000 voluntários estrangeiros, vindos de mais de 50 países. Nunca estiveram mais de 15.000 /18.000 voluntários ao mesmo tempo.<sup>484</sup>

Segundo Ángel Viñas, durante o conflito espanhol um panfleto distribuído havia situado o número de voluntários em redor 140.000. Com o fim da Guerra Civil Adolfo Lizón Gadea colocava em 125.000 voluntários, que estiveram presentes, para apoiar os republicanos. Ricardo de la Cierva, enunciava no ano 1970, aproximadamente, 80.000 voluntários, no entanto em 1973 aumenta para 90.000 combatentes. Ramón Salas Larrazábal também comentou 90.000 voluntários. Whealey e Paul Preston seguiram o número de 59.000 voluntários analisado por Castells no ano de 1974. Luis Antonio Bolín estimou em 37.351 voluntários no seu livro em 1967. Wintringham e Rolfe estimaram em 35.000 homens e o mesmo valor enuncia Delperrie de Bayac em 1968. Em 1977 Hugh Thomas indica 35.000 homens na terceira edição da sua obra mais conhecida. Com a abertura arquivos soviéticos, com a análise da estimativa do *Comintern*, e o trabalho desenvolvido por Rémi Skoutelsky e outros apontam para o total de 36.000 voluntários estrangeiros em território espanhol.<sup>485</sup> Ronald Radosh afirmou, relativamente à consulta de uma informação vinda do comissário de Defesa Soviético em meados de 1938, que o *Comintern* apurou 31.369 voluntários nas Brigadas Internacionais abrangendo todo o tempo da guerra e nunca houve mais de 12.000 a 15.000 elementos ao mesmo tempo.<sup>486</sup>

Morreram, sensivelmente, 10.000 voluntários estrangeiros durante o conflito espanhol guerra e mais de 50% padeceram ferimentos de combate de alguma gravidade. Para compensar as baixas, dos voluntários estrangeiros, foram integrados, a partir do Verão de 1937, elementos das Brigadas Internacionais espanhóis em vez de estrangeiros.<sup>487</sup> Segundo Fridrikh Firsov dos 18.216 voluntários estrangeiros que chegaram ao território espanhol 2.658 foram mortos, 696 foram dados como desaparecidos, 1.500 foram evacuados e outros 3.287 foram feridos. O total de baixas foi

---

<sup>484</sup> Idem, pp. 199-201.

<sup>485</sup> Viñas, Ángel *La intervención extranjera y la creación de las Brigadas Internacionales* in, *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, in Josep Sánchez Cervelló e Sebastián Agudo Blanco (coords), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, pp. 20, 21-22.

<sup>486</sup> Radosh, Ronald *et al.*, *España traicionada*, Barcelona, Planeta, 2002, documento 33, p. 549.

<sup>487</sup> Moradiellos, *Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil Española*, pp. 203-204.

de 8.141 pessoas.<sup>488</sup> Podemos apresentar que 9.000 voluntários pereceram em diferentes campos de batalha.<sup>489</sup>

O Batalhão Abraham Lincoln incluía 90 afro-americanos. A maioria dos voluntários eram de idade jovem e 70% dos voluntários norte-americanos eram menores de 30 anos. Os mais velhos foram os alemães e italianos. Muitos voluntários do Porto Rico, que em princípio viviam em Nova York, lutaram no Batalhão Lincoln, onde a maioria eram norte americanos. De Nova York eram originários muitos voluntários norte americanos, 50% dos que provinham dos Estados Unidos, e eram emigrantes ou filhos de emigrantes.<sup>490</sup> Segundo Michael Nash, foram 2.800 voluntários cidadãos norte americanos, na casa dos 20 anos, vindo de várias classes sociais, incluindo muitos estudantes e de várias ocupações profissionais que combateram em Espanha.<sup>491</sup>

Browder foi delegado pelo *Comintern* para organizar o fornecimento de voluntários e armas dos Estados Unidos e, por meio dele, pressionou os partidos comunistas da América Latina. Em Outubro de 1936, foram enviadas instruções aos Comitês dos Partidos Comunistas do México, Cuba, Porto Rico, Colômbia e Venezuela por intermédio dos Estados Unidos:

*Fortalecer todos os meios de apoio à campanha da Espanha. Protesto contra o uso de embaixadas e consulados latino-americanos na Espanha para apoiar fascistas. Envie para a Espanha especialistas militares e aviadores altamente qualificados. Fortalecer a arrecadação de fundos, alimentos e roupas.*<sup>492</sup>

Interessante testemunho, de Harry Haywood, da sua experiência como voluntário na guerra civil espanhola. Escreve sobre a sua chegada, ao território republicano, e a existência de várias Brigadas com o respetivo nome e nacionalidade. Enuncia sobre a cúpula de dirigentes das Brigadas Internacionais:

*Sáimos de Barcelona e finalmente chegamos a Albacete, capital de província, hoje sede das Brigadas Internacionais. Havia cinco Brigadas Internacionais: a Décima Primeira, principalmente alemã, chamada Brigada Thälmann; o Décimo Segundo, principalmente italiano, conhecido como Brigada Garibaldi;*

<sup>488</sup> Firsov, Fridrikh I., Klehr, Harvey e Earl Haynes, John, *Secret Cables of the Comintern, 1933-1943*, p. 104.

<sup>489</sup> Sánchez Sánchez, Isidro (coord.), *Las Brigadas Internacionales, 80 años después*, Albacete, Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”, 2019, p. 81.

<sup>490</sup> López Borgoñoz, Alfonso, *Las Brigadas Internacionales en Castelldefels*, GREHIC, Ajuntament de Castelldefels, 2015, pp. 33-36.

<sup>491</sup> Nash, Michael; *The Abraham Lincoln Brigade Archives at New York University's Tamiment Library, Science & Society*, vol. 68, nº 3, 2004, p. 356.

<sup>492</sup> Firsov, Fridrikh Igorevich, Klehr, Harvey e Earl Haynes, John, *Secret Cables of the Comintern, 1933-1943*, New Haven, Yale University Press, p. 88.

terceiro, principalmente do leste europeu; o décimo quarto, principalmente francês; e o décimo quinto, composto por americanos, franceses, belgas e Bálcãs. A Décima Quinta, devido à posterior predominância de americanos, era frequentemente chamada incorretamente de Brigada Abraham Lincoln.

Nessa época, todas as brigadas estavam sob o comando político de um triunvirato com base em Albacete: André Marty, líder do famoso Motim francês do Mar Negro e membro do Bureau Político do Partido Comunista Francês, era o comandante; Luigi “El Gallo” Longo, o segundo no comando do partido italiano, era inspetor-geral (mais tarde ele se tornaria o sucessor de Togliatti como chefe do partido); e Giuseppi Di Vittorio foi o comissário político chefe. O Comissariado Geral, sob sua liderança, era o aparelho de comando multilíngue em que todas as nacionalidades estavam representadas. Lawrence assumiu o cargo de comissário político americano da base de Albacete, Bender tornou-se seu assistente no comando do quadro e Dave Mates trocou Albacete por Tarazona de la Mancha para se tornar comissário político do Batalhão de Washington, que então estava em treinamento.

Mesmo antes de deixarmos os Estados Unidos, já tínhamos ouvido falar das terríveis perdas sofridas pelos americanos do Batalhão Lincoln da Décima Quinta Brigada em Jarama. Após nossa chegada em Albacete, George Brodsky, o representante americano em exercício, nos forneceu os detalhes. A situação era muito pior do que esperávamos. A ação de 27 de fevereiro na frente de Jarama resultou em um massacre desnecessário de voluntários americanos e seus companheiros do batalhão, irlandeses, canadenses e cubanos. Mal equipados, em grande parte sem treinamento e sem a prometida artilharia, ar ou suporte de tanque, eles foram lançados contra um ponto forte fascista impregnado, Pingarron Heights, em seu primeiro engate.<sup>493</sup>

Suicide Hill, a Colina do Suicídio, foi de má memória para os voluntários ingleses e norte-americanos que aí foram derrotados de uma forma muito violenta. Dos 550 voluntários do batalhão inglês, quase 400, morreram nos dois primeiros dias de combate. O batalhão Lincoln perdeu 127 homens e mais de 200 ficaram feridos incluindo o Comandante Hale Merriman. Devido à má experiência de guerra, os voluntários nunca se esqueceriam dos seus feitos heroicos e dos companheiros feridos ou mortos, nesse sentido Jason Gurney escreveu *Red River Valley*:

*O efeito daquele feroz agrupamento moreno [os regulares] surgiu do de repente tão perto era bem desmoralizante [...] Era uma terrível oposição a ser enfrentada por um conjunto de homens criados na cidade sem experiência alguma de guerra, nenhuma idéia de como conseguir proteção em uma encosta aberta, nenhuma experiência como atiradores. Ficávamos assustados pelo mero barulho da batalha e pelo número de baixas [...] Só mais tarde me dei conta do horror de*

---

<sup>493</sup> Haywood, Harry, *A Black Communist in the Freedom Struggle: The Life of Harry Haywood*, Gwendolyn Midlo Hall (ed.), Minneapolis, University of Minnesota Press, 2012, p. 233.

*ver amigos e companheiros próximos sendo assassinados e feridos. Era tudo muito fantástico para uma apreensão imediata, como num pesadelo.*<sup>494</sup>

Os voluntários norte-americanos foram repatriados, em várias etapas, na sua maioria pelo porto de Nova York. Na sua chegada e antes do desembarque, os elementos da alfândega levaram os seus passaportes porque violaram as leis da neutralidade. Não tiveram reconhecimento público e despertaram o antagonismo das autoridades.<sup>495</sup>

Michael Petrou afirma, com base da sua pesquisa de Doutoramento dos Arquivos do *Comintern* sobre os voluntários canadianos nas Brigadas Internacionais, que houve aproximadamente 1.600 canadianos que lutaram em Espanha. Pelo menos metade eram membros do Partido Comunista ou da Liga dos Jovens Comunistas. Embora muitos dos voluntários canadianos tenham sido presos por ações políticas ilegais, como repartição de panfletos ou por andar em vagões de carga, quase nenhum havia perpetrado delitos graves. Também existiram diferenças óbvias entre o contingente canadiano e os voluntários dos Estados Unidos com quem os canadianos mais combateram. Os voluntários canadianos eram em média mais velhos e possuíam menos educação formal do que seus colegas norte-americanos. A maioria dos voluntários canadianos eram imigrantes, nomeadamente, da Finlândia, Balcãs, Inglaterra, Irlanda e Europa Central e Oriental. Muitos dos voluntários, dos Estados Unidos, vieram de cidades como Nova York e frequentemente abraçaram células partidárias organizadas. Os voluntários canadianos eram geralmente trabalhadores temporários e cruzaram o país, labutando em campos de madeira e de minas ou trabalhando em campos de apoios pessoas desempregadas.<sup>496</sup>

Com a primeira intervenção, em Jarama, no dia 12 de Fevereiro de 1937 a integridade e a moral do batalhão inglês fora duramente testados pelo abandono da maioria dos voluntários irlandeses para o batalhão Lincoln. Os ingleses foram reduzidos de 380 para 50 homens e recusaram-se a obedecer às ordens da XV Brigada. No início da intervenção militar todos os batalhões de língua inglesa evidenciaram que “*O fim desta*

---

<sup>494</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 123.

<sup>495</sup> Sánchez Cervelló, Josep, *La intervención extranjera y la creación de las Brigadas Internacionales* in, *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, in Josep Sánchez Cervelló Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, p. 236.

<sup>496</sup> Petrou, Michael, *Canadian Volunteers in the Spanish Civil War: New Evidence from the Comintern Archives*, Canadian Committee on Labour History and Athabasca University Press, Labour / Le Travail, vol. 56, 2005, pp. 374-375.

*guerra está tão distante agora que Jamais sairei com vida*”. e críticas às deserções das tropas espanholas da 24ª Companhia.<sup>497</sup>

Na Inglaterra, os ingleses usufruíram uma recepção pouco entusiástica, sendo que o exército inglês negou a alguns voluntários a possibilidade de alistamento.<sup>498</sup>

O nome de Comuna de Paris foi dado ao segundo batalhão da XI Brigada que era principalmente francesa. O seu Comandante foi Jules Dumont um ex-Capitão do exército francês e veterano de Verdun com uma forte inclinação comunista e que combinava a experiência militar e confiabilidade política. Pierre Rebière, membro do comité central do Partido Comunista francês, ocupou o cargo de comissário político do batalhão. O batalhão compreendia especialmente franceses e belgas onde a língua francesa era predominante e estavam entre os primeiros voluntários estrangeiros a entrar em território espanhol por meio do sistema de recrutamento do *Comintern*. Aproximadamente 20 voluntários ingleses foram apontados ao batalhão Comuna de Paris.<sup>499</sup>

Aproximadamente 12.000 voluntários eram franceses. No entanto o número poderá ser exagerado pois muitos voluntários (italiano, polacos e alemães) viviam em território francês quando decidiram entrar nas Brigadas Internacionais.<sup>500</sup>

Dombrowski era a designação do terceiro batalhão da XI Brigada, era constituído por comunistas polacos onde a maioria vivia como emigrados políticos em França e na Bélgica. Bolek Ulanovski era o Comandante do batalhão Dombrowski e o seu comissário político era Matuczacz. Pequenos conjuntos de voluntários eslavos do Sul foram associados aos batalhões André e Dombrowski.<sup>501</sup> A XI Brigada foi composta por o batalhão Edgar Andre, Dombrowski e Comuna de Paris e era comandada por um oficial do Exército soviético General Emilio Kleber onde fora apelidado como o “Salvador de Madrid” onde teve um papel destacado na defesa de Madrid em Novembro e Dezembro de 1936.<sup>502</sup>

Os voluntários franceses foram enviados para França em várias expedições. A primeira chegou, à capital francesa, no dia 12 de Novembro. Ao cruzar a fronteira, no

---

<sup>497</sup> Stradling, Rob, *English-speaking Units of the International Brigades: War, Politics and Discipline*, Journal of Contemporary History, vol. 45, nº 4, October 2010, p. 751.

<sup>498</sup> Sánchez Cervelló, *La intervención extranjera y la creación de las Brigadas Internacionales*, p. 236.

<sup>499</sup> Dan Richardson, R., *The Defense of Madrid: Mysterious Generals, Red Front Fighters, and the International Brigades*, Military Affairs, vol. 43, nº 4, Dec. 1979, pp. 180-181.

<sup>500</sup> Avilés Farré, Juan, *Francia y la guerra civil española: Los límites de una política*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, 1992, p. 174.

<sup>501</sup> Richardson, *The Defense of Madrid*, pp. 180-181.

<sup>502</sup> Idem, *Ibidem*.

primeiro posto francês, encontraram um dispositivo militar e policial para filtra elementos não desejados. Houve algumas boas-vindas simbólicas, mas o que prevaleceu foi o desinteresse da sociedade, porque havia muito antimilitarismo derivado da I Guerra Mundial. Muitos dos voluntários passaram dificuldades pois possuíam uma saúde fragilizada, devido às amarguras da guerra civil, o que se acrescentou com o drama do desemprego.<sup>503</sup>

O nome de Garibaldi é atribuído ao batalhão italiano. A partir deste momento Garibaldi foi definitivamente associado ao imaginário antifascista. A partir desta conjuntura, os voluntários italianos das Brigadas Internacionais têm a experiência de um exército que queria ser radicalmente diferente dos exércitos tradicionais, que queria ser autenticamente popular. Foi atribuído um comandante ao batalhão Garibaldi, o republicano Pacciardi que substituiu o comandante do primeiro batalhão, Umberto Galleani.<sup>504</sup> Os voluntários italianos nas Brigadas Internacionais oscilaram entre 3.000 y 4.000, a maioria era comunistas, mas também havia socialistas, republicanos, trotskistas e anarquistas.<sup>505</sup> No dia 13 de Novembro de 1936 morreram 300 voluntários italianos da Garibaldi no ataque ao Cerro de los Ángeles. Participaram ativamente em Boadilla del Monte, em Villanueva del Pardillo e nas batalhas de Guadalajara, em Brunete e em Belchite.<sup>506</sup>

Combateram nas Brigadas Internacionais 5.000 alemães. Aproximadamente, 3.000 mil voluntários, vieram da Alemanha. Em conjunto com o exército republicano os voluntários alemães estiveram presentes nas batalhas de Madrid, Jarama, Brunete, Teruel e Ebro. Uma grande parte dos voluntários provindos da Alemanha eram operários e comunistas e possuíam menos de 35 anos.<sup>507</sup> Para Alejandro Cieri os elementos do KPD (Partido comunista alemão criado em Dezembro de 1918) foram o contingente mais numeroso dos voluntários da Alemanha. De um total de 4.221 voluntários alemães, em finais de 1937, aproximadamente 70,8% eram comunistas, 8,7% socialistas ou de outros

<sup>503</sup> Sánchez Cervelló, *La intervención extranjera y la creación de las Brigadas Internacionales*, p. 236.

<sup>504</sup> Puppini, Marco, *Le Brigade Internazionale e la Política italiana*, in *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, in Josep Sánchez Cervelló e Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, pp.78-79.

<sup>505</sup> Sánchez Agustí, Ferran, *Garibaldinos de la Guerra Civil Española*, *maquisards de la Résistance*, *partigianos de la Resistenza*, in *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, Josep Sánchez Cervelló e Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, p. 417.

<sup>506</sup> Idem, pp. 417-418.

<sup>507</sup> Honefeld, Claudia, *Brigadistas alemanes, biografías entre la represión y la resistencia* in *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, in Josep Sánchez Cervelló e Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, p. 61.

movimentos antifascistas e o restante não se soube a sua filiação política. Willi Münzenberg (importante dirigente da Ajuda Operária Internacional, membro do KPD que em finais de Julho de 1936 criou o Comité de Ajuda à República Espanhola) foi incumbido de realizar o recrutamento de voluntários alemães, onde uma grande parte estavam sediados em França.<sup>508</sup>

As Brigadas Internacionais comportaram no total, 3.000 alemães e austríacos e aproximadamente mil foram voluntários fora das Brigadas. Existiram dois batalhões com uma importante influencia alemã, o batalhão Edgar André (650 elementos, integrado na XI Brigada Internacional) e o batalhão Thälmann, 1500 voluntários incluídos primeiro na XII Brigada Internacional de 1936-1937, e depois na XI Brigada Internacional de 1937-1938. A união dos dois batalhões deu azo à XI Brigada Internacional, chamada Mista e Brigada Thälmann.<sup>509</sup>

A coluna Durruti, era constituída em primeiro lugar por franceses, italianos e por último por alemães que tinham uma unidade, entre 100 e 120 homens, chamada Erich Mühsam. Na Divisão Lenin, criada por POUM, o batalhão Josep Rovira, com 450 elementos cujo responsável era Hans Reiter, era constituída na maioria por alemães.<sup>510</sup>

O primeiro batalhão era apelidado de Edgar Andre da recém-fundada XI Brigada Internacional, uma unidade predominantemente alem. Hans Kahle foi indicado para comandar o batalhão Edgar Andre, um filiado de longa data do Partido Comunista alemão. O batalhão Hans Kahle comportava muitos comunistas alemães, veteranos da I Guerra Mundial e viviam como emigrados políticos em França. Todos eles haviam experimentado o desapontamento de ver seu partido, os seus amigos e os seus desejos aniquilados no seu país desde 1933. Uma proporção, muito alta, dos que marcharam nas ruas de Madrid em Novembro de 1936 morreu antes do final do ano.<sup>511</sup>

Os voluntários alemães tal como os italianos, checos, austríacos não puderam regressar às suas casas. Após a despedida oficial dos voluntários estrangeiros de Espanha, em Outubro de 1938, a maioria ficou em território republicano até à derrota consumada em Abril de 1939.<sup>512</sup>

---

<sup>508</sup> Andreassi Cieri, Alejandro, *El KPD en la Guerra Civil española y la cuestión del Frente Popular: algunas reflexiones*, Hispania, vol. LXXIV, nº. 246, enero-abril 2014, p. 185.

<sup>509</sup> Faraldo, *Voluntarios y mercenarios germanos en la España Contemporánea*, pp. 157-158.

<sup>510</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 101-102.

<sup>511</sup> Dan Richardson, *The Defense of Madrid*, pp. 180-181.

<sup>512</sup> Honefeld, Claudia, *Brigadistas alemanes, biografías entre la represión y la resistencia* in, *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, in Josep Sánchez Cervelló e Sebastián Agudo Blanco (coords.), Barcelona, Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, 2015, p. 68.

## 11. A oposição republicana portuguesa exilada durante a Guerra Civil espanhola

No mês de Janeiro de 1939 havia em Espanha três grupos diferentes de emigrados portugueses: 1) portugueses que eram emigrantes que trabalhavam em território espanhol, desde os anos 20, especialmente nas minas das Astúrias e da Andaluzia; 2) devido à criação da II República espanhola muito exilados políticos portugueses socorreram-se do território espanhol; 3) portugueses que foram apoiar os republicanos espanhóis para Espanha.<sup>513</sup>

Com a previsível queda de Barcelona os dirigentes republicanos portugueses começam a sair de Espanha. Jaime de Morais e Jaime Cortesão saíram de Barcelona, no dia 23 de Janeiro de 1939, indo para Centellas e depois para San Juan de las Abadesas onde estavam um grupo de 200 portugueses.<sup>514</sup>

Na chegada a França os portugueses republicanos, que tinha documentos, não eram enviados para os campos de concentração, como Jaime de Cortesão que foi para um hotel de uma pequena vila. Ao invés, os comunistas, anarquistas e exilados económicos, que não possuíam documentos, eram enviados para os campos. No campo de Gurs, em 10 de Maio de 1939, havia 349 portugueses. Muitos republicanos portugueses, que saíram dos campos ou não chegam a entrar, juntaram-se na cidade francesa de Marselha onde será um centro de relevância para conspirar contra Oliveira Salazar.<sup>515</sup> No campo de concentração francês, de Vernet, existem 104 tumbas de 18 nacionalidades diferentes, das quais se inclui a tumba de dois portugueses.<sup>516</sup>

O Governo português era perfeitamente consciente do perigo que representava uma eventual vitória republicana na guerra civil. Segundo José Miguel Sardica, a *hispanofobia nacionalista portuguesa estava justificada e a ajuda a Franco também*. Em Setembro de 1937 José Caeiro da Mata respondia às alusões proferidas pelo Primeiro-Ministro espanhol, Juan Negrín, pelo apoio de Portugal aos nacionalistas:

---

<sup>513</sup> Clímaco, Cristina, *Portugueses nos Campos do Sudoeste de França (1939-1941)*, Penélope nº 16, Portugal no Exílio (século XX), 1995, p. 27.

<sup>514</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>515</sup> Idem, pp. 30-31.

<sup>516</sup> Sánchez Agustí, *Garibaldinos de la Guerra Civil Española*, p. 419.

*Desejamos de todo o coração —e hoje mais do que nunca— o triunfo do nacionalismo espanhol, e isso pela simples razão de que todos sabemos que a absorção de Portugal é uma das aspirações do comunismo ibérico.*<sup>517</sup>

### **A posição de Armindo Monteiro e Teotónio Pereira sobre uma possível pressão republicana espanhola**

O Embaixador português em Londres, Armindo Monteiro, em comunicação para Salazar salienta um ambiente hostil, na Espanha *vermelha*, em relação ao Governo português. No entanto não acredita numa agressão bélica direta a Portugal, mas sim de uma influência na oposição ao regime português:

*Com a atmosfera ferozmente vermelha que neste país existe – e que ninguém tenta modificar- nenhum governo teria poder para nos ajudar no caso de uma agressão espanhola. Não me parece, de resto, provável que esta tomasse, ao menos inicialmente, o aspeto de uma invasão militar: a revolta seria organizada lá dentro.*<sup>518</sup>

Em Maio de 1937, Monteiro, desde a Embaixada portuguesa em Londres, coloca várias hipóteses no que respeita ao desenrolar da Guerra Civil; a difícil situação de Francisco Franco em caso de derrota e a posição de Portugal numa possível vitória dos republicanos espanhóis com o apoio da União Soviética:

*Caso Franco obrigado a retirar, tinha duas saídas: para Marrocos ou sobre a fronteira portuguesa. A primeira hipótese é mais difícil e porventura encontraria resistencia da parte da França, fundada eu que poderia provocar na parte francesa; era preciso além disso ter liberdade de movimentos no mar. Portanto o mais natural, e até o que a historia nos diz, é que ele, em caso de derrota, retirasse sobre a nossa fronteira.*

*Não podemos ter duvidas sobre a gravidade das consequências para nós de uma vitória do pretenso Governo de Valencia. Far-nos-ia a guerra. A Russia deseja implantar os soviets não só na parte espanhola da península, mas em toda ela. De resto, somente assim o regime soviético instaurado na Espanha teria probabilidades de se manter.*<sup>519</sup>

<sup>517</sup> Sardica, *A sombra do “outro”: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo*, p. 135.

<sup>518</sup> Rosas, Fernando, Barros, Julia e Oliveira, Pedro, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondencia Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 79.

<sup>519</sup> AHD-MNE, Informação do Embaixador Armindo Monteiro da Embaixada Portuguesa em Londres com destino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 10/5/1937, pp. 1-4.

Realça Armindo Monteiro, desde Londres, numa eventual evasão republicana/comunista a Portugal, teria o Governo luso, necessariamente, de pedir ajuda e apoio à Inglaterra:

*Na hipótese prevista acima, precisaríamos do auxílio do inglês para a nossa defesa. Embora em tais circunstâncias abandonássemos o pacto não intervenção e retomássemos a liberdade de proceder como mais nos conviesse, juntando as nossas tropas às de Franco para combater os vermelhos, no entretanto, sem auxílio da Inglaterra, a nossa situação seria difícil e grave.*

*Esse auxílio, no estado actual da opinião pública em Inglaterra, não haveria Governo -de qualquer côr que fosse- que conseguisse arrancar a essa opinião o preciso apoio para nol-o prestar. Não há ambiente para isso.*

*Possivelmente, o Governo inglês poderia conseguir da opinião pública o necessario apoio para auxiliar Portugal, mostrando os inconvenientes das costas portuguesas e ilhas adjacentes estarem na posse de outras Potencias, mas tudo isso seria demorado e portanto não evitaria os perigos para nós.<sup>520</sup>*

Anthony Eden também alude, no seu diário, que a Armindo Monteiro o teria abordado de uma possível intromissão da esquerda espanhola em Portugal:

*No dia 30 de Julho, o Ministro português dos negócios estrangeiros, Senhor Monteiro, veio ver-me ao Foreign Office receoso de uma invasão do seu país, caso a esquerda triunfasse em Madrid. Eu disse-lhe que achava tal previsão deveras incrível, mas ele não ficou muito tranquilo.<sup>521</sup>*

A atenção sempre presente do corpo diplomático luso sobre qualquer crítica que incidisse sobre o Governo salazarista era essencial para prevenir e responder a esses ataques. O Ofício do representante diplomata português, em Barcelona, sobre notícias vinculados pelos jornais *El Diluvio* e *La Vanguardia* na zona republicana contem críticas a Oliveira Salazar e comentam as relações entre a Alemanha e Inglaterra com Portugal. Não percebia o desconforto que o líder português detinha da República espanhola que apelida de *República pacifista*:

*Enviados por pessoa amiga chegaram-me as mãos os inclusos recortes dos jornais da Espanha vermelha, “El Diluvio” e “La Vanguardia”, ambos de 17 do corrente. Porque me parecem de certo modo curiosos pelo que revelam da mentalidade dos vermelhos em face do presente momento da politica internacional e porque representam tambem o seu ponto de vista no debate que á volta do nosso país se está desenrolando, achei util envia-los a essa Secretaria de Estado.*

---

<sup>520</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>521</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 71.

*El Papa condena la exaltación de los nacionalismos, declarándola opuesta a la doctrina cristiana, y dice que el racismo de algunos italianos es una verdadera apostasia. Ese racismo es el defendido por los profesores fascistas, que tienen sucursal para sus desvarios entre los traidores españoles: las preocupaciones de Oliveira o los nuevos rumbos de Portugal: Empiezan ya en Londres las maniobras electorales? El sacristán de Coimbra está preocupado. Las declaraciones de Von Rechman y otras declaraciones que no velan los fascistas españoles lo han puesto en evidencia ante el “patrón” y en peligro ante sus víctimas. Inglaterra sabe, además de lo que ha hecho...que Alemania ha ofrecido armas y protección a Lisboa. Por eso exige Londres una ratificación del pacto de alianza y Oliveira no anda lejos de aceptarlo ya. Le darán dinero, dinerito fresco, por el que están haciendo números en las paredes todos los dictadores. Estaba Portugal sinceramente al lado de los totalitarios, o se le habría encargado de un papel turbio para que no tuviera que descarsarse quien podía dictar su voluntad a los gobernantes lisboetas? Las víctimas de Oliveira –ya lo habrán comprendido los lectores– son los pobres portugueses.*

*[...] Oliveira temia a una República democrática que ofreciera a los lusitanos el ejemplo “desmoralizador” de un pueblo libre, Portugal, en cambio no tenía nada que temer de una República pacifista y todo, en cambio, de un «imperio militar». Entre su interés y el de Portugal, Oliveira se decidió por defender el suyo. Pero el pueblo portugués se ha dado cuenta y el descontento alcanza proporciones capaces de asustar al sacristán hacendista.<sup>522</sup>*

O representante diplomático de Portugal, em San Sebastian, alerta para uma possível sublevação em Portugal apoiada pelos esquerdistas espanhóis:

*Este Ministro dos Negócios Estrangeiros acaba de comunicar-me esta informação da polícia espanhola: General Rojo com Ministro Governação vermelho Gomes Sanz têm procurado organizar sublevação em Portugal contando cooperação oficiais portugueses. Movimento teria estado prestes rebentar ha pouco mas fôra adiado e agora recomeçada tentativa. Ligações com Barcelona faziam-se por Perthus com automovel Mercedes Benz n° 900.000 que passava livremente fronteira francesa.*

*Supõe que ainda dia 20 saiu de Espanha com documentos e selos oficiais portugueses falsificados Barcelona. Tal material teria sido levado por Gonochategui comissario de Figueras o qual o entregara Consul vermelho Perpignan chamado Zorita. Diz ainda este Ministro dos Negocios Estangeiros que informação prevê para breve eclosão movimento.<sup>523</sup>*

<sup>522</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com recortes dos jornais da Espanha vermelha, *El Dilúvio* e *La Vanguardia*, ambos de 17 de Julho, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 21/07/1938.

<sup>523</sup> AHD-MNE, Telegrama da Embaixada de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 27/01/1939.

## Plano L ou Lusitânia

É de realçar a constituição do Plano L ou Lusitânia, elaborado pela União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha (UAPRE), com ligações aos comunistas e anarquistas, emitiram um comunicado com o objetivo de *conseguir que uma coluna ou quartel [...] estejam centralizados todos os portugueses antifascistas*. Em caso de vitória dos republicanos, em Espanha, esta medida estabelecia um corpo de elementos militares para avançar com destino a Portugal e combater o regime salazarista em território luso.<sup>524</sup>

O Plano L foi concebido pelo Jaime Morais e Jaime Cortesão e consistia no desembarque na península de Setúbal e depois direcionar as forças, para a fronteira, em coordenação com o envolvimento republicano espanhol que se posicionavam no sentido Mérida/Badajoz dividindo ao meio as forças nacionalistas.<sup>525</sup>

A ideia do Plano L era invadir Portugal e assim cortar a ligação militar, logística e diplomática de Francisco Franco com Salazar. Ou seja, o avance de tropas portuguesas com o apoio direto do Governo republicano é fundamental para libertar os portugueses no terreno. Nas zonas conquistadas pelo Governo republicano espanhol, com a intervenção do General Rojo, os portugueses iriam ter acesso as bases militares e aos depósitos de armas. Jaime de Morais foi o ideólogo deste Plano considerado como “Ambicioso”.<sup>526</sup>

A proposta para o Plano L, nas palavras de Varela Gomes, prejudicou os comunistas. No entender de Jaime Morais, e a sua cúpula diretiva, cada português teria uma preparação militar adequada com o propósito do Plano L. Jaime Morais possuía contatos de alto nível com o Governo republicano para levar a cabo este projeto, tendo inclusivamente material bélico disponível como quatro grupos de campanha (12 baterias).<sup>527</sup> No entanto, os problemas de comunicação, as divergências internas, com a negativa dos comunistas de participaram, e o rápido avance das tropas nacionalistas forjaram a interrupção do Plano L.<sup>528</sup>

---

<sup>524</sup> Simões do Paço, António (Editor-coordenador), *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008, pp. 24-25.

<sup>525</sup> Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 152.

<sup>526</sup> Paulo, Heloísa, *Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica*, Estudos do Século XX, nº 8, 2008, p. 93.

<sup>527</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 33

<sup>528</sup> Paulo, *Imagens da Liberdade*, p. 94.

Explanando com mais detalhe, a preparação e organização do Plano L, foi iniciado em território espanhol no mês de Maio de 1937. Consistia de uma movimentação de uma força de portugueses, com o contributo de Inácio Anta (que nas Brigadas Internacionais combateu como Capitão e como Major de artilharia), para invadir território luso por meio de três zonas e com três navios na área de Lisboa, na zona de Setúbal (mais concretamente na Península de Troia) e na zona de Peniche. Estes movimentos estavam coordenados com as organizações clandestinas e oposicionistas ao Governo luso. Esta incursão naval deveria ser executada em paralelo com uma operação das tropas do Governo republicano na fronteira terrestre, da região do Alentejo, com base nas cidades de Mérida e Badajoz. A implementação, de um governo provisório em Portugal, era solucionada com a aterragem de um avião na Península de Troia, proveniente de França, com um grupo de exilados políticos presidido por Jaime de Morais.<sup>529</sup>

A preparação para o Plano Lusitânia foi realizada na localidade de San Juan de las Abadesas onde havia, aproximadamente, 400 combatentes lusos espalhados em várias frentes. Centellas era o local onde os combatentes estabeleceram o seu aquartelamento com a intervenção de Jaime de Morais, César de Almeida, Alexandrino dos Santos, Mário Reis e outros exilados portugueses. Em relação à disponibilidade de material bélico foi reunido doze baterias de artilharia, material russo de calibre 7,62 cm, que era originariamente enviado para as Brigadas Internacionais.<sup>530</sup> Jaime de Morais declarava que o governo republicano espanhol estava *pronto a auxiliar-nos, pedindo-nos em troca pouca coisa: que Portugal deixasse de abastecer e auxiliar os rebeldes*.<sup>531</sup>

### **Combatentes portugueses no exército republicano e nas Brigadas Internacionais**

Em relação ao número de combatentes portugueses, no lado republicano, os números não são consensuais. Uma grande parte dos militares portugueses pertenceram ao Exército republicano e só uma pequena parte integrou a Brigadas Internacionais. A possibilidade de constituir um batalhão português foi pensada por Álvaro Cunhal.<sup>532</sup>

---

<sup>529</sup> Marquês de Sousa, Pedro, *Um português vítima do Holocausto: Inácio Augusto Anta (1906-1945)*, Revista Militar nº 2591, Dezembro 2017, pp. 1079-1089.

<sup>530</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>531</sup> Paulo, *Imagens da Liberdade*, p. 93.

<sup>532</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 33.

Os portugueses, que combateram no campo dos republicanos, não eram uma força conjunta e homogênea, estiveram distribuídos nos carabineiros, nas milícias trotskistas, anarquistas e comunistas, nos serviços de saúde, nos serviços de informação e no Exército popular republicano.<sup>533</sup>

Interessante testemunho do português, Mário Fernandes, que foi Capitão dos carabineiros e que esteve durante 18 meses a combater os nacionalistas em as ações de combate. Existe a descrição quando enfrentou combatentes portugueses dos Viriatos:

*Saltávamos de um para outro, à vista do inimigo. Conhecíamos cada pedra, cada dobra do terreno. Pela madrugada, a neblina cobria o vale. Era a hora dos raids às linhas fascistas. O meu companheiro preferido era um sargento espanhol, Julio Ambró. Uma vez trouxemos dois “Viriatos”. De outra, uma metralhadora. Sim, é verdade, tivemos na nossa frente os Viriatos” (depois dos mouros) e o regimento de San Quintin, que era afamado entre eles. Tomei à minha conta os dois portugueses capturados. Um era de Cascais, só me lembro que se chamava José. Ficou do nosso lado. Veio a morrer, lutando debaixo da bandeira republicana, talvez no Ebro. Cada brigada de carabineiros tinha um grupo de guerreiros às ordens do comando da frente. Hoje parece que se lhes chamam rangers ou comandos. Passavam às vezes mais de uma semana atrás das linhas inimigas. Cerca de quinze homens, por grupo. O chefe era conhecido por Mata-Mouros. Tinham-lhes um ódio especial.... Inventei uma coisa mecanizada. Um tripé para a Maxim’s. Na organização do terreno utilizamos técnicas sofisticadas. Apliquei o que tinha aprendido do Porto, com um major que estivera na Flandres. A nossa posição era um caso sério. Ninguém lá penetrava a não ser por aberturas armadilhadas.*<sup>534</sup>

A preocupação dos cônsules lusos de possuírem informação de movimentos ou situações contra os Governo português está presente na correspondência do Cônsul português, em Vigo, onde deteta vários portugueses armados na cidade de Vigo: *Vários portugueses patrulham as ruas de espingardas aos ombros.*<sup>535</sup>

Em relação aos participantes, no conflito espanhol, existem vários números e variam da perspectiva de cada interveniente. Alexandrino dos Santos<sup>536</sup>, que foi o oficial luso mais graduado na Espanha republicana encontrou-se com o comissário político e membro das Juventudes Comunistas, Francisco Ferreira, para reunir o maior número possível de portugueses. Descreve que elaborou uma brigada portuguesa e não

<sup>533</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 242.

<sup>534</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 35.

<sup>535</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado Português em Tuy em 24 de Julho de 1936.

<sup>536</sup> Alexandrino dos Santos nasceu em 1891.

conseguindo reunir mais de 50 elementos.<sup>537</sup> Números recentes, estimam que 124 portugueses se integraram nas Brigadas Internacionais e com maior representação na Brigada Garibaldi. Na XIV Brigada, conhecida pela Marselhesa, o 2º Batalhão, *Domingo Germinal*, foi formado por anarquistas portugueses e espanhóis. Segundo César de Oliveira, os portugueses que alinharam ao lado dos republicanos foram, aproximadamente, 500 homens. A maioria não estava representada nas Brigadas Internacionais, estiveram repartidos pelos núcleos anarquistas e comunistas.<sup>538</sup> Francisco Ferreira, conhecedor das atividades dos esquerdistas em Espanha, apontou o número de 700 elementos como o mais indicado.<sup>539</sup> António Lopes que foi um combatente, português, do lado republicano, afirmou que houve entre 600 e 750 portugueses a lutar nas fileiras republicanas.<sup>540</sup> Para Pedro Rocha, outro combatente português presente do lado republicano, ascendido a Capitão, realiza uma análise mais profunda. Pensa que o total de portugueses presentes, no campo da República espanhola, durante o conflito espanhol foram entre 1.000 e 1.200.<sup>541</sup> Jaime Cortesão diria, no II Congresso Internacional de Escritores Antifascistas em Julho de 1937, sobre a existência de 2.000 portugueses que estavam a lutar nas brigadas antifascistas:

*Portugal [que] quis lutar e luta ao lado da República espanhola, não por meio de uma resistência passiva qualquer, senão diretamente em Espanha, onde existem aproximadamente dois mil portugueses nas Brigadas Antifascistas [...] Os portugueses sabem que a sua liberdade e a dos povos está ligada à sorte da guerra de Espanha.*<sup>542</sup>

Existem estimativas que, durante a contenda espanhola, estivessem, aproximadamente, 3000 a 5000 lusos a combater em Espanha. Burgos Madroño enuncia que 5.000 portugueses lutaram com os republicanos.<sup>543</sup> É o número mais elevado, que é anunciado, e foi composto por uma mistura de portugueses que saíram de Portugal e que já viviam em território espanhol.

---

<sup>537</sup> Simões do Paço (Editor-coordenador), *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 23.

<sup>538</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 246 e 373.

<sup>539</sup> Idem, p. 25.

<sup>540</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 61.

<sup>541</sup> Idem, p. 94.

<sup>542</sup> Loff, *España en la mirada portuguesa: Ilusión, Tragedia y Terror*, p. 77.

<sup>543</sup> Burgos Madroño, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 431.

### Portugueses presos, expulsos ou mortos pelos nacionalistas

Foram entregues cidadãos portugueses, com simpatias com a causa republicana, às autoridades lusas. Estes portugueses estavam estabelecidos em Espanha, nomeadamente, na Andaluzia. Possuíam residência permanente ou pontual em territórios perto da fronteira luso-andaluz e estavam nessa região devido a várias causas; pelo casamento, por terem propriedades agrícolas, por serem comerciantes ou pela emigração.

Não existem números de quantos cidadãos, portugueses, bandidos e contrabandistas que foram arrestados para o conflito espanhol.<sup>544</sup> Mais de 500 lusos foram salvos pelos consulados portugueses, próximos das fronteiras, e milhares de portugueses antisalazaristas ou com simpatias com os republicanos fugiram para Portugal ou para o território governamental.<sup>545</sup>

Numa correspondência diplomática com origem em Ayamonte confirma a expulsão de 10 portugueses, de território nacionalista espanhol, por parte das forças rebeldes por atividades políticas e por banditismo. As práticas acusadas, para a saída forçada de Espanha, foi por tomarem parte de assaltos a fabricas, propriedades privadas, igrejas e por roubos de gado. Outro motivo era serem militantes comunistas. Eram portugueses maioritariamente do Algarve e com idade compreendida entre 17 e 46 anos:

*As Autoridades Militares desta cidade expulsaram do território espanhol por indesejáveis mais os seguintes súbditos portugueses:*

*Manuel Brito Silva, de 44 anos de idade, casado, acusado de haver tomado parte no saqueio da Fabrica do Consorcio Nacional Almadrabeto; Agostinho Trindade Candelas, de 46 anos de idade, casado, natural de Tavira, acusado de haver tomado parte activa nos sucessos marxistas como significado cabecilha; Afonso Gomes Gonçalves, de 17 anos de idade, solteiro, natural de Castro Marim, acusado de haver tomado parte da destruição da igreja de La Rodondela e nos assaltos a varias propriedades rústicas; Manuel Gago Silva, de 27 anos de idade, natural de Tavira, acusado de haver tomado parte como miliciano marxista nos acontecimentos revolucionários; Gil Gomes Pereira, de 39 anos de idade, solteiro, natural de Castro Marim, acusado de ser miliciano marxista e haver tomado parte nos últimos sucessos; Manuel Monteiro Lopes, de 27 anos de idade, natural de Castro Marim, acusado de haver cooperado no saqueio da Fabrica do Consorcio Nacional Almadrabeto e da igreja de Isla Cristina e casas particulares.*

*Da Autoridade Militar de Villanueva de los Castillejos recebi tambem a lista de 5 individuos todos acusados de, embora obrigados pelos comunistas dessa provação, haverem tomado parte em roubos de gado nos cortijos do termo de El*

<sup>544</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 94.

<sup>545</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 431.

*Almendro, São eles: Diogo Sousa Lux, João Francisco Gomes, Manuel Lourenço Marques, Sebastião Horta Custódio e João Colaço Campos.*<sup>546</sup>

Passados pouco dias, novo ofício da zona de Huelva, com a nota que as entidades nacionalistas fuzilavam e expulsavam portugueses. Estes portugueses eram conotados de militantes republicanos. Comentava o diploma português, que já tinham sido fuzilados 2.500 homens e entre eles havia portugueses. Na tentativa de evitar os fuzilamentos de portugueses havia instruções para quando fossem apanhados fossem devolvidos a Portugal:

*Os fuzilamentos dos indivíduos que tomaram parte em todos os sucessos ocorridos nesta Província, somam já a 2.500. Entre eles devem ter sido fuzilados também alguns portugueses, que foram encontrados com armas nas mãos, nas diferentes povoações á chegada das tropas. Eram inevitáveis esses fuzilamentos, porque nessa ocasião, não podiam as forças distinguir os portugueses dos espanhóis. Eram indivíduos que tomaram parte muito activa nesses sucessos. É triste esse caso, assim como o seu fuzilamento.*

*Outro teem sido expulsos para Portugal, por indesejáveis, evitando assim que se lhes aplique a pena máxima.*

*O Governador Civil tem dado instruções rigorosas que a todo o português que tomou parte muito activa nesses sucessos seja entregue á minha autoridade para sua imediata expulsão. Outros há que foram obrigados pela força das circunstâncias a fazer guardas. Esses são postos em liberdade, e lhes faço saber, que de futuro tenham o maior cuidado, em não intervirem na política espanhola.*<sup>547</sup>

O Cônsul de Vigo comunicava para Portugal a prisão de revolucionários lusos: *Estão presos 14 portugueses conhecidos revolucionários.*<sup>548</sup>

Houve elementos portugueses que não queria participar na contenda militar por motivos ideológicos ou por serem emigrantes de índole económica. A ineficaz capacidade de recrutar portugueses, por parte das autoridades nacionalistas, que residiam na zona de Badajoz foi real como o ofício do diplomata português em Badajoz atesta:

*Comunico a V. Ex<sup>a</sup> apresentaram-se hoje aqui parentes de varios portugueses residentes em diferentes localidades desta provincia queixando-se de que a guarda prendeu aqueles trazendo-os a esta cidade afim de os obrigar a ingressar no Tercio. Interrogados autoridades militares dizem-me verbalmente tratar-se de indesejaveis e que se desejo serão postos fronteira. Peço instruções a V. Ex<sup>a</sup>. Respeitosamente.*<sup>549</sup>

<sup>546</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado Português em Ayamonte para Lisboa a 28/08/1936.

<sup>547</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1/09/1936, pp. 2-4.

<sup>548</sup> AHD-MNE, Telegrama enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 25/07/1936.

<sup>549</sup> AHD-MNE, Telegrama Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 10/02/1937.

### Capítulo 3: PORTUGAL PERANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA: A POLÍTICA INTERIOR

#### 1. As movimentações militares nas províncias espanholas perto das fronteiras portuguesas

Este capítulo aborda as correspondências diplomáticas enviadas pelos diplomatas portugueses e como eles seguiam o desenrolar dos acontecimentos bélicos.

As zonas onde existiram mais correspondência diplomática foram as regiões mais perto da fronteira portuguesa. Uma grande parte origem da correspondência é de zonas com diferentes níveis de conflito nas zonas da Andaluzia, Estremadura e Galiza.

##### Província de Huelva

Analisando a Andaluzia como uma zona estratégica, da Espanha continental, após a sublevação rebelde os Consulados portugueses, de Huelva e Sevilha, emitiram considerações sobre o decorrer do conflito. Em Huelva não existiu um movimento claro de apoio aos rebeldes o que obrigou a que o golpe militar demorasse uns 10 dias para se concretizar. O Comandante Haro Lumbreras foi dos poucos que se passou aos nacionalistas. Outros elementos com inclinações aos rebeldes, como Varela Paz ou Fariñas, num primeiro momento não intervirão e só foram mais ativos, no sentido, dos nacionalistas quando a situação foi mais favorável realizando, depois, pressão sobre o Governador.<sup>1</sup>

Se em Sevilha, o golpe militar obteve êxito devido à intervenção do General Queipo e o apoio dos jovens oficiais, o fracasso do golpe militar na cidade de Huelva aconteceu porque os oficiais se mantiveram em linha com a República. No entanto, com o avançar dos rebeldes houve uma adesão não tanto motivada pela ideologia, mas por a evidencia, do avance, do *Alzamiento*.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Gil Honduvilla, Joaquín, *Desde la proclamación de la República al 18 de julio de 1936: el cambio de rumbo político en la 11 División Orgánica*, Tesis Doctoral, Universidad de Huelva, 2010, p. 576.

<sup>2</sup> Idem, p. 464.

Com o finalizar da resistência republicana em Sevilha, com a conquista dos bairros de Macarena, São Luis e São Bernardo, passou a existir o objetivo da tomada da cidade de Huelva como a próxima prioridade. Como comentou o Comandante Cuesta Monereo, a tomada de Huelva iria ser um objetivo devido a vários fatores; Uso do porto pela marinha governamental; Existência de uma pista para o uso de aviões na zona dos rios Tinto e Odiel; Forte reduto de resistência republicana, concretamente, na serra de Huelva.<sup>3</sup>

Até à conquista de Huelva, no dia 29 de Julho de 1936, os oficiais da Guardia Civil ficaram na expectativa, no que respeita aos acontecimentos, no entanto a partir do dia 23 de Julho de 1936 foi formado um grupo dentro da Guardia Civil, com inclinação aos nacionalistas, cujo líder foi Varela Paz que começou a auscultar o espírito e as intenções das forças militares.<sup>4</sup>

O golpe militar de 18 de Julho, na província de Huelva, contava com um importante apoio dos *terratenientes* da serra de Huelva que em conjunto, com a Guardia Civil e outros elementos, organizaram-se para apoiar o golpe dos rebeldes. Entretanto na zona da Serra de Huelva exceto, em Encinasola e Cumbres Mayores, as autoridades republicanas opusera-se ao golpe e detiveram o controle da situação.<sup>5</sup>

Pela geografia da Serra e o maior compromisso das forças republicanas, esta zona específica da província de Huelva estava sob domínio dos esquerdistas. Mesmo quando a capital Huelva foi tomada, pelos rebeldes, a zona da Serra e mineira estavam em mãos dos republicanos. Segundo José María Molina Heredia, houve vários fatores caracterizaram as lutas entre republicanos e nacionalistas na Serra:

*A) O sucesso das forças de direitas em Encinasola e Cumbres Mayores pode ser explicado pela cumplicidade de ambas as câmaras municipais, que eram controladas por pessoas ligadas aos proprietários.*

*B) Os mais sangrentos confrontos entre forças de direitas e milicianos, organizados sob as ordens dos “agentes executivos” dos comités em Aroche e Almonaster, os guardas civis saíram e tentaram prender os membros dos comités. Com a ajuda de expedições de milícias individuais organizadas em El Rosal de la Frontera e Aracena, os Comités de Defensa conseguiram encurralar os rebeldes em Cumbres Mayores, Aroche e Almonaster e eliminá-los.*

---

<sup>3</sup> Idem, p.514.

<sup>4</sup> Idem, p.532.

<sup>5</sup> Molina Heredia, José María, *La Guerra Civil en la Sierra de Huelva. Los Comités de Defensa y la organización de la resistencia*, in Asociación Andaluza Memoria Histórica y Justicia, II Jornadas Memoria y Justicia: La represión en Huelva y en la Cuenca Minera, Huelva, 2005, pp. 49-51.

C) *Em nenhum dos casos, apesar das tentativas de negociação dos Comitês, houve rendição por parte dos golpistas, com os quais os fatos culminaram em banhos de sangue.*

D) *A repressão foi terrível. No início, quando uma cidade era tomada, havia um grande número de execuções "pelo lado da guerra". Aqueles que conseguiram escapar nos primeiros momentos, mas não conseguiram escapar, foram perseguidos com base na revisão das listas de filiados, das listas eleitorais e da documentação política que os militares encontraram. Os relatórios dos novos prefeitos, novos chefes de falange e padres, foram essenciais que a repressão. Em segundo plano, é necessário colocar os testemunhos acusatórios de indivíduos.<sup>6</sup>*

Em relação a Manzanilla, no início do conflito espanhol, o posto da *Guardia Civil* ficou ao lado dos sublevados. No dia 27 de Julho de 1936 foram conquistadas várias localidades entre quais Manzanilla, Bollullos del Condado, Palma del Condado, Rociana e Villalba del Alcor. No dia 25 de Agosto eram tomadas Rio Tinto e Nerva.<sup>7</sup>

O Cônsul de Huelva descreve a situação de guerrilha, por parte dos marxistas, que acontece nesta província. Existem vandalismo, roubos e mortes provocado por elementos afetos à República que habitam e estão dispersos pela Serra de Huelva. Os julgamentos sumários e arbitrários são executados pelos nacionalistas, para conter a destabilização feita pelos esquerdistas:

*Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelencia, que a situação dos campos da Serra desta Provincia, agravou-se de tal maneira, que o Senhor General Chefe do Exercito do Sul, teve necessidade de considerar novamente a Provincia de Huelva e parte das de Sevilha e Badajoz, Zonas de Guerra. Nesse sentido publicou um Bando, que adjunto remeto a V. Exa., no qual são especificados todos os actos, aos quaes se aplica a justiça sumarissima.*

*Seria interminavel anotar neste officio, todos os actos de verdadeiro vandalismo praticados ultimamente, pelos fugitivos de caracter marxista, que se encontra refugiados na Serra de Huelva. Anotemos os principaes: Um auto-car da Empresa Automobilista Internacional Artur Damas, que faz a carreira de passageiros Huelva- Aracena, foi atacada pelos referidos fugitivos, que depois de roubarem tudo quanto puderam, mataram seis passageiros, entre os quaes o advogado de Estado nesta Provincia e uma Senhora de 22 anos! Este crime ficou impune, pois o seus autores refugiaram-se na Serra, e apesar de todas as medidas tomadas pelas autoridades, não os conseguiram prender. A maioria das pontes de caminhos de ferro situadas na Serra, e que servem as Companhias mineiras e o caminho de ferro Huelva-Zafra, tem sido destruidas com dinamite. Um camion que transportava peixe para Sevilha, na estrada que vai desta cidade para aquela capital, foi atacado na vila de Manzanilla, tendo sido morto o chauffeur e depois de ser roubada toda a carga, deitaram fogo ao citado camion, que dias antes tinha custado cerca de 50.000 Pesetas.*

<sup>6</sup> Molina Heredia, *La Guerra Civil en la Sierra de Huelva. Los Comitês de Defensa y la organización de la resistencia*, pp. 49-51.

<sup>7</sup> Gil Honduvilla, *Desde la proclamación de la República al 18 de julio de 1936*, pp. 534, 541 e 583.

*Os referidos fugitivos teem atacados tambem algumas vilas, que sabem que possuem pequenas forças militares, e dirigem-se ás propriedades, roubando tudo o que nelas encontram, e algumas vezes, matando algumas pessoas.*

*As familias dos fugitivos quasi todas teem sido presas, e aquelas cujos parentes teem maiores responsabilidades nos sucessos de caracter marxista, teem sido julgadas e condenadas á pena máxima. Teem sido presos tambem alguns fugitivos no campo, mas esses não são julgados. Todos eles são imediatamente fuzilados.*

*A proposito de todos os casos que estão ocorrendo, há uma atmosfera bastante carregada. Os que teem culpas andam, com medo de serem presos, porque sendo a Provincia de Huelva, considerada Zona de guerra, já sabem, que a pena que lhes é aplicada, é a pena de morte*

*Outros, os individuos de ordem, teem sempre medo de serem atacados pelos referidos fugitivos, principalmente os que teem necessidade de dirigir-se á Serra de Huelva, ou a Sevilha...<sup>8</sup>*

No dia 10 de Agosto chegou uma coluna mineira, desde Nerva- Rio Tinto, de 1.000 homens com espingardas, pistolas metralhadoras, uma metralhadora, um camião blindado, explosivos e granadas de mão com o intuito de cercar o Quartel, da comarca de Aracena, para o atacar e exigir a entrega de armas. Já tinham realizado a mesma exigência, na zona mineira do Rio Tinto, e em várias aldeias e vilas da província de Huelva. O *modus operandi* era destruir o Quartel, com dinamite, e incendiar as casas onde estavam os elementos da *Guardia Civil*.<sup>9</sup>

Membros republicanos entraram numa camioneta, que tinha como destino Salvochea, e neste local vestiram os macacos azuis<sup>10</sup> e mais tarde uniram-se aos milicianos um grupo de mineiros e passaram por Zalamea. No dia 6 de Agosto o grupo de mineiros, com os milicianos, possuíam um plano de se unirem com os seus companheiros de Valverde del Camino e Huelva.<sup>11</sup>

O massivo envio de informação diplomática, realizada pelo corpo diplomático português em Espanha, também incluía zonas distantes dos grandes centros urbanos espanhóis e zonas mais próximas das fronteiras portuguesas. Havia a importância do Governo português entender o grau de ameaça para o movimento nacionalista mas também para o território português. Relato do Cônsul de Huelva sobre a conquista de Rio Tinto, por parte dos nacionalistas, que possuíam uma força de 1.500 elementos. O Quartel Geral das forças nacionalistas estava em Valverde del Camino, localidade entre

<sup>8</sup> AHD-MNE, Oficio, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 25 de Julho de 1936, pp. 1-2.

<sup>9</sup> Gil Honduvilla, *Desde la proclamación de la República al 18 de julio de 1936*, pp. 571-572.

<sup>10</sup> Indumentaria que usavam os milicianos, elementos republicanos, na frente de guerra.

<sup>11</sup> Idem, p. 565.

Rio Tinto e Huelva. Os rebeldes avançam para Zalamea la Real onde existiu um forte combate e os mineiros republicanos recuam para a localidade de Salvochea e por fim renderam-se. Relato, ainda, de um combate entre a aviação nacionalista e a marinha governamental na zona costeira:

*Tenho honra de comunicar a V. Exa. que o foco rebelde de Rio Tinto terminou. As forças nacionalistas, compostas de mil e quinhentos homens, divididos em três colunas bateu o “perigo mineiro” em poucos dias, e com tal facilidade que produziu assombro. Essas forças vinham efectuando pequenos ataques a essa região. Tinham o seu quartel geral em Valverde del Camiño, pequena povoação situada entre Rio Tinto e Huelva: Combinado o ataque para 3ª feira, dia 25 de Agosto próximo passado, iniciam a marcha sobre Zalamea la Real, donde se trava um violento combatem, que dura muitas horas, encontrando-se os mineiros em situação muito vantajosa e muito mais numerosos. Por fim os mineiros desmoralizados pela artilharia e aviação recuam para a vila de Salvoches. Vendo o fracasso anterior dos marxistas, decidem render-se, e os chefes abandonam toda essa zona, internando-se no campo.*

*Houve ainda um violento combate entre a artilharia da costa, a aviação de tablada e os navios de guerra governamentais. Diz-se que um dos navios de guerra era o cruzador “Miguel de Cervantes” que foi seriamente atingido pela aviação nacionalista, causando-lhe grandes estragos. Outros navios governamentais continuam fundeados com o mesmo propósito de bloquear este porto.<sup>12</sup>*

O Cônsul português em Huelva informa Lisboa que na povoação de Salvochea alguns portugueses sofreram violências. Também em Salvochea existe um movimento de rebeldes que se dirigirem a Rio Tinto:

*No dia 1 de Setembro: Em Salvochea viviam alguns portugueses, dos muitos que trabalham nas minas de Rio Tinto, dos quais sofreram muitos prejuízos vendo destruídas as suas casas e o seus haveres.*

*De Salvochea os nacionalistas se dirigem a Rio Tinto onde mais de 6.000 homens que residiam ali e que estavam foragidos de outras povoações e se entregam com camiões blindados, metralhadoras, espingardas e centenas de bombas, etc, etc. A simplicidade com que tudo aconteceu encheu de espanto os responsáveis e forças militares<sup>13</sup>.*

Informações do diplomata luso que relatam, após um ano da conquista da província de Huelva, que, ainda, existem elementos esquerdistas introduzidos na zona da Serra de Huelva. Foram-se juntando mais membros refugiados de Málaga, Córdoba e Sevilha e poderá haver 2.000 elementos que apoiam o Governo republicano perfeitamente

<sup>12</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 1/09/1936, p.1.

<sup>13</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 470.

equipados com um grande conhecimento da zona e que realizam pequenas incursões em localidades pequenas:

*Após a reconquista desta Provincia, pelas tropas nacionalistas, vai fazer cerca de um ano, muitos elementos significados no movimento de caracter marxista, internaram-se na Serra desta Provincia. A eles juntaram-se mais tarde inumeros refugiados das Provincias de Malaga, Cordoba e Sevilha. Calculam-se em 2.000 os individuos nessas condições, os quaes possuem todos os elementos de combate, como sejam armas, balas, bombas de mão, dinamite, etc.etc.*

*Teem-se efectuado algumas operações militares, para conseguirem prendelos, e apesar de todas as medidas empregadas, ainda não o conseguiram fazer, porque os fugitivos conhecendo a Serra palmo, á aproximação das tropas se escondem, sem lhes encontrarem nenhum rasto. Os fugitivos porem não descansam e sempre que podem, atacam algumas vilas, que sabem que possuem pequenas forças militares e dirigem-se ás propriedades, roubando tudo o que nelas encontram. É raro o dia que não fazem impunemente estas incursões. As autoridades toma medidas, e como sempre, não consegue prender nenhum desses fugitivos.<sup>14</sup>*

### **Província de Sevilha**

A capital andaluza, a cidade de Sevilla, era uma clara e importante base de apoio nacionalista para a conquista de Madrid. O General Gonzalo Queipo de Llano apresentou-se ao General José Fernández de Villa-Abrille, que não se tinha decidido por o golpe militar e prendeu-o. Logo, o General rebelde encaminhou-se para o Quartel *San Hermenegildo*, comandado pelo Coronel Manuel Allanegui que estava a favor do Governo republicano, e Queipo de Llano também o prendeu e nomeou o Capitão Carlos Fernández de Córdoba para comandar o regimento. Queipo de Llano toma o *Parque y Fábrica de Artillería* no sentido de dificultar e colocar obstáculos aos operários que foram aí recolher armas. Queipo de Llano subjuga-o com, aproximadamente, 4.000 elementos e obteve a rendição do Governador Civil e juntaram-se ao movimento rebelde os *Guardias de Asalto* e a *Guardia Civil*. Com a disposição de forças nacionalistas, no terreno, os operários e os trabalhadores agrários começaram a travaram combates, com o levantamento de barricadas, com as forças rebeldes. Houve desorganização entre os comunistas e anarquistas na defesa da cidade e os operários refugiaram-se nos bairros de Triana e Macarena.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Huelva com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 23/07/1937.

<sup>15</sup> Beevor, *La Guerra Civil Española*, p. 48.

Sevilha, rapidamente, foi tomada pelos sublevados sob a liderança de Queipo del Llano com o apelido de *carnicero de Sevilla*. Foi utilizada de uma forma propagandisticamente a Radio Sevilha para infundir receios à população sevilhana. A Camara Municipal de Sevilha e a sede do Governo Civil foi atacada pela artilharia nacionalista enquanto as tropas africanas atacavam a resistência republicana operária na cidade.<sup>16</sup>

O Cônsul de Sevilha informa que caso exista uma vitória da República, devido ao apoio do Governo português aos nacionalistas, tudo o que representa Portugal poderia ser destruído. Assim, solicitava, o Cônsul português a vinda de uma unidade da marinha de guerra para passar uma imagem de autoridade:

*Devo informar Vossa Excelência que, no caso de vitória das forças marxistas, o Pavilhão de Portugal nesta cidade será saqueado e destruído, assim como tudo que seja português. Já, pois, por esta razão, já como afirmação de força e de autoridade da Nação Portuguesa, parece inteiramente indicado que Portugal envie ao porto de Sevilha uma das unidades da sua actual marinha.*<sup>17</sup>

O Cônsul português informa que no dia 6 de Agosto a cidade de Sevilha está praticamente conquistada pelos nacionalistas com o apoio das milícias fascistas e tradicionalistas:

*Dia 6 de Agosto de 1936: Sevilha no que respeita à região da Andaluzia cujo comando militar tem o General Queipo de Llano, com Quartel Geral, nesta cidade de Sevilha, a pacificação que tem sido lenta é quase completa, tendo em conta que o esforço do exército tem dois objetivos: por um lado abastecer de homens e munições as colunas do General Mola, que cercam Madrid; por outro, organizar pequenas colunas destinadas a destruir as concentrações marxistas de cidades interiores e pequenos centros rurais, obrigando esta última ação a um emprego diário e paciente de contingentes militares em que se enquadram as milícias fascistas e tradicionalistas, devidamente armadas prestando estas um valioso apoio ao exercito já pelo seu numero numérico como pelo entusiasmo patriótico e espirito de sacrificio que entram na luta.*<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Lorenzo Lacruz, Juan, *Las masacres de la guerra civil española y su tratamiento historiográfico*, 2010, p.16, [https://www.researchgate.net/publication/292996467\_Las\_masacres\_de\_la\_guerra\_civil\_espanola\_y\_su\_tratamiento\_historiografico].

<sup>17</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 25 de Julho de 1936, pp. 1-2.

<sup>18</sup> Burgos Madroño, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 445.

## Extremadura

A coluna militar que saiu de Sevilha, no dia 2 de Agosto, comandada por o Tenente Coronel Carlos Asensio Cabanillas, foi constituída por um *II Tabor de Regulares*, a *IV Bandera del Tercio*, duas autometralhadoras, uma bateria de 70 mm e outros apoios militares. Esta coluna tinha como missão conquistar Mérida e entrar em contato com as forças militares de Emilio Mola.<sup>19</sup>

Francisco Franco informava, a Queipo de Llano, que a união, das colunas da Extremadura, se realizava sobre as ordens de o Tenente Coronel Juan Yagüe Blanco. No dia 8 de Agosto, Franco emite uma ordem, que as forças comandadas por Castejón e as de Asensio, devem-se unir para se dirigir a Mérida e Badajoz.<sup>20</sup>

No dia 11 de Agosto caía Mérida e onde Yagüe, chegaria dia 12, e iria começar a tomada de Badajoz. Comunica a Franco que no dia 13 conquistaria as localidades estremenhas, de Lobón e Talavera la Real, povoações que estão no sentido da cidade de Badajoz.<sup>21</sup>

A repressão nacional mais intensa aconteceria nas zonas, a Sul da Extremadura, que estavam incluídas na província de Badajoz por algumas, destas três situações: 1) foram conquistados em Agosto de 1936 por o Exército africano, 2) houve resistência armada, 3) foram cometidas violências contra elementos de direitas.<sup>22</sup>

No dia 30 de Julho um inúmero de elementos da Guardia Civil, de Badajoz e Mérida remetidos a Madrid, rebelaram-se na Estação de Medellín para se dirigirem a Miajadas.<sup>23</sup>

Situação relatada pelo Cônsul luso, Vasco Manuel Sousa Pereira, em Badajoz, sobre a sublevação da *Guardia Civil* de Badajoz, a informação vinculada pelo Cônsul português foi que 300 Guardas Civis, leais à República, saíram de Badajoz por comboio, com o intuito de se juntarem em Madrid ao exército republicano, e depois desceram do comboio na localidade de Medellín, partiram e desertaram, para Cáceres e juntarem-se às forças rebeldes. Informa a movimentação, pela cidade, de elementos afetos à República que praticam prisões e registos a domicílios de elementos nacionalistas. Interessante análise, no dia 1 de Agosto de 1936, do Cônsul português que a conquista pelos

---

<sup>19</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, pp. 8-9, 17, 21 e 23.

<sup>20</sup> Idem, p. 37.

<sup>21</sup> Idem, p. 56.

<sup>22</sup> Sánchez Marroyo, *La Guerra Civil en Extremadura. Estado de la cuestión*, p. 152.

<sup>23</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 24.

nacionalistas seria iminente em Badajoz e neste sentido o êxodo para Portugal, de milhares de comunistas incluído os deputados Nicolás de Pablo e Jesus de Miguel, poderia ser uma realidade e deveria Portugal estar preparado para os acolher em território português:

*O aspecto desta cidade não tem sofrido grande alteração desde o meu comunicado anterior, vendo-se, ainda, por toda a cidade e seus arredores numerosos rapazolas armados de espingardas de todas as formas e feitios, o que não tivesse um lado trágico, seria mais cómico que se pode imaginar. Continuam os registos domiciliários e as prisões de conhecidos elementos direitistas, pelo simples prazer de enxovalhar essas pessoas, já que outra cousa não tem sido tolerada até agora, pelos chefes marxistas, a essa horda de bárbaros. Continua a efervescência contra Portugal por causa da utilíssima campanha que vem fazendo o Rádio Club Português. O Consulado, por essa razão, tem estado em perigo, especialmente porque vivem em Badajoz mais de 50 cadastrados portugueses, que não tenho querido documentar, e que incitados por inimigos do País, poderiam assaltá-lo, escudando-se estes cobardes naqueles para tomarem um inoble represália, burlando talvez as responsabilidades que lhes cabem a face do direito internacional. Ser-me-ia lícito, em tal emergência, solicitar auxilio do Sr. Governador militar d'Elvas? [...]*

*A minha impressão é a de que Badajoz não tardaria em render-se, e a propósito disto parece-me de toda a conveniência que Portugal pense na concentração em lugar apropriado dos milhares de comunistas que fugidos ao inexorável castigo que os espera da parte do General Queipo de Llano, não tardarão a passar a fronteira, entre os quais hão de achar-se certos cabecilhas perigosos como os deputados Nicolás de Pablo e Jesús de Miguel.*

*Corroboram a minha impressão sobre a possível sublevação dos restantes Guardas Civis da guarnição de Badajoz que ainda se encontram nesta cidade, informo a V. Excelência que tendo partido há tres dias para Madrid uma columna composta de 300 numeros da mesma, ao mando dum capitão, depois de grandes protestos de lealdade, de vivas á Republica e á Frente Popular na despedida da Estação, presenciada pelo celebre coronel Puigdemola, com saudação marxistas de punho ao alto, ao chegarem as proximidades de Medellin fizeram soar o sinal de alarme, desceram do comboio e partiram por estrada para Cáceres a juntar-se ao exercito e forças rebeldes. O gesto é próprio de espanhóis, dos quais não nos podemos fiar, sejam de que ideologia forem, mas neta ocasião não podia ser mais útil á causa da ordem, por que aumentou o numero dos seus defensores e desmoralizou bastante os marxistas de Badajoz, que não tem já a menor confiança nas forças que os rodeiam.<sup>24</sup>*

O Cônsul português em Badajoz transmite, no dia 4 de Agosto de 1936, as movimentações existentes perto da fronteira lusa, na zona entre Mourão e Barrancos, e na zona em direção de Albuquerque e Arronches por estarem na posse republicana.

<sup>24</sup> AHD-MNE, Ofício, confidencial, enviado pelo Cônsul de Badajoz com destino ao MNE em 1 de Agosto de 1936.

Comenta que a localidade espanhola de Codosera,<sup>25</sup> ainda, não foi tomada pelos nacionalistas:

*A título de informação tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa. que segundo me comunica o Cônsul de Portugal em Badajoz a região da fronteira espanhola que corresponde à parte do território português entre Mourão e Barrancos acha-se ainda em poder dos comunistas. O Cônsul comunica igualmente não ter sido ainda ocupada a vila de la Codosera (na direcção de Albuquerque e Arronches) onde residem algumas centenas de portugueses, um grande número dos quais ele supõe, terem responsabilidades ligadas ao procedimento dos comunistas.*<sup>26</sup>

Uma das primeiras povoações, que a coluna militar de Tenente Coronel Asensio tomou, foi El Ronquillo. No dia 3 de Agosto Asensio tomou Santa Olalla. Fuentes dos Cantos foi abordada pela coluna de Ascensio no dia 5 de Agosto. Em Los Santos de Maimona houve posições travadas pelas forças de Ascensio e as forças, de Puigdengolas, que vieram de Badajoz, no entanto as forças nacionalistas venceram os republicanos no dia 5 de Agosto.<sup>27</sup>

A união dos exércitos nacionalistas de Cáceres com o de Sevilha iria traduzir-se com a pressão e o isolamento de Badajoz. As forças rebeldes iriam avançar até Badajoz. As informações prestadas pelo cônsul português em Badajoz sobre a tensão que havia em Badajoz e o caminho que os nacionalistas realizavam em diferentes localidades já referenciadas por Francisco Espinosa; Fuentes de Cantos, Fregenal de la Sierra, Los Santos de Maimona e em Zafra. Nas zonas de Santa Marta, Santa Olalla e Ronquillo se dirigirão forças comunistas e devido às movimentações militares republicanas iriam chegar vários feridos a Badajoz. A união das colunas nacionalistas de Sevilha e de Cáceres, que Francisco Espinosa refere, são aludidas pelo Cônsul português Vasco Sousa Pereira. A conquista da cidade de Badajoz é iminente nestas comunicações consulares de 4 até 12 de Agosto de 1936:

*Em 4 de Agosto de 1936: 130 Guardias Civiles que haviam em Badajoz acabam de ser desarmados e presos no seu respetivo quartel que a guardia de assalto ocupou [...] Os comunistas que vieram da província concentram-se em Badajoz, havendo um núcleo que partiu para Santa Marta e Santa Olalla e Ronquillo.*

*Em 6 de Agosto de 1936: Comunico a V.Excia. que as colunas de Sevilha avançam na província de Badajoz, conquistando Fuentes de Cantos, Fregenal de*

<sup>25</sup> Localidade espanhola, a Norte de Badajoz, perto da fronteira portuguesa e foi conquistada pelos rebeldes no dia 26 de agosto de 1936.

<sup>26</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Badajoz destinada ao Diretor da PVDE em 4 de Agosto de 1936.

<sup>27</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, pp. 8-9, 17, 21 e 23.

*la Sierra, Santos de Maimona e encontrando-se em Zafra. Chegam feridos a Badajoz... a tomada de Badajoz parece iminente.*

*Em 12 de Agosto de 1936: Espera-se que Badajoz esteja tomada amanhã pelas colunas de Cáceres e Sevilla, que acabam de conquistar Mérida, Almendralejo e Montijo.*<sup>28</sup>

No dia 14 de Agosto de 1936 as tropas nacionalistas abriram uma brecha na muralha de Badajoz. Houve por parte dos nacionais, ações violentas e indiscriminadas, contra os republicanos, que resultaram em 2.000 pessoas fuziladas, envolvendo civis que não eram politicamente ativos. Com a cidade de Badajoz, controlada, Francisco Franco no dia 15 de Agosto comunica a Yagüe que deverá permanecer uma coluna em Badajoz e avançar em direção a Navalморal de la Mata e sobre Don Benito.<sup>29</sup>

A importância fonte estratégica de informações vindas de Badajoz continuavam mesmo em Março do ano de 1938 onde a orientação da guerra civil apontava para a vitória nacionalista. O sempre ativo consulado de Badajoz proporcionava frequentes, realistas e volumosas informações que os responsáveis de Lisboa podiam gerir internamente e externamente já que poucos países detinham capacidade de possuir um Consulado com as características que Portugal possuía em Badajoz. As informações sobre as movimentações militares na Estremadura, neste período, seriam importantes para informar a solidificação do avanço de Franco para o relatar externamente, o caminho vitorioso dos nacionalistas e contrapor o Acordo de Não Intervenção, e internamente preparar o reconhecimento *de jure* em Abril de 1938 e a consequente ascensão do Embaixador português e ter no horizonte a ideia do Tratado de Amizade e Não Agressão que começaria a ser negociada em Setembro de 1938.

O Cônsul em Badajoz emite uma comunicação sobre a batalha de Serena em Março de 1938, onde o exército republicano, com o apoio de 30 tanques, forçou o ataque a posições rebeldes na localidade de Serena:

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia que, segundo consta, importantes forças do chamado governo de Valencia, apoiadas por 30 tanks, atacaram uma das posições nacionalistas no sector da Serena, que se achava mal guardada, com a agravante de que parte das forças, ante o aparato belico dos vermelhos, se encheu de panico e procurou recuar. O capitão Iglesias, comtudo, que comandava a posição (filho daquele coronel reformado que os vermelhos foram buscar a uma herdade de Campo Maior), reanimou os seus homens e organizou uma defesa tão eficaz que derrotou os atacantes, conseguindo uma victoria tão brilhante que os*

<sup>28</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, pp. 480 e 483.

<sup>29</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 136.

*eus superiores pediram pelo telegrafo a sua promoção ao posto imediato. As operações continuam.*<sup>30</sup>

Ofício, com origem no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de resposta ao Consulado em Badajoz, em que menciona um ataque republicano, sob o comando do Capitão Iglesias, a Serena onde estavam estacionadas forças nacionalistas:

*Acuso a recepção do ofício confidencial de V. S<sup>a</sup>... em que relata um ataque às posições nacionalistas da Serena por forças do Governo de Valencia, e a vitória alcançada pelo capitão Iglesias que comandava a posição, de que esta Secretaria de Estado tomou conhecimento com interesse.*<sup>31</sup>

Ofício do Consulado português em Badajoz relativo à introdução do exército republicano nas posições nacionais na zona de Serena. O Capitão Iglésias aguentou o embate dos republicanos até chegarem reforços dos Regulares e do Terço:

*Informar a V. Excelencia que as tropas vermelhas conseguiram por aquela ocasião romper em tres pontos a frente nacionalista da Serena, guarnecida em grande parte por soldados do regimento de Castilla desta praça, ainda não entrados em combate, que recuaram, abandonando as posições e aparecendo, muitos deles, no dia seguinte, em diferentes e distintos localidades. Por fortuna, os falangistas, que são todos voluntários, e um aparte dos quais comandados pelo capitão Iglezias a quem já me referi, aguentaram com firmeza as investidas vermelhas até que puderam chegar reforços de Regulares e do Terço, que foi quando puderam ser recuperados as perdidas posições.*<sup>32</sup>

O diplomata português em Badajoz menciona que o exército republicano está a atacar as localidades de Los Pollos, Castillo de Argallanes e Campillo:

*Tenho a honra de informar que segundo me consta, a posição chamada “Los Pollos”, bem como a estrada que vem do “Castillo de Argallanes” a Campillo, ao Sul de la Serena, estão sendo batidas pela artilheria vermelha.*<sup>33</sup>

Comunicação do Cônsul de Badajoz com a preparação de forças nacionalistas que incluem sete divisões na província de Badajoz:

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia que as tropas da chamada Brigada Estrangeira, composta, ao parecer para o que fôr conveniente, tenho a*

<sup>30</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 17/02/1938.

<sup>31</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros com destino ao Cônsul de Portugal em Badajoz Vasco Manuel de Sousa Pereira em 02/03/1938.

<sup>32</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 6/03/1938.

<sup>33</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 9/03/1938.

*honra de informar a V. Excelencia que o exército nacionalista prepara operações na frente de guerra desta provincia, onde acaba de concentrar sete divisões.*<sup>34</sup>

Descrição duma possível revolta republicana, na zona de Cáceres, emitida pelo Cônsul de Badajoz, onde estava planeada uma sublevação para conquistar a cidade. Havia o plano para a libertação de 2.000 presos e facultar-lhes armas com um apoio de um avião republicano. Este plano foi descoberto e foram fuziladas 45 pessoas por represálias deste ato:

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia o seguinte. Em 24 do corrente, descobriu-se em Caceres um complot integrado por civis e militares (cabos e soldados), os quais, de acordo com elementos da outra zona, projectavam para a noute daquele dia uma sublevação tendente a apossarem-se da cidade, depois de libertarem 2.000 e tal presos existentes na respectiva prisão e de lhes terem entregue armamento existente no paiol, que assaltariam. Facilitaria a consecução deste projecto a vinda dum aeroplano vermelho que sobrevoando Caceres, levaria toda a gente não iniciada a descer aos abrigos subterraneos. O aparelho de referencia fêz, de facto, a sua aparição, mas, antes disso, um dos soldados comprometidos, temeroso das consequencias do movimento preveniu as autoridades competentes, que tomaram a tempo as medidas convenientes.*

*Naquela noute foram fuzilados 45 individuos. Parece que os encartados contavam com ligações noutras localidades da citada provincia, onde, até agora, e por ser uma das que desde o primeiro momento se tinham colocado ao lado do movimento.*<sup>35</sup>

Foram assassinados, aproximadamente, 100 religiosos na Estremadura, onde a maioria aconteceu na província de Badajoz. Destacamos os acontecimentos mais graves de assassinatos na zona de Azuaga-Granja de Torrehermosa no mês de Setembro de 1936, onde morreram 20 religiosos. A intensidade, dos combates, foi mais enérgica, a partir de Setembro, e incluíam as localidades que pertenciam à zona republicana, como Granja de Torrehermosa, Berlanga e Campillo de Llerena. Muito poucas dessas zonas não sofreram violência contras os oponentes políticos.<sup>36</sup>

Relatos de guerra emitidos pelo Consulado de Badajoz sobre a localidade de Villa de Granja de Torrehermosa entre o exército republicano e os rebeldes. Segundo o Cônsul, esta localidade ficou destruída, as forças republicanas não conseguiram transpor a localidade e o General Queipo de Llano ficou de ocupar-se, pessoalmente, da defesa da Villa de Granja de Torrehermosa:

<sup>34</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 14/06/1938.

<sup>35</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 29/12/1937.

<sup>36</sup> Sánchez Marroyo, *La Guerra Civil en Extremadura. Estado de la cuestión*, pp. 146-147.

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia que acaba de travar-se uma violenta batalha na villa de Granja de Torrehermosa (Sul desta Provincia) entre as forças nacionalistas espanholas e as do chamado governo de Valencia. Segundo os informes colhidos não oficialmente, aquela localidade foi evacuada, tendo ficado reduzida a escombros pelo fogo da artilheria vermelha. As forças atacantes não lograram, contudo, passar áquem. O General Queipo de Llano, que visitou imediatamente Granja de Torrehermosa, ocupa-se pessoalmente, segundo me dizem, dos preparativos de defesa para um caso de nova ofensiva. Continuarei informando a V. Excelencia de qualquer noticia relacionada com este assunto e que possa ser de interesse.*<sup>37</sup>

## Galiza

Na Galiza o golpe militar obteve êxito em poucos dias. Somente em algumas zonas semiurbanas e urbanas como Tuy, Vigo e em Corunha houve resistência que durou dias ou poucas semanas. A partir da tomada de toda Galiza, pelos nacionalistas, houve um filtro dos membros considerados hostis ao novo regime.<sup>38</sup>

No dia 20 de Julho foi iniciado, em território galego, o golpe militar com a constituição do *Comité de la Defensa de la República*. De dia 20 a 26 de Agosto, nas cidades, vilas e aldeias da Galiza realizam-se os *paseos* e a violência aos familiares dos que morreram sob suspeita de serem esquerdistas. No entanto, na Galiza, seguia uma atividade normalizada com os comércios, bares e colégios em funcionamento.<sup>39</sup>

Segundo José María Cardesín, a rapidez do êxito e triunfo, do golpe militar, na Galiza teve como causa a inexistência de resistência estruturada e organizada e a repressão planificada sentida pelos galegos e instituída pelos *paseos*, rápidos fuzilamentos, prisão e desterro aos opositores dos nacionalistas. Houve entre 3.500 e 5.000 fuzilados nesta época em toda a Galiza.<sup>40</sup>

Sendo que a maioria da Galiza era republicana, no deflagrar do golpe militar, a *Astucia dos Alzados* poderá ter sido uma das causas para o rápido controlo dos sublevados da Galiza. No entanto, para Castela e outros uma das causas foi a inexistência de um

<sup>37</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 29/09/1937.

<sup>38</sup> Grandío Seoane, Emilio, *Problemas en la construcción del “Nuevo Estado” (Galicia 1936-1939)*, *Historia y Comunicación Social*, nº 6, 2001, p. 217.

<sup>39</sup> Estévez Piña, Alberto, *Breve historia de la Guerra Civil en Tuy* [<http://laguerracivilentuy.blogspot.com/2009>].

<sup>40</sup> Cardesín, José María, *Os lugares da memoria da Guerra Civil na Galiza*, Grial, tomo 44, nº 170, 2006, pp. 47 e 50-51.

poder autónomo como a Generalitat na Catalunha, no sentido de organizar uma estrutura de resistência das autoridades leais.<sup>41</sup>

Uma situação específica, na Galiza republicana, e um acontecimento abonatório para os nacionalistas na Galiza foram os milhares de elementos, da Frente Popular, que foram coagidos a alistarem-se nas forças nacionais. Os falangistas facilitaram condições materiais e humanas aos nacionalistas que apelidaram a *Despensa da Cruzada*. Esta vinculação que os falangistas concebiam coincidia, com o surgir da autonomia na Galiza, que estava indicada para a sua aprovação e discussão, nas Cortes do Estatuto de Autonomia de Galiza, no dia 17 de Julho de 1936.<sup>42</sup>

Os montes galegos foram um dos locais, onde os que fugiram do golpe militar, poderão refugiar-se porque estavam associados com o regime republicano. Estavam desmoralizados e com receios de vinganças pessoais que poderiam existir sobre eles. Para a larga maioria dos galegos, que não sentiam afinidades com os nacionalistas, com a rápida tomada de poder dos nacionalistas, em território galego, emergiram num longo silêncio e acomodação, por supervivência, e sentiam necessidade de estar, agora, com o novo poder e nos acontecimentos mais conturbados trocavam os *paseos* por um alistamento, consentido, no exército nacionalista na tentativa de sobreviver.<sup>43</sup>

O *Comité de Defensa de la República* foi constituído em Tuy, no dia 20 de Julho de 1936, com a inclusão do poder local representado pelo Guillermo Vicente de Santiago por Hermenegildo Losada (presidente da Frente Popular e médico socialista) e Gumersindo Rodríguez (membro da CNT). A partir de dia 25 de Julho foi iniciada a tomada de Tuy com a saída, de Pontevedra, de uma bateria do XV Regimento ligeiro que se uniu em Porriño com forças vindas de Orense. Após violentos combates onde os operários, os *carabineros* e os marinheiros defenderam os ataques dos sublevados, foi por fim conquistada a última bolsa da legalidade republicana, pelos nacionalistas, no dia 26 de Julho de 1936.<sup>44</sup>

A localidade espanhola de Tuy, perto da fronteira com Portugal, estava numa zona estratégica com ligação direta a Valença, em Portugal, através da ponte internacional e onde a movimentação de pessoas para ambos os lados gerava dinâmicas económicas, sociais e políticas transfronteiriças. Logo, todas as correspondências diplomáticas vindas de Tuy correspondia ao estado das relações luso-espanholas daquela importante zona

---

<sup>41</sup> Veiga, Manuel, *Por unha visión galega da Guerra Civil española*, Grial, tomo 44, nº 169, 2006, p. 64.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>43</sup> Idem, pp. 68-69.

<sup>44</sup> Estévez Piña, *Breve historia de la Guerra Civil en Tuy*.

fronteira. Como local de passagem de elementos republicanos para Portugal haveria, sem dúvida, um olhar mais atento por parte do Cônsul luso em Tuy.

Nesta comunicação, poucos dias após o golpe de Estado, foi referida uma informação, confusa, pois realça a tomada de Tuy pelas forças do exército espanhol, *Guarda Civil e carabineros* às forças marxistas no dia 20 de Julho:

*Tenho honra comunicar Vossa excelência forças exercito espanhol, guarda civil, carabineros e tomaram hoje quatorze horas cidade de Tuy ás forças marxistas após um intenso bombardeamento ontem havendo quatro mortos e muitos feridos no combate e hoje sete mortos e feridos situação Cônsul de Portugal Tuy foi por vezes perigosa e sua segurança pessoal nula sendo abandonado á sua sorte e em perigo o archivo consular apesar rádio anunciar sua má situação como imprensa nacional e outros meios oficiais e apesar sua situação fronteira espanhola.*<sup>45</sup>

Do Consulado de Tuy foi remetida a informação, após 7 dias do *Alzamiento* em Espanha e 4 dias do golpe militar na Galiza, da resistência do exército republicano em Tuy com uma organização militar nos moldes soviéticos. A ponte internacional que liga Galiza ao Minho está dinamitada e as comunicações de telegrafo e telefónicas cortadas. Situação tensa em Tuy, no Consulado português e para o Cônsul luso pois havia elementos armados, conotados com a República, que forçaram o Consulado luso para que lhes fossem entregue o rádio, exigência que foi recusada pelo cônsul:

*Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que Tuy mantém resistência favor Governo espanhol. Autoridades militares e membros frente popular armaram suas hostes civis maneira soviética. Domina o terror. A ponte internacional está dinamitada. Comunicações telegráficas telefónicas interrompidas. Grupos de civis armados teem tentado forçar portas Consulado Portugal altas horas noite. Hoje um camion com civis armados espingardas parou defronte este Consulado exigindo entrega do meu rádio. Retiraram perante minha recusa anunciando nova visita. Vários portugueses patrulham as ruas de espingardas aos ombros.*<sup>46</sup>

Análise da situação militar e económica/financeira realizada pelo Cônsul português em Tuy. As forças nacionalistas ocupavam a zona da Galiza até às Astúrias com grande entusiasmo, por parte dos nacionalistas, no sentido de conseguir a vitória final. Existe na Galiza uma normalidade nos organismos sociais, no comercio, nos campos e indústria. A administração publica também funciona a nível dos impostos e Fazenda publica:

<sup>45</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Cônsul Português, Anaclito Campos, em Tuy em 20/07/1936.

<sup>46</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado Português em Tuy em 24/07/1936.

*Tenho a subida honra de informar a V. Exa. que se mantem a mesma situação em toda esta zôna de Espanha. O Exército Nacionalista continua a dominar esta região desde a fronteira até ás Astúrias, onde se alinha defronte das forças inimigas. Os Nacionalistas teem uma fé cega na victória. Novos e velhos colaboram com o Exército. Os primeiros pedem os postos mais avançados da frente de batalha, para onde marcham com um optimismo e um entusiasmo transbordantes, cantando os hinos das suas organizações civis, que não se cansam em manifestar, publicamente, as suas convicções aos gritos de “Viva Espanha”, “Arriba Espanha”, e “Viva o Rei”.*

*A ordem e a tranquilidade são absolutas. O Chefe Supremo Nacionalista, além de conduzir com firmeza e segurança as suas tropas à victória, não descursa, tambem, a solução dos problemas económicos e sociais nas quasi três-quartas partes do território em que domina. Todos os organismos da actividade social continuam a desempenhar a suas funções com regularidade. O comércio e a industria desenvolvem as suas actividades normais, se bem que algumas delas estejam limitadas pela falta dos mercados da zona ocupada pelo Governo de Valencia. No campo atende-se às fainas rurais. Fundaremos bolsas aos agricolas, concedendo-se aos lavradores os necessários empréstimos para o amanho das terras e os impostos e compra de sementes. A Fazenda parece viver desafogada. As contribuições e os impostos não foram aumentados e são pagos em dia. No território dominado pelos nacionalistas vai ser restabelecido o serviço da Dívida Pública e pagos todos os seus encargos. A vida não encareceu. Os impostos de guerra teem sido voluntários. A Galiza despojou-se duma grande parte do seu ouro, que entregou ao Cofre do Tesouro Nacionalista...<sup>47</sup>*

Com o desenrolar do *Alzamiento* o Cônsul de Vigo alerta para o ataque dos comunistas:

*Receia-se que esta cidade seja atacada pelos comunistas concentrados arredores; parece-me vinda navio de guerra portuguez seria talvez conveniente não só protecção nacionais como prestigio nação; chegou ontem destroyer inglez.<sup>48</sup>*

Em Vigo foram cometidos, propositamente, atentados contras as canalizações da cidade: “*Houve esta noite atentado contra canalização continuando esta cidade sem água*”.<sup>49</sup> No final da Guerra Civil o diploma português deteta que, a partir de Vigo, foi transportado grande quantidade de material bélico: “*Continua passando proveniente de Vigo grande quantidade material de guerra; ainda hoje madrugada? Dois comboios extraordinarios*”.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> AHD-MNE, Oficio Confidencial do Consulado de Portugal em Tuy com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 11/01/1937.

<sup>48</sup> AHD-MNE, Telegrama enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em Lisboa em 22/07/1936.

<sup>49</sup> AHD-MNE, Telegrama enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 25/07/1936.

<sup>50</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado de Portugal em Orense com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 01/04/1939.

O Cônsul de Portugal em Orense relata a situação militar e civil, que a cidade de Orense vive, após poucos dias do levantamento militar dos rebeldes. Foi implementado o estado de guerra em Orense com a conquista da cidade pelos nacionalistas:

*Confirmando os meus telegramas confidenciais nos 5 e 6, de hoje, tenho a subida honra de comunicar a Vossa Excelência que, acaba de ser implantado nesta cidade e sua província o “estado de guerra”, pela guarnição militar desta cidade coadjuvando assim o movimento militar em Espanha. Ao desfilar as forças militares pelas ruas da cidade foram delirantemente ovacionadas por uma enorme multidão que na rua os esperava. As forças do exercito tinham o auxilio da “guardia civil”, “guardias de assalto” e “guardias de seguridad”; igualmente os “carabineros” apoiam o movimento. Os muitos elementos de “falange espanhola” que na cadeia desta cidade se encontravam presos vão ser postos em liberdade: Os operários ainda não retomaram o trabalho pelo, que, suponho, terem declarado a greve geral, como ameaçavam. Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.<sup>51</sup>*

Todas as informações sobre captura e morte de elementos republicanos espanhóis eram amplamente divulgadas pelo corpo diplomático luso. Poderiam ter um efeito tranquilizador sobre o território português, pois a zona da Galiza possuía muita área comum com Portugal, e por outro lado vincava que o Governo que administrava a Galiza, que foi desde muito cedo um território nacionalista, encontrava e desmantelava os elementos e bolsas republicanas que estava ainda ativo. O Consulado da Corunha estendia a sua rede de informações na área da Corunha, mas também na zona de Ferrol que está, aproximadamente, 50 de Quilómetros da cidade de Corunha. Neste caso informações do Consulado da Corunha sobre o fuzilamento de 2 anarquistas:

*Tenho a honra de informar Vossa Excelencia que no Ferrol foram fusilados sem forma de processo, em harmonia com o disposto no bando da declaração de estado de guerra, dois anarquistas, ambos fabricantes de bombas e explosivos e fazendo parte da Federação Anarquista Internacional.<sup>52</sup>*

Correspondência diplomática que relata a descoberta de uma conspiração em Ferrol e que se espalhava por toda a Galiza:

*Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que há uns cinco dias, devido a ter-se notado a falta de culatras nos canhões anti-aéreas na bateria de Ferrol, foi descoberta uma conspiração, que se estendia a toda a região galega, pela qual, contando-se com a queda de Oviedo então cercada pelas forças vitoriosas na Corunha, protegida pelos seus aviões.*

*Em consequencia de ter sido descoberta a conspiração, foram feitas várias prisões, entre elas as de dois capitães.<sup>53</sup>*

<sup>51</sup> AHD-MNE, 3P, A8, M5, Ofício do Consulado de Portugal em Orense com destino a Lisboa, 20/07/1936, p. 1.

<sup>52</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul da Corunha com destino ao MNE em 12/09/1936.

<sup>53</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado da Corunha com destino a Lisboa a 1/03/1937.

## 2. Fronteiras luso/espanholas

Com o início do conflito e a tomada de posição de Portugal, a favor dos nacionalistas, abriu vários caminhos de apoios e colaborações das autoridades portuguesas. Houve envio de variado tipo de material bélico, o território luso foi intermediário de material militar, de combatentes, apoio logístico e diplomático. Muito deste apoio material e logístico foi enviado pelas fronteiras.

Existiu cooperação entre as autoridades portuguesas e os nacionalistas no controlo e vigilância das fronteiras luso-espanholas, nomeadamente, a partir do final de Julho de 1936. Havia inúmeras situações onde as autoridades portuguesas estavam a colaborar com as forças nacionalistas e perseguiram os elementos republicanos, em Portugal, e depois os entregavam a Espanha.

Houve ajuda de Oliveira Salazar, na utilização da fronteira portuguesa, para uso das tropas franquistas no avanço de Sevilha para Badajoz abandonando a rota mais direta de Sevilha para Madrid, via Serra Morena e Córdoba.<sup>54</sup>

Existiu um verdadeiro esforço das autoridades lusas de impedir e condicionar a entrada de espanhóis que apoiavam a República espanhola com receio que a introdução e o alastrar de ideias politicamente e ideologicamente, subversivas, fosse levada a cabo em Portugal. Muitos destes refugiados entraram em território luso com o apoio de outros espanhóis, que viviam em Portugal, e por militares e civis portugueses.<sup>55</sup>

As fronteiras portuguesas com Espanha sofreram, assim, muita pressão e existiram vários pontos de tensão como nas zonas do Alentejo/Estremadura, Minho/Galiza e Algarve/Andaluzia.

A entrada de refugiados vindos de Espanha, em território português, foi realizada com bastante regularidade desde Agosto até Novembro de 1936, abrangendo as zonas geográficas do Minho-Caminha até Algarve-Vila Real de Santo António.<sup>56</sup> Se no primeiro semestre do ano de 1936, entravam em território português pessoas nacionalistas, a partir de 18 de Julho de 1936 a afluência para entrar em Portugal foram elementos republicanos

---

<sup>54</sup> Graham, Helen, *The Spanish Republic at War, 1936-1939*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 113

<sup>55</sup> Faria, Fabio, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, Revista Portuguesa de História, tomo XLIII, 2017, pp. 73-74.

<sup>56</sup> Simões, Dulce, *Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do baixo-Alentejo, nos Séculos XIX e XX*, O Pelourinho Boletín de Relaciones Transfronterizas, n.º 22, 2018, p. 105.

onde se incluíam civis e membros das forças militarizadas como *Guardia de Asalto*, *Guardia Civil* e *Carabineros*.<sup>57</sup>

Nas palavras de Dulce Simões, houve uma estratégia da população portuguesa, perto das fronteiras, no sentido de proteger os refugiados:

*As “linhas imaginárias” sempre foram manipuladas pelas populações raianas ao longo do tempo, como instrumento de proteção e de resistência por quem procurava refúgio no outro lado da fronteira, muitas vezes com a conivência dos próprios representantes do Estado. Os comandantes de secção, responsáveis pela direção e supervisão de um conjunto de postos chefiados por sargentos ou cabos, integravam uma complexa rede social, envolvendo agentes de instituições públicas, de organismos civis, militares e paramilitares com os quais partilhavam diretivas e informações. Desta forma, a fronteira entendida como espaço de múltiplos poderes vai sendo gerida pelos representantes do Estado e pelas populações fronteiriças.*<sup>58</sup>

A partir de finais de Outubro de 1936 a situação de entrada de refugiados espanhóis em Portugal diminuiu, este fato aconteceu porque as fronteiras espanholas já são dominadas pelas forças franquistas.

### **Autoridades policiais e militares portuguesas que vigiavam as fronteiras**

Em 1936 Oliveira Salazar, além da Presidência do Conselho, acumulou o Ministério da Guerra o que vai possibilitar edificar uma malha de vigilância e de controlo na fronteira portuguesa que incluiu o Exército, a Guarda Fiscal (GF), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia de Vigilância e Defesa (PVDE) e a Guarda Nacional República (GNR). No entanto, não impossibilita a entrada de refugiados em Portugal.<sup>59</sup> Com a eclosão do conflito espanhol as forças policiais, GF, PSP, PVDE e a GNR eram insuficientes para controlar as fronteiras portuguesas. A ajuda do exército foi importante para a vigiar a extensa fronteira lusa.<sup>60</sup>

Passados 10 dias do início do conflito espanhol foi regulado as atuações que as forças militares podiam exercer nas fronteiras portuguesas. As forças que estavam incluídas eram as seguintes: Exército, GF, GNR e PVDE.

<sup>57</sup> Lopes, Moisés, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Universidade de Lisboa, 2017, pp. 66-67.

<sup>58</sup> Simões, Dulce, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, pp. 150-151.

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>60</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, pp.73-76.

a) *Ao Ministério da Guerra interessam apenas os aviões militares e civis e suas guarnições, os indivíduos fardados (armados ou desarmados) e os indivíduos ou núcleos de civis armados.*

b) *O destino a dar aos civis desarmados, isolados ou em grupo, deve ser regulado pela Polícia Internacional.*

c) *Todos os indivíduos referidos na alínea a) devem ser imediatamente desarmados, sempre que seja possível por meios suasórios e imediatamente conduzidos para os comandos militares das sedes das guarnições mais próximas (Tavira, Beja, Évora e Elvas). [...] deverá observar-se o seguinte:*

1) *Os emigrados ficam em regime de detenção, até se promover a sua concentração em qualquer localidade, ou campo especial.*

2) *Não lhes serão feitos abonos em dinheiro, sendo-lhes fornecida alimentação e alojamento correspondente à sua categoria. Quando não houver messes de oficia e sargentos, será fornecida alimentação análoga por contrato com qualquer pensão ou casa de pasto.*

3) *Podem ser-lhes fornecidas roupas brancas quando se julgue indispensável fazê-lo.*

4) *As despesas feitas com os emigrados espanhóis serão escrituradas em relações especiais, com o seguinte título: “Despesas Com Os Emigrados Espanhóis”.*

5) *Deve evitar-se todo o contacto desses emigrados com os nossos soldados, por pertencerem, pelo menos os que têm sido recolhidos, ao partido comunista espanhol.<sup>61</sup>*

A segurança do Estado, foi uma das principais causas para se constituir, em 1933, a PVDE, que estava subordinada ao Ministério do Interior e chefiada pelo Capitão Agostinho Lourenço. O decreto Lei nº. 22.992 de 29 de Agosto de 1933 é explícita sobre o controle das fronteiras:

*[...] Impedir a entrada no País de estrangeiros indocumentados ou indesejáveis; organizar o registo geral e cadastro dos estrangeiros com residência permanente ou eventual no País; Exercer sobre os estrangeiros que residam ou transitarem pelo País a ação policial necessária [...] <sup>62</sup>*

A PVDE detinha oito pontos de fronteira entre 1936 e 1939. Recolhia informações vindas das autoridades locais e regionais bem como o apoio das informações da União Nacional e a Legião Portuguesa. Houve um grande número de pessoas detidas pela PVDE entre Julho e Setembro de 1936, devido a deflagrar do conflito espanhol, provenientes de Zamora. As principais etiquetas colocadas pela PVDE, com os motivos da sua detenção foram; “refugiado comunista”, “indocumentado e comunista”, “refugiado de Espanha”,

<sup>61</sup> Arquivo Histórico Militar, 1a Divisão, 38a Secção, Caixa 63-2, Nota Confidencial nº 142- 2-C, de 28 de Julho de 1936, in Simões, *Exilados fugidos na Fronteira Luso-espanhola do baixo Alentejo, nos Séculos XIX e XX*, pp. 105-106.

<sup>62</sup> Faria, Fabio, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, p. 64.

“foragido político”, “suspeito de pertencer à Frente Popular” e por último “suspeito de pertencer às milícias comunista”.<sup>63</sup>

Nos finais de 1936 existiu uma substituição das expressões estabelecidas anteriormente, que tinham conotação ideológica e política, por as seguintes; “emigração clandestina e indocumentado”, “suspeito” e “averiguações”.<sup>64</sup>

A GF foi a mais importante força policial a realizar a gestão das informações relativas a toda a zona fronteiriça. Possuía a função de observar e vigiar a linha de fronteira com a colaboração da PVDE. A GNR foi utilizada para policiamento, nos meios rurais, e para fiscalizar as ações das povoações nos locais perto da Fronteira.<sup>65</sup>

Em 1938 havia 22 pontos de passagem da fronteira terrestre em todo o território português: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Portelo, Quintanilha, Barca de Alva, Vilar Formoso, Segura, Beirã (Marvão), Galego, Campo Maior, Elvas (Caia e Estação), Mourão, Barrancos, Sobral da Adiça, Ficalho e Vila Real de Santo António. Além destes pontos identificados e com presença da polícia ou das forças militares, também, havia vários pontos de passagem sem qualquer tipo de vigilância.<sup>66</sup>

### **Número de refugiados espanhóis em Portugal**

Existiram 3 situações e momentos que motivaram a entrada de refugiados em Portugal:

1) Na última semana de Julho de 1936, onde forças militares republicanas e civis fugiam da província de Orense e Pontevedra, nomeadamente de Vigo e Tuy, e centenas de pessoas procuravam abrigo no Norte de Portugal. O *Alzamiento* produziu-se no dia 17 de Julho somente, no dia 20 de Julho, começou a sublevação na Galiza.

2) Devido à tomada de Badajoz, a partir de dia 13 e 14 de Agosto, por parte dos nacionalistas, milhares de civis e militares fogem em direção ao território português passando pela fronteira do Caia. As forças militares e policia lusas detém milhares de pessoas que são transportadas para os postos da GF e da PVDE, bem como em campos improvisados nas zonas de Elvas, Caia, Campo Maior e nos postos da fronteira do Retiro e da Caseta.

---

<sup>63</sup> Idem, Ibidem.

<sup>64</sup> Idem, p.72.

<sup>65</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, pp. 73-76.

<sup>66</sup> Faria, *Refugiados em Portugal*, p.75.

3) A partir de dia 12 de Agosto, em Encinasola, os habitantes que eram apoiantes dos nacionalistas retiraram-se para Portugal onde as autoridades os recebem.<sup>67</sup>

Existem vários motivos para a entrada de pessoas em Portugal podemos destacar os seguintes; A conquista por parte dos nacionalistas de zonas republicanas; Represálias aos membros que auxiliavam o Governo republicano; Mobilização forçada pelo Governo nacionalista a homens e reservistas.<sup>68</sup>

Segundo Dulce Simões, as causas diretas para a introdução de refugiados em Portugal passam por os seguintes pontos:

- 1) *Os confrontos entre as forças sublevadas e as forças leais à República com a subsequente ocupação de aldeias, vilas e cidades pelos nacionalistas;*
- 2) *As “operações de limpeza”, com o extermínio dos opositores políticos e o receio de represálias sobre familiares;*
- 3) *A fuga à mobilização coerciva de mancebos e reservistas para as forças militares de Franco;*
- 4) *A entrada como emigrantes clandestinos na procura de trabalho e alternativas de sobrevivência económica, através de redes de solidariedade e de resistência política.*<sup>69</sup>

O medo nas populações ao depararem-se com as cidades e vilas espanholas, bastante destruídas, com a sua perseguição e com o fuzilamento de familiares e amigos estes fatores foram os catalisadores para a saída de Espanha para Portugal de muitos espanhóis. Se por um lado havia as autoridades portuguesas nas fronteiras, por outro lado estavam as forças rebeldes em território espanhol. Os militares portugueses sugeriam aos refugiados que depusessem as armas e seguissem as diretrizes do Governo português. Havia a possibilidade de os refugiados regressarem a casa pois havia informações que havia segurança, no entanto todos os que regressarem foram fuzilados.<sup>70</sup>

Segundo Francisco Espinosa, a fronteira portuguesa foi abordada por um grande número de espanhóis que fugiam da onda crescente de violência que alastrava na zona de Badajoz e limítrofes. Fugiam, para Portugal, pessoas afetas aos nacionalistas que estavam incomodadas com o que se passava e pessoas que fugiam dos combates, que se travam, ou que estavam na iminência de se travar. Também fugiram elementos militares afetos, aos rebeldes, e os que fugiam das forças nacionalistas. Houve acolhida das autoridades portuguesas, às pessoas com posses económicas, e acolhimento pela população

<sup>67</sup> Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, pp. 198-199.

<sup>68</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, pp. 66-67.

<sup>69</sup> Simões, *Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do baixo Alentejo, nos Séculos XIX e XX*, p. 105.

<sup>70</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, p. 33.

portuguesa de outro tipo de refugiados. A grande saída, para Portugal, dá-se nos dias 13 e 14 de Agosto onde um grande número de militares e civis, vinculados aos republicanos e forças de esquerda, tentam desesperadamente fugir à violência, organizada ou não, das forças nacionalistas que tinha como pano de fundo a conquista de Badajoz.<sup>71</sup>

Nos meses mais críticos da entrada de refugiados em Portugal o Comandante da 4ª região militar era informado que os refugiados, na zona de alto Alentejo incluído a cidade de Elvas, se desejassem retornar a Espanha deveriam ser enviados para Lisboa. Os refugiados relativos ao baixo Alentejo, incluído Barrancos, eram embarcados em Vila Real de Santo António. Muitos refugiados foram entregues diretamente aos rebeldes não cumprindo estas normas portuguesas.<sup>72</sup>

Dulce Simões comenta, segundo Javier Rubio, que foram 5.000 ou 6.000 pessoas o número de refugiados republicanos que entraram em território português. César Oliveira relata que o número de refugiados variou entre 2.000 e 3.000 pessoas. No entanto, Dulce Simões pensa que é difícil de quantificar e contabilizar o número total de refugiados republicanos em Portugal.<sup>73</sup>

Fábio Faria faz uma análise de parte do número de refugiados espanhóis em território luso. Para César de Oliveira, no Forte de Caxias, houve 250 refugiados. Dulce Simões expressa que estiveram no Forte de Caxias, aproximadamente, 82 indivíduos em Agosto de 1936. Nos relatórios da PVDE estão mencionados 255 espanhóis no Forte de Caxias em Setembro de 1936. Em Bragança encontravam-se 99 espanhóis e em Chaves 12. Os refugiados no Alentejo estavam divididos em Elvas com 61, Moura com 38, Barrancos com 8 e Campo Maior com 1. Em Castelo Branco havia 18 e em Vilar Formoso 4. Em Valença houve somente 1. No total estavam detidos, no dia 25 de Setembro de 1936, 496 espanhóis.<sup>74</sup>

Em Elvas existiram dois locais onde foram detidos, os espanhóis, que cruzavam as fronteiras portuguesas. A Praça de Touros foi empregue para encarcerar 800 elementos, 4 Capitães e 2 Majores. No Forte da Graça, no mês de Agosto de 1936, havia 75 republicanos e no dia 24 de Setembro de 1936 juntaram-se mais 136 refugiados. Em Elvas

---

<sup>71</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 109.

<sup>72</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, p. 89.

<sup>73</sup> Simões, *Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do baixo Alentejo, nos Séculos XIX e XX*, p. 105.

<sup>74</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, pp. 72-73.

havia no total entre Forte de Nossa Senhora da Graça e a Praça de Touros mais de 1.000 refugiados, que não incluíam crianças e mulheres, vindos de Espanha.<sup>75</sup>

De Barrancos vieram 1.020 refugiados espanhóis concentrando-se, em Lisboa, no cais de Santa Apolónia. Da cidade de Elvas, do forte da Graça, dos fortes de Caxias e de São Julião da Barra e da sede da PVDE do Porto foram remetidos 400 refugiados para Lisboa.<sup>76</sup>

Foi no Forte de Caxias que ficou uma parte importantes dos refugiados espanhóis detidos pelas autoridades portuguesas. No Aljube do Porto também foram detidos muitos refugiados espanhóis. Foi do Forte de Caxias e do Aljube do Porto que uma grande parte de refugiados foi enviada para Tarragona, na Catalunha, no dia 10 de Outubro de 1936.<sup>77</sup>

Chegaram a estar 806 refugiados que foram transferidos para praça de touros, de Moura, para ser enviados, com os restantes refugiados, através do barco português *Nyassa* para o porto da cidade de Tarragona.<sup>78</sup>

No dia 6 de outubro de 1936, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português havia chegado a um acordo com o Governo republicano espanhol de repatriar os refugiados, com os custos a serem assumidos pelo Governo português, que quisessem ir para a cidade de Tarragona, porto selecionado pelo Governo republicano. No entanto, os refugiados que pretendessem ficar em Portugal tinham que estar sujeitos às condições do Governo português.<sup>79</sup>

Nas palavras de Francisco Espinosa, chegaram ao porto de Tarragona, no dia 13 de Outubro de 1936, através do navio *Nyassa*, 1.435 pessoas, depois de estarem entre dois e três meses em más condições em território português. Estes refugiados incluíam famílias, mulheres, crianças e militares.<sup>80</sup>

---

<sup>75</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38)*, pp. 85-86.

<sup>76</sup> Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, p. 256.

<sup>77</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, pp. 72-73.

<sup>78</sup> AHM, Nota da secção de Safara da Guarda-Fiscal no dia 21 de Setembro de 1936, in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 158-161.

<sup>79</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, pp. 72-73.

<sup>80</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 122.

## Fronteira Alentejo/Estremadura

Ao longo da fronteira Alentejo/Estremadura houve zonas muito sensíveis e consideradas, de muita pressão, devido aos acontecimentos militares em Espanha. Com o avance gradual e as conquistas realizadas, de cidades e povoações, pelas forças militares nacionalistas houve a fuga, de refugiados militares e civis republicanos espanhóis que entravam ou queriam entrar em Portugal afetos à República espanhola, para Portugal o que exerceu uma enorme pressão do lado português.

O Coronel João Rodrigues Batista, que foi o Comandante do Batalhão 3 da GNR em Julho de 1936, elabora um relatório sobre a disposição dos postos de controle e vigilância no Sul de Portugal:

*À 4ª Companhia estavam atribuídos 8 postos: Nisa (1 oficial e 14 praças), Castelo de Vide (7 praças), Marvão (5 praças), Portagem (8 praças), Alegrete (4 praças), Arronches (7 praças), Campo Maior (13 praças) e Elvas (1 oficial e 14 praças);*

*A 3ª Companhia era igualmente responsável pelo controlo de 8 postos: São Brás (9 praças), Mocissos (6 praças), Beatas (6 praças), Defesas (9 praças), Moinho do Gato (2 praças), Herdade da Abegoaria (7 praças), Herdade da Ameada (8 praças) e Herdade da Galiana (7 praças);*

*A 2ª Companhia era responsável também por 8 postos: Barrancos (10 praças), Sobral da Adiça (1 furriel e 10 praças), Vila Verde de Ficalho (1 oficial e 17 praças), Crespo (2 praças), Valcovo (2 praças), São Marcos (2 praças), Minas de São Domingos (1 oficial e 13 praças) e Pomarão (6 praças);*

*A 5ª Companhia cabia a vigilância de 5 postos: Almada de Ouro (4 praças), Foz de Odeleite (4 praças), Vila Real de Santo António (6 praças), Castro marim (10 praças) e Alcoutim (11 praças).<sup>81</sup>*

### Distrito de Portalegre: Elvas

A pressão dos combates, com a incursão das forças nacionalistas na Estremadura e na cidade de Badajoz, veio criar um ponto de rutura na população e militares afetos aos republicanos. Badajoz está a 6 km da fronteira portuguesa e é a maior cidade espanhola, na zona fronteiriça, qualquer desequilíbrio nesta cidade teria e teve consequências nas fronteiras luso-espanholas nesse perímetro.

---

<sup>81</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, p. 79.

A zona do Distrito de Portalegre foi bastante afetada devido à conquista de Badajoz que empurrou, muitos militares e civis afetos à República, a fugir de represálias dos nacionalistas para Portugal. A GF facultava informações diárias sobre os acontecimentos nesta zona muito sensível:

*Existem varias informações que nos indicam que quer em Elvas, quer em Campo Maior, a fronteira portuguesa foi atravessada inúmeras vezes, particularmente a partir dos sangrentos confrontos que se dão em Badajoz. A Guarda Fiscal fornecia, entretanto, diariamente, todas as informações possíveis ao Comando Geral relativamente ao evoluir da situação em Badajoz. Um dia antes da cidade estar inteiramente nas mãos dos nacionalistas, o Comandante Geral desta Guarda efetuava uma visita à fronteira junto ao Caia. O desfecho do conflito dá-se em 14 de Agosto com a vitória dos nacionalistas. No dia 17 do mesmo mês já se encontravam presos 75 comunistas espanhóis no Forte da Graça, em Elvas, por tentarem entrar em Portugal.<sup>82</sup>*

Com as conquistas que alcançavam os nacionalistas, desde Sevilha, e à medida que subiam para Norte, houve muitos refugiados que já se infiltravam em território luso havendo muitas deserções e fugas ao serviço militar. Com a conquista de Badajoz, pelos nacionalistas, verificou-se uma entrada, com bastante significado, de militares e civis espanhóis em território português e foram detidos como referido no Forte da Graça em Elvas.<sup>83</sup>

As zonas fronteiriças dos distritos de Beja e Portalegre, com o posto de Caia em evidencia, foram as mais complexas devido à entrada de refugiados espanhóis em Portugal. A partir de 7 de Agosto de 1936 aconteceu uma enorme fuga de espanhóis para território luso onde o corredor, mais sensível, foi o de Badajoz / Elvas.

No dia 22 de Agosto de 1936 o Comandante da 2ª Companhia da Guarda Fiscal em Elvas informava, o seu comando geral, duma “limpeza de marxistas sanguinários” na zona da fronteira e foram capturados 136 elementos. O *Jornal de Elvas* fez referência aos acontecimentos:

*Os marxistas sanguinários foram completamente aniquilados. A limpeza tinha de ser geral pois há males que se têm de cortar pela raiz, para evitar novos rebentos. O governo de Madrid não há maneira de se render.<sup>84</sup>*

---

<sup>82</sup> Sande Candeias, Maria Fernanda, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha, Vigilância e Fiscalização das Provoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1997, p. 42.

<sup>83</sup> Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, pp. 90-91.

<sup>84</sup> Idem, p. 83.

Muitos habitantes, com ligações à República, da zona de Cáceres fugiram para Portugal, através da fronteira de Valencia de Alcântara, no Verão de 1936. Muitos foram detidos pelas autoridades portuguesas e entregues aos nacionalistas sendo depois presos, reintegrados e julgados em conselho de guerra e alguns com pena de morte.<sup>85</sup>

### Os acontecimentos de Badajoz

Badajoz sofreu uma enorme repressão nacional contra as forças republicanas. O começo da coordenação da repressão, entre Portugal e os nacionalistas, começou no princípio do conflito espanhol onde o auxílio prestado pelo executivo luso, na conquista de Badajoz, foi um exemplo significativo.<sup>86</sup> Relativamente à questão dos refugiados políticos em Portugal houve apoiantes, dos nacionalistas, que punham obstáculos às fugas dos apoiantes da República entregando-os aos partidários de Franco quando se dirigiam para território português:

*Fugindo à monstruosa matança de Badajoz e aos assassinatos perpetrados em massa noutras regiões da Estremadura e da Galiza, julgavam ter salvo as suas vidas atravessando a fronteira portuguesa. O único delito daqueles refugiados era o de serem leais ao Governo legítimo de Espanha.*<sup>87</sup>

A cobarde entrega de republicanos que se refugiaram em território português após a sua derrota em Badajoz foi referida, igualmente, pelo Jacques Georgel.<sup>88</sup>

Informações facultadas para PVDE de informações do Cônsul português em Badajoz, Vasco Pereira, sobre a caída eminente de Badajoz e as consequências da entrada de “comunistas”, nomeadamente, de Nicolau de Pablo<sup>89</sup> e Jesus Miguel<sup>90</sup> em Portugal:

*A título de informação tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex.<sup>a</sup> que segundo informa o Cônsul de Portugal em Badajoz em ofício datado de 1 de Agosto, esta cidade não tardará a render-se às tropas revoltadas, sendo natural que milhares de comunistas passem a fronteira e que com eles venham alguns*

<sup>85</sup> Chaves Palacios, Julián, *Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)*, in *Frontière et résistances en Péninsule ibérique 1926-1950*, 2017 <https://doi.org/10.4000/ceec.6571>

<sup>86</sup> Jimenez Redondo, Juan Carlos, *Franco e Salazar*, Lisboa, Assirio & Alvim, 1996, p. 101

<sup>87</sup> *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, Vol. III Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1965, pp. 324-325, in Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem-Martins (Sintra), Publicações Europa-América, 1982, p. 94.

<sup>88</sup> Georgel, *Franco e o Franquismo*, p. 41.

<sup>89</sup> Militante do PSOE.

<sup>90</sup> Médico e professor universitário republicano, que morreu no México em 1962.

*elementos perigosos como sejam os deputados espanhóis Nicolau de Pablo e Jesus Miguel.*<sup>91</sup>

Um exemplo da cumplicidade das autoridades portuguesas e nacionalistas foi o caso dos políticos Sinforiano Madroño<sup>92</sup> e Nicolau de Pablo que foram presos em Portugal, em Campo Maior, com um conjunto de republicanos e depois entregues às autoridades nacionalistas para serem fuzilados, em Badajoz, no dia 20 de Agosto.<sup>93</sup> Além de Sinforiano Madroño e Nicolau de Pablo, também fugiram para Portugal, por intermédio de Campo Maior Ildefonso Piugdengolas, Guillermo de Miguel e mais de 200 elementos.<sup>94</sup>

O Embaixador espanhol em Portugal, Sánchez-Albornoz, inquiriu o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, sobre os casos de entrada em território luso de Sinforiano Madroño e Nicolau de Pablo. A resposta que o Embaixador obteve foi que os dois políticos republicanos não constavam nos arquivos. No entanto, as diligências realizadas por Sánchez-Albornoz para Ildefonso Piugdengolas, para os Comandantes Antonio Bertomeu Bisquert, Luis Benítez e os dois Capitães Guillermo de Miguel Ibañez e Luis Suarez Codes, que estavam retidos no quartel de Elvas e não foram entregues à PVDE, produziram efeito e os militares republicanos foram enviados, no dia 24 de Agosto, ao Forte de Caxias.<sup>95</sup>

Como já analisado a zona fronteira mais perigosa e conflituosa foi a área Elvas/Badajoz. O Consulado português foi aí sempre muito ativo e colaborante com o Governo salazarista e com as forças nacionalistas. O Cônsul luso foi sempre dinâmico e com o envio de muita informação, nomeadamente, desde 17 de Julho até à segunda metade de Agosto, onde o apoio e auxílio português entra numa fase mais calma e menos ativa. No entanto, até à conquista de Badajoz, existia bastante preocupação por parte do Cônsul português para que Portugal não seja um destino para os republicanos e homens de esquerda portugueses e espanhóis, que sentiam pavor e insegurança, fugiam das zonas que estavam em luta com destino a Portugal.

O Cônsul português em Badajoz transmite o perigo dos comunistas se infiltrarem em Portugal:

---

<sup>91</sup> AHD-MNE, Ofício confidencial do Secretário-geral João de Lebre e Lima para o Diretor da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado em 14 de Agosto de 1936.

<sup>92</sup> Alcaide de Badajoz.

<sup>93</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar de 1932-1949*, p. 90.

<sup>94</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 89.

<sup>95</sup> Idem, p. 112.

*O Cônsul comunica igualmente não ter sido ainda ocupada a vila de la Codosera (na direcção de Albuquerque e Arronches) onde residem algumas centenas de portugueses, um grande número dos quais ele supõe, terem responsabilidades ligadas ao procedimento dos comunistas.<sup>96</sup>*

Com o segundo conjunto de apoio de Itália, já ativo e que começa em finais de Agosto e inícios de Setembro, teve a Itália um papel importante na protecção na fronteira luso-espanhol.

Informação do diplomata luso sobre o apoio que as tropas italianas prestam aos nacionalistas ao colocarem-se ao longo da fronteira espanhola para impedir a saída para território português de membros conectados com os republicanos;

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia que as tropas da chamada Brigada Estrangeira, composta, ao parecer exclusivamente, de italianos, estabelece neste momento um cordão ao longo da nossa fronteira, diz-se que com o fim de evitar a fuga de elementos vermelhos que possam ter-se introduzido nesta zona.<sup>97</sup>*

### **Distrito Beja: Barrancos**

O papel de Portugal no controle das fronteiras foi sempre no sentido de dificultar a entrada dos refugiados republicanos em território português. Houve bolsas de republicanos na região de Barrancos devido à sua proximidade de Espanha e ao carácter montanhoso daquela zona. Escolheram este local para fugir aos massacres feitos pelos nacionalistas, com a cumplicidade nas fronteiras das forças militares e policiais portuguesas, são enviados para a cidade de Badajoz:

*Oficiais do exército rebelde espanhol uniformizados percorrem Portugal auxiliados por polícias portuguesas prendendo socialistas e republicanos refugiados que são enviados para execução em Badajoz.<sup>98</sup>*

No distrito de Beja também foi referenciado uma cooperação entre as autoridades portuguesas e os nacionalistas, ao longo da fronteira portuguesa. Em Safara o comandante da secção da GNR local afirmava em Setembro de 1936 o seguinte:

<sup>96</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Badajoz destinada ao Diretor da PVDE em 4 de Agosto de 1936.

<sup>97</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 31/01/1937.

<sup>98</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, p. 199.

*Ontem com o Sr. Comandante de Encinassola foi por mim combinada uma batida por forças revoltosas àquela área no sentido de ser limpa de tais elementos entre os quais sei existir alguns de relativa importância, como sejam alguns alcaides e um cabo de carabineiros com grandes gostos comunistas. Mais se combinou que logo que fosse resolvida a batida àquelas imediações disso fosse, com antecedência, prevenido a fim de que pudesse ser convenientemente tomada medidas rigorosas no sentido de nenhum dos elementos perigosos poder escapar conveniente justiça.*<sup>99</sup>

Estes refugiados entravam por Portugal através de Barrancos, Sobral da Adiça, Amareleja e Vila Verde de Ficalho. O comandante de secção da GNR de Amareleja documentava que perto da ribeira do Ardila se reunia uma “*coluna comunista constituída por 500/600 homens que, por ver impedida a sua entrada em Portugal, seguiu ao longo da fronteira para o Norte; uma outra coluna com numerosos civis e carabineiros comandados por um capitão, resistiram até ao último, não se entregando a Portugal por saber que depois fariam a sua entrega aos nacionalistas*”.<sup>100</sup>

### **Campos de concentração em Portugal**

Os refugiados são instalados em campos de concentração e alvos de perseguições; *sem precedentes pela sua dureza*. O executivo republicano espanhol salientava possuir provas para colocar à mercê dos elementos, da Sociedade Das Nações, que comprovam que os acontecimentos que se passam em Portugal são contra o Direito Internacional e as obrigações com o Pacto da S.D.N.<sup>101</sup>

Se alguns refugiados “vermelhos” foram ajudados pelas populações locais outros foram capturados pela GNR e pela GF que os reenviavam, para território nacionalista espanhol, onde a morte por fuzilamento era certa ou os encaminhavam para os campos de concentração improvisados como o da Herdade da Coitadinha perto de Barrancos ou das Russianas.<sup>102</sup>

Segundo Dulce Simões, devido à entrada massiva de refugiados espanhóis em território português, foi realizado um acordo no sentido de controlar a entrada de

<sup>99</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 158-161.

<sup>100</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>101</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 324 e 325, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 94.

<sup>102</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 158-161.

refugiados entre o Tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares<sup>103</sup> e o Tenente António Augusto de Seixas<sup>104</sup> e dividir em duas zonas a área de atuação. A Herdade da Coitadinha ficaria a cargo da GNR e as Russianas sob responsabilidade da GF, em ambas as zonas o exército luso iria prestar apoio.<sup>105</sup>

Além do campo de concentração da Herdade da Coitadinha, reconhecido oficialmente pelo Governo de Salazar, existiu o campo de concentração nas Russianas. O Tenente Augusto de Seixas permitiu a concentração, provisória e sem o consentimento do Governo luso, na Herdade das Russianas certamente perturbada pela violência realizada pelos nacionalistas em Espanha.<sup>106</sup>

Estiveram no campo de concentração da Herdade da Coitadinha, no dia 10 de Outubro de 1936, 614 republicanos sendo muitos deles entregues às forças nacionalistas, enquanto outros foram enviados, através de barco, para a zona republicana no Mediterrâneo espanhol.<sup>107</sup> A Herdade da Coitadinha está perto do rio Ardila e da fronteira espanhola ladeada pela fortaleza de Noudar. Estiveram mais de mil refugiados, no campo, no Verão de 1936. Vieram das zonas espanholas, próximas das fronteiras, 773 refugiados civis e militares.<sup>108</sup> Foi o comandante Oliveira Soares que teve a iniciativa de estabelecer o campo de refugiados da Herdade da Coitadinha no qual o Cabo Fermín Velásquez assume o papel de intermediário entre os seus companheiros espanhóis e as autoridades portuguesas. Recolhia verbas, para aquisição, onde os preços ficaram muito inflacionados e devido à intervenção de Serrão da Veiga foi possível encontrar uma solução de equilíbrio, de distribuição de alimentos e defendendo os interesses dos seus conterrâneos.<sup>109</sup>

Na localidade da Mofedinha, onde estava a Herdade das Russianas, existiu um campo de concentração para albergar os refugiados espanhóis. A organização deste campo foi incentivada pelo Tenente Seixas no sentido de encaminhar as centenas de refugiados que chegavam a Portugal. Houve, aproximadamente 300 pessoas na Herdade das Russianas muito menos que na Herdade da Coitadinha.<sup>110</sup>

---

<sup>103</sup> Comandante da secção da GNR na localidade de Moura.

<sup>104</sup> Comandante da secção da GF de Safara.

<sup>105</sup> Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, p. 236.

<sup>106</sup> Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, p. 241.

<sup>107</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 158-161.

<sup>108</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 116.

<sup>109</sup> Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, p. 246.

<sup>110</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 117.

Os refugiados das Russianas estavam dependentes da ajuda fornecida pelos refugiados da Coitadinha.<sup>111</sup>

Os membros da GF, da área de Barrancos, estavam sob responsabilidade do Comandante da secção de Safara que encargava a área do concelho, os postos de autoridade da vila e a zona das Russianas. Existiam dois postos, de vigilância, um estava situado à entrada da vila e o outro na estrada que unia Barrancos e Encinasola. No ano de 1935 existiam 27 elementos, militares na zona, 7 estando nas Russianas.<sup>112</sup>

### Fronteira Minho - Trás dos Montes/ Galiza

Com o golpe militar muitos galegos republicanos fugiram para Portugal mas com o intuito de voltar para Espanha pois pensavam que a situação era passageira. O controle de fronteira, em Valença, era o mais organizado com 4 elementos da PVDE. Em toda a zona fronteiriça do Minho, com a Galiza, havia postos fronteiriços, próximos entre si, como os postos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Melgaço, Monção e São Gregório, no entanto havia poucos agentes e era desigual em termos de vigilância. Se muitos refugiados galegos entraram em Portugal também é verdade que muitos deles foram detidos e entregues pela PVDE à *Polícia Internacional Española*.<sup>113</sup>

Houve uma relação bastante próxima entre a GF e os rebeldes na zona da fronteira Minho/Galiza onde existiram relatos das “camionetas da morte” que se ouviam a circular nas zonas fronteiriças com a Espanha:

*Continua a haver relativo sossego nas povoações espanholas fronteiriças. No entanto, segundo informam os postos fiscais, reina terror em muitas povoações por serem visitadas a amiúdo pelas «Caminhetas da Morte», para as quais sao metidos individuos denunciados que depois aparecem mortos.*<sup>114</sup>

O distrito de Viana do Castelo, devido à conquista dos nacionalistas da localidade fronteiriça espanhola de Tuy, passou por uma situação inquietante e complexa fruto do

<sup>111</sup> Idem, p. 246.

<sup>112</sup> Idem, pp. 154-155.

<sup>113</sup> Rodríguez Gallardo, Ángel, *Entre Brandas e inverneiras: Refugiados e guerra civil na frontera entre Ourense e Portugal*, Trabe de Ouro, Publicación galega de pensamento, tomo I, 2004, pp. 24 e 27-28.

<sup>114</sup> Comunicação remetida el 1 de Setembro de 1936 por Salvador Nunes Teixeira, Governador Civil de Bragança, Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Ministerio do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 48, cit. in Grandío Seoane, *Problemas en la construcción del “Nuevo Estado”*, p. 219.

fluxo de entrada de refugiados espanhóis em Portugal. Houve a necessidade de reforçar os postos de fronteira nesta zona em 22 guardas e 1 graduado.<sup>115</sup>

O Consulado de Vigo emite a informação da entrega de dois portugueses, às autoridades portuguesas, na fronteira: “*Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que já foram postos em liberdade mais dois portugueses que estavam presos e os restantes foram entregues na fronteira á policia portuguesa*”.<sup>116</sup>

No Minho, na localidade de Castro Laboreiro, existiram 480 refugiados espanhóis desde 20 de Julho de 1936 até Janeiro de 1937. Foram ao encalço destes refugiados as autoridades portuguesas mas, também, os falangistas desta zona e o exército. Os espanhóis que fugiam, para território luso, eram em maioria homens e possuíam entre 20 e 40 anos, sendo solteiros e tinham como profissão o comércio e o setor agrícola.<sup>117</sup>

O Major de Cavalaria Aníbal Franco, Comandante do Batalhão 4º da GNR, no dia 15 de Agosto comentava que a ação de controle da responsabilidade da 5ª Companhia, nos postos de Valença, Monção e de Caminha, eram realizados com o apoio da GF e da PSP. À Companhia 6ª foram entregues os postos de Montalegre e Chaves. No momento que as fronteiras espanholas, no Minho, ficaram em possessão dos rebeldes a ordem ficou assegurada.<sup>118</sup>

O distrito de Braga, também, foi ponto de entrada de refugiados espanhóis em Portugal, nomeadamente, em Portela do Homem.

Apesar da vigilância dos pontos fronteiriços no Norte de Portugal houve entrada contínua de refugiados espanhóis em território português como o caso no distrito de Bragança. Salvador Nunes Teixeira, Governador civil de Bragança, destacava que nos primeiros meses, da guerra civil, houve entrada de espanhóis militares e civis afetos ao Governo republicano.<sup>119</sup> Entre Vinhais (distrito de Bragança) e o rio Tejo, com distancia de 450 quilómetros, havia 14 postos com a seguinte organização que foi fornecida, mediante o relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, pelo Coronel Luís José da Mota:

---

<sup>115</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, pp. 82-83.

<sup>116</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 6/08/1936.

<sup>117</sup> Rodríguez Gallardo, Ángel, *Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española y la primera posguerra*, Cahiers de civilisation espagnole contemporaine, nº 18, 2017, p. 7 [https://doi.org/10.4000/ccec.6466].

<sup>118</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, p. 80.

<sup>119</sup> Idem, *Ibidem*.

*A 4ª Companhia era responsável por 5 postos: Figueira de Castelo Rodrigo (12 praças), Almeida (12 praças), Vilar Formoso (13 praças), Souto (4 praças) e Sabugal (13 praças);*

*A 5ª Companhia também tinha a seu cargo 5 postos: Penamacor (10 praças), Salvaterra do Extremo (8 praças), Zebreira (6 praças), Rosmaninhal (8 praças) e Malpica (8 praças).*

*A 6ª Companhia deveria garantir a vigilância da fronteira através de 4 postos: Vinhais (14 praças), Bragança (2 oficiais e 34 praças), Vimioso (8 praças) e Miranda do Douro (11 praças).<sup>120</sup>*

O Cônsul de Orense relata uma possível infiltração em Portugal, de elementos foragidos, no Distrito de Bragança:

*Esclarecendo telegrama 17 de Novembro relativo infiltração fronteira portuguesa especificamente distrito Bragança foragidos frente comunico a V.Ex<sup>a</sup> que essa informação me fornecida comandante posto carabineiros. Embora não haja momentaneamente gravidade avisei sentido redobrar vigilância. Devem ser foragidos bando de salteadores que perseguidos forças do Governo procuram refugiar-se Portugal.<sup>121</sup>*

Com o desenrolar da guerra civil espanhol foram reforçados nas zona Norte e Centro do país os seguintes postos de fronteira; Vinhais, Bragança, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Vilar Formoso, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal e Malpica. Devido ao carácter geográfico acidentado dos rios Douro e Tejo não foram alvos de preocupação de vigilância.<sup>122</sup>

### **3. Manifestações de apoio nacionalista a Portugal**

Devido ao apoio incondicional, em várias frentes e desde a primeira hora, do Governo português aos nacionalistas foi normal e natural que existissem manifestações publicas e privadas de agrado perante as autoridades portuguesas e associadas ao território português.

O papel dos Cônsules portugueses era transmitir e de alguma forma ampliar essas demonstrações positivas a Portugal. Divido a correspondência por regiões e dentro de cada região por ordem cronológica e temática.

---

<sup>120</sup> Idem, p. 78.

<sup>121</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado de Portugal em Orense, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 19/02/1939.

<sup>122</sup> Faria, *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, p.78.

A análise da correspondência diplomática põe em evidência a total sintonia em determinados momentos entre Portugal, os rebeldes e a população que os suporta. As manifestações políticas e ideológicas, nomeadamente, de altos cargos políticos e militares nacionalistas, foram registadas e emitidas pelos diplomatas luso, fundamentalmente, nas regiões espanholas anexas e com fronteira direta com Portugal como Galiza, Andaluzia, Província de Salamanca e Estremadura. Existiu um grande grau de proximidade geográfica, social, cultural entre Portugal e Espanha e eram aí onde estavam estabelecidos mais consulados portugueses. É de salientar, onde a presença dos nacionalistas já estava consumada, o desfecho das celebrações era manifestamente visível e apoiado pelas novas autoridades nacionalistas.

Foram enviadas mais correspondências diplomáticas, de apoio a Portugal, nas zonas, já referidas, adjacentes às fronteiras portuguesas. Um dos motivos, para esse massivo envio se concentrar em essas regiões, foram zonas conquistadas, pelos rebeldes, logo imediatamente à sublevação entre os meses de julho e Agosto.

Existiram várias formas de demonstrações de simpatia. Por parte da imprensa nacionalista (rádios e jornais), manifestações públicas pela população afeta aos rebeldes. Expressões e comunicações de amabilidade que surgiram de quadros políticos e militares nacionalistas e consagrar nomes, relativos a Portugal, a ruas, avenidas e outros locais.

Era obvio que o apoio se destacasse a Oliveira Salazar, devido a ser o líder do Governo português, mas também eram agraciados o Presidente da República Óscar Carmona, bem como o Agente Especial português e depois Embaixador em Espanha Pedro Teotónio Pereira onde o seu papel como diplomata foi importante para a negociação com os nacionais e a consolidação de Portugal como apoiante incondicional dos nacionalistas.

Era evidente que o apoio e o afeto do novo Governo rebelde e da sua população, para com Portugal, tinha razão de ser já que o contributo para a conquista de algumas de estas zonas tinha sido, com a participação portuguesa, e passava pelo apoio logístico, territorial, propaganda, diplomático, militar e alimentar.

Esquematizo os vários exemplos de demonstrações de simpatia por parte das autoridades nacionalistas a Portugal:

- 1- Encontro das autoridades políticas e militares nacionalistas com as autoridades portuguesas. Manifestações da população a favor de Portugal.
- 2- Informações na Comunicação Social.

- 3- Nomes de localidades lusas e de políticos portugueses proporcionados a ruas, avenidas, molhes e praças espanholas.

### Apoio da Andaluzia nacionalista

Sevilha devido à sua posição geográfica, militar e estratégica foi uma referência para os rebeldes quer em termos nacionais e internacionais. Além do mais, foi das poucas capitais que estiveram al lados dos sublevados. Assim, Sevilha assumiu um papel como cidade piloto para levar acabo experiências de propaganda com o novo protagonismo da Nova Espanha e do novo Estado aos cidadãos e, igualmente, aos países amigos. Nesse aspeto foram em Sevilha que aconteceram destacadas visitas de comitivas estrangeiras, das primeiras manifestações de multidão e da comemoração das principais festas nacionais.<sup>123</sup>

Os acontecimentos e atividades musicais com Portugal salazarista, da Alemanha nazi e da Itália fascista foram devido às conexões culturais da Espanha nacionalista com os países amigos forjando, assim, laços de amizade.<sup>124</sup>

A capital da Andaluzia assumiu-se como a principal testemunha das numerosas celebrações do poder e superioridade dos rebeldes. Estas celebrações tinham como resultado facilitar uma imagem de poder económico e moral por parte dos nacionalistas no sentido interno, antes as zonas em poder republicano, como na expressão internacionalmente.<sup>125</sup>

O General Queipo de Llano, Chefe Militar das tropas da Andaluzia, era um personagem assíduo nestas manifestações e comemorações. O poder local também estava representado como as fundações benéficas, a Falange Espanhola Tradicionalista (FET) e as corporações em favor dos países amigos e aliados. O funcionamento orgânico estava estabelecido com uma Comissão Gestora que mediante apresentação, do Presidente da Câmara Municipal, de uma proposta de celebração de eventos. A Comissão Gestora por meio, *Negociados de Ferias y Festejos y Asuntos Especiales de la Secretaría General*,

<sup>123</sup> Díaz Olaya, Ana María, *Dança mediatizada ao serviço da ideologia nas festas e nos atos propagandísticos celebrados em Sevilla durante a guerra civil espanhola*, Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas, vol. 13, nº 2, 2018, p. 16

<sup>124</sup> García López, Olimpia, *Del Estado Novo al Nuevo Estado: música, prensa y propaganda en las Cuadernos de Música Ibero Americana*, vol. 29 enero-diciembre 2016, p. 115.

<sup>125</sup> Díaz Olaya, *Dança mediatizada ao serviço da ideologia nas festas e nos atos propagandísticos celebrados em Sevilla durante a guerra civil espanhola*, p. 2.

tinha como missão a aprovação do orçamento e como se organizava o evento e a publicitação do mesmo.<sup>126</sup>

Como se passou em toda a Espanha as manifestações da falange possuíam um esboço e esquema comum. Os falangistas marchavam, na vanguarda das manifestações, com as bandeiras do movimento, de “países amigos” e bandeiras a favor do Caudillo.

Devido à importância da cidade de Sevilha, que era a mais importante cidade da Andaluzia e estava estabelecido o Chefe Militar das tropas da Andaluzia o General Queipo de Llano, foi um relevante centro de operações nacionalistas e base do importante Consulado português situado próximo da Praça de Espanha.

Existem inúmeras correspondências do Cônsul Português em Sevilha, António de Certina<sup>127</sup>, que demonstram variadas mostras de comunhão, dos poderes andaluzes, com as autoridades portuguesas e com o povo luso. O variado e imediato apoio português aos nacionalistas, com influência direta a Andaluzia; como a cedência do porto de Lisboa para o desembarque de navios alemães com material militar, a concessão de aeródromos no Alentejo para transporte de tropas e de logística e na via livre das fronteiras terrestres com Andaluzia e Estremadura, para o transporte do mais variado material, permitiam este clima de euforia e agradecimento à nação portuguesa.

Já em 4 de Agosto de 1936, o Cônsul português na cidade de Sevilha informava, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a amizade e mostras de simpatia que a população possuíam para com Portugal:

*Não poderei igualmente deixar de acentuar o entusiástico movimento de simpatia para com Portugal. Notas de imprensa têm chamado a atenção do público para a gratidão com que Espanha deve receber neste momento todas as manifestações de amizade na nação portuguesa. E assim é que um público numeroso desfila constantemente por este consulado deixando cartões e cartas onde se lêem as frases mais carinhosas e vibrantes tanto para com a nação portuguesa como para com o glorioso criados do Estado Novo.*<sup>128</sup>

Nesta longa correspondência sente-se um clima de simpatia e euforia, por Portugal, da parte das autoridades de Sevilha, o General Queipo de Llano e de Franco

---

<sup>126</sup> Idem, p. 4.

<sup>127</sup> António Augusto Gomes Cruzeiro, diplomata e escritor português. Nasceu em Oliveira do Bairro em 1894 e faleceu em 1983. Cônsul de Portugal no Cairo em 1925, em Dacar em 1926 e em Sevilha até 1949. Foi uns dos mais prolíficos cônsules portugueses, enviava desde Sevilha bastantes comunicações dos acontecimentos, políticos e sociais, quer durante a II República e durante a guerra civil.

<sup>128</sup> AHD, MNE, Ofício de António Certina, Cônsul português em Sevilha, em 4 de Agosto de 1936 in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 193.

que, numa entrevista à comunicação social, demonstra o sentimento que tem com Portugal. A população de Sevilha foi constante nas mostras de simpatia e respeito com Portugal e o Cônsul português em Sevilha:

*As manifestações de simpatia para com Portugal tomam tais proporções na opinião espanhola desta região que seria faltar aos deveres do meu cargo o deixar consagrar-lhes uma informação especial, dando conta a Vossa Excelência deste grande movimento, muito espontâneo e entusiástico, a favor da Nação Portuguesa.*

*Com efeito desde os primeiros indícios do apoio moral com que o Estado Novo vem acompanhando o movimento revolucionário nacionalista do Exército espanhol aa mais carinhosas e imprevistas manifestações de simpatia começaram a declarar-se, tanto entre a multidão civil como entre as filas militares, a favor de Portugal. Nas ruas e em todos os lugares públicos em que o Cônsul de Portugal seja apercebido, os vivas à Nação Portuguesa irrompem calorosamente, provando-se assim que este sentimento novo de lusitanismo está já implementado na preocupação das massas.*

*Por outro lado a imprensa local tem dedicado as referências mais amistosas à acção de Portugal chamando a atenção ao publico para os deveres de gratidão para com o povo português e sugerindo mesmo uma grande manifestação popular em frente deste Consulado, manifestação esta que o Cônsul de Portugal, com as cautelas e delicadezas que o caso requiere, muito delicadamente tratou de evitar até ao presente, o que não tem impedido com um numeroso público de todas as classes, civil e militar, de Sevilha e doutras províncias, desfile diariamente por este Consulado deixando cartões, bilhetes e cartas onde se lêem, entre as mais expressivas saudações, frases entusiásticas.*

*[...] E, finalmente, o aparecimento da bandeira portuguesa nos estabelecimentos comerciais, pintados sobre vários objectos e até já sobre os famosos “abanicos”(leques) das sevilhanas, sendo constante a passagem por este Consulado pedindo o modelo e as cores a fim de serem reproduzidos.*

*Quanto ao Chefe militar das Tropas da Andaluzia, General Queipo de Llano, as suas referências admirativas a Portugal são de todas conhecidas, visto que este General as repete com grande entusiasmo sempre que tem oportunidade para fazê-lo.*

*Logo nos primeiros dias de revolução nacionalista em 23 de Julho último durante o discurso pronunciado pela rádio na emissão da noite, e a propósito da fuga para território português, então anunciada, do deputado esquerdista Indalécio Prieto, o Chefe do Movimento Militar da Andaluzia dirige-se a Portugal.*

*“Pais de mulheres formosas e homens respeito e simpatia”, exortando-se a que esqueça por um momento as leis internacionais e ponha na fronteira espanhola a todos os homens agora ali refugiados em virtude do Movimento Militar, homens que não deveriam merecer consideração de nenhuma espécie pois preparavam a ruína de Espanha, que seria igualmente a ruína de Portugal; lamenta, perante a nobreza de sentimentos dos portugueses, que estes tenham que suportar sobre o solo da sua pátria a presença de tais homens, indignos de habitar Portugal; fala da obra de entendimento a que estavam destinados as duas repúblicas irmãs desde que foi proclamado a república em Espanha e que foi prejudicada pela acção nefasta de Azana; acentua a mutua admiração pelo glorioso Exército português e evoca, a este propósito, os dias que passou na Escola de Mafra e o convívio que*

*ali manteve com os seus companheiros de armas portugueses; termina saudando Portugal, país pelo qual professa o maior carinho e simpatia e ao qual com sincero entusiasmo.*

*Por sua vez, O General Franco, chefe supremo do Exército de Espanha, entrevistado ultimamente por um jornalista estrangeiro, referindo-se assim aos dois países vizinhos:*

*“Portugal e Espanha são e serão irmãos pelo destino e pela historia. As relações entre ambos hão de ser as melhores possíveis, visto que à Espanha convém igualmente que Portugal continue sendo forte, progressivo e prestigiado a fim de continuar a prestar-nos a sua força moral como até agora o tem vindo fazendo”.*<sup>129</sup>

A primeira visita militar foi nos dias 11, 12 e 13 de Outubro de 1936, coincidindo com uma festa luso-hispano-americana, realizado pelo *Gran Visir Sidi Hamed El Ganmid, El Majzen, caïdes y moros notables del protectorado español de Marruecos*. A visita percorreu os principais monumentos da cidade de Sevilha. No ano de 1937 o português José Maria Eça de Queiroz, subchefe da imprensa portuguesa, e os deputados ingleses Mr. Mitchell y Mr. Keeling visitaram Sevilha.<sup>130</sup>

No mês de fevereiro de 1937 chegou à capital andaluz um grupo de estudantes, com o patrocínio do *Radio Club Português*. Este grupo continha donativos com destino ao Exército nacionalista do Sul. Na Universidade foi oferecido uma dança, aos estudantes portugueses, e um recital num teatro na cidade de Sevilha com a participação de um Orfeão dos estudantes lusos e uma orquestra interpretando canções portuguesas. Finalizando como uma festa andaluza no Andaluzia Palace. Carta do Presidente da Camara de boas vindas:

*¿Y Sevilla, espejo de ciudades hidalgas y agradecidas, que habrá de honrarse con la visita de tan insignes como preclaros representantes del país vecino, que tan claras muestras viene dando de afecto y devoción a nuestra patria, habría de permanecer indiferente ante tan señalado acontecimiento? De manera ninguna. Ella sabrá corresponder a tan efusivas demostraciones con toda su gratitud.*<sup>131</sup>

Existiu uma segunda caravana que partiu, no dia 30 de maio de 1937, de Portugal e chegou no dia 31 de Maio a Sevilha. Ambas as caravanas tiveram a coordenação de Jorge Botelho Moniz.<sup>132</sup>

<sup>129</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 17/08/1936, pp. 1-5.

<sup>130</sup> Díaz Olaya, *Dança mediatizada ao serviço da ideologia nas festas e nos atos propagandísticos celebrados em Sevilla durante a guerra civil espanhola*, p. 9.

<sup>131</sup> Idem, pp. 8-10

<sup>132</sup> ABC, 1-IV-1937, p. 10 in García López, *Del Estado Novo al Nuevo Estado*, p. 114.

A visita a Sevilha de ilustres cidadãos portugueses como a filha do Presidente da República português Óscar Carmona, o General Domingos de Oliveira, a sua mulher e filhos, o Capitão Jorge Botelho Moniz, sua mulher e filhos, foi sublinhada pelo Cônsul português. Houve uma receção repleta de simpatia e amizade por parte da cidade de Sevilha que inclui uma tourada e uma receção com as principais autoridades, da cidade, de índole militar e políticas:

*Com o presente ofício tenho a honra de remeter a essa Secretaria de Estado um arquivo das notícias publicadas nos jornais desta cidade ácerca da estada em Sevilha dum grupo de portugueses ilustres, de que faziam parte Madame Carmona e Costa, filha de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Madame Domingos de Oliveira, o Sr. General Domingos de Oliveira e filhos, o Sr. Capitão Botelho moniz, senhora e filhos, e outros, os quais vieram assistir à corrida de touros realizada em sua honra, a convite da Comissão Organizadora da mesma corrida, e a que o povo de Sevilha tributou as mais impressionantes e entusiásticas homenagens. Com efeito, a visita deste grupo de portugueses veio estimular os sentimentos de vivo carinho com que Espanha está olhando hoje a Portugal, tendo por conseguinte o valor dum acto necessario às relações dos dois povos, o estreitamento da sua amizade ao revigoreamento da nossa “presença” no ambiente especial actualmente se encontra a Espanha.*

*Á recepção que lhe foi tributada no principal hotel desta cidade, assistiram todas as representações das autoridades civis e militares, à frente das quais se encontravam o Sr. General Chefe do Exército do Sul, D. Gonzalo Queipo de Llano, o Alcaide da cidade e o representante do Governador Civil, estando a entrada do hotel ladeada por duas filas da Falange Espanhola e banda mlitar.<sup>133</sup>*

As *Charlas* do General Queipo de Llano foram sobejamente conhecidas por toda a Espanha. O General escreve um artigo onde defende o Governo português dos esquerdistas:

*Buenas noches, señores. Ante todo, quiero significar al país Hermano, Portugal, nuestro sentimiento por los sucesos ocurridos ayer en Tajo, donde algunos barcos de la Escuadra intentaron sublevarse, para apoyar a los piratas de aquí. Por fortuna, el Gobierno sofocó inmediatamente la intentona, aplicando las sanciones debidas; pero es una pena que esos hombres hayan perdido así todo sentimiento patriótico, envenenados acaso por el ambiente marxista que respiraron en Barcelona, o cegados por la ambición. Tienen que haber perdido todo o amor a su Patria, para desconocer así la diferencia que va del Portugal de ayer, envenenado por la lucha de los partidos y la podredumbre politica, que tenían sumido al país en el mayor atraso, a este Portugal de hoy, transformado y engrandecido en diez años por el talento y el patriotismo de Carmona y Oliveira Salazar. Como quieren detener a Portugal en su camino hacia el progreso?...<sup>134</sup>*

<sup>133</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 12/11/1937.

<sup>134</sup> AHD-MNE, Referência do ofício nº 76 –A de 11/09/1936 sobre a notícia publicada no *La Unión* em 10/09/1936.

A Comunicação Social Andaluza, nomeadamente, o jornal *El Correo de Andalucía*, elogia Portugal como grande nação europeia e realiza a sua defesa perante o enunciar do nome de Portugal por parte do Ministro republicano Julio Álvarez del Vayo:

*Parece que han nombrado otra nueva comisión, de la que forman parte diversos países y en la que falta Portugal, el nuevo y gran estado europeo que ha puesto cátedra de cultura y por ende de anticomunismo frente a potencias cuyos gobiernos están socavados por las Internacionales.*<sup>135</sup>

O jornal *El Correo de Andalucía* defende Portugal do Ministro Álvarez del Vayo e dos ataques republicanos a Portugal:

*Álvarez del Vayo ha tenido la avilantez de pronunciar el nombre glorioso de Portugal al conversar con Mr. Delbos, ministro de Negocios Extranjeros francés. Jamás ha recibido en su seno la Liga de Naciones a un representante más deplorable que el ministro marxista español. Sólo Litvinoff es comparable a Álvarez del Vayo por las esencias demagógicas que ambos representan ante el “Covenant”. Mas tenga en cuenta el seño Álvarez del Vayo que Portugal está muy por encima de esa baja criminalidad vesánica que él defiende ante la Sociedad de Naciones. El nombre de ese nuevo Estado portugués, agredido vilmente con la verborrea radiofónica de los marxistas españoles, jamás debe aparecer asociado ni a la URSS, ni al Frente Popular español.*<sup>136</sup>

A Comunicação Social Andaluza, nomeadamente, o jornal *El Correo de Andalucía*<sup>137</sup>, *F.E.*<sup>138</sup> e *La Unión*<sup>139</sup> elogiam a história de Portugal e os políticos que governam o Estado luso. O Jornal falangista *F.E.* de Sevilha publica um artigo sobre o papel de Portugal ao longo da história Ibérica:

*Com o presente ofício tenho a honra de remeter a essa Secretaria de Estado um recorte do diário de Sevilha “FE”, no qual se publica um artigo assinado pelo Marquez de Lozoya, acêrca da atitude política da Nova Espanha perante as turbas ideologias do chamado Iberismo.*

*Azaña y el Iberismo.*

*La generación de españoles al servicio del glorioso levantamiento nacional ha salvado del comunismo, no olvidaremos nunca la cooperación de Portugal.*

*Siempre que el pueblo español ha tenido que luchar en vanguardia en defensa de la civilización católica, ha tenido á su lado al hermano portugués. Así fue en las batallas decisivas de la reconquista que libraron á Europa de la invasión africana. Para deshacer la pesadilla del peligro turco, Carlos V tiene á su lado naves y caballeros lusitanos. En un momento muy semejante al que estamos viviendo, cuando todo el pueblo español se sitúa enfrente de la revolución francesa, cuyo proselitismo invasor la hace tan semejante á la revolución rusa, su legitima*

<sup>135</sup> AHD-MNE, Referência do ofício nº 81 –A de 17/9/1936 sobre a notícia publicada no *El Correo de Andalucía* em 17/09/1936.

<sup>136</sup> AHD-MNE, Referência do ofício nº 83-A de 23/9/1936 sobre notícia publicada no *El Correo de Andalucía* em 22/09/1936.

<sup>137</sup> Jornal católico de Sevilha fundado por o Cardeal Marcelo Spínola em 1899.

<sup>138</sup> Jornal diário de conteúdo falangista e propriedade da FE das JONS que se publicou entre 1936 e 1946.

<sup>139</sup> Jornal andaluz, de tendência carlista, publicado na capital andaluza, Sevilha, entre 1918 e 1939.

*heredera, divisiones portuguesas combaten al lado de las españolas en las gloriosas campañas .*

*Una vez mas, Portugal y España pelean juntas contra la revolución militante encarnada en el genio de Napoleón. Un pueblo de caballeros no puede olvidar los beneficios recibidos; aquella ayuda de primera hora, cuando el triunfo estaba indeciso y todo fallaba á nuestros Caudillos, que apenas contaban con otra cosa que [...] la población rural de Castilla, de Navarra y de Galicia. Entonces la voz amiga de Portugal encendía el optimismo en los corazones y al actitud benévola del Gobierno portugués fue, para el triunfo decisivo en factor que en su dia habrá que ponderar en toda su importancia. Hijos de la misma alma hispánica en la lucha del espiritualismo occidental contra la concepción judaica de la vida los dos grandes países peninsulares, no podían ser sino buenos y leales hermanos de armas. España quiere volver á ser, como en la época más gloriosa de su historia cabeza de un gran imperio, y en esta empresa, como en los días del Emperador, tendrá por compañera y aliada á la grande y libre nación portuguesa, que tiene también la misión providencial de mantener el fuego sagrado de la cultura católica en aquellas extensas comarcas de África, de Asia y de América, que todavía conservan con Dios y con los hombres en al dulce lengua d Camoens.*

*Nunca ambos imperios fueron incompatibles y parece como el la Providencia para que pudiesen sin recelos cumplir sus destinos históricos ha permitido que fuesen sincrónicas sus épocas de gloria y decadencia.*

*Durante todo el siglo XIX la historia del liberalismo en España es la historia de «Iberismo»; en los propósitos de fusión de ambas patrias en una sola, bajo el emblema del triángulo, coinciden los masones españoles y portugueses, culpables estos úl imos de delito de alta traición .<sup>140</sup>*

O Cônsul de Sevilha reporta que o nome de Avenida de Portugal se dava a uma via de Alcalá de Guadaira:

*Por comunicação dirigida a este Consulado, tenho a honra de informar Vossa Excelência que o Ayuntamiento da cidade de Alcalá de Guadaira, desta Provincia de Sevilha, acaba de dar o nome de “Avenida de Portugal” a uma das principais artérias da mesma cidade.<sup>141</sup>*

Em Maio de 1938 o Pavilhão de Portugal, em Sevilha, foi palco da comemoração da fundação do Estado Novo português.<sup>142</sup>

As celebrações publicas na zona de Huelva possuíram elementos de propaganda da falange para realizar a promoção do novo Estado de Francisco Franco. Para legitimar, o novo regime, publicitaram festas e comemorações para dar a sensação de que os cidadãos estavam a construir um novo Estado e havia que involucrar os habitantes, de

<sup>140</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 17/01/1938.

<sup>141</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 30/03/1937.

<sup>142</sup> ABC, 31/05/1938, in García López, *Del Estado Novo al Nuevo Estado*, p. 11.

Huelva, em dois tipos de festas; as festas religiosas e da *Hispanidad*.<sup>143</sup>

As mais significativas celebrações surgiram da libertação de cada cidade do domínio republicano. Estas celebrações seguiam um padrão idêntico. A radio Huelva noticiava a informação e os habitantes deixavam o seu trabalho, cafés ou outros locais e dirigiam-se para a rua em manifestações, transbordando, de alegria. Depois havia uma manifestação de carácter oficial, que incluía as autoridades, e que partia da Câmara Municipal com destino aos consulados de Portugal, Alemanha e Itália onde eram recebidos pelos respetivos Cônsules. Aí davam mostras de simpatia e de júbilo pelo apoio dos países amigos dos nacionalistas. Depois de entoar o hino de Espanha, e do respetivo país, começam os discursos das autoridades políticas.<sup>144</sup>

A zona de Huelva foi para Portugal uma área importante durante a guerra civil. Havia uma bolsa considerável de trabalhadores portugueses que trabalhavam nas minas do Río Tinto e havia uma fronteira importante com a zona do Algarve e baixo Alentejo onde havia a possibilidade de passagem de espanhóis e portugueses, afetos à República espanhola, para Portugal e que eram considerados indesejáveis por parte do Governo salazarista. Em toda a fronteira houve incidências, mas a mais problemática foi em Barrancos com a massiva passagem de republicanos espanhóis e a existência de campos de concentração. Houve apoio de Portugal aos nacionalistas, na zona de Huelva, em matéria de alimentação. Logo, era importante que as relações políticas entre os dois poderes fossem harmoniosas com constantes trocas de apoio e amizade e que houvesse um Consulado luso atento e informado para enviar para Lisboa o que se passava de mais importante nesta zona. Aqui, como em todo os consulados portugueses em Espanha que estavam em território nacionalista, o papel dos diplomatas portugueses seguiam uma informação contínua de todas as movimentações políticas, económicas e sociais que se passavam nessa zona de forma que Lisboa pudesse orientar a sua política neste tempo conturbado.

A correspondência do Cônsul de Huelva, Henrique de Melo Barreto<sup>145</sup> é relativo a uma felicitação realizada pelo poder político local a Portugal:

*Tenho a honra de enviar a V. Exa, copia de uma carta , de Senhor Engenheiro Federico Mayboll, actual vereador da Câmara Municipal desta cidade, em que apresenta as suas felicitações pela energia e rapidez com que o Governo*

---

<sup>143</sup> Cordero Olivero, Inmaculada, *Huelva durante la Guerra Civil: Las Celebraciones publicas*, Huelva, Universidad de Huelva, 2009, p. 137.

<sup>144</sup> Idem, pp. 142-143.

<sup>145</sup> Filho de João Carlos de Melo Barreto que foi Ministro Plenipotenciário e depois Embaixador português em Madrid de 1922 a 1935.

*Português, reprimiu o movimento revolucionário ocorrido há dias em Lisboa, a bordo dos vasos de guerra “ Afonso de Albuquerque ” e “ Dão ”.*<sup>146</sup>

Relato do Cônsul de Huelva, sobre a visita do General Queipo de Llano a Huelva, a Aiamonte e a Vila Real de Santo António (Portugal) onde se encontrou com as autoridades portuguesas e expressou o seu apoio para com Portugal. Informação do jornal *Odiel* sobre uma futura manifestação em prol de Portugal:

*No ultimo domingo conforme oportunamente telegrafei a V. Exa., chegou a esta cidade, o Senhor General Queipo de Llano, que foi recebido com maior entusiasmo. Veio propositadamente impor a medalha militar ao Governador Civil e Militar desta Província, pela sua heroica acção, quando os mineiros de Rio Tinto, pretenderam atacar Sevilha. Depois dirigiu-se a Ayamonte e Vila Real de Santo António, com o propósito de retribuir a visita que o Senhor Governador Civil de Faro, ha dias lhe tinha efectuado em Sevilha. Em Vila Real de Santo António, foi recebido por toda as autoridades, celebrando-se uma sessão solene na Câmara Municipal. Discursaram os Senhores Presidente daquela Câmara, Governador Civil de Faro e o citado General Queipo de Llano.*

*O referido General saiu de Portugal, segundo me comunica o Senhor Governador Civil desta cidade, encantado com as atenções ahí recebidas.*

*Adjunto remeto a V.Exa. um recorte de um artigo publicado no jornal das direitas “Odiel” do dia 28 de Agosto ultimo, referente manifestação que se projecta fazer a este consulado, no dia que as tropas entrem em Madrid, conforme anteriormente tenho comunicado com V. Exa. Essa manifestação já a pretenderam realizar duas vezes, mas julgando que não era momento oportuno, solicitei aos organizadores, que desistissem desse intento.*<sup>147</sup>

O Cônsul de Huelva informa que houve uma manifestação, de apoio a Portugal, devido à conquista de Toledo:

*Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que por motivo tomada de Toledo realizou-se ontem noite grandiosa manifestação de simpatia esta chancelaria vitoriando durante largo tempo Portugal.*<sup>148</sup>

A gratidão, por parte dos nacionalistas, para com Portugal por ter reconhecido o executivo do General Franco:

*Tenho a honra de comunicar a V.Ex.<sup>a</sup>, que por motivo do reconhecimento oficial do Governo do Generalissimo Franco, pelo Governo Português, vieram a esta Chancelaria, apresentar os seus cumprimentos as autoridades civis e militares, inumeras personalidades, tendo sido recebidos tambem numerosos telegramas e bilhetes de visita.*

<sup>146</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 15/09/1936.

<sup>147</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 1/09/1936.

<sup>148</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado português em Huelva em 28/09/1936.

*Todas essas visitas tiveram palavras de agradecimento para o nosso Paiz, e muito especialmente para Sua Excelencia o Snr. Dr. Oliveira Salazar, Ilustre Presidente do Conselho.*<sup>149</sup>

O Cônsul em Huelva transmite o sentimento positivo em prol de Portugal e como admiração a Portugal é dada a Huelva uma rua com o nome da Cidade de Lisboa e uma praça com o nome de Portugal:

*Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelencia, que o Ayuntamiento de Huelva, resolveu em sessão celebrada no dia 25 de Novembro p.p., dar a uma da principaes praças desta cidade, o nome de Portugal, como prova de simpatia e gratidão ao nosso Paiz. Devo registar com intima satisfação, que este Ayuntamiento, é já o segundo acordo que toma respeitante a Portugal, sendo o primeiro dar a uma das ruas o nome de Ciudad de Lisboa, o que anteriormente comuniquéi a V. Exa., e agora o de Praça de Portugal.*<sup>150</sup>

O Cônsul de Huelva relata que em Rio Tinto iria ser dado, a uma das ruas, o nome do Presidente da República Português General Carmona:

*Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelencia que o Ayuntamiento da vila de Rio- Tinto, desta Provincia, resolveu por unanimidade, em sessão celebrada ultimamente, dar a uma das principaes ruas o nome de Sua Excelencia o Senhor Presidente da Republica Portuguesa “General Carmona”, como prova de afecto e simpatia ao nosso Paiz.*<sup>151</sup>

O Consulado português, em Huelva, comunica para Lisboa a gratidão da vila Encinasola para com Portugal, que é transmitida através de uma das mais importantes ruas da vila que terá o nome de Portugal:

*Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelencia, que o Ayuntamiento da vila de Encinasola desta Provincia, resolveu por unanimidade, em sessão celebrada no dia 28 de Janeiro p.p., dar a uma das principaes ruas o nome de Portugal como prova de afecto e simpatia ao nosso Paiz.*

*Adjunto remeto a Vossa Excelência copia do officio daquele Ayuntamiento em que me comunica aquele acordo:*

*“Alcaldía Constitucional de Encinasola (Huelva) – La Comisión gestora del Ayuntamiento de mi presidencia en sesion celebrada el dia 28 del corriente, ha acordado por unanimidad dar el nombre de Portugal a una de las principales calles de esta población como imperecedoro recuerdo de gratitud a esa hidalga y fraternal Nación hermana por el apoyo espiritual que constantemente ha prestado*

<sup>149</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Huelva com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 16/05/1938.

<sup>150</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 4/12/1936.

<sup>151</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 16/12/1936.

*a la legítima causa que com tanto heroísmo como sacrificios viene defendiendo nuestro Glorioso Ejército con la cooperación de todos los buenos y honrados Españoles para salvarla del estado caótico en que se encontraba. Lo que tengo el honor de participar a V.S. Como Representante que es de la expresada Nación en nuestra Provincia para su conocimiento y efectos legales consiguientes*".<sup>152</sup>

O Cônsul de Huelva com informação, relativa à cidade de Aracena, onde relata que é dado o nome de Avenida de Portugal a uma das principais artérias de Aracena:

*Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelencia, que o Ayuntamiento da cidade de Aracena, desta Provincia, resolveu por unanimidade, em sessão celebrada no dia 20 de Janeiro p.p., dar a uma das principaes ruas o nome de Avenida de Portugal; como prova de afecto e simpatia ao nosso Paiz.*

*Adjunto remeto a Vossa Excelencia copia do officio daquele Ayuntamiento, em que me comunica aquele acordo:*

*"Ayuntamiento de Aracena -Alcaldía-Presidencia-nº 143- Esta Comisión Gestora Municipal reunida en sesión el día veinte de Enero proximo pasado acordó por unanimidad rotular una de las principales vías de la ciudad con el nombre de la Nación Hermana unida siempre a España en sus paginas de gloria. Es complacencia nuestra comunicar a su digno Gobierno por mediación de V.S. el acuerdo recaído.- Dios Guarde a V.S. Muchos años.*

*Aracena 10 de Febrero de 1937- Viva Portugal- Arriba España*".<sup>153</sup>

Transcrição do officio do Cônsul de Ayamonte sobre a indicação de vias publicas de Aymonte com designações de âmbito português:

*Tenho a honra de enviar a V. Exc. A parte essencial de um officio que com data de 8 do corrente foi enviado a este Consulado pela Comissão Gestora do Ayuntamiento desta cidade:*

*"La Comisión Gestora de mi Presidên ia, em sesion celebrada el dia dos del corriente mês, adopto, entre otros, el acuerdo que sigue: "Efeméride digna de registrarse como la del 18 de Julio y 283 vias a la Nacion Portuguesa y hermana tan leal y fraterna; la Comisión Gestora, por unanimidad, acuerda rotular como sigue las 283 vias publicas que se expresan.: Antigua-Muelle de Foniente Nueva-Muelle de Portugal. Lo que com mas viva satisfacion tengo el honor de comunicar a V.S. como digno representante en esta Ciudad de la noble Nacion Portuguesa*".<sup>154</sup>

Na província de Cádiz houve igualmente notórias manifestações a favor do Governo português. Em todo o território ocupado, por os nacionalistas, foi óbvio seu empenho em demonstrar a simpatia face a Portugal. No entanto, não diminua o papel dos

<sup>152</sup> AHD-MNE, Officio do Consulado de Portugal em Huelva com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 02/02/1937.

<sup>153</sup> AHD-MNE, Officio do Consulado de Portugal em Huelva com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 20/02/1937.

<sup>154</sup> AHD-MNE, Officio enviado pelo Cônsul de Ayamonte com destino ao MNE em 20/10/1936.

cônsules portugueses em entenderem a índole dessas manifestações e as necessidades que muitas zonas necessitavam de ajuda logística e alimentar.

A existência de muitas manifestações de solidariedade, das zonas nacionalistas, pelos consulados de Portugal era o resultado de uma sintonia em relação aos próprios cônsules que estavam, por motivos políticos, geográficos, sociais, culturais e linguísticos, mais próximos da população e do poder político local que os cônsules de outros países.

Correspondência diplomática do Cônsul português na província de Cádiz devido a uma manifestação militar e da população em favor a Portugal onde o Consulado português, da cidade, foi local onde expressaram este reconhecimento:

*Salió una manifestación grandiosa del centro de Cádiz formando en cabeza los requetés, secciones de Falange, del Batallón de voluntarios, balillas de ambos os sexos y un número considerabilísimo de personas pertenecientes a todas las clases sociales, pasando por las calles principales hasta llegar al Consulado, donde se dieron numerosos vivas a la Nación Lusitana, noble y generosa, que con tantas simpatías mira la causa redentora de España. Yo, sumamente emocionado, agradecí, en nombre del Noble Pueblo que represento, estas demostraciones de afecto y simpatía hacia eses hermoso País.*<sup>155</sup>

O diplomata português de Cádiz remite uma comunicação sobre a festa da Espanha nacional, com a constituição de uma grande manifestação, que ao passar pela representação diplomática de Portugal aclamou Portugal e forma dados vivas ao General Óscar Carmona e a Oliveira Salazar:

*Tenho a honra de comunicar a V. Exa<sup>a</sup>. Que hoje, 1 de Outubro, dia de festa nacional na Espanha Nacionalista, formou-se uma grande manifestação que ao passar por diante dêste Vice- Consulado estacionou-se aclamado a Portugal e aos Exmos. General Carmona e Doutor Oliveira Salazar e tive a satisfação de que os Sres.*

*Comandante Militar, Alcalde, Chefe da Guarda Civil e outras personalidades cumprimentaram-me e rogaram-me comunicasse ao meu Governo a grande simpatia que todos sentem pelo nosso querido Portugal.*

*O que tenho a subida honra de informar a V. Ex<sup>a</sup>., aproveitando-me dêste ensejo para apresentar a V. Ex<sup>a</sup>. as minhas homenagens e os protestos do meu maior respeito.*<sup>156</sup>

<sup>155</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Cádiz com destino ao MNE em 26/08/1936

<sup>156</sup> AHD-MNE, Ofício do Vice-Consulado de Portugal no distrito de San Roque com residência em *Linea da la Concepción* com destino a Lisboa a 1/10/1937.

Agradecimento a Portugal devido à tomada de Teruel. Foi realizada uma manifestação, ao passar pelo Vice-Consulado de Portugal, foi prestada uma homenagem com a continência à bandeira portuguesa e a execução do hino português:

*Tenho a honra de informar a V. Exa. que ontem á noite, com motivo da reconquista de teruel pelas tropas nacionalistas, formou-se uma grandiosa manifestação precedida pelas Autoridades e banda de musica que vieram á poeta dêste Vice-Consulado fazendo as forças a continencia a nossa Bandeira e tocando a banda o nosso Himno Nacional que foi escutado por todos com o maior respeito, e saudando braço em alto, dando vivas a Portugal e aos Exmos. General Carmona e Dr. Oliveira Salazar.*

*Agradei em nome de Portugal ás Autoridades as quais rogaram-me comunicasse ao meu Governo estas demonstrações de affecto e respeito que todos sentem pelo nosso Pais.<sup>157</sup>*

O Cônsul português em Granada relata que foram prestadas homenagens, das autoridades de Granada, diante do vice-consulado português:

*Tengo el alto honor de poner en conocimiento de su Excelencia que las autoridades militares y civiles granadinas al frente de numerosa manifestación han visitado este vice consulado para testimoniar al pueblo y gobierno portugues su agradecimiento por las simpatías con que la Nacion Portuguesa ha acogido el movimiento salvador del ejercito español.<sup>158</sup>*

### **Apoio da Extremadura nacionalista**

A cidade de Badajoz foi a zona onde um Cônsul português teve um contexto mais complexo e tenso, devido à inicial à pressão republicana e depois com a conquista dos nacionalistas com a saída para Portugal de milhares refugiados espanhóis incluindo portugueses.

Logo, o papel do Cônsul português, Vasco Manuel Sousa Pereira, em Badajoz foi o mais ingrato e extenuante de todos os demais cônsules lusos em território espanhol. Existiu uma, evidente, mudança de comportamento do poder político e da própria população da cidade de Badajoz até a conquista da cidade pelas forças nacionalistas, no dia 14 de Agosto, e depois. Se a pressão sobre o Cônsul luso teve um maior destaque

---

<sup>157</sup> AHD-MNE, Ofício do Vice-Consulado de Portugal no distrito de San Roque com residência em *Linea de la Concepcion*, do Vice-Cônsul António Nascimento, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 24/02/1938

<sup>158</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado Português em Granada em 19/11/1936

desde o golpe de Estado até 14 de Agosto, com existência de uma tensão sobre o Consulado, após o 14 de Agosto o ambiente torna-se menos tenso e mais amigável por motivos óbvios. O cônsul português orientava as suas queixas iniciais, do Governo republicano local, para depois relatar para Lisboa a boa receptividade, que ele próprio e o Governo português, tinham pela sociedade, comunicação social e poder político da cidade de Badajoz. Existem relatos do cônsul português de manifestações que acontecem desde a conquista da cidade até ao término do conflito espanhol. Ou seja, são manifestações que não tem aspeto esporádico mas que percorrem até 1939. O que demonstra a importância do papel do cônsul português em agregar as relações luso-espanholas naquela zona já que foi uma área com muita conflituosa e onde existem muitas relações pessoais, sociais, económicas e culturais.

As manifestações de agrado, para Portugal, são evidentes neste ofício do Cônsul português, Vasco Pereira, em Badajoz que expõe uma manifestação a favor de Portugal composta de 2000 senhoras espanholas, falangistas e a banda municipal:

*Realizou-se, anteontem à tarde, outra grandiosa manifestação em honra de Portugal, composta por cerca de 2000 senhoras, entre quais se viam as das mais prestigiosas famílias da região, um grupo de falangistas e a banda municipal. Ao chegar a referida manifestação ante o edifício deste consulado, a sua comissão organizadora soltou numerosos vivas a Portugal, aos Srs. Presidente da República e Presidente do Conselho de Ministros e até a mim. Retribui com um viva à Espanha e outro à mulher espanhola, depois a banda municipal entoou a Portuguesa, que foi escutada com religioso silencio e os braços ao alto, apresentando armas o grupo de falangistas.*<sup>159</sup>

O Cônsul português em Badajoz relata que a conquista de Toledo foi motivo de celebração que inclui uma manifestação, presidida pelas autoridades da cidade, e passaram pelo consulado português onde demonstraram o seu entusiasmo pela colaboração do Governo português ao lado os nacionalistas:

*Tenho a honra de comunicar a V.Excelência que para celebrar a tomada de Toledo pelas tropas nacionalistas se organizou nesta cidade , no domingo 27 do corrente, à noute, uma grandiosa manifestação que, presidida pelos governadores civis e militares, alcaldes, presidente da deputação e outras autoridades locais, veio ao consulado demonstrar com entusiásticos vivas a sua simpatia pelo nosso País .Respondi com um viva á nação espanhola, correspondido com uma entroncosa salva de palmas e outros via Portugal, entoando a banda municipal a Portuguesa.*<sup>160</sup>

<sup>159</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Badajoz com destino ao MNE em 23/08/1936.

<sup>160</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Badajoz com destino ao MNE em 30/09/1936.

Publicação do discurso, executado pelo Cônsul de Portugal em Badajoz, de agradecimento que foi publicado no jornal *Hoy* <sup>161</sup> devido a uma manifestação organizada pelas autoridades e onde estavam milhares de pessoas para demonstrar o seu desagrado sobre os bombardeamentos realizados pelos republicanos aos navios de guerra alemães e italianos. A manifestação deslocou-se pelo consulado português e saudou Portugal, Salazar e o Presidente da República português:

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia que tendo-se organizado ontem, nesta cidade, uma manifestação presidida pelas primeiras autoridades e integrada por milhares de pessoas de ambos os sexos e de todas as categorias sociais, com o fim de protestar, cumprindo, ao parecer, instruções do generalissimo Franco, contra o ataque feito por aviões do chamado governo de Valencia a barcos de guerra alemães e italianos empregados na fiscalização da não intervenção dirigiu-se a mesma, em primeiro lugar, a este Consulado, ante a qual estacionou, soltando prolongados e atoadores vivas as nosso Pais, a V. Excelencia e ao Senhor Presidente da Republica.*

*Mal assomei, para agradecer estas manifestações, á varanda do Consulado, ouviu-se uma demorada salva de palmas, apoz a qual o Governador civil ordenou á banda municipal que tocasse a Portuguesa, cujos acordes foram escutados por todos no mais respeitoso silencio e com o braço levantado em saudação á romana. Vi-me, conseqüentemente, forçado a proferir algumas palavras de agradecimento e de adesão espiritual, que a seguir transcrevo, rogando, contudo, a V. Excelencia, se digne enviar-me instruções normativas para casos tais, visto que as circunstancias de momento são tão esporádicas e imprevistas, não tendo o funcionario experiencia anterior para orientar o seu procedimento, que pode, deixando-se levar apenas pelo que julga ser a conveniencia ou o espirito da Nação, praticar qualquer falta involuntaria, que eu, no meu caso pessoal, desejo prevenir, formulando respetosamente o exposto pedido. Foram as seguintes, as palavras que proferi:*

*“Señores: Agradezco de todo corazon mas esta prueba de cariño que dais a mi Pais y que, entretanto, com toda simpatia, en nombre de Portugal. Y , interpretando los sentimientos del pueblo portugués, me es muy grato prevalecerme de esta oportunidad para felicitaros calurosamente por la elegancia moral de vuestra actitud, repudiando, enérgica y dignamente, con esta grandiosa é elocuente manifestación de desagravio, la agresión brutal e insólita de quien, despreciando las más elementales reglas del derecho y de la corrección internacionales, atacó, sin previo aviso, unidades navales de Italia y de Alemania, que, en aguas españolas, gozando una inmunidad que no ha sido respetada cumplieran una sacrosanta misión de paz, que Dios quiera conservar en Europa. No os puedo decir mucho, pero si me complazco en afirmaros que, con motivo de esta emergencia, el pueblo portugués se sentirá aún más, si más es posible, espiritualmente identificado con vuestra causa. Y no quiero terminar mis palabras sin retribuir como corresponde los vivas que acabo de os escuchar al nombre, venerado en Portugal, de mi admiradísimo Jefe el Excmo. Señor Doctor Oliveira Salazar, como también al de*

<sup>161</sup> Jornal originario, em 1933, na cidade de Badajoz pela Editora Católica.

*Su Excelencia el Jefe de Estado, Sr. General Carmona, tan amado, por sus virtudes, de todos los portugueses, con otro viva, muy caluroso, a vuestro Jefe, a vuestro glorioso caudillo, el generalísimo Franco. Viva España ”*

*Ao terminar o meu pequeno discurso, ouviu-se uma nova e atoadora salva de palmas, seguida de outros vivas a Portugal, a Vossa Excelencia, e, tambem, a mim, executando-se a seguir a Portuguesa, após o que a manifestação retomou a sua marcha, tardando em desfilar cerca de 20 minutos. Pouco depois, saindo com minha familia para ouvir os discursos, do Governador e do “Alcalde”, no “Ayuntamiento”, fui visto pelas autoridades e convidado por elas a subir e a acompanha-las á varanda da referida casa consistorial, onde se ouviram novos vivas a Portugal, executando-se mais uma vês o himno nacional português. A manifestação, que ali se desfez, levou, em todo o percurso, á sua frente, as bandeiras portuguesa, alemã e italiana, ademais da do novo estado espanhol, vendo-se tambem flutuar em numerosas residencias particulares da cidade o nosso pavilhão.*

*No regresso a este Consulado e ao passar em frente do quartel da Falange Espanhola Tradicionalista e das Jons, fui alvo de nova e prolongada ovação por parte dos chefes e dalgumas centenas de filiados daquela Agrupação, convidando-me aqueles a ouvir varios himnos que seriam cantados em honra de Portugal e que escutei, depois do que foram repetidas as mesmas manifestações de simpatia ao nosso Pais, a V. Excelencia e a este modesto subordinado de V. Excelencia. Remeto, em apenso ao presente, um recorte alusivo a estes factos e obtido do diario local “Hoy”, onde, muito embora, as palavras por mim proferidas não se reproduzem com toda a fidelidade, talvez por não terem sido exacta ou claramente percebidas.<sup>162</sup>*

O Cônsul português refere as manifestações de agrado com Portugal e com os máximos responsáveis políticos portugueses e das autoridades militares de Elvas, devido à comemoração da tomada da cidade de Badajoz pelos nacionalistas. Transcrição do discurso do Governador Militar de Elvas Garcia de Castro:

*Tenho a honra de comunicar a V. Excelencia que, no dia 14 do corrente, Badajoz comemorou com varios actos promovidos pela “Alcaldia”, a liberação da cidade e parte da provincia do jugo marxista. Convidado a assistir aos mesmos, assim como o Sr. Governador Militar e varios oficiais da guarnição de Elvas, proferi, num almoço que se realizou no Hotel Majestic, algumas palavras de agradecimento pelas demonstrações de simpatia a Portugal feitas na terminação do seus discursos por alguns oradores, bem como pela hospitalidade dispensada aos oficiais portuguezes, sentimentos de cordialidade que retribui á Espanha, brindando pela sua grandeza e prosperidade e igualmente pelo estreitamento dos laços de amizade que unem as duas nações. Tambem proferiu, antes de mim, um pequeno discurso, o Senhor Governador militar da citada praça portuguesa.*

*Ante-ontem, com motivo da ocupação de Santander, veiu, ao redor da meia-noute, a este Consulado, um numeroso grupo de manifestantes, a fim de mais um aves demonstrar a sua simpatia a Portugal, a V. Exc<sup>a</sup> e ao Sr. General Carmona, vitoriando os seus nomes a proposito da atitute energica e dignissima que o nosso*

<sup>162</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 2/06/1937. pp. 1-3.

*Pais tem evidenciado ante o procedimento da Checoslovaquia, e hoje, uma manifestação oficial, presidida pelos Sres. Governadores militar e civil, Bispo da Diocese, Alcalde, Presidente da Audiencia e outras autoridades e integrada por milhares de individuos, desfilou ante este Consulado, produzindo-se em identicas manifestações de adesão a Portugal e a V. Exc<sup>a</sup>. Depois, no balcão principal da Alcaidia e achando-se presente o Senhor Governador Militar de Elvas, o Alcalde, Senhor García de Castro, terminou o seu discurso com estas palayras:*

*“No me queda mas que agradeceros estas muestras de cariñ y exhortaros a que siempre esteis hermanados com esse mesmo y grandioso amor a la Patria y con la nacion vecina, nuestra hermana Portugal, a la que siempre estuviamos ligados por lazos de afecto y cariño y por comunidades historicas.” Terminou o Alcalde as suas palavras com vivas a Espanha, a Portugal e com o grito de “Arriba Espanha”.*<sup>163</sup>

O Cônsul português em Badajoz relata a publicação de uma notícia no jornal *Hoy* onde o Presidente da Camara Municipal de Elvas manifestou o seu jubilo pela conquista nacionalista de Madrid:

*Tenho a honra de me dirigir a V. Excelencia para remeter, anexo ao presente, um recorte obtido do diario local “Hoy” desta data, onde se lê que o Presidente da Camara Municipal de Elvas telegrafou ao Sr. Governador Civil desta provincia “associando-se em nome do Governo português e da população inteira ao jubilo nacional pela conquista de Madrid.” Tão depressa como no dia 28 do corrente de anunciou a rendição de Madrid, fui visitar o Sr. General de la Iglezia, governador militar da praça e provincia, da qual é tambem pelas actuais circunstancias, a primeira autoridade, a fim de o felicitar em nome da Nação e no proprio por tão feliz acontecimento. Aquela personalidade agradeceu expressivamente a minha visita e teve mais uma vez, como tantas, palavras do maior encomio para Portugal.*

*Duas horas depois, no Te-Deum que se realizou em ação de graças, felicitei as demais autoridades, com as quais mantenho, sem excepção, as mais cordiais relações.*

*Pelo meu officio de ontem e pelo jornal remetido, poude V. Excelencia ver a maneira como foi imediatamente retribuida a minha atenção, o que tambem se mostra eloquentemente –seja-me permitida a imoestia– o apreço em que sou tido por estas autoridades, tanto mais que não se fizeram, que me conste, identicas manifestações ante outros consulados da Nação neste país, facto que prova a V. Excelencia o que tem sido a minha acção e a eficacia dos meus serviços em posto que pela sua situação geografica é necessariamente dos mais dificeis.*<sup>164</sup>

<sup>163</sup> AHD-MNE, Officio do Consulado de Portugal em Badajoz com destino a Lisboa em 27/08/1937. pp. 1-2.

<sup>164</sup> AHD-MNE, Officio do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 30/03/1939.

## Apoio da Galiza nacionalista

Na zona geográfica de Ferrol, na Província da Corunha, houve a implementação de nova construção de monumentos e a organização de rituais de herois e de ritos do novo Governo nacionalista, nomeadamente, no bairro da Magdalena e nas artérias contínuas. Em relação às festividades foram implementadas na pascua e nos desfiles militares do bairro. A mudança de nomes de ruas foram efetuadas numa apologia ao regime de Franco. Por exemplo, a antiga rua Real passou a ser General Franco e a rua do Sol passou a ser General Aranda. Incluíram-se nomes afetos ao regime nacionalista, como Calvo Sotelo e José António Primo de Rivera, e mantiveram-se nomes associados à religião católica.<sup>165</sup>

Se o regime nacionalista, em território galego, organizava as suas manifestações próprias houve na Galiza um controle das atividades em locais onde pudesse haver concentrações ou reuniões de membros, contrários, ao regime nacionalista. Foi realizada uma vigilância apertada em farmácias, cafés e espaços públicos.<sup>166</sup>

Houve uma favorável relação entre Portugal e a Galiza nacionalista onde as localidades galegas receberam nomes, com alusão a Portugal, como por exemplo Avenida de Portugal. Os jornais portugueses tiveram nas localidades próximas às fronteiras luso-espanholas, uma excelente recepção.<sup>167</sup>

O resultado destas boas relações entre a Galiza e Portugal, está patente nesta comunicação do responsável da Falange em Ourense que caracteriza o Cônsul luso em Verín:

*O Cônsul de Portugal em Verín é o maior patriota que alguma vez conheci, diz-lhe a sua Excelência um chefe dos falangistas espanhóis que sente o amor pela pátria ainda mais do que pelos próprios pais, emocionado com as palavras do filho [...] Em estes momentos de incerteza têm podido dar-nos ânimo e sentir o carinho daquele nosso país irmão e dar o nosso Viva a Portugal e ao querido cônsul patriota, que diz a excelência de um patriota Falangista que não conhecia Portugal.*<sup>168</sup>

<sup>165</sup> Cardesín, José María, *Os lugares da memoria da Guerra Civil na Galiza*, Grial, tomo 44, nº 170, 2006, pp. 50-51.

<sup>166</sup> Somoza Cayado, Antonio e Domínguez Almansa, Andrés *La génesis del Régimen franquista en Galicia: aniquilación política y destrucción de la sociedad civil. (1936-1939)*, Proxecto de Investigación Interuniversitario “Nomes e Voces”, Universidade de Santiago de Compostela. pp. 14-15.

<sup>167</sup> Grandío Seoane, *Problemas en la construcción del “Nuevo Estado”*, pp. 219-220.

<sup>168</sup> Arquivo Oliveira Salazar, CO/NE- 9I, Pasta 2, in Grandío Seoane, *Problemas en la construcción del “Nuevo Estado”*, pp. 219-220.

O Cônsul português em Tuy informa que devido à comemoração da data de falecimento, de Calvo Sotelo, foram realizados atos oficiais. Foram convidadas as autoridades militares e civis de Valença do Minho:

*Tenho a subida honra de informar a V. Exa. que, para comemorar a data do falecimento de D. José Calvo Sotelo, que foi Ministro das Finanças e uma figura de grande prestígio na política espanhola, se acabam de celebrar nesta cidade de Tuy dois brilhantíssimos actos oficiais, os quais constaram de uma missa de campanha e do descerramento de uma lápide na casa, onde nasceu o fogoso parlamentar. A êstes actos, para os quais fôram convidados, assistiram todas as nossas autoridades militares e civis de Valença do Minho, bem como as autoridades locais civis e militares de toda a região liberada e um representante de Sua Exelência o Generalissimo Franco. O Gerênte dêste Consulado assistiu a todos êstes actos oficiais, para os quais recebeu atentos convites do Snr. Comandante Militar de Tuy e Liga de Amigos de Tuy, à qual pertence desde ha bastantes anos, como sócio de Honra.<sup>169</sup>*

O Cônsul de Portugal em Tuy relata as festividades realizadas para comemorar o ano Triunfal da Revolução nacionalista espanhola contra o comunismo. Foram realizadas duas manifestações, que incluíam diferentes bandeiras, que pararam em frente do consulado português em Tuy como sinal de agradecimento. O cortejo foi presidido pelo Comandante Militar que endereçou palavras de simpatia para com Portugal. O Bispo de Tuy também manifestou palavras de apreço em relação a Portugal:

*Tenho a subida honra de informar a V.Exa. que se realisaram nesta cidade de Tuy brilhantes festejos para comemorar o Ano Triunfal da Revolução Nacionalista Espanhola contra o Comunismo. As duas importantes manifestações populares, que tiveram lugar nas noites de sábado passado e de ontem, detiveram-se em frente dêste Consulado, destacando-se do cortejo as autoridades locais , presididas pelo Snr. Comandante Militar, para cumprimentar o Consulado de Portugal, havendo-se trocado frases de simpatia entre aquelas entidades e o Cônsul de Portugal, que as mesmas acompanhou ao meio da Ponte Internacional, onde se repetiram com entusiasmo indescritivel os vivas a Portugal, Suas Excelências os Senhores Presidente da República e do Conselho, Espanha e Generalissimo Franco, após a execução dos hinos nacionais de Espanha e Portugal [...]*

*S. Exa. Revma. O Senhor Bispo de Tuy no seu elequente discurso patriótico-religioso teve palavras de verdadeiro e fraternal afecto para Portugal e de respeito e profunda admiração pelas suas virtudes raciais. No desfile das duas imponentes manifestações, a que acima me refiro, viam-se as bandeiras de Espanha, Itália, Alemanha, da Falange, Requetés, etc. Dentre todas, ocupava o primeiro lugar a nossa Bandeira, que presidia ao cortejo.<sup>170</sup>*

<sup>169</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Tuy com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 13/07/1937.

<sup>170</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Tuy com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 19/07/1937.

O Cônsul em Tuy relata uma acordada homenagem a ser rendida a Salazar, no dia 11 de Setembro de 1938, com a participação e organização da *Liga dos Amigos da Cidade de Tuy* e do *Comandante Militar*, Tenente-Coronel Fernández de los Rios onde entregariam uma salva de prata ao Embaixador de Portugal. No entanto, esta homenagem não foi realizada:

*Tenho a honra de comunicar alguns factos ocorridos e derivados da homenagem que foi prestada a S. Exa. o Senhor Presidente do Conselho, em 11 de Setembro do presente ano, pela cidade de Tuy.*

*Início e organização da homenagem:*

*Hà meses a Liga dos Amigos da Cidade de Tuy manifestou o desejo de que fôsse prestada uma homenagem a S. Exa. o Presidente do Conselho, ideia essa que teve carinhoso acolhimento por parte do então Comandante Militar, Tenente-Coronel Los Ríos, ficou, mais ou menos, assente que a homenagem –em projecto uma salva de prata com uma dedicatória gravada e assinada pelos Representantes da Cidade– seria entregue em Tuy a S. Exa. o Senhor Embaixador de Portugal. No final de Julho foi promovido a Coronel e transferido para as Astúrias o Comandante Militar, Sr. Tenente-Coronel Fernández de los Rios. Não tornou a falar-se na salva até que tive conhecimento de que esta andava em exposição por várias cidades da Provincia de Pontevedra, agora acrescida de uma chave.*

*Inesperadamente, no dia 11 dêste, de manhã e com uma hora de antecedência, fui convidado para acompanhar uma comissão [...] Declinei o convite porque não tinh autorização superior nem tempo para a pedir, porque o convite não me fora feito por qualquer autoridade mas sim pelo Vice-Presidente da Liga dos Amigos de Tuy [...] O Alcaide de Tuy não aprovou a entrega da Chave - que era afinal da Cidade- sem seu conhecimento, pois para tal ninguem o consultou [...] Acresce ainda, que a entrega, da Chave da Cidade -embora simbólica- causou desapontamento público e a homenagem, que de outra maneira seria muito apreciada e louvada, foi recebida com reserva [...].<sup>171</sup>*

Do consulado português em Tuy foi realizada um officio, devido à conquista da cidade de Toledo, de uma homenagem prestada a Portugal, pelas autoridades nacionalistas, no consulado português e depois dirigida para a ponte internacional entre Espanha e Portugal:

*Tenho a honra de comunicar Vossa Excelencia que noticia oficial tomada de Toledo provocou imponente manifestação de regosijo vitoria alcançada nacionalistas á qual presidiram autoridades civis e militares de Tuy vir especialmente Consulado de Portugal onde vitoriaram Portugal seguindo até ponte internacional com mesmo Comandante militar Tuy disse-me abraçar o exercito portuguez na pessoa Cônsul de Portugal.<sup>172</sup>*

<sup>171</sup> AHD-MNE, Officio Confidencial do Consulado de Portugal em Tuy com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 29/09/1938.

<sup>172</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado Português em Tuy em 28/09/1936.

Um artigo no jornal *Faro de Vigo*<sup>173</sup> revela a simpatia que Portugal tem na Galiza. São enumerados os feitos históricos de Portugal, a conquista da independência portuguesa e os descobrimentos perpetuados pelo povo português. Ressalva, igualmente, a ajuda diplomática e o apoio das rádios prestada pelo Governo português aos nacionalistas:

*Portugal, Ejemplo de Naciones [...] En Portugal puede comprobar-se admirablemente la eficacia de la energia espiritual, inspiradora de proezas que se tendrían por increíbles si solamente se considerasen las fuerzas materiales del cuerpo que las acomete. Solo el temple excepcional de su espíritu pudo llevar a los portugueses, primero a conquistar para siempre su independencia y después a honrarla y glorificar ensanchando el área de la civilización cristiana del comercio humano con sus maravillosos descubrimientos y la difusión de su cultura por Asia, África y América. Otra muestra de la interna virilidad que atesora ese insigne pueblo, la hallamos en la conservación de un imperio colonial que siempre sería respetable y que podemos calificar de colosal si lo comparamos al tamaño físico del Estado que lo sostiene.*

*Si consideraciones de mayor cuantía indujeron al Gobierno portugués a mantener leal y honradamente la neutralidad en nuestra contienda, de su pueblo hemos recibido desde los primeros momentos, espontáneos y cordialísimos testimonios de simpatía. Sus radios nos prestaron el interesantísimo servicio de difundir la verdad de la situación española por todo el mundo, desvaneciendo en éste el deplorable efecto que habrían producido las fantásticas y burdas invenciones de aparatos que servían a los rojos de Madrid: A la diplomacia portuguesa somos también, en gran parte, deudores del fracaso de las hipócritas maniobras con que preparaban la traidora intervención en nuestros asuntos ciertos poderes exóticos ligados al Frente Popular. Es verdad que otros Estados han contribuido al malogro de esos siniestros proyectos, pero la actitud de Portugal ha tenido importancia decisiva por su vecindad con España y por la claridad y valentía con que fue expuesta.*<sup>174</sup>

A relação de Portugal com a Galiza estava alicerçada por motivos económicos e sociais. As posições de simpatia das autoridades, comunicação social e da sociedade galega com Portugal estavam reforçadas por posições políticas que os nacionalistas possuíam com o Governo salazarista. Logo, o papel da extensa rede consular portuguesa, na Galiza, era de grande importância pois possuíam muitas informações sobre o desenrolar de acontecimentos que existiam na Galiza e que podiam influenciar o Governo português e em particular o Norte de Portugal.

Notícia publicada no jornal *El Pueblo Gallego* com referência a uma manifestação onde estava incluída a bandeira de Portugal:

<sup>173</sup> Jornal publicado na cidade de Vigo desde 1853.

<sup>174</sup> AHD-MNE, Referência do ofício nº 26 de 30/10/1936 sobre a notícia publicada no *Faro de Vigo*.

*La manifestación de anoche fue un anticipo de lo que será en nuestra ciudad el día que llegue a su final la reconquista de España [...] Abrió la marcha la banda municipal y las banderas de Alemania, Italia, Portugal, España y la insignia de Vigo, además de las banderas de Falange Española, llevadas por miembros de la F.E.*<sup>175</sup>

O Cônsul de Vigo, José Luís Archer, informa as palabras simpáticas que foram proferidas para com a história portuguesa através do jornal *El Pueblo Gallego*<sup>176</sup>:

*Tenho a honra de remeter a V. Exa., em duplicado, uma pagina do jornal “El Pueblo Gallego” de sabado 27 do corrente dedicada a Portugal*

*“Una península de tierra verde con selva apreciada, que termina en el mar en una lengua de arena. El “Angola” ha entrado, con los dos barcos de guerra que le escoltan, en el rio Zaire, un rio fuerte, amplio e impetuoso, como el mismo mar, cuyas orillas apenas se alcanzan y así pienso yo que entraría Diego Cao, escudero de la casa del “Príncipe Perfecto”, con sus carabelas, cumpliendo el mandato, cumpliendo el mandato de Don Juan II de continuar los descubrimientos, después de de pasar el cabo de Santa Catalina. En esta playa que ahora “vemos tan rubia que nos parece una imagen de la colonización occidental, desnuda y con la cabellera desplegada en tierra negra, puso Diego Cao una cruz, signo cristiano del descubrimiento, y más tarde un objeto de piedra que se trajo de Portugal.*

*Hoy el Presidente Carmona va a rememorar la escena con una corona de bronce, y no en el obelisco primitivo, que está en un museo de Lisboa, alno en el obelisco actual, obra que se yergue fina y afiliada en el azul ecuatorial, después de no pocas vicisitudes. He aquí un ejemplo simbólico de la posesión, que ahora el nuevo Portugal rememora en un anhelo de unidad, volviendo a las fuentes más puras de su Historia”.*<sup>177</sup>

Foi informada a chegada de o contratorpedeiro português *Lima* ao porto da cidade da Corunha:

*Para esta tarde, a las cuatro, se espera la llegada, al puerto de La Coruña, del magnifico contratorpedero portugués “Lima”, que viene de Ferrol, de cuya población ha recibido la tripulación de dicho barco muestras inequívocas de cómo España siente los lazos de fraternidad que, en estos momentos de recuperación, más fuertemente que nunca nos unen con el pueblo hermano. Sin duda alguna, La Coruña sabrá responder a sus legendarias virtudes de hospitalidad y tributará a sus ilustres huéspedes el homenaje de adhesión y cariño que nuestros hermanos los portugueses tan merecido tienen.*<sup>178</sup>

<sup>175</sup> AHD-MNE, Referência do ofício nº 308 sobre a notícia publicada no *El Pueblo Gallego* em 20/11/1936.

<sup>176</sup> Jornal publicado em Vigo entre 1924 y 1979, durante a guerra civil pertenceu as FET y de las JONS.

<sup>177</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Vigo, com recorte do jornal *El Pueblo Gallego* de 27 de Agosto, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 29/08/1938.

<sup>178</sup> AHD-MNE, Notícia referente ao ofício do Consulado de Portugal em Corunha, nº 27, datado de 22/08/1936.

Foi realizada, num teatro na Corunha, uma homenagem a Portugal. Foi concretizada com a participação de alguns representantes diplomáticos que estavam reconhecidos na cidade. Foi exibido o filme português *Soldados Telegrafistas* e apresentadas outras manifestações culturais. Terminou esta homenagem a Portugal com o hino português, espanhol e das milícias:

*Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelencia que se realizou ante-ontem, mim teatro desta cidade, anunciada homenagem a Portugal, a que assistiram alguns consules acreditados na Corunha, e as autoridades locais.*

*Como o festival de homenagem foi organizado pelos vários grupos de milicias espanholas, a sala estava ornamentada com as bandeiras e insignias das respectivas colectividades.*

*O festival constou da projecção da fita cinematografica portuguesa “Soldados Telegrafistas”, que foi muito aplaudido, seguindo-se-lhe números de canto de, de musica de orquestra, de recitação de poesias e um número desempenhado por senhoras, que cantaram o hino português e vários fados.*

*Terminou a função com uma aparatosa apoteose a Portugal, como se vê pela fotografia junta, executando-se os hinos das milicias, o hino espanhol, e o hino português que foi muito aplaudido, bem como muito vitoreado o nosso Portugal e o seu Govêrno.*

*Durante um intervalo do espectáculo, um grupo de milicianos distribui pela assistência, grande número de folhetos e livros editados pelo Secretariado de Propaganda Nacional, que dias antes haviam sido recebidos neste Consulado.- Juntamente, tenho a honra de enviar a Vossa Excelencia um exemplar do programa dêste festival, e os recortes dos diarios corunheses “La Voz de Galicia” e “El Ideal Gallego” referentes ao mesmo assunto.<sup>179</sup>*

A grande sintonia do governo local galego com Portugal foi observada pelo cônsul luso na cidade da Corunha. Devido aos acontecimentos, do ataque e ao bombardeamento do navio alemão *Deutschland* e do navio italiano *Barletta*, foi realizada uma grande manifestação encetada pela população espanhola a favor da Alemanha e Itália. O desfile de apoio contou com as bandeiras da Alemanha, Itália e de Portugal bem como a participação da falange e os requetés. Após a passagem do cortejo pela delegação alemã e italiana também passou pelo consulado de Portugal onde o Cônsul português foi aplaudido bem como o Presidente da República Portuguesa e Oliveira Salazar:

*Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que ontem, como protesto contra o bombardeo do couraçado alemão Deutschland” e do*

---

<sup>179</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Corunha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 18/03/1937. pp. 1-2.

*cruzador italiano “Barletta”, pela aviação marxista, se organizou uma manifestação de simpatia e homenagem á Alemanha e á Italia.*

*Pelas vinte horas pôz-se em marcha um imenso cortejo pelas bandeiras de Alemanha, Espanha, Italia e Portugal, e das duas organizações milicianas “Falange” e “Requetés”; seguiam-se os mutilados da guerra actual e várias organizações patrióticas, formadas por crianças e senhoras, com músicas e bandeiras.*

*Á frente do cortejo iam representantes do Governador Civil, da Junta Geral do Distrito, da Camara Municipal, da Administração das Alfandegas, dos Correios, dos Liceus e e outras instituições que se faziam representar por numerosos individuos, constituindo um conjunto aproximadamente de 10.000 pessoas, que caminhavam por entre álas de pôvo que, em saudação á romana, vitoriava com vivas todas as corporações que iam desfilar pelas ruas do trajecto entoando hinos e dando vivas a Mussolini, Hitler e Franco. O cortejo dirigiu-se primeiro ao Consulado Italiano, onde as autoridades que nele figuravam voltaram a cumprimentar o representante daquele país, que em nome do seu governo, por entre o ruído dos vivas á Espanha e á Italia, agradeceu a manifestação de simpatia de que o seu país era alvo.*

*Dalí, seguiu o cortejo para o Consulado alemão, onde os cumprimentos das autoridades e o agradecimento se repetiram, entre o mesmo calor e entusiasmo popular que se desfogava em vivas á Espanha e á Alemanha.*

*Notada a minha presença na varanda dum edificio proximo ao Consulado, a multidão vitoriou a Portugal, vendo-se no ar milhares de lenços que se agitavam entre aplausos e vivas a S. Exa. O Snr. Presidente da Republica Portuguesa e ao Snr. Dr. Oliveira Salazar.*

*Uma hora depois o cortejo debandava e os “cafés”, bares, e estabelecimentos congéneres, que ás 19,30 tinham sido fechados, novamente abriram as suas portas.<sup>180</sup>*

O apoio de Oliveira Salazar a Francisco Franco é aqui referido na imprensa galega, nomeadamente, no jornal *El Ideal Gallego*<sup>181</sup>:

*Tenho a honra de, incluso, remeter a Vossa Excelencia um recorte do jornal “El Ideal Gallego”, de hoje, em que são reproduzidas palavras pronunciadas pelo Exmo. Snr. Presidente do Conselho de Ministros Doutor Oliveira Salazar, a propósito da acção brilhante que o Generalissimo Franco está desenvolvendo em Espanha contra o comunismo. El general Franco al libertar a España salva a Europa [...] Espontánea y sinceramente, el dr. Oliveira Salazar, añadió las siguientes palabras que han de conmover a todos los españoles: Franco, que es al mismo tiempo, un hombre de acción, y un sabio, un gran católico, un calculador lucido y un hombre generoso, resume en su genio todas las aspiraciones nacionales y religiosas, individuales y materiales [...] Franco, el General de las victorias, al libertar a España, salva a Europa, como hombre de estado y como europeo, mi admiración y agradecimiento más sincero.<sup>182</sup>*

<sup>180</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado da Corunha com destino a Lisboa a 2/06/1937.

<sup>181</sup> O jornal *El Ideal Gallego* nasceu na Corunha no dia 1 April 1917.

<sup>182</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Corunha sobre a notícia publicada no *El Ideal Gallego* com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 04/12/1937.

A vasta rede consular lusa na Galiza estava estendida a cidades do interior galego com Orense. Os cônsules portugueses na Galiza enviavam informações de todos os pontos importantes em território galego e assim transmitiam ao Governo português informações e conhecimento constante e atualizado o que nenhum outro país podia realizar, este labor, pois não possuía esta dinâmica rede consular na Galiza.

O diplomata português em Orense destaca a normalização religiosa e o agradecimento dos nacionalistas a Portugal que inclui a execução do hino português:

*Tenho a subida honra e o grandissimo prazer de comunicar a Vossa Excelência que tendo-se ontem efectuado nesta cidade a comovente cerimonia da aposição do Crucifixo nas escolas desta cidade, acto seguido se organizou uma manifestação de simpatia para com o nosso Paíz, dirigindo-se a esta Chancelaria. As 18 horas realizou-se um serviço religioso na Catedral desta cidade, com a assistência de todas autoridades civis e militares; em seguida em procissão, se dirigiram para a Escola Normal Primária onde com a assistência do corpo docente daquela escola e do Liceu desta cidade se realizou o acto de entrega do Crucifixo. Cerca já das 21 horas se dirigiram as autoridades, entre as quais se contavam o Exmo. Governador Civil e Militar, Alcaide, Bispo da Diocese, e outras, a esta chancelaria, acompanhadas das milicias fascistas e tradicionalistas e da banda de musica municipal e do povo que se avaliou em dez mil pessoas dirigindo-se, como atrás digo, a esta chancelaria onde o nome de Portugal foi delirantemente aclamado tendo a banda executado o nosso hino nacional e o hino fascista.<sup>183</sup>*

No ofício remetido pelo Cônsul português, José de Faria Machado, na cidade de Orense devido à homenagem a Portugal pelas autoridades de Orense:

*Tenho a subida honra de remeter a V. Exa. Recortes de jornaes relativos á grande homenagem, hontem tributada a Portugal e a V. Exa. pelo povo e autoridades de Orense. 2- Organizada pela Chefia Provincial de Falange Hespanhola e pelo Governador da Provincia, com representação das Forças Vivas e autoridades desta Provincia, a manifestação, acompanhadas de Bandas de Musica, ternos de corneta e presidida pelas mesmas Autoridades, percorrem as principaes ruas da cidade e dirigiu-se á minha residencia, entre vibrantes e unisonas aclamações a Portugal e ao seu Governo...<sup>184</sup>*

<sup>183</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Orense com destino a Lisboa, 31/08/1936, pp. 1-2.

<sup>184</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Orense com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 14/05/1938.

## Província de Salamanca

O diplomata português Vasco da Cunha<sup>185</sup> foi enviado, de Fevereiro de 1937 até Maio de 1937, para Salamanca e em Janeiro de 1938 foi instalado em Salamanca o Agente Especial português Teotónio Pereira. Logo, esta cidade foi um centro privilegiado de informações para Lisboa.

Ofício do consulado português pois foi realizado o centenário da batalha de Oriamendi e houve uma comemoração deste fato por iniciativa da *Junta Carlista de Guerra de Guipúzcoa*. Na cidade de San Sebastian já tinha sido realizado uma manifestação em louvor a Portugal:

*Excelencia Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.EX<sup>a</sup> que por motivo do centenario da batalha de Oriamendi, entre carlistas e liberais, celebraram-se nesta cidade festejos por iniciativa da Junta Carlista de Guerra de Guipuzcoa, e para os quais veio expressamente de Pamplona a “banda del Requeté”. Na passada 2<sup>a</sup> feira, 15 do corrente, esta banda acompanhada das primeiras individualidades tradicionalistas desta região, e de numeroso publico, percorreu as ruas de San Sebastián em manifestações ás autoridades e nações amigas, Alemanha, Italia e Portugal. Ao chegarem enfrente deste Consulado a referida banda tocou o Himno Nacional Português que foi seguido de calorosas manifestações ao nosso paiz, as quais fôram agradecidas em breves palavras pelo signatario, que para tal efeito se tinha assomado á varanda do Consulado, ao mesmo tempo que fazia içar a bandeira nacional.*

*Aproveito este ensejo para igualmente comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o signatario tem sido convidado para todos os actos oficiais que se têm celebrado nesta cidade (e apenas mais os representantes de Alemanha e Italia) como por exemplo, ao juramento da bandeira pelos novos recrutados a que assistiu o general M. Pinto, e a diversas cerimoniaes em honra do Grão Vizir de Marrocos que aqui esteve durante alguns dias, e aos quais assistiu.*<sup>186</sup>

Ofício da Missão Especial de Portugal em Salamanca com notícias do jornal *La Gaceta Regional*<sup>187</sup> onde foi transcrito o discurso de Oliveira Salazar;

*Tenho a honra de remeter a V. Exa. o incluso recorte do mais importante jornal de Salamanca, La Gaceta Regional, de hoje, que reproduz os principaes trechos do discurso pronunciado por V. Exa. na sessão de propaganda nacionalista ultimamente promovido pela Legião Portuguesa. O mesmo discurso foi aqui escutado com entusiasmo através das emissoras de radio por numerosas individualidades, verificando-se assim que de novo se intensifica a atmosfera de*

<sup>185</sup> Foi Cônsul-Geral de Portugal em Madrid.

<sup>186</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de San Sebastian com destino a Lisboa a 26/03/1937. pp.1-2.

<sup>187</sup> *La Gaceta Regional de Salamanca* é um jornal de Salamanca que foi fundado em 1920 e conhecido como *La Gaceta de Salamanca*.

vivo interesse pelas coisas de Portugal creada pela guerra. Julgo pois que seria conveniente que a Emissora Nacional organizasse os seus programas dando mais relevo ao noticiario sobre a guerra de Espanha e radiofundindo através dos respectivos comentarios ou de palestras culturaes doutrina que ajudasse a radicar no espirito dos espanhoes os conceitos que caracterizam as directrizes da politica portuguesa e as nossas relações com este país. O facto do Radio Club Português ter terminado as suas emissões sobre a guerra de Espanha e o interesse secundario que a Emissora Nacional lhe dedicou durante certo tempo, concorreram muito para o ambiente de menos interesse pelas coisas de Portugal que aqui vim encontrar, quando a Alemanha e a Italia teem multiplicado por todas as formas os seus esforços de propaganda.

*Discurso de Oliveira Salazar, ante la Legión Portuguesa. “A Salamanca, capital de una provincia fronteriza, le cumple la misión de avivar el sentimiento de hermandad con la nación vecina, que tan bellamente supo, en los momentos críticos del iniciamiento de esta guerra, ponerse a nuestro lado, prestando una ayuda moral eficacísima. Salamanca no renuncia a esta misión, que considera honrosa y grata en extremo, y pone el mayor ahínco en cumplirla debidamente. He aquí por qué nos complacemos en dar los párrafos más salientes del discurso pronunciado por Oliveira Salazar, durante la sesión de Propaganda Nacionalista organizada por la Junta Central de la Legión Portuguesa. Legionarios: Además de lo mucho o poco —vosotros le daréis el valor— que pueda significar mi presencia entre vosotros, no vine a otra cosa sino a oír gritada, con toda la fuerza de vuestros sanos pulmones y de viril entusiasmo, la palabra que, por encima de cuanto nos pudiese dividir, nos une en las mismas aspiraciones, en la misma victoria: ¡Portugal! No vine a otra cosa, repito; pero porque vine, me veo obligado a decir algunas palabras, muy pocas y con certeza innecesarias para los que no necesitan de estímulos y revelan tal conciencia del deber, que pueden prescindir hasta de las alabanzas. Nosotros no somos una fuerza únicamente destinada a luchar; somos una fuerza destinada a vencer y a mantener intacta la victoria [...] la primera ventaja que tenemos es la lucha, y la primera razón para no temer es que el enemigo —el gran enemigo bajo cuya sombra se agitan algunos aliados de ocasión, siendo conveniente no confundirlos con él— está conocido perfectamente, y nunca sobre este punto tuvimos las ilusiones que acariciaron otros muchos.*

*Nunca nos engañó, al esforzarse por parecer pacifista en Ginebra, condescendiente en Londres, humanitarista en España, prudente en las Cancillerías, civilizado en las cortes europeas. Y porque nunca nos engañó, nada perdimos en los negocios y financiamiento, no fuimos obligados a dar foro de legitimidad a su propaganda oficial, no sufrimos la desaparición de hombres entregados confiadamente a nuestra protección, ni pasamos por el disgusto de ver a diplomáticos pasar [...]”*<sup>188</sup>

<sup>188</sup> AHD-MNE, Oficio da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com um recorte do jornal *La Gaceta Regional* de 16 de Março, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 16/03/1938.

#### 4. Comunicação Social como suporte aos nacionalistas

Oliveira Salazar estruturava e estabelecia os meios de comunicação portugueses para que fossem uteis ao seu Governo autoritário. Deste modo o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) dependia da Presidência do Conselho e depois, de Maio de 1936, também a *Emissora Nacional* e a Direção de Serviços de Censura. O SPN exerceu uma ação direta e de controlo nas rádios, jornais, filmes e documentários portugueses. O cinema popular ambulante, o teatro do povo, os prémios literários, a promoção e patrocínio de folhetos, livros e publicações periódicos foram manipulados e institucionalizados pelo Estado Novo.<sup>189</sup>

No final do mês de Setembro de 1936 o General Cabanellas enviava uma carta, ao ditador português, onde demonstrava o seu agradecimento, e simpatia, pela ajuda portuguesa através da imprensa e estações de radio no conflito espanhol:

*Quero expressá-lo o nosso mais profundo e sincero agradecimento pela atitude espontânea, nobre e generosa, com que esse país, essa imprensa e essas estações de rádio compreenderam e aliviarão com carinho seu apoio, os momentos tão duros que actualmente vivemos e sofremos com a construção de uma nova Espanha.*<sup>190</sup>

#### Imprensa escrita

Nunca um acontecimento havia mobilizado tantos jornalistas portugueses, para o estrangeiro, como a guerra civil de Espanha que se tornaria num dos eventos, da história da comunicação social portuguesa, que mais impacto produziu na opinião pública. Não é de estranhar que a cobertura do conflito espanhol, realizado pelos jornalistas portugueses, foi o mais completo, mesmo, entre os jornalistas estrangeiros. O enfoque do seu trabalho é compreendido de uma forma mais profunda, entre Julho e Dezembro de 1936, mas a cobertura alarga-se até ao final do conflito.<sup>191</sup>

<sup>189</sup> Pena Rodríguez, Alberto, *El Estado novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 1997, pp. 74 e 77.

<sup>190</sup> Ramos Brandão, Pedro, *La Clave: Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, La Aventura de la História, nº 95, septiembre 2006, pp. 26-30.

<sup>191</sup> Pena Rodríguez, Alberto, *A guerra de propaganda de Salazar*, Media & Jornalismo, nº 3, 2003, pp. 9-22.

A imprensa portuguesa debruçou-se em três grandes temáticas onde Portugal possuía interesses;

- O apoio luso à sublevação militar espanhola, nomeadamente entre Julho e Dezembro de 1936, onde a conquista de Badajoz é a protagonista.
- A complicada adesão portuguesa à política do Acordo de Não-Intervenção.
- A participação de Portugal no Comité de Londres.

Em relação à imprensa escrita portuguesa, que se deslocou através dos seus jornalistas para a Andaluzia, houve sempre uma relação de proximidade com os nacionalistas. Os jornalistas portugueses seguiram de perto as movimentações dos nacionais com muitas facilidades. O regime português colocou a imprensa portuguesa ao serviço dos nacionalistas de Franco, como nos explica a historiadora Maria Inácia Rezola:

*Apesar de fraca a circulação da imprensa portuguesa em Espanha, as inflamadas e tendenciosas notícias sobre a evolução da guerra, que enchem as páginas dos jornais portugueses, entre Julho de 1936 e Abril de 1939, têm um duplo alcance. Além de constituírem o principal motor mobilizador da opinião pública portuguesa, elas proporcionam aos “nacionais” um certo grau de credibilidade e de “cobertura externa.”<sup>192</sup>*

Os mais importantes jornais portugueses enviaram vários jornalistas e o seus correspondentes a Espanha. Foram enviados mais de 30 jornalistas e fotógrafos que pertenciam aos mais diversos jornais como *O Século*, *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa*.<sup>193</sup>

Jornalistas enviados pelo *Diário de Notícias* foram; Mário Pires, Mário Rosa, Mário Lyster Franco, Armando Boaventura, Aprígio Mafra, Urbano Rodrigues, Ferreira da Costa, Oldemiro César e José Augusto. Por o *Diário de Lisboa*; Mário Neves, Maurício de Oliveira, Norberto Lopes, Artur Portela, Félix Correia e Rogério Pérez. Enviados especiais às zonas fronteiriças; Augusto de Lima Júnior, Maria de Carvalho, Alves de Azevedo, Raposo Botelho e Ferro Alves. Enviado pelo *O Século*; Amadeu de Freitas e Aturo Ferreira da Costa, Leopoldo Nunes, Tomé Vieira e José Barão.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> Rezola, Mária Inácia, *O Estado Novo e o Apoio à Causa Franquista* in Rosas, Fernando (coord), Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1996, p. 46.

<sup>193</sup> Simões do Paço, António (Editor-coordenador) e Pena Rodrigues, Alberto *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008, p.12.

<sup>194</sup> Pena Rodríguez, Alberto, *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Coimbra, Edições Minerva, 2007, pp. 238-240.

O *Diário da Manhã* tinha como enviados; José M<sup>a</sup> da Costa Júnior e Jorge Simões. Eduardo dos Santos (“Edurisa”) e Emilio Sari com o *Comércio do Porto*. César dos Santos representava o *Jornal de Notícias* e Lopes Vieira *O Primeiro de Janeiro*. Carlos de Ornelas pela *A Voz*, Vieira Pinto pela *A Noite* e Eduardo Freitas da Costa para o semanário *Ação*.<sup>195</sup>

O *Diário de Notícias* enviou para Espanha doze jornalistas e dois fotógrafos, foi o jornal que possuiu mais elementos na Guerra Civil. O Serviço de Imprensa de Luís Bolin estava situado em Sevilha e tinha funções de controlo dos jornalistas estrangeiros na área nacionalista e concedia grandes facilidades às movimentações dos jornalistas portugueses.<sup>196</sup>

Dos poucos jornalistas, que tiveram um papel isento na elaboração das crónicas, podemos destacar Norberto Lopes e Mário Neves do *Diário de Lisboa* e o jornal *República*. Nenhum dos jornalistas destacados para o conflito espanhol se deslocou à zona republicana.<sup>197</sup>

O jornalista Leopoldo Nunes foi um dos exemplos da facilidade de circulação que possuíam os jornalistas portugueses, tendo acompanhado todos os movimentos que existiram em Sevilha antes da chegada de Franco a 6 de Agosto de 1936. Desfrutou, ainda, de contacto privilegiado com Queipo de Lhano. O jornalista Félix Correia movimentou-se, igualmente, bem tendo entrevistado Francisco Franco e Queipo de Lhano em Sevilha.<sup>198</sup>

A primeira entrevista que Francisco Franco dava a órgão de comunicação social foi a Félix Correia, do *Diário de Lisboa*, no dia 8 de Agosto e publicada no dia 10 do mesmo mês. Franco comentou com o jornalista que a integridade de Portugal estava em jogo, neste conflito, daí todo o auxílio de Salazar aos sublevados. Esta entrevista foi considerada como a “primeira mensagem histórica de Franco na opinião mundial” e naturalmente tendo uma fortíssima repercussão mundial e reproduzida no *News of the World*. Ainda antes Félix Correia beneficiou de grande impacto quando entrevistou Queipo de Llano, após ter chegado a Sevilha, no dia 6 de Agosto. O General Varela fora entrevistado por José Augusto a 22 de Agosto.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup> Pena Rodríguez, Alberto, *A Guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, Vigo, Universidade de Vigo, 2003, p. 10.

<sup>196</sup> Pena Rodríguez, *A Guerra de propaganda de Salazar*, p. 17.

<sup>197</sup> Simões do Paço (Editor-coordenador) e Pena Rodrigues, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 203.

<sup>198</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 210.

<sup>199</sup> Pena Rodríguez, *A Guerra de propaganda de Salazar*, p. 17.

A imprensa portuguesa, bem como outra imprensa internacional, apelidavam Francisco Franco como o *Comandante Supremo*, notícia ventilada pelo Quartel-General de Franco logo nas primeiras semanas do conflito.<sup>200</sup>

No dia 26 de Julho de 1936, o Engenheiro Pessoa chegou a Sevilha numa missão jornalística através do jornal *Diário de Lisboa*. No retorno a Portugal, Pessoa complementou a missão jornalística com informações confidenciais, do Cônsul de Sevilha, para o Governo de Lisboa. O próprio Cônsul de Portugal, na capital andaluza, referia, na segunda semana de Agosto, que Franco era considerado *El Jefe Supremo del Ejército Español*.<sup>201</sup>

O jornal *O Século* enviou muito das suas notícias de Campo Maior. Elvas era onde estava sediado o quartel jornalístico, que era improvisado, onde todos os jornalistas dos mais distintos países se agrupavam para noticiar as informações que vinham de Espanha. *O Século* entrou em Badajoz com Jorge Simões do jornal *Diário da Manhã*. No primeiro dia, depois da tomada de Badajoz, entraram os primeiros quatro jornalistas, dois eram portugueses, Mário Pires do *Diário de Notícias* e Mário Neves do *Diário de Lisboa* mais Jean de Gard da *United Press* e Marcel Dany da *Havas*.<sup>202</sup>

### **A conquista de Badajoz observada por Mário Neves**

Após a conquista de Badajoz, pelos nacionalistas, fugiram muitos milicianos para Portugal que foram capturados e entregues aos nacionais, pelo Governo português, ampliando o massacre que estava a decorrer com a morte dos militares e civis de esquerda. O repórter do *Diário de Lisboa*, Mário Neves, relatou o horror dos fuzilamentos de Badajoz, mas muitas das suas notícias foram censuradas pelo executivo luso.<sup>203</sup>

Mário Neves foi o primeiro jornalista português, a entrar em Espanha, e escreveu a sua visão de Badajoz depois de ser conquista pelos nacionalistas. Existia um cenário de horror e de desolação. Comentava a viagem empreendida com os seus colegas estrangeiros Marcel Dany, da *Havas*, e Jacques Berthet, do *Temps* para entrar em território espanhol e o aspeto que possuía Badajoz:

---

<sup>200</sup> Preston, Paul, *Franco, Caudillo de España*, Madrid, DeBolsillo, 2006, p. 200.

<sup>201</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>202</sup> Oliveira, André, *A Política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 118.

<sup>203</sup> Cardona e Fernández Bastarreche, *La Guerra de las Columnas*, p. 59.

*Sou o primeiro jornalista português a entrar em Badajoz, depois da queda da cidade em poder dos revoltosos. Acabo de presenciar um espetáculo de desolação e de pavor que não se apagará tao cedo dos meus olhos. [...] Um silêncio trágico de morte envolvia à distância o casario. Tentámos, então, baldadamente os primeiros esforços para entrar na capital estremenha. [...] Hoje às duas horas da madrugada, com dois jornalistas franceses que aqui se encontram, Marcel Dany, da Havas, e Jacques Berthet, do “Temps”, fiz uma tentativa para forçar a “consigne”. Atravessámos a fronteira, conversámos com os carabineiros do posto espanhol, que procuraram dissuadir-nos do nosso propósito. [...] A cidade está, de facto, tomada, mas nenhum jornalista estrangeiro conseguiu ainda autorização para transpor as suas velhas muralhas. Põem-nos em comunicação com a Comandância Militar, que, ao cabo de muitas solicitações, nos concede a desejada autorização. Eram três horas da manhã. Tínhamos autorização para seguir. [...] À entrada, na Puerta de Palma, os marroquinos estavam de sentinela. Servem-nos de salvo-conduto os falangistas que nos acompanham. Dirigimo-nos imediatamente à Comandância Militar, em cujo largo fronteiro se nota grande movimento. Enervada por alguns dias de sucessivos bombardeamentos, a população saiu para a rua. [...] Veem-se bandeiras brancas em quase todas as janelas. Passam numerosas mulheres vestidas de luto. As ruas apresentam um aspeto desolador, cheias de destroços do bombardeamento. Os camiões das colunas rebeldes impedem o trânsito. Veem carregados de material de guerra e de engenharia, para abrir as trincheiras, construir pontes, reparar estradas. [...] Percorremos a cidade rapidamente. Os estragos causados pelo bombardeamento são importantes. [...] As muralhas estão todas protegidas por sacos de areia, junto aos quais se veem centenas de cápsulas de balas que se dispararam, o que demonstra que a resistência este à altura do ataque, em valentia e em tenacidade. Alguns cadáveres ainda não foram retirados.<sup>204</sup>*

Mário Neves relata cenas de carnificina na conquista de Badajoz. Descreve que houve 2.000 fuzilamentos. Coloca na notícia o subtítulo; *Cenas de horror e de desolação na cidade conquistada pelos revoltosos*. Esta notícia seria na íntegra censurada por Lisboa. As declarações do Tenente-Coronel Yague após a conquista de Badajoz, numa entrevista feita pelo mesmo jornalista ao serviço do *Diário de Lisboa*, realça a importância desta batalha:

*A acção do exército sublevado que ontem se desenvolveu às portas de Badajoz foi a mais importante desde que rebentou a revolução. Perguntámos se havia muitos prisioneiros. Respondeu-nos que sim e informou-nos que se apreenderam 3.000 espingardas, algumas metralhadoras e uma pequena bateria de canhões de infantaria. – E fuzilamento -dissemos nós- Há quem fale em dois mil... O comandante Yague olha para nós, surpreendido com a pergunta, e declara: Não devem ser tantos. Vão ficar aqui muito tempo? – O meu desejo é partir logo que possa para Madrid. – A campanha será longa? Com um sorriso, que fecha as suas breves declarações: – Não. Eles correm muito...<sup>205</sup>*

<sup>204</sup> *Diário de Lisboa*, nº 4937, 15/8/1936, in Oliveira, *A Política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*, p.105.

<sup>205</sup> Simões do Paço (Editor-coordenador), *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, pp. 125, 127 e 129.

Outro artigo jornalístico de Mário Neves que relata as horas de angústia que sofria a população de Badajoz:

*Pois, a respeito de Badajoz, confesso hoje, contrito –mea culpa. Dei nas minhas crônicas anteriores certas informações relativas à iminência do ataque dos revoltosos à cidade estremenha de Além-Caia. E essas novas, em boa verdade, não tiveram até agora a devida atenção. Não há dúvida de que por essas terras da Estremadura espanhola anda certa coluna de sublevados, que tem por objetivos militares: Mérida e Badajoz. [...] E assim fomos logo de manhã cedo, mal apagadas ainda as estrelas do céu, a ponte internacional, à vista de terras e de gentes espanholas. Do lado de lá, as numerosas famílias, fugitivas da cidade inquieta, dormiam a bom dormir. Homens ficam-se a olhar, absortos, do lado de lá, o coração apertado por uma garra de ferro, o semblante afogado em tristeza. Pronto! É quanto basta. O ataque não tarda! O avião anda a ver onde estão colocadas as milícias. Daqui a bocado é que vão ser elas.<sup>206</sup>*

O artigo intitulado *Não mais voltar...*, foi enviado por Mário Neves e referia a matança de Badajoz e nunca foi publicado devido à censura do Estado Novo. Herbert Southworth publicou, esta crônica, pela primeira vez no livro *Le Mythe de la Croisade de Franco* em 1964:

*Vou partir. Quero deixar Badajoz, custe o que custar, o mais depressa possível e com a solene promessa à minha própria consciência de que não mais voltarei aqui. Por muitos anos que me conserve na vida jornalística, jamais se me deparará, por certo, acontecimento tao impressionante como este que me trouxe a terras abrasadoras de Espanha e me conseguiu desafinar por completo os nervos. [...] Antes de abandonar, porém esta cidade, onde a paz não voltará com certeza a reinar tão cedo –digo paz e não sossego– desejo abordar ainda um aspeto deste extraordinário acontecimento. Entrei aqui ontem, às 10 horas da manhã. Os cadáveres que vi não eram os mesmos que hoje encontro, em locais diversos. As autoridades são as primeiras a divulgar, para que se veja como é inflexível a sua justiça, que as execuções são em número muito elevado. Que fazem então dos corpos? Onde poderão enterrá-los em tão curto prazo? Quem disporá de tempo para fazer? Decerto que o comando deste exército que ocupa agora a cidade não deixou de pensar numa solução. [...] É um cemitério simples de província com o clássico muro muito branco e um largo portão de ferro, em que a vigilância dos guardas é hoje bastante apertada. Mas nenhuma porta se fecha agora diante de nós, com este salvo-conduto humano, que providencialmente se nos deparou. Há dez horas que a fogueira arde. Um cheiro horrível penetra-nos pelas narinas, a tal ponto que quase nos revolve o estômago. [...] Ao fundo, num degrau cavado na terra com aproveitamento duma diferença de nível, encontram-se, sobre traves de madeira transversais, semelhantes às que se usam nas linhas férreas, numa extensão talvez de quarenta metros, mais de 300 cadáveres, na sua maioria carbonizados. Alguns corpos, arrumados com precipitação, estão totalmente*

---

<sup>206</sup> *Diário de Notícias*, nº 25.331, 12/8/1936 in Oliveira, *A Política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*, p. 103.

*negros, mas outros há em que os braços ou as pernas intactas, escaparam às labaredas provocadas pela gasolina que derramaram sobre eles.*<sup>207</sup>

### O apoio das rádios portuguesas aos nacionalistas

A partir dos anos 20 surgiram as primeiras estações de rádio portuguesas. No entanto o desenvolvimento das emissoras só aconteceu na década 30 com o nascimento do *Radio Clube Português (RCP)* em 1931, por Jorge Botelho Moniz, no ano de 1935 com o nascimento da estatal *Emissora Nacional (EN)* e no ano de 1936 surge a Rádio Renascença da Igreja Católica. O cenário radiofónico, ainda era parco em 1935, só estavam assinalados 40.409 recetores de rádio em território português.<sup>208</sup>

A guerra civil em Espanha foi o primeiro conflito e acontecimento histórico em que a rádio foi um instrumento de propaganda. As estações, do *RCP* e da *EM*, tiveram um papel importante na transmissão dos acontecimentos em Espanha e de propaganda ao Estado Novo e aos nacionalistas.<sup>209</sup>

Foram várias emissoras, que concederam apoio aos nacionalistas, como o *RCP*, a *EN*, a *Rádio Renascença*, a *Rádio Invicta*, a *Ideal Rádio* e a *Rádio Hertz*. O papel das rádios portuguesas, no conflito espanhol, foi muito marcante. As mesmas facilidades conferidas à imprensa escrita foram mantidas com as rádios. Durante os anos de 1936 e 1937 desenrolou-se a “Guerra de Éter” nas sociedades portuguesa e espanhola. As emissoras portuguesas e espanholas precipitaram uma guerra radiofónica onde, inclusivamente, a polícia política portuguesa acoitava os ouvintes portugueses que sintonizavam as estações favoráveis ao Governo espanhol.

O *RCP* foi claramente a voz com mais força na contenda de Espanha, o indicativo era *CTI GI –RCP – Parede –Lisboa- Portugal*. Devido a esta tomada de posição, a *RCP* sofria um atentado com uma bomba relógio no dia 20 de Janeiro de 1937 com estragos avultados onde a emissão foi retomada em 24 horas. A *Rádio Luso*, tinha apoios da Alemanha, e a *Invicta Rádio*, com comunicações do Comandante Henrique Galvão, eram destinadas a fazer propaganda dos regimes de Salazar e de Franco onde algumas palestras

<sup>207</sup> Idem, p. 106.

<sup>208</sup> Ribeiro, Nelson, *The war of the airwaves in Portugal: foreign propaganda on short and medium waves, 1933-1945*. *Journal of Radio & Audio Media*, nº 17-2, November, 2010, pp. 211-225.

<sup>209</sup> Ribeiro, Nelson, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, Facultad de Ciencias Humanas. Universidade Católica Portuguesa, p. 37.

eram em castelhano. A *Emissora Nacional* possuía uma publicação, a revista *Rádio Semanal*, conferindo destaque à Marisabel e a sua influência, como locutora espanhola, em território ibérico.<sup>210</sup>

O apoio da rádio portuguesa, aos nacionalistas, foi oferecido logo no início da guerra civil. Pensa-se que algumas rádios nacionais fizeram emissões, para transmitir alguns programas em italiano, com a colaboração da sessão de rádio da Delegação de Imprensa e Propaganda italiana em Espanha, através da *Unión Radio de Sevilla*, da *Radio Falange* e da *Radio Requeté*.<sup>211</sup>

Foram retransmitidas pela *RCP* e pela *Emissora Nacional*, as famosas *Charlas* do General Queipo de Llano, na *Rádio Sevilha*, em que a propaganda nacionalista foi feita, muitas vezes, de forma brejeira e insultuosa. Pelos microfones do *RCP* foram feitos análises e comentários em que a manifestação, de agrado aos nacionalistas, estiveram sempre presentes, como demonstraram as entrevistas a Gil-Robles e Queipo de Llano. A *Rádio Renascença* e a *Emissora Nacional* estiveram igualmente ativas, tanto na informação prestada como na propaganda portuguesa em relação ao movimento rebelde.<sup>212</sup>

Informações do Consulado em Barcelona referindo que a impetuosidade que Queipo de Llano impunha, nas suas comunicações radiofónicas, não ajudava os portugueses que viviam no campo republicano:

*Prestaria um grande benefício aos portugueses ainda dispersos por provincias governamentais conseguindo que General Queipo de Llano não mais se referir-se a Portugal pela rádio pois que suscita ódios represálias especialmente terras pequenas onde se conservam coagidos ou forçados pegar em armas para não serem fuzilados por Comité anarquistas.*<sup>213</sup>

O Cônsul em Sevilha enumera a cumplicidade que existe entre a *Radio- Sevilha* e Portugal:

*A estação Radio- Sevilha abre determinados programas da suas emissões com o hino nacional português os altifalantes públicos repetem diariamente músicas portuguesas; os serviços da central telefónica, vedados ao público, são facultados livremente desde que se trate de portugueses e a pedido do Cônsul de*

<sup>210</sup> Guimarães Silva, Jorge, *A Rádio portuguesa e a Guerra Civil em Espanha* [http://telefonica.no.sapo.pt/war.htm], 12 de Julho de 2003.

<sup>211</sup> Pizarroso Quintero, Alejandro, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1990, p. 364.

<sup>212</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 205.

<sup>213</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado Português em Barcelona em 6 de Outubro de 1936.

*Portugal, o mesmo sucedendo com a expedição de telegramas, sujeitos a censura para todos os expedidores espanhóis e estrangeiros, excepto para as expedições deste Consulado.*<sup>214</sup>

As rádios portuguesas foram de bastante utilidade à propagação, de informação, e dos ideários de propaganda dos nacionalistas pois grande parte das rádios estavam em território republicano. A *Unión Radio Sevilla* com ajuda das emissões com origem em Portugal, Itália e Alemanha eram os únicos pontos de apoio radiofónicos até à criação da *Radio Nacional de España* no ano de 1937. As rádios portuguesas devido à proximidade geográfica, com Espanha, assumiam um papel relevante pois as suas emissões podiam infiltraram-se nas linhas inimigas e constituir uma quinta coluna.<sup>215</sup> Havia um serviço noticioso em língua espanhola, na rádio portuguesa, para orientar e alertar os nacionalistas sobre os movimentos dos homens republicanos fazendo em simultâneo contrainformação às notícias da *Radio Madrid, Radio Barcelona e Radio Valência*.<sup>216</sup>

Na batalha de Madrid a rádio portuguesa relatava a eventual entrada grandiosa de Francisco Franco, na capital espanhola, em cima dum cavalo branco.<sup>217</sup>

A utilidade das transmissões radiofónicas portuguesas e dos jornais portugueses, para informar a população do que se passava no teatro de guerra, era do agrado da população afeta às direitas. Existem várias correspondências que ilustram essa satisfação, por parte do lado rebelde, por terem acesso às notícias e informações:

*Tenho a subida honra de informar Vossa Excelência que a ordem pública nesta capital e na sua província, assim como respeitante ao trabalho, está absolutamente normalizada, lavrando uma enorme indignação, entre a população civil, ao ter-se conhecimento pelo rádio e pelos jornais e emissoras portuguesas das barbaridades praticadas pelos marxistas no sul de Espanha e aqui, nas Astúrias, onde os mineiros tem sido derrotados em toda a linha, poucas baixas causando aos nacionalistas.*<sup>218</sup>

A partir de Janeiro de 1937 constituiu-se em Salamanca, por intermédio da Junta Técnica do Estado, a *Radio Nacional de España* com a ajuda de portugueses, italianos e alemães.

<sup>214</sup> AHD-MNE, Ofício, Confidencial, do Consulado de Portugal em Sevilha com destino a Lisboa, 17 de Agosto de 1936, pp. 1-3.

<sup>215</sup> Tadeu, Tiago, *O Rádio Clube Português na imprensa espanhola (1936-1939)*, Trabalho para o seminário Comunicação e Educação, Doutoramento em Estudos Contemporâneos do CEIS20, 2014. p.8.

<sup>216</sup> Abreu, Filomena Maria, *A rádio portuguesa e a Guerra Civil de Espanha*, Revista História, nº11/12, Lisboa 1995, p. 47.

<sup>217</sup> Beevor, Antony, *A Guerra Civil de Espanha*, Editora Livros do Brasil, Lisboa, 1989, p.181.

<sup>218</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Orense com destino a Lisboa, 19 de Agosto de 1936, pp. 1-2.

Um dos exemplos da boa relação da *Radio Nacional de España*, com o Embaixador e com o Governo português, foi a comunicação de Pedro Teotónio Pereira que ressalta o papel da *Radio Nacional de España* na transmissão do comentário relativo à assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão entre Portugal e Espanha no dia 19 de Março de 1939. A importância da *Radio Nacional de España* de acompanhar e divulgar o as relações diplomáticas entre os dois países ibéricos:

*Tenho a honra de enviar juntamente a V. Ex.<sup>a</sup> o texto do comentário radiofundido na noite de 19 de Março findo, por Radio Nacional de Espanha, a proposito da assinatura do tratado de amizade e não-agressão entre Portugal e Espanha.*

*Un tratado de amistad y no agresión, ha sido firmado entre Portugal y España. Y, lo mismo la opinión de la Nación hermana y vecina, que la opinión española-ligada en estas horas a Portugal por tantos lazos de agradecimiento-, han acogido el hecho con una alegría claramente reflejada.*<sup>219</sup>

Havia em 1938 um claro decréscimo de investimento das rádios portuguesas em favor de Franco. Teotónio Pereira emite considerações sobre a possibilidade da *Emissora Nacional* organizar os seus programas no sentido de dar mais relevância às notícias vindas de Espanha já que o *RCP* já não emitia. Existe a preocupação por parte do diplomata português do crescente peso dos alemães e italianos em matéria de propaganda. Neste ofício é ainda relatado que o jornal *La Gaceta Regional* transcreve os principais pontos do discurso de Salazar:

*Tenho a honra de remeter a V. Exa. o incluso recorte do mais importante jornal de Salamanca, “La Gaceta Regional”, de hoje, que reproduz os principaes trechos do discurso pronunciado por V.Exa. na sessão de propaganda nacionalista ultimamente promovido pela Legião Portuguesa. O mesmo discurso foi aqui escutado com entusiasmo através das emissoras de radio por numerosas individualidades, verificando-se assim que de novo se intensifica a atmosfera de vivo interesse pelas coisas de Portugal creada pela guerra..*

*Julgo pois que seria conveniente que a Emissora Nacional organizasse os seus programas dando mais relevo ao noticiario sobre a guerra de Espanha e radiofundindo através dos respectivos comentarios ou de palestras culturaes doutrina que ajudasse a radicar no espirito dos espanhoes os conceitos que caracterizam as directrizes da politica portuguesa e as nossas relações com este país.*

*O facto do Radio Club Português ter terminado as suas emissões sobre a guerra de Espanha e o interesse secundario que a Emissora Nacional lhe dedicou durante certo tempo, concorreram muito para o ambiente de menos interesse pelas*

---

<sup>219</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com texto do comentário radiodifundido na noite de 19 de Março pela *Rádio Nacional de Espanha*, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 05/04/1939.

*coisas de Portugal que aqui vim encontrar, quando a Alemanha e a Italia teem multiplicado por todas as formas os seus esforços de propaganda.* <sup>220</sup>

O *RCP* era a maior estação privada em Portugal e as conexões do seu fundador, o Capitão Jorge Botelho Moniz, com o Estado Novo eram significativas. Com o início da guerra civil espanhola o *RCP* aumentou a potência para alcançar uma maior cobertura na Península Ibérica. O papel do *RCP* e da *Radio Sevilla*, nos primeiros meses do conflito, foi de bastante importância e de bastante participação como o mais importante, meio de propaganda, ao serviço da Falange e dos nacionalistas.

O Embaixador republicano Claudio Sánchez-Albornoz queixava-se do comportamento que as emissões, do *RCP*, causavam, pois, estavam manifestamente a favor dos rebeldes;

*Hubo una ocasión en que durante 36 horas, sin interrupción alguna, estuvo funcionando esta emisora empleando siempre el mismo tono soez e injurioso, no sólo para el Gobierno de Madrid, sino para todos los portugueses que desearan el triunfo del mismo, a los cuales amenazaba / amenaza diariamente con delatar públicamente, para que la Policía Incrementase la ya gran cantidad de detenciones y deportaciones de ciudadanos portugueses que en un café y ante un tablón de anuncios, lleno de fantásticas noticias, expresaban sus dudas acerca de la verdad de tales informaciones.* <sup>221</sup>

O *RCP* através do seu fundador e da locutora espanhola Marisabel de la Torre de Colomina lançavam comentários agressivos contra os republicanos. Havia campanhas incrementadas pela *RCP*, em território português, para angariar fundos em dinheiro e géneros e eram enviadas aos *pueblos* espanhóis em centenas de camiões. Houve auxílio técnico para reparar emissoras danificadas que estavam em território nacionalista. <sup>222</sup>

O *RCP* acompanhou o trânsito das colunas militares nacionalistas da Andaluzia para Madrid, tendo as emissões radiofónicas ajudado os sublevados a situarem geograficamente as colunas. Estas informações foram uma ajuda, fundamental, para o exército do General Mola. As notícias vindas de Sevilha eram dirigidas para a sede da *RCP* através de estafetas de automóvel, no sentido da *RCP* as utilizar nos seus noticiários. <sup>223</sup> Igualmente importante foi o papel da *RCP* no cerco de Toledo, ao interceptar

<sup>220</sup> AHD-MNE, Ofício da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com um recorte do jornal *La Gaceta Regional* de 16 de Março, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 16/03/1938.

<sup>221</sup> Ribeiro, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, p. 43.

<sup>222</sup> Simões do Paço (Editor-coordenador) e Pena, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, pp. 203-204.

<sup>223</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 204.

uma mensagem dos republicanos, na rádio, e alertando o General Varela para quebrar o cerco republicano ao *Alcazar* ajudando José Moscardó.<sup>224</sup>

A comunidade nacionalista em Portugal foi assídua nos estúdios da *RCP* bem como os membros da Junta de Burgos em Lisboa como Gil-Robles, Conde de Peñacastillo, Mariano Amoedo, Suárez Infiesta, Marqués de Quintanar e Márquez de Contadero.

Os discursos do fundador do *RCP*, Botelho Moniz, realizados na mesma estação podem ter o mesmo papel que os discursos de Queipo de Llano na *Radio Sevilla*. Eram alocações preenchidas com ações de propaganda onde se incluíam elementos comuns entre Portugal e os nacionalistas como a religião, a raça e dissertações contras os “vermelhos”.<sup>225</sup>

O apogeu do *RCP* na guerra civil espanhola aconteceu em Janeiro de 1937 com o atentado que aconteceu nas suas instalações e que o *RCP* deu um cariz de vitória militar. O *RCP* começa a perder protagonismo por, fundamentalmente, dois fatores; O Governo de Salazar, devido à pressão internacional, teve uma posição mais discreta no conflito espanhol; Surgimento de rádios nacionalista com destaque da *Radio Nacional de Espanha*.<sup>226</sup>

Ao longo das seguintes correspondências diplomáticas constatasse que as autoridades nacionalistas e a população, com simpatias ao regime de Franco, seguiam reconhecendo o papel que as estações de rádios lusas possuíam. Eram informações que tinham origem em várias regiões de Espanha e abordavam as movimentações no teatro de guerra e informação de variada índole.

O *RCP* era considerado o maior foco de informação e por esse aspeto o destino de inúmeras manifestações de simpatia e de regozijo. Bastantes vezes as informações vinculadas pelo *RCP* eram reproduzidas na imprensa espanhola bem como os discursos que os líderes políticos portugueses tinham realizado em rádios portuguesas. O Cônsul Vasco Manuel Sousa Pereira remete a informação de Badajoz, ainda em poder dos republicanos, da utilidade das emissões do *RCP* para com os nacionalistas e as mesmas eram rejeitadas pelos republicanos:

---

<sup>224</sup> Abreu, Filomena Maria, *A rádio portuguesa e a Guerra Civil de Espanha*, Revista História, nº 11/12, 1995, p. 47.

<sup>225</sup> García López, Olimpia, *Del Estado Novo al Nuevo Estado*, p. 121.

<sup>226</sup> Tadeu, Tiago, *O Rádio Clube Português na imprensa espanhola (1936-1939)*, Trabalho para o seminário Comunicação e Educação, Doutoramento em Estudos Contemporâneos do CEIS20, 2014. p. 15.

*Continuam os registos domiciliários e as prisões de conhecidos elementos direitistas, pelo simples prazer de enxovalhar essas pessoas, já que outra coisa não tem sido tolerada até agora, pelos chefes marxistas, a essa horda de bárbaros. Continua a efervescência contra Portugal por causa da utilíssima campanha que vem fazendo o Rádio Club Português*<sup>227</sup>

O papel do RCP de informar e relatar o que acontecia na frente e na retaguarda da guerra era um dos pilares da estratégia salazarista perante a guerra civil. No momento em que as forças nacionalistas necessitavam de apoios radiofónicos surgia o RCP, em certos, momentos como a única base radiofónica em prol dos nacionalistas. Na Galiza houve um reconhecimento do papel do RCP e os cônsules portugueses foram testemunhos desse agradecimento.

No mês de Agosto de 1936, o jornal *El Faro de Vigo* publicava uma comunicação de apoio, ao papel do RCP e do Capitão Jorge Botelho Moniz, aos nacionalistas:

*De entre todas estas emisoras se destaca la Radio Club Portugués, donde un glorioso capitán jubilado del Ejército portugués pasa diariamente horas y horas, de día y de noche, diciendo a Portugal, a España y al mundo cómo se baten los españoles, cómo marchan los acontecimientos, cómo evoluciona el ejército nacional, recuperando y pacificando España y cómo se pronuncian todas las naciones ante el acontecimiento. Este admirable y glorioso militar lusitano ante el micrófono de Lisboa ha entregado el cerebro, el corazón y el alma a describir al mundo como se baten los españoles por la causa de la civilización y de la cultura y de la Península Ibérica, ofreciendo a través de la radio su vida al servicio de la humanidad. No duerme ni descansa ese ilustre militar para llevar a los radiooyentes todas las noticias de esta cruzada, así como para hacer sus sensatos comentarios a una guerra ordenada para aplacar la barbarie que se desencadenó en el suelo español.*

*Todas las horas oís el “speaker” de la Radio Club Portugués. Él os dice cómo avanza vuestro ejército. Él os habla de nuestra maravillosa táctica. [...] Emisoras de Portugal: Estáis prestando un gran servicio a España. Estáis dando a conocer cómo vibra el alma lusitana ante el gesto de los nacionalistas que habitaron nuestra patria.*<sup>228</sup>

Informações do Consulado da Corunha que demonstra a gratidão que a população, da cidade da Corunha, possuía com o Capitão Botelho Moniz e ao RCP:

*O Governador Civil da Província autorizou uma subscrição, anunciada pela estação de radio da Corunha, para prestar uma homenagem ao “speaker” da radio clube português, capitão Botelho Moniz, manifestando assim o povo corunhês a sua gratidão pelo apreciável auxílio moral eu aquele senhor tem prestado ao*

<sup>227</sup> AHD-MNE, Ofício, confidencial, enviado pelo Cônsul de Badajoz com destino ao MNE em 1 de Agosto de 1936.

<sup>228</sup> *Rádio-Semanal*, 5/09/1936, p. 5, citando a *Faro de Vigo*, 14/08/1936, in Ribeiro, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, p. 48.

*movimento militar de Espanha. A oferta individual, única, é limitada a cinco pesetas.*<sup>229</sup>

Ofício enviado pelo Cônsul da Corunha de uma manifestação de simpatia, dum responsável nacionalista, pelo trabalho que o *RCP* realizava em favor dos nacionalistas:

*O Senhor José M. Pemán fez um alusão a Portugal quando afirmou que as poucas tropas e o reduzido numero de companheiros de Franco, nas horas angustiosas de desolação e de quasi abandono de começo da reacção espanhola, sentiram o primeiro alento, o primeiro encorajamento e o primeiro sintoma de solidariedade, quando Portugal, pela voz do “querido Radio-Club Portuguê” veio apoiar o punhado de bravos que lançaram o repto ao inimigo, na intenção de salvar a Espanha e a Europa.*<sup>230</sup>

O jornalista Leopoldo do *O Século* revelava a importância que o *RCP* possuía na zona nacionalista como fonte de motivação e de inspiração;

*Ninguém previu, tenho certeza, a enorme e decisiva importância do rádio na revolução nacionalista. Nos intervalos dos discos, das conferências literárias ou científicas, dos concertos de música erudita, do noticiário expressando e concentrando, quem poderia prever que uma luta assustadora e imperativa entre a mentira e a verdade seria possível? Quem diria, então, que, pelo T.S.R, o mundo e os espanhóis em casa, eles seriam enganados ou iluminados? Como supor que a notícia do posto da Rádio Clube Português, guardada a esperança de socorro, salvaria o reduto de Toledo e seus heróicos defensores? Alguém acreditou que o General Queipo de Llano, com as suas “conversas” na Rádio Sevilla, pudesse manter, em todos os momentos, fé e entusiasmo nas várias partes de Espanha onde havia nacionais quase desanimados; E que ainda penetraria, com seus esclarecimentos sobre o avanço da Revolução Nacional, nos mesmos círculos marxistas? [...] quando as rádios ao serviço de Madrid deram a notícia de falsas vitórias, as rádios sevilhanas e portuguesas estavam lá para dar ânimo e coragem a quem pudesse vacilar; para esclarecer e refutar as mentiras marxistas; para garantir a vitória final. [...] dirigi mais de duzentas cidades, grandes e pequenas; Estive em lugares perdidos nas montanhas e planícies à beira das estradas. Tudo comovido, [...] com uma expressão de sinceridade que era orgulho para portugueses bem treinados, amigos da pátria: Rádio Clube Português! O que te devemos.*<sup>231</sup>

A *Emissora Nacional* assumiu o papel de porta-voz do regime salazarista e foi administrada por Henrique Galvão. A *EN* obteve um aumento substancial de potência de emissão. Se em 1936 possuía 5 Kw já no final da guerra civil, em 1939, obtinha 20 Kw o

<sup>229</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul da Corunha com destino ao MNE em 12 de Setembro de 1936.

<sup>230</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal na Santa Sé em Roma com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 30/05/1938.

<sup>231</sup> *Rádio-Semanal*, 28/11/1936, pp. 8-9 e 16 in Ribeiro, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, p. 47.

que lhe facultava capacidade de realizar transmissões, transatlânticas, de bastante qualidade.<sup>232</sup>

No dia 22 de Maio de 1939 os ouvintes portugueses escutavam, na Assembleia Nacional, através da *EN* o Presidente do Conselho Oliveira Salazar declarar simpatia pelas forças de Franco e o esforço do Governo português:

*Em todos os domínios onde a nossa ação foi livre, ajudamos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã no que pudemos, diretamente ameaçados por doutrinas e regimes que só aqueles que buscam o desapontamento esperam converter ou tornar inofensivos. [...] Sem cansaço, sem desânimo, sem cálculo, desde a primeira hora fomos o que deveríamos ter sido amigos fiéis da Espanha, no fundo da península. Perdemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhamos sofrimentos; E não temos nada a pedir ou contas a apresentar, nós ganhamos é tudo.*<sup>233</sup>

General Franco realizava no espaço de programação da *EN* um discurso que salientava a função de Portugal na guerra civil de Espanha:

*Aun en este caso, desde que en junio de 1936 comenzó la guerra civil, hasta que antesdeayer, con la entrada del ejército nacional en Madrid, la tragedia llega a su fin. Las dos naciones podrán parecer, a ojos superficiales, dos compartimentos estancos: allí, el fuego y la sangre; aquí, la paz y el orden [...] La Historia revelará [...] qué papel importantísimo, aunque discreto, cupo a Portugal, en la restitución de la noble España a sí misma: mas es ya bien visible, por la forma entusiástica en que el generalísimo Franco acaba de ser aclamado en tantas ciudades portuguesas, que en su victoria también hemos y queremos tener parte.*<sup>234</sup>

A *EN* anunciava nos seus microfones, conteúdos políticos, alertava, *A Espanha pretende construir a Federação Ibérica das Repúblicas Socialistas*,<sup>235</sup> obviamente era uma grande preocupação para o Governo de Salazar.

No entanto, a *EN* teve uma postura de maior neutralidade do que respeita à emissão, de informação, encarnando, no essencial, o papel de defesa das ideias de Salazar e da ideologia anticomunista.<sup>236</sup> Como estação oficial a *EN* acabou por ter uma presença mais discreta no apoio dos rebeldes muito pela pressão inglesa que manifestava que Portugal deveria ter um papel de neutralidade.

<sup>232</sup> Pena Rodríguez, *El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*, p. 73.

<sup>233</sup> Ribeiro, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, p. 55.

<sup>234</sup> Rádio Nacional, 29/01/1939, in Ribeiro, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, p. 55.

<sup>235</sup> Dacosta, *Máscaras de Salazar*, p. 54.

<sup>236</sup> Ribeiro, *La radio portuguesa en la Guerra Civil española*, p. 48.

## Cinema

O desempenho da indústria de cinema em Portugal não possuiu o destaque de outros países como a Itália, França, Inglaterra, Alemanha, União Soviética ou naturalmente os Estados Unidos. No entanto, houve um esforço da indústria cinematográfica portuguesa de manter a vertente de propaganda nos seus filmes e documentários.

O cinema foi um dos meios, de propaganda, para manifestar o compromisso de Portugal com a Espanha sublevada. O Governo português utilizou o cinema popular ambulante, do SPN, aliado a produções próprias para fazer propaganda anticomunista e antirrepublicana pelas aldeias e vilas junto à fronteira portuguesa no intuito dos portugueses não serem levados pelas ideias esquerdistas. Houve vários filmes e documentários de propaganda em prol da Espanha, de Franco, podem referenciar-se, a longa-metragem de Aníbal Contreiras; *A Caminho de Madrid* e a *A Revolução de Maio* de 1937. *Homenaje a Portugal* foi uma produção franquista com a colaboração do executivo salazarista. A união de esforços entre a Cifesa e a *Lisboa Filme* proporcionou que a partir do ano, de 1937, pudesse-se visionar, no lado franquista, filmes sem serem do cinema alemão e italiano.<sup>237</sup>

*A Caminho de Madrid* de 1936, o único filme sobre a guerra civil de Espanha realizado por Portugal, obteve alguma divulgação e foi projetado, dentro de uma perspectiva de propaganda franquista, em vários países europeus e da América. O filme *A Revolução de Maio* de 1937 possui um cariz propaganda anticomunista com relação ao conflito espanhol.<sup>238</sup>

Existiu uma cumplicidade do Governo português e o de Franco no sentido de criar uma produção conjunta de documentais de propaganda. O caso da produtora lusa *Lisboa Film* foi importante nesse trabalho vinculado com o Governo de Burgos. Inúmeras produções nacionalistas como *Reconstruyendo España*, de 1937, ou *Ciudades para la nueva España*, de 1938, e várias outras curtas metragens foram montadas nos laboratórios da maior produtora lusa da atualidade a *Lisboa Film*.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> Simões do Paço (ed.-coord.) e Pena, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 205.

<sup>238</sup> Pena Rodríguez, Alberto, *La Guerra en el Contexto Lusófono: Portugal y Brasil*, *Studia Historica, Historia Contemporánea*, nº 32, 2014, pp. 401- 409.

<sup>239</sup> Idem, *ibidem*.

## 5. Desconfiança de Portugal em relação aos nacionalistas.

### O “perigo espanhol”

Segundo Hipólito de la Torre, em Portugal o “perigo espanhol” sempre foi considerado e baseado em argumentos e indícios ponderados e outros mais desproporcionados. O sentimento do “perigo espanhol” era consequência de um sentimento antiespanhol, que de certa forma formava e dava vida ao nacionalismo lusitano, sobre a ameaça de *umas histórias e inapagadas aspirações iberistas*. Depois da revolução de 5 de Outubro de 1910, com o nascimento da I República portuguesa, o “perigo espanhol” provinha da Espanha “una” ou da Espanha “reacionária”. O sentimento que o Governo português sentia, da Espanha “reacionária,” foi de transportar sinais *antidemocráticos, agressivos e imperialistas*.<sup>240</sup> No entanto, a partir de 1919 e da implantação da ditadura de Miguel Primo de Rivera, em 1923, que curiosamente possuía uma grande dose da chamada Espanha “reacionária” e unitária, foi visível um comportamento de correção, de parte de Primo de Rivera, com vida política interna de Portugal e das suas instituições havendo um relacionamento de amizade peninsular.<sup>241</sup>

Em 1924, Primo Rivera afirmava a sua boa relação com Portugal:

*Sou partidário de uma política fraternal. É bom, porém esclarecer este ponto. Eu sou um grande amigo de Portugal, mas um inimigo, muito sincero do iberismo. Irmãos, sim, mas vivendo em casas diferentes [...] Nem desejo saber como Portugal se governa. Espanha não tem que se meter onde não é chamada.*<sup>242</sup>

Durante o século XX, e até hoje, houve sempre da parte de Portugal em relação a Espanha uma atitude muito peculiar de desconfiança, incomunicação, ódio, mas também de amor, convergência e amizade. Existiram vidas paralelas e desencontradas desenrolando na diplomacia, política, economia e no âmbito cultural português a perspectiva que o olhar negativo suplantasse o positivo onde o “perigo espanhol” passava a ser um ingrediente do nacionalismo português. Na edificação da nação portuguesa Espanha representava o papel do “outro” como rival e ameaça sentimental, real e com

<sup>240</sup> Torre Gómez, *Do Perigo Espanhol à amizade Peninsular*, p. 134.

<sup>241</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>242</sup> Idem, p. 114.

estereótipos ficando Portugal de “costas voltadas” e a demonização de Espanha.<sup>243</sup>

Nas palavras de António Telo, na evolução da política de defesa, entre 1930 e 1948, existiram duas vertentes que marcaram a estratégia da política de defesa portuguesa; um ângulo foi uma política de defesa com contorno atlânticos e a outra fazia face ao “perigo espanhol”. Relativamente à “ameaça” de Espanha podemos concluir que foi uma ideia persistente, de 1930 a 1948, e que foi encarnada em diferentes formas; temor de uma evasão; medo de um apoio à oposição; receio de um ataque que passe pela Espanha; temor de um envolvimento no conflito espanhol; vontade de intervir na política interna espanhola.<sup>244</sup>

O que condiciona a política de defesa, nesta época, é a possibilidade que a Espanha seja hostil ao Governo português vigente, leia-se Estado Novo, e influenciar a oposição portuguesa ou que organize um ataque ao Governo luso para o destabilizar. Ou seja, a posição portuguesa face ao “perigo espanhol” foi um mecanismo de defesa do Governo.<sup>245</sup>

O “perigo espanhol” sempre foi latente na classe política portuguesa. A desconfiança em relação a Espanha sempre existiu ao longo da história. No período da guerra civil espanhola, também, houve esse sentimento exposto de uma forma direta ou indireta. Na correspondência diplomática desenvolvida ou em notícias e artigos em jornais essas orientações eram comentadas, analisados e argumentados. Qualquer indício de uma aproximação política, económica ou cultural mais concreta de Espanha para Portugal eram vistos de uma forma desconfiada.

### **O nascimento e crescimento do fascismo espanhol**

Nos anos de 1931 e 1932 não havia, em Espanha, uma dinâmica fascista, havendo somente uma pequena representação em grupos juvenis, com pouco ou nenhum impacto, na vida política espanhola. No entanto, o aparecimento de Ramiro Ledesma fez que se agregasse a teoria fascista com a uma dinâmica política. No dia 14 de Março de 1931, Ramiro Ledesma começou o seu percurso político com o surgimento do jornal *La*

---

<sup>243</sup> Sardica, *A sombra do “outro”: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófono*, p. 127

<sup>244</sup> Telo, António José, *Portugal e a Nato, o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p. 192

<sup>245</sup> Idem, *Ibidem*.

*Conquista do Estado* onde incluía o pensamento fascista que pertencia ao italiano Curzio Malaparte.<sup>246</sup>

Segundo González Calleja, o impulso necessário para compreender as origens e o começo do fascismo espanhol foi dado, a Ramiro Ledesma, pela elite financeira vasca uns verdadeiros mecenas de experimentos intelectuais. O fim deste financiamento foi a utilização da retórica e os pensamentos explosivos de Ledesma, no sentido de destabilizar a coesão das forças antimonárquicas.<sup>247</sup>

No dia 9 de Agosto de 1931 Onésimo Redondo criava em Valhadolide um movimento político, de influência regional e autónomo dos católicos agrários, cujo nome foi *Juntas Castellanas de Actuación Hispánica* (JCAH). O projeto político, das JCAH, envolvia um desígnio imperialista para Espanha de índole racista, rural, económico e religioso.<sup>248</sup>

As Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) foram fundadas, no dia 10 de Outubro de 1931, pela fusão realizada do grupo extremistas de direita, de Ramiro Ledesma Ramos, com as JCAH de Onésimo Redondo.

Nas palavras de González Calleja, o acordo que forjou as JONS teve um patrocinador ativo, a oligarquia financeira vasca, e um objetivo político concreto para Onésimo Redondo e Ramiro Ladesma:

*No dia 10 de Outubro de 1931, depois de uma serie de reuniões celebradas em Madrid no verão anterior, debaixo dos auspícios do grupo de financeiros vascos, chegou-se a um acordo de fusão entre os grupos de Ledesma e Redondo. A convergência ficava justificada pela complementaridade de interesses; Onésimo desejava alargar o alcance da sua ideologia hispânica fora do feudo castelhano, e Ledesma aspirava manter a ajuda económica e tentar levar avante o projeto do “Bloque Social Campesino”. A convergência até ao fascismo havia se realizado por duas vias muito diferentes: a do ruralismo clerical e reaccionário e a do sindicalismo nacional-revolucionário, ambas coincidentes na identidade antimarxista e patriótica, no apelar à juventude no querer do poder criador da violência, na transcendência do Estado corporativo e na extração social da parte da sua militância: a juventude pequena burguesa universitária.*<sup>249</sup>

A origem do centro político do fascismo espanhol teve com José António Primo de Rivera o seu maior interlocutor. Primo de Rivera pertenceu à *Unión Monárquica Nacional* em 1930.

---

<sup>246</sup> González Calleja, *Contrarrevolucionarios*, pp. 138-139.

<sup>247</sup> Idem, p. 140.

<sup>248</sup> Idem, p. 147.

<sup>249</sup> Idem, p. 150.

Em Julho de 1933 Primo Rivera criou um movimento político, o *Movimiento Español Sindicalista-Fascismo Español* (MES-FE), onde faziam parte Alfonso García Valdecasas, Rafael Sánchez Mazas, Raimundo Fernández-Cuesta, Marquês de la Eliseda, Julio Ruiz de Alda e Emilio Rodríguez Tarduchy. A financiamento foi realizada por afonsinos, no pacto do El Escorial, em Agosto de 1933 e a direção do MES-FE estava sustentada por aristocratas. No entanto, no dia 2 de Novembro de 1933 a MES-FE passa a *Falange Española* (FE).<sup>250</sup> As JONS de Ramiro Ledesma Ramos, fundada em 1931, e a FE de José Antonio Primo de Rivera, nascida em 1933, foram fundidas no ano de 1934 na *Falange Española* (FE) de las JONS.<sup>251</sup>

Nas eleições de Novembro de 1933 os movimentos antirrepublicanos conservadores tomam a dianteira com a *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA) que ganham as eleições e a partir desta plataforma existiu uma organização que experimentou uma radicalização política, que foi a FE, com um projeto nacional, político, moderno e de rutura.<sup>252</sup>

No final do ano de 1934 as ideias fascistas começaram a possuir mais determinação pois começava a existir uma importante polarização política e ideológica em Espanha. Segundo Thomás, entre 1933 e 1936 José Antonio Primo de Rivera extremou o seu pensamento no sentido anti conservador e teve como consequências uma oposição, com as forças de direita, enquanto lutava com a esquerda o seu principal oponente. Dispôs contra a República, mas como não possuía suficientes forças juntou-se ao Exército no golpe de 17 de Julho de 1936.<sup>253</sup>

Ou seja, os resultados obtidos por os falangistas, nas eleições de 16 de Fevereiro de 1936, foram desastrosos com somente 46.466 votos um 0,4% do total.<sup>254</sup>

Numa perspetiva comparada, o fascismo era distinto em Espanha por três características: 1) o seu fervor católico (somente a Guarda de Ferro da Roménia e a Lapua da Finlândia, entre movimentos geralmente considerados fascistas, eram igualmente religiosos); 2) origem da classe alta e excelente educação do líder, principal, Primo de Rivera (só Sir Oswald Mosley, da União Britânica de Fascistas, possuía estas

<sup>250</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, pp. 589-590.

<sup>251</sup> Paxton, Robert O., *Franco's Spain in comparative perspective*, in Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975), Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.), Zaragoza, Institución "Fernando el Católico" (CSIC), Diputación de Zaragoza, 2013, p. 15.

<sup>252</sup> Lima, Gabriela Grecco, *Falange Española: De la corte literaria de José Antonio al protagonismo del nacionalcatolicismo*, História e Cultura, vol 5, nº 3, 2016, pp. 101-102.

<sup>253</sup> Thomás, Joan Maria, *José Antonio Primo de Rivera y el Frente Popular*, Historia y Política, nº 41, 2019, pp. 172-173.

<sup>254</sup> Idem, p. 158.

características; 3) na sua fase inicial o fascismo permaneceu frágil em Espanha, pois a corrente do conservadorismo católico preenchia a maior parte do espaço disponível e o nacionalismo se enfocava aos nacionalismos periféricos. O fascismo espanhol destacou-se pelas suas críticas ao capitalismo de mercado. Assim, o *FE de las JONS* recebeu uma muito pequena parte dos votos nas eleições de Fevereiro de 1936.<sup>255</sup>

No decorrer do ano de 1936 houve um grande incremento de falangistas. Manuel Hedilla comentava que em finais de 1936 “*Chefiava uma força de vanguarda de 80.000 voluntários, enquadrada pelas bandeiras de FE de las JONS, com farda própria, intendentos e serviços [...] Havia também uma segunda Linha, com mais de 100.000 homens armados.*”<sup>256</sup>

A milícia falangista apoiou a vitória de Franco, no entanto foi menos importante do que os carlistas requetés. O fascismo espanhol não era de forma alguma indispensável para o sucesso dos nacionalistas liderados por Franco. Francisco Franco conquistou o poder quase sozinho. A FE tinha pouca influência sobre Franco no ano de 1939. Franco não tinha relações amigáveis com José António e prendeu o seu sucessor Manuel Hedilla.<sup>257</sup>

Em comparação, ao partido nazista e fascista italiano, estes partidos foram indispensáveis para o sucesso de Adolfo Hitler e Benito Mussolini. Francisco Franco possuía uma impressão favorável dos regimes nazista e fascista e reproduzia algumas de suas instituições, no entanto ele era mais pragmático e oportunista do que ideológico.<sup>258</sup>

A Falange ficava sem liderança quando José Antonio Primo de Rivera foi fuzilado em Alicante, em Novembro de 1936, Onésimo Redondo já não pertencia à Falange bem como Ramiro Ledesma. Logo, os líderes políticos e ideológicos naturais, haviam desaparecido, aparecendo agora líderes locais. No dia 2 de Setembro de 1936 foi constituído uma Junta Provisional com um responsável transitório que foi Manuel Hedilla. Esta chefia passageira não solucionou os problemas existentes pois se agruparam os falangistas à volta de Hedilla e por outro lado, os chamados legitimistas, em volta de

<sup>255</sup> Paxton, *Franco's Spain in comparative perspective*, p. 15.

<sup>256</sup> Rodrigo, Javier, *A este lado del bisturí. Guerra, fascistización y cultura falangista, in Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)*, Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.), Zaragoza, Institución “Fernando el Católico” (CSIC), Diputación de Zaragoza, 2013, p. 15.

<sup>257</sup> Paxton, *Franco's Spain in comparative perspective*, p. 17.

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*.

Pilar Primo de Rivera, fundadora da Sección feminina da Falange em 1934 e irmã do fundador.<sup>259</sup>

Manuel Hedilla foi eleito como Jefe Nacional da *FE de las JONS* no dia 18 de Abril 1937, após uma disputa com os seus adversários Sancho Dávila, Agustín Aznar, José Moreno e Rafael Garcerán, numa reunião do Conselho Nacional de *FE de las JONS*.<sup>260</sup>

Com a publicação do Decreto de 19 de Abril de 1937 foi instituído a unificação das diversas forças e movimentos políticos na zona nacionalista, pressupôs que a chefia recente de Hedilla desaparece-se. Como Hedilla negou-se a desempenhar um cargo político na nova direção da nova Falange Espanhola Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (FET y de las JONS) foi decretado o seu afastamento da cena política e inclusivamente a sua prisão.<sup>261</sup>

No dia 20 de Abril um telegrama de Salamanca transcreve o conflito latente na falange espanhola, com o deflagrar da luta de poder entre Hedilla e Sancho Dávila:

*Conflicto entre falangistas foi motivado tentativa substituição Hedilla chefia partido por triunvirato composto Sancho Dávila e dois elementos extrema esquerda partida. Diz-se que Dávila que dispõe de força enorme Andaluzia será desterrado. Importante decreto referido meu telegrama 30 cujas disposições foram tornadas publicas ontem á noite parece ter concordancia Hedilla cuja prisão não se confirmou: Não consta se tenham dado novos conflictos.*<sup>262</sup>

Na opinião do diplomata português a falange é o pensamento que conduz o Estado de Francisco Franco e tem duas orientações, uma revolucionária e a outra concilia a tradição espanhola e a autoridade da Igreja. Informa a escolha de Fernandez Cuesta para Secretariado Geral da *FET y de las JONS*. A posição de Franco perante a falange também é analisada pelo diplomata luso:

*A doutrina da Falange, abertamente nacional-sindicalista, é hoje a doutrina do novo Estado espanhol. Mas acerca da aplicação dessa doutrina e especialmente acerca da posição do Estado em face de determinados problemas –o principal dos quaes é o da anunciada restauração da Monarquia – desenham-se na Falange duas tendencias tendencias opostas. Uma, avançada, revolucionaria, declaradamente hostil á idéa da Restauração, á qual não devem ser extranhos os numerosos*

<sup>259</sup> Saz Campos, Ismael, *Política en zona nacionalista: la configuración de un régimen*, Ayer nº 50, 2003, pp. 61-62.

<sup>260</sup> Idem, p. 77.

<sup>261</sup> Thomàs, Joan Maria, *Las Falanges de Barcelona entre 1934 y 1940*, Historia y Fuente Oral, nº 7, 1992, p. 105.

<sup>262</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 20/04/1937.

*elementos marxistas que com discutível sinceridade se acolheram sombra do “yugo y las flechas” (por alguma coisa alcunharam aqui a Falange de “Refugi Peccatorum”...). A outra, que é a que orienta a actual Falange Española Tradicionalista y de las JONS, procurando conciliar a tradição espanhola, o sentido da hierarquia e o acatamento da autoridade espiritual da Igreja Católica, com um programa vasto de realizações sociais sob a égide do Estado sindicalista.*

*Em todo o caso, falangistas de uma ou outra tendência, todos eles se distinguem pela sua mística de exaltado imperialismo e pelo seu culto declarado pela violência. Ainda não há muito um chefe falangista, discursando em Salamanca numa cerimónia oficial, dizia que aos espanhóis só restavam três caminhos em face do novo Estado totalitário espanhol: ingressar na Falange Española Tradicionalista y de las JONS, emigrar – ou morrer...*

*A antiga falange tinha sido muito trabalhada e há quem creia que a Alemanha contava com a Falange para combater a influência política do catolicismo em Espanha. É muito discutível que daí tirasse resultados, e em todo o caso o Generalíssimo tem procurado dar à Falange Española Tradicionalista y de las JONS.*

*Um carácter marcadamente católico, que ainda recentemente se evidenciou na cerimónia do juramento do seu Conselho Nacional, realizada no histórico mosteiro de Las Huelgas, em Burgos.*

*A escolha de Fernandez Cuesta para o alto cargo de Secretariado Geral da Falange Española Tradicionalista y de las JONS, feita pelo Generalíssimo, mostra ainda a orientação que Franco pretende dar ao novo Estado espanhol: ampla protecção às classes trabalhadoras, respeito pela Igreja Católica, mística imperialista e expectativa benevolenta em face da possibilidade da futura Restauração. A modificação dos estatutos da Falange, dando ao Generalíssimo a faculdade de nomear determinado número de membros do Conselho Nacional que deveriam ser escolhidos pelos outros membros do Conselho, mostra também a tendência para aumentar ainda mais os quais ilimitados poderes que se concentram já nas mãos de Chefe.<sup>263</sup>*

A importância ideológica e política da FET y las JONS foi significativa para o programa de Francisco Franco. Foram criadas bases, para a FET y las JONS, desenvolverem-se como um partido de massas e de regalias dentro do Novo Estado franquista. A falange já não teria a autonomia e a liberdade de outrora. Franco e o seu regime apropriaram-se e conduziram a falange para um partido único e não o contrário.<sup>264</sup>

<sup>263</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 22/12/1937. pp. 1-5.

<sup>264</sup> González Calleja (coord.), *La Segunda República española*, p. 598.

## O “perigo espanhol” encarnado nas aspirações expansionistas da FET y de las JONS

Na década 20 e 30 do século XX existiu uma intensa modificação da palavra América no imaginário espanhol. Logo, houve uma evolução gradual da substituição do mito da *Raza* pela *Hispanidad*. A *Hispanidad* como fundamento filosófico foi fundado por Miguel de Unamuno, no ano de 1909, a *Hispanidad* surgia como um “*grupo humano formado por hispano-americanos caracterizado conjuntamente por uma série de qualidades espirituais (mentais, éticas, estéticas e religiosas) resultantes da comunidade lingüística*”.<sup>265</sup> Segundo Marcilhacy, havia uma vocação missioneira da *Hispanidad* com uma perspectiva universal com o recuperar da proeza do império espanhol. Espanha possuía uma missão sagrada de defender e ampliar a fé católica para além das fronteiras espanholas e ser o líder espiritual e integradora da comunidade hispano-americana. Esta propensão missioneira estava, ainda, orientava para África, Guiné e Marrocos, onde o colonialismo espanhol estava baseado no seu programa de expansão comercial, na ocupação militar e o desígnio *Misión Civilizadora*.<sup>266</sup>

José Antonio Primo de Rivera e a FE defenderam um expansionismo como chave do renascimento da Espanha como grande potencia. O líder da FE adotou o desígnio do império como missão universal e como foco, imediato, para a expansão do império colonial espanhol sobre as premissas de um expansionismo territorial e colonial, no Mediterrâneo, e assumindo os objetivos de Gibraltar e Tânger. Espanha assumiria a liderança moral dos países da América Latina.<sup>267</sup>

Foi utilizado, pela FE, imagens e símbolos regionais no sentido de apelar e motivar a população. O emprego do folclore, bailes, vestuário regional e estudos do património local, de Espanha, foram utilizados para instrumentalizar as pessoas. O mesmo se passava com a utilização dos festivais e comemorações consagradas ao conceito da nação espanhola. O patriotismo da FE era espiritual e sublime com um enfoque na inteligência.<sup>268</sup>

<sup>265</sup> Marcilhacy, David, *Las Figuras de la “Raza”*: de la España Mayor a la Comunidad Iberoamericana, *Perspectivas (post) imperiales en el imaginario español*, Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales, nº 35, 2016, p. 159.

<sup>266</sup> Idem, p. 160.

<sup>267</sup> Idem, p. 161.

<sup>268</sup> Núñez Seixas, Xosé Manoel, *De Gaitas y liras: sobre discursos y prácticas de la pluralidad territorial en el fascismo español (1930-1950)*, in Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975), Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.), Zaragoza, Institución “Fernando el Católico” (CSIC), Diputación de Zaragoza, 2013, pp. 299 e 300.

O apoio por parte de Oliveira Salazar a Francisco Franco, em 1936, possuía duas vantagens claras para Portugal. A vitória dos rebeldes direcionava Espanha para um estado autoritário, de unidade, ordeiro e de índole católica onde as irrupções socialistas e comunistas seriam aniquiladas como as suas tentativas de carácter expansionista. Por outro lado, a ambição anexionista, por parte da falange, deveria ser controlada por Franco pois era devido a Portugal uma lealdade pelo apoio incondicional fornecido pelo regime português. Para Salazar lidar com a extrema-direita e falangista espanhola era mais favorável que obrar com o projeto de federalismo peninsular organizado pelos republicanos, socialistas e comunistas.<sup>269</sup>

Quando a vitória dos nacionalistas parece ganhar ímpeto, a partir de Julho de 1937, uma Espanha associada ao expansionismo da Alemanha, contrária à Inglaterra e aos seus aliados, fortemente militar e com uma falange ativa e com motivações anexionistas constituíam um perigo latente para Portugal o que fez que Salazar tivesse uma reaproximação a Inglaterra o seu aliado de sempre.<sup>270</sup>

Anthony Eden, indicou no seu diário que Armindo Monteiro teria receio duma Espanha nacionalista vinculada à Itália e Alemanha: “*Acrescentou que também não se sentiria muito confortável caso viesse a instalar-se em Madrid um governo ligado por fortes laços à Alemanha e Itália*”.<sup>271</sup> Segundo Aires de Oliveira, Salazar a partir de 1938 depara-se com duas novas ameaças; a vontade anexionistas de certos sectores da falange e a perspectiva de uma supremacia do Eixo na Península.<sup>272</sup> Armindo Monteiro, em Abril de 1938, alertara Salazar para um desígnio e objetivo do Novo Estado de Francisco Franco com ambições imperialistas de uma *União Ibérica*: “*A vitória de Franco dará asas imperialistas aos seus partidários e velhas ambições a favor da união ibérica ressuscitarão*”.<sup>273</sup>

O Capitão Jorge Botelho Moniz mencionava, numa entrevista facultada ao *Diário de Lisboa* em Maio de 1939, após um mês da vitória de Franco, na guerra civil, o perigo que a falange representava e a sua expansão imperialista significava o melhor dos dois perigos: “*um perigo certo e imediato, que nos encontrava mal preparados e divididos*

<sup>269</sup> Sardica, *A sombra do “outro”: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo*, p. 134.

<sup>270</sup> Jiménez Redondo, Juan Carlos, *La política del bloque ibérico: las relaciones hispano-portuguesas (1936-1949)*, Mélanges de la Casa de Velázquez, nº 29-3, 1993, p. 180.

<sup>271</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 71.

<sup>272</sup> Aires Oliveira, Pedro, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo (1935-1943)*, História Diplomática, p. 15 [[https://www.ipris.org/files/14/I\\_14\\_Armindo\\_Monteiro\\_e\\_a\\_politica\\_do\\_EN.pdf](https://www.ipris.org/files/14/I_14_Armindo_Monteiro_e_a_politica_do_EN.pdf)].

<sup>273</sup> Idem, *Ibidem*.

[...] *o federalismo republicano soviético [...] um perigo improvável e longínquo [...] a ilusão de Filipe II [...] a hipótese absurda da cegueira imperialista [...] escolhemos este último e seja o que Deus quiser*".<sup>274</sup>

Se era evidente a associação distinta entre os aliados de Portugal (Inglaterra) e Espanha (Itália e Alemanha) outra perturbação estava latente, eram as retóricas falangistas que espelhavam objetivos e desígnios iberistas e imperialistas.<sup>275</sup>

A posição ameaçadora da Falange espanhola fazia sentir, também, depois da eclosão da II Guerra Mundial. No dia 20 de Maio de 1940, foi emitido uma declaração pública que relatava que Oliveira Salazar recebeu o Embaixador espanhol, em Portugal, Nicolás Franco para expressar o reforço de entendimento e colaboração com Espanha. Este comunicado foi proposto por Nicolás Franco no sentido de amainar os receios de Portugal sobre as intensões menos positivas, vindas de Espanha, como a iniciativa da Falange de publicar em alguns cartazes e expressar em algumas manifestações o desejo de anexar Portugal a Espanha.<sup>276</sup>

Os relatos que os Cônsules portugueses abordavam acerca de os movimentos de extrema-direita onde a falange possuía um papel, mais destacado, e a orientação para movimentações anexionistas e agregadoras com base no imperialismo espanhol. Começamos pelos ofícios dos representantes diplomáticos portugueses em Salamanca e em San Sebastian. Vasco da Cunha, o Cônsul de Portugal em Salamanca, informava o Governo português para a gradual influência da falange e os seus incitamentos imperialistas em relação ao território português. Mencionava a propaganda que aquele movimento enunciava, nomeadamente, a representação gráfica da Península Ibérica. O diplomata português enuncia a tentativa da falange de demonstrar, sempre que pode, uma veia anexionistas em relação a Portugal. Mesmo sem líderes incontestados e sem Franco para a controlar:

*A Falange, pela sua força, pela sua ancia de dominio absoluto, pelas tendencias diversas que se agitam no seu seio, pela sua falta de chefes incontestados( a autoridade de Franco, neste capitulo, ainda não é tão incontestavel como seria para desejar), representa na politica espanhola m agrave incognita que só terminada a guerra se resolverá.*

<sup>274</sup> Sardica, *A sombra do "outro": a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo*, p. 139.

<sup>275</sup> Jiménez Redondo, Juan Carlos, *Salazarismo y Política Exterior*, Studia Histórica, Historia Contemporánea, tomo 21, 2003, p. 159.

<sup>276</sup> Marquina, Antonio, *La Etapa de Ramón Serrano Suñer en el Ministerio de Asuntos Exteriores: España de Convierte en un país del eje y pierde la neutralidad*, Unisci Discussion Papers, nº 36, octubre, 2014, p. 102.

*O futuro pertence-lhe no entanto, segundo tudo parece indicar. Por isso as suas tendencias –não creio que se trate por enquanto de pontos de vista definitivamente assentes– em materia de politica internacional merecem ser seguidas atentamente em Portugal. E mereceriam tambem ser seguidas atentamente as suas tentativas para entendimentos directos com quaesquer organizações nacionalistas portuguesas se o patriotismo, o conhecimento da historia e o bom sentido das realidades, que felizmente não faltam em Portugal, não fossem garantia mais do que suficiente de que nenhuma atitude menos prudente será de recear. Embora eu não ignore o cuidado com que nestes assuntos de devem fazer generalisações, julgo que vem a proposito lembrar que se publica em San Sebastian um jornal da Falange cujos cartazes representam a Peninsula Iberica sem divisão de fronteiras e atravessada de lado a lado por uma faixa onde se lê a palavra Unidad, que é o inocente titulo do jornal. Já há tempos chamei para o caso a atenção do meu colega em S. Sebastian.*<sup>277</sup>

Pedro Teotónio Pereira analisa as ações de propaganda elaborada pela Itália em território espanhol. Este ofício do Embaixador português em Espanha menciona um artigo de Mário Appelius do jornal italiano *Il Popolo de Italia*, já com a vitória franquista assegurada, onde surgia as aspirações de uma Nova Espanha de índole Imperial. Destaca a vocação imperial que vê no povo espanhol e o Tratado de Não Agressão e de Amizade com Portugal:

*Como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, a Italia desenvolve em Espanha uma ação de propaganda de grande envergadura. Um dos meios mais adotados, naturalmente, é a imprensa, a qual diariamente recebe do “eixo Berlin- Roma” se não as directrises pelo menos a sua inspiração.*

*A par dessa influência a bem dizer indirecta, mantem a Italia em San Sebastian uma “Oficina Italiana de Prensa” que, com a maior regularidade, distribue um Boletim dedicado a apregoar a politica imperial Italiana e as suas relações intimas e indestructiveis com a Alemanha e a Nova Espanha.*

*No prosseguimento desta orientação o numero de ontem do referido Boletim um artigo –“España en el escenario de la Gran Politica. Italia tiene fé en el porvenir glorioso de España – da autoria do enviado especial do “Popolo de Italia”, senhor Mario Appelius, que enviou a V. Ex<sup>a</sup>. a titulo de informação. Destacarei, porém, desde já a seguinte passagem que para Portugal oferece um interesse especial:*

*“La gente española aspira a un mau vasto horizonte. El Jefe siente esta aspiración del pueblo y la funde con su sueño imperial. De este estado de ánimo surgirá, dentro de poco, impetuosamente, el advenimiento de la Nueva España en la política mundial.*

*El ‘estilo imperial’ ya está en el aire. En la gran revista militar de Barcelona el orgullo de poseer un ejército adicto el ‘estilo imperial’ del reconocimiento franco-inglés y el discurso de Burgos. También en el mar se refleja el nuevo ‘estilo imperial’. En la revista naval de Tarragona Franco predijo que la gran flota imperial es el ‘no’ a Miaja. Imperial es la proclamación del bloqueo naval.*

<sup>277</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 22/12/1937, pp. 1-5.

*Imperial es el Tratado con Portugal. Imperial es la espera del Mariscal justa e inexorable que ha de imponer la ‘paz victoriosa’*”.<sup>278</sup>

Teotónio Pereira desvalorizava a ideia de que o pensamento de *Imperio*, que incomoda Portugal, que é latente em alguns círculos nacionalistas é no sentido de “*um conceito de civilização e de influência de natureza espiritual: a religião, a lingua, os costumes, o génio espanhol*”. No entanto, Teotónio Pereira sempre esteve atento e desconfiado dos movimentos agregadores imperialistas na Ibéria. A sua proximidade aos centros de poder da Falange e dos nacionalistas será útil para os seus raciocínios, que são moldáveis, às voláteis considerações que acontecem sobre o imperialismo fascista sobre Portugal que muitas vezes são comunicados pela comunicação social:

*Julgava em todos os casos muito util a minha presença em Espanha porque eu ia ajudar a desfazer certas más impressões. A Espanha nacionalista tinha maior respeito por Portugal e procederia no futuro por forma a não lhe ferir as mais ligeiras susceptibilidades. Eramos povos irmãos com destinos paralelos, é certo, mas sempre independentes. Sem dúvida galvanizava agora a Espanha nacionalista um novo ideal de grandeza e de ressurgimento. Mas essa ideia mesmo do “imperio” que tenta impressão causava por vezes em Portugal, nada tinha que ver conosco senão o direito em que nos achávamos de pensar outro tanto da nossa missão no mundo. A ideia imperial implicava apenas um conceito de civilização e de influência de natureza espiritual: a religião, a lingua, os costumes, o genio espanhol.*<sup>279</sup>

Ofícios de San Sebastian, com recortes dos jornais da zona republicana *El Dilúvio* e *La Vanguardia*, que menciona a apetência de os nacionalistas, com o *imperialismo salmantino*, de se dirigir e expandir para Portugal:

*Y a esas victimas se les indigesta ya el «imperialismo» salmantino, que, si por algún resquicio puede buscar expansiones, es por la frontera del Este, para “rehacer el Imperio de los Austrias”. Oliveira, como Mussolini, ha trabajado de espaldas a los intereses de su patria [...]*<sup>280</sup>

A Falange sevilhana, antes das eleições de 1936, era um pequeno movimento político, no entanto após o triunfo da Frente Popular a Falange hispânica começa a

<sup>278</sup> AHD-MNE, Ofício da Embaixada de Portugal em San Sebastian com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 26/04/1939.

<sup>279</sup> AHD-MNE, Ofício da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 01/02/1938, pp. 1-9.

<sup>280</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial de San Sebastian, com recortes dos jornais da *Espanha vermelha*, *El Dilúvio* e *La Vanguardia*, ambos de 17 de Julho, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 21/07/1938.

acrescer exponencialmente. Após dois meses do golpe rebelde a Falange de Sevilha já era um partido de massas.<sup>281</sup> O Cônsul de Sevilha, António Cértima, emite considerações sobre o aparecimento de um novo imperialismo, espanhol, com a influência de Itália e Alemanha nas fronteiras portuguesas:

*[...] Não devo deixar de encarecer a importancia que, deste posto de observação, se me afigura dever atribuir-se à presença nesta cidade duma Missão portuguesa.*

*A invasão política e económica da Espanha está feita. Dois países, Italia e Alemanha, estendem paralelamente as rédes da sua influência. Pode dizer-se que com os acontecimentos de 18 de Julho de 1936, que desde esses dia, a Espanha perdeu a sua independência, sendo difícil vaticinar a época em que poderá recuperá-la.*

*Dentro deste conceito e admitindo que a Espanha tenha perdido com a guerra actual –quebradas as forças do seu orgulhoso sentido castelhanista- os seus velhos sonhos de imperialismo peninsular, poderá a Nação Portuguesa desinteressar-se do aparecimento junto das suas fronteiras dum novo imperialismo absorvedor, venha êle de Roma ou Berlim? [...]*<sup>282</sup>

O cônsul de Portugal, na capital andaluza, reporta noticias vindas de jornais espanhóis, *ABC* e *El Correo de Andalucía*, com alusões feitas a Portugal e que no entender do Cônsul merecem ser arquivadas. Na notícia do *ABC* é referido uma eventual aventura imperialista da Espanha nacionalista em Portugal. Queipo de Llano comunicava, no *El Correo de Andalucía*, uma alusão à união de Portugal e Espanha, sem se perceber se o sentido é de anexo:

*Cabe-me a honra de enviar a essa Secretaria de Estado os presentes recortes dos jornais desta cidade, “ABC” e “El Correo de Andalucía”, nos quais são feitas referências a Portugal que merecem ser arquivadas.*

*Dando por descontado nuestro triunfo, sus trabajos de zapa tienen ahora por campo a Portugal, en donde, bajo la dorada apariencia de sentimiento patriótico, derraman su veneno, para sembrar la discordia en los espíritus que se dejan prender en sus cantos de sirena.*

*España –dicen– no alimenta sino sueños de imperialismo, y de triunfar las huestes del Generalísimo Franco, llevarán sus armas allende la frontera portuguesa, y la nación lusitana quedará absorbida por el Estado español y su independencia anulada. No serán buenos portugueses –añaden–, sino el contrario, traidores a su Patria, los que simpatizan con los nacionales españoles y no vean en éstos a los enemigos que laboran para procurar su ruina.*

<sup>281</sup> Lazo, Alfonso e Parejo, José Antonio, *La militancia falangista en el suroeste español. Sevilla, Ayer*, nº 52, 2003, pp. 240-241.

<sup>282</sup> AHD-MNE, Observações do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 21/01/1937.

*“El Correo de Andalucía” “charla” con el General Queipo de Llano. Después de referir estos comentarios, el General dice que se ve cómo el Gobierno de Francia no quiere que España sea un pueblo grande y por ello le desagrada que nuestra Patria se convierta en un Estado de autoridad, que es ahora más necesario que nunca, como sucedió en Alemania y en Italia y también en Portugal, país que, merced Oliveira Salazar, se ha hecho un pueblo fuerte y digno, que mira cara a cara al mundo y Dios mediante el día que España sea grande y digna, en unión de Portugal, hará que la Península Ibérica sea algo con que haya que contar todo el mundo en las relaciones internacionales.*<sup>283</sup>

O Consulado de Portugal em Sevilha emitia uma comunicação que mencionava uma notícia do jornal *ABC* onde se publicava um mapa de Portugal com Espanha como dominação imperial de Filipe II:

*Com o presente ofício tenho a honra de remeter a essa Secretaria de Estado um recorte do diário desta cidade “ABC”, no qual se publica um mapa de Portugal formando com a Espanha os domínios imperiais de Filipe II.*

*Este “arranjo geográfico”, disposto sobre um fundo onde aparece a aguia bicéfala encima por uma corôa imperial, e explicando por sub-títulos de certa orientação política, parece querer definir publicamente uma certa intenção do “tempo presente” que não deixará de merecer a atenção desse Ministerio.*<sup>284</sup>

Cônsul de Portugal em Sevilha recebia com pouco agrado uma intervenção do professor Manuel Siurot<sup>285</sup> que, no entender de António Certina, eram prejudiciais para Portugal porque menciona uma tentativa de sublinhar uma junção dos dois países e uma ingerência da Espanha nacionalista em Portugal. O Cônsul de Portugal respondeu de imediato, por carta, a Manuel Siurot que se desculpou se foi mal interpretado:

*Realizando-se na tarde do passado dia 27 do corrente uma réeita de gala num dos principais teatros desta cidade... Findo o espectáculo, ofereceu esta homenagem as “Nação s Amigas” o professor e académico Manuel Siurot, o qual, quando chegou a vez de falar de Portugal, o fez em algumas frases de estilo romântico, sem grande elevação nem objectividade política...*

*a) que sendo Portugal e Espanha dois paí es irmaos, “cientificamente” os mesmos, estavam destinados a formar no futuro uma só grande nação imperialista, devidos à raça, à lingua e às origens;*

*b) que, se um dia Portugal precisasse do auxílio de Espanha, esta acudiria com entusiasmo, então ainda muito maior visto que nessa ocasião Portugal já se encontraria isento de certas “influencias nefastas”.*

<sup>283</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Sevilha sobre as noticia publicadas no *ABC* e no *El Correo de Andalucía* com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 02/04/1937.

<sup>284</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 23/09/1938.

<sup>285</sup> Professor, advogado e Juiz. Membro da Assembleia Nacional em 1927, morreu em Sevilha em 1940.

*Não o querendo fazer públicamente, para não abrir uma discussão que, neste momento, poderia não merecer a aprovação de Vossa Excelência, o Consul de Portugal procurou no dia seguinte, ou seja ontem, a Comissão Organizadora deste espectáculo, que o tinha convidado a assistir, protestando junto da mesma Comissão contra os comentários infelizes do orador e dirigindo a êste, no mesmo dia, a seguinte carta, que tenho a honra de dar a conhecer, por copia, a Vossa Excelência:*

*“Sr. D. Manuel Siurot: Lamento no poder darle las gracias por sus manifestaciones de ayer en el Teatro San Fernando referentes a Portugal cuya historia militar e integridad política y geográfica, viejas y gloriosas de ocho siglos [...] Portugal no ha obedecido nunca a ninguna otra influencia que no sea a la de su propia Alma y conveniencias internacionales...”*

*Recebida esta carta, o professor Siurot teve imediatamente uma conferência telefónica com o Consul de Portugal [...] explicando da melhor maneira as suas referências a Portugal, de que se confessou um grande e apaixonado admirador, retirando todo o sentido injusto ou incorrecto que se quizessem atribuir às suas palavras e prometendo aproveitar a primeira oportunidade para dedicar à Nação...<sup>286</sup>*

Os labores dos cônsules da Galiza informavam Lisboa das ameaças que preocupavam Lisboa sobre o imperialismo ibérico espanhol, vindo da FET y de las JONS, onde a comunicação social galega repudia essa possibilidade.

O diplomata português em Vigo envia uma notícia do jornal *El Pueblo Gallego* onde alude a um impresso realizado pela FET y de las JONS, que ataca a integridade de Portugal, com insinuações com a anexão de Espanha com Portugal:

*Tenho a honra de remeter a V. Exa. mais alguns recortes de jornais desta cidade sobre o reconhecimento “de jure” do Governo Espanhol pelo Governo Português:*

*“Un Engendro de la Horda. Feo recurso para destruir nuestra mistad con Portugal. Una nueva y burda maniobra, con finalidades fáciles de adivinar, ha sido puesta en práctica por nuestros por nuestros enemigos.*

*En Portugal se ha hecho circular un impreso sin pie de imprenta, en el que figura un águila bicéfala, a un lado el escudo de España y al otro el de Portugal, con un título que reza ‘El Imperio de España’. Más abajo dice ‘Servicio de Prensa y Propaganda de Falange Española de las JONS’*

*Como se verá, ni siquiera se ha tratado de cuidar el detalle. De ser auténtico este impreso, habría que retrotraerlo e la época en que aún no estaba hecha la unificación, y en que no existía Falange Española Tradicionalista de las JONS. No hay que decir que nuestro servicio no pudo inspirar tal impreso, que en las indicadas líneas revela su paternidad, y que probablemente habría sido tirado en una imprenta del campo rojo, donde los dirigentes no perdonan medio para*

---

<sup>286</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 29/12/1938.

*distanciarnos hoy de aquellos países con quienes nos unen vínculos de tan estrecha indeleble amistad, como ocurre en el caso de la gran nación portuguesa.*<sup>287</sup>

O Governo português, durante a II República espanhola, em certos momentos preocupava-se pelos movimentos republicano e socialista que lidavam com a ideia de uma Federação Ibérica. Após o início da guerra civil de Espanha eram a FET y de las JONS e parte das forças militares os motivos de preocupação para o “perigo espanhol”.

Logo, a partir da guerra civil o “perigo espanhol” foi para os cônsules portugueses uma possibilidade e foram sempre atores atentos aos desenvolvimentos e movimentos da Falange para a orientação de movimentações anexionistas e agregadoras ibéricas que, eventualmente, as forças nacionalistas possuíam sobre o Estado português.

---

<sup>287</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Vigo, com recorte do jornal *El Pueblo Gallego* de 1 de Maio, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 05/05/1938.

## **Capítulo 4: AS DIVERSAS FACETAS DA INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA**

### **1. Apoio diplomático e político**

As linhas gerais da política externa portuguesas, na década 30, eram traçadas no equilíbrio triangular entre Lisboa, Madrid e Londres. Salientado a expressão de um Portugal atlântico ligado às colónias e um isolamento do estado salazarista, nas questões europeias, devido à distância que possuía dos centros de decisão europeus.

Era fundamental a continuação da aliança com a Inglaterra em dois prismas;

Numa perspetiva económica onde havia uma dependência económica muito grande; Numa perspetiva geoestratégia em que a manutenção do império colonial português era um fator importante.

O último alicerce era possuir boas relações com Espanha;

- Para assegurar e garantir a segurança territorial e política, de Portugal, face à tentação de uma possível anexação por parte dos movimentos de esquerda e republicanos espanhóis.
- Controlar a expansão imperial do exército franquista e dos falangistas.

Salazar sabia que a continuação, do seu regime, era facilitada com um regime de índole idêntico em Espanha.<sup>1</sup>

O Palácio das Necessidades<sup>2</sup> contou com a presença, fulcral, de Luís Teixeira de Sampayo que foi durante largos anos uns dos principais orientadores da política externa portuguesa:

*Quando Salazar ascende à chefia do Governo em 1932, é o secretário-geral que o familiariza com as tradições da diplomacia portuguesa e as grandes questões internacionais, tornando-se assim o seu “braço oculto” nas Necessidades. A marca de Teixeira Sampayo na condução da política externa da Ditadura Militar e do Estado Novo começou a fazer-se com uma frieza notória ao chamado “Plano Briand”. Lançado pelo primeiro-ministro francês em Maio de 1930, o projecto desafiava os 27 estados europeus membros da SDN a aderirem a uma associação*

<sup>1</sup> Mattoso (dir.). *História de Portugal - O Estado Novo*, pp. 264-265.

<sup>2</sup> Sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

*federal, que procuraria trabalhar em prol da “resolução dos problemas económicos [da Europa].*<sup>3</sup>

António Oliveira Salazar, a partir de Novembro de 1936, assumiu a pasta de Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficando o principal negociador, deste delicado equilíbrio diplomático/político, durante a guerra civil de Espanha. As consequências, de qualquer estratégia diplomática, por parte de Portugal faziam-se sentir em Londres.

Entre 1936 e 1939 a estratégia de Oliveira Salazar, em matéria de política externa, baseou-se em conservar dois aspetos; Apoio diplomático/político aos nacionalistas espanhóis e a aliança secular com Inglaterra.

Os apoios políticos e diplomáticos do Governo português, aos nacionalistas, foram concedidos em quatro etapas:

- O envolvimento diplomático com os nacionalistas em Lisboa. Rutura com a Embaixada espanhola em Portugal e com o Governo republicano em Outubro de 1936.
- Assinatura do Acordo de Não-Intervenção em Agosto de 1936 e no Comité de Londres do Acordo em Fevereiro de 1937.<sup>4</sup>
- A mudança da Embaixada portuguesa de Madrid para Alicante e depois para Salamanca. Envio do Agente Especial português para Salamanca em Janeiro de 1938.
- O reconhecimento *de jure* ao Governo nacionalista em Abril de 1938. Assinatura do Tratado de Amizade e Não Agressão em Março de 1939.<sup>5</sup>

### **O envolvimento diplomático com os nacionalistas em Lisboa. Rutura com a Embaixada e com o Governo republicano espanhol em Outubro de 1936.**

Segundo Luis Oliveira, com o despoletar do golpe de estado, o Governo português tentou entender as várias entidades consulares e diplomáticas e o que diziam para perceber qual a orientação a tomar. O Ministério dos Negócios Estrangeiros na figura de Teixeira de Sampaio, que foi o Secretario Geral, pedia de uma forma urgente

<sup>3</sup> Aires de Oliveira, Pedro, *Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio*, in João Marques de Almeida e Rui Ramos (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal – séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos, 2008, pp. 128.

<sup>4</sup> Ver capítulo; Acordo de Não-Intervenção.

<sup>5</sup> Ver capítulo; Tratado de Amizade e Não Agressão luso-espanhol.

informações diplomáticas dos postos diplomáticos portugueses. No entanto, as comunicações daquela época eram lentas e as informações não chegavam na cadência exigida. Nos dias após o golpe, somente Madrid, Tânger, Londres e Paris forneciam informações relevantes. Numa correspondência de Paris, o Embaixador Ochoa, alertava Lisboa, no dia 25 de Julho, que o Governo francês chegaria a um acordo com o Governo republicano, no sentido de facultar um apoio de 20 milhões de francos. No mesmo dia 25 de Julho, em Madrid, Riba Tâmega informava, pela primeira vez, que o Governo republicano estaria com problemas. A cidade de Barcelona possuía dificuldades em enviar informações pois houve obstáculos das autoridades no envio das mesmas para Lisboa. Berlim e Roma enviariam, só no mês de Agosto, informações com interesse para o Governo português. Informações relevantes chegavam da cidade de Praga onde o diplomata português informava o Ministério dos Negócios Estrangeiros da passagem, para Moscovo, de Alvarez de Vayo que detinha ligações ao *Comintern*.<sup>6</sup>

Não existem provas que o Governo português e Oliveira Salazar estivessem a par da data do *Alzamiento* mas sabiam, seguramente, que se estava a preparar uma movimentação importante. Devido às facilidades que Salazar fornecia há direita espanhola, nomeadamente, na instalação em Portugal de estruturas de apoio na luta contra a República, os dirigentes da direita espanhola tinham em Portugal um bom porto de abrigo. Se o golpe militar estava previsto a data concreta era uma incógnita. Cesar Oliveira enunciava:

*Embora não haja nenhuma prova evidente, parece poder afirmar-se, por virtude das informações vindas de Madrid, das ligações existentes como Sanjurjo e do relacionamento dos círculos apoiantes (e do próprio Oliveira Salazar) com elementos dos círculos de conspiração que, desde Navarra, Emilio Mola dirigia eficazmente, que o Governo português e as autoridades policiais tinham conhecimento da iminência de um movimento militar em Espanha.*<sup>7</sup>

Durante a última etapa da II República, após as eleições de Fevereiro de 1936, com a pressão do Governo republicano espanhol a ser mais consistente sobre o Governo de Salazar que se iniciaram os contactos pessoais entre o Marquês de Quintanar<sup>8</sup>, com

<sup>6</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, pp. 47-48.

<sup>7</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 115.

<sup>8</sup> Fernando Gallego de Chaves y Calleja, fundador no ano 1922 da Sociedade de Amigos de Portugal e do grupo intelectual da *Acción Española*. Foi amigo do General Sanjurjo e a partir de Março de 1936 realizou várias visitas e reuniões com Salazar, na capital portuguesa, com o intuito de preparar e informar sobre o iminente golpe militar. Morreu na cidade de Madrid em 1974.

Oliveira Salazar, onde aborda um possível movimento militar no dia 25 de Março de 1936; *ir a Lisboa em missão importante junto de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente do Conselho. Informações de várias origens dizem estar em preparação um movimento militar, o qual é do conhecimento do governo espanhol.*<sup>9</sup> Salazar recebia, em Maio de 1936, o Marquês de Quintanar, principal seguidor de Sanjurjo, que informava o ditador português da preparação do golpe militar.<sup>10</sup> Segundo Carlos Olavo, foi possível que o Marquês de Quintanar pudesse informar Salazar, no seu encontro em Maio de 1936, em que estado estava o golpe militar.<sup>11</sup> Oliveira Salazar escreveria que houve um encontro com Marquês de Quintanar que foi realizado em Março e não em Maio de 1936.<sup>12</sup>

O papel de Portugal de 17 de Julho, até ao *Primeiro Conjunto de Apoio* da Itália e Alemanha, entre 28 e 31 de Julho, período em que os nacionalistas estavam sozinhos, foi evidente e importante na parte diplomática. Devido a toda a movimentação diplomática e política, que o Governo salazarista envolvia e apoiava os nacionalistas, Luis Martins apontava assim; *Lisboa foi a capital diplomática de Franco.*<sup>13</sup>

A ideia mais presente e verdadeira é aquela que afirma Ángel Viñas: *El inicial apoyo de Salazar fue crucial para la sublevación.*<sup>14</sup>

A região de Lisboa foi, nas primeiras semanas da sublevação, uma confiável plataforma de apoio em termos logísticos e de comunicação. O Hotel Aviz era o centro de controlo das operações, que incluía uma central telefónica, com o intuito de estabelecer contato com as duas zonas, Sul e Norte de Espanha, controladas pelo sublevados. Os intervenientes que estavam no mando das operações era Nicolau Franco, José María Gil-Robles e General Miguel Ponte.<sup>15</sup>

Em Lisboa os nacionalistas tinham capacidade de se deslocar livremente e sem restrições. Além do Hotel Avis, o Hotel Vitória era um bastião nacional em Lisboa. O relato do repórter britânico Ralph Fox:

*Os carros oficiais do governo de Burgos, ostentando placas que indicavam terem sido requisitados pelas autoridades militares rebeldes, circulavam livremente por Lisboa, do hotel Avis, que era o seu estado-maior, para os*

<sup>9</sup> AHD-MNE, Telegrama confidencialíssimo de Riba Tâmega, em Madrid, para o MNE, em 25 de Março de 1936 in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 115.

<sup>10</sup> Simões do Paço (ed.-coord.) e Pena, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 8.

<sup>11</sup> Olavo, Carlos, *Guerra Civil de Espanha*, in Diccionario de Historia de Portugal, Antonio Barreto (coord.), Lisboa, Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 148-157 in Ribeiro de Menezes, *Salazar- Um biografia Política*, p. 684.

<sup>12</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar- Uma biografia Política*, p. 684.

<sup>13</sup> Almeida Martins, Luís, *A Guerra em Espanha*, Revista História, nº3, 1979, p. 29.

<sup>14</sup> Viñas, Ángel, *La Hora de Franco*, La Aventura de la Historia, nº 108, octubre de 2007, p. 26.

<sup>15</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 82.

*ministérios portugueses ou para o hotel Vitória, o seu centro organizativo [...] Uns eram oficiais das forças franquistas em gozo de licença, outros membros da Falange, a organização fascista de Espanha, com missões no estrangeiro.*<sup>16</sup>

A colónia espanhola, com simpatias nacionalistas, estava em Portugal agrupada, em maior número, na cidade de Lisboa e do Porto. A região do Estoril era um bastião de nacionalistas. A colónia espanhola fazia apologia do falangismo com o auxílio de intelectuais, entre os quais Julio Camba<sup>17</sup>, Wenceslao Fernandez Flórez<sup>18</sup>, Eugenio Montes<sup>19</sup>, com a contribuição decisiva de Nicolás Franco, irmão de Francisco Franco, e futuro Embaixador espanhol em Portugal.<sup>20</sup>

Emerge um apoio imediato de Portugal, que principia a materializar-se, ao golpe de 17 de Julho. Começava a delinear-se uma estratégia de como abordar a sublevação e logo no dia 18 de Julho existiu um encontro de Salazar com o General Sanjurjo e o Marquês de Quintanar. A nível interno houve um encontro do diretor da PVDE, Agostinho Lourenço, e o Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, com Oliveira Salazar.

No dia 19 de Julho é confirmado um compromisso total aos sublevados após conversa do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, com o Presidente da República Óscar Carmona.<sup>21</sup> Nicolás Franco e Gil-Robles foram, assim, autorizados a contruir um Quartel-Geral em Lisboa para a compra de material de toda a ordem, nomeadamente, material militar.<sup>22</sup> A comprovação realizada pelo *News Chronicle* onde o verdadeiro Quartel-Geral, dos sublevados, era Lisboa: “*Um dos enviados especiais do News Chronicle ao Marrocos francês telegrafou de Rabat ao seu jornal afirmando que após inquérito feito verificou ser Lisboa o verdadeiro quartel-general dos rebeldes*”.<sup>23</sup>

Foi em Portugal que morreu, no dia 20 de Julho de 1936, um destacado elemento dos nacionalistas, General Sanjurjo, vítima de um desastre aéreo. Iria ser o, mais provável, responsável máximo pela sublevação nacionalista. A morte do General Sanjurjo aconteceu quando o avião *Puss Moth*, pilotado pelo Juan Antonio Ansaldo, estava a descolar de um aeródromo em Cascais com destino a Espanha. Na versão de Ansaldo a

<sup>16</sup> Fox, Ralph, *Portugal Now*, Londres, Lawrence and Wishart, 1937, pp. 28-36.

<sup>17</sup> Julio Camba Andreu, jornalista e escritor morreu em 1962.

<sup>18</sup> Jornalista e escritor galego, conhecedor da obra de Eça de Queiroz, morreu em 1964.

<sup>19</sup> Eugenio Montes Domínguez foi um político, jornalista e escritor. Foi o diretor do Instituto de Espanha em Lisboa.

<sup>20</sup> Pena Rodriguez, Alberto, *Propaganda, iberismo y fascismo. Los intelectuales españoles y la forja del pensamiento único franco-salazarista*, IX Congreso IBERCOM Sevilla-Cádiz, 2006, p. 1.

<sup>21</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 80.

<sup>22</sup> Thomas, Hugh, *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Pensamento Editores, 1987, vo. I, p. 18.

<sup>23</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, p. 199.

pequena aeronave, escolhida por Sanjurjo, em detrimento da *De Havilland Dragon Rapide* não era a mais adequada pois a pesada bagagem que levava, onde se incluía a farda do General, era um risco de segurança para a realização do voo. O próprio Ansaldo advertiu Sanjurjo para o excesso de bagagem conforme noticiava a imprensa local. Curiosamente Sanjurjo prescindiu de utilizar o *De Havilland Dragon Rapide* que era um avião maior, com capacidade até oito passageiros, e mais seguro. Este avião foi utilizado três dias antes pelo Franco que o transporto-o das Canarias ao Marrocos espanhol.<sup>24</sup> Houve várias hipóteses de acidente. O hipódromo abandonado com poucas condições e com as deficitárias características do avião poderão ser uma possibilidade para o acidente aéreo.

O General Emílio Mola, no dia 22 de Julho, dava ordens ao General Miguel Ponte para se deslocar a Lisboa no sentido de encetar contactos com o Governo português e com o Presidente da República para obter apoios, escreveria Mola na sua carta de apresentação:

*Rogo a V. Exa. que atenda com a melhor solitudine o general de brigada do nosso exército, Sr. D. Miguel Ponte y Manso de Zuñiga, que tratará com V.Exa. assuntos de carácter reservado, referente à salvação de Espanha e segurança de Portugal.*<sup>25</sup>

A Legação alemã em Lisboa, no dia 24 de Julho, enviou a Killinger um telegrama em nome do Marquês de Quintanar. O conteúdo desse telegrama auscultava Killinger da possibilidade, da Federação da Indústria de Aviação, puder enviar material bélico para Espanha. A 26 de Julho foi apresentado em Lisboa, com o elo de Mola-Quintanar-Killinger, na Legação alemã o pedido de dez aviões de transporte Junkers e 20 bombardeiros. Todos os aviões deveriam ser enviados a Burgos via a cidade de Génova.<sup>26</sup>

No dia 26 de Julho, Salazar sugeriu ajudar, sem limites, o General Mola uma das mais importantes chefias militares rebeldes. O General Mola recebeu de Portugal, nos primeiros dias de Agosto de 1936, aproximadamente 6 milhões de cartuxos.<sup>27</sup>

No dia 29 de Julho de 1936, o General Cabanellas enviou a Salazar um telegrama em que anuncia a constituição em Burgos, da Junta de Salvação Nacional, da qual assumiu a presidência. No dia 3 de Agosto a liderança nacionalista na pessoa do

---

<sup>24</sup> Pondé, Gabriel de Senna, *A morte do General Sanjurjo análise do tratamento da imprensa escrita portuguesa da época relativo ao acontecimento público*, Tese de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012, pp. 18 e 21.

<sup>25</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 141-143.

<sup>26</sup> Viñas e Collado, *Franco's Request to the Third Reich for Military*, p. 199.

<sup>27</sup> Vázquez e Valero, *La Guerra civil de Madrid 1936 -1939*, p. 87.

Presidente, da recém-criada Junta de Defesa Nacional de Burgos, o General Miguel Cabanellas, demonstrou toda a sua gratidão pessoal a Salazar pelo auxílio prestado à causa insurreta:

*Quer expressar-lhe o nosso mais profundo e sincero agradecimento pela atitude espontânea, nobre e generosa com que esse país, essa imprensa e essas estações de rádio compreendem e aliviam com o seu carinhoso apoio os momentos tão duros que actualmente vivemos e sofremos com o nascer de uma nova Espanha.*<sup>28</sup>

A rapidez de emissão de informações consulares lusa foi mais uma vez comprovada pelo Cônsul português, Freitas Barjona, em Tânger sobre a criação da Junta de Defesa Nacional de Burgos. Miguel Cabanellas foi o Presidente da Junta de Defesa Nacional e a mesma foi anunciada por Emílio Mola:

*General Franco informa-me movimento triunfante formou Burgos Junta nacional de Governo debaixo presidência General Cabanelas que notificou constituição potencias via Lisboa. Receando atraso difusão por ordem Junta pede-me comunique Governo da República.*<sup>29</sup>

Portugal assumia-se de uma forma clara como uma plataforma, dos nacionalistas espanhóis, na parte Oeste da Península exterior à Espanha.<sup>30</sup> O Governo português teve uma prestação importante, nomeadamente, na ajuda inicial ao General Franco e aos nacionalistas. Se o auxílio material era importante foi fundamental um local para conspirar e dar a possibilidade de comunicar e unir os nacionalistas, no início do conflito espanhol, que estavam no Sul e no Norte de Espanha. Como referido, foi importante a posição inicial de Portugal e a influência na ligação militar e territorial entre o Sul e o Norte dos rebeldes: “quando a união entre os exércitos do Norte e do Sul não havia acontecido. Portugal é uma retaguarda indispensável para tornar possível o sucesso da Revolta”.<sup>31</sup>

A retaguarda nacionalista em Portugal foi de extrema utilidade nas primeiras semanas do conflito:

<sup>28</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 148.

<sup>29</sup> AHD-MNE, Telegrama recebido em Lisboa do Consulado português em Tânger em 27 de Julho de 1936.

<sup>30</sup> Georgel, *Franco e o Franquismo*, p. 40.

<sup>31</sup> Gómez de las Heras, Soledad, *Portugal ante la Guerra Civil Española*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, vol. 5, 1992, p. 276.

*O papel deste país na guerra civil foi simples. Menos clericais do que o regime corporativo português, os nacionalistas espanhóis eram de certo modo aliados ideológicos do “benévolo Salazar”, como lhe chamava o poeta sul-africano Roy Campbell. Pequeno era o auxílio militar que Salazar podia oferecer aos nacionalistas, mas concedeu-lhes muitas outras coisas de inestimável valor: um lugar para conspirar, um refúgio, um meio de comunicar entre as suas duas zonas no início da guerra.*<sup>32</sup>

O auxílio que Portugal deu aos nacionalistas, nas primeiras semanas da guerra civil, teve uma dimensão mais significativa, para a sublevação, que a ajuda da Alemanha e a Itália.<sup>33</sup> Se o ditador português era habitualmente cauteloso não teve esse comportamento em apoiar, rapidamente, o levantamento militar rebelde.<sup>34</sup>

O discurso do Major Botelho Moniz, fundador da *Rádio Clube de Portugal* e da *Legião Portuguesa*, no Campo Pequeno em Lisboa, para milhares de pessoas, era sintomático do fervor da causa nacionalista que se instalou em vários responsáveis políticos:

*Vai começar a guerra santa, a guerra de todos os instantes. Vai começar a cruzada heroica para qual chamamos os portugueses [...]. Nós, nacionalistas, somos legião e somos portugueses. Constituíamos a Legião Portuguesa, a legião onde só entram “portugueses”, mas que fica aberta a todos os portugueses, leais, disciplinados, dignos e honrados que aceitam como lema “pela Família, pela Pátria, pela Civilização Lusitana”*<sup>35</sup>

No dia 14 de Maio de 1936 chegava a Lisboa o novo Embaixador espanhol Claudio Sánchez-Albornoz. Foi recebido por Salazar, no dia 13 de Junho, e pelo que conta o Embaixador com absoluta austeridade e desconfiança.<sup>36</sup>

Existem inúmeros incidentes diplomáticos com a Embaixada espanhola em Portugal. No dia 13 de Junho o Embaixador em Lisboa comentava, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, que não compreendia a razão dos entraves à vinda da grande filarmónica espanhola a Lisboa. A resposta, de Armindo Monteiro, consistia que abrir os seus concertos com a Internacional tornava a sua actuação, na capital portuguesa, inconveniente.

<sup>32</sup> Thomas, *A Guerra Civil de Espanha*, pp. 185-186, in Pinho Aguiar, Mafalda, *Pedro Teotónio Pereira e a Guerra Civil de Espanha. O poder das burocracias nos processos de decisão de política externa*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

<sup>33</sup> Ramos Brandão, *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, p. 26.

<sup>34</sup> Tusell, Javier, *La Dictadura de Franco*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 274.

<sup>35</sup> Guimarães Silva, *A Rádio portuguesa e a Guerra Civil em Espanha*.

<sup>36</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 7.

A situação precária do Embaixador, Claudio Sánchez Albornoz, foi assim observada pelo Julián Zugazagoitia<sup>37</sup>, O historiador abandonou Lisboa a 23 de Outubro indo para Bordéus: “*não podia receber visitas e todo o espanhol que quisesse dar ajuda ou conselhos era minuciosamente interrogado ou podia ser repatriados para Espanha pelas províncias controladas pelos sublevados*”.<sup>38</sup> O Embaixador espanhol realizava repetidas queixas sobre a sua situação:

*Desde a minha última visita a a V.Exa. fiquei absolutamente só, não só na Embaixada, mas também no Consulado. Saíram de Portugal os funcionários republicanos ou estão na prisão. Estou ameaçado de morte e as minhas filhas de serem sequestradas [...] Continuo sem receber uma peseta de Madrid desde o mês de Julho [...] Os republicanos espanhóis em Lisboa atemorizados, não voltaram a esta Casa, que está cercada pela polícia [...]. Verbalmente e em nota escrita remetida há dias voltei a solicitar autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal para que autorize o embarque de todos os oficiais. Mantê-lo-ei informado da resposta que, naturalmente, não espero favorável.*<sup>39</sup>

O embaixador em Lisboa relata o intervencionismo de Portugal a partir de 17 de Julho de 1936.<sup>40</sup> Uma exposição assinada pelo embaixador de Espanha em Lisboa assevera a expedição massiva de gasolina, munições, dinheiro e víveres para a zona nacionalista.<sup>41</sup> Cláudio Sánchez Albornoz refere nos seus documentos que a ajuda e cumplicidade entre o Governo português, empresas portuguesas e os rebeldes espanhóis eram evidentes. Sánchez Albornoz no dia 6 de Agosto de 1936 informa, assim, Madrid:

*La simpatía com que el Gobierno Portugués y las clases conservadoras que le sostienen presenciaron el alzamiento militar de España, no ha sido paliada por hipócritas gestos. Desearon la victoria de las tropas sublevadas desde el primer instante y creyeron pronto en su victoria.*

*Portugal ha ayudado cuanto ha podido a los rebeldes. Les han dado toda clase de facilidades de tránsito por Portugal, mientras han internado a cuantos leales han entrado en Portugal. A los paisanos los tienen aún en el Asilo de la Mitra. Mas aun de ser ciertas mis confidencias, provisiones, gasolina, bombas y armas han salido de aquí para las dos zonas sublevadas. Hidroaviones rebeldes se han aprovisionado en Lisboa, acaso más de una vez [...]*

<sup>37</sup> Julián Zugazagoitia Mendieta, político, jornalista e escritor, foi Ministro da *Gobernación* pelo Governo republicano de 1937 a 1938, foi executado em Espanha em 1940.

<sup>38</sup> Ramos Brandão, *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, pp. 26-30.

<sup>39</sup> Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, in Josep Sánchez Cervelló, *Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)*, Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales, n° 7, 2002, p. 279.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>41</sup> Vicente, António Pedro, *O cerco à embaixada da república espanhola em Lisboa*, in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Editora Colibri, 1998, pp. 60-63.

*El cuartel general de los revolucionarios españoles en Portugal se halla instalado en el palacio que en Estoril tiene la Marquesa de Argüelles, donde se hace la recluta de voluntarios, a quienes en el momento de salir para la frontera, se les provee de armas, municiones y un puñal, saliendo ya vistiendo el uniforme fascista.*<sup>42</sup>

Sánchez Albornoz revelava, ainda, que Portugal quebrava constantemente o Acordo de Não-Intervenção, através da violação da fronteira portuguesa, profanava a correspondência diplomática e não garantia a independência e liberdade do responsável diplomático espanhol em Lisboa. Perante estas acusações o Governo português declara: “*Nestas circunstâncias é impossível o Governo de Lisboa manter relações diplomáticas normais com o governo que Vossa Excelência representa: a partir de hoje considero-as suspendidas*”.<sup>43</sup>

A Embaixada republicana em Lisboa começava a perder poder e terreno para a representação da Junta de Burgos, a Embaixada Negra, constituída a 12 de Agosto de 1936 que ficou instalada muito perto do Consulado Geral espanhol. A partir de Outubro o Consulado Geral de Espanha foi substituído pela representação dos nacionalistas em Lisboa. A “Embaixada Negra” nacionalista funcionou durante dois anos em Lisboa, esvaziando a Embaixada do Governo republicano, muitos dos seus funcionários pertenciam a Embaixada legal espanhola e que contava como responsável máximo Mariano Amoedo e possuía contatos com a emigração política como Gabriel Maura Gamazo<sup>44</sup>, José María Gil-Robles, o Marquês de Quintanar, o Conde de Peñacastillo<sup>45</sup> e o Marquês de Contanero que surge como elementos de ligação para compras de material bélico. Em inícios de 1938 Nicolás Franco foi o eleito para Embaixador espanhol em Lisboa

Em Abril de 1937 estava a ser estudado a ida do Ministro da Instrução Publica nacionalista a Lisboa: “*Sei particularmente Generalíssimo tenciona encarregar José Maria Pemán Presidente da Comissão Ensino (Ministro da Instrução Publica) que vai*

<sup>42</sup> Sanchez-Albornoz, Cláudio, *Embajador de España en Portugal*, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1995, p. 2.

<sup>43</sup> Gómez de las Heras, *Portugal ante la Guerra Civil Española*, inclui uma comunicação, ao Embaixador de Espanha em Portugal, do Ministério do Negócios Estrangeiros em Lisboa, Proc. nº 28/1.

<sup>44</sup> Político, escritor, historiador, deputado, Senador e Ministro de *Trabajo y Previsión* em 1931. Morreu em Madrid em 1963. Foi filho de António Maura, político e Presidente do *Consejo de Ministros*.

<sup>45</sup> O condado de Peñacastillo é título espanhol criado em 1918 pelo Rei Afonso XIII a favor de Gonzalo López de Ceballos (Conde de Peñacastillo), que foi um amigo íntimo de José Maria Gil-Robles.

*Lisboa Maio próximo tomar parte jogos florais de saudar Governo Portugues em nome do Governo nacional espanhol*".<sup>46</sup>

No dia 23 de Outubro de 1936 a Embaixada de Espanha em Portugal acolheu uma nota que referia a rutura das relações diplomáticas de Oliveira Salazar com o Governo de Madrid. O Governo britânico recebeu esta decisão, do Governo de Salazar, com estupefação e não conseguiu alterá-la.<sup>47</sup>

O Governo português, no momento que corta relações com o Governo da República de Espanha reconhece *de facto* a junta militar de Burgos. Segundo o historiador Filipe Ribeiro de Meneses, as causas para esta atitude, foram as seguintes:

- 1- *Ao dar grande publicidade a acusações graves e infundadas feitas contra o Governo de Lisboa antes de este ter respondido;*
- 2- *Ao violar a correspondência dirigida ao Encarregado de Negócios português, retendo-a abusivamente;*
- 3- *Ao humilhar os representantes diplomáticos do Governo português,*
- 4- *Ao ordenar buscas publicas aos seus gabinetes;*
- 5- *Ao tentar atacar um navio ostentando a bandeira da Armada portuguesa.*
- 6- *Ao tentar fazer crer que o Embaixador espanhol tinha sido privado da sua liberdade em Lisboa.*<sup>48</sup>

### **A mudança da embaixada portuguesa de Madrid para Alicante e posteriormente para Salamanca. Envio do Agente Especial português para Salamanca em Janeiro de 1938**

Após o início da guerra civil espanhola, a Embaixada portuguesa em Madrid foi vandalizada e o seu arquivo e mobiliário danificados. Realizou-se à sua reinstalação em Alicante e posteriormente em Salamanca. Após a conquista das Astúrias e do País Vasco foi colocada em San Sebastian.<sup>49</sup> Vasco da Cunha<sup>50</sup> fora enviado, em Fevereiro de 1937, a Salamanca para diligenciar um Acordo Comercial com o Governo de Franco e permaneceu na cidade de Salamanca até Maio de 1937 para assinar o Acordo Comercial.<sup>51</sup> O historiador César Oliveira analisava o reconhecimento *de facto*, por parte de Portugal,

<sup>46</sup> AHD-MNE, Telegrama Confidencial do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 30/04/1937.

<sup>47</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, doc. 525, p. 597 e docs. 531 e 532, pp .514-515 in Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 114.

<sup>48</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar- Uma biografia Política*, p. 226.

<sup>49</sup> ADCP 1936, 1937 e 1939 in Pinho Aguiar, *Pedro Teotónio Pereira e a Guerra Civil de Espanha*, p 15.

<sup>50</sup> Foi Cônsul-Geral de Portugal em Madrid.

<sup>51</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 146.

que foi efetivamente realizado quando foi executado a assinatura do Acordo Provisório entre o Governo português e o Governo nacionalista:

*O reconhecimento de facto do Governo Nacionalista dá-se não aquando do corte de relações diplomáticas, mais sim em Maio de 1937, aquando da assinatura, entre Portugal e o Governo do Estado Espanhol, de um Acordo Provisório para regular as suas relações comerciais.*<sup>52</sup>

Em Junho de 1937 a atitude diplomática de Portugal, em relação aos nacionalistas, segue a pauta da cordialidade e simpatia como refere o ofício do Cônsul de Badajoz após a morte do General Mola:

*Tenho a honra de remeter a V. Excelencia 3 recortes obtidos dos numeros de 5, 6 e de hoje do diario local “Hoy”, que se referem parte que Portugal tomou, pela morte tragica do General Mola, no desgosto da Espanha nacionalista. Fui pessoalmente apresentar pesames no Governo Militar local, mas como a minha visita teve lugar no mesmo dia em que, com o mesmo fim e tambem em nome do povo português, veiu a esta cidade o Senhor Governador Militar de Elvas...*<sup>53</sup>

Em meados de Novembro de 1937 foi determinado que o inglês Robert Hodgson seria o agente comercial junto ao Governo de Franco. O Duque de Alba seria, a 27 de Novembro, aceite por Inglaterra como representante de Francisco Franco. Em sintonia com a política exterior inglesa, em finais de Novembro, Portugal iria propor a Franco o seu “Agente Especial” Pedro Teotónio Pereira. Não era uma decisão final nem a desejada por Franco, mas era a possível, para manter a sincronismo com aos Ingleses e a mais eficaz para ajudar e apoiar o esforço dos nacionalistas em Espanha. Pedro Teotónio Pereira tinha 35 anos e já possuía bastante experiência política tinha sido Ministro do Comércio e da Indústria e Secretario de Estado das Corporações e Previdência Social.<sup>54</sup> Chegava a Salamanca, no dia 19 de Janeiro, numa época onde o peso da Itália e Alemanha se faziam sentir “*as atenções (do governo de Burgos) iam todas para os representantes diplomáticos alemães e italianos e a atmosfera de quase hostilidade que ficava para os outros tornava-se deveras aborrecida*”.<sup>55</sup>

<sup>52</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 327-330 in Pinho Aguiar, *Pedro Teotónio Pereira e a Guerra Civil de Espanha*.

<sup>53</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 09/06/1937.

<sup>54</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, pp. 150-151.

<sup>55</sup> Pedro Theotónio Pereira, *Memórias*, Lisboa, Verbo, 1973, II volume, in Braga da Cruz, *Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras*, p. 1.

Mais uma vez na estratégia da política externa portuguesa, em Espanha, um elemento do corpo diplomático era uma peça fundamental. A chegada do Agente Especial de Portugal, Pedro Teotónio Pereira, a Salamanca foi no sentido de haver uma mudança da política externa formal em relação aos nacionalistas. A questão do reconhecimento *de facto*, que vigorava, estava destinada a passar para reconhecimento *de jure*. A importância do papel de Teotónio Pereira<sup>56</sup> em Espanha deveria ser analisada em vários pontos; como um homem do salazarismo comprometido com a vitória nacionalista; não sendo um diplomata começa aqui a sua carreira que terminava em 1963 em Washington; a sua atenção, perspicácia e capacidade de relacionar-se foi fulcral para Portugal manter um papel importante na visão dos nacionalistas, onde as potências fascistas empurravam Franco para uma órbita que não era do agrado de Teotónio Pereira.

O próximo documento diplomático, emitido por Pedro Teotónio Pereira, é histórico e foi um marco nas relações luso-espanholas pois foi a primeira reunião, com Franco, como Agente Especial. Esta reunião foi realizada, no dia 1 de Fevereiro de 1938, passados 11 dias da chegada de Teotónio Pereira a Salamanca. É um relato pormenorizado e extenso onde está reflexado, de uma forma sincera e inteligente, a visão de Teotónio Pereira das relações de Portugal com Francisco Franco e com a cúpula do poder nacionalista. São abordados vários assuntos relativos à situação militar, à posição de Portugal na guerra e à situação dos nacionalistas no conflito espanhol. A primeira abordagem de Franco é de palavras de apreço ao Presidente de República Óscar Carmona e para o Presidente do Conselho Oliveira Salazar. Em seguida dá as boas vindas a Teotónio Pereira, como Agente Especial em Espanha, e comunica a novidade de enviar o seu irmão, Nicolau Franco, como representante do seu Governo em Lisboa. Franco desvaloriza o número e o impacto das tropas estrangeiras que atuavam a seu favor. Teotónio Pereira fazia advertência de algumas posições da Falange em relação a Portugal e Franco fazia referências positivas ao Capitão Agostinho Lourenço que incorporava a polícia política. O fato de o Governo de Franco ainda não possuir uma polícia precisava da ajuda, colaboração e a experiência portuguesa. Teotónio Pereira tece considerações

---

<sup>56</sup> Pedro Teotónio Pereira, empresário, político e diplomata nasceu em 1902 e morreu em 1972. Um dos mais destacados personalidades do Estado Novo sendo um dos nomes apontados para suceder a Salazar. Vem de uma família ligada ao mundo segurador nomeadamente com a seguradora Fidelidade. Foi nomeado Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social até 1936. No mesmo ano foi nomeado Ministro do Comércio e Indústria até 1937. Depois tem o cargo de Agente Especial e posteriormente de Embaixador de Portugal em Espanha. Foi Embaixador no Rio de Janeiro de 1945 a 1947 e em Washington de 1947 a 1950. Mais tarde Embaixador em Londres de 1953 a 1958 e de novo em Washington de 1961 a 1963.

sobre elementos do Governo de Franco como o Secretario Geral da Falange, Raimundo Fernández Cuesta, que era Ministro da Agricultura. O ligeiro desconforto de Pedro Teotónio Pereira de ser recebido em uma audiência conjunta com os agentes oficiosos Inglês, Japonês e da Jugoslávia. Como referia: “*Ausência de qualquer demonstração externa de preferência para com Portugal*”. O fato de o reconhecimento *de jure*, de Portugal, para o Governo de Franco ainda não se ter realizado poderá ser a causa de este leve motivo de desconsideração. O Agente português lança o tema dos voluntários portugueses que lutavam com o Governo de Franco e que eram milhares, sem precisar quantos, e também eram milhares os que já tinham falecido e eram o melhor sinal do compromisso de Portugal com o Governo de Burgos. Franco enunciava que os portugueses que combatiam eram da sua melhor estima e valentia, considerando os melhores soldados que estavam no Tercio.

Franco em despedida faz alusão ao esforço que Portugal realizou nos primeiros dias do conflito e que ainda realizava. Teotónio Pereira ficou agradado que Franco expressa-se de uma forma satisfatória o esforço que Portugal continuava ainda a realizar. Esta última frase de Franco agradou particularmente a Teotónio Pereira.

Da parte da tarde Teotónio Pereira visitou o General Jordana que era da Junta Técnica e que revelava a notícia que seria o novo ministro dos Negócios Estrangeiros. Jordana foi cortês e simpático com Portugal:

*Conforma tive a honra de comunicar a V. Excia pelo meu telegrama nº 8, fôra-me marcada para ontem, ao meio dia, em Burgos, a audiencia pedida para apresentação de cumprimentos ao Generalissimo Franco.*

*Para esse efeito segui para Burgos tendo já conhecimento duma circunstancia um tanto desagradavel: seriam recebidos no mesmo dia os agentes da Inglaterra e da Yugo-Slavia e o encarregado dos Negocios do Japão. Em Burgos encontrei o agente britanico que me disse ter hora marcada para as 11 ½. Pelo telegrama ontem mesmo expedido de Burgos, logo a seguir á audencia do Generalissimo, já V. Excia está ao facto do que se passou nas suas linhas gerais. Tratando-se porem duma conversa que durou cerca de uma hora e na qual forma abordadas quasi todos os assuntos que neste momento podem interessar V. Excia com respeito á minha missão neste pais, julgo conveniente enviar a V. Excia relato pormenorizado dos assuntos versados na mesma conversa [...].*

*Dirigi-me ao palacio onde o Generalissimo se instala quando vai a Burgos fazendo-me acompanhar por todo o pessoal da missão. Poucos minutos depois da hora marcada, e ao terminar a visita de Sir Robert Hodgson, fui introduzido junto do Generalissimo pelo chefe de Gabinete Diplomático, sr. Sangroniz. Acolhimento amistoso. As primeiras palavras do Generalissimo foram para se informar da saude de S. Excia o Presidente da Republica e da V. Excia. A seguir teceu um grande elogio á acção do Senhor General Carmona e á obra de V. Excia, dizendo*

*que tinha a mais profunda admiração pelo esforço realizando desde o 28 de Maio e que podia bem avaliar os resultados obtidos através de circunstancias por vezes muito difíceis.*

*Entreguei-lhe então a carta de V. Excia. Leu-a e percebi que o seu conteúdo o sensibilizou. Pediu-lhe que transmitisse a V. Excia os seus melhores agradecimentos. Disse que não esquecia o que a causa nacionalista devia a Portugal, especialmente o apoio prestado nas horas mais incertas. Era-lhe grata a minha presença em Espanha e tinha agora o prazer de me comunicar que já tomará resolução quanto á ida de um agente para Portugal; a escolha recairia numa individualidade de grande categoria politica, o secretario geral do novo Estado Espanhol. Respondi que a designação do sr. Nicolás Franco era uma noticia que eu transmitiria ao meu Governo com a maior satisfação, pois sabia bem que alem da sua categoria e do seu valimento junto do Generalissimo, aquele senhor oferecia para nós portugueses a qualidade muito apreciavel de ter sido primeiro agente dos nacionalistas em Lisboa.*

*Não esqueceria ele portanto o que tinham sido os primeiros mezes da guerra e isso seria penhor do bom entendimento e da amizade que todos desejávamos nas nossas relações com a Espanha e especialmente depois das provações actuais. Feita esta declaração, disse ao Generalissimo que pelos termos da carta de V. Excia tinha ele a mais alta confirmação dos sentimentos da Nação Portuguesa perante a causa que ele encarnava.*

*Alguma coisa desejava porem dizer sobre os meus proprios sentimentos. Colaboração modesto mas entusiasta de V. Excia há já alguns anos, eu havia refreado a natural mágua de ver interrompido o meu esforço na tarefa grandiosa do ressurgimento nacional, mercê da alegria e da confiança com que havia aceitado a minha missão em Espanha. E falando dos sentimentos de puro desinteresse material que desde os primeiros momentos haviam caracterizado a posição de Portugal em face da guerra de Espanha e da atenção que nos merecia todos os problemas ideológicos esboçados pela grande transformação que aqui se operava, aludi á nossa propria experiencia em questões economicas e sociais e fiz uma referencia bastante clara á situação um tanto delicada que por vezes me creavam aqueles que em Espanha entendiam mal a nossa posição e pareciam mais preocupados com formulas exteriores do que com a natureza real das coisas. Sabia o que o Generalissimo pensava a esse respeito mas nem por isso deixava de lhe pedir e agradecer a sua boa disposição para comigo. O Generalissimo furtou-se claramente a abordar este ultimo assunto. Disse que embora compreendesse que eu tivesse neste momento maior interesse pelos aspectos politicos sociais, entendia que as relações económicas entre os dois paizes tinham no futuro de ser estudadas com a maior atenção.*

*Havia que chegar a acordo em assuntos muito importantes para ambas as partes e logo a seguir ao fim da guerra trataríamos de isso. Julgava em todos os casos muito util a minha presença em Espanha porque eu ia ajudar a desfazer certas más impressões. A Espanha nacionalista tinha maior respeito por Portugal e procederia no futuro por forma a não lhe ferir as mais ligeiras susceptibilidades. Eramos povos irmãos com destinos paralelos, é certo, mas sempre independentes. Sem duvida galvanizava agora a Espanha nacionalista um novo ideal de grandeza e de ressurgimento. Mas essa idea mesmo do “imperio” que tenta impressão causava por vezes em Portugal, nada tinha que ver connosco senão o direito em que nos achávamos de pensar outro tanto da nossa missão no mundo.*

*A idea imperial implicava apenas um conceito de civilização e de influencia de natureza espiritual: a religião, a lingua, os costumes, o genio espanhol. Observei que a minha estada neste paiz me oferecia de facto oportunidades interessantissimas para conhecer a sua evolução actual. E fazendo convergir a conversa para a necessidade dum estreito contacto com o Generalissimo afim de se poder desenvolver essa politica de entendimento e colaboração, aludi ás questões internacionais de grande interesse para Espanha, e aproveitei o ensejo para, cumprindo o determinado por V. Excia, conhecer o ponto de vista do meu interluctor sobre o assunto da retirada dos voluntarios. O Generalissimo disse que a retirada proporcional era inviavel. Aduziu os mesmos argumentos que creio já apresentados por Portugal e acrescentou que os vermelhos teem as coisas tão sofismadas que seria praticamente impossivel qualquer solução equitativa dessa natureza. Não me chegou a dizer se preferia o numero fixo, mas declarou que a questão do reconhecimento da beligerancia já pouco lhe interessava nesta altura, ao contrario do que acontecia quando do ataque a Bilbao. Dominada a zona norte e recuperados os seus grandes centros industriais, tornára-se por outro lado mais fácil o bloqueio das costas vermelhas e sentia-se até mais livre de movimentos para com os paizes suspeitos ou inimigos, pois nenhuma atenções lhe devia. Declarou-me em seguida que os estrangeiros são menos numerosos no campo nacionalista do que em geral se pensa. Os alemães são apenas tecnicos especializados. Os italianos não excedem 24 batalhões; e são camisas negras na quasi totalidade, o que não equivale á tropa de linha: Até agora, só os havia deixado actuar em Guadalajara e na conquista de Santander.*

*Neste momento esses estavam de reserva. Fóra disso, havia apenas o Tercio, com muitos milhares de estrangeiros mas alistados individualmente. Referi-me á boa impressão que me causara a situação economica que aqui viera encontrar e levei novamente a conversa para a reforma do Estado. O Generalissimo disse-me que justamente nesta ocasião se iam passar factos muito importantes nesse particular. Estava já há tempo decidido a constituir um verdadeiro governo não só para melhor reorganização da vida interna mas para efeitos de ordem internacional. Contara faze-lo no dia de Reis mas os cuidados da guerra haviam absorvido a sua atenção. Esse fora até o motivo porque não resolvera mais cedo o assunto da nomeação do agente para Portugal. Ontem mesmo seria publicado o diploma creando os novos ministerios e hoje nomearia os ministros. Um dos primeiros actos do novo governo seria a promulgação da Carta do Trabalho. E a proposito falou do character marcadamente social do novo regime e disse que uma coisa não entendia na politica portuguesa: que se falasse tão pouco da questão social. Não sabia se era falta de propaganda ou se existia de facto uma certa indiferença pela questão. Respondi-lhe que me agradava imenso falar da materia. Embora ele Generalissimo tivesse o seu tempo muito tomado, eu não queria deixar de lhe dizer que estava ás suas ordens para lhe prestar quaisquer informações sobre a nossa organização corporativa. Já os falangistas me haviam feito a mesma observação e eu os havia esclarecido. Via toda a vantagem em que o caso português fôsse bem conhecido em Espanha para poderem beneficiar dos resultados da nossa experiencia. Disse da minha boa impressão ácerca do secretario geral da Falange, Raimundo Fernandez Cuesta, agora M<sup>o</sup> da Agricultura, e da feliz evolução que verificará nas ideas de aquela desde a intervenção do Generalissimo ao fundi-la com os “requetés”.*

*Era necessario que a Falange evitasse certos exageros demagógicos, mas tambem não escondia que sendo eu não obstante muito “requeté”, recomendara*

*sempre aos meus amigos desse campo que aceitassem na Falange o aspecto popular e de vanguarda que esta demonstrava, pois doutra forma não chegava ao coração das massas nem venceriam a sedução marxista. Achava pois que o Generalissimo via muito bem o problema propondo-se agora praticar em Espanha uma politica largamente penetrada do que poderíamos chamar o novo espiritual social. Falei por associação de ideias da necessidade de constante vigilancia contra o comunismo e referi-me ao esforços interruptos que os nossos comuns inimigos teem desenvolvido no sentido de provocar perturbações graves em Portugal e colher portanto os nacionalistas pela rectaguarda.*

*O Generalissimo declarou que estava muito grato ao nosso Governo pelos inestimaveis serviços que lhe tem prestado a nossa policia politica e citou o nome do capitão Agostinho Lourenço, tecendo-lhe os maiores louvores. Os nacionalistas não tinham podido organizar até agora um serviço de policia em termos porque os melhore elementos estão na guerra. Era-lhes pois preciosa a ajuda portuguesa e logo que a guerra acabasse organizariam a sua policia e seria então facil, atravez duma estreita colaboração, eliminar de vez a ameaça bolchevista na peninsula.*

*O facto de ser recebido ao mesmo tempo que os restantes agentes officiosos e a ausencia de qualquer demonstração externa de preferencia para com Portugal, levou-me nessa altura a pedir ao Generalissimo que se dignasse determinar que depois da audiencia me fosse fornecida uma nota com os termos em que seria dado publico conhecimento em Espanha, no dia seguinte da minha visita. Eu desejava comunicar o facto para Portugal mas desejava tambem não dizer senão aquilo que ele julgasse conveniente . Decerto aprova Va Exa que eu fizesse o possivel para conseguir ao menos uma noticia especial referente à audiencia concedida ao agente portuguez afim de se evitar a tristeza dum eco colectivo englobando o representante de Portugal com o agente ingles( aqui olhando com geral desconfiança), o japones e o jugo-slavo, este ultimo chegado há poucos dias que alguma coisa se conseguiu, Va Exa verificará pelos jornais de hoje que junto e ainda mais pela folha do “Boletin Oficial de Prensa y Propaganda del Estado”, que é lido por todas as autoridades nacionalistas e pelas representações estrangeiras. Mas não tenho duvida de que tudo estava disposto para que as coisas se passassem sem a mais pequena nota de preferencia a nosso respeito. Feito o pedido que acima refiro, e para forçar de forma indirecta a sua satisfação, aludi ao ambiente popular que os nacionalistas teem em Portugal e disse ao Generalissimo que no dia da minha partida de Lisboa a maioria das pessoas que enchiam a gare pertencia às classes trabalhadoras.*

*Essa era uma manifestação do interesse com que o nosso povo seguia a sua causa, mas maior prova era ainda a impressionante conducta dos nossos voluntarios do Tercio e a forma como afluíam ao alistamento. Os muitos milhares de mortos que já tinhamos e os milhares de portugueses que se batiam na frente, demonstrava bem até que ponto nosso povo estava ao lado do povo espanhol. O Generalissimo respondeu que daria ordem para me ser comunicada a nota. E falando dos portugueses do Tercio disse que eram dos melhores soldados desta tropa famosa. Ele os comandàra em Africa e muitos lhe escreviam de vez em quando conservando laços de dedicação que muito o sensibilisavam.*

*Decorreia quasi uma hora, sem o Generalissimo dar qualquer sinal de pôr termo à conversa e sem esta esmorecer um só momento. Mas devo em consciencia observar que, contrastando com a franqueza das suas declarações em alguns assuntos delicados e a despeito da perfeita cordialidade do acolhimento, o Generalissimo não me disse uma só palavra sobre a questão do reconhecimento*

*nem achou por bem manifestar o seu ponto de vista sobre o sistema actual das nossas realções. Não fez qualquer reflexão sobre o assunto quando directamente lhe falei das resistencias que tenho adivinhado, nem prometeu interessar-se pessoalmente pelos assuntos que eu houvesse de tratar como não me facilitou ou prometeu facilitar futuras entrevistas. Julgo pois ter deparado no Generalissimo a mesma reserva, embora atenuada, que encontrei nas esferas nacionalistas que se ocupam de politica externa. Reservara propositamente para o fim entrega do livro que Va. Exa. lhe ofereceu.*

*O Generalissimo demonstrou-se muito reconhecimento à atenção de V. Exa e as suas ultimas palavras foram para exprimir o seu grande desejo de, uma vez acabada a guerra, se avistar com Va Exa. Terminada a audiencia e em satisfação do que eu pedira anteriormente ( e de aí resultou mais uma inesperada deferencia para com esta missão que o Gabinete Diplomatico classifica nas suas notas verbais de “agencia diplomatica y oficiosa de Portugal”) o Snr Sangroniz introduzio as demais pessoas que a compoem e que apresentei ao Generalissimo. Este ultimo disse ainda algumas palavras muito amaveis, das quais sobressaiu o seu grande reconhecimento a Portugal não só pelo que fez nos primeiros dias de guerra, “mas pelo que continua a fazer pela Espanha nacionalista”. Esta ultima expressão sou-me agradavelmente porque não a ouvira de inicio. Na ante-camara encontrei o agente inglez que se deixara ficar. Não duvido que o reteve ali certa curiosidade de que por mais duma vez tem dado manifestações, a respeito do meu contacto com o governo de Generalissimo.*

*Á tarde visitei o General Jordana, presidente da Junta Técnica que terminava hontem as suas funcções mas que me deu a grata noticia de que além de vice-presidente do governo, seria o novo ministro dos “assuntos exteriores”. Na verdade tomei o facto como uma boa nova pois o general Jordana referiu-se a Portugal na forma mais afectuosa e grata e falou tão confiadamente como se nada faltasse à regularidade das relações diplomáticas entre os dois povos. Foi inextinguível de cortezia, de sinceridade e do desejo de nos ser agradável, e falou de Portugal num tom em que só me tinham falado antes, nas altas esferas, o General Valdez e o General Martínez Anido, aquele até hontem Governador Geral do Estado e este ultimo novo ministro da Orden Publica. Verifico que este relatório se tornou talvez demasiado longo. Que Va. Exa. me releve se não soube fazer mais curto, mas procurei primeiro que tudo fornecer a Va. Exa. um resumo fiel da minha primeira conversa com o Generalissimo que esclarece sem duvida alguns aspectos da questão até agora mal definidos.<sup>57</sup>*

Braga da Cruz analisa posição de Teotónio Pereira na sua primeira abordagem a Francisco Franco:

*No dia 31 de Janeiro é realizada a primeira reunião com Francisco Franco na cidade Burgos. Foi quem manifestou, além de satisfação, pelo estabelecimento de relações diplomáticas, a sua preocupação pelo “sindicalismo já ultrapassado” da Falange, que se harmonizava mal com o “clima moral da Espanha e os laços de fraterna amizade com Portugal”, já que os falangistas “levavam as suas fantasias até ao ponto de cortarem dos mapas da Península a fronteira com Portugal, “que se considera a mais antiga da Europa”. Franco tranquilizou-o*

<sup>57</sup>AHD-MNE, Ofício da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 01/02/1938, pp. 1-9.

*sublinhando o grande respeito da Espanha nacionalista por Portugal, e a amizade recíproca, enaltecendo também o valor dos soldados portugueses do Tércio.*<sup>58</sup>

A chegada de Pedro Teotónio Pereira a Salamanca é relatada pela imprensa local *La Gaceta Regional*. Foi escrito o labor que Salazar está a realizar em Portugal e o envio de Teotónio Pereira, como Agente Especial a Espanha, bem como o seu discurso quando chegou a Salamanca:

*A título de informação, tenho a honra de remeter a V. Exa. os inclusos recortes de varios jornais da Espanha Nacionalista que fazem referencia á missão de que fui encarregado pelo Governo Português do Generalissimo Franco [...]*

*“Habla el representante de Portugal. Dice que trae a España un saludo cordial de la nación hermana ayer visitó al Secretario General del Estado. Portugal la nación hermana, acaba de darnos una prueba más de su profundo cariño enviándonos como representante suyo al doctor don Pedro Theotonio Pereira. Todos conocemos la labor gigantesca que el Gobierno portugués, guiado por el talento y el patriotismo de ese gran político que es Oliveira Salazar, viene realizando en la nación portuguesa, y por lo tanto hemos de agradecer en todo su valor el que dicho estadista haya tenido el rasgo de desprenderse de su mejor colaborador, el doctor Pereira, para enviárnoslo como su representante y acreditarle como agente especial cerca del Generalísimo Franco”.*

*“Al llegar a España encargado de una lata misión que acepté con alegría y con fe, no hago más que empezar a cumplir esta misión dirigiendo desde aquí un caluroso saludo a la noble nación española, y expresándole, en nombre de todos los portugueses, los sentimientos de fervorosa simpatía con que la acompañamos en sus dolores actuales, haciendo los más ardientes votos para que logre el triunfo de aquellos ideales que le dieron tanta grandeza en el pasado y que, proyectados sobre un próximo futuro, iluminan ya los caminos de la nueva España. Como representante del nuevo Portugal en la España de Franco –la España de la reconquista del siglo XX–, saludo con emoción a la raza hermana, que escribe en estas horas supremas páginas de gloria imperecederas en defensa de nuestra civilización de Occidente, luz de la humanidad, patrimonio sagrado que tenemos el deber de salvar”.*<sup>59</sup>

A imprensa, da Galiza e da Andaluzia, comenta a entrada em funções do diplomata português em Salamanca. Muitas palavras de simpatia e de admiração para o novo representante de Portugal. Várias entidades como, as representações da FET, o Comandante da *Brigada Naval de la Legión portuguesa*, Federico Gorjau, o Comandante de mesma *Legión*, Domingos de Matos, o delegado da *Légion Portuguesa en Sevilla*, o

<sup>58</sup> Pedro Theotónio Pereira, *Memórias*, Lisboa, Verbo, 1973, vol. II, in Braga da Cruz, *Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras*, p. 432.

<sup>59</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com um recorte do jornal *La Gaceta Regional* de 20 de Janeiro, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros 20/01/1938.

Cônsul de Portugal em Salamanca, recebem Teotónio Pereira na chegada à estação dos caminhos de ferro:

*[...] Tenho a honra de remeter a V. Exa. Os inclua os recortes de varios jornais deste país, publicados em diferentes provincias, que confirmam a repercussão que em todo o territorio da Espanha nacionalista teve a chegada do Agente Especial do Governo Português junto do Generalissimo Franco.*

*“El nuevo representante de Portugal cerca del Gobierno del Generalissimo hace interesantes manifestaciones henchidas de adhesion cordial a nuestra patria.*

*Oportunamente y tan pronto como fué conocida la designación del doctor Teotonio Pereira como agente del Gobierno lusitano cerca del de nuestro Generalissimo, hubimos de congratularnos por el acierto de la elección, por haber recaído en persona que reunia relevantes méritos y muy singulares condiciones [...]*

*Portugal, la nación hermana, acaba de darnos una prueba más de su profundo cariño enviándonos como representante suyo al doctor don Pedro Teotonio Pereira. Todos conocemos la labor gigantesca que el Gobierno portugués, guiado por el patriotismo de esse gran político que es Oliveira Salazar viene realizando en la nación portuguesa. Por lo tanto, hemos de agradecer en todo su valor el que dicho estadista haya tenido el rasgo de desprenderse de su mejor colaborador, el doctor Pereira, para enviárnoslo como su representante y acreditarse como agente especial cerca de Generalissimo Franco [...].*

*El doctor Pereira, con una llaneza y una simpatia en la cual se respira el profundo cariño que siente por nuestra, nos dice lo siguiente: ‘Al llegar a España con el encargo de una alta misión, que acepté com alegría y con fe, no hago más que empezar a cumplir esta misión dirigiendo desde aqui un caluroso saludo a la noble nación española y expresándole en nombre de todos los portugueses los sentimientos de fervorosa simpatia com que le acompañamos en sus dolores actuales, haciendo los más ardientes votos para que logre el triunfo de aquellos ideales que le dieron tanta grandeza en el pasado y que proyectado sobre un proximo futuro, iluminará ya los caminos de la nueva España.*

*Como representante del nuevo Portugal en la España de Franco –la España del siglo XX -, saludo com emoción a la raza hermana, que escribe en estas horas suprema páginas de gloria imperecedera en defensa de nuestra civilización de occidente, luz de la humanidad, patrimonio sagrado que tenemos el deber de salvar’.*

*Llegada a Salamanca del Doctor Teotonio Pereira, que representara a Portugal en la España de Franco. Las representaciones de la F.E.T. Acuden a saludarle, recepciones y discursos cordialísimos.[...]*

*En la estación fué saludado por el comandante de la Brigada Naval de la Legión portuguesa don Federico Gorjau, comandante de la misma Legión Domingos de Matos, delegado de la Légion Portuguesa en Sevilla, cónsul de Portugal en Salamanca y una nutrida comision de súbditos portugueses. Al retirarse de la estación para dirigir-se a su automóvil numeroso público que se encontraba en la estación prorrumpió en vivas entusiastas a Portugal a España, Oliveira Salazar y al Generalissimo Franco [...] El doctor Pereira agradeció sumamente las pruebas se afecto que habia recibido y com palabras sinceras*

*expresó su gran satisfacción por hallarse en la España del Generalísimo Franco, que tanto se quiere y admira Portugal”.*<sup>60</sup>

O jornal, *ABC* de Sevilha, faz referência à chegada de Teotónio Pereira a Salamanca:

*Com o presente ofício tenho a honra de remeter a essa Secretaria de Estado um recorte do dilrio desta cidade “ABC”, no qual, a propósito da chegada a Salamanca do Agente Especial do Governo Português, S.E. O Sr. Dr. Teotónio Pereira, se fazem algumas referências de louvor à política de Portugal, superiormente conduzida por Sua Excelência o Senhor Doutor Oliveira Salazar, com relação à guerra de Espanha.*<sup>61</sup>

### **O reconhecimento *de jure* ao Governo nacionalista em Abril de 1938.**

Teotónio Pereira sugere a Oliveira Salazar que Portugal se antecipe, ao Reino Unido, e que reconheça rapidamente o Governo de Francisco Franco. A questão da passagem da representação portuguesa, em Espanha, de Agente Especial para um estatuto diplomático já dentro do reconhecimento *de jure*, era algo que iria acontecer a curto prazo, ou seja, o estatuto de Agente Especial era transitório. Pedro Teotónio Pereira possuía essa preocupação:

*Eu estava mesmo inclinado a crer que aquele género de estatuto diplomático tinha mais que ver com um período transitório do que com a definição dum política já em boa hora traçada por Portugal e que levaria indubitavelmente ao reconhecimento do Governo de Burgos dentro de pouco tempo.*<sup>62</sup>

O Agente Especial, em Espanha, sentia que era urgente a concretização do reconhecimento *de jure*: “a missão de agente especial não iria muito longe a não ser que os próprios não conseguissem fazer-se aceitar em curto prazo como embaixadores de verdade”.<sup>63</sup> Correspondência de Teotónio Pereira demonstra o cuidado, nas suas atuações

<sup>60</sup> AHD-MNE, Ofício da Missão Especial de Portugal em Espanha na cidade de Salamanca, com um recorte do Jornal *El Pueblo Gallego* de 20 de Janeiro e um recorte do jornal *ABC* de Sevilha de 21 de Janeiro, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 24/01/1938.

<sup>61</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Sevilha com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 29/01/1938.

<sup>62</sup> Pedro Theotónio Pereira, Memórias, Lisboa, Verbo, 1973, vol. II, p. 24.

<sup>63</sup> DAPE, vol. III, doc. 521, p. 505 e doc. 526, pp. 508-512 in Pinho Aguiar, *Pedro Teotónio Pereira e a Guerra Civil de Espanha*, p. 97.

publicas, para que a posição de Portugal não fique melindrada por, ainda, não se ter efetuado o reconhecimento *de jure* do Governo nacionalista:

*Devo tambem informar V. Ex<sup>a</sup> que as autoridade locais têm sido para comigo toda a especie de atenções, prestando-me ao mesmo tempo todas as facilidades para o exercicio do cargo que desempenho. Se bem que a tal respeito não tenha quaisquer instruções de V.Ex<sup>a</sup> e que, em vista de não se ter efectuado ainda o reconhecimento do Governo do General Franco por Portugal, tenha redobrado de precauções para evitar actuações equivocadas, não me é possível recusar um certo numero de convites, como os que deixo expostos, desejando apenas assegurar a V.Ex<sup>a</sup> que procuro manter sempre uma atitude reservada, posto que correcta. Apresento a V.Ex<sup>a</sup> os protestos da minha elevada consideração.<sup>64</sup>*

Neste officio de, Teotónio Pereira, é a relatado que o jornal *La Gaceta Regional* transcreve os principais pontos do discurso de Salazar perante a Legião portuguesa:

*Tenho a honra de remeter a V. Exa. o incluso recorte do mais importante jornal de Salamanca, La Gaceta Regional, de hoje, que reproduz os principaes trechos do discurso pronunciado por V.Exa. na sessão de propaganda nacionalista ultimamente promovido pela Legião Portuguesa. O mesmo discurso foi aqui escutado com entusiasmo através das emissoras de radio por numerosas individualidades, verificando-se assim que de novo se intensifica a atmosfera de vivo interesse pelas coisas de Portugal creada pela guerra.*

*“Discurso de Oliveira Salazar, ante la Legión Portuguesa. A Salamanca, capital de una provincia fronteriza, le cumple la misión de avivar el sentimiento de hermandad con la nación vecina, que tan bellamente supo, en los momentos críticos del iniciamiento de esta guerra, ponerse a nuestro lado, prestando una ayuda moral eficacísima. Salamanca no renuncia a esta misión, que considera honrosa y grata en extremo, y pone el mayor ahínco en cumplirla debidamente.*

*He aquí por qué nos complacemos en dar los párrafos más salientes del discurso pronunciado por Oliveira Salazar, durante la sesión de Propaganda Nacionalista organizada por la Junta Central de la Legión Portuguesa. Legionarios: Además de lo mucho o poco- vosotros le daréis el valor- que pueda significar mi presencia entre vosotros, no vine a otra cosa sino a oír gritada, con toda la fuerza de vuestros sanos pulmones y de viril entusiasmo, la palabra que, por encima de cuanto nos pudiese dividir, nos une en las mismas aspiraciones, en la misma victoria: ¡Portugal! No vine a otra cosa, repito; pero porque vine, me veo obligado a decir algunas palabras, muy pocas y con certeza innecesarias para los que no necesitan de estímulos y revelan tal conciencia del deber, que pueden prescindir hasta de las alabanzas. Nosotros no somos una fuerza únicamente destinada a luchar; somos una fuerza destinada a vencer y a mantener intacta la victoria [...] La primera ventaja que tenemos es la lucha, y la primera razón para no temer es que el enemigo -el gran enemigo bajo cuya sombra se agitan algunos aliados de ocasión, siendo conveniente no confundirlos con él- está conocido perfectamente, y nunca sobre este punto tuvimos las ilusiones que acariciaron otros muchos.*

<sup>64</sup> AHD-MNE, Officio do Consulado de San Sebastian com destino a Lisboa a 26/03/1937, pp. 1-2.

*Nunca nos engañó, al esforzarse por parecer pacifista en Ginebra, condescendiente en Londres, humanitarista en España, prudente en las Cancillerías, civilizado en las cortes europeas. Y porque nunca nos engañó, nada perdimos en los negocios y financiamiento, no fuimos obligados a dar foro de legitimidad a su propaganda oficial, no sufrimos la desaparición de hombres entregados confiadamente a nuestra protección, ni pasamos por el disgusto de ver a diplomáticos pasar [...]”.*<sup>65</sup>

O reconhecimento *de Jure*, do Governo de Franco, foi comunicado por Salazar, no dia 28 de Abril, em sede da Assembleia Nacional e concretizado no dia 12 de Maio. Pedro Teotónio Pereira é convidado para Embaixador, no dia 20 de Maio, e as credencias foram entregues por Franco no dia 24 de Junho de 1938.

O enviado britânico perante a tomada de posição de Portugal, em matéria de política externa em relação a Espanha, enaltece o papel do Governo português e realizava uma critica ao seu próprio Governo. Assume que a forte e influente presença dos alemães e italianos, em território espanhol, é devido à falta de capacidade de Inglaterra e que os espanhóis não gostam dos alemães e italianos:

*O Governo inglês por covardia ante as esquerdas e a opinião pública levou a Inglaterra a esta vergonhosa situação. Nunca a Inglaterra teve um insucesso desta natureza nem destas proporções. Os alemães e os italianos estão aqui por nossa culpa e no fundo os espanhóis detestam uns e outros porque hão-de ser sempre os mesmos. Os senhores é que tiveram uma política muito hábil. [...] Sempre achei inadmissível aquela espécie de neutralidade perante os dois partidos em luta, mais nunca consegui convencê-los do banditismo dos vermelhos.*<sup>66</sup>

As correspondências diplomáticas demonstram várias formas de agradecimentos, por parte das autoridades nacionalistas, devido ao reconhecimento *De Jure* por Portugal ao seu Governo. A imprensa é a mais dinâmica configuração de evidenciar simpatia. Houve igualmente manifestações formais de jubilo por parte das autoridades nacionalistas e manifestações publicas.

Os jornais galegos, *El Pueblo Gallego* e *El Faro de Vigo*, fazem eco do reconhecimento de Portugal para com o Governo espanhol com manifestações de afeto e comunhão com o papel do Governo português:

<sup>65</sup> AHD-MNE, Ofício da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com um recorte do jornal *La Gaceta Regional* de 16 de Março, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 16/03/1938.

<sup>66</sup> Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, CLNSRF, 1989-1991, vol. L, pp.148-149 in Braga da Cruz, *Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras*, p. 432.

*Tenho a honra de remeter a V. Exa. as primeiras paginas dos jornais “El Pueblo Gallego” e “Faro de Vigo” de hoje referido o reconhecimento “De jure” do Governo Espanhol pelo Governo Português:*

*“Ayer fué comunicada oficialmente en Burgos la decisión del Gobierno portugués de reconocer plenamente a la auténtica España.*

*La nación portuguesa ha celebrado el X aniversario de la toma de posesión, por el doctor Oliveira Salazar, de la cartera de Hacienda. Salazar ha realizado una labor excepcional, sobradamente conocida en España, donde se aprecia justamente el esfuerzo de Portugal por recobrar el alto rango a que tiene derecho en el concierto de los pueblos.*

*Un Portugal unido, fuerte y libre es una de las garantías de la seguridad española, si nuestro amor a Portugal no nos hiciese desear fervorosamente su grandeza e independencia, lo haría nuestro egoismo. Un régimen político que recoja la herencia portuguesa y la ponga en vivo frente a los problemas y circunstancias de nuestro tiempo tendrá siempre la simpatía de los nacional-sindicalistas, la amistad de España. Oliveira Salazar ha anunciado el reconocimiento oficial del Gobierno de Burgos como Gobierno legítimo de España.*

*Portugal ha prestado a nuestra Revolución ayudas inestimables, que grabarán en el ánimo español senderos imborrables de gratitud. Cierra esa ayuda, con broche de oro, el reconocimiento de nuestro Gobierno. En la lista de los países amigos, que han sabido ver la profunda y emocionante significación de nuestra lucha, el nombre sonoro y legendario de Portugal pasa a ocupar el más alto puesto. La España de Franco saluda a Portugal y al hombre que lo ha restaurado en el camino de las más altas historias.*

*Una declaración de Oliveira Salazar. Portugal resuelve reconocer de hecho al Gobierno de Franco.*

*Ayer, el jefe del Gobierno Oliveira Salazar, hizo una declaración oficial en la Cámara portuguesa anunciando que el Gobierno de Portugal había acordado reconocer oficialmente al Gobierno del Generalísimo Franco como el único Gobierno de España. La Cámara acogió con gran entusiasmo y con aplausos estas manifestaciones”.*<sup>67</sup>

O Cônsul português, em Vigo, envia informações, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, sobre o reconhecimento que Portugal faz do Governo de Franco pelos jornais *El Pueblo Gallego* e *El Faro de Vigo*, que faz menção ao reconhecimento do irmão Portugal à *Auténtica España* e o percurso de Portugal com os nacionalistas desde 18 de Julho de 1936. Estão transcritas, devido ao reconhecimento de Portugal, felicitações cheias de palavras de amizade e de simpatia para Portugal por parte de Franco e do Conde de Jordana, Vice-presidente do Governo e Ministro dos Negócios Estrangeiros nacionalista, ao Presidente de Portugal Óscar Carmona e ao Presidente do Conselho Oliveira Salazar;

---

<sup>67</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Vigo, com recorte do jornal *El Pueblo Gallego* de 30 de Abril, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 30/04/1938.

*Tenho a honra de junto remeter V. Exa. alguns recortes dos jornais desta cidade sobre o reconhecimento “de jure” do Governo Espanhol.*

*“El Pueblo Gallego: el Reconocimiento de nuestro Gobierno por Portugal da lugar a un cambio cordialísimo de despachos entre las altas personalidades de los dos países.*

*Con motivo del reconocimiento de jure del Gobierno nacional por la República portuguesa, S.E. El Generalísimo ha enviado un telegrama a S.E. el General Carmona, presidente de la nación portuguesa, concebido en los siguientes términos: ‘Al recibir con gran emoción la fausta noticia del reconocimeinto de jure del Gobierno nacional por parte de Portugal, no quiero demorar el manifestar a V.E., señor Presidente, la satisfacción con que me entero de esta decisión, que es digno remate de la gallarda y amistosa actitud que Portugal ha mantenido durante toda la guerra que sostenemos, y que estoy seguro reforzará aún más, si cabe, las fraternales relaciones que los dos países han mantenido siempre y mantendrán en el futuro con mayor ahinco, para defender los comunes ideales de civilización y de historia.*

*Reciba Vuestra Excelencia, señor Presidente, con mi saludo más cordial y afectuoso, el testimonio de admiración y gran simpatía del pueblo español hacia V.E. y hacia la gran nación portuguesa.*

*Francisco Franco, Jefe del Estado’.*

*Asimismo el vicepresidente del Gobierno y ministro de Asuntos Exteriores, general conde de Jordana, há enviado a S.E. Don Antonio Oliveira Salazar, Presidente del Gobierno y Ministro de Relaciones Exteriores de Portugal el siguiente telegrama: ‘Con motivo fausto acontecimiento reconocimiento de jure por Portugal del Gobierno nacional, me apresuro a comunicar a V.E. la satisfacción del vuestro, que completa y afianza las buenas relaciones de fraternal amistad que siempre han mantenido los dos países y que seguramente han de seguir manteniendo, dada la comunidad de ideales que defienden.*

*Envío un cordial saludo del Gobierno nacional para vuestro Gobierno y el país portugués deseando continúe el floreciente desarrollo político y económico a que ha llegado bajo la sabia e inteligente dirección de vuestro Gobierno.*

*Jordana, Vicepresidente del Gobierno y Ministro de Relaciones Exteriores.’*

*“El Pueblo Gallego”: Declaraciones del doctor Teotonio Pereira. Cómo ha sabido apreciar Portugal la grandeza de nuestra guerra. Se ha cerrado el primer ciclo de una amistad perfecta entre los dos pueblos peninsulares.*

*El representante de Portugal en la España Nacional, el ilustre doctor Pedro Teotonio Pereira, nos ha hecho, con motivo del reconocimiento “de jure” del Gobierno del Generalísimo Franco por el de Portugal, las siguientes declaraciones:*

*‘Al comunicar ayer por la tarde a S.E. El general Conde de Jordana, en nombre de mi Gobierno, el reconocimiento oficial del Gobierno del Generalísimo, viví unos instantes de la más profunda emoción. Sentí que conmigo estaban en espíritu todos los portugueses que, desde la primera hora de la guerra de España, habían apreciado la grandeza de la tragedia y adivinado su inmensa proyección sobre el futuro [...]*

*El liberalismo, la demagogia y la anarquía de ideas, nos habían hecho sufrir duramente, pero nos habían enseñado a conocer el mal y a combatirlo de frente. Por eso surgió el nuevo Portugal. El Nuevo Portugal extiende la mano a la Nueva España, al mismo lado de la barricada ideológica en que el mundo moderno juega*

*sus destinos, bajo los mismos signos eternos y com la misma ansia renovadora y de perfeccionamiento’.*

*“Faro de Vigo”: El hermano Portugal reconoció ahora “de derecho”, a la auténtica España, con la misma sinceridad y espontaneidad, que ya “de hecho” la reconociera al iniciarse el movimiento salvador [...] El pueblo, que hogaño como antaño, está a nuestro lado en las horas dificiles, en que peligran unas creencias y una cultura mútua; el pueblo en fin, que supo percatarse en el mismo 18 de Julio de 1938, que al alzarnos en defensa del “Quijote”, defendiamos también a “Os Lusíadas”[...]”<sup>68</sup>*

As autoridades civis e militares apresentam a sua consideração ao Governo luso. A gratidão por parte dos nacionalistas com Portugal por ter reconhecido o executivo do General Franco:

*Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que por motivo do reconhecimento oficial do Governo do Generalissimo Franco, pelo Governo Português, vieram a esta Chancelaria, apresentar os seus cumprimentos as autoridades civis e militares, inumeras personalidades, tendo sido recebidos tambem numerosos telegramas e bilhetes de visita.*

*Todas essas visitas tiveram palavras de agradecimento para o nosso Paiz, e muito especialmente para Sua Excelencia o Snr. Dr. Oliveira Salazar, Ilustre Presidente do Conselho.*<sup>69</sup>

O Embaixador português começava uma “mobilização” para ganhar espaço e influencia em relação às representações da Alemanha e Itália que se posicionavam de uma forma substancial, nomeadamente na imprensa, procurando desta forma prevalecer os interesses de cada país.<sup>70</sup>

*Como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, a Italia desenvolve em Espanha uma ação de propaganda de grande envergadura. Um dos meios mais adotados, naturalmente, é a imprensa, a qual diariamente recebe do “eixo Berlin- Roma” se não as directrises pelo menos a sua inspiração. A par dessa influência a bem dizer indirecta, mantem a Italia em San Sebastian uma “Officina Italiana de Prensa” que, com a maior regularidade, distribue um Boletim dedicado a apregoar a politica imperial Italiana e as suas relações intimas e indestructiveis com a Alemanha e a Nova Espanha.*<sup>71</sup>

<sup>68</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Vigo, com dois recortes do Jornal *El Pueblo Gallego* de 13 e 14 de Maio e um recorte do jornal *Faro de Vigo* de 14 de Maio, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 14/05/1938.

<sup>69</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em Huelva com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 16/05/1938.

<sup>70</sup> Braga da Cruz, *Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras*, p. 432.

<sup>71</sup> AHD-MNE, Ofício da Embaixada de Portugal em San Sebastian com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 26/04/1939.

## 2. Apoio logístico e territorial aos nacionalistas

### **O problema que o Governo republicano representa para Portugal no dia 16 de Julho de 1936**

Para António Oliveira Salazar era evidente que um regime Espanha contrário ao Estado Novo era problemático para a sua sobrevivência política. Opinava que desde a conquista do poder da Frente Popular, que aconteceu no mês de Fevereiro de 1936, o seu regime não estava em condições de conviver com as tentações esquerdistas e revolucionárias do Governo espanhol.

No momento que o ato eleitoral encaminha a Frente Popular para o poder surge um problema, importante, para Portugal. Um regime diferente, da ditadura de Salazar, deve ser visto com muito cuidado, duvida e desconfiança. No pensamento do Governo português, e de Salazar, Portugal deve estar preparado para não ser influenciado pelos movimentos e forças da Frente Popular. Para isso, deve agir com diplomacia, cautela e estar vigilante em relação ao regime, de esquerdas, revolucionário e antagónico, que está no poder em Espanha.

A vitória da Frente Popular representava, de forma inequívoca, que o Governo português iria enfrentar dificuldades de coabitação que surgiram, entre os anos de 1931 e 1933, quando os republicanos governavam os destinos de Espanha. A diferença para o regime luso e para Salazar residia na consistência e capacidade que o Estado Novo possuía, no começo da década trinta, e aquele que demonstra em 1936 já com o regime salazarista edificado e estruturado. Se o Estado Novo, em 1936, está completamente estruturado se organizado sobre a pauta de Salazar há cinco anos, atrás, estava num processo de crescimento ideológico, político e institucional.

As reformas sobre as forças armadas de 1937 e de 1938, com Salazar a obter a pasta da Guerra em 1936, vão-se traduzir no aumento do controle sobre as forças armadas por parte do poder político. Existiu durante os anos de guerra civil de Espanha um endurecimento dos poderes da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e da censura prévia.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> Mattoso (dir.), *História de Portugal - O Estado Novo*, p. 218.

O ano de 1936 foi uma nova evolução do regime de Oliveira Salazar, com o nascimento de novas organizações e o nascimento de novas leis que apontavam para um novo patamar de *fascização* do regime, um novo nível político que ia para lá do corporativismo cristão, tradicionalista e autoritário.<sup>73</sup>

A sobrevivência do regime salazarista, em tudo o que significa, foi um eixo fundamental para Oliveira Salazar que nas vésperas da guerra civil espanhola tentava conseguir garantias na defesa militar e política do próprio regime contra as forças de oposição que lavravam em Espanha.<sup>74</sup> José Miguel Sardica vê um conflito ideológico no conflito espanhol:

*As esquerdas comunista, anarquista ou republicana –e não somente em Espanha- [...] temiam o avanço da negritude fascista; as direitas, essas, temiam a cristalização revolucionária bolchevique ou para-bolchevique. Nesse sentido a guerra civil de Espanha foi um claríssimo divisor de águas.*<sup>75</sup>

Freire Antunes afirmava a distância ideológica e doutrinal dos responsáveis máximos de cada país no início da Guerra Civil;

*Ao eclodir da Guerra Civil, um maçon de grau 33 era primeiro-ministro em Espanha e o regime de Salazar emergia na Europa como o mais próximo da materialização das doutrinas políticas papais de Leão XIII e de Pio XI.*<sup>76</sup>

Se a política externa portuguesa não era algo fundamental para o salazarismo, a guerra civil espanhola foi o ponto de viragem para se assumir uma prioridade na política externa portuguesa: “*Entre 1928 a 1932 e mesmo entre 1932 e 1936 não se conhecem grandes decisões de Salazar em matéria de política externa. Seria a Guerra Civil de Espanha que daria ao novo ditador a oportunidade para se afirmar nas questões internacionais*”.<sup>77</sup>

O papel do Governo salazarista de 17 de Julho, até ao *Primeiro Conjunto de Apoio* da Itália e Alemanha, entre 28 e 31 de Julho, reflete-se no apoio logístico e militar. A assistência logística e territorial por parte do governo de Salazar refletiu-se em várias óticas;

<sup>73</sup> Martins, *Classe, Status e Poder*, p. 38.

<sup>74</sup> Torre Gómez, *La relación peninsular en la antecámara de la guerra civil de España*, p. 188.

<sup>75</sup> Sardica, José Miguel, *Ibéria – A relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa, Aletheia Editores, 2013, pp.122.

<sup>76</sup> Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, p. 593.

<sup>77</sup> Medeiros Ferreira, José, *Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU in Política Internacional*, vol. I, nº 6, 1993, p. 138, cit. in Mattoso (dir.), *História de Portugal - O Estado Novo*, p. 262.

- A cedência do porto de Lisboa
- Disponibilização das fronteiras terrestres; caminhos de ferro, camiões e automóveis
- A concessão de plataformas aéreas em Lisboa e no Alentejo

### A cedência do porto de Lisboa

Os nacionalistas chamavam a Lisboa o *Porto de Castela*.<sup>78</sup> O porto de Lisboa servia desembarcar para os nacionalistas, milhares de camiões *Ford*, *Studebaker* e *General Motors*, bombas de mão e espingardas. Ficariam retidos cinco barcos de gasolina da Texaco que iriam para os republicanos.<sup>79</sup>

A partir das primeiras semanas do conflito espanhol o envolvimento militar estrangeiro teve dois dinâmicos intervenientes, a Alemanha de Adolfo Hitler e a Itália de Mussolini. Estes regimes apoiaram, os nacionalistas, de uma forma clara partilhando toneladas de material de guerra e fornecendo milhares de combatentes nos diferentes ramos militares. O regime salazarista teve um papel importante na passagem de material militar e abrindo o maior corredor de passagem de material alemão para a Espanha nacionalista. Foi através do território português, em determinado período, que foi enviado a maior fatia da ajuda alemã.<sup>80</sup> A Alemanha testava, em território espanhol, novas armas e novas estratégias de guerra, contribuindo para o esforço de guerra nacionalista com armas, aviões de transporte, aviões de guerra, pessoal especializado e pilotos. O porto de Lisboa, e outros locais de Portugal, recebiam fornecimentos da Alemanha. Alguns materiais entrariam por Vigo e transitariam para território luso, sem qualquer controlo dos responsáveis portugueses.<sup>81</sup>

Curiosamente a partir de Agosto com o Acordo de Não-Intervenção, a ser negociado com maior intensidade e pronto a ser acordado e assinado, o que vai acontecer a finais de Agosto foi enviado, via Portugal, importantes contingentes de material militar.

Nicolás Franco, a partir de Agosto de 1936 foi o intermediário formal de compras dos nacionalistas na capital lusa com o nome de Aurelio Fernando Aguilar. Foi

<sup>78</sup> Beevor, *A Guerra Civil de Espanha*, p.129.

<sup>79</sup> Pulido Mendoza, *Apuntes sobre la intervención extranjera en Extremadura y extremeños en campos de concentración nazis*, p. 1254.

<sup>80</sup> Thomas, *A Guerra Civil de Espanha*, vol. I, p. 186.

<sup>81</sup> Preston, Paul, in revista Actual, jornal Expresso, 2007, p. 56.

um elemento de comunicação importante com o Governo alemão que principiou a transportar material, via Lisboa, para o território nacionalista. A HISMA pretendeu contactar e intermediar com o Governo português para planejar e organizar as operações e movimentos de transporte.<sup>82</sup> A HISMA e a ROWAK tinham o monopólio das transações comerciais entre a Alemanha e a Espanha. A HISMA obteve em Espanha os direitos sobre as minas de cobre, ferro, chumbo, estanho, cobalto, níquel, etc. Se no ano de 1937 tinha o direito de 73 minas no seguinte passava a 135 minas sob o seu controlo.<sup>83</sup> A empresa ROWAK facilitava as operações entre Alemanha e Espanha através de território português. Os nacionalistas recebiam material de guerra e enviavam minerais a Alemanha, nomeadamente, o volfrâmio. A HISMA foi uma empresa que teve como objetivo dar guarida à ajuda alemã, transportando tropas marroquinas para o território espanhol. A sua primeira missão foi em 2 de Agosto de 1936. A empresa alemã ROWAK teve relações comerciais com a HISMA que por sua vez descarregava, as mercadorias, na capital portuguesa e nos portos nacionalistas e as encaminhava para as zonas de guerra mais necessitadas.<sup>84</sup>

Esta correspondência diplomática, com base numa investigação jornalística do jornal catalã *El Diluvio*, aponta para as ilegalidades praticadas por Portugal. A cedência do seu território para a passagem de material militar, no dia 29 de Abril de 1937, não respeitando o Acordo de Não-Intervenção que estava em vigor desde finais de Agosto de 1936. A ajuda de Oliveira Salazar, aos nacionalistas, é aqui demonstrada. Chegou ao porto de Lisboa diverso material de guerra cuja origem era a Alemanha. No próprio dia saía da estação lisboeta do Rossio uma imensa quantidade de arame para uso de guerra. Passados dois dias chegaria o barco *Staldeck* e no dia 10 o vapor *Laiveck*:

*Veamos la lealtad, la honradez política, el respeto a sus compromisos y el honor que as su firma da el melifluo profesor de finanzas que sojuzga los destinos de Portugal.*

*Bombas, dinamita y otros explosivos para arrasar a España.*

*El día 29 de abril ingresaron en la Aduana de Lisboa, procedentes de Alemania y con destino al ministerio de la Guerra portugués, 842 bombas de avión 300 cajas de cartuchos cargados y 25 sin cargar... Todo ese material, que quedó registrado en los libros fiscales, fue trasladado a la frontera española. En esa misma fecha de Lisboa y por la estación del Rocío salieron, con destino a España, grandes cantidades de alambre de espio para trincheros y fortificaciones.*

<sup>82</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, pp. 63-64.

<sup>83</sup> Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, p. 94.

<sup>84</sup> Broué, Pierre e Témime, Émile, *La Révolution et la Guerre d' Espagne*, Paris, Éds. de Minuit, 1961, p. 330, cit. in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 90.

*Dos días después, y descargados del vapor alemán “Staldeck”, pasaron por la Aduana lisboeta, destinados a la unión española de explosivos, diez mil sacos de nitrato de sodio. El vapor alemán “Laiveck” descargó en el puerto de Lisboa el día 10 cien barriles de trinitolaol, con un peso de cinco toneladas, que se enviaron a España, vía Sevilla.*<sup>85</sup>

O papel de intermediário de Portugal de material, cuja designação é material sanitário, no conflito civil de Espanha foi salientado no ofício do Cônsul Geral na cidade de Hamburgo:

*Tenho a honra de junto remeter a Vossa Excelência um exemplar ao manifesto de carga do vapor “Monte Sarmiento”, cujo despacho foi hoje efectuado neste Consulado Geral. Este manifesto é relativo a 60 volumes embarcados com destino a Lisboa, em trânsito para Espanha, e cujo conteúdo declarado é “materiales sanitarios”, no valor de RM. 53.057, peso bruto 7.066 kg, consignados ao Presidente da Junta Militar de Defesa Nacional, para entregar ao Sr. Marquês de Quitandar. A respectiva declaração de carga não me foi ainda apresentada.*<sup>86</sup>

Portanto, na segunda metade do mês de Agosto os alemães começaram a transportar para Lisboa importante material bélico. Esse material era destinado aos nacionais e incluíam bombas, aviões e munições. O Governo de Salazar não possuía capacidade de fornecer grandes quantidades de material bélico, logo abriu os seus portos aos barcos vindo da Alemanha.<sup>87</sup>

No dia 13 de Agosto, o navio *Kamerun* largou do porto de Hamburgo e foi seguido pelo navio *Wigbert* no dia 14 de Agosto. Em Lisboa, os navios descarregaram gasolina para aviões, bombas, munições e dois aviões Junkers-52. Os serviços de inteligência ingleses referiram que 320.000 espingardas e 555.000 revólveres foram enviados de território alemão, via Portugal, com destino para as forças nacionalistas entre Janeiro de 1937 e Agosto de 1938.<sup>88</sup>

Foram famosos os desembarques, em Lisboa, dos cargueiros Alemães *Kamerun* e *Wigbert* com material de Guerra cujo destino eram os rebeldes espanhóis. A comunicação social internacional noticiava o claro envolvimento português. O jornal *The Times* emitia a notícia, via Rabat, que os navios *Kamerun* e *Wigbert* descarregavam material de guerra, para os nacionalistas. Jay Allen correspondente em Espanha do Jornal *The Chicago Tribune* teve provas que Portugal era um local de passagem de ajuda para a Espanha

<sup>85</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

<sup>86</sup> AHD-MNE, Ofício do Cônsul Geral em Hamburgo para Lisboa a 10 de Outubro de 1936.

<sup>87</sup> Ramos Brandão, *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, pp. 29-30.

<sup>88</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, pp. 63-64.

nacionalista: “*O material de guerra trazido para Portugal a bordo do navio alemão Kamerun. Este navio fora impedido de atracar no porto de Cádiz sob domínio republicano*”.<sup>89</sup> Os jornais *La Peuple* e *Le Soir* publicavam notícias do envolvimento português com a cedência do porto de Lisboa: “*Em Santa Apolónia navios alemães descarregam material de guerra destinado a Badajoz e Salamanca sob vigilância de um oficial do exército português*”.<sup>90</sup>

Gabriel Jackson escreveu sobre o papel português, com a cumplicidade de Salazar, na ajuda alemã, incluindo nos navios *Kamerun* e o *Wigbert*:

*Cerca de cinquenta aviões alemães chegaram durante o mês de Agosto e dois cargueiros, o “Kamerun” e o “Wigbert”, descarregaram em Lisboa equipamento militar de toda a espécie, sendo o seu transporte facilitado pelo próprio presidente do Conselho, Salazar [...]*<sup>91</sup>

O Governo espanhol foi dinâmico no sentido de assinalar as provas da colaboração e cumplicidade de Portugal na ajuda e apoio as nacionalistas. Emite informações contra Portugal na utilização da doca de Santa Apolónia, em Lisboa, para receber material de guerra, nomeadamente, do navio *Kamerun*;

*Desde el día siguiente de la rebelión, el Gobierno español conoció plenamente que los rebeldes alzados contra o Gobierno legítimo contaban con hacer de Portugal una de sus principales bases de operaciones y aprovisionamientos. Junto a la ayuda armada prestada a los rebeldes, han gozado estos de todos los beneficios de un tránsito sin restricción alguna, a través del territorio portugués y que ha permitido a los rebeldes abastecerse de aviones, de armas, de municiones y de hombres.*

*En el muelle de Santa Polónia, en el mismo corazón de Lisboa, descargó rápidamente sus mercancías el vapor alemán “Kamerun”. Entre el armamento transportado por dicho barco y por otros de la misma nacionalidad, figuran tanques ligeros, aviones desmontables, bombas y granadas de mano.*<sup>92</sup>

A Embaixada alemã, em Lisboa, informava Berlim que os barcos descarregaram material militar em Lisboa, com a aprovação de Salazar, “*que aplainou todas as dificuldades em tempo mínimo, intervindo pessoalmente, e decidindo ele próprio todos*

<sup>89</sup> Mesquitela, Teresa, *A Guerra Civil de Espanha*, Revista História, nº 71, 1984, p. 21.

<sup>90</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, p. 199.

<sup>91</sup> Jackson, Gabriel, *A República Espanhola e a Guerra Civil*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974, vol. II, p. 27 in Documents on German Foreign Policy, série D, vol. III (1918-1945); sobre a Alemanha e a Guerra Civil Espanhola; Washington, 1950, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 90.

<sup>92</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 426 e 429.

os pormenores”.<sup>93</sup> A Embaixada alemã em Lisboa emitia informações, elogiosas, ao ditador português devido à facilidade concedida para a passagem de material militar por território português:

*Oliveira Salazar, utilizando toda a sua autoridade, pôs toda a imprensa portuguesa ao serviço da propaganda da revolução nacional espanhola. Foi ele que facilitou aos revolucionários, como tive a honra de sublinhar nas informações da Embaixada, a aquisição de toda a classe de material de guerra. Substitui, pura e simplesmente, aos agentes aduaneiros portugueses indignos de confiança e, pessoalmente, controlou as medidas adotadas no interesse da revolução espanhola.*<sup>94</sup>

O Governo republicano espanhol fazia uma série de acusações que imputava ao Governo salazarista várias responsabilidades devido à utilização do porto de Lisboa: “O transporte em navios portugueses de material de guerra oriundo da Alemanha e descarregado no porto de Lisboa (10 e 19 de Agosto de 1936)”.<sup>95</sup> Existem várias provas que evidenciam o envio de material militar através de Portugal já com o Acordo de Não-Intervenção ativo, ou seja, a partir de 27 de Agosto de 1936. Estas correspondências diplomáticas corroboram a permissividade, ilegalidade e apoio deliberado das autoridades portuguesas.

A utilização do porto de Lisboa foi incluída na participação inglesa com material humanitária. Comunicação, confidencial e urgente, para o Diretor da PVDE, que relata uma informação do envio, por via marítima, de material desde Inglaterra através de Portugal:

*Foi ultimamente comunicado ao Governo português que o jornal católico inglês “The Universe”, que tinha recolhido fundos para comprar material cirúrgico destinado ao exército espanhol desejava enviá-lo para Espanha através de Portugal, via Lisboa. Tinha sido também manifestado o desejo de não serem postos dificuldades no trânsito desta remessa e igualmente foi pedido que não se exigisse o pagamento de direitos. Submetido o assunto a Sua Ex<sup>a</sup>, o Presidente do Conselho, foi comunicado às entidades que se interessavam por este assunto, por intermédio da nossa Embaixada em Londres, que, podia vi em trânsito ou para reexportação sem ter que pagar direitos, mas apenas pequena importância em selos.*

<sup>93</sup> Telegrama da Legação alemã em Lisboa para Berlim, Les Archives Secrètes de la Wilhelmstrasse, Paris, Plon, 1952, p. 41, in Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 92.

<sup>94</sup> Ramos Brandão, *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, pp. 29-30.

<sup>95</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 484-494, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 107-108.

*Informou posteriormente a Embaixada de Portugal em Londres que a remessa em questão deveria talvez ser efectuada em 26 do corrente pelo vapor “Avocete” da Yeoward Line que é esperado em Lisboa amanhã ou depois, e seria acompanhada pelo Sr. Muguir, que ultimamente se demitiu do lugar de Cônsul de Espanha em Liverpool.*<sup>96</sup>

### **Disponibilização das fronteiras terrestres; caminhos de ferro, camiões e automóveis.**

Portugal ao ceder o seu território para o trânsito de tropas, de material sanitário, de alimentação, para a passagem de colunas de abastecimento e para contactos de toda a ordem, dava aos nacionalistas uma sólida retaguarda.

As vias-férreas foram meios de comunicação, importantes, para enviar todo o tipo de material para os nacionalistas e eram enviados em comboios fretados. Abundante abastecimento das tropas nacionalistas, no Norte de Espanha, foi efetuado através dos caminhos de ferro portugueses. Foi através do território português e utilizando o caminho de ferro que o General Mola recebeu os abastecimentos necessários, as munições e a material militar para resistir à contraofensiva republicana sobre Guadarrama. Os obstáculos que o General Mola contou, a Norte de Espanha, foram resolvidos quando vieram reforços vindos da Alemanha nazi com ajuda de Lisboa. Os caminhos de ferro portugueses foram de bastante utilidade para o transporte de material militar e para outros géneros de material. Foram enviados desde Hamburgo, via porto de Lisboa, catorze aviões desmontados e colocados em 23 vagões de comboio com origem em Portugal e com destino a Sevilha: *“A chegada a Sevilha a 7 de Setembro de 1936 de um comboio precedente de Portugal constituído por vinte e três vagões com caixotes contendo catorze aviões desmontados expedidos de Hamburgo”*.<sup>97</sup>

Eram, igualmente, importantes as estradas e as fronteiras portuguesas para transitarem ajuda aos nacionalistas. As fronteiras mais ativas eram as seguintes; Alentejo/Estremadura, Alentejo/Andaluzia, Algarve/ Andaluzia, Minho/Galiza e menos ativa a fronteira Beira/ Castela. Era evidente a liberdade de circulação de camiões e automóveis pelas fronteiras portuguesas. A fronteira mais utilizada, para entrar todo o auxílio para os nacionalistas, era pela fronteira do Alentejo com a Estremadura

<sup>96</sup> AHD-MNE, Ofício, confidencial e urgente, destinado ao Diretor da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado a 30/09/1936.

<sup>97</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 484-494, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, pp.107-108.

espanhola.<sup>98</sup> Muito material de guerra passou, pelas fronteiras lusas, nos últimos dias de Julho e foram importantes para os movimentos militares do General Mola.<sup>99</sup>

O material que era transportado, pelas fronteiras terrestres portuguesas, era fundamentalmente material bélico. Foram enviados fulminantes, cartuchos, munições diversas, pólvora e dinamite, metralhadoras, granadas diversas, pólvora negra, granadas e munições para armas de guerra. Esta ajuda foi decisiva enquanto a Estremadura e Badajoz estavam em poder dos esquerdistas.<sup>100</sup>

O auxílio de Portugal, na utilização do seu território, foi essencial para Franco não seguir o caminho mais direto de Sevilha para Madrid através da Serra Morena, por Córdoba e Castela - Mancha, desviando para oeste e prosseguir a rota para Badajoz, utilizando a favorável retaguarda portuguesa para atacar esta importante cidade da Estremadura espanhola.<sup>101</sup> O testemunho do General Alfredo Kindelán faz questão de mencionar, o Estado Novo, nas suas memórias, ao qual agradece por ter salvo os soldados do exército do Norte. Analisa a evolução do exército do Sul com o exército do Norte, na tentativa de pressionar Madrid, a ação do Governo luso e dos portugueses nesse aspeto:

*A acção intensificou-se no Puerto del León no Guadarrama donde as nossas forças, sob o comando de Ponte, sofreram uma acção agressiva bastante intensa e contínua por parte da aviação vermelha que lhes causou milhar e meio de baixas, ao mesmo tempo que combatiam tropas terrestres e chegaram a ver-se numa situação muito crítica, por terem quase esgotadas as munições para espingardas e metralhadoras; pelo que lhas tivemos que enviar do sul, com toda a urgência, através do território de Portugal, país que, com visão certa e carinho que merece gratidão dos espanhóis, facilitou desde o primeiro momento tudo quanto lhe pedimos, ajudando-nos com toda a sua melhor vontade e entusiasmo. Pouco depois, quando ocupámos Badajoz, estabeleceu-se o contacto directo entre os exércitos de Franco e de Mola e facilitou-se o municionamento de segundo a partir de Sevilha.*<sup>102</sup>

A atitude de Oliveira Salazar era apoiar, sem tréguas, o auxílio para a Espanha nacionalista. Portugal enviou para a Espanha grandes quantidades de material de guerra, bens alimentares, medicamentos, gasolina, roupas e camas para hospitais. Muito desta

<sup>98</sup> Pulido Mendoza, *Apuntes sobre la intervención extranjera en Extremadura y extremeños en campos de concentración nazis*, p. 1254.

<sup>99</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 46.

<sup>100</sup> Ramos Brandão, *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, p. 28.

<sup>101</sup> Preston, *Franco, Caudillo de España*, p. 198.

<sup>102</sup> Kindelán, Alfredo, *Mis Cuadernos de Guerra 1936-1939*, Barcelona, Planeta, 1982, p. 89.

assistência foi deslocada em dezenas de camiões e automóveis. Como já referido a utilização das fronteiras terrestres portuguesas

Relato da cedência de camiões para enviar material bélico, para os sublevados, via fronteiras do Minho e do Alentejo com passagens por Évora, Elvas e Portalegre:

*O fornecimento de munições do depósito de Beirolos efectuando em camiões que se dirigiram à Galiza.*

*O trânsito através de várias cidades portuguesas (Évora, Elvas, Portalegre) de camiões com matrículas de Sevilha operação a cargo de um oficial espanhol - 8 e 9 de Agosto de 1936).*

*O envio de um carregamento de gases asfixiantes e outro material de guerra italiano de Lisboa para a fronteira espanhola (29 de Setembro de 1936).<sup>103</sup>*

Entrariam em Espanha pela fronteira alentejana, nas minas de Santo Domingo, seis camionetas com material detonante. As fronteiras do Algarve, com destino a Huelva, e do Minho, para Orense, também serviram para a passagem de material bélico:

*El día 30 de abril, por el paso fronterizo inmediato a las Minas de Santo Domingo, entraron en España seis camionetas abarrotadas de dinamita, después de haber sostenido sus conductores una violenta disputa con los guardias fiscales, que se oponían a la salida de los vehículo , “por no haber recibido el aviso de la autoridad competente”.*

*Por Villa Real de San Antonio continuán passando enormes cantidades de dinamita pretextando que es destinada al trabajo en las minas de Rio Tinto. Además, se envían camionetas con carga de espoletas, por lo que es ingenuo el asegurar que es material para dicha zona minera española. Por el rio Guadiana, en el puerto de La Lage (puerto fluvial español) se desembarcan grandes cargamentos de material de guerra para los fascistas españoles.*

*Desde la fábrica de Trafaria, propiedad de la Unión Española de Explosivos, salieron: el día 4 de mayo, cuatro camiones con dinamita, dos para Huelva y dos para Orense; el día 6, y el día 8, igual cantidad y para el mismo destino [...] Los policias que custodian estos cargamentos van vestidos de paisanos y armados com fusiles ametralladores.<sup>104</sup>*

A Embaixada alemã facultava informações sobre o envio de munições passando pelas fronteiras portuguesas com destino a Sevilha e Burgos: “*Fontes fidedignas informaram-me que ele mesmo autorizou o trânsito por território português de um transporte de munições de Sevilha a Burgos antes da tomada de Badajoz*”.<sup>105</sup> Depois do

<sup>103</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 484-494, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 107-108.

<sup>104</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

<sup>105</sup> Ramos Brandão, *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio*, pp. 29-30.

material militar chegar ao porto de Lisboa os camiões transportarem esse material para Badajoz e Salamanca.<sup>106</sup> Material que chegava de navios alemães e rapidamente era expedido por camiões, neste caso pelas fronteiras do Alentejo e da Beira: “*Foi hoje transportado para Badajoz e Salamanca vinte e três camiões*”.<sup>107</sup> A entrada de gasolina, na região da Estremadura, para abastecer os nacionalistas foi referenciada pela imprensa catalã: “*En la madrugada del dia 9 marcharon hacia Badajoz siete vagones- cisternas de gasolina, que fué recogida en los depósitos de de la Vaccun Oil Company, de Alcántara-Terra a Braço da Prata, donde, a las doce y cuarto de la noche siguió a Badajoz*”.<sup>108</sup>

### **A concessão de plataformas aéreas em Lisboa e no Alentejo**

Os aeródromos em Lisboa e no Alentejo foram essências para a paragem e passagem de aviões de Portugal para a Espanha nacionalista. A maioria desse transporte foi feita através de aviões cedidos pela Alemanha e Itália e grande parte dessa ajuda militar, vinda do exterior, passou por Portugal. Salazar exerceu pressão junto da representação alemã em Lisboa no sentido de conferir maior credibilidade às intenções dos rebeldes e assim libertar a ajuda alemã.

Após uma semana do levantamento militar as ligações aéreas, entre Lisboa e Sevilha, estavam a decorrer com segurança e com alguma regularidade, a demonstração deste facto foi uma informação da PVDE ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que indicava a chegada a Sevilha, no dia 28 de Julho de 1936, de três aviões Fokker vindos de Inglaterra para Lisboa e posteriormente voariam no sentido da cidade de Sevilha. No entanto, só a partir do mês de Agosto é que as estruturas de apoio aos nacionalistas começariam a ser mais eficazes. Como os sublevados só controlaram algumas cidades andaluzas, onde a parte rural foi controlada pelas milícias republicanas, todo o apoio para esta região teve que ser transportado por via aérea. Era importante para o avance nacionalista que uma plataforma aérea, neste caso o aeródromo de Tablada em Sevilha, estivesse em poder dos rebeldes. O território português, nomeadamente, a região de Lisboa e do Alentejo, teve um papel importante, na cedência de aeródromos civis e outros improvisados, para os aviões de transporte e bombardeiros de origem alemã transitarem

<sup>106</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 426 e 429.

<sup>107</sup> Mesquitela, *A Guerra Civil de Espanha*, p. 21.

<sup>108</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

para Sevilha e Marrocos.<sup>109</sup>

Maria Inácia Rezola analisava o apoio de Portugal, como plataforma aérea, aos rebeldes com a paragem de um avião no dia 24 de Julho e de três hidroaviões no dia 26 de Julho em Lisboa:

*A 24 de Julho um dos chefes sublevados, o general Ponte, chega de avião a Lisboa onde se encontra com Pedro Teotónio Pereira, então ministro do Comércio. A sua missão era a de conseguir medicamentos para as suas tropas; no dia seguinte o seu pedido é atendido. A 26 chegam à doca do Bom Sucesso três hidroaviões da base de Marín, partidária dos sublevados. São atendidos, reabastecidos de combustível e prosseguem em direção a Sul.*<sup>110</sup>

A região do Alentejo passa a ser a primeira base aérea dos *reconquistadores*.<sup>111</sup> Podemos constatar que as utilizações dos vários aeródromos existentes no Alentejo foram bastantes importantes para os aviões alemães transitarem para Sevilha e para o Marrocos espanhol consolidando, assim, as posições nacionalistas. Estes aviões eram originários de Berlim e tinham características de transporte e de bombardeamento. Inúmeras destas aeronaves faziam escala para abastecimento na herdade da Comenda, que se situava perto de Gavião, pertencendo ao Eng<sup>o</sup> José Pequito Rebelo<sup>112</sup>, no Alentejo e prosseguiam viagem até Marrocos para depois irem carregados de material de guerra e de tropas para a cidade de Sevilha.

Segundo Francisco Espinosa, no dia 6 de Agosto de 1936 o deputado Nicolás de Pablo enviava uma comunicação, para Madrid, sobre a utilização, por parte dos rebeldes, em Portugal, nomeadamente na zona de Amareleja perto da localidade espanhola Valencia del Mombuey, de pistas de aviação.<sup>113</sup>

Foi relevante a importância dos aeródromos, alentejanos, e a utilização dos aviões alemães e italianos para bombardear Badajoz e a população civil deslocada.<sup>114</sup>

<sup>109</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 145, 147-148 e 238.

<sup>110</sup> Rezola, Mária Inácia, *O Estado Novo e o Apoio à Causa Franquista*, in Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Rosas, Fernando (coord), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1996, p. 41.

<sup>111</sup> Dacosta, *Máscaras de Salazar*, p. 55.

<sup>112</sup> José Adriano Pequito Rebelo destacado membro do Integralismo Lusitano, proprietário de terras no Alentejo e jornalista nos jornais *A Voz* e *Diário da Manhã*.

<sup>113</sup> Espinosa, *La columna de la muerte*, p. 23.

<sup>114</sup> Pulido Mendoza, *Apuntes sobre la intervención extranjera en Extremadura y extremeños en campos de concentración nazis*, p. 1253.

### 3. Ajuda empresarial, alimentar e de vestuário

Os nacionalistas tiveram em Portugal um apoio nas vertentes empresarial, alimentar e vestuário. A ajuda lusa em matéria alimentar e vestuário estava dentro das suas limitadas possibilidades, mas era compensada com a proximidade geográfica e a rapidez de subministrar à frente nacional. Em relação à ajuda empresarial existiu disponibilidade por parte de empresários, empresas industriais e entidades financeiras portuguesas de colaborarem com os nacionalistas.

#### Ajuda empresarial

As entidades financeiras portuguesas foram importantes, no sentido de capitalizarem e concederem créditos às empresas e ao aparelho político nacionalista espanhol. O apoio financeiro de Portugal, através das instituições bancárias portuguesas, materializou-se na abertura de créditos para abastecer os nacionalistas nas suas principais necessidades. Os sublevados adquiriram facilidades na obtenção de crédito para conseguirem todas os géneros de material.

Portugal forneceu todas as informações financeiras disponíveis aos nacionais.<sup>115</sup> Várias entidades financeiras portuguesas estiveram envolvidas na ajuda económica aos nacionalistas espanhóis. O banco português Caixa Geral de Depósitos emitiu um crédito, com o limite de 50 milhões de escudos, no dia 28 de fevereiro de 1939 com juros de 4% anuais. Inúmeras as seguintes entidades financeiras que ajudaram com financiamento; Banco Totta, Banco Comercial, Casa Viana e Fonseca, Banco Nacional Ultramarino e o Banco Espírito Santo. Este último banco fornecia, também, às dezenas de representantes diplomáticos do Governo nacional dinheiro para o seu funcionamento.<sup>116</sup> Os empréstimos cedidos pelas entidades financeiras lusas e que eram dívidas, reconhecidas por os nacionalistas espanhóis, quando a contenda militar terminou eram as seguintes:

- Sociedade Geral de Indústria, Comercio e Transporte concedidos 175.000 libras que foram contratadas em 11 de Agosto de 1936.
- Caixa Geral de Depósitos outorgados 1,5 milhões de escudos no dia 28 de Fevereiro de 1938.

---

<sup>115</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 141 e 150-153.

<sup>116</sup> Sánchez Asiain, José Ángel, *La financiación de la guerra civil española*, Barcelona, Critica, 2012, pp. 238 e 240.

Em princípio os restantes empréstimos já teriam sido liquidados no final da guerra.

Os empréstimos concedidos que, provavelmente, foram liquidados:

- Caixa Geral de Depósitos empréstimo de 594.000 dólares no ano de 1936.
- Banco Lisboa e Açores empréstimo de 363.000 dólares em Setembro de 1937.
- Caixa Geral de Depósitos 66.000 dólares em Fevereiro de 1938. No total foram pagos 5.84 milhões de dólares.<sup>117</sup>

No decorrer da guerra civil houve dívidas da parte do Governo de Burgos, ao Governo português, devido à compra de material bélico, mas estas dívidas não impediam de receber o material:

*Franco tinha uma dívida ao governo português de 700 milhões de escudos, no entanto das fábricas em Trafaria, Barcarena, Lavradio e Braço de Prata, seguem enviando material de guerra, às vezes comprado em Inglaterra.*<sup>118</sup>

Teotónio Pereira perseguia os responsáveis nacionalistas para uma encontrar uma solução, para as exportações portuguesas, que estavam pendentes de serem pagas:

*Acabo de regressar de uma viagem pelo Norte durante uma semana. Estive em Burgos, onde conferenciei com os Ministros dos Assuntos Exteriores, Interior e Fazenda e em Bilbao com o Ministro do Comércio. De uma maneira geral insisti na resolução de numerosos assuntos pendentes e procurei encontrar solução para o assunto complexo dos pagamentos das exportações portuguesas.*<sup>119</sup>

No dia 15 de Maio de 1937, em Salamanca, foi finalizado o Acordo Provisório, pelo executivo nacionalista, que instituiu as leis essenciais do funcionamento do sistema de intercâmbio. Foi realizado a abertura de uma conta de compensação, no Banco em Lisboa, em nome do Banco de Espanha onde a havia a necessidade de permissões antecipadas de importação.<sup>120</sup>

<sup>117</sup> Martínez Ruiz, *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero*, pp. 78-79.

<sup>118</sup> Arquivo do Ministério da Defesa, Paris, c 7n 2762 e o Arquivo Histórico Militar, Paris, c 7n 304.

<sup>119</sup> Telegrama do Agente Especial em Salamanca para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 31 de Março de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, Vol. V Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 243-244

<sup>120</sup> Ruiz Morales, José Miguel, *La Economía del Bloque hispano-portugués*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1946, pp. 331-332

As empresas industriais portuguesas tiveram utilidade para fabricar, fornecer e intermediar material militar aos nacionalistas. As empresas industriais foram de grande auxílio aos rebeldes. As empresas portuguesas envolvidas nestas transações foram; Casa Comercial Casl Lonn do Porto, Indústrias de Munições de Sacavém, Lima Mayer & C<sup>a</sup> e Fábricas do Estado de Barcarena. Naturalmente que as necessidades dos militares nacionalistas não podiam ser satisfeitas pelas empresas portuguesas. Logo, muito material de guerra, com destino aos nacionalistas, era comprada por empresas portuguesas no estrangeiro e entregues pelos caminhos-de-ferro ou através de automóveis para território nacionalista. A responsabilidade destas transações era da Junta de Burgos, em Lisboa, numa primeira fase e posteriormente a *Dirección General de Adquisiciones*. Uma outra forma de aquisição, de material de guerra, era a realização de créditos por agentes da Junta de Burgos e depois o envio para o Governo nacionalista, pelos seus fornecedores habituais, para realizarem encomendas em seu nome. Elementos nacionais tinham facilidades em comprar material em fábricas no estrangeiro por intermédio de fábricas portuguesas. Da mesma forma que empresas lusas transacionavam, com o exterior, diretamente com os nacionalistas em Espanha ou através do regime salazarista.<sup>121</sup>

Várias empresas lusas abasteceram material bélico aos rebeldes, desde munições a granadas e metralhadoras. Como o Governo salazarista não detinha capacidade para satisfazer a máquina de guerra nacional, os revoltosos empregaram empresas portuguesas para adquirir armamento a congéneres estrangeiras rodeando, assim, o embargo de armas colocado ao Governo franquista.

Portugal além de ser um intermediário, de armas, do estrangeiro para os nacionalistas, também fabricou e cedeu material bélico de origem portuguesa, como as fabricas Metalúrgica de Benfica, de Barcarena, da Trafaria, Lavradio e Braço de Prata: “*A fábrica Metalúrgica de Benfica enviou 12 000 bombas de avião e 40 000 granadas, a fábrica de Barcarena 50 toneladas de explosivos, a sociedade Air Liquide, do francês Neuvy, com grandes quantidades de produtos quimicos*”.<sup>122</sup>

O Governo republicano acusava Portugal de vender material bélico aos nacionalistas: “*A venda no valor de 300 000\$ de metralhadoras e granadas procedentes da fábrica do Estado de Barcarena, entregue a 19 de Agosto de 1936*”.<sup>123</sup> Portugal nesta

---

<sup>121</sup> Viñas, *La Alemania Nazi y el 18 de Julio*, p. 328.

<sup>122</sup> Arquivo do Ministério da Defesa, Paris, c 7n 2762 e o Arquivo Histórico Militar, Paris, c 7n 3041.

<sup>123</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 484-494, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 107-108.

época era o terceiro maior importador mundial de material bélico. Os grandes grupos económicos portugueses ajudavam dentro das suas possibilidades os nacionalistas.

Alfredo da Silva<sup>124</sup> doa aos nacionalistas 175 mil libras e variados produtos que as suas empresas produzem.<sup>125</sup> Também Manuel Bulhosa, com fortuna realizada no sector do petróleo, forneceu a sua quota de ajuda.<sup>126</sup> Outra personalidade em destaque foi Sebastião Ramirez, com interesses na indústria conserveira que fora Ministro do Comércio no executivo de Salazar, foi intermediário de material bélico vindo da Alemanha para Franco.<sup>127</sup>

Vários empresários portugueses, menos conhecidas, também contribuíam para o envolvimento português e com o envio de alimentos:

*Sr. Alvaro Texeira director de la fábrica portuguesa "Scipat" de Lisboa y Alfredo Martins, representante de las Sociedades de Propaganda de la Costa de Sol, son agasajados em el Hotel Majestic aprovechando su paso por esta ciudad donde acaban de llegar acompañando tres camiones con víveres para el ejército español.*<sup>128</sup>

Existiu um real fluxo de dinheiro entre os dois países, onde o papel principal foi tomado pelos grupos económicos privados. A capital de Portugal transformou-se num centro de compras dos nacionalistas espanhóis. As compras eram feitas realizadas a empresas lusas. Em alguns casos eram intermediários a indústria norte-americana e europeia.<sup>129</sup>

### Ajuda alimentar

Em Espanha, durante a guerra civil, houve escassez de mercadorias e de alimentos. Portugal durante o conflito foi o principal abastecedor e intermediário de alimentos aos nacionalistas. Mesmo finalizada a guerra continuou com esse papel de uma forma legal ou ilegal, fornecendo; *harina, pan blanco e huesos salados*.<sup>130</sup>

<sup>124</sup> Industrial português, nesta época, com vários interesses em setores como a reparação naval, banca, seguros e construção e responsável máximo da CUF que era uma grande empresa portuguesa.

<sup>125</sup> Simões do Paço (ed.-coord.) e Pena, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 11.

<sup>126</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>127</sup> Simões do Paço (ed.-coord.) e Pena, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 11.

<sup>128</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 489.

<sup>129</sup> Araújo de Oliveira, André Alexandre, *A Política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha- Opinião Pública e Censura*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 86.

<sup>130</sup> Medina García, Eusebio, *Contrabando en la Frontera de Portugal; Orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*, Tesis de Doctorado, Universidad Complutense de Madrid, 2001, p. 153.

No mês de Março de 1937 foi remetido para a Espanha nacionalista “um comboio de auxilio”, com contribuições em dinheiro e em géneros alimentícios (feijão, milho, vinho, roupas), fornecidos pela população da região da Figueira da Foz, em particular pelas suas freguesias rurais.<sup>131</sup>

O arroz também foi um alimento requisitado pelos nacionalistas e abastecido por Portugal. Massivo e importante fornecimento de arroz desde Lisboa para a cidade de Badajoz foi comunicado pelo jornal catalão *El Diluvio* em Junho de 1937: “*Desde la Aduana de Lisboa el dia 5 de mayo se efectuaron con destino a Badajoz, exento del pago de todo arancel, mil sacos de arroz, que ocupaba siete vaganes de ferrocarril*”.<sup>132</sup>

O sabão, trigo e farinha também foram produtos fornecidos, por Portugal, para a zona central de Espanha conquistada pelos nacionais:

*Eles nos deram um sabão como cimento. Trouxeram-nos algumas barras de Portugal. Quando a guerra veio de Valladolid. Havia também com a farinha, com o trigo. Eles vieram de outros lugares e daqui. Tem uma casa onde colocam e retiram sacos de farinha, cada um com 100 quilos. E sabonete, muito, português. Eles vieram vender, trouxeram de Portugal, porque era muito barato.*<sup>133</sup>

A falta de peixe foi mais visível, na região de Huelva, onde nas semanas da rebelião havia mais pressão dos barcos republicanos o que dificultava a ação dos pescadores da zona nacionalista. Com a existência de escassez de alimento na região de Huelva, nomeadamente, peixe, é solicitado às autoridades portuguesas uma autorização para pescar em águas portuguesas no sentido de não agravar a grave falta de peixe nessa zona:

*Autoridades militares Ayamonte e Isla Cristina pedem solicite Governo autorisação para barcos espanhóis matriculados nestas capitánias pescarem nossas aguas temporariamente visto submarinos Governo Madrid capturar dois barcos pesca dada importante soma homens sem trabalho que não saem receio serem presos no mar fica Andaluzia e Extremadura sem peixe agravando assim crise local garantem autoridades que o pescado se destina somente consumo fresco encarecidamente apelam com urgência nobreza Governo Portugal.*<sup>134</sup>

<sup>131</sup> *O Figueirense*, 18/03/1937 in Vaquinhas, Irene, *Em fuga da guerra civil: refugiados espanhóis na Figueira da Foz (1936-1939)*, Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, p. 20.

<sup>132</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/6/ 1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

<sup>133</sup> Ruiz González, Cándido, *Alimentación y estraperlo durante el Primer Franquismo en la comarca de Toro (1936-1941)*, Stvdia Zamorensia, vol. X, 2011, pp. 172 e 181.

<sup>134</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado Português em Ayamonte para Lisboa a 8/08/1936.

A pressão governamental resultava na falta de peixe e de outros alimentos nas zonas de Huelva controlada pelos nacionalistas. O apoio de Portugal é requisitado:

*Como represalia, cogió tres barcos de pesca que se dirigían a la ciudad llenos de pescado. Por el miedo de que los navios de guerra gubernamentales continúen realizando tales capturas, los barcos de pesca decidieron no volver al mar. El pescado y algunas sustancias empiezan a faltar. Para evitarlo, el día de hoy partió para Portugal una comisión presidida por el Alcalde, que va a tratar con los comerciantes y autoridades portuguesas la provisión de pescado y alimentos, especialmente patatas, huevos, cuya falta se hace sentir. El Gobernador Civil dió instrucciones a la aduana de Ayamonte para que queden exentos de derechos de importación cualquier mercadería que venga de Portugal para el abstecimiento de esta población.*<sup>135</sup>

A simpatia por o Governo português sentiu-se por semelhanças políticas, mas também pelo apoio a nível alimentar. A zona de Huelva serviu-se de Portugal como uma importante base de ajuda alimentar com mais visibilidade após semanas do golpe militar. Relato do Cônsul de Huelva sobre o papel de Portugal em fornecer os mais variados alimentos, aos nacionalistas, após 43 dias da sublevação, informando a necessidade da Província de Huelva em obter alimentos e a crucial importância de Portugal para os abastecer: “*O peixe começa a faltar. Outros géneros porem veem de Portugal. Se não fosse o nosso paiz aqui não haveria actualmente ovos, batatas, café, bacalhau. O nosso mercado é que está abastecendo esta cidade*”.<sup>136</sup>

Continuava, ainda, no ano de 1939 a importância do fornecimento de peixe, de Portugal para Espanha, que foi fundamental para a sustentação alimentar dos espanhóis afetos a Franco. A facilidade de pagamentos, de estes bens alimentares bem como outros, é feito através de crédito pelas autoridades portuguesas:

*Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que até esta data não fui procurado por delegados Ministerio da Agricultura nem sei onde se encontram. Em virtude de urgencia posta instruções de V. Ex<sup>a</sup> sigo amanhã Burgos afim de procurar entrar em contacto referidos delegados e apurar se já realizaram quaisquer diligencias em Burgos ou Bilbao. A proposito compra peixe para conserva necessidades exercito espanhol e modalidade por mim sugerida venda moessa conserva inverno foi V. Ex<sup>a</sup> sabe estudado problema perfeitamente semelhante apenas com diferença iniciativa partir Espanha. Conforme instruções de V. Ex<sup>a</sup> propuz operação mesmas bases pagamento por nosso Governo aos vendedores em Portugal e abertura aqui seu favor crédito em pesetas para ser aplicado compra mercadorias exportadas. A*

<sup>135</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, p. 461.

<sup>136</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 1/09/1936, pp. 2-4.

*despeito de termos quase aflitivos em que nos fôra pedido venda nosso peixe para necessidades militares êste Ministerio do Comercio [...] Estou convecido que actual operação era inviavel encetar troca porcos por trigo visto ser errada suposição que Espanha possuua excedente de trigo.*<sup>137</sup>

No ano de 1937 os fornecimentos alimentares apresentavam importantes obstáculos devido à dívida contraída com Alemanha e Itália e pela conquista das zonas governamentais. O abastecimento de carne começava a dar sinais, preocupantes, e em Janeiro de 1938 foram constituídas as *Juntas Provinciales de Abastecimiento de Carne* para controlar o preço e o seu consumo.<sup>138</sup>

No ano de 1939 Portugal ainda funcionava como base alimentar de carnes para o território nacionalista com o pedido de fornecimento de *cem rezes diarias de gado vacum durante os meses de Março Abril e Maio*. Existia um problema financeiro para realizar o pagamento da carne, como relata neste telegrama o Diplomata Pedro Teotónio Pereira:

*Veio aqui hoje Snr. Emilio Niembro presidente do Grémio de carnes de Madrid perguntar com o maior interesse se Portugal poderá fornecer cem rezes diarias de gado vacum durante os meses de Março Abril e Maio proximos para o abastecimento daquela cidade cuja queda supõe não deve demorar tambem bons officios esta Embaixada para conseguir tal fornecimento.*

*Principal dificuldade consiste em forma de pagamento em virtude de impossibilidade obter divisas. Interessados perguntam que outra forma pagamento Portugal aceitaria. Dado interesse humanitario e conveniencia de Portugal concorrer tambem para auxilio abastecimento população civil libertada rogo a V. Ex.<sup>a</sup> comunicar-se se o Govêrno Português não vê inconveniente aludida exportação de gado desde que grémio de carnes Madrid se ponha de acôrdo com organismo competente português. Foi já respondido que se supunha que haveria gado disponivel para a exportação.*<sup>139</sup>

Este telegrama relata que funcionários públicos portugueses, do Ministério da Agricultura, e nacionalistas, do Ministério do Comercio e Indústria, estiveram a negociar condições para que a transação de gado se efetue:

*Delegados portugueses Ministerio da Agricultura regressaram ontem de Bilbao onde deixaram acordado em principio condições transacção tendo este Ministerio do Comercio e Industria aceite redução para seis meses prazo primitivamente proposto para utilização crédito pesetas em exportção mercadorias espanholas. Seguiam hoje Lisboa por considerarem necessario dar conta verbal*

<sup>137</sup> AHD-MNE, Telegrama Confidencial da Embaixada de Portugal em San Sebastián, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 11/01/1939. pp. 1-2.

<sup>138</sup> Ruiz González, *Alimentación y estraperlo durante el Primer Franquismo en la comarca de Toro (1936-1941)*, p. 161.

<sup>139</sup> AHD-MNE, Telegrama da Embaixada de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 25/02/1939.

*estado questão. Caso Governo concorde termos propostos bastará voltar aqui um delegado para assinar o acordo com este Ministerio do Comercio a menos que V. Ex<sup>a</sup> determine que seja esta missão a tratar caso com este Ministerio dos Negocios Estrangeiros o que me parece menos aconselhavel. Em face condições pouco favoraveis mas certamente unica possiveis para exportação nosso gado presente ocasião entendi conveniente observar este Governo que esta transação não representa precedente a invocar em ulteriores exportações que espero possam fazer-se depois de tentadas negociações que produz V. Ex<sup>a</sup> meu officio numero oitenta e oito e meu telegrama numero quarenta.*<sup>140</sup>

### Ajuda de vestuário

Na guerra civil muitos bens de consumo têxteis, calçado, alimentos, tabaco, medicamentos e viaturas eram fabricados ou transportados desde Portugal.<sup>141</sup>

Na zona de Castela a indústria têxtil teve o apoio de Portugal e manteve o seguinte funcionamento:

*Formaram-se comités e o algodão que recebemos que chegava à fronteira portuguesa. Tinha uma fábrica em Astorga que se encarregava de fiar, porque o algodão sempre vem em bruto, também em Béjar, na Andaluzia (em Sevilha e em Córdova também fiavam). Eles vieram de comboio e nós fomos de carro até a estação Toro para ir buscá-lo.*<sup>142</sup>

Nesta correspondência é relatada a incapacidade de os nacionalistas de produzirem fardamento. Foi solicitado um pedido de ajuda, a Portugal, e o envio das fardas através de camiões, pela fronteira de Valença do Minho, para 8.000 soldados nacionalistas que se dirigiam para região da Astúrias. A cumplicidade comercial entre Portugal e os nacionalistas foi real e está presente neste officio:

*Há cerca de um mês o General Comandante da 8<sup>o</sup> Divisão encontrou-se com oito mil soldados prontos a marchar para qualquer das frentes de batalha e não tinha com que os vestir; Resolveu nomear uma comissão que voluntariamente oferecesse a Divisão os fardamentos indispensáveis: Essa Comissão ficou presidida pelo Alcaide da Corunha e não existindo nesta região fabricas que podessem satisfazer a encomenda, dirigiu-se a Portugal e aí conseguir que rapidamente fosse entregue todo o vestuário.*

<sup>140</sup> AHD-MNE, Telegrama da Embaixada de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 08/03/1939.

<sup>141</sup> Araújo de Oliveira, *A Política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*, p. 86.

<sup>142</sup> Ruiz González, *Alimentación y estraperlo durante el Primer Franquismo en la comarca de Toro (1936-1941)*, p. 175.

*Chegou á fronteira de Valença a primeira remessa e passou para Espanha, sem inconveniente, visto que se tratava de vestuário para os feridos nacionalistas.*

*Veio a segunda remessa e a Alfandega de Valença não consentiu a saída sem uma licença especial. O Snr. General Lombart mandou um membro da Comissão procurar-me afim de pedir a minha intervenção particular para que, ao menos essa remessa, viesse imediatamente para a Corunha de forma que cinco mil homens podessem seguir com a maior urgência para as Astúrias. Fui a Valença pedir ao Snr. Director do Posto de Alfandega as possíveis facilidades e, em vista das ordens que tinha, este funcionário muito amavelmente, foi ao Porto procurar o Snr. Director da Alfandega, mas regressou sem ter autorização para deixar seguir a mercadoria.*

*Durante essa noite os camiões passaram a fronteira e posso afirmar a V. Exa. que a situação nas Astúrias teria sido muito grave se esses cinco mil homens não tivessem podido marchar para a frente, dentro dessas 48 horas. Estes factos deram-se há já algum tempo, mas informaram-se que se repetiu ante-ontem a mesma dificuldade, resolvida pela mesma forma. Como também me consta que existe qualquer atrito entre autoridades portuguesas derivado destes acontecimentos, julgo-me no dever de informar V. Exa. que se trata de uma compra feita directamente pelo Comando da Divisão mas que, apenas pelas circunstancias da politica internacional apareceram o menos possível entidades oficiais, sendo tudo tratado por comerciantes da maior respeitabilidade e isenção.<sup>143</sup>*

## 4. Participação de combatentes portugueses no campo nacionalista

### Os Viriatos

O envolvimento português possuiu, nos primeiros meses do conflito espanhol, uma ação bastante abrangente. Se a componente material, diplomática e logística foi importante a humana possui um forte destaque, nomeadamente, na região da Espanha continental. Viviam e trabalhavam em Espanha, no eclodir da guerra civil, vários milhares de portugueses. Trabalhavam nas minas de Rio Tinto e nas minas das Astúrias. Estavam igualmente estabelecidos muitos portugueses nas zonas fronteiriças da Andaluzia e Galiza. Existiam, igualmente, portugueses a trabalhar nas minas de Ponferrada, operários em Madrid, assalariados rurais, corticeiros na Andaluzia e trabalhadores marítimos nos portos do Sul.<sup>144</sup>

<sup>143</sup> AHD-MNE, Ofício enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 9/11/1936.

<sup>144</sup> Simões do Paço (ed.-coord.) e Pena, 1936-1939 *Salazar, retaguarda de Franco*, p. 23.

Alem dos emigrados, de ordem económica, alistados para trabalharem nas minas na Andaluzia e Astúrias havia os emigrantes políticos que já estavam estabelecidos em Espanha quando aconteceu o conflito e a presença, difícil de equacionar, de portugueses que eram bandidos e contrabandistas que foram arrolados na onda da guerra.<sup>145</sup>

Manuel Burgos Madroñero menciona que existiam aproximadamente 30.000 portugueses em Espanha quando começa o *Alzamiento*. Mais de 10.000 participaram de uma forma voluntária e parte destes foram forçados pelos nacionalistas. Centenas de portugueses foram presos e obrigados a incorporar a Legião ou a favor dos republicanos. Centenas de combatentes lusos morreriam, nos primeiros combates, ou foram fuzilados quando apanhados pelos nacionalistas em zonas conquistadas aos republicanos<sup>146</sup>

Os portugueses que viviam em Espanha, em 1936, estavam de uma forma geral enraizados na cultura espanhola, ou seja, *castellanizados* e rapidamente podiam ser assimilados para se incorporar no campo nacional ou republicano. Não possuíram capacidade de reação e ninguém lhes perguntava a sua identidade se aceitavam integrar nos corpos militares. Nas palavras de Burgos Madroñero aproximadamente 20.000 lusos combateram, na guerra civil espanhola, pelos menos 15.000 lutaram ao lado dos nacionalistas e 5.000 com os republicanos. Realçando que dez mil portugueses já viviam em Espanha.<sup>147</sup>

A participação militar portuguesa, no lado dos nacionais, ficou conhecidos pelos *Viriatos* e integraram diferentes corpos militares, estiveram nas Bandeiras da *Legion*, nas milícias da Falange e dos Requetés, nas unidades regulares do exército e nos serviços de saúde.<sup>148</sup>

No entanto, quando se realiza o *Alzamiento* já havia centenas de combatentes lusos envolvidos no contingente sublevado. Estavam de uma forma voluntaria e como referido integrados em várias frentes da guerra e incluídos nas milícias da falange e Requetés, bandeiras da Legião, brigadas regulares e na aviação. Os *Viriatos* não estavam em nenhum corpo militar específico.<sup>149</sup>

O Capitão Jorge Botelho Moniz e Henrique Galvão foram os pioneiros, de carácter oficial, a estarem presentes no campo nacionalista após a sublevação. Ambos

---

<sup>145</sup> Varela Gomes, *Guerra de Espanha*, p. 94.

<sup>146</sup> Burgos Madroñero, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936*, pp. 430-431.

<sup>147</sup> Ídem, *Ibidem*.

<sup>148</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 242.

<sup>149</sup> Arquivo Histórico Militar, Documentos sobre la Guerra Civil de España, *Informe del general Raúl Esteves sobre la organización de la MMPOE*, 8 de diciembre de 1938 in Pena Rodríguez, Alberto, *Salazar y los "Viriatos". Los combatientes portugueses en la Guerra Civil Española*: Prensa y Propaganda, p. 13.

estiveram, no mês de Agosto de 1936, na zona da Andaluzia e Estremadura para acompanhar o esforço de guerra nacionalista.<sup>150</sup>

A cidade de Badajoz, onde havia uma plataforma da Legião, era o ponto de alistamento pois era uma zona estratégica entre a Espanha nacionalista e Portugal. Também havia locais, mais pequenos, no interior de Portugal, onde se realizava o engajamento de voluntários portugueses.

O Agente português e depois Embaixador em Espanha, Pedro Teotónio Pereira, mantinha-se em contato com os voluntários portugueses nas horas mais sensíveis, nomeadamente, quando estavam feridos, mutilados ou incapacitados para combater. Neste caso específico houve uma visita de Teotónio Pereira, aos voluntários portugueses, a Cáceres e a Málaga, num hospital com mais de cinquenta portugueses internados. Estas visitas, provavelmente, estavam dentro de uma estratégia para saber o estado animo dos voluntários e também para perceber a quantidade de voluntários lusos que estavam presente no conflito espanhol.

*Fui a Málaga visitar as autoridades e ontem estive em Cáceres. Há lá um belo hospital do Tercio sob a invocação de Nossa Senhora de Fátima. Estavam mais de 50 portugueses internados, alguns mutilados ou gravemente atingidos. Tivemos solenes exéquias pelos nossos mortos e a seguir inaugurei um lindo azulejo com a Virgem e os pastorinhos. Parada militar, discursos, um entusiasmo delirante e nem uma nota aborrecida. Portugal e o nome de V.Exa. sempre ao cimo de todas as manifestações.<sup>151</sup>*

O diplomata português aborda a delicada situação das dezenas de portugueses que estavam feridos graves ou amputados:

*No decorrer da minha recente visita à zona de Aragão encontrei dezenas de feridos graves e mutilados. Agradecia ainda me fosse comunicada a resolução acerca do assunto «refratários espanhóis», que tratei durante a minha última ida a Lisboa. O Governo Espanhol insiste pela nossa resposta e conviria não perder a boa oportunidade antes que a guerra termine.<sup>152</sup>*

Acrescenta Preston, que nos *Viriatos*, uma parte considerável, estavam inseridos nos soldados regulares, com direito a receber salário e o serviço militar realizado em

<sup>150</sup> Vieira, Rui, *Tomar o Pulso ao Tigre: Missões Militares Portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934-1939)*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 50.

<sup>151</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar - Uma biografia Política*, p. 230.

<sup>152</sup> Telegrama do Agente Especial em Salamanca para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 31 de Março de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

Espanha contabiliza na *folha de serviços militares em Portugal*.<sup>153</sup>

Os motivos dos voluntários lusos para se incorporarem no exército nacionalista são variados.<sup>154</sup> Podemos, no entanto, considerar que as razões ideológicas foram importantes. Houve da parte dos *Viriatos* três razões para a sua mobilização; a independência de Portugal que podia estar em perigo devido ao perigo espanhol da Republica; a defesa do cristianismo e do sentimento anticomunista; a participação em um conflito que podia ter reconhecimento publico e algum tipo de recompensas.<sup>155</sup> Se os militares italianos do Corpo Truppe Volontarie (CTV ) possuíam um vinculo com a política imperial do Governo italiano<sup>156</sup>, para os alemães, da Legião Condor, o motivo para combaterem em Espanha era a aventura.<sup>157</sup> Os irlandeses de O'Duffy eram movidos pelos valores do catolicismo.<sup>158</sup>

No final da contenda Oliveira Salazar assumiu os méritos da vitória de Franco com a participação dos *Viriatos*, mas cinicamente não reconheceu o papel dos combatentes no conflito pois oficialmente Portugal não participara na guerra civil espanhola.

Os *Viriatos* do Ar foram aviadores portugueses que lutaram pela causa nacionalista. Os primeiros elementos foram a título individual e chamavam-se José Pequito Rebelo, José Sepúlveda Veloso e Simão Aranha. Houve aviadores que foram integrados, na Missão Militar de Observação, com cinco elementos e na Missão de Assistência, composta por três grupos, com doze aviadores.<sup>159</sup> O piloto Pequito Rebelo estava incorporado como alferes honorário em diferentes aeródromos e unidades. Durante primeiros meses realizava missões de reconhecimento tanto visual como fotográfico. Executava, igualmente, missões de ligação, transporte e de guerra. Esteve associado como 2º Piloto ao 1-G-22, de bombardeiros pesados equipado com Junkers Ju-52.<sup>160</sup>

<sup>153</sup> Preston, Paul, *La Guerra Civil Española, reacción, revolución y venganza*, p. 217.

<sup>154</sup> Othen, Christopher, *Franco's International Brigades: Adventurers, Fascists, and Christian Crusaders in the Spanish Civil War*, New York, Columbia University Press, 2013, p. 79 in Pena Rodríguez, *Salazar y los "Viriatos"*, p. 14.

<sup>155</sup> Pena Rodríguez, *Salazar y los "Viriatos"*, p. 14.

<sup>156</sup> J.M. Manrique García, C. Murias y C. Castañón, *Militares italianos en la Guerra Civil española. Italia, el fascismo y los voluntarios en el conflicto español*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2010 in Pena Rodríguez, *Salazar y los "Viriatos"*, p. 14.

<sup>157</sup> Schüler-Springorum, Stefanie, *La guerra como aventura. La Legión Condor en la Guerra Civil española, 1936-1939*, Madrid, Alianza Editorial, 2014 in Pena Rodríguez, *Salazar y los "Viriatos"*, p. 14.

<sup>158</sup> Mesa, *La bandera irlandesa del Tercio, 1936-1939*; véase también del mismo autor: *Los otros internacionales. Voluntarios extranjeros desconocidos en el Bando Nacional durante la Guerra Civil española, 1936-1939*, Madrid, Barbarroja, 1998. in Pena Rodríguez, *Salazar y los "Viriatos"*, p. 14.

<sup>159</sup> Herrera Alonso, *Viriatos do Ar*, p. 127.

<sup>160</sup> Ídem Ibidem.

O piloto José Sepúlveda Veloso alistou-se *Tercio de Requeté del General Mola*. Posteriormente teve como destino a base de hidroaviões em Maiorca e mais tarde, já como Alferes, incorporou o grupo de hidroaviões Dornier “Wal” na zona Cádiz. No dia 15 de Março de 1938 o avião, de Sepúlveda Veloso, foi abatido, pelas defesas de Vinaroz, e foi capturado. Foi mantendo preso no Castelo Montjuich, em Barcelona até Janeiro de 1939 sendo depois trocado. Após finalizar a guerra obteve 196 missões de guerra, mais de 550 horas de voo e 14 combates diretos com aviões inimigos.<sup>161</sup> O Agente Especial português, em Salamanca, recebe a notícia que está a ser tratada a troca do piloto José Sepúlveda Veloso: “*Acabo de receber a notícia de que está sendo tratada a troca do aviador Veloso, ao mesmo tempo que o aviador alemão prisioneiro*”.<sup>162</sup>

Simão Aranha saiu de Sevilha como Alferes e com o título de piloto de avião de guerra. Combateu nas Astúrias, em Santander e em Lérida.<sup>163</sup> Os aviadores Major José Pinheiro Correia e Capitão Celestino Pais de Ramos estiveram em Espanha, durante Outubro e Novembro de 1936, sendo esta a primeira Missão Oficial expedida pelo Exército. A aviação era o meio indicado para “extrair ensinamentos” da guerra civil.<sup>164</sup>

A ajuda de aviadores lusos com os nacionalistas era conhecida pelo Governo republicano. Relato do Governo espanhol do apoio, a aviadores, do Governo português; *Facilidades aos aviadores da zona nacionalista*.<sup>165</sup>

### **A Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha (MMPOE)**

No mês de março de 1937 foi criada a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha (MMPOE). Esta Missão possuía três focos; Facilitar assistência aos soldados portugueses no conflito espanhol; Dar visibilidade a Portugal num novo hipotético cenário; Treino que os combatentes possuíam com a utilização de novos equipamentos militares. O surgimento da MMPOE resultou da vontade de Jorge Botelho Moniz e do General Raul Esteves através de contactos, de alto nível, com o comando

<sup>161</sup> Ídem, p. 128.

<sup>162</sup> Telegrama do Agente Especial em Salamanca para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 31 de Março de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, Vol. V Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 243-244.

<sup>163</sup> Herrera Alonso, Emílio, *Viriatos do Ar*, Aeroplano, nº 12, 1994, pp. 126-135.

<sup>164</sup> Vieira, Rui, *Tomar o Pulso ao Tigre: Missões Militares Portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934-1939)*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, p. 31.

<sup>165</sup> *Dez Anos de Política Externa*, vol. III, pp. 484-494, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 107.

rebelde. No ano 1937, houve uma visita às zonas de Espanha que se encontravam na jurisdição do exército nacionalista e teve a participação de cinco professores e oito alunos do segundo ano e ocorreu nos dias 15 e 27 de Maio de 1937. Esta visita foi combinada com o Governo nacionalista, em Burgos, e a MMPOE dirigida pelo General Raul Esteves. Foi realizado um documento que relatou o conteúdo da visita: “*Relatório da Missão do Curso do Estado Maior à Espanha Nacionalista de 15 a 27 de Maio de 1937*”.<sup>166</sup>

A MMPOE possuía duas secções; Secção de Assistência que dava apoio aos soldados lusos que estavam incorporados no exército rebelde e a Secção de Observação que seguia o desenvolvimento do conflito espanhol. O Capitão Jorge Botelho Moniz estava integrado na Secção de Observação.<sup>167</sup> O desempenho da MMPOE suportava uma ajuda aos milhares, de voluntários, que estavam incorporados na Legião. Esse apoio era direccionado para a recolha e envio de informações sobre o paradeiro dos combatentes, às suas famílias, e com regularização da sua vida militar em Portugal. Estas ações eram realizadas pela Secção de Assistência aos Legionários portugueses com delegações em Talavera de la Reina e Saragoça.<sup>168</sup>

### **Número de combatentes portugueses nas fileiras nacionalistas**

Abordo o tema, inconclusivo e controverso, do número de participantes portugueses na guerra civil de Espanha. Existem vários cálculos, estimativas e projecções no sentido de saber quantos combatentes portugueses estiveram envolvidos no campo nacionalista.

Exponho os testemunhos dos intervenientes da contenda civil e participantes da MMPOE como o Capitão Jorge Botelho Moniz, o General Raul Esteves, o Coronel Pedro Barcelos e os diplomatas portugueses, nomeadamente Teotónio Pereira. Acrescento as informações da imprensa da época, mesmo condicionados pela censura e orientação

---

<sup>166</sup> Moreira Freire, João, *Os primeiros meses de guerra em Espanha, na frente de combate e no processo político – vistos por observadores portugueses*, A memória do coronel Nuno Lousada, Revista Militar nº 10, vol. 65, Outubro 2013, pp. 859-884.

<sup>167</sup> Moreira Freire, *Os primeiros meses de guerra em Espanha*, p. 21.

<sup>168</sup> Vieira, *Tomar o Pulso ao Tigre*, p. 139.

ideológica. A imprensa portuguesa, no final do conflito, equaciona que houve entre 10.000 e 15.000 *Viriatos*, e entre 5.000 e 6.000 morreram no teatro de guerra.<sup>169</sup>

Interessantes testemunhos, e de certa forma coincidentes, dos principais impulsionadores do MMPOE o Capitão Botelho Moniz, que enuncia entre 10.000 e 12.000 combatentes lusos, e o General Raul Esteves que apresenta 12.000 combatentes. O Capitão Botelho Moniz, profundo conhecedor da realidade militar portuguesa, chefe da Secção de Assistência aos portugueses na MMPOE, dava uma entrevista ao jornal *Diário de Lisboa* sobre a presença portuguesa na zona nacionalista havendo, 10.000 a 12.000, e estavam espalhados por diferentes corpos como, as Bandeiras da Legião, batalhões da Falange ou *Tércios de Requetés*, não sendo um corpo militar autónomo:

*10 a 12 mil portugueses se alistaram nas Bandeiras da Legião, nos batalhões da Falange ou nos Tércios de Requetés. Não constituíram unidades independentes como a Brigada Irlandesa, a Bandeira Jeanne D'Arc, a Legião Condor ou o CTV. Infantes, cavaleiros, artilheiros e aviadores "Viriatos" serviram enquadrados nas unidades espanholas já existentes.*<sup>170</sup>

No Arquivo do Ministério de Defesa francês existem relatos sobre uma fonte portuguesa que calcula 12.000 portugueses. Segundo o Capitão De Colbert, o General português Raul Esteves, que havia regressado a Lisboa, declarou:

*12.000 portugueses estavam lutando em Espanha, que as operações de guerra eram planeadas por os Estados Maiores alemão e italiano, devido à incapacidade de Franco. As forças italianas estavam compostas por 150.000 homens e 50.000 na reserva, a maior parte dos técnicos e especialistas eram alemães. O agregado militar francês em Lisboa, capitão De Colbert, informação sobre uma reunião em Zaragoza dos voluntários portugueses, presidida por o Embaixador Teotonio Pereira, General Raul Esteves, Chefe da Missão Militar e o seu Chefe de Estado Maior, o Tenente Coronel Barros Rodrigues, agregando que: muitos portugueses estavam enquadrados nas bandeiras marroquinas 15, 16, 17 e na 2ª bateria da 150 divisão.*<sup>171</sup>

O Coronel Pedro Barcelos foi membro na MMPOE, como Sargento de infantaria, de 3 de Abril de 1938 até 9 de Junho de 1939, recolheu dados cedidos pelo adido militar espanhol em Lisboa onde afirmava que depois de terminar a guerra houve 11.493 alistados nas forças nacionalistas.<sup>172</sup> Importante testemunho presencial foi o relatório da

<sup>169</sup> *A Voz*, nº 4386, 15 mayo 1939, p. 1; *Diário de Lisboa*, nº 5943, 9 junio 1939, p. 5; *ivi*, nº 5947, 13 junio 1939, p. 5; *Diário da Manhã*, nº 2817, 9 junio 1939, in Pena Rodríguez, *Salazar y los "Viriatos"*, p.13.

<sup>170</sup> Entrevista de Jorge Botelho Moniz in *Diário de Lisboa*, 7 de Junho de 1939.

<sup>171</sup> Arquivo do Ministério da Defesa, Paris, c 7n 2762 e o Arquivo Histórico Militar, Paris, c 7n 304.

<sup>172</sup> AHM/1a Divisão in Vieira, *Tomar o Pulso ao Tigre*, p. 242.

visita de observação militar da MMPOE, que expressa que havia para cima de 4.000 combatentes lusos na Legião. Eram considerados como uma forte presença militar e estavam, consideravelmente, expostos no teatro de guerra logo com muitas baixas em combate:

*Nestes furiosos combates tomaram parte muitos legionários portugueses; encontrámos bastantes ao sul do Tejo e alguns na cidade; informaram-nos de que havia para cima de 4.000 portugueses alistados na Legião, os quais eram considerados como esplêndida tropa de choque. Parece até que havia certa tendência para os comandos abusarem, empregando-os nos locais mais expostos, o que originava entre eles bastantes baixas. Tentara-se até a criação de pequenas unidades, companhias ou pelotões só de portugueses, mas estes não consentiram com receio de que ainda mais os viessem a empregar só nas acções perigosas.*<sup>173</sup>

Os comentários dos diplomatas portugueses, em Espanha e Inglaterra, sobre a presença de combatentes, com os nacionalistas, são reveladores que não tem um número exato do total dos combatentes. Pedro Teotónio Pereira confirma a participação de 200 voluntários portugueses numa bandeira da Legião na tomada de Badajoz. Perante a pergunta do Agente inglês sobre a possibilidade de haver, mais de 6.000 portugueses no Tercio, a resposta de Teotónio Pereira não é conclusiva acerca de quantos voluntários portugueses combateram na guerra civil respondendo que seriam, no momento, menos que no início do conflito:

*Achei então de oportunidade fazer uma referência às bandeiras da Legión, pois senti que o assunto ia ser abordado. Disse então que alemães e italianos constituíam grupos perfeitamente distintos do grosso do exército, portanto muito fáceis de destacar de um momento para o outro. Outros voluntários não havia a não ser os portugueses da Legião Estrangeira. Mas esse era, como ele sabia, um caso especialíssimo. Muito antes da guerra já as bandeiras de Marrocos tinham grande percentagem de portugueses, que eram soldados esplêndidos.*

*Na tomada de Badajoz fora uma bandeira com cerca de 200 portugueses experimentados na guerra de África que ocupara de assalto a cidade, fazendo prodígios de valor. Infelizmente muitos tinham já morrido, mas tínhamos que os encarar, oficiais e soldados, sob o mesmo prisma de heroísmo cavalheiresco que os levava a alistar-se em tropa de tão famosas tradições.*

*Feitas estas declarações, Sir Robert Hogdson limitou-se a perguntar se seriam mais de 6 000 os portugueses do Tercio. Respondi ser tristemente verdadeiro que antes da guerra era muito maior a percentagem de portugueses nas “bandeiras” de Marrocos que no momento actual.*<sup>174</sup>

<sup>173</sup> Moreira Freire, João, *Os primeiros meses de guerra em Espanha, na frente de combate e no processo político – vistos por observadores portugueses*, Revista Militar nº 2541, Outubro de 2013, p. 9.

<sup>174</sup> Ofício do Embaixador de Portugal em San Sebastian para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 27 de Agosto de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-*

Na primeira reunião do Agente Especial português, Pedro Teotónio Pereira, com Francisco Franco o diplomata português evoca a participação portuguesa no conflito, nunca enunciando um número exato, mas evocava que eram milhares de participantes com milhares de mortos. Franco respondeu que os portugueses do *Tercio* eram dos melhores soldados que possuía:

*Essa era uma manifestação do interesse com que o nosso povo seguia a sua causa, mas maior prova era ainda a impressionante conducta dos nossos voluntarios do Tercio e a forma como afluíam ao alistamento. Os muitos milhares de mortos que já tínhamos e os milhares de portugueses que se batiam na frente, demonstrava bem até que ponto nosso povo estava ao lado do povo espanhol. O Generalissimo respondeu que daria ordem para me ser comunicada a nota. E falando dos portugueses do Tercio disse que eram dos melhores soldados desta tropa famosa. Ele os comandara em Africa e muitos lhe escreviam de vez em quando conservando laços de dedicação que muito o sensibilizavam.*<sup>175</sup>

Menos informada, sobre o número de voluntários, a Embaixada de Portugal em Inglaterra pedia autorização para a inclusão de portugueses como apoio na constituição de campo de concentração e informação do número de voluntários portugueses que combatiam ao lado de Franco:

*Hemming disse que os Italianos pensavam constituir o pessoal dos campos de concentração a empregar em Málaga e Cádiz da seguinte maneira. Málaga 250 italianos, 35 alemães, 10 portugueses e 18 de outras nacionalidades. Desejaria conhecer a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre este caso, a fim de que a Embaixada possa acompanhar o assunto junto de Hemming. Ignoro se V. Ex<sup>a</sup> acha o número diminuto ou se prefere que não se nomeie pessoal português. Também nos interessava conhecer o número aproximado dos nossos voluntários do lado de Franco.*<sup>176</sup>

O Agente Especial português em Salamanca fala da gestão dos milhares de voluntários portugueses, o que vai ao encontro da posição oficial que estiveram, milhares de portugueses, presentes no teatro de guerra. Aqui a referência é que pertencia à Legião Estrangeira:

*As autoridades militares de Burgos falaram-se na questão da vinda de oficiais portugueses. Julgo da maior conveniência que cheguem em breve, para ser desfeita a má impressão que noto devido à demora e se obter ainda algum resultado*

1947, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 422-423.

<sup>175</sup> AHD-MNE, Ofício da Missão Especial de Portugal em Espanha, na cidade de Salamanca, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 01/02/1938, pp. 1-9.

<sup>176</sup> Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros 3 de Agosto de 1938 in Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, p. 393.

*antes do fim da guerra, que parece próximo. Também rogo seja considerada a situação de milhares de voluntários portugueses da Legião Estrangeira. Agradecia ainda me fosse comunicada a resolução acerca do assunto “refractários espanhóis”, que tratei durante a minha última ida a Lisboa. O Governo Espanhol insiste pela nossa resposta e conviria não perder a boa oportunidade antes que a guerra termine.*<sup>177</sup>

Os historiadores portugueses apontam diversos números e controvérsia acerca dos combatentes portugueses presentes no conflito espanhol. O historiador Filipe Ribeiro de Meneses corrobora a confusão à volta dos números dos portugueses, que combateram ao lado dos nacionalistas, devido ao fato de Hugh Thomas ter enunciado 20.000 combatentes portugueses.<sup>178</sup> César de Oliveira sublinhava que a propaganda portuguesa extremara, o número de voluntários, para pressionar e sublinhar a dívida que o Governo franquista possuía com Portugal. O historiador avançava que, provavelmente, 8.000 homens combateram nas fileiras dos nacionalistas.<sup>179</sup> Afirmou que assentou, nos registos portugueses e espanhóis, 2.654 voluntários e se deverá acrescentar os alistados na MMPOE e com nomes falsos.<sup>180</sup> Aproximadamente 20.000 homens e cerca de 8.000 mortos por parte dos *Viriatos* são números apontados por Herminio Martins. A novidade deste valor é a inclusão do número de mortos o que não é habitual.<sup>181</sup> Franco Nogueira<sup>182</sup> afirmava sobre a presença lusitana na Espanha nacionalista foi de 20.000: “*Foi calculado na altura que nas fileiras dos exércitos nacionalistas combatiam entre 20 a 30 mil portugueses [...] Ficaram conhecidos pelo nome de Viriatos. Não constituíram um corpo autónomo e estavam dispersos por vários comandos*”.<sup>183</sup>

A perspetiva dos historiadores ingleses e norte-americanos é dispare e varia entre a participação de 4.000 e 20.000 homens. Hugh Thomas coloca o número mais alto de alistados portugueses em 20.000 militares.<sup>184</sup> Antony Beevor refere 12.000 homens.<sup>185</sup> Othen apresenta o valor de 8.000 portugueses que serviram as tropas dos rebeldes.<sup>186</sup> Paul Preston desconhece o número, ao certo, aponta entre 4.000 a 20.000 portugueses,

<sup>177</sup> Telegrama do Agente Especial em Salamanca para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 31 de Março de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 243-244.

<sup>178</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar- Uma biografia Política*, p. 687.

<sup>179</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 246-247.

<sup>180</sup> Ídem, *Ibidem*.

<sup>181</sup> Martins, *Classe, Status e Poder*, p. 39.

<sup>182</sup> Biógrafo de Oliveira Salazar e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1961 e 1969.

<sup>183</sup> Nogueira, Franco, *Salazar. As Grandes Crises*, Coimbra, Atlântida Editora, 1978, vol. III, p. 69.

<sup>184</sup> Thomas, *A Guerra Civil de Espanha*, vol. I, p. 186.

<sup>185</sup> Beevor, *A Guerra Civil de Espanha*, p. 195.

<sup>186</sup> Othen, Christopher, *Las Brigadas Internacionales de Franco*, Barcelona, Ediciones Destino, 2007, p. 101.

reconhecendo que existe muita discussão acerca do valor exato.<sup>187</sup> Opina que o valor mais consensual poderá ser 8.000 homens, que eram profissionais, e que houve entre 1000 e 1.500 combatentes que foram voluntários.<sup>188</sup> Foram 18.000 portugueses que combateram os nacionalistas, comentou Charles Halstead.<sup>189</sup> Glyn Stone aponta a participação de 10.000 homens com 6.000 baixas entre mortos e feridos.<sup>190</sup>

Em relação aos historiadores espanhóis existem, igualmente, dados controversos. Houve milhares de voluntários portugueses, a combater na Guerra Civil de Espanha, mas não estavam incluídos nos *Viriatos*.<sup>191</sup> Alberto Pena Rodriguez afirma que 10.000 é um número possível.<sup>192</sup> Refere Pena Rodriguez em outra publicação que o número mais viável é entre 5.000 e 10.000 combatentes lusos.<sup>193</sup> Ramón Tamames aponta para 8.000 portugueses<sup>194</sup>. A cifra de 7.000 portugueses, enquadrados em divisões espanholas, é outro número a considerar.<sup>195</sup> Manuel Burgos Madroño indica 20.000 homens, mas já dividindo que 15.000 lutaram com os rebeldes e 5.000 a favor dos republicanos.<sup>196</sup> Um número mais baixo aponta Mercedes Yusta, 10.000 portugueses combateram ao lado dos nacionais.<sup>197</sup> Para Enrique Moradiellos os portugueses, a combater no conflito espanhol, foram 10.000, ainda que este valor não seja seguro era a terceira força estrangeira a atuar na zona nacional. Os italianos foram 78.474, os alemães 19.000 e os irlandeses 700.<sup>198</sup> Romero Salvadó refere o número de 10.000.<sup>199</sup> Jesús Salas Larrazábal nega que a presença portuguesa fosse de 20.000 combatentes, enumera que foi muito mais reduzida:

*Não sei donde poder ter surgido a noção de que houve vinte mil portugueses nas fileiras de Franco, mas qualquer pessoa que conheça medianamente o que sucedeu na zona nacionalista pode garantir que a apartação em pessoal português*

<sup>187</sup> Preston, Paul, in revista *Actual* do jornal *Expresso*, 2007, p. 56.

<sup>188</sup> Preston, *La Guerra Civil Española, reacción, revolución y venganza*, p. 217.

<sup>189</sup> Halstead, Charles R., *Peninsular Purpose: Portugal and its 1939 Treaty of Friendship and Non-Aggression with Spain*, *II Político*, vol. 45, nº 2, junho 1980, p. 287.

<sup>190</sup> Stone, *Spain, Portugal & The Great Powers*, p. 114.

<sup>191</sup> Mesa Gutiérrez, José Luis, *Voluntarios portugueses en las filas nacionales*, *Revista española de história militar*, nº 16, 2001, p. 164.

<sup>192</sup> Pena Rodriguez, *Duas caras da mesma moeda*, in Simões do Paço (ed.-coord.) e Pena, *1936-1939 Salazar, retaguarda de Franco*, p. 205.

<sup>193</sup> Pena Rodríguez, *Salazar e a Impresa*, pp. 244-247.

<sup>194</sup> Tamames, Ramon, *Portugal en La Guerra Civil española (III)*, *Republica de las ideas*, 2014, p. 2 [https://www.republica.com/universo-infinito/2014/08/06/portugal-en-la-guerra-civil-espanola-i/].

<sup>195</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los bandos*, p. 14.

<sup>196</sup> Burgos Madroño, Manuel, *Vinte mil portugueses lutaram na Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, in *Boletim do Arquivo Historico Militar*, vol. 55, 1987, pp. 7-227.

<sup>197</sup> Yusta, Mercedes, *Une guerre européenne*, *L'Histoire*, nº 427, 2016, pp. 52- 55.

<sup>198</sup> Moradiellos, Enrique, *Las razones de una crítica histórica: Pio Moa y la intervención extranjera en la Guerra Civil española*, 2003 [www.nodulo.org].

<sup>199</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil de Espanha, Origens, Evolução e Consequências*, Editora Europa América, 2006, p. 101.

*ficou muito abaixo da alemã, e não por falta de entusiasmo popular, mas sim por causa da pressão inglesa sobre o Governo de Oliveira Salazar para que dificultasse o mais possível o seu recrutamento.*<sup>200</sup>

Salas Larrazábal afirmou que podiam estar 1.000 portugueses a favor dos nacionalistas.<sup>201</sup>

De todas as variadas informações e os inúmeros valores, apresentados de estudiosos e historiadores nacionais e estrangeiros, os números mais verídicos e conclusivos dos voluntários lusos, a combater pelos nacionalistas, são entre 8.000 e 15.000 voluntários portugueses e entre 5.000 e 6.000 mortos.

Porque a conclusão destes valores? Analiso as diferentes quantidades que enunciam as personalidades políticas e militares portuguesas, que estiverem presentes na guerra civil, e da imprensa. Estas informações têm um maior grau de fiabilidade devido à presença *in loco* dos protagonistas no conflito. Por outro lado, podem apresentar um desvio de valores devido à falta de neutralidade política dos intervenientes, devido a contexto político da época. Ficaria o contingente luso como o terceiro, em termos de quantidade, do lado nacionalista e ficando a possibilidade máxima de 15.000 voluntários muito perto do continente alemão o que evidencia um enorme esforço e compromisso de Portugal pois em relação ao estado alemão existe uma evidente diferença tanto material, militar e económica.

---

<sup>200</sup> Salas Larrazábal, Jesús, *La Intervención Extranjera en al guerra de España*, Madrid, Editora Nacional, 1974, p. 452, in Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p. 184.

<sup>201</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los bandos*, p. 14.

## Capítulo 5:

# AS INICIATIVAS BILATERAIS E MULTILATERAIS DE CONCILIAÇÃO

## 1. O Acordo de Não-Intervenção e a política salazarista

### A origem do Acordo Não-Intervenção

Perante a escalada da intervenção das potências europeias, na contenda espanhola, surge a ideia e a proposta por iniciativa francesa o Acordo de Não-Intervenção e mais tarde o Comité de Londres ou de Controle do Acordo. O Governo francês, em finais de Julho de 1936, concebe um acordo multilateral de Não-Intervenção em território espanhol onde o Governo inglês acolhe de uma forma positiva este Acordo e incentivando, o maior número de países, para que estivessem presentes neste Acordo multilateral. Logo, no dia 4 de Agosto o Governo inglês consentiu, esta proposta francesa, com as condicionantes que fizessem parte do Acordo, a Alemanha, Portugal, Itália mais os países que fabricassem armas como a Bélgica, Suécia, Holanda e Checoslováquia. No entanto, não incluiria a União Soviética. No dia 11 de Agosto a proposta originária francesa foi modificada para uma proposta de cariz franco-britânica.<sup>1</sup>

O Comité estava estruturado por vinte seis países participantes no Acordo de Não-Intervenção. Por ordem de união, ao Acordo de Não Intervenção, estavam os seguintes países: Albânia, Áustria, Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Polónia, Roménia, Suécia, Turquia e Jugoslávia. Incluindo a França, Inglaterra, Alemanha, Itália e a União Soviética.<sup>2</sup> O Acordo de Não-Intervenção foi assinado, em finais de Agosto, por todo os países da Europa, excluindo a Suíça.

O conceito de não intervenção era distinto do conceito de neutralidade. Se em relação ao primeiro não é necessário existir um conflito, *A não intervenção seria, portanto, a renuncia ao recurso à intervenção como meio de política externa*, no segundo, a neutralidade, só pode ser enunciado em conformidade a um conflito latente. No entanto,

---

<sup>1</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 89.

<sup>2</sup> Berdah, *De la solidaridad republicana al cobarde abandono*, p. 57.

se o conceito de neutralidade já possuía legislação a Não-Intervenção ainda não existiam normas jurídicas aplicáveis.<sup>3</sup>

Como refere Soares de Oliveira, foi observado:

*Intervenção ou ingerência toda a ação empreendida por um Estado um grupo de estados na esfera externa com o propósito explícito ou implícito de condicionar, alterar ou manipular a situação noutro Estado ou o comportamento desse Estado na esfera internacional.*<sup>4</sup>

Alexis Léger retirou a proposta do Acordo de Não Intervenção, do núcleo da SDN. Se a propagação do conflito espanhol podia alastrar para um conflito, mais dilatado, passava a ser um assunto que pertencia à manutenção da paz mundial e essa matéria era da competência do Conselho da SDN. Contudo, Alexis Léger, reafirma, que o Acordo de Não Intervenção era de âmbito europeu e não de interesse mundial e não havia a necessidade de regular a Não-Intervenção, logo este Acordo saia da esfera do SDN. Havia, também, consequências políticas pelo fato do Acordo de Não Intervenção permanecesse de fora do âmbito da SDN. A primeira foi que o Governo republicano espanhol ficava, de fora, da esfera da SDN e perderia a sua capacidade de intervir. A outra era a Alemanha, por estar fora do SDN, poderia participar no Acordo de Alexis Léger. Uma outra razão, para retirar esta matéria da jurisdição da SDN, foi o reconhecimento da beligerância que dentro da SDN, era uma realidade, e no Acordo não era uma obrigação admitir o reconhecimento da beligerância.<sup>5</sup> Todos os 27 Governos, participantes, contribuíram com valores específicos da previsão de 898.000 libras de custos anuais. Inglaterra, França, Alemanha, Itália e a URSS assumiram, cada país, 16% e todos os outros países contribuíram com os 20% restantes.<sup>6</sup>

Churchill anunciou a sua concordância com a política de Não-Intervenção e apoiava a orientação do Governo britânico. Ao longo do ano de 1936, com a proclamação da neutralidade de Inglaterra, preferia pessoalmente a vitória final de Francisco Franco, se eventualmente uma vitória tivesse que ocorrer.<sup>7</sup> Numa Carta enviada a Anthony Eden, Churchill comentava a ideia de neutralidade que devia seguir a França de Blum:

---

<sup>3</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, pp. 79-80.

<sup>4</sup> Idem, p. 79.

<sup>5</sup> Idem, pp. 85-87.

<sup>6</sup> Plummer, Joni, J., *France and Portugal in the Spanish Civil War- Domestic and International Policies*, Department of West European Studies in the Graduate School Indiana University, 1988, p. 88.

<sup>7</sup> Boyd Rush, Dorothy, *Winston Churchill and the Spanish Civil War*, Social Science, vol. 54, nº 2, Spring 1979, p. 88.

*Os assuntos espanhóis atravessam os meus pensamentos. Parece-me mais importante para nós fazer Blum ficar estritamente neutro connosco, mesmo que a Alemanha e a Itália continuem apoiando os rebeldes e a Rússia envie dinheiro ao governo. Se o governo francês tomar partido contra os rebeldes, será uma ajuda divina enviada aos alemães e pró-alemães.*<sup>8</sup>

No dia 10 de Agosto de 1936, num artigo do *Evening Star*, Churchill expressava o interesse de uma união entre a França e a Inglaterra no que concerne à posição de neutralidade no conflito espanhol:

*É de maior importância que a França e a Inglaterra atuem juntas no cumprimento da mais rigorosa neutralidade delas e o esforço por fomentar nos outros. Ainda que os russos ofereçam dinheiro a um lado e o outro recebem incentivo dos italianos e alemães, a segurança da França e Inglaterra exige uma neutralidade absoluta e a não intervenção pela sua parte: A parcialidade francesa a favor dos comunistas espanhóis ou a parcialidade inglesa a favor dos sublevados espanhóis poderia prejudicar profundamente os laços que unem ao império britânico e a República francesa. Esta desordem espanhola não é da incumbência de nenhum de nós. Nenhuma de estas fações espanholas representa o nosso conceito de civilização.*<sup>9</sup>

### **Portugal e o Acordo de Não-Intervenção**

O Acordo de Não-Intervenção foi proposto, no dia 1 de Agosto de 1936, pelo Governo francês que manifestou a vontade de Portugal aderir. No dia 4 de Agosto o Governo inglês não punha obstáculos à iniciativa desde que os principais envolvidos e interessados, incluído Portugal, concordassem.<sup>10</sup>

Devido à extensão da fronteira terrestre luso-espanhola a adesão, do Governo português, era algo extremamente importante para conferir eficiência e credibilidade ao Acordo de Não-intervenção. No dia 5 de Agosto de 1936 o Governo britânico solicita, de uma forma urgente, uma resposta que concretiza a entrada de Portugal no Acordo.<sup>11</sup>

No dia 7 de Agosto de 1936 Armindo Monteiro reage, ao convite inglês, e responde para a Embaixada portuguesa em Londres através de um vasto texto com referências históricas e coloca questões sobre posições inglesas em relação à situação em Tânger e dos abastecimentos russos para o Governo republicano. Expõe a possibilidade de Portugal não puder contactar, as autoridades nacionalistas, perto das fronteiras portuguesas e na eventualidade de uma vitória republicana, e de uma evasão a Portugal,

<sup>8</sup> The National Archives, FO 954/27A/17, Carta de Churchill para Eden no dia 07/08/1936.

<sup>9</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 180.

<sup>10</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 85.

<sup>11</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p.10.

qual seria a posição inglesa.<sup>12</sup> Ou seja, Armindo Monteiro expõe ao encarregado de negócios inglês, Charles Dodd, a ideia que o Governo de Salazar preconizava para uma possível adesão. Uma consideração importante, para Armindo Monteiro, era a capacidade de cobertura militar que a Inglaterra dispensaria a Portugal se acontecesse uma agressão militar ao território português:

*É natural que o Governo português queira manter uma política externa em unidade de vistas com o Governo de Londres. Mas na hora difícil que atravessamos precisa de saber, antes de tomar uma resolução, se o Governo inglês garante que nas 24 horas que se seguirem a um ataque vindo da Espanha e dirigido sobre nós, ou a uma sublevação provocada no país pelos extremistas espanhóis, a esquadra inglesa estará aqui a defender os nossos portos, o exército inglês a combater ao lado do nosso, a frota aérea britânica a repelir os ataques de que sejamos vítimas. Este é para nós o ponto essencial.*<sup>13</sup>

Passados três dias da comunicação, de Armindo Monteiro, Dodd emite uma declaração do Governo do Reino Unido, que considerava em vigor os tratados de Aliança luso-inglesa, no entanto não podia “*renunciar ao direito de, em cada caso, apreciar as circunstâncias da sua aplicação*”.<sup>14</sup>

No dia 12 de Agosto a União Soviética adere ao Acordo, colocando Portugal numa frágil situação. O Governo luso assentiu, com reservas, a integração no Acordo. Comunicou esse fato aos ingleses e franceses no dia seguinte.<sup>15</sup>

Por uma visão geoestratégia portuguesa havia um interesse, claro, de apoiar as forças rebeldes. Por esta altura ainda não estava concluída a junção entre a bolsa nacional na região de Sevilha e a zona Centro e Norte de Espanha. Ou seja, o eixo Sevilha- Mérida- Cáceres, em paralelo com a fronteira portuguesa, ainda não estava conquistado e Salazar tinha que ganhar tempo. Mérida é conquistada a 10 de Agosto e começava a organizar-se o assalto a Badajoz. Entretanto as negociações para o Acordo de Não-Intervenção avançam.<sup>16</sup>

O Governo português, no dia 14 de Agosto, emite o seu consentimento de princípio. No dia 16 de Agosto, o Ministro da França em Portugal acolhia a adesão de Portugal com “as reservas e declarações que entendesse”.<sup>17</sup> No dia 17, Portugal tem acesso ao texto do Acordo, e no dia 20 de Agosto existem duas deliberações; Portugal

<sup>12</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, pp. 82-83.

<sup>13</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p. 10.

<sup>14</sup> Idem, p. 11.

<sup>15</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 87.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>17</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p. 11.

aceitava oficialmente a maioria do corpo do Acordo e encerrava e desocupava a Embaixada e o Consulado em Madrid para os colocar em Alicante.<sup>18</sup> Logo, Armindo Monteiro formaliza, a 21 de Agosto de 1936, a adesão do Governo salazarista ao Acordo multilateral de Não-Intervenção. Portugal cedeu às pressões da Inglaterra, para tomar uma posição oficial de Não Intervenção na guerra civil.

A reação de Portugal, ao modelo de Não Intervenção, foi de grande importância. A nota portuguesa estabelecia os termos em que se julgava possível “concretizar o pensamento da não intervenção”. Enquanto, a substância do preâmbulo foi incluído, foi expressamente reservado que, como forçado pelas circunstâncias, a tomada das seguintes medidas não seria considerada como intromissão direta ou indireta:

A) As medidas de defesa da ordem pública interna, da segurança, dos bens e da vida dos cidadãos portugueses, ou de salvaguarda da integridade e segurança territorial;

B) A aplicação de convenções ou decisões internacionais exigidas pelas circunstâncias da guerra;

C)

Intermediação entre as partes em conflito, se as condições o permitirem; D)

Defesa contra qualquer regime social subversivo que pudesse ser estabelecido em Espanha se a necessidade de salvaguardar a civilização ocidental ocasionasse tal defesa;

E) A

conservação de relações com as autoridades centrais e locais em Espanha;

F) Reconhecimento da beligerância das partes em conflito, ou reconhecimento de um novo Governo, ou modificação das condições de representação diplomática ou consular. A execução das três declarações foi feita expressamente dependente do rigoroso cumprimento por todos os países.<sup>19</sup>

Indo um passo além do Governo italiano, a posição portuguesa afirmava que se algum país aprovasse o registo de voluntários ou a angariação de fundos para a guerra civil, o Governo português ficaria automaticamente isento de todas as obrigações decorrentes do acordo, colocando-se assim numa posição especialmente privilegiada. No que diz respeito às seis medidas excepcionais mencionadas, a condição E) é a única que

<sup>18</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 91.

<sup>19</sup> Padelford, Norman, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, *The American Journal of International Law*, vol. 31, n° 4, Oct. 1937, pp. 581-582.

talvez seja inconciliável com os compromissos dos outros países. Em conjunto com a adesão do Governo português, o Governo inglês confirmou a sua antiga aliança defensiva com Portugal e concordou em vir em sua defesa caso fosse agredido por Espanha ou qualquer outra potência em resultado da participação no Acordo de Não Intervenção.<sup>20</sup>

No dia 1 de Setembro, Monteiro emite uma comunicação, ao Ministro francês em Portugal, transmitindo que a conceção e atividade do Comité não decorriam de uma forma adequada, pelo que o Governo de Lisboa não possuía a obrigação de dar seguimento às resoluções do Acordo de Não-Intervenção ou de lhe enviar qualquer tipo de informação.<sup>21</sup>

Segundo Luis Soares de Oliveira, a posição de indecisão, do Governo português, para a entrada do Acordo de Não-Intervenção possuía uma estratégia por detrás: *“Recorrendo a pedidos de esclarecimentos prévios, a diplomacia portuguesa ganhou 19 dias, o tempo suficiente para municiar as forças rebeldes e permitir a Franco expulsar os republicanos na raia portuguesa”*.<sup>22</sup> Fernando Schwartz analisava, assim, a adesão de Portugal ao Acordo de Não Intervenção:

*Evidentemente ninguém podia ter a ilusão sobre uma nota com tantas reservas e condições, que colocavam Portugal, na prática, à margem do acordo. Deste modo, o pacto nascia viciado e estava, desde o princípio, votado ao fracasso.*<sup>23</sup>

### **Inclusão de Portugal no Comité de Londres**

Foi realizado em Londres, no dia 9 de Setembro de 1936, a primeira sessão do Comité para a Aplicação do Acordo de Não-Intervenção. O Comité de Não Intervenção em Londres incluía representações da União Soviética, da Itália, da França e da Inglaterra, com pontuais envios de delegados ao Comité por parte de Portugal e da Alemanha. Todos os países, que formalizaram o Acordo estiveram presentes menos Portugal. Na capital portuguesa o Embaixador inglês Charles Wingfield realiza diligencias no sentido de incluir o Governo português para o Acordo.<sup>24</sup> Nessa mesma reunião do Comité foi eleito

<sup>20</sup> Idem, Ibidem.

<sup>21</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p. 11.

<sup>22</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 83.

<sup>23</sup> Schwartz, Fernando, *La Internacionalización de la Guerra Civil Española. Julio de 1936, Marzo de 1937*, Barcelona, Ed. Ariel, 1972, p. 128.

<sup>24</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p. 11.

Presidente W.S. Morrison, logo foi sucedido por Lord Plymouth, e Francis Heming foi nomeado Secretário Executivo.<sup>25</sup>

Na primeira sessão, o representante inglês era William Morrison, a delegação da Alemanha era representada pelo Príncipe Otto Von Bismarck (mais tarde substituída por Von Ribbentrop), o representante francês era Corbon, o italiano Dino Grandi e Samuel Kagan (mais tarde substituído por Ivaan Maisky) o representante russo.<sup>26</sup> O representante soviético, Ivan Maisky, no Comité de Não-Intervenção foi um defensor incansável da República espanhola e a voz do Governo republicano nesta estância internacional. Era frequente protestar contra as violações da Alemanha e Itália em relação ao Acordo de Não-Intervenção.<sup>27</sup>

Na reunião no dia 28 de Outubro de 1936, o Comité de Não Intervenção considerou as acusações apresentadas pelo Governo inglês em nome do Governo republicano. O Comité considerou que as provas apresentadas não foram suficientes para chegar à conclusão de que houve desrespeito pelo acordo.<sup>28</sup>

No dia 14 de Setembro foi realizado a segunda sessão, do Comité, e um Subcomité foi fundado, constituído pelos representantes da Bélgica, Inglaterra, Checoslováquia, França, Alemanha, Itália, Suécia e Rússia Soviética, para coadjuvar o Presidente no sentido de auxiliar o procedimento e realizar recomendações para todo o Comité.<sup>29</sup>

Na sessão do Subcomité de Não-Intervenção, no dia 15 de Setembro, a delegação sueca questiona se podia enviar uma remessa de material bélico para Portugal. Era óbvio o destino final desta encomenda, para Portugal, ficando a desconfiança no ar sobre o objetivo desta remessa.<sup>30</sup>

Armindo Monteiro vai ser pressionado para que Portugal participe no Comité de Londres. Para Oliveira Salazar era, fundamental, existir um documento formal com as normas de funcionamento do Comité. Anthony Eden solicita, ao Presidente de Comité, W. S. Morrison que elabore uma declaração com as pautas da atividade da comissão incluindo as reservas que o Governo português enunciava. Armindo Monteiro pensado que cumpria as exigências portuguesas autoriza o encarregado de negócios em Inglaterra a comparecer na próxima sessão do Comité. No entanto, Salazar não está de acordo com

---

<sup>25</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 586.

<sup>26</sup> Berdah, *De la solidaridad republicana al cobarde abandono*, p. 57.

<sup>27</sup> Kowalsky, Daniel, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*, Ayer, nº 56, 2004, pp. 98-99.

<sup>28</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 587.

<sup>29</sup> Idem, p. 586.

<sup>30</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p.12.

a iniciativa, de Monteiro, e através de Teixeira de Sampaio tenta cancelar a diretiva do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, mas não vai conseguir essa anulação. Armindo Monteiro perante esta desautorização, do chefe do Governo português, demite-se do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.<sup>31</sup> No dia 12 de Novembro o Comité votou que as acusações italianas contra a intervenção russa não eram sustentáveis pelas provas expostas e que o Governo soviético não violou o acordo.<sup>32</sup>

Esta declaração do Governo português descreve as pressões dos Governos, da Inglaterra e da França, para “*renunciar desde já qualquer acção directa ou indirecta que possa conduzir a intervenção estrangeira na guerra civil espanhola*”. Portugal assume uma orientação claramente posicionada com a defesa dos seus valores políticos e geográficos na zona da Península ibérica. O carácter exclusivo, de Portugal, neste conflito é salientado no texto seguinte; *os seus interesses na península não são comparáveis aos de qualquer outra potência*. Logo, qualquer medida que se aplique em Espanha, Portugal terá que a conhecer e analisar. Realça o fato que não mantém relações políticas com o Governo de Valência e que ainda não reconheceu o Governo de Burgos:

*Da Britânia e da Republica Francesa são apresentados ao Governo Português as duas sugestões seguintes: a) a declaração da resolução firme de renunciar desde já qualquer acção directa ou indirecta que possa conduzir a intervenção estrangeira na luta de Espanha; b) o anúncio da sua intenção de dar instruções ao representante na Comissão de Londres no sentido de tomar em consideração medidas imediatas de fiscalização efectiva sobre todo o material de guerra destinado a Espanha.*

*O Governo Português que pela sua situação geográfica se reconhecia especialmente qualificado para fazer idéa da questão de Espanha, foi o primeiro a chamar a atenção para certo numero de factos e circunstancia que, devidamente examinados, acima das preocupações e preferências politicas internas, de alguns Estados, teriam permitido a todos ajuizar com justeza do carácter do movimento revolucionário espanhol.*

*Não só porque o seu ponto de vista não foi imediatamente perfilhado, mas porque os seus interesses na península não são comparáveis aos de qualquer outra potencia, o Governo português sem deixar de a acompanhar a acção que se pretendeu exercer com o acordo de não intervenção e depois com a comissão de Londres, formulou reservas e condições, as quais pelo facto de não terem ainda sido postas m jogo, nem por isso deixaram de ter para ele plena validade: Essas reservas e condições caracterizam de certo grau de independência a sua politica em relação à Espanha em em tudo quanto possa considerar necessario para “defender a paz interna, salvaguardar as vidas, haveres e liberdade dos cidadãos, assegurar a integridade e independência nacionais”.*

*Isto quer dizer que o Governo Português tem de examinar todas as propostas que se refiram à luta em Espanha num plano que lhe permita conciliar os interesses*

<sup>31</sup> Idem, Ibidem.

<sup>32</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 587.

*da paz e da Humanidade com os seus interesses vitais (pois estes os não pode sacrificar a nenhum outros), com a seriedade que deve presidir às relações entre povos e com a dignidade própria do Governo de cada país.*

*O acordo de não intervenção foi uma declaração pública e solene da vontade de numerosos Governos de não intervirem no conflito espanhol. Vários puzeram em destaque, como devendo ser evitada, as formas de intervenção directa, e entre estas o recrutamento de voluntários e as subscrições públicas para fins de guerra. Sem suspeitar que algum Governo se haja comprometido sem propósito ou desejo de cumprir, os factos que precederam tal acordo já o tinham condenado a insucesso, como infelizmente se provou.*

*O Governo Português que se esforçou por cumprir com correcção os compromissos tomados e ao definir estes foi mesmo mais longe do que outros, abstendo-se de actos de intervenção indirecta largamente praticado por alguns, não levanta no entanto qualquer objecção a publicar outras medidas ou a tomar por via legislativa as que administrativamente adoptou no sentido de dar execução ao espírito do primitivo acordo. Inspirar-se-á para tanto nas legislações que venham a ser promulgadas noutros países como ele ligados ao acordo de não intervenção.*

*O governo Alemão, Italiano, Russo e Português: invocam-se expressamente os interesses da paz, da salvaguarda da civilização europeia e da humanidade.*

*Pode pretender-se em primeiro lugar minorar a situação angustiosa em que por motivo da guerra civil se encontra a população da Espanha. O Govêrno Português não tem relações com o chamado Govêrno de Valência e tem visto este perder sucessivamente todas as características de um Govêrno regular de direito e de facto.*

*Por outro lado não reconheceu ainda o Govêrno de Burgos. Mas não tem melindre em se associar a outras potencias para continuar a obra que vem realizando, e contribuir para que a mesma se alargue, em beneficio da população espanhola de qualquer dos lados, sem distinções, embora pela situação militar em todos os territórios adjacentes à fronteira portuguesa, os nossos auxílios humanitários tenham sido entregues às autoridades nacionalistas. Reconhece-se vasto campo para uma noção internacional que víveres, artigos de vestuário, remédios, intercessão pela população não combatente, direito de asilo firmemente respeitado, tratamento de prisioneiros poderá ser realizada por humanidade e até por exigência da justiça.<sup>33</sup>*

## **Sociedade das Nações**

A Sociedade das Nações era palco para a existência de uma enorme pressão, por parte de Yves Delbos Ministro dos Negócios Estrangeiros francês e Anthony Eden, para que Portugal entrasse no Comité de Controle do Acordo de Não Intervenção. O Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Armindo Monteiro, sentia que a Sociedade das Nações seguia uma política de pressão sobre as potencias estrangeiras que apoiavam os

<sup>33</sup> AHD-MNE, Declaração feita pelo Governo português a 11 de Dezembro de 1936.

nacionalistas, ou seja, a Alemanha e a Itália.

O jornal *Diário de Notícias* informava que a defesa de Franco, por parte de Portugal, passou pelas organizações internacionais:

*Salazar se bateu desassombradamente contra a maldade e a hipocrisia duns e a inconsciência ou a incompreensão de outros, pela victoria da dignidade, da nobreza e da honra de Espanha. Nas conferencias de não-intervenção, na Sociedade das Nações e em todos os areópagos internacionais, onde os inimigos de Franco eram muitos e outros se deixavam enredar por formulas jurídicas em contrastes com as realidades, os delegados de Portugal batalharem por uma cauda justa e bela que além de ser a portuguesa no seu profundo significado o era também da honra da europa e da Humanidade.*<sup>34</sup>

A explanação do Ministro português, na décima primeira sessão plenária, no dia 30 de Setembro de 1936, encaminhou-se para os seguintes parâmetros:

*Admitamos que o que convém a uma [nação] não convirá talvez ao seu vizinho; compreendamos, por exemplo, que a democracia parlamentar, que fez a felicidade de uns, pode fazer a desgraça dos outros; no meu país, ela foi o Moloque que, lentamente, devorou as forças nacionais.*

*Todos os esforços das potências deveriam convergir para fazer entrar em Genebra os Estados que nos abandonaram ou que nunca nos deram a sua colaboração. Se para atingir esse fim, fossem necessários sacrificios, creio que os deveríamos fazer sem hesitar*<sup>35</sup>

Na Sociedade das Nações, no dia 17 de Setembro de 1937 o Governo republicano reclamava os seus direitos como associado legítimo da organização internacional. A 18<sup>a</sup> Assembleia era comandada por Espanha o que era inconveniente para a os nacionalistas. Nicolás Franco em carta, ao Marques de Quintanar, solicita ajuda a Portugal na Sociedade das Nações:

*Nosotros, con acopio de datos sobre España que representamos pediremos um puesto en el Consejo a favor de una persona de nustra confianza impugnando además la atual Representación que ostenta o mejor dicho que ha de ostentar el Gobierno de Valencia y por ello creo que es fácil para nuestros amigos negar la Representación a España en vista de esta discrepância y de que la Representación de la Nación es discutida. Esta gestión has de hacerla com el Representante de Portugal o com el Secretario de Relaciones directamente y en la mayor reserva; y*

<sup>34</sup> *Diario de Noticias*, 23-03-1936, in Pena Rodríguez, *El Estado novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*, p. 87.

<sup>35</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo (1935-1943)*, p. 7.

*de esta carta que te envío debes tomar nota y conocimiento y devolverla a la persona que la lleva, pues por su índole debe evitarse su pérdida a toda costa.*<sup>36</sup>

### **Fiscalização das fronteiras espanholas e proibição de alistamento de voluntários**

Nos últimos meses de 1936 e nos primeiros de 1937 os Governos inglês e francês, perturbados com os aumentos de voluntários estrangeiros que chegavam a território espanhol, empenharam-se, nos meios diplomáticos, de parar esta entrada de voluntários. Numa deliberação, de 9 de Janeiro de 1937, o Governo inglês solicitou proibições imediatas sobre o recrutamento de voluntários estrangeiros, para a Espanha, e remeter a questão do voluntariado ao programa de observação e controle que estava a ser elaborado pelo Comité. O primeiro plano analisado pelo Comité de Londres, no sentido de melhorar o entendimento sobre a entrada de bens e voluntários em Espanha, foi criar um corpo de observadores, representando o Comité, dentro de Espanha em ações estratégicas nos locais de entrada de voluntários. Ou seja, nos portos e fronteiras terrestres. Este projeto exigia o consentimento do Governo nacionalista e republicano.<sup>37</sup>

O Comité de Controlo tinha como objetivo a fiscalização e proteção da execução dos compromissos assumidos. Portugal tem muitas dúvidas em participar neste Comité que incidia sobre duas vertentes:

- Fiscalização das fronteiras espanholas.
- Proibição de alistamento de voluntários.<sup>38</sup>

A aprovação foi recusada por ambos os Governos espanhóis. A próxima opção era alcançar o mesmo objetivo, mas destacando observadores fora da jurisdição espanhola. Os Governos francês e inglês concordaram de imediato com o estacionamento de um controle internacional nas fronteiras de Espanha.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> AGA, Exteriores, caja nº 6631. Carta de Nicolás Franco al Marqués de Miraflores, 31/08/1937 in Pena Rodríguez, *El Estado novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*, p. 132.

<sup>37</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 590.

<sup>38</sup> Idem, p. 124.

<sup>39</sup> Idem, p. 590.

Em Fevereiro de 1937 foi proibido, pelo Comité, a entrada de voluntários estrangeiros em Espanha.<sup>40</sup> No dia 6 de Março criou-se o Conselho Internacional de Observação com a função de realizar a gestão do plano de controlo, que incluía a vigilância e o controlo das fronteiras marítimas, terrestres e uma patrulha naval. Estavam envolvidos, neste Conselho, os representantes da Itália, Alemanha, França, União Soviética, Grécia, Polónia, Checoslováquia e Noruega. No dia 8 de Março os observadores entraram em ação e foi concebido um fundo internacional para cobrir as despesas de patrulhamento e dos observadores. No dia 19 de Abril entraria em funcionamento o controlo marítimo.<sup>41</sup> Nos meses de Abril e Maio de 1937 o *Foreign Office* apresentava, ao Comité de Não Intervenção, um plano para evacuar os voluntários estrangeiros. No entanto, no Verão de 1937, com a retirada da marinha alemão e italiana, das patrulhas navais, e com a interrupção da fiscalização, das costas e fronteiras, esta iniciativa de Eden foi gorada. Foi apresentado no dia 15 de Julho, ao Comité, um plano onde era concedido a beligerância aos Governos nacionalista e republicano no momento que fosse realizado a evacuação dos voluntários estrangeiros do território espanhol.<sup>42</sup>

A declaração do Governo português, em Dezembro de 1936, fazia jus a um pouco interesse em participar na fiscalização das fronteiras portuguesas “*Não poderia, porém, comprometer-se a suas leis internas por outros que não sejam as legítimas autoridades portuguesas. fazer-se substituir na fiscalização das fronteiras*”.<sup>43</sup> A ideia que o Comité edificava, em relação à fiscalização internacional, incluía as fronteiras terrestres luso-espanholas. No dia 4 de Janeiro os Governos francês e inglês solicitam que Portugal autorizasse, que no seu território, se pudesse realizar um controlo aéreo para detetar qualquer tipo de auxílio a Espanha. Portugal declina esta diligência.<sup>44</sup> Contudo, em relação à proibição de recrutamento de voluntários, no dia 10 de Janeiro, o Governo português concordou desde que outros países também o façam.<sup>45</sup>

Houve várias iniciativas e propostas para incluir Portugal, na fiscalização das fronteiras, em Fevereiro de 1937 houve uma proposta de Inglaterra para proibir a inclusão de voluntários e a colocação de observadores nas fronteiras para controlar a entrada de combatentes em Espanha. No dia 8 de Março ficou concluído o acordo, ficando Portugal

---

<sup>40</sup> Moradiellos, Enrique, *La política británica ante la guerra civil española*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, 1992, p. 197.

<sup>41</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, pp. 163-164.

<sup>42</sup> Moradiellos, *La política británica ante la guerra civil española*, p. 199.

<sup>43</sup> AHD-MNE, Declaração feita pelo Governo português a 11 de Dezembro de 1936.

<sup>44</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 165.

<sup>45</sup> Idem. 162.

de fora dos países que realizam o controlo naval.<sup>46</sup> Portugal recusou esta forma de controle pois beliscava a sua soberania, logo esta questão foi encaminhada para uma subcomissão especial.<sup>47</sup>

No entanto no dia 8 de Março realizou-se um acordo, entre Portugal e a Inglaterra, em relação aos observadores que entrava imediatamente em vigor, onde os observadores, que estariam a vigilar e controlar as fronteiras portuguesas eram compostos, unicamente, por ingleses e até 130 elementos.<sup>48</sup>

A parte do plano que prevê, o sistema de observação de navios mercantes, foi imediatamente acordada e incorporada. O Comité de Londres, no dia 8 de Março, aceitou uma deliberação registando um acordo unânime sobre o modelo de observação que iria estar em vigor em território e fronteiras espanholas. A resolução nº 45 tomou nota da conformidade de dia 16 de Fevereiro alusivo à interdição de voluntários: a) A conveniência de estabelecer um “sistema de observação em torno das fronteiras” espanholas para “verificar se o Acordo está a ser cumprido”; b) O entendimento dos Governos português e inglês; c) O contentamento da Inglaterra de que o objetivo do esquema de observação poderia ser realizado em território português e a sua obrigação de transmitir as informações ao Comité.<sup>49</sup>

Como referido, na capital inglesa Armindo Monteiro irá ceder à proposta de fiscalização. Era uma forma de reivindicar como contrapartida, o reconhecimento do Governo nacionalista, a possibilidade de vigilância dos portos de onde procedia o maior volume de material bélico para o Governo republicano e por fim o controlo de formas indiretas de intervenção, como por exemplo a saída do ouro do Governo de Madrid para a União Soviética.<sup>50</sup>

A dificuldade portuguesa foi finalmente resolvida por meio de um acordo entre o Governo inglês e português. Foi aceite que a fronteira portuguesa fosse observada por elementos ingleses vinculados à Embaixada do Reino Unido em Lisboa. Os funcionários ingleses, em Portugal incluíam, um Diretor administrativo e 130 observadores. Os papéis destes, observadores, eram confinados como “estritamente fiscalizadoras e civis” e os relatórios que consideravam necessários deviam ser enviados, exclusivamente, ao Embaixador inglês em Lisboa, pois era o único que estava autorizado a tratar do assunto

---

<sup>46</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, pp. 131-132.

<sup>47</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 590.

<sup>48</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 170.

<sup>49</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 591.

<sup>50</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p. 13.

com o Governo luso.<sup>51</sup> Foram concedidas, imunidades diplomáticas, aos observadores de que não haveria absolutamente nenhuma difusão do que foi visto para ninguém, salvo para o Administrador e o Embaixador inglês em Lisboa.

A patrulha portuguesa encontrava-se plenamente desligada da patrulha internacional e mais delimitada nas suas funções e utilidade. Não foi realizado nenhum relatório ao Comité de Não-Intervenção sobre a patrulha na fronteira portuguesa e o Comité não fez qualquer inquirição aos observadores ingleses.<sup>52</sup>

Armindo Monteiro sempre atento aos meandros da política interna inglesa, ao comité de Londres e o que concerne às relações luso-inglesas envia vários telegramas, de Londres, que comunica que Eden, no parlamento inglês, referia que se tinha chegado a um acordo entre Portugal e Inglaterra em relação aos observadores nas fronteiras luso/espanholas e que incluiria 130 agentes britânicos. Este telegrama é de dia 25 de Fevereiro, no entanto o acordo foi revelado no dia 8 de Março, o quer dizer que já havia uma determinação sobre o acordo muitos dias antes:

*Ontem Parlamento Eden respondendo pergunta deputado declarou: chegou-se a um acordo entre Governo inglês e o Governo português pelo qual cento trinta agente britânicos observarão aplicação do acordo de não intervenção na fronteira hispano-portuguesa. Este acôrdo especial anglo-portuguez mas os detalhes finais do plano não lhe foram ainda submetidos.*<sup>53</sup>

No dia 26 de Fevereiro, o Embaixador luso em Inglaterra informa Lisboa das movimentações diplomáticas que existem no Comité de Londres. Enuncia a apresentação de dois documentos secretos que inclui o acordo, que estaria ainda sujeito a aprovação, entre o Governo português e inglês. O Governo da União Soviética fez referência ao plano de controlo, onde Portugal estaria incluído, no entanto o diplomata luso insurgiu-se contra essa afirmação. A notícia do Acordo entre os Governos inglês e português estava a ser vinculado pelo Secretario do Comité, muito antes da sua publicação formal no dia 8 de Março. Em relação ao controlo naval o Embaixador português afirma que não existe interesse, de Portugal, em participar:

*Reunião esta manhã foram apresentados dois documentos secretos acôrdo sujeito aprovação pelo Govêrno Português entre representantes Reino Unido e do Govêrno Português respeitante ao regime ser estabelecido Portugal; projecto linhas gerais do*

<sup>51</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 590.

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>53</sup> AHD-MNE, Telegrama da Embaixada Portuguesa em Londres para Lisboa a 25/2/1937.

*documento descrevendo plano contrôle ser submetido ao Comité Internacional quando todas questões pendentes tiverem sido decididas com anexo contendo minuta acêrca número do pessoal preciso para execução plano. Neste segundo documento nenhuma alusão nenhuma referencia feita Portugal.*

*Russo levantou questão pedindo se fizesse expressa referencia plano contrôle estabelecendo para fronteira portuguesa pois que esse plano particular fazia parte plano geral e que só nessa qualidade podia ser aceite. Intervi com violencia dizendo lastimava que Russia não tivesse ouvido minhas declarações anteriores mas para que ele não tivesse duvidas mais uma vez declarava Governo Português não tinha aceite plano contrôle, que nenhuma referencia tinha ser feita acôrdo anglo-português porque não estava nem Comité e que nosso convite Grã-Bretanha era puramente amigavel e particular.*

*Secretario do Comité disse que ideia era apenas dar noticias do acôrdo anglo-português.*

*Depois russo leu declaração que depois periodo sem interesse immediato dizia que Russia não tinha interesse ter sua esquadra no Atlantico ou no Mediterraneo e que havendo-lhe o Comité reconhecimento direito uma zona se considerava satisfeita com êsse reconhecimento renunciando por agora torna-lo efectivo.*

*Fiz declaração seguinte: na situação presente não queremos participar execução plano contrôle naval que deve assim ser inteiramente confiando aos governos das quatro Potencias primitivamente indicadas, mas reservo posição meu Govêrno para em que outro Governo seja admitido a particular plano contrôle naval. Resolveu-se que representantes quatro potencias consultassem seus governos acêrca aceitação primeiro plano contrôle naval. Só tomei conhecimento telegrama de V.Ex.<sup>a</sup>76 quando russo terminou declaração desistencia contrôle maritimo.*

*Foi distribuido hoje documento contendo definição obrigações a sujeitar navios mercantes harmonia plano contrôle naval. Apesar urgencia decisão julgo conveniente enviar documento vapor amanhã. Embaixador de França disse poda mandar documento forma fazê-lo chegar antes mão V.Ex.<sup>a</sup>. Sub-Comité especial reúne quarta-feira para discussão êsse documento. Peço a V.Ex.<sup>a</sup>. me diga a tempo quais são postos êsse documento com que não concorda.<sup>54</sup>*

Acrescentaria o Embaixador português, em Londres, a discussão sobre o número, recomendado, de 285 elementos para fiscalizar a fronteiras portuguesa com Espanha. Portugal insistia na negativa que as suas fronteiras sejam fiscalizadas, no entanto, no acordo previsto com a Inglaterra, o número calculado, de observadores, estava na ordem dos 130 já referenciados anteriormente. O número de observadores, na fronteira de Espanha com França, teria mais elementos que na fronteira lusa:

*Relatório sub-comité tecnico hoje distribuido alinea a paragrafo vinte dois que considera essencial que facilidade serem concedidas deveres pessoal britanico fronteira hispano-portuguesa devem ser substancialmente mesmas que recomendadas segundo relatorio papel duzentos oitenta cinco para pessoal internacional empregado fronteira mais paizes limitrofes. Fiz resumo seguinte observação base essa passagem relatorio: espirito convite Governo Portuguez*

<sup>54</sup> AHD-MNE, Telegrama da Embaixada Portuguesa em Londres para Lisboa a 26/02/1937, pp. 1-3.

*dirigiu Governo britânico era não admitir nenhum controle internacional como garantia tratado. Impossível aderir tal precedente. Tínhamos compreendido perfeitamente nossa impossibilidade adesão podia levantar grande dificuldade Comité impedindo unanimidade necessária por isso oferta nossa saída. Sublinho que no acordo Portugal Inglaterra não se trata controle; quizemos apenas dar nossa absoluta lealdade por intermédio de juiz imparcial. Por isso falar paralelismo entre controle internacional proposta pelo sub-comité e o arranjo amigável que fizemos com Grã-Bretanha é cousa sem base. Espírito não é o mesmo fins não são os mesmos métodos são diferentes. Nesta ordem de ideias questão número observadores não podia ser por nós considerada como de princípio.*

*Convidamos Governo Inglês pensou cento trinta eram necessários, aceitamos esse número que ficou acordado. Repeti considerações telegrama de V. Ex.<sup>a</sup> este respeito. Acerca da competência legal agentes disse que só pretendíamos adidos Embaixada se possam convencer estrita lealdade portuguesa. Não podemos dar nossa adesão a qualquer definição dos deveres dos agentes do Comité se nessa definição se pretende por qualquer forma abranger os adidos ingleses na Embaixada de Lisboa. Por isso perguntou se funções observadores ingleses correspondiam às estabelecidas para agentes Comité.*

*Sendo essencial esse paralelismo queria saber se Presidente respondia sim ou não. Plymouth respondeu que na opinião Governo Britânico acordo com Portugal perfeitamente eficiente. Acrescentou que Governo britânico que tinha proposto cento trinta tendo Governo Português simplesmente aceite. Mas se à luz da experiência se mostrasse, do que não estava convencido, que número indicado era insuficiente governo inglês não renunciava aproximar Governo português para se atingir número preciso forma Governo britânico estar altura responsabilidade assumida. Francez defendeu novamente seu ponto de vista notando que seu Governo tinha dado exemplo moderação vendo esquecido seus sacrifícios.*

*Afirmou que número observadores sugeridos França era maior parecia por facto fronteira francesa ter zona que confrontava região ocupada Governo facto que dispensava acumulação observadores primeira zona permitindo reforçar segunda. Não compreendia que se levantasse questão futuro aumento observadores que é política não está campo Comité e pode crescer dificuldades Governo Francez. Alemanha respondeu que se aceitasse nova cifra proposta por Francez cento trinta seria por política e apenas para facilitar posição Governo Francez cuja difícil posição entendia perfeitamente. Reunião continua amanhã de manhã.<sup>55</sup>*

A capacidade de intervenção e de influência de Portugal, no Comité de Londres, dependia totalmente do trabalho profissional e reconhecido do Embaixador Armindo Monteiro que defendia o Governo luso com bastante afinco e inteligência. Armindo Monteiro, dentro dos limites da ditadura salazarista, possuía uma opinião própria. No dia 22 de Março de 1937 foi enviado para Lisboa uma comunicação que sublinhava o labor do Comité de Londres na gestão do controlo naval e da fronteira espanhola nos Pirenéus. Está patente a resposta do diplomata luso, ao delegado soviético, sobre o princípio de igualdade dos membros do Comité. Monteiro foi crítico do acordo,

<sup>55</sup> AHD-MNE, Telegrama da Embaixada Portuguesa em Londres para Lisboa a 26/02/1937, pp. 1-3.

conseguido com os ingleses, no respeitante à fiscalização e aos observadores ingleses nas fronteiras lusas, pois a Inglaterra iria ter um comportamento zeloso sobre a vigilância o que iria ser contraproducente para Portugal. Outra questão referida foi as diferenças entre a fiscalização francesa e a portuguesa:

*Nos primeiros, pelo menos no que importa à questão espanhola, teríamos chegado agora a um alto se não fossem as exigências da cozinha parlamentar inglesa.*

*Tanto Lord Plymouth como os secretários se confessam esgotados. Tem que organizar o controlo naval e o dos Pirenéus- que reclama larga paciência; vai, a pouco, vencendo as dificuldades que se levantam. Além disso, de cima obrigam-nos a encarar ao mesmo tempo os problemas da intervenção indireta. Esta dupla tarefa talvez esteja para lá das possibilidades de todos. Creio que -dado o balanço a tudo o que aconteceu e ponderadas as tantas dificuldades que se venceram-, se V.Ex.<sup>a</sup> estiver contente com a fórmula adotada, não tem razão para estar descontente com a marcha das coisas. Foi possível, embora nem sempre caminhando sobre rosas, executar até ao último milímetro o pensamento de Lisboa. Os ingleses procuravam sempre mostrar-se fáceis, o que não quer dizer que sempre dessem facilidades. Deles vieram algumas vezes lançadas com o ar mais.*

*A mais engraçada discussão com o Sr. Maisky -que encarna afinal o espírito do Sr. Kagan (pelo nome não peca), delegado em Londres da GPU- surgiu a propósito da admissão dos navios russos nos nossos portos: Eu pus a questão, por cautela, em termos gerais: o acordo não dá aos navios cujo pavilhão não tenha o direito de entrar em águas portuguesas, o direito novo de ali entrarem [...] O acordo pressupunha a igualdade de todos os membros do Comité: a Rússia não podia admitir outro princípio. Não admitia. Ali ou se trabalhava sobre essa base ou a cooperação russa desaparecia. Pela primeira vez, os soviéticos punham a ameaça de derrubarem o sistema de não intervenção. O Presidente, diretamente acossado pelo russo, declarou que realmente o princípio da igualdade tinha a base de negociações adotada.*

*A minha intervenção foi paciente: o princípio da igualdade a que se referia o presidente e que todos pareciam aceitar não era o de uma igualdade que se fizesse e desfizesse a cada momento e que surgisse sempre nova e desconhecida; era o de igualdade que existia no momento em que o acordo fora estabelecido...Portugal e a Rússia não tinham relações políticas: como consequências desse fato os navios soviéticos não podiam entrar em portos portugueses. Assim estavam as coisas em Agosto: assim estavam hoje.*

*Perguntar-me-á V.Ex.<sup>a</sup>, naturalmente, que efeitos produziu a adoção da fórmula do controlo inglês para Portugal?*

*Falemos das consequências materiais e consequências psicológicas. Das primeiras a mais importante foi sem dúvida obrigar os franceses a exigirem a modificação do controlo, de modo a colocarem-se em plano igual ao nosso. Brinquei com eles; disse-lhes que enfim as coisas tinham chegado ao ponto de ser Portugal a dar à França, o modelo da sua política externa. Mas o francês seguiu o seu caminho: modificou os nomes dos agentes, que passavam a chamar-se observadores; abaixou o número destes; fez declarar expressamente que os observadores não tinham faculdades executivas reservou verbalmente o direito (de que tem usado) de discutir a nacionalidade dos observadores.*

*Ficaram apenas duas diferenças:*

*a) eles tem observadores escolhidos de entre muitas nações, postos de banda os russos e dando preferência ais países pequenos. Nós só temos observadores britânicos.*

*b) os franceses respondem perante o comité pelas infrações constatadas. Nós praticamente respondemos perante a Inglaterra, que nos levará diante do comité, se entender provadas quaisquer violações: só em segunda instancia iremos perante o comité.*

*São estas diferenças em nosso favor ou contra nós?*

*Creio que, neste ponto, estou em profunda divergência de V. Ex.<sup>a</sup>. Não hesito em as julgar “contra nó”!*

*A fiscalização que nos Pirenéus se vai fazer, pela mistura das nacionalidades dos observadores e sobretudo porque os países a que estes pertencem não querem dificuldades com a França, será fatalmente fraca e inconsistente [...]*

*O nosso caso é outro: primeiro que o que tudo é o governo inglês que vai chamar-nos à responsabilidade do que acontecer. A Inglaterra quer mostrar-se severa e imparcial. A esta hora está -puritanamente- a fazer um inquérito acerca dos desembarques de italianos em Cádiz. Os seus observadores tem comando, unidade, “eficiência”. Nenhum receio tem de Portugal e, com o sentimento de hostilidade aos nacionalistas espanhóis que aqui existe, adorarão ser-lhes desagradáveis e complicar a vida de um país tao simpático aos rebeldes. As nossas primeiras discussões acerca de qualquer acusação terão de ser com a Inglaterra; e se esta se convencer de que somos inocentes- levar-nos-á perante o comité, formulando uma opinião acerca da nossa culpabilidade. Será difícil evitá-lo. E se as coisas certo se complicarem para o nosso lado não terá mesmo, em certo momento, interesse em o fazer.?<sup>56</sup>*

Em Abril de 1937 foi aprovado um plano de controle para observar e fiscalizar as fronteiras de Espanha, com França e Portugal, através de observadores internacionais. Em termos marítimos foram incluídos observadores internacionais em barcos mercantes europeus que se direcionavam para portos espanhóis. As frotas, francesa e inglesa, realizavam a fiscalização, patrulha e controle nas costas nacionalistas espanholas enquanto as frotas, da Alemanha e de Itália, realizavam essa fiscalização nas costas republicanas.<sup>57</sup>

A supervisão, do Comité de Controlo do Acordo de Não-Intervenção, entrava em vigor em 20 de Abril de 1937. Os seus objetivos ficaram defraudados, não conseguia deter a entrada de armas para o conflito espanhol, não tinha capacidades para fiscalizar o espaço aéreo nem a fiscalização dos portos portugueses, que sempre estiveram disponíveis para a entrada de material de ajuda aos nacionais.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Rosas, Fernando, Barros, Julia e Oliveira, Pedro, *Armindo Monteiro-Oliveira Salazar, Correspondencia Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 68-72.

<sup>57</sup> Moradiellos, *La política británica ante la guerra civil española*, p. 197.

<sup>58</sup> Moradiellos, *Un triángulo vital para la República*.

A informação vinculada pelos observadores britânicos, que executaram o controlo nas fronteiras portuguesa, foi a evidencia que a raia portuguesa, nomeadamente a do Caia, era menos utilizada e importante que a fronteira da Catalunha com França. Mesmo o porto de Lisboa, estando estrategicamente situado e possuindo uma ligação ferroviária ao centro de Espanha, já não possuía a mesma relevância que detinha nos meses quentes de Julho até Setembro/Outubro de 1936.

Uma explanação do Embaixador português em Inglaterra, a Halifax, sobre a impossibilidade da política de Não Intervenção em Espanha. A questão do reconhecimento *de Jure*, realizado pelo Governo português a Franco, se teria alguma consequência na participação de Portugal no Acordo de Não Intervenção:

*Disse que sempre tinha sustentado perante Eden a ideia de que a não-intervenção como tal não podia ser efectiva. No problema espanhol distinguiu duas questões: Impedir a extensão do conflito e preparar o terreno para o futuro do centro que acabasse com a luta.*

*No fim perguntou-me ainda se o reconhecimento significaria o nosso abandono da política de não-intervenção, ao que lhe respondi negativamente.<sup>59</sup>*

Em Março de 1939 o Comité de Londres dissolvia-se. Já em Novembro de 1938 a Bélgica e a Suécia saíam do Comité, argumentaram que as deliberações em relação à intervenção em território espanhol estavam a ser realizadas fora da orbita do Comité. Em Dezembro de 1938 o Governo português tomara a decisão de não continuar a liquidar a parte correspondente dos custos observadores ingleses.<sup>60</sup>

Do posto Consular português, em Salamanca, foi remetido um officio sobre uma notícia do jornal republicano *El Diluvio* onde enunciava críticas ao comportamento de Portugal de apoio e ajuda aos nacionalistas, onde foi referido que, pelas fronteiras portuguesas, passavam material militar e viveres com destino à Espanha nacionalista. A questão que o *El Diluvio* colocou foi a não realização, do controlo e vigilância nas fronteiras portuguesas, com a conivência das autoridades lusas. Ou seja, os observadores muito seriam ingleses, conforme o estabelecido no acordo de 8 de Março, destacados para executar a vigilância das fronteiras lusas não estavam a realizar a sua função de forma satisfatória:

<sup>59</sup> Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 18 de Março de 1938 in *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 226-227.

<sup>60</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 252.

Por não ter tido tempo de passá-la á máquina, não me é possível enviar hoje a V. Exa. Uma breve informação politica, neste momento já redigida. Desejaria contudo não demorar a remessa a essa Secretaria de Estado, a titulo informativo, do incluso recorte do jornal “El Diluvio”, de Barcelona, relativo a pretensas violações da neutralidade de Portugal perante a guerra de Espanha. Pode talvez não ser de todo inutil conhecerem-se aí as gratuitas afirmações daquele periodico extremista, o qual, se essas afirmações fossem verdadeiras, teria de certo alguns zelosos informadores em Portugal. Os ridiculos insultos que “El Diluvio” lança sobre quem tem a responsabilidade de dirigir a politica externa portuguesa – e que, vindos donde veem, não podem ferir quem quere que seja – não devem, evidentemente, coibir-me nas minhas informações para essa Secretaria de Estado.

Consta-me, de resto, apesar da dificuldade de se obter aqui jornaes da Espanha vermelha, cuja circulação está proibida, que aquela imprensa costuma dirigir violentos ataques contra Portugal e as figuras mais eminentes do seu governo. A violencia da linguagem – reflexo da violencia na acção – é aliás, como era de esperar, o tom corrente:

“Oliveira Salazar, al servicio del Vaticano y de Franco -El dictador de Portugal se burla del control y sigue abasteciendo descaradamente de armas, municiones y víveres a los fascistas de España- Por el camino del control - Oliveira Salazar sigue su camino sin preocupaciones ni temores. Recorre la ruta que le marcó el fascismo, sin titubeo alguno. Ni se oculta, ni ceja en su cooperación con los generales traidores de España.

Para él no existe más autoridad que las de Roma y Berlín, a las que sirve, ante las que se humilla y por las que no se detiene en comprometer los sagrados intereses del verdadero pueblo portugués. Se ríe del control, se burla de los que lo ejercen y desafía a todo el espíritu democrático de su país y del mundo. Pese a la vigilancia de los ‘contrôleurs’, los puertos y las fronteras lusitanas siguen al servicio del fascismo. De Norte a Sur, por todos los caminos que a España conducen, de día y de noche, convoyes llevan a Franco víveres, municiones, armas, cuanto pide y precisa para alimentar la hoguera en que se consume la juventud de España y donde se trata de ahogar la libertad del mundo entero [...] No obstante, los ‘visores’, ‘contrôleurs’ y delegados colocados a todo lo largo de la frontera, los agentes de Oliveira Salazar continúan mandando convoyes de material y víveres a los rebeldes”.<sup>61</sup>

Ofício do Embaixador português, na Santa Sé, com notícias da imprensa italiana, dos jornais *Il Giornale d'Italia* e *Il Messaggero* sobre o conflito espanhol, onde relatam infrações do Acordo de Não Intervenção por parte do Governo francês e o envio de material bélico aos republicanos:

*Porque me parece interessante que estas notícias fiquem arquivadas nesse Ministério, cabe-me a honra de transmitir a V.Exa.:*

<sup>61</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16/06/1937.

1) O recorte do “Giornale d’Italia”, de 10 de Outubro proximo passado, que contem um artigo de Verginio Gayda, sobre as violações, por parte de França, do principio de “não-intervenção” na guerra hispano-comunista;

2) Um outro recorte do aludido jornal sobre novas violações do mesmo principio;

3) Um recorte do aludido jornal sobre novas violações jornal sobre novas violações do mesmo principio;

4) Um recorte do “Il Messagero”, de Roma, acerca da venda a Espanha vermelha de submarinos francêses com equipamento francesa tambem.

O artigo de Verginio Gayda, a que acima de refiro, que tem uma importancia significada porque o Sr. Gayda é o porta-voz oficioso de Mussolini, cita, com todos os detalhes, a quantidade e qualidade do material de guerra exportado para a Espanha comunista, a sua proveniencia e as datas em que se fez a exportação. O longo artigo de Virgínio Gayda tem os seguintes capitulos: “Per via di terra” - “I volontari” - “Le nuove compagnie” - “154 navi contrabandiere” - “Il traffico aereo” e “Un contratto de 500 milioni”.

Os textos dos tres recortes que tenho a honra de remeter a V.Exa. Com a presente comunicação, são fortemente elucidativos e... edificantes e creio que não tiveram qualquer desmentido.<sup>62</sup>

A legação lusa no Vaticano estava sempre com uma atenção permanente, das informações respeitantes sobre a guerra civil, e com objetivo organizado de contrapor as forças republicanas. Neste caso relata que as forças republicanas tem recebido, variado e avultado material bélico, através da fronteira catalã com território francês: “durante as últimas semanas, têm sido enviadas, aos comunistas de Espanha, ingentes quantidades de homens, de armas, munições, carros armados, aviões, etc., pela fronteira francesa da alta Catalunha”.<sup>63</sup>

### **Embargos de material militar**

Não foi realizado nenhum pré-acordo entre os países quanto às armas, munições e materiais de guerra específicos que não deveriam ser exportados para o território espanhol. Na medida em que não houve acordo sobre os artigos específicos de serem impedidos, não se pode sustentar que os países, que não proíbem a exportação de certos artigos, violaram o acordo de Não Intervenção ou o Direito Internacional. A lista seguinte indica o nome dos materiais militares que não estavam proibidos de exportar:

<sup>62</sup> AHD-MNE, Oficio Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 6 /11/1937, pp. 1-2.

<sup>63</sup> AHD-MNE, Oficio Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 27/12/1937, pp. 1-4.

1) Espingardas; 2) Baionetas e espadas; 3) Metralhadoras, espingardas automáticas e pistolas automáticas de todos os calibres e respectivos suportes; 4) Revólveres e pistolas automáticas; 5) Pistolas, obuses e morteiros de todos os calibres e suas armações; 6) Munições para armas enumeradas em 1, 3 e 4, e projéteis cheios ou não preenchidos para armas no Anexo 5; 7) Granadas, bombas, torpedos e minas, cheias ou não, e aparelhos para seu uso ou descarga; 8) Tanques, veículos blindados, placas de blindagem; 9) Lança-chamas e todos os outros projetores usados para guerra química ou incendiária; 10) Gás mostarda e todos os outros produtos destinados à guerra química ou incendiária; 11) Pó para fins de guerra e explosivos; 12) Aeronaves montadas ou desmontadas, motores aéreos, hélices, fuselagens, armações e armações aéreas, unidades de cauda e unidades de transporte; 13) Navios de guerra de todos os tipos; 14) Partes componentes de armas e munições; 15) Telemetros, miras, aparelhos de controle de fogo; 16) Holofotes, aparelhos de sinalização e sem fios para fins de guerra; 17) Veículos, exceto os documento n.º 8, concebidos exclusivamente para fins bélicos; 18) Aparelhos e acessórios para fins bélicos não mencionados; 19) Materiais de proteção; 20) Máquinas e equipamentos especializados para o fabrico de armas e munições; 21) Armas e munições desportivas.<sup>64</sup>

No respeitante aos 27 países que participaram no Acordo somente 10 deles já possuíam legislação acerca da proibição de material militar em tempos de *insurgência*:

*Em vinte e um estados, incluindo alguns daqueles que dependem da legislação existente, ordens executivas ou ministeriais foram usadas como os meios de colocar os embargos em vigor. Dos vinte e sete países participantes, apenas dez aparentemente já tinham leis em seus livros de estatutos proibindo a exportação de armas e munições em tempo de insurgência.*<sup>65</sup>

Portugal reitera a sua posição, de não ser fornecedor de armas para o conflito civil espanhol:

*Portugal que não é produtor de armas nem, ameaçado como se encontra pelo comunismo internacional, poderia ceder a outrem as armas que possui, oferece limitadíssimo interesse no caso de fornecimento de armamento para o exército espanhol, como fez notar na sua declaração de 15 de Agosto, se os países produtores cumprirem o estipulado no acordo.*

<sup>64</sup> Padelford, *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*, p. 583.

<sup>65</sup> Idem, pp. 581-582.

*Mas dará instruções ao seu representante na Comissão de Londres para, em harmonia com as considerações anteriores, e de colaboração com os outros representantes dos governos, estudar medidas que cada um deve tomar.*<sup>66</sup>

## 1. Portugal defende Franco em Londres

### A aliança secular com Inglaterra

Portugal, no contexto internacional, tem uma aliança com Inglaterra que é de grande importância. Esta aliança estava estabelecida em duas vertentes:

- Vertente geopolítica onde as colónias portuguesas, em África, dependiam do apoio da Inglaterra.
- Vertente económica porque a Inglaterra era o principal fornecedor, cliente, intermediário e credor externo da economia portuguesa.

Com o surgimento da guerra civil de Espanha o Governo português tem um novo desafio com a Inglaterra e a sua Aliança. Manter o equilíbrio entre o apoio de Salazar, aos nacionalistas, e os interesses ingleses na Península Ibérica.

O Governo português envolveu-se de forma clara a favor dos nacionalistas, mas este envolvimento condicionava a relação, com a Inglaterra, que tinha assumido uma posição de neutralidade. A aposta de Oliveira Salazar, em Francisco Franco, na guerra civil, foi feita para resolver dois objetivos; afastar o perigo iberista, que estava latente, entre os anos de 1931 a 1936 e solidificar o projeto político que Salazar preconizava.<sup>67</sup> Conseguiu Oliveira Salazar ficar de fora do pacto ítalo-alemão. Existe uma conversa que foi sempre ignorada, o diálogo entre Mussolini e um diplomata inglês: “*Vejo o que Portugal está a fazer. Portugal não faz isso sem o beneplácito dos ingleses. Assim, suponho que vocês tão-pouco se vão incomodar com o que eu fizer*”. A resposta do diplomata é imediata: “*creio o que o senhor entendeu na sua exata medida a nossa política*”.<sup>68</sup>

<sup>66</sup> AHD-MNE, Declaração feita pelo Governo português a 11/12/1936.

<sup>67</sup> Jiménez Redondo, Juan Carlos, *Franco e Salazar*, Lisboa, Assirio & Alvim, 1996, p. 258.

<sup>68</sup> Preston, Paul, in revista *Actual* do jornal *Expresso*, 2007, p 56.

Segundo Aires Oliveira, via assim a implicação de Portugal, no apoio da sublevação, e a resposta de Londres: “*Conhecedor do envolvimento português no conflito, Londres compreende as implicações desta interpretação da aliança e imediatamente a rejeita. Na segunda semana de Agosto renovaram-se as pressões franco-britânicas junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros*”.<sup>69</sup>

Com o começo da guerra civil espanhola era Armindo Monteiro<sup>70</sup> o Ministro dos Negócios Estrangeiros. No entanto, em Novembro de 1936 passa para o destacado posto diplomático em Londres, imposto por Salazar por discordantes posições sobre matéria externa. Na capital inglesa debateu-se com o Acordo de Não-Intervenção e o Comité de Londres e todas as dinâmicas que daí partiam.<sup>71</sup>

Houve algumas exceções à sintonia luso-inglesa. O reconhecimento *de jure* ao Governo de Franco, em Abril de 1938, que foi vontade de Portugal de se antecipar ao velho aliado português e o corte com o Governo republicano em Outubro de 1936.

Segundo Preston, a opinião publica inglesa se inclinava de uma forma clara em favor dos republicanos espanhóis. Perto do final da guerra civil, no mês de Janeiro de 1939, 70% dos ingleses, que responderam à amostra, afirmavam que a República espanhola era o Governo legítimo em Espanha.<sup>72</sup>

No mês de Novembro de 1938 os múltiplos relatos enviados, de Espanha, contrariaram a imagem zelada dos ingleses de Franco. Alguns relatórios asseveravam que Francisco Franco, “*agora está sob a influência dos falangistas e, especialmente, que seu cunhado e Ministro do Interior, Ramón Serrano Suñer, que era muito pró-alemão*”. Sir Philip Chetwode, presidente da Comissão Internacional para a Troca de Prisioneiros, reconhecia numa comunicação particular ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lord Halifax, que em relação à clemência e à humanidade, Franco “*é pior do que os Vermelhos*”.<sup>73</sup>

Armindo Monteiro afirmava, para Lisboa, a posição, adversa, da comunicação social inglesa sobre o conflito espanhol:

<sup>69</sup> Oliveira, Pedro Aires, *A diplomacia portuguesa e a Guerra Civil de Espanha*. in Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1996, p. 88.

<sup>70</sup> Destacado membro do Governo português e uma peça importante na diplomacia portuguesa. Em 1921 realizou uma Tese de Doutoramento com o tema, *Do Orçamento Português*, que estava em sintonia com as ideias de Salazar. Em 1931 torna-se Ministro das Colónias. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1935 e 1936 e Embaixador em Inglaterra entre 1936 e 1943.

<sup>71</sup> Rosas, Fernando, Barros, Júlia e Oliveira, Pedro, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 15-16 e 18.

<sup>72</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 176.

<sup>73</sup> Preston e Mackenzie, *The Republic Besieged*, pp. 15-17.

*O jornal afeto ao governo só publica agora notícias desagradáveis aos Franco-depois de um período em que pareceu querer começar-lhe a fazer corte. Traduzem essas notícias a verdade? Representam apenas a política do governo? Não sei. Sei que todos os jornais daqui, conservadores ou não (tirando o “Daily Mail”) tocam as mesmas notas [...] que os simpatizantes do general Franco dia a dia diminuem aqui. É raro que, fora do meio restrito dos jornais católicos e do “Daily Mail”, uma voz se levante a seu favor.<sup>74</sup>*

Existiram muitos cidadãos ingleses que ficaram confusos, com a propaganda antibritânica do Governo de Francisco Franco, e pensam que a vitória dos nacionalistas foi obra exclusivamente da ajuda alemã e italiana. Uma das razões para que a guerra fosse ganha, foi o comportamento diplomático da Inglaterra que resistiu a uma intervenção militar em Espanha.

O Governo de maioria conservadora inglesa, no poder desde 1931, chefiado por Stanley Baldwin, observou que a guerra civil de Espanha era um problema para a sua política de apaziguamento e que podia começar uma nova guerra no continente europeu. O Governo conservador pensava que o Governo republicano não possuía unidade e estava compostos por umas repugnantes milícias republicanas que incluíam elementos comunistas e anarquistas. A classe política inglesa, incluindo os laboristas e os conservadores, estavam a favor a política de Não-Intervenção. A opinião pública inglesa estava, no entanto, dividida.<sup>75</sup>

As atrocidades cometidas, pelo lado republicano, acrescentado a propaganda anticomunista colocava a esfera conservadora inglesa contra o Governo de Madrid.<sup>76</sup> Houve propaganda franquista no Reino Unido, através dos *Friends of National Spain* dirigidos por Jerrold Moral e Sir Arthur Loveday. Esta iniciativa foi no sentido de promover a propaganda nacionalista depois do bombardeamento de Guernica. Bolin chegou a Londres, nesta altura, para reorganizar o *Spanish Press Services* com a publicação da revista *Spain*. No entanto, nunca houve muito apoio do público a estes projetos promovido pelos franquistas.<sup>77</sup>

O Arcebispo de Westminster lamentava-se das posições, da imprensa inglesa, que aceitava a propaganda dos republicanos espanhóis:

<sup>74</sup> Rosas, Barros e Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política 1926-1955*, pp. 78 e 81-82.

<sup>75</sup> Egido León, *Relaciones internacionales de los dos bandos. La intervención extranjera en la guerra civil española*, p. 5.

<sup>76</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 85.

<sup>77</sup> Alpert, *La respuesta inglesa humanitaria y propagandística a la Guerra Civil Española*, p. 37.

*É com dor que só pode ser excedida pela vossa, que temos notado às tergiversações, as mentiras, os subterfugios e as falsas interpretações dos factos. Desgraçadamente, a nossa imprensa aceitou, com excessivo entusiasmo, a propaganda dos vermelhos.*<sup>78</sup>

A abordagem nacionalista ao Reino Unido teve como estratégia a iniciativa do Duque de Alba e de Nicolás Franco. Os objetivos de Franco, na Inglaterra, eram vários; a) obter a posição de beligerância por parte das potências e países ocidentais; b) amenizar o antagonismo da opinião pública britânica; c) devido à gradual influência das potências do eixo no Governo nacionalista, algumas figuras monárquicas e conservadores espanhóis de destaque queria equilibrar, com uma aproximação a Inglaterra, essa potencial nefasta influência. De qualquer forma, a nível da estrutura interna dos nacionalistas, havia uma animosidade latente da Falange e do Exército sobre a Inglaterra e a França que deveria ser levada em conta.<sup>79</sup>

Francisco Franco assumiu que a posição de apoio e ajuda de Portugal aos nacionalistas possuía o beneplácito do Governo inglês, diria Franco à *Junta de Defensa Nacional* “*que em conjunto a atuação inglesa não é favorável a Portugal, é possível apreciar-se a franca, aberta e admirável ajuda que está a realizar Portugal, ligado aos interesses britânicos de tal maneira que é preciso admitir que Oliveira Salazar conta em absoluto com o beneplácito do governo inglês para ajudarmos no que pode*”.<sup>80</sup>

### **A atuação diplomática de Armindo Monteiro em Londres**

A intervenção que, Oliveira Salazar, fez ideologicamente e em termos de propaganda, entre 1936 e 1939, determinou um papel preponderante na reprodução positiva dos nacionalistas em território português como em termos internacionais com incidência na Inglaterra. O Governo português foi o intermediário entre os nacionalistas e Comité de Londres para a gestão e a retirada dos voluntários.<sup>81</sup> Nas palavras de Soares de Oliveira, com o contexto da guerra civil espanhola, e a posição pró-franquista do Governo português, foi importante a presença de Armindo Monteiro como Embaixador

<sup>78</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 21/10/1937, pp. 1-5.

<sup>79</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 144.

<sup>80</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 176.

<sup>81</sup> Garoz, Raquel, *Geopolítica Crítica: el Pacto Ibérico de 1939*, Scripta Nova, vol. IX, nº 198, 1 de octubre de 2005.

em Londres e de contactar quase diariamente com Eden. Salazar aproveitou este contacto diplomático para pressionar o Governo inglês no sentido de levar avante as posições portuguesas e nacionalistas. Assinalava que *“poucas vezes, se alguma, terá sido tao franco e aberto o diálogo entre as duas capitais”*.<sup>82</sup>

A atuação diplomática de Armindo Monteiro, na capital inglesa, foi delineada nos seguintes pressupostos; Desenvolvimento de uma estratégia contínua de inviabilizar as resoluções mais difíceis para o Governo nacionalista; de elo de ligação dos nacionalistas com o Governo inglês através de uma ligação direta e de amizade a Anthony Eden.<sup>83</sup>

Uma componente importante da relação diplomática entre Portugal e Inglaterra foi a relação pessoal e profissional entre Anthony Eden e Armindo Monteiro que influenciaram as relações luso-inglesas. O Embaixador luso deixou registos de comunicações que demonstraram as boas relações entre ambos, por exemplo no dia 7 de Julho relata: *“Fui esta tarde ao Foreign Office a pedido de Eden, que queria ouvir a minha opinião sobre o possível desenvolvimento da atual crise”*. A 23 de Julho afirmava: *“Fui esta manha ao Foreign Office falar com o Eden a pedido este”*. No dia 22 de Agosto disse: *“Com o seu sorriso e amabilidade habituais, logo que se senta à secretaria o Sr. Eden pede que o deixe ler um pequeno relatório”*. No dia 23 de Setembro escreveria:

*Quando abrem a porta do ascensor, dou de frente com Eden. Com palavras joviais de saudações, faz-me entrar para o Gabinete. Está uma manhã de sonho: pesa no ar, como um véu enorme, uma ligeira neblina; ao longe, no fim da House Guards Parade, os grandes edifícios perderam dureza das suas cores e das suas linhas... Depreendendo-se bruscamente da sua contemplação, Eden solta um britânico “nice morning” – homenagem à pura beleza desta manha de Outono e limite extremo das concessões que o seu espirito pratico de inglês se permitia à expansão poética.*<sup>84</sup>

Depois de uma reunião de Monteiro, com Eden, em Londres no dia 30 de Julho, Eden ficou sensibilizado, e transcreve no seu diário, com a conversa que manteve com o diplomata luso. Os relatos de Armindo Monteiro, no que respeita ao seu conhecimento sobre a situação da França e da Espanha, foram úteis a Eden, e que Monteiro considerava *“não estava senhor da situação”*:

*O Ministro tinha passado algumas semanas em França e vinha muito apreensivo com o espirito que ali encontrou [...] Monteiro foi um dos primeiros a*

<sup>82</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 185.

<sup>83</sup> Aires Oliveira, *Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo*, p. 15.

<sup>84</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, pp. 145-146.

*pensar que a França poderia ser profundamente abalada, porque os ódios dentro do país são superiores aos ódios aos inimigos do país... Eu disse ao Ministro português que, como ele sabia, não estávamos interessados em nos envolver nos assuntos internos de Espanha. No decurso desta longa discussão, o Ministro forneceu-me alguns pormenores arrepiantes sobre os horrores em Espanha. A guerra civil estava a exteriorizar-se o que há de pior no carácter espanhol. Monteiro pediu-me várias vezes para não negligenciar a situação que poderá ter consequências de má catadura para a Europa. Eu tive de concordar. E, quando no dia seguinte parti para umas férias em Yorkshire, tomei providências para que todas as informações me fossem prontamente transmitidas.*<sup>85</sup>

Segundo Soares de Oliveira, a impressão favorável de Eden com Monteiro, já tinha acontecido na SDN em 1935, com uma conversa privada que manteve com Eden, sobre o ataque italiano à Abissínia e as consequências que poderia advir desse ataque no continente africano. A pouca informação que o *Foreign Office*, possuía do conflito espanhol, poderia ser resultante da situação do Embaixador inglês estar em território francês em Hendaya onde havia obstáculos para uma comunicação continua sobre os acontecimentos em Espanha. No entanto, o Almirantado detinha informações mais precisas devido ao fato de as receber de Gibraltar.<sup>86</sup>

O conhecimento do Embaixador de Portugal em Inglaterra, Armino Monteiro, sobre a política interna inglesa era considerável e bastante útil para o Governo luso tomar as suas decisões em matéria de política externa sobre o conflito espanhol e, evidentemente, sobre o seu relacionamento com o Reino Unido. Exposição realizada pelo em relação às manobras internas do Governo inglês e da oposição. Monteiro discorre sobre a posição de Édén na família conservadora inglesa, na sua relação política com Baldwin, na sua posição ministerial e nas suas ambições políticas:

*Guerra Civil em Espanha – Considerações do Doutor Armino Monteiro transmitida por Tomaz Fernandes ao Ex.mo Sr. Embaixador Teixeira de Sampaio.*

*Em 6 de Maio, à tarde, o Doutor Armino Monteiro pediu ao Tenente-coronel Tomaz Fernandes para, à sua chegada a Lisboa, transmitir ao Ex.mo Sr. Secretario Geral varias considerações acerca da politica do Governo Inglês em relação à guerra civil em Espanha. Essas considerações, tanto quanto a memoria do Tenente- coronel Fernandes permitiu reproduzi-las, são as seguintes:*

- *O Governo inglês governa em grande parte para a oposição.*
- *A oposição não tem ainda o caracter de “oposição que espera breve assumir o governo”, mas o Governo não parece estar absolutamente seguro da sua maioria e dahi o ter em conta pontos de vista da oposição.*

<sup>85</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, pp. 71-72.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 72.

- *Eden, embora tenha atingido a alta posição que ocupa com a auxilio dos conservadores, nem por isso deixa de demonstrar claras simpatias pelas esquerdas.*

- *Pela sua familia e pelo casamento que fez, Eden conquistou o apoio dos conservadores, que lhe permitiu chegar tão novo a Ministro. É bastante ambicioso e possivelmente terá esperanças de chegar a Primeiro Ministro. Para isso olha para as esquerdas.*

- *Baldwin, com as manhas de velho politico, viu imediatamente a vantagens de ter Eden no Gabinete, pois ele lhe poderia servir de ponte entre a maioria e a oposição.*

- *Hoje a política externa do Governo é a politica de Eden.*

- *No ultimos tempos de politica de Eden tem-se orientado cada vez mais pelo sentido de conciliar a boa vontade e o apoio das esquerdas.*

- *O Governo não deseja que entre a politica externa, digamos, conservadores e a do partido trabalhista haja um grande abismo, que permitisse aos trabalhistas gozarem da vantagem, em caso de apêlo aos país, de apresentar ao eleitorado um programa que em politica externa se coadune mais com os ideias da opinião publica.<sup>87</sup>*

Armindo Monteiro relata a melhor forma de realizar a gestão da comunicação e propaganda, em território inglês, e ter a Inglaterra e a sua população ao lado de Portugal:

*Daqui a necessidade –em vista de hipótese que não podemos pôr Inglaterra inteiramente de parte– de tratarmos a sério da nossa propaganda em Inglaterra.*

*Sobre a nossa propaganda, deve ela, naturalmente, ser adaptada à mentalidade e modo de ser ingleses. Não pode ser feita por pessoas exaltadas nem demasiado jovens. Carece de ser desapaixorada e nisso deverá diferir inteiramente da que praticamos noutros países e em Portugal.*

*Devemos mostrar que em objectivos humanitarios ninguem nos excede. Conferencias -para as quais é preciso primeiro criar auditorios-, exposições de arte (pratas, porcelanas, tapetes orientais, são coisas que interessam o publico culto ingles), publicações, são meios de que nos teriamos de servir se queremos tornar conhecido em em Inglaterra o nosso país e criar-lhe ambiente favoravel, o que se afigura absolutamente indispensável.<sup>88</sup>*

Portugal teve um papel importante na forma como os britânicos olharam Franco, dando-lhe alguma credibilidade.

Oliveira Salazar preocupado com o alerta de Armindo Monteiro, no Verão de 1937, sobre os obstáculos que Francisco Franco possuía no Reino Unido e a influencia preocupante da Itália e da Alemanha próximo dos nacionalistas e as consequências que essa aproximação poderia ter, para Portugal, dá instruções ao Embaixador português para

<sup>87</sup> AHD-MNE, Informação do Embaixador Armindo Monteiro da Embaixada Portuguesa em Londres com destino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 10/05/1937, pp. 1-4.

<sup>88</sup> Idem, ibidem.

que realize uma aproximação entre os nacionalistas e o Governo inglês. Segundo Futscher Pereira, no dia 18 de Julho, Oliveira Salazar, dá o aval para Armindo Monteiro “*agir nesse sentido, habilitando-o com uma posição das autoridades nacionalista*”.<sup>89</sup>

Monteiro realçava para Lisboa a falta de propaganda que Franco possuía em Inglaterra:

*Esta questão é da maior importância e eu creio que Salamanca não lhe tem dado importância nenhuma. Por isso se o general Franco vencer – vencerá apesar da falta de propaganda, ao contrário de que aconteceria aos outros. Mas a batalha diplomática dava-la perdida pela inercia por esse lado manifestada. E, contudo, a propaganda por sua parte seria fácil: bastaria apenas dizer a verdade. Mas seria preciso dizê-la.*<sup>90</sup>

Era convicção de Oliveira Salazar que Francisco Franco possuía uma relação estreita com o Portugal, logo o Governo luso seria uma escolha, conveniente, e de certa forma o mais habilitado para interceder e ser o intermediário entre os nacionalistas e o Governo inglês:

*O mais estreito entendimento com Portugal... Outra convicta e arreigada opinião sua é da colaboração com a Inglaterra, em cuja órbita política julga deverem manter-se as duas nações da Península [...] Empregará todos os esforços, apesar do ressentimento da Espanha nacionalista com Inglaterra [...] A este propósito político não se opõem quaisquer compromissos para com terceiras potências. Porque nenhuns existem.*<sup>91</sup>

Armindo Monteiro comunica a pouca relação que Franco usufrui em Inglaterra e a pouca influencia, que consegue, na opinião publica inglesa. Uma boa conexão de Franco, com opinião publica inglesa, será produtivo no presente e no futuro. A pouca influencia nacionalista, de trabalho diplomático, em Londres, também, foi referido por Monteiro ao contrário dos meios diplomáticos soviéticos que constroem uma relação com a opinião publica inglesa. A pouca relação de Francisco Franco, com a imprensa inglesa, e a posição da imprensa de esquerda e a conservadora que são hostis, ao Governo nacionalista, o que dificulta a integração e aceitação de Franco em Inglaterra:

*Poder-se-hia talvez tambem ver se seria possivel aconselharmos Franco a mudar de política em relação à Inglaterra, prestando-lhe maior atenção.  
Pode dizer-se que toda a imprensa inglesa se encontra hoje fechada a Franco.*

<sup>89</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 143.

<sup>90</sup> Rosas, Barros e Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política 1926-1955*, p. 82.

<sup>91</sup> Idem, *Ibidem*.

*Franco parece ter ligado pouca importância à opinião pública inglesa, o que foi um erro. Nunca cuidou a valer da propaganda em Inglaterra e hoje está sofrendo as consequências disso. A luta armada não é um fim em si; é um dos meios da política –o último de que esta lança mão– para se conseguir determinado objectivo. Como meio de política, a luta não pode dispensar os processos diplomáticos. São estes que preparam ambiente favorável àquela. Ora nada disto Franco fez em Inglaterra. Pelo contrário, os russos trabalham imenso a opinião pública inglesa.*

*Receio de que seja difícil remediar agora às consequências dessa falta de interesse pela opinião inglesa. Pode mesmo ser impossível e as consequências podem ser fatais a Franco.*

*Necessidades para nós de prevermos essa eventualidade. A vitória de um exército é a solução ótima, mas como a guerra é cheia de surpresas não devemos deixar de prever a hipótese contrária e prepararmo-nos para ela.*

*No caso especial da Espanha, esta orientação manifesta-se por uma política hostil a Franco. Aproveitam-se todas as oportunidades que aparecem e por vezes inventam-se –caso de Guernica– para serem aproveitadas.*

*Um ponto a considerar é a grande importância que tem em Inglaterra os argumentos de carácter humanitário e como, ciente disso, o Governo os explora.*

*Manifesta-se ultimamente uma tendência para passar de uma política de não-intervenção para uma política de intervenção, embora encapotada e sempre negada. Esta política afigura-se má para a Inglaterra, mas está sendo seguida.*

*A imprensa de todos os matizes é concorde em apoiar esta atitude do Governo. Anteriormente era apenas a imprensa esquerdista; hoje não, mesmo os jornais conservadores se manifestam partidários de uma política hostil a Franco.<sup>92</sup>*

A influência de Armindo Monteiro, também, se faz sentir com o sucessor de Eden, no Ministério dos Negócios Estrangeiro da Inglaterra, Lord Halifax<sup>93</sup>. Monteiro informa, Lisboa, de uma conversa com Lord Halifax, em que o cenário de uma derrota de Franco, é cada vez mais difícil, e as possíveis consequências que a vitória de Francisco Franco teria para a Península Ibérica. Também para o interesse inglês era importante uma Espanha *sujeita apenas às tradicionais forças da política externa*, leia-se fora da órbita da Alemanha e Itália. Logo, será fundamental uma aproximação a Franco para o afastar de influências de outros países:

*Tive esta manhã conversa com Lorde Halifax. Comecei por expor a importância fundamental da questão espanhola para Portugal e os perigos que uma vitória dos vermelhos nos faria correr. Afastada por agora esta hipótese, chegou o momento de encarar as consequências da vitória de Franco e começar a preparar a futura forma de garantia da paz na Península. Dentro das condições actuais, os únicos amigos abertos da Espanha nacionalista eram a Alemanha e a Itália. Pela ajuda que tinham dado aos nacionalistas, estes países abriram grande*

<sup>92</sup> AHD-MNE, Informação do Embaixador Armindo Monteiro da Embaixada Portuguesa em Londres com destino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 10/05/1937, pp. 1-4.

<sup>93</sup> Foi um político e diplomata conservador inglês, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1938 e 1940 e Embaixador britânico nos Estados Unidos entre 1941 e 1946.

*dívida de gratidão, e havia que contar com as possibilidades futuras que ficavam a militar em seu favor.*

*Portugal convinha, porém, uma Espanha sujeita apenas às tradicionais forças da política externa e julgava que este era também o interesse inglês. Qualquer atitude de força que se tomasse contra Franco tenderia a afastar este mais dessas forças, ligando-o aos aliados ocasionais que tivesse. A atitude que me parecia inteligente era por isso a de enfileirar abertamente entre os amigos de Franco, dando-lhe ajuda e alargando o círculo do seus amigos claros, de modo a evitar que ficasse exclusivamente sujeito à influência de alguns deles. Portugal tinha tido a esse respeito uma posição privilegiada, mas esta estava hoje diminuída em virtude da falta de reconhecimento de Franco. Pensávamos assim que para preparar o futuro a primeira decisão a tomar consistia em efectuar esse reconhecimento, que nos permitia entrar no círculo dos amigos legais de Franco e exercer a nossa influência.*

*O meu Governo não tinha nesta questão obrigações especiais com a Inglaterra, que na sua atitude não tinha tido em conta os nossos especiais interesses, mas por lealdade não tinha querido deixar de lhe comunicar o seu pensamento antes de agir. Lord Halifax agradeceu a franqueza com que lhe tinha falado e a comunicação do pensamento do Governo Português.<sup>94</sup>*

Halifax colocou várias questões a Monteiro. A ideia que Armino Monteiro possuía duma vitória, de Francisco Franco, que em Março de 1938 parecia ser próxima ou pelo menos com vantagem em relação aos republicanos. Nas palavras do Embaixador luso, dependia sempre do grau da ajuda que o Governo republicano podia receber da União Soviética ou da França:

*Perguntou se eu via a vitória de Franco próxima. Respondi que a via aproximar-se, mas que não podia fixar o número de semanas ou meses da sua duração. Isso dependia da ajuda que os governantes recebessem da Rússia e sobretudo da França. Acentuei fortemente que toda a acção com aspecto de violência seria contraproducente, só servindo para unir mais Franco aos seus aliados e porventura prologando a guerra, mas não a decidindo, porque do lado governamental as únicas tropas que mantinham o espírito de combate eram estrangeiras ou extremistas; a massa de soldados e civis queria a paz. Halifax disse então que precisava de alguns dias para ponderar o que eu tinha dito e que depois me transmitiria o resultado a que chegasse.*

*No fim perguntou-me ainda se o reconhecimento significaria o nosso abandono da política de não-intervenção, ao que lhe respondi negativamente.<sup>95</sup>*

---

<sup>94</sup> Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 18 de Março de 1938 *in* Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947, Vol. V Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 226-227.

<sup>95</sup> *Idem*, *Ibidem*.

### 3. Tentativas de mediação de paz entre Francisco Franco e os republicanos

O líder socialista Francisco Largo Caballero demitia-se do Governo em Maio de 1937, sendo substituído por Juan Negrín. A 31 de Outubro é confirmada a mudança da sede do Governo republicano, de Valencia, para Barcelona.<sup>96</sup>

Os “treze pontos” de Negrín são apresentados no dia 1 de Maio de 1938 e abarcam várias vertentes; Solidificar a imagem republicana na cena internacional; Bloquear a propaganda nacionalista; Proposta para negociar com Franco.<sup>97</sup> Em Agosto de 1938, Negrín foi à Suíça, para um Congresso Internacional de Fisiologia. Aproveitava a viagem na tentativa de perceber se o Embaixador alemão em Paris, Conde de Welczeck, poderia interceder sobre o Governo de Hitler no sentido de abrir uma mediação e negociação de paz. A proposta foi recebida, de forma negativa, e Negrin nunca mais sondou nenhuma parte para mediar, para não mostrar debilidade, e convenceu os dirigentes republicanos que a única opção era resistir.<sup>98</sup>

Com o aproximar do final da contenda e o mais que provável desfecho, da vitória de Franco, as negociações entre o campo nacionalista e republicano são abordadas.

No dia 13 de Fevereiro de 1939, Francisco Franco declarava a Lei das Responsabilidades Políticas, com retroatividade a Outubro de 1934. Enunciava os defensores da República, com culpa e responsabilidade de apoiar um regime político de cariz ilegítimo. Não estava nos planos, de Franco, uma amnistia ou reconciliação com os republicanos derrotados e “criminosos”.<sup>99</sup>

Com a queda da capital da Catalunha, no dia 26 de Janeiro de 1939, foi o detonador para que entre de 5 a 9 de Fevereiro, aproximadamente, 350.000 pessoas, entre civis e militares, fossem em direção território francês. Devido às más condições encontradas pelo caminho no sentido do território francês muitos espanhóis decidiram voltar a Espanha. O Presidente republicano e alguns elementos, do Governo da República, voltaram a território espanhol e ficaram em Alicante. O Coronel Segismundo Casado pensou que seguir a luta era uma inutilidade e com medo que os comunistas prologassem a guerra até ao conflito mundial que se esperava. Casado realizava um golpe de estado, no dia 5 de

---

<sup>96</sup> Vázquez e Valero, *La Guerra civil de Madrid 1936-1939*, p. 512

<sup>97</sup> Idem, pp. 681-682.

<sup>98</sup> Moradiellos, *El enigma del Doctor Juan Negrín*, p. 258.

<sup>99</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 230.

Março de 1939, e começou a negociar com Francisco Franco, no entanto estas negociações com o líder nacionalista foram inúteis.

A posição de Portugal, em relação a uma mediação ou tentativa de acordo de paz entre republicanos e nacionalistas, era negativa e contrária a qualquer tipo de entendimento, pois o primordial objetivo de Oliveira Salazar era evitar qualquer obstáculo à vitória de Francisco Franco. Estas recentes iniciativas de mediação eram inviáveis para o Caudillo. Segundo Salazar: *“em nenhum caso se poderá aceitar o armistício e que a proposta inglesa é uma manobra para deter o avanço das forças nacionalistas”*.<sup>100</sup>

O diplomata português, na Santa Sé, Vasco Francisco Caetano de Quevedo, envia um telegrama para Roma a salientar a opinião de Salazar sobre uma possível mediação: *“é acto político neste momento nitidamente a favor do comunismo em Espanha”*.<sup>101</sup> O Secretario de Estado do Vaticano, Cardeal Pacelli, mais tarde Pio XII, comentou que não havia qualquer posição da parte do Vaticano para uma possível mediação no conflito espanhol. No entanto, o embaixador Vasco Quevedo desconfiava que o Vaticano queria colaborar numa hipotética tentativa de intermediação *“instado pela Inglaterra e pela França”*.<sup>102</sup>

O Ministro Plenipotenciário luso na Santa Sé, descarta uma possível mediação se a Batalha de Teruel for ganha ou houver superioridade republicana, pois poderá animar a uma possível mediação ou um acordo de paz entre os nacionalistas e o Governo republicano. Vasco de Quevedo rejeita de uma forma clara seguindo, aliás, os princípios de Salazar sobre esta matéria;

*Uma vitória ou mesmo uma meia vitória dos comunistas na frente de Teruel, exaltarà os comunistas francêses, robustecerà os trabalhistas e liberais ingleses, seus amigos, e terminará por convencer aqueles, que meios convencidos já estavam, de que a guerra espanhola só poderá terminar por um acordo entre os combatentes. Ora uma tal convicção é idiota ou preversa porque esse... acordo, essa... paz, por parte de Franco, só poderá conseguir-se pelas armas nacionalistas ou então pelos proprios bolchevistas internacionais mas só depois de terem massacrado o ultimo espanhol honrado. Serà uma paz que imitar a que “reinava em Varsovia”, no dizer cinico de Sebastiani, depois dos cossacos, terem alagado em sangue a cidade em revolta contra a tirania dos russos. A paz dos túmulos.*<sup>103</sup>

<sup>100</sup> Dez Anos de Política Externa, vol. IV, doc. 1009, p. 332 in Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 137.

<sup>101</sup> Dez Anos de Política Externa, vol. IV, doc. 963, p. 272 in Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 136.

<sup>102</sup> Dez Anos de Política Externa, Vol. IV, doc. 970, p. 279 in Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 136.

<sup>103</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Legação de Portugal junto da Santa Sé em Roma para Lisboa a 27/12/ 1937, pp. 1-4.

Numa declaração no dia 11 de Dezembro de 1936, o Governo salazarista expõe vários argumentos contrários à tese de mediação. Se a vertente humanitária poderá ser considerada, na reconstrução duma Espanha pós-guerra, qualquer tipo de mediação, seja através de eleições ou propostas de mediação, com contornos humanitário, não são aceites pelo Governo português:

*Pode pretender-se em segundo que as potencias acordem no sentido de proteger os vencidos, de ajudar a reconstrução da Espanha depois da guerra e até e conseguir que o Governo vitorioso o seja de todos os espanhóis, com longanimidade e justiça. Ainda será humanitário e relevantíssimo este esforço.*

*Se finalmente, como se insinua, se deseja oferecer a mediação às duas partes para terminar o conflito por meio de acto eleitoral, oferece-se com a melhor as intenções um serviço justificável se se reduz o problema de Espanha à luta armada de dois partidos políticos pela posse do poder. Incompreensível se, como supomos, ali se assiste à luta de duas civilizações ou de uma civilização contra a barbárie. A cessação da luta por qualquer forma que não seja a vitória iniludível e indiscutível de algum dos contendores, seguida daquele Governo forte mas generoso de que a Espanha carece, é aliviá-la de um flagelo, sem dúvida grande, para deixar esmagar dentro de pouco tempo por outro maior e sem remédio. Com tal táctica não pode concordar o Governo Português, e sente que as idéias neste sentido postas a correr, aliás sem justificação conhecida, são já em si um perigo para a civilização ocidental.*

*A proposta de mediação embora de intuitos humanitários afigura-se ao Governo Português uma tentativa destinada a não obter êxito, o que equivale a dizer, destinada pelo seu malogro a exacerbar, se ainda é possível, as paixões. Nem os mediadores propostos são tidos uns ou outros por neutros ou imparciais nos campos de luta; pelo contrário a posição jurídica em que perante eles as partes em conflito se encontram são fundamentalmente diferentes.<sup>104</sup>*

O Embaixador português em Londres, não se revê numa tese de mediação, em linha com a posição do Governo português, por dois motivos: 1) os nacionalistas entendiam que o conflito espanhol era uma guerra de independência e de civilização; 2) existia bastante odio entre os lados intervenientes que somente a derrota de um lado poria fim à guerra:

*Perguntou-me se via no horizonte a mais pequena esperança de mediação.*

*Respondi que não. Perguntou porquê. Respondi que as razões eram essencialmente duas: primeira, os nacionalistas consideravam esta guerra uma guerra de independência e de civilização; segunda, entre os dois partidos havia tal abismo de ódios que o final da luta só podia ser a total derrota de um.*

*Halifax disse que os governamentais também consideravam esta uma guerra de independência e de defesa da civilização e que era horrível o que estava*

<sup>104</sup> AHD-MNE, Declaração feita pelo Governo português a 11 de Dezembro de 1936.

*acontecendo com bombardeamentos de cidades com aeroplanos alemães e italianos.*

*Acrescentou que tendo os nacionalistas levantando a sua bandeira contra o comunismo em Espanha, agora que este tinha perdido a sua força e que a construção do Estado totalitário não parecia estar no pensamento de Franco nada que impedisse a constituição de um governo.<sup>105</sup>*

O Embaixador português em Espanha, relata várias posições sobre retaliações. A posição do regime de Franco, relativamente à questão dos refugiados para França, indica que somente os chefes e os autores podem ser punidos. A Inglaterra vaticina que as retaliações são só perante atitudes políticas e de combate. O diploma luso pede cuidado, na declaração que o estado português poderá realizar sobre esta matéria, porque uma posição publica de clemencia, em termos gerais, poderá incluir situações de amnistia o que poderá favorecer o regresso de elementos de esquerda, a território espanhol, e de se reorganizarem:

*Segundo o que Embaixadôr de Espanha aqui tem dito, e parece ter sido declarado a proposito refugiados França é que só responsabilidades chefes e autores crimes comuns serão tomadas. No Foreign Office a julgar por conversa confidencial com nosso Embaixadôr parecem considerar retaliações apenas o que se referir a atitudes políticas e de combate e não julgamento por vias legais crimes comuns.*

*Declaração publica clemencia se fôr feita porem termos genericos pode depois servir de pretexto a reclamar procedimentos de amnistia que permitem regresso a Espanha de elementos dirigentes capazes de congregiar forças esquerdistas vencidas e dispersas, e a reclamar tambem contra falta desses procedimentos.*

*Julgo tão importante este ponto e tão necessaria ponderação dos termos de eventual declaração que rogo a V. Ex<sup>a</sup> avistar-se com esse Ministro dos Negocios Estrangeiros e a titulo amistoso e com todos resguardos para afastar suspeita de intromissão V. Ex<sup>a</sup> lhe diga o que soubemos por Alba, sem referencia á conversa nosso Embaixadôr, e os receios que no inspira o que pedem a Generalissimo pelas repercussões futuras que pode ter na sua politica.<sup>106</sup>*

Informações que o diplomata português obteve sobre a possibilidade de um reconhecimento do Governo, de Francisco Franco, por parte de Londres. Está condicionada a uma proposta, de clemencia para com os vencidos, que é prontamente

<sup>105</sup> Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros a 18 de Março de 1938 *in* Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947, vol. V Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 226-227.

<sup>106</sup> AHD-MNE, Telegrama Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 18/02/1939, pp. 1-2.

rejeita pelo Embaixador Teotónio Pereira e que a vitória de Franco seja uma realidade para que a paz exista:

*Segundo informações Londres Governo britânico inclinado a reconhecimento rápido Franco mas condicionamento momento por varias considerações entre as quais principal é desejo que foi manifestado a Duque d'Alba pelo Foreign Office e que elle diz ter transmitido para Burgos de uma declaração geral de clemencia para com vencidos. Desde ha muito que venho dizendo o Governo Inglez que uma das razões porque entendemos necessaria victoria completa de Franco é para que da guerra resulte um Governo forte e generoso que possa dar paz definitiva á Espanha. Pensamento de clemencia está pois no fundo da maneira de ver portuguesa. Mas por isso mesmo mais insuspeita é minha opinião de que declaração que pretendem obter de Franco como condição de qualquer atitude pode encerrar grandes perigos futuros.*<sup>107</sup>

O Embaixador português Teotónio Pereira afirmou, quando Barcelona foi conquistada, que não teve dúvidas que Franco tem como objetivo a conquista total, do que faltava, dos territórios republicanos ao invés das tentativas de mediação, armistícios e de acordos internacionais para a paz: “*Enquanto a imprensa europeia de alguns centros fala de armistícios e de acordos internacionais para o fim da guerra, O Generalissimo prepara activamente o ataque ao que resta das posições vermelhas no centro e sul de Espanha*”.<sup>108</sup> A percepção do Embaixador português que a paz negociada com os republicanos é reduzida:

*Não creio porem que esteja absolutamente arredada a idea rendição dos vermelhos mesmo que a ocupação dos territorios venha a fazer-se depois com o emprego da fôrça em acções isoladas. Ante-ontem em Burgos afirmava-se que ha dois dias se esperava a chegada em avião dos delegados de Madrid que viriam negociar a entrega.*<sup>109</sup>

O Conselho da SDN teve conhecimento que, a França e a Inglaterra, estavam a realizar esforços para mediar a paz no conflito espanhol e deu luz verde para o Secretario Geral da SDN, encetar ações humanitárias, e reconhecendo que o Comité de Londres não possuía competência para mediar conflitos. Estas diligencias, da SDN, não obtiveram seguimento como houve outras que foram infrutíferas como em Fevereiro, de 1937, do Vaticano. Em Junho de 1937 por intermedio da Inglaterra e em outras várias ocasiões.<sup>110</sup>

O sempre bem informado Churchill, que em Novembro de 1936 ainda estava na

<sup>107</sup> Idem, Ibidem.

<sup>108</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 24/02/1939, pp. 1 a 7.

<sup>109</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 04/03/1939, pp. 1-2.

<sup>110</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 112.

etapa pró-nacionalista, sugere a Anthony Eden que deverá haver uma declaração de mediação, na Liga das Nações, para que não haja vingança perpetuada por os vencedores da guerra civil:

*Estimado Anthony, foram-me feitas sugestões nas reuniões de Albert Hall na quinta-feira, devo propor a intervenção da Liga das Nações sobre Espanha, com o objetivo de separar os combatentes; obtenção de declarações de ambos os lados contra a vingança dos vencedores, quem quer que sejam; e o estabelecimento a pé de conferências para estabelecer um regime constitucional. De acordo com o Artigo XI do Pacto, agora pode-se alegar que existe caso de perigo de guerra se espalhar fora dos limites da Espanha, e talvez algum locus da Liga possa surgir a partir daí. Acho que é uma iniciativa difícil para a Alemanha e a Itália não cumprirem. Não posso pensar nas circunstâncias atuais que a Rússia não iria aparecer. Durante os meses de inverno, pode haver um impasse na luta. Os dois lados parecem ainda ter uma mudança de vitória e, em termos gerais, dividem a Espanha cinquenta e cinquenta. Naturalmente, nada do que eu digo o comprometerá.<sup>111</sup>*

Manuel Azaña instigava a Inglaterra e a França, que potenciavam esta posição, da possibilidade de haver uma solução negociada sendo uma ou a única forma das forças de esquerda não saírem derrotadas no conflito espanhol. O Governo francês pressionava igualmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, para realizar uma mediação entre nacionalista e o Governo espanhol.<sup>112</sup> Manuel Azaña desejava negociar o final do conflito espanhol. No mês de Maio de 1937, com a coroação do Rei Jorge, era uma oportunidade de pensar numa eventual mediação inglesa para finalizar a guerra civil. O papel de mediador foi incumbido a Julián Besteiro como intermediário espanhol na cerimónia. A reunião de Julián Besteiro com Anthony Eden aconteceu no dia 11 de Maio e abriu algumas expectativas sendo que Eden levou a questão, da mediação internacional, às outras potencias europeias. Os Governos franceses e soviético anuíram, mas a Alemanha e Itália não adiaram a resposta e a Inglaterra desistiu desta tentativa de mediação.<sup>113</sup> Léon Blum comunicou, com o representante diplomático inglês na capital francesa, que a guerra civil acabaria sem vencedores pelo qual a França e a Inglaterra deveriam encontrar uma solução para que houvesse uma mediação entre as partes envolvidas. As potências do eixo não deveriam intervir para que a Rússia não participasse. A Inglaterra tomou a dianteira da iniciativa e depois de ter os contatos apropriados decidiu esperar. No dia 8 de Março de 1937 foi iniciado um processo negocial na capital italiana

<sup>111</sup> The National Archives, FO 954/27A/44, Carta de Churchill para Eden no dia 27/11/1936.

<sup>112</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 137.

<sup>113</sup> Romero Salvadó, *A Guerra Civil Espanhola*, p. 209.

para chegar a um acordo bilateral com conversas e garantias que já vinham desde Janeiro de 1937.<sup>114</sup>

Em Dezembro de 1938, Stevenson<sup>115</sup> comunicava, com a capital de Inglaterra, que via complicado que o Governo republicano pudesse aceitar algum tipo de mediação para negociar um acordo de paz se Franco não apresentasse condições razoáveis, ou seja uma declaração formal, e inequívoca sobre que não se tomariam represálias e podiam deixar o país as pessoas que corriam mais perigo com a vitória dos nacionalistas. No dia 4 de Fevereiro de 1939 Manuel Azaña comentava, com Stevenson, no sentido de pressionar o Governo inglês e, por conseguinte, o Governo francês para acabar com as ações de guerra e com as represálias de qualquer ordem. Já no dia anterior Stevenson reuniu-se com Negrín para que os resumos, das 13 condições de Outubro de 1938, fossem dispostos em 3 premissas<sup>116</sup> e colocadas na arena internacional.<sup>117</sup>

No dia 14 de Fevereiro, o Governo inglês ordenou a Hodgson que comunicasse com o líder nacionalista e passasse as ideias de Negrín. Pablo de Azcárate<sup>118</sup> comunicou com o *Foreign Office* que o Governo republicano voltou a Madrid e se era possível o Governo inglês transmitir ao Governo de Burgos uma proposta de cessar fogo sob os pontos de Negrín. Hodgson transmitiu, aos nacionalistas, a proposta dos republicanos, sem receber resposta e o Governo inglês, neste assunto, só se preocuparia com a vertente das represálias. Mesmo a matéria das represálias ficou descartado com a Lei das Responsabilidades Políticas.<sup>119</sup>

Informações vindas de Lisboa, através da representação diplomática em Paris, sobre a pressão do Ministro Álvarez del Vayo de chamar Azaña para a zona da Espanha republicana no sentido de negociar o acordo com os nacionalistas. A França e a Inglaterra colocam esforços para que o Governo de Franco conceda uma ampla amnistia:

*Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, para seu conhecimento, que segundo informa o Snr. Ministro de Portugal em Paris, Álvarez del Vayo regressou a Espanha sem conseguir demover Azaña do seu propósito de permanecer em Paris firmemente favorável à conclusão da paz. Azaña tornou público que não assinou*

<sup>114</sup> Marquina, Antonio, *Las Potencias Occidentales y la Guerra Civil Española*, UNISCI, nº 11, mayo 2006, p. 225.

<sup>115</sup> Representante diplomático da Inglaterra em Barcelona.

<sup>116</sup> Completa independência de Espanha, eleições livres e o fim das represálias e a liberdade de quem quiser sair de Espanha.

<sup>117</sup> Alpert, Michael, *La diplomacia inglesa y el fin de la Guerra Civil Española*, Revista de Política Internacional, nº 138, marzo-abril 1975, pp. 53-59.

<sup>118</sup> Representante diplomático republicano em Londres.

<sup>119</sup> Alpert, *La diplomacia inglesa y el fin de la Guerra Civil Española*, pp. 53-59.

*qualquer decreto transferindo o Govêrno para Madrid. Del Vayo foi recebido pelo Ministro dos Estrangeiros francês que, segundo consta não lhe deixou dúvidas quanto à futura política francesa em relação à Espanha.*

*Acrescenta o Snr. Ochoa que, apesar das declarações de Negrin, parece certo que os velhos espanhóis estão procurando a obtenção de uma larga anistia por parte do Generalíssimo Franco, contando para isso com os esforços da França e da Inglaterra.*

*Diz ainda o Snr. Ministro em Paris que os extremistas, que continuam manobrando, improvisaram ontem a reunião de uma pseudo delegação das esquerdas para exprimir a sua simpatia ao Govêrno de Negrín. O partido radical estava representado nessa reunião por seis membros sem mandato nem autoridade. A citada reunião faz parte, segundo parece, de um plano extremista destinado a suscitar dúvidas no estrangeiro [...]*<sup>120</sup>

No mês de Abril de 1938 Winston Churchill constata que o Governo da República deveria pedir mediação pois existe uma desmoralização das forças republicanas:

*Os republicanos deveriam invocar a mediação da Rússia, França ou ambas, para evitar baixas inúteis e mitigar as represálias que são de temer quando meia Espanha subjuga a outra meia [...] Todo o mundo sabe, que forma a artilharia e aviação alemã que decidirão esta fase da guerra. Por a ajuda estrangeira e principalmente por essa ajuda, o general Franco será o vencedor.*<sup>121</sup>

Em 17 de Agosto, o Embaixador norte americano em Espanha, Claude Bowers, enviava desde Hendaya, a possibilidade de uma reunião, que o Embaixador argentino, havia proposto para discutir uma mediação no conflito espanhol. No entanto, a resposta do Governo de Roosevelt foi esclarecedora: “*A nossa política, como já anunciamos, consiste em se abster escrupulosamente de qualquer interferência na infeliz situação espanhola*”.<sup>122</sup> A iniciativa do Uruguai, em Agosto de 1936, do Embaixador norte americano Claude Bowers segue-se outra, em Setembro de 1936, do Secretário de Estado norte americano Cordell Hull.<sup>123</sup> Entre os últimos meses de 1938 e os primeiros de 1939 o Presidente Roosevelt foi apologista de uma solução negociada entre os nacionalistas e republicanos por parte do Vaticano ou por parte dos países latino-americanos. Esta possibilidade chegava tarde pois a vitória de Franco se aproximava, rapidamente, e a sua superioridade era evidente e concreta.<sup>124</sup>

<sup>120</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial da Administração Interna para o Embaixador de Portugal, em San Sebastian, Pedro Teotónio Pereira, em 22/02/1939.

<sup>121</sup> Preston, *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*, p. 180.

<sup>122</sup> Marquina, *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*, p. 274.

<sup>123</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 112.

<sup>124</sup> Tusell, Javier, *Roosevelt y Franco*, Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo IV, 1992, pp. 14-21.

Em Dezembro de 1938, na Conferencia Pan-americana de Lima, Roosevelt sugeria um plano de mediação que incluía os países latino americanos e o Vaticano na tentativa de envolver a Igreja norte americana. O plano era, no sentido, de estruturar um comité com três membros para administrar Espanha durante três meses e envolver de uma forma gradual todos os espanhóis. Porém, a Conferencia não conseguiu apoios suficientes e não atingiu os seus objetivos. Francisco Franco não aceitaria nenhuma mediação, o Vaticano já tinha reconhecido o Governo nacionalista e os países latinos americanos estavam divididos sobre esta questão. O Secretario de Estado norte americano Hull não apoiava, nesta altura, uma divisão entre os países pois o objetivo era agregar uma unidade global e combater o fascismo.<sup>125</sup>

Manuel Azaña escreveria nas suas *Memorias* sobre o plano de armistício norte-americano que seria rejeitado por Franco e ajudaria ao Presidente Roosevelt anular a Lei de Neutralidade.<sup>126</sup>

#### 4. Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol

A visita a Madrid do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Armindo Monteiro, nos dias 16 e 17 de Outubro de 1935, incluía uma aproximação ao Governo espanhol que teve a iniciativa de negociar um acordo de um Tratado de Amizade e Boa Vizinhaça e acompanhar com um acordo comercial. Em relação ao acordo comercial foi encetado em Maio de 1935 e não foi concluído devido à vitória da Frente Popular em Fevereiro de 1936. O Tratado de Amizade ficou, igualmente, suspenso e só foi recuperado e finalizado, em diferente contexto, conteúdo e forma, no ano de 1939 com os contornos e designação de Pacto de Não- Agressão.<sup>127</sup>

Durante o ano de 1938 foi preparado o Pacto de Não- Agressão e foi assinado em Março de 1939. Portugal queria ter as suas fronteiras, com Espanha, protegidas de forças estrangeiras. Espanha pretendia que a Portugal não fosse uma base para que forças de

---

<sup>125</sup> Bosch, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, pp. 181-186.

<sup>126</sup> Azaña Díaz, Manuel, *Memorias Políticas y de Guerra*, Barcelona, Critica, 1978, vol. II, p. 422 in Bosch, *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*, pp. 181-186.

<sup>127</sup> Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*, p. 43.

outros países pudessem aproveitar contra o seu território. O Pacto servia de obstáculo a uma eventual presença, mais acentuada, da Alemanha em Espanha. Pedro Teotónio Pereira em paralelo à negociação, do Acordo, realizava esforços para que Portugal fosse visitado por Franco ou Serrano Suñer antes de visitar a Itália.<sup>128</sup>

No dia 16 de Setembro de 1938 o irmão de Francisco Franco, Nicolás Franco, prepõe a Salazar a ideia do Tratado. O Governo franquista tem a iniciativa de promover a Portugal um Tratado de Não Agressão onde as fronteiras comuns sejam salvaguardadas. No mês de Janeiro de 1939 dá-se o início das negociações, diplomáticas, após uma nova consulta com o Governo britânico.<sup>129</sup>

Jordana reitera, no dia 19 de Setembro, a realização de um Pacto de Não Agressão com o Governo português. Armindo Monteiro revelou receio, na possibilidade do Pacto, pois sentia que Franco estava demasiado próximo da Alemanha e Itália para que a França e a Inglaterra considerassem a sua neutralidade.<sup>130</sup>

Pedro Teotónio Pereira relata para Lisboa a vontade de Espanha, em finais de 1938, de avançar com o Pacto. Como lhe referia Nicolás Franco: “*era necessário à Espanha até para marcar posição junto de ‘outros amigos’ que às vezes levam longe as suas pressões*”.<sup>131</sup>

A posição espanhola era de colocar a Península Ibérica fora da orbita britânica, Nicolás Franco afirmava que era importante a neutralidade de Portugal...

*[...] sem dar a segurança em nenhum momento da nossa passividade, mais que condicionada, pois o temor é o único que pode evitar a excessiva influência inglesa, devendo vigilar este assim como a intervenção ou presença inglesa em bases e aeródromos; advertindo os portugueses do perigo que para eles significa e ter uma reação rapidamente contra aquilo que queremos impedir e seja essencial.*<sup>132</sup>

Neste ofício foi registado o discurso feito por Francisco Franco com referências elogiosas a Portugal e a manifestação em prol de Portugal, como nação irmã e mostras de

<sup>128</sup> Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. Presidência do Conselho de Ministros, CLNSRF, 1989-1991, vol. L pp.149 in Braga da Cruz, Manuel, *Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras*, p. 432.

<sup>129</sup> Garoz, *Geopolítica crítica: el Pacto Ibérico de 1939*.

<sup>130</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 254.

<sup>131</sup> Ribeiro de Menezes, *Salazar uma biografia política*, p. 240.

<sup>132</sup> Jiménez Redondo, Juan Carlos, *El papel de Nicolás Franco en la conducción de la política española hacia Portugal*, Historia Contemporánea, nº 15, 1996, p. 183

simpatia com o embaixador Pedro Teotónio Pereira, enquanto era negociado o Tratado de Não-Agressão:

*Por me parecer que oferecem interesse tenho a honra de enviar juntamente a V. Ex.<sup>a</sup> os textos do discurso pronunciado pelo Generalissimo Franco em Burgos, das declarações feitas pelo Ministro de la Gobernacion a um jornal alemão, e a noticia sobre a manifestação havida na cidade acima referida. Foi aqui muito notado o facto do Generalissimo se referir a Portugal em primeiro lugar.*

*“Españoles: Ha llegado la hora de la verdad. Un día os dije que había de devolver a España y a los españoles el orgullo de serlo.*

*Hoy, con la guerra victoriosa, con nuestro Ejército más potente que nunca, lo repito. Hace solamente contados días cuando el Ejército de la victoria, cuando la juventud en armas, cuando mis heroicos soldados de España desfilaron por Barcelona: al sentir el orgullo de mandarlos sentí que en aquellos momentos ellos sentían el orgullo de ser españoles. Toda España sentía el orgullo de la raza y sentía el orgullo de la Historia. Y ayer nos reconoce la República del Plata, hoy nos reconoce Inglaterra y mañana nos reconocerá el mundo. Pero sería injusto que en estos momentos de triunfo no tuviéramos nosotros el recuerdo, ahora cuando ya nos reconocen hasta los que nos combatieron, para aquellos que desde el primer día creyeron en nosotros. Los que dieron su sangre con la nuestra, los que pusieron su honor a nuestro lado. Aquellas naciones firmes y nobles tienen la consciencia de la virtud, de la espiritualidad y del poder.*

*A las naciones hermanas, a la hermana Portugal, a la querida Italia, a la Alemania amiga, a las naciones que en América también nos alentaron entonces, para ellas es nuestro afecto y recuerdo en estos momentos, como lo es también para esa juventud heroica y para esas madres españolas, tesoro de España, que nos han dado a sus hijos, que nos han dado su sangre, que nos han dado sus hermanos con el orgullo de entregarlos por una fe y una Patria. La manifestación se dirigió hacia el edificio que ocupa la Embajada de Portugal, y allí las autoridades fueron recibidas por el embajador, don Pedro Teotónio Pereira, quien escuchó de labios de las autoridades sinceras palabras de afecto y gratitud. Lo mismo que a Italia y Alemania la muchedumbre hizo objeto a Portugal de cariñosísimas demostraciones, vitoreando a gran país hermano con entusiasmo delirante”.<sup>133</sup>*

O corpo do texto do Tratado de Amizade e Não Agressão luso-espanhol reconhecia as fronteiras de Portugal e Espanha, havia o compromisso de realizar consultas entre os dois estados para terem uma ação conjunta no âmbito regional e internacional e estabeleciam as relações de amizade entre ambos os países. Este tratado obteve o apoio da Inglaterra.<sup>134</sup> O Tratado luso-espanhol proibia a utilização de

<sup>133</sup> AHD-MNE, Ofício do Consulado de Portugal em San Sebastian, com dois recortes do jornal *ABC* de 28 de Janeiro, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 28/01/1939.

<sup>134</sup> Campina, Ana Cláudia, *António de Oliveira Salazar: Discurso político e “retórica” dos Direitos Humanos*, Tese Doutorado, Universidad de Salamanca, 2012, p. 359.

elementos espanhóis e de outras nacionalidades contra Portugal e da utilização de tropas espanholas ou de outras nacionalidades contra um país amigo de Portugal.<sup>135</sup>

Com o compromisso da Inglaterra, para a assinatura do Tratado, Oliveira Salazar sugere a Francisco Franco que realize uma aproximação a França. Franco anui em essa aproximação, mas reitera que a França terá que retirar o apoio aos republicanos.<sup>136</sup>

Em 17 de Março de 1939 deu-se a assinatura do Tratado de Amizade e Não Agressão luso-espanhol mais conhecido por Pacto Ibérico. Como já referido, este tratado foi elaborado com a autorização da tutelar Inglaterra e comportou dois objetivos na perspetiva de Espanha; Pretendia defender a Espanha de um eventual ataque Inglês; Impulsionava a aproximação da Espanha de Franco ao Portugal de Salazar, pretendendo fazer uma substituição gradual da tradicional influência inglesa em território luso.

Para Portugal, o Tratado de Amizade e Não Agressão foi uma forma de contornar a ameaça sobre a sua própria integridade territorial, ameaça que vinha de uma Espanha influenciada pela dinâmica militar e ideológica da Alemanha hitleriana. A posição de Salazar em relação aos ingleses e à aliança Luso-Britânica não foi modificada, contrariando a posição de Francisco Franco que apostava num afastamento luso-inglês. Foi interessante verificar as diferenças de nomes do Pacto de Não Agressão e de Amizade. Se os portugueses o apelidaram de Pacto Peninsular, os espanhóis assumiram-no como Pacto Ibérico. Foi curioso que personalidade espanhola escolhida para assinar este pacto tenha sido Nicolau Franco, irmão de Francisco Franco que escreveu uma tese com o seguinte nome: *Cómo se ocupa Portugal em 28 dias*.<sup>137</sup> A continuação da relação luso-espanhola teve outro capítulo, com o a assinatura do Protocolo Adicional em Julho de 1940, com outra tentativa de afastar Portugal da aliança inglesa.

A imprensa espanhola refere-se ao Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e Espanha: “*imprensa publicou resumo de tratado de amizade e não agressão dando-lhe maximo relevo com retractos Chefe de Estado e V. Ex<sup>a</sup> acompanhados de artigos de comentario e anunciando mais desenvolvida referència ao assunto*”.<sup>138</sup>

A correspondência diplomática que pesquisei, no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre as manifestações de simpatia dos nacionalistas por Portugal, devido à assinatura do Tratado de Amizade, têm como

<sup>135</sup> Halstead, *Peninsular Purpose*, p. 306.

<sup>136</sup> Garoz, *Geopolítica Crítica: el Pacto Ibérico de 1939*.

<sup>137</sup> Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, pp. 354-355.

<sup>138</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 20/03/1939.

intervenientes a Rádio Nacional de Espanha e a imprensa escrita. Em termos institucionais o *Ayuntamiento* de San Sebastian foi o principal interveniente. O diplomata português transmite a alocução feita pelo *Ayuntamiento* de San Sebastian relativo ao Tratado de Amizade entre os dois países Ibéricos e ovação publica a favor de Portugal e ao seu presidente da República:

*Fui hoje procurado por alcaide e conselheiros Ayuntamiento San Sebastián que me leu seguinte mensagem: Ayuntamiento San Sebastián a que preside resolveu sua sessão ontem unanimemente e entusiasticamente registrar sua acta alegria todo povo San Sebastián pelo realização tratado amizade entre dois povos irmãos. Esta cidade que se orgulha contar V. Ex<sup>a</sup> entre seus hospedes honra sente intima satisfação historico acontecimento que reflecte verdadeira união dois povos que souberam sentir mesmo anseio misturando seu sangue generoso em defesa mesmos ideais civilização contra barbarie comunista. Este Ayuntamiento ao transmitir V. Ex<sup>a</sup> tal resolução tomada com natural emoção que seu amor admiração pelas glorias duas nações irmãs lhe suscitou rogo V. Ex<sup>a</sup> ao mesmo tempo transmita Excelentissimo Presidente Carmona e ilustre Chefe Governo Oliveira Salazar homenagem respeito protesto simpatia agradecimento que sentem pelo grande povo.<sup>139</sup>*

Já com a guerra civil no seu termino o Consulado de Portugal em San Sebastian emitia a reprodução que comunicação social de San Sebastian fazia eco da assinatura do Tratado de Amizade. A rádio espanhola narra a afinidade histórica entre Portugal e Espanha e o benefício para ambos os países de assinarem o Tratado de Amizade onde as suas fronteiras ficam protegidas de ameaças de países terceiros:

*Un tratado de amistad y no agresión, ha sido firmado entre Portugal y España. Y, lo mismo la opinión de la Nación hermana y vecina, que la opinión española -ligada en estas horas a Portugal por tantos lazos de agradecimiento- han acogido el hecho con una alegría claramente reflejada. El tratado firmado recientemente, es el desenlace natural de la cordialidad de relaciones que, desde el día 18 de Julio de 1936, se ha restablecido entre los dos pueblos. Antes de 1936, España y Portugal vivían espiritualmente distanciados, aun siendo hermanos geográficamente. Y es que, mientras Portugal había hallado la senda verdadera de su reconstrucción política, España estaba entregada en manos de la revolución. Portugal que vio venir la República en 1910, pudo liberarse en 1926, con un golpe de fuerza incruento, del abismo a que se le llevaba. España que asiste al advenimiento de la República en 1931, no puede liberarse de sus taras hasta 1936. Es entonces, al encontrar nosotros con algún retraso el camino verdadero, cuando Portugal es de las primeras naciones en comprendernos y en sentir la justicia de nuestra causa. La afinidad histórica, geográfica y sentimental de los pueblos, fue,*

<sup>139</sup> AHD-MNE, Telegrama do Consulado de Portugal em San Sebastian, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 24/03/1939.

*a no dudarlo, la razón de que Portugal nos comprendiese antes que nadie. Con esta comprensión por cimiento, se desarrollaron las relaciones de estrecha amistad de que Portugal nos dio muestras a través de toda la guerra. Por ello, el pacto de amistad y no agresión recientemente firmado, es el desenlace justo y lógico de una nueva vida iniciada entre las dos naciones desde el día 18 de Julio de 1936.*

*Con sus características y su personalidad histórica definidas, España y Portugal, van a vivir para el futuro como dos cordiales vecinos dentro del territorio de la Península. La independencia de Portugal y España, son hechos de interés común para las dos naciones. Por eso, no solamente se comprometen a respetar sus fronteras, sino –lo más importante–, a no pactar con tercera potencia que tuviera por fin la agresión de uno de los dos Estados. El pacto, demuestra la voluntad de España y Portugal de vivir en una vecindad amistosa, en la que la paz esté garantizada por la mejor voluntad de las dos partes, para provecho de ambas partes firmantes y de la tranquilidad general. Hoy precisamente, en que se cumplen seis años de la fecha en que Portugal se dio su Constitución de 1933, es buen día para hacer este comentario inspirado por el mejor afecto, y para desear al pueblo portugués, a su Presidente el General Carmona y a su Jefe Oliveira Salazar, un camino de prosperidad y triunfos políticos, que España verá siempre con la mejor satisfacción <sup>140</sup>*

Com o início da II Guerra Mundial e o receio que o território português pudesse sofrer uma qualquer ameaça ou intervenção hostil foi assinado, em 1940 na capital portuguesa, o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão entre Portugal e Espanha sublinhando a neutralidade peninsular. O Tratado foi apelidado de Pacto Ibérico ou Pacto Peninsular no ano de 1942. Assim em Lisboa o Conde de Jordana, como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, enuncia a Península Ibérica como uma área de paz e neutralidade não sendo esquecida que estavam no auge da II Guerra Mundial.

---

<sup>140</sup> AHD-MNE, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em San Sebastian, com texto do comentário radiodifundido na noite de 19 de Março pela Rádio Nacional de Espanha, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 05/04/1939.

## Conclusão

O objetivo desta tese é sustentar e apresentar evidências em dois aspetos;

1º O plano traçado do Governo português, de se envolver ao lado dos nacionalistas na Guerra Civil de Espanha, foi claro, rápido e preciso. Até à conquista de Badajoz, em 14 de Agosto de 1936, Portugal teve um papel fundamental para que Franco e os nacionalistas continuassem o seu esforço de guerra e saíssem vitoriosos na guerra civil.

2º O Governo luso apoiou-se e socorreu-se das comunicações e informações dos diplomatas portugueses para ajustar, alinhar e adequar à sua estratégia e plano onde a vitória nacionalista seria a melhor solução para o Governo português.

Conforme fica patente nesta obra, o apoio material, logístico, de propaganda e diplomático do Governo português, aos nacionalistas, foi um fator importante ao longo de toda a guerra civil espanhola.

A minha Tese aponta para estas conclusões. Houve apoio de António Salazar a Francisco Franco e este apoio teve importância para o avanço militar dos nacionalistas, enquanto os regimes ditatoriais de Itália e Alemanha não começaram, em pleno, a auxiliar os homens de Francisco Franco. O suporte luso durante a primeira semana do golpe de estado foi o único real sustentáculo dos nacionalistas. Com a conquista de Badajoz em 14 de Agosto de 1936 os regimes italiano e alemão, que não consideraram o apoio militar imediato demorando a respaldar os nacionalistas, começam a encaminhar e a desenvolver uma nova forma de ajuda com contornos militares, provavelmente, devido à confiança e a importante base logística que a conquista de Badajoz proporciona aos nacionalistas e às potências fascistas.

Destaco o suporte português aos rebeldes desde o golpe militar, de 17 de Julho, até a conquista de Badajoz a 14 de Agosto de 1936. Este suporte e apoio luso foi no sentido de dar vida ao golpe militar, que tinha fracassado, para não se dissolver e possuir a capacidade de aguentar até à resposta que eu apelido *Primeiro Conjunto de Apoio*, com contornos logísticos, com começo em 28 e 31 de Julho dos regimes italiano e alemão respetivamente.

Entre o *Primeiro Conjunto de Apoio* e o *Segundo Conjunto de Apoio*, ou seja, entre 28 e 31 de Julho e finais de Agosto o papel do Governo português foi essencial e determinante para Francisco Franco, e os nacionalistas, sustentarem e permanecerem no poder através da conquista do eixo Sevilha-Mérida-Badajoz. A melhor prova desse apoio é a conversa de Nicolau Franco com o Agente Especial português em Espanha, Pedro Teotónio Pereira: *Que a colaboração de Portugal fora decisiva e que Portugal viera ajudar*

*a Espanha com gravíssimo risco na hora em que as outras nações se não tinham ainda manifestado.*

A partir do dia 14 de Agosto, já com o exército e com o território nacionalista unificado, existe uma retaguarda do território luso que cobre toda a área oeste espanhola, a faixa desde a Andaluzia Ocidental até à Galiza, já em poder dos rebeldes.

Logo, a possibilidade de resiliência, de esforço militar e logístico dos nacionalistas ganha novos contornos e ânimos que culmina com a chegada do ***Segundo Conjunto de Apoio*** da Itália, em finais de Agosto e inícios de Setembro, e da Alemanha, principia a partir de meados de Agosto, com o desembarque de material militar, via Lisboa, e com o abundante material a chegar com a legião Condor entre Outubro e Novembro de 1936.

Na minha opinião, o fator chave para um novo impulso que os nacionalistas beneficiaram, após o fracasso do 17 de Julho, desenvolveu-se com a conquista de Badajoz em 14 de Agosto. Este impulso material, logístico e diplomático foi devido à conquista de Badajoz que realizou a união da faixa territorial entre a Andaluzia com parte da Estremadura, Castela e Leão e Galiza unificando os exércitos e as zonas nacionalistas. Esta situação não teria sido possível sem o apoio incondicional do Governo português. Nesse momento já era constituída uma significativa base diplomática, militar e logística com a retaguarda do território português. Os nacionais já detinham a maior parte do território da Península Ibérica, incluindo a retaguarda de Portugal que estava contínua ao território nacionalista, e acionaram as alavancas para avançar lentamente para o derrube do Governo republicano que, somente, iria acontecer em Abril de 1939.

Entre o ***Primeiro Conjunto de Apoio*** e o ***Segundo Conjunto de Apoio***, o papel de Portugal foi decisivo e crucial para os nacionalistas aguentarem até receberam o ***Segundo Conjunto de Apoio***.

O apoio de Itália mais significativo só foi realizado em finais de Agosto e inícios de Setembro, transcorridos 1 mês e 1 semana do golpe de estado. O mais expressivo material militar alemão, com a Legião Condor, apenas foi entregue em finais de Outubro para começar a operar em Novembro de 1936, ou seja, 3 meses e 1 semana após o golpe militar.

Através da documentação diplomática, emitida dos postos diplomáticos portugueses, uma das maiores redes consulares presentes em Espanha e em outras cidades do mundo, conseguiu o Governo português tirar informações e ilações, para apoiar os nacionalistas, e conduzir a sua própria política durante todo o conflito espanhol, especialmente, durante o período quente de 17 de Julho a 14 de Agosto de 1936.

Segundo Paul Preston, as informações dos diplomatas ingleses, em território espanhol, eram de muita utilidade:

*A política britânica relativamente a Espanha alimentava-se das informações do embaixador, é óbvio, e dos cônsules. Estes eram muito pró-franquistas, o que os levava a enviar relatórios exageradamente favoráveis aos militares, que eram uns santos, pelo menos uns cavalheiros muito respeitáveis...Negavam totalmente que houvesse repressão da parte dos militares e exageravam muito a repressão da parte da “população”. Isso influenciava muito a política britânica [...]*<sup>1</sup>

Foi, ainda, mais importante o papel dos diplomatas portugueses, em Espanha, para a política portuguesa. Devido ao envolvimento direto que a II República e a guerra civil espanhola causavam no regime português, houve da parte dos diplomatas lusos um compromisso e uma presença completa para fornecer, a mais abundante e esclarecedora, informação a Lisboa. Estas informações foram vitais para que a tomada de decisões, do Governo português, no sentido da proteção dos seus interesses que neste caso passava pela ajuda incondicional, em vários âmbitos, aos nacionalistas.

A importância e reconhecimento dos diplomatas portugueses na contribuição, elaboração e envio da correspondência diplomática, condicionou a ação do Governo português e a sua atuação política, governativa e diplomática, na defesa dos seus interesses, durante a guerra civil espanhola. A utilidade para o Governo português desta abundante informação política, histórica e social, onde o conflito civil espanhol é o fator político mais importante vai ser, sem dúvida, crucial para tomadas de decisões políticas de António Oliveira de Salazar. Sublinho que Oliveira Salazar, a partir de Novembro de 1936 até Fevereiro de 1947, exerceu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A política interna e externa do salazarismo foi influenciada pelas informações que os diplomatas relatavam para Lisboa. Eram as mais confiantes e próximas informações que o ditador português podia possuir. Os diplomatas que enviam as informações sobre o que viam e sentiam sobre a guerra civil de Espanha faziam o seu trabalho com a mais total dedicação à causa salazarista e conseqüentemente ao mais próximo sentimento em relação aos nacionalistas.

A qualidade da visão histórica, política, social e diplomática do corpo diplomata luso em Espanha estava reconhecida.

---

<sup>1</sup> Preston, Paul, in revista *Actual* do jornal *Expresso*, 2007, pp. 56-57.

Para Burgos Madroñero a rede consular portuguesa em Espanha, sobretudo com os Cônsules António de Cértima, em Sevilha, Vasco Sousa Pereira, em Badajoz, e Freitas Barjona em Tânger possuíam “*capacidad y lealtad a Salazar, además de un rigor histórico, no exento de crítica ante lo que ocurría en España incluso no demostrando en determinados momentos su simpatía por los sublevados*”.

Ao contrário, as comunicações dos Vice-cônsules contem “*informes en general son algo más flojos, dado que generalmente eran españoles, hasta cierto punto no comprometidos con Portugal, renunciando a dicha colaboración con Portugal y eligiendo el bando fiel a la República*”.<sup>2</sup>

A relação emocional e de afeto entre Portugal e os nacionalistas, devido ao apoio luso durante a guerra civil, estão refletidas na correspondência diplomática nas regiões espanholas com fronteiras com Portugal, como Galiza, Andaluzia, Salamanca e Estremadura. Nenhum país “amigo” dos nacionalistas obteve esta consideração, como a grande quantidade de nomes, de vias públicas, dadas a nomes relativos a Portugal. Esta cumplicidade pode ser explicada devido ao grau de proximidade geográfica, social, cultural, linguística de Portugal e Espanha e com as províncias espanholas onde estavam, estabelecidos, mais consulados portugueses. Todos estes conjuntos de sintonias luso-espanholas desembocam numa vertente emocional e afetiva que a Alemanha e a Itália nunca tiveram nem, provavelmente, quiseram ter.

Foi fundamental o papel dos diplomatas lusos para informarem o Governo português das melhores opções políticas e diplomáticas a tomar. Houve um fluxo de informação consular, desde o golpe militar até à conquista de Badajoz, enviada pelos cônsules António Certima, em Sevilha, e Vasco Sousa, em Badajoz aqui é quase diário, para Lisboa ter as melhores opções no sentido de direcionar o seu apoio, diplomático e logístico, aos nacionalistas.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros com o seu Secretario Geral, Teixeira de Sampaio, solicitava urgentemente informações diplomáticas dos postos diplomáticos portugueses para perceber qual a orientação a tomar. Para Soares de Oliveira, Madrid, Tânger, Londres, Praga e Paris forneciam informações relevantes.

Por exemplo uma rápida comunicação da Embaixada de Madrid, no dia 18 de Julho, para Lisboa;

---

<sup>2</sup> Burgos Madroñero, Manuel, *Crónicas portuguesas de la guerra civil de España. Los informes del Vicecónsul portugués en Fernando Poo (14 de Agosto-31 de Octubre de 1936)*, Aldaba, nº 31, 2001, p. 90.

*Um telegrama da Embaixada de Portugal em Madrid informa no dia 18 de Julho que General Sanjurjo vai sair de avião de Alverca, hoje, às 3h00 a caminho do Norte de Africa, dirigir levantamento contra o Governo espanhol. Pede-me Ministro de Estado, Governo português para impedir tal coisa. Ministro de Estado disse-me desta situação e pede com urgência às autoridades portuguesas para evitar. General Sanjurjo, Chefe do movimento militar.*

Um exemplo, em termos diplomáticos, foi a indecisão e hesitação, de Portugal, para a sua admissão no Acordo de Não-Intervenção que possuía uma estratégia clara com a conquista de Badajoz;

*Recorrendo a pedidos de esclarecimentos prévios, a diplomacia portuguesa ganhou 19 dias, o tempo suficiente para municiar as forças rebeldes e permitir a Franco expulsar os republicanos na raia portuguesa.<sup>3</sup>*

O comprometimento do corpo diplomático luso foi diferente do corpo diplomático de outros países que possuam representação diplomática em Espanha no momento do *Alzamiento*.

Vejam os comportamentos de Itália. Em relação ao Embaixador italiano Pedrazzi, e à sua equipa, estavam de férias em San Sebastian. No dia 18 de Julho, Pedrazzi, enviava um telegrama para Roma a notificar os acontecimentos. No mesmo dia foi enviada outra comunicação por correio para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Itália, mas foi pouca esclarecedora. O Governo italiano, depois de cinco dias, do golpe militar ainda não continha informações confiáveis sobre a conjuntura em Espanha, motivando atraso de qualquer movimento de Mussolini e do Rei Victor Emanuel. Durante a primeira semana, do início do Golpe militar, as informações que chegavam a Roma eram desordenadas e desvirtuadas.

A Embaixada alemã em Madrid somente, no dia 23 de Julho, o conselheiro Schwendemann realizou o primeiro relatório minucioso sobre o golpe de Estado em Espanha.

O Embaixador norte americano Claude Bowers estava em férias, no momento do golpe militar, e foi o número dois da Embaixada norte americana em Espanha, Hallet Johnson, que enviava as informações sobre o andamento dos acontecimentos. Só foi enviada a primeira comunicação, pelo Embaixador norte americano, no dia 26 de Agosto de 1936 desde o território francês de Hendaya. O Embaixador francês, Jean Herbet, ficaria no País Vasco francês.

---

<sup>3</sup> Soares de Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*, p. 83.

Havia pouca e deficiente informação que o *Foreign Office* recebia do conflito espanhol. Seria resultado da situação provocada pelo Embaixador inglês, que estava em Hendaya, onde havia obstáculos para uma comunicação fluida e precisa sobre os acontecimentos em território espanhol. Por outro lado, o Almirantado Inglês detinha informações mais precisas devido ao fato de as receber de Gibraltar. <sup>4</sup>

Um interessante caminho de investigação, a percorrer, seria a consulta dos arquivos alemães e italiano no sentido de perceber que informação havia na correspondência diplomática vinda de Espanha e a posição que os Governos alemães e italiano possuíam entre finais de Julho e o 14 de Agosto. Se a unificação do território e exército rebelde condicionou um maior envolvimento, do Governo alemão e italiano, e se havia a possibilidade de não ajudar os nacionalistas entre o *Primeiro e o Segundo Conjunto de Apoio* pois o golpe militar não dava garantias de continuidade, de apoio, de liderança e de organização.

Assim via o conselheiro Schwendemann, da Embaixada alemã em Madrid, no dia 23 de Julho de 1936 os poucos objetivos, estratégia e propósitos que incidiam sobre o golpe militar:

*Escassa unidade de objetivos e de ideologia dos nacionalistas, uma estreita união da monarquia e do fascismo, junto a uma ausência de um verdadeiro caudilho e de um programa social que abarque grandes sectores da população, não permitiu que aquele movimento se possa converter em um movimento popular.*<sup>5</sup>

O resultado da minha tese de doutoramento explana a influencia decisiva do Governo português no primeiro mês da guerra civil onde os nacionalistas ainda estavam a estruturar e organizar as suas posições. O apoio português refletiu-se no suporte logístico, propagandístico, diplomático, alimentar e militar. As informações e comunicações do corpo diplomático português, fundamentalmente, em Espanha, mas também em outras partes do globo, ajudou o Governo português a perceber a complexidade dos intervenientes no conflito espanhol e a posicionar a sua política em função das informações e comunicações vindos dos diplomatas lusos.

---

<sup>4</sup> Idem, pp. 71-72.

<sup>5</sup> Schwendemann al Ministerio de Exteriores, 23 de julio de 1936, in Bernecker, *La intervención alemana en la guerra civil española*, pp. 80-81.

## Conclusiones

La historiografía portuguesa enfatiza el papel de Portugal en su apoyo a los nacionalistas durante la Guerra Civil. Sin embargo, no existe una apreciación y una sistematización de los eventos específicos donde la influencia portuguesa fue decisiva para cambiar el curso de la guerra. Existe la convicción de que el papel de Portugal no puede superar al de Alemania o Italia. En cierta medida esta convicción es cierta, ya que el suministro de material logístico y militar, el apoyo financiero o el envío de soldados y personal técnico era muy superior en Alemania e Italia que en Portugal. Sin embargo, como se destaca en este trabajo, del 17 de julio al 14 de agosto de 1936, el papel de Portugal fue mucho más importante y decisivo para los nacionalistas y franquistas de lo que se piensa y se analiza de forma general por parte de la historiografía.

La idea de esta tesis es demostrar la fuerte implicación de Portugal a lo largo del conflicto español y la importancia real de la ayuda brindada por el país del 17 de julio al 14 de agosto de 1936, dirigida a consolidar la estrategia de apoyo a los nacionalistas españoles, con la ayuda de la correspondencia diplomática portuguesa.

Este trabajo ocupa un vacío que existe en el tratamiento de la correspondencia diplomática en los años de la Guerra Civil española respecto a la participación e implicación del Estado portugués. Pretende dar voz a los diplomáticos y valorar su papel en una época en la que la tecnología para emitir información era escasa y rudimentaria. No existen trabajos que analicen sistemáticamente la correspondencia portuguesa en territorio español en los años de la Guerra Civil. La acción de los diplomáticos fue captar los aspectos esenciales de la política en el bando rebelde y transmitir, a la mayor brevedad, esta información al Gobierno portugués para perfilar, de conformidad y con el apoyo de estas comunicaciones, su política exterior en relación con el conflicto español.

El objetivo de esta Tesis es presentar evidencia para sustentar estas dos afirmaciones generales;

1º El plan trazado por el Gobierno portugués para implicarse del lado de los nacionalistas en la Guerra Civil española, fue claro, rápido y preciso. Hasta la conquista de Badajoz, el 14 de agosto de 1936, Portugal jugó un papel clave para que Franco y los nacionalistas continuaran con su esfuerzo bélico y salieran victoriosos de la Guerra Civil.

2º El Gobierno portugués apoyó y se apoyó en las comunicaciones e informaciones de los diplomáticos portugueses para ajustar, alinear y adaptar su estrategia y su plan político, que consideraba que la victoria nacionalista sería la mejor alternativa para el Gobierno portugués.

Como muestra este trabajo, el apoyo material, logístico y diplomático del Gobierno portugués a los nacionalistas fue un factor importante a lo largo de la Guerra Civil española. A ese respecto, hay dos hipótesis a considerar;

1ª ¿Hubo una dedicación y un compromiso relevantes por parte de Portugal a la causa nacionalista con implicación material, logística, afectiva, diplomática y política durante la Guerra Civil española? En ese sentido, y como hipótesis secundaria, ¿hubo un impacto especial de la política llevada a cabo por Portugal en algún momento concreto de la Guerra Civil?

2ª hipótesis: ¿Jugó el cuerpo diplomático portugués un papel destacado en la implicación del Gobierno portugués en la Guerra Civil?

Mi tesis apunta a confirmar ambas hipótesis: hubo apoyo de António de Oliveira Salazar a Francisco Franco, y este apoyo fue importante para el inicial avance militar de los nacionalistas desde el sur, mientras que los regímenes dictatoriales de Italia y Alemania aún no había comenzado a ayudar plenamente a las fuerzas rebeldes españolas. El apoyo portugués durante la primera semana del golpe de Estado fue el único apoyo real que

tuvieron los nacionalistas, que les llevó a no disolverse y tener capacidad de perdurar. Con la conquista de Badajoz el 14 de agosto de 1936, los regímenes italiano y alemán, que no consideraban un apoyo militar inmediato, comenzaron a encauzar y a desarrollar una nueva forma de ayuda con tintes netamente militares, probablemente debido a la confianza que la conquista de Badajoz como importante base logística proporcionó a nacionalistas y fascistas. Esta Primera Etapa de Apoyo, con contornos logísticos, fue impulsada de los regímenes italiano y alemán a partir del 28 y 31 de julio respectivamente.

Entre esta Primera Etapa de Apoyo y la Segunda Etapa de Apoyo, es decir, entre el 28 y el 31 de julio y finales de agosto, el papel del Gobierno portugués fue fundamental y decisivo para que los nacionalistas se pudieran sostener y permanecer en el poder mediante la conquista del eje Sevilla-Mérida-Badajoz. La mejor prueba de este apoyo es la conversación de Nicolás Franco con el agente especial portugués en España, Pedro Teotónio Pereira, en la que el primero destacaba *“que la colaboración de Portugal había sido decisiva y que Portugal había venido a ayudar a España con un riesgo muy grave en un momento en el que otras naciones aún no lo habían hecho manifestado”*.

A partir del 14 de agosto, unificados el ejército y el territorio nacionalista, el territorio portugués actúa como la retaguardia que cubre todo el occidente español, esto es, la franja desde Andalucía Occidental hasta Galicia, ya en manos de los sublevados. La posibilidad de resiliencia del esfuerzo militar y logístico de los nacionalistas cobró nuevos contornos y ánimos hasta llegarse a la Segunda Etapa de Apoyo de Italia, a finales de agosto y principios de septiembre, y de Alemania, a partir de mediados de agosto, con el desembarco de material militar, vía Lisboa, y con el abundante material llegado con la Legión Cóndor entre octubre y noviembre de 1936. En mi opinión, el factor clave de este nuevo impulso del que se beneficiaron los nacionalistas, fue la conquista de Badajoz, que unió la franja territorial entre Andalucía con parte de Extremadura, Castilla-León y Galicia,

unificando los ejércitos y zonas nacionalistas. Esta situación no hubiera sido posible sin el apoyo incondicional del Gobierno portugués. En ese momento se estableció una importante base diplomática, militar y logística favorable a los rebeldes en esa retaguardia segura que era el territorio portugués, desde donde se activaron las palancas para un lento avance que condujo al derrocamiento del gobierno republicano en abril de 1939.

A través de la documentación diplomática, emitida desde las sedes diplomáticas portuguesas —una de las mayores redes consulares presentes en España y otras ciudades del mundo—, el Gobierno portugués logró obtener información y conclusiones, apoyar a los nacionalistas y conducir su propia política en todo el territorio español. En esos años, la política interna y externa de Salazar estuvo muy influenciada por la información que los diplomáticos reportaron a Lisboa. Era la información más segura y cercana que podía poseer el dictador portugués, ya que el cuerpo diplomático destacaba por la calidad de su visión histórica, política y social. Los diplomáticos que enviaron información sobre lo que vieron y sintieron sobre la Guerra Civil española realizaron su trabajo con total entrega a la causa salazarista, y, en consecuencia, al más cercano sentimiento hacia los nacionalistas. La afectuosa relación entre Portugal y los nacionalistas, debida al apoyo luso durante la Guerra Civil, se refleja especialmente en la correspondencia consular de las regiones españolas fronterizas con Portugal, como Galicia, Andalucía, Salamanca y Extremadura. Ningún país “amigo” de los nacionalistas se ganó tanta consideración, como atestigua la gran cantidad de nombres de vías públicas relacionados con Portugal. Esta complicidad se explica por el grado de proximidad geográfica, social, cultural, lingüística entre Portugal y España, especialmente con las provincias españolas donde se establecieron más consulados portugueses. Esta afinidad luso-española generó una corriente emocional y afectiva que Alemania e Italia nunca tuvieron ni, probablemente, quisieron tener.

El papel de los diplomáticos portugueses fue fundamental para informar al Gobierno portugués de las mejores opciones políticas y diplomáticas a tomar en esta crisis. Hubo un flujo casi diario de información consular, desde el golpe militar hasta la conquista de Badajoz, enviada por los cónsules António Certina, en Sevilla, y Vasco Sousa, en Badajoz, para que Lisboa tuviera las mejores opciones para dirigir su apoyo diplomático y logístico a los nacionalistas.

El resultado de mi Tesis Doctoral confirma la decisiva influencia del Gobierno portugués en el primer mes de la Guerra Civil, cuando los nacionalistas aún estaban estructurando y organizando sus posiciones. El apoyo portugués fue contundente en los campos logístico, diplomático, alimentario y militar. La información y las comunicaciones del cuerpo diplomático portugués, principalmente en España, pero también en otras partes del mundo, ayudaron al Gobierno portugués a comprender la complejidad de los actores del conflicto español y a posicionar su política en materia de información y comunicaciones en la escena internacional.

## Siglas e abreviaturas

AO- Auslands Organisation der NSDAP  
 BCEN - Banque Commerciale pour l'Europe du Nord  
 CADC - Centro Académico da Democracia Cristã  
 CAPEN - Comissão de Assistência Pró-Emigrados Necessitados  
 CCP - Centro Católico Português  
 CEDA - Confederación Española de Derechas Autónomas  
 CNT - Confederación Nacional del Trabajo.  
 CTV - Corpo di Truppe Volontarie.  
 CUF - Companhia União Fabril  
 EM - Emissora Nacional  
 FAI - Federação Anarquista Ibérica  
 FAPE - Federação Anarquista de Portugueses Exiliados  
 FARP - Federação Anarquista da Região Portuguesa  
 FE - Falange Española.  
 FET - Falange Española Tradicionalista  
 FET y de las JONS - Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional  
 Sindicalista  
 FETT - Federación Española de Trabajadores de la Tierra  
 FNTT - Federación Nacional de Trabajadores de la Tierra  
 FIJL - Federação Ibérica de Juventudes Libertárias  
 GF - Guarda Fiscal  
 GNR - Guarda Nacional República  
 HISMA - Hispano-Marroquí de Transportes  
 JCAH - Juntas Castellanas de Actuación Hispánica  
 JONS - Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista  
 JSU - Juventudes Socialistas Unificadas  
 KPD - Partido comunista alemão  
 MES-FE - Movimiento Español Sindicalista- Fascismo Español  
 MMPOE -Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha  
 MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros  
 NKVD - Comissariado do povo para assuntos internos

NSDAP - Partido Nacional-Socialista Alemão  
PCE - Partido Comunista espanhol  
PCF - Partido Comunista francês  
PCUS - Partido Comunista da União Soviética  
PNF - Partido Nacional Fascista Italiano  
POUM - Partido Operário de Unificação Marxista  
PSP - Polícia de Segurança Pública  
PSUC - Partido Socialista Unificado Catalão  
PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa  
RCP - Radio Clube Português  
RE - Renovación Española  
ROWAK - Rohstoff- und Wareneinkaufsgesellschaft (Sociedade de Compra de Mercadorias e Matérias-Primas Ltda.)  
SDN – Sociedade das Nações  
SOFINDUS - Sociedade Financeira Industrial Limitada.  
SPN - Secretariado de Propaganda Nacional  
UAP - União Anarquista Portuguesa  
UAPRE - Unión de los Antifascistas Portugueses Residentes en España  
UGT - Unión General de Trabajadores.  
UHP- Uníos, Hermanos Proletarios  
UME - Unión Militar Española  
UMRA- Unión Militar Republicana Antifascista  
UR - Unió de Rabassaires  
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Fontes

- AHD-MNE – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Portugal.
- *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967.
- TNA - The National Archives, Richmond, Surrey, UK.
- John F. Kennedy Presidential Library, Boston, Massachusetts, USA.

## Bibliografia

- Abendroth, Hans Henning (1973). *Hitler in der Spanischen arena*. Paderborn: Ferdinand Schöningh.
- Abreu, Filomena María (1995). *A radio portuguesa e a Guerra Civil de Espanha*. Revista História, nº 11-12, pp. 30-39.
- Aguilera Povedano, Manuel (2019). *Italia en la Guerra Civil Española: el capitán Villegas y el origen de la Aviación Legionaria de Baleares*. Madrid: Ediciones Complutense.
- Aires Oliveira, Pedro (1999). *A retaguarda diplomática de Franco*. Revista História, nº 12, pp. 40-51.
- Aires Oliveira, Pedro (2008). *Continuidade e Mudanças na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Aires Oliveira, Pedro (n.d.). *Historia Diplomatica. Armindo Monteiro e a politica externa do Estado Novo (1935-1943)*. [[https://www.ipris.org/files/14/I\\_14\\_Armindo\\_Monteiro\\_e\\_a\\_politica\\_do\\_EN.pdf](https://www.ipris.org/files/14/I_14_Armindo_Monteiro_e_a_politica_do_EN.pdf)]
- Almeida Martins, Luis (1979). *A Guerra em Espanha*. Revista Historia nº 3, p.29.
- Alpert, Michael (1975). *La diplomacia inglesa y el fin de la Guerra Civil Española*. Revista de Política Internacional, nº 138, marzo-abril, pp. 53-59.
- Alpert, Michael (1984). *La respuesta inglesa humanitaria y propagandística en la Guerra Civil Española*. Revista de Estudios Internacionales, vol. 5, nº 1, pp. 7-38.
- Alpert, Michael (1985). *Gibraltar y la Guerra Civil Española*. Studia Historica. Historia Contemporánea, vol. 3, pp. 91-101.
- Andreassi Cieri, Alejandro (2014). *El KPD en la Guerra Civil española y la cuestión del Frente Popular: algunas reflexiones*. Hispania, vol. LXXIV nº 246, enero-abril, pp. 177-204.
- Araquistáin Quevedo, Luis (1983). *Sobre la Guerra Civil y en la emigración*. Madrid: Espasa Calpe.
- Asensio Cabanillas, Carlos (1961). *El avance sobre Madrid y operaciones en el frente del centro, La guerra de liberación nacional*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- Avilés Farré, Juan (1992). *Francia y la guerra civil española. Los límites de una política*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, pp. 165-184.
- Avilés Farré, Juan (1994). *Pasión y farsa. Franceses y británicos ante la guerra civil española*. Madrid: Eudema.

- Avilés Farré, Juan (2006). *La izquierda burguesa y la tragedia de la II República*. Madrid: Comunidad de Madrid.
- Azaña Díaz, Manuel (1978). *Memorias Políticas y de Guerra*. Barcelona: Crítica.
- Balcells, Laia (2011). *La muerte está en el aire: los bombardeos en Cataluña, 1936-1939*. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 136, octubre-diciembre, pp. 25-48
- Beevor, Anthony (2005). *La Guerra Civil Española*. Barcelona: Crítica.
- Berdah, Jean-François (2006). *De la solidaridad republicana al cobarde abandono. Francia y la guerra de España*. Historia y Presente, nº 7, pp. 43-70.
- Bernecker, Walther L. (1992). *La intervención alemana en la guerra civil española*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Historia Contemporánea, tomo V, pp. 77-104.
- Bernecker, Walther L. (2019). *Alemania, la crisis europea de entreguerras y la Guerra Civil española*. Journal of History and Culture, nº 7, pp. 13-36
- Bernecker, Walther L. (2003). *Entre la historia y la memoria: Segunda República, Guerra Civil española y primer franquismo*. Iberoamericana, año 3, nº 11, pp. 227-238.
- Bolloten, Burnett (1991). *The Spanish Civil War*. Durham: University of North Carolina Press.
- Borrás Llop, José María (1981). *Francia ante la Guerra Civil Española*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Bosch, Aurora (2013). *Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española*. Ayer, nº 90, pp. 169-186.
- Braga da Cruz, Manuel (2004). *Pedro Teotónio Pereira, embaixador português em Espanha durante as Guerras*. In Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 429-440
- Broué, Pierre e Témime, Émile (1961). *La Révolution et la Guerre d'Espagne*. Paris, Éds. de Minuit.
- Burgos Madroñero, Manuel (1985-1986). *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura*. Estudios Regionales nº 15-16, pp. 425-489.
- Burgos Madroñero, Manuel (1987). *Vinte mil portugueses lutaram na Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*. Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol. 55, pp. 7-227.
- Bussmann, Walter (1968). *Zur Entstehung und Überlieferung*. Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte, nº 16, pp. 207-208.
- Butrón Prida, Gonzalo (1995). *La opinión pública conservadora irlandesa ante la guerra civil española*. Revista de Historia Contemporánea, nº 6, pp. 145-164.
- Caldeira Rodrigues, Pedro (2008). *Espanha, Abril de 1931*, in António Simões do Paço (ed.-coord.), 1926-1932 A Ascensão de Salazar. Barcelona: Planeta DeAgostini, pp. 97-103.
- Campina, Ana Claudia (2012). *António de Oliveira Salazar: Discurso Político e "retórica" dos Direitos Humanos*. Tese de Doutoramento, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Cardesín, José María (2006). *Os lugares da memoria da Guerra Civil na Galiza*. Grial, tomo 44, nº 170, pp. 44-55.
- Cardona Escanero, Gabriel e Fernández Bastarreche, Fernando (1996). *La Guerra de las Columnas*, in La Guerra Civil Española, Madrid, Historia 16, vol. II, pp. 8- 92.
- Carlton, D. (2001). *Churchill and the two "Evil Empires"*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carr, Raymond e Fusi, Juan Pablo (1979). *España, de la dictadura a la democracia*. Barcelona: Planeta.

- Castiella Rodríguez, Pedro (1992). *Política religiosa de la II República española*. Cuadernos Doctorales: derecho canónico, derecho eclesiástico del Estado, nº 10, pp. 441-499.
- Castro Leal, Ernesto (2015). *Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)*. Historia Crítica (Bogotá), nº 56, abril-junio, pp. 113-135.
- Catroga, Fernando (2011). *Salazar e a ditadura com regime*. Revista d'história cultural, nº 14, pp. 110-139.
- Chaves Palácios, Julián (2017). *Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperacion y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)*, in dossier Frontière et résistances en Peninsule ibérique 1926-1950, Cristina Clímaco e Mercedes Yusta Rodrigo (eds.). Cahiers de Civilisation Espagnole Contemporaine, nº 18, printemps [<https://doi.org/10.4000/ceec.6571>]
- Ciano, Galeazzo (2003). *Diarios 1937-1943*. Barcelona: Crítica.
- Clímaco, María Cristina (1995). *Portugueses nos campos do Sudoeste de França (1939-1941)*. Penélope, revista de ciências sociais, nº 16 (Portugal no Exílio, século XX), pp. 25-61.
- Cordero Olivero, Inmaculada (2009). *Huelva durante la Guerra Civil: las celebraciones públicas*. Huelva: Universidad de Huelva.
- Costa Pinto, António (2007). *Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coverdale, John F. (2016). *Italian Intervention in the Spanish Civil War*. Princeton: Princeton University Press.
- Crusells, Magí (n.d.). *La URSS y la Guerra Civil Española*. Barcelona: Centre d'Investigacions Film Història Universitat de Barcelona.
- Dacosta, Fernando (1997). *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Editora Notícias.
- Damião, Ana Mafalda (2005.). *Relações Portugal/Espanha durante a guerra Civil (1936-1939)*. Lusíada. História, vol. 2, nº 5, pp. 207-214.
- Delgado, Iva (1982), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Europa-América,
- Díaz Olaya, Ana María (2018). *Dança mediatizada ao serviço da ideologia nas festas e nos atos propagandísticos celebrados em Sevilha durante a guerra civil espanhola*. Cuadernos de Musica, Artes Visuales y Artes Escénicas, vol. 13, nº 2, pp. 2-16.
- Domarus, Max (1963). *Hitler. Reden und Proklamationen 1932-1945*. Kommentiert von einem deutschen Zeitgenossen 2 vols. Würzburg: Löwit Verlag.
- Egido León, María de los Angeles (1985). *Relaciones internacionales de los dos bandos. La intervención extranjera en la guerra civil española*. Cuenta y Razón nº 21, septiembre-diciembre, pp. 5-14.
- Espasa, Andreu (2017). *La conexión mexicana: Cárdenas, Roosevelt y la Guerra Civil española*. Estudios de historia Moderna y Contemporánea de México, nº 53, pp. 21-37.
- Espinosa Maestre, Francisco (2003). *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica.
- Estévez Piña, Alberto (2009). *Breve historia de la Guerra civil en Tuy*. [<http://laguerracivilentuy.blogspot.com/2009>].
- Faraldo Jarillo, José María (2015). *Voluntarios y mercenarios germanos en la España Contemporánea*, in Enrique García Hernán (coord.), Presencia germánica en la milicia española. Madrid: Ministerio de Defensa (Cuadernos de Historia Militar, nº 3), pp. 137-164.

- Faria, Fabio (2017). *Refugiados em Portugal. Fronteiras e viligancia no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*. Revista Portuguesa de História, tomo XLIII, pp. 69-83.
- Farinha, Luís (2015). *Republicanos portugueses refugiados y exiliados en España (1931-1936)*. Revista de Estudios Extremeños, tomo LXXI, pp. 307-326.
- Fernández, Víctor (2019). *El turismo de guerra de Joseph Kennedy en España*. La Razón, 23/6.
- Fernández García, Antonio (1985). *La Iglesia Española y la Guerra Civil*. Studia Histórica, Serie V, Historia Contemporánea, tomo 3, pp. 53-69.
- Fest, Joachim (1973). *Hitler. Eine Biographie*. Berlin: Propyläen.
- Firsov, Fridrikh I., Klehr, Harvey e Earl Haynes, John, (2014). *Secrets Cables of the Comintern, 1933-1943*. New Haven: Yale University Press.
- Fox, Ralph (1937). *Portugal Now*. London: Lawrence and Wishart.
- Freire Antunes, José (2003). *Os Espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Freire, J. M. (2013). *Os primeiros meses de Guerra em Espanha, na frente de combate e no processo político vistos por observadores portugueses*. Revista Militar, nº 2541, pp. 859-884.
- Freis, H. (1960). *Between War and Peace*. Princeton: Princeton University Press.
- Friedlander, Robert A. (1965). *Great Powers Politics and Spain's Civil War: The Frist Phase*. The Historian, vol. 28, nº 1, november, pp. 72-95.
- Futscher Pereira, Bernardo (2012). *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Gallagher, M. D. (1971). *Léon Blum and Spanish Civil War*. Journal of Contemporary History, vol. 6, nº 3, pp. 56-64.
- García López, Olimpia (2016). *Del Estado Novo al Nuevo Estado: música, prensa y propaganda en las relaciones entre Portugal y Sevilla durante la Guerra Civil española*. Cuadernos de Música Ibero Americana, nº 29, enero-diciembre, pp. 111-135.
- Garfi, Salvatore (2019). *Conflict Landscapes: An Archaeology of the International Brigades in the Spanish Civil War*. Londres: Archaeopress.
- Garoz, Raquel (2005). *Geopolítica Crítica; El pacto Ibérico de 1939*. Scripta Nova, vol. IX, nº 198, pp. 181-204.
- Georgel, Jacques (1974). *Franco e o Franquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Gil Honduvilla, Joaquín (2010). *Desde la proclamación de la Republica al 18 de Julio de 1936: el cambio de rumbo político en la 11 División Orgánica*. Tesis Doctoral, Huelva: Universidad de Huelva.
- Goebbels, Joseph (1977). *Tagebücher 1945 Die letzten Aufzeichnungen*. Hamburg: Hoffmann und Campe.
- Gómez de las Heras, Soledad (1992). *Portugal ante la Guerra Civil Española*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, vol. 5, pp. 273-292.
- González Calleja, Eduardo (2015). *La Segunda República española*. Barcelona: Pasado & Presente.
- González Calleja, Eduardo (2020). *Contrarrevolucionarios, Radicalización violenta de las derechas durante la Segunda República, 1931-1936*. Madrid: Alianza Editorial.
- Graham, Helen (2002). *The Spanish Republic at War, 1936-1939*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Grandío Seoane, Emilio (2001). *Problemas en la construcción del Estado Nuevo (Galicia 1936-1939)*. Historia y Comunicación Social, nº 6, pp. 215-228.
- Guimarães Silva, Jorge (2003). *A rádio portuguesa e a Guerra Civil em Espanha*. 12 de Julho [<http://telefonos.sapo.pt/war.htm>].

- Halstead, Charles R. (1980). 1931-1941 *Peninsular Purpose: Portugal and 1939 Treaty of Friendship and Non-Aggression with Spain*. *Il Politico*, vol. 45, nº 2, pp. 287-306.
- Hamilton, Nigel (1993). *The Influence of Europe on the Young JFK*. *New England Journal of Public Policy*, vol. 9, pp. 5-17.
- Haywood, Harry (n.d.). *A Black Communist in the Freedom Struggle: The Life of Harry Haywood*. Gwendolyn Midlo Hall (ed.). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Hernández Garvi, José Luis (2015). *Irlandeses en la Guerra Civil española*. *Historia de Iberia Vieja*, Mayo de 2015.
- Herrera Alonso, Emilio (1994). *Viriatos do Ar*, *Aeroplano*, nº 12, pp. 126-135.
- Honefeld, Claudia (2015). *Brigadistas alemanes, biografías entre la represión y la resistencia*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.
- Howson, Gerald (1990). *Aircraft of the Spanish Civil War*. Londres: Putnam.
- Howson, Gerald (1998). *Armas para España, La Historia no contada de la Guerra Civil Española*. Barcelona, Epubilibre.
- Howson, Gerald (2000). *Armas para España: la historia no contada de la Guerra Civil española*. Barcelona: Península.
- Jackson, Gabriel (1973). *A República Espanhola e a Guerra Civil*. Lisboa: Publicações Europa America.
- Janué i Miret, Marició (2015). *Relaciones culturales en el Nuevo orden: la Alemania nazi y la España de Franco*. *Hispania*, vol. LXXV, nº 251, septiembre-diciembre, pp. 805-832.
- Jenkins, Roy (2002). *Winston Churchill*. Barcelona, Ediciones Península, 2 vols.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos (1996). *Franco e Salazar*. Lisboa: Assirio & Alvim.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos (1993). *La política del bloque ibérico: las relaciones hispano-portuguesas (1936-1949)*. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, nº 29-3, pp. 175-202.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos (1996). *El papel de Nicolás Franco en la conducción de la política española hacia Portugal*. *Historia Contemporánea*, nº 15, pp. 179-191.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos (2003). *Salazarismo y Política Exterior*. *Studia Historica, Historia Contemporánea*, nº 21, pp. 155-182.
- Kindelán Dunay, Alfredo (1982). *Mis Cuadernos de Guerra 1936-1939*. Barcelona: Planeta.
- Kowalsky, Daniel (2004). *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*. *Ayer*, nº 56, pp. 94-115.
- Kowalsky, Daniel (2019). *Soviet Foreign Policy from the Spanish Civil War to the Molotov-Ribbentrop Pact, 1936-1939*. *Journal of History and Culture*, vol. 7, nº 3, pp. 69-96.
- Lazo, Alfonso y Parejo, José Antonio (2003). *La militancia falangista en el suroeste español*. *Sevilla. Ayer*, nº 52, pp. 237-254.
- Lima, Gabriela Grecco (2016). *Falange Española: de la corte literaria de José António al protagonismo del nacionalcatolicismo*. *Historia e Cultura*, vol. 5, nº 3, pp. 98-118.
- Lo Cascio, Paola. (2004). *La retaguardia italiana: el discurso del fascismo italiano en la Guerra Civil Española, el caso de la narrativa y ensayística publicada en Italia entre 1937 y 1942*. Barcelona: Centre d'Estudis Històrics Internacionals.
- Loff, Manuel (2000). *Los regímenes autoritarios*. *Ayer*, nº 37, pp. 125-162.
- Loff, Manuel (2008). *España en la mirada portuguesa: Ilusión, Tragedia y Terror*. *Historia del Presente*, nº 11, pp. 61-96.
- Lopes, Moisés (2017). *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*. *Mestrado em História Moderna e Contemporânea Universidade de Lisboa*.

- López Borgoñoz, Alfonso (2015). *Las Brigadas Internacionales en Casteldelfels*. GREHIC-Ajuntament de Casteldelfels.
- Lorenzo Lacruz, Juan (2010). *Las masacres de la guerra civil española y su tratamiento historiográfico* [[https://www.researchgate.net/publication/292996467\\_Las\\_masacres\\_de\\_la\\_guerra\\_civil\\_espanola\\_y\\_su\\_tratamiento\\_historiografico](https://www.researchgate.net/publication/292996467_Las_masacres_de_la_guerra_civil_espanola_y_su_tratamiento_historiografico)].
- Manrique García, José María; Murias, Carlos y Castañón, Carlos (2010). *Militares italianos en la Guerra Civil española. Italia, el fascismo y los voluntarios en el conflicto español*. Madrid: La Esfera de los Libros.
- Marcilhacy, David (2016). *Las figuras de la “Raza”. De la Españ̃ Mayor a la Comunidad Ibero-Americana. Perspectivas (post) imperiales en el imaginario español*. Historia y Política, nº 35, pp. 145-174.
- Marquês de Sousa, Pedro (2017). *Um português vitima de Holocausto: Inácio Augusto Anta (1906-1945)*. Revista Militar, nº 2591 [<https://www.revistamilitar.pt/artigo/1291>].
- Marquina Barrio, Antonio (2006). *Las potencias Occidentales y la Guerra Civil Española*. UNISCI Discussion Papers nº 11.
- Marquina Barrio, Antonio (2006). *Estados Unidos y la Guerra Civil de España*. UNISCI Discussion Papers nº 11.
- Marquina Barrio, Antonio (2014). *La etapa de Ramón Serrano Suñer en el Ministerio de Asuntos Exteriores: España se convierte en un país del Eje y pierde la neutralidad*. UNISCI Discussion Papers, nº 36.
- Martín de Santos, Inés y Martín Vega, Arturo (2018). *Aproximación a los estudios sobre la economía en la Segunda República española hasta 1936*. Revista de Historiografía, nº 29, pp. 191-212.
- Martínez Bande, José (1980). *Nueve meses de guerra en el norte*. Madrid: San Martín.
- Martínez Ruiz, Elena (2006). *Guerra Civil, Comercio y capital Extranjero, el Sector Exterior de la Economía española (1936-1939)*. Estudios de Historia Económica, nº 49, pp. 53-79.
- Martínez Saura, Santos (1999). *Memorias del secretario de Azaña*. Barcelona: Planeta.
- Martins, Herminio (2001). *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mastrorilli, Edoardo (2019). *La intervención de la Italia fascista en la guerra civil española y el empleo de la violencia*. In VII Encuentro Internacional de Jóvenes Investigadoras e Investigadoras en Historia Contemporánea. Granada: Universidad de Granada, pp. 4 e 5.
- Mattoso, José (dir.) (1998). *História de Portugal, volume 7: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- McGarry, Fearghal (2001). *Ireland and the Spanish Civil War*. Wordwell History Ireland vol. 9 nº 3, pp. 36-40.
- Medeiros Ferreira, José (1993). *Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU*. Política Internacional, vol. I, nº 6, pp. 113-156.
- Medina García, Eusebio (2001). *Contrabando en la frontera de Portugal: Orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*. Tesis Doctoral, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Medlicott, W. N.; Dakin, Douglas; Bennett, Gilliam (eds.) (1979). *Documents on British Foreign Policy, 1929-1939. 2º Serie, t. XVII*, London: H.M. Stationery Office.
- Meer, Fernando de (1989). *Algunos aspectos de la cuestión religiosa en la Guerra Civil (1936-1939)*. Anales de Historia Contemporánea de la Universidad de Murcia, vol. 7, pp. 111-125.

- Menezes, F. R. (2009). *Salazar, uma biografia politica*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Merino Morales, Juan Carlos (2013). *La Batalla de Washington. La Guerra Civil española en los Estados Unidos*. Estudios Internacionales, nº 176, pp. 52-60.
- Mesa Gutiérrez, José Luis (2001). *Voluntarios portugueses en las filas nacionales*. Revista Española de Historia Militar, nº 16, outubro, pp. 164-172.
- Mesa, José Luis de (1999). *La Bandera irlandesa del Tercio, 1936-1937*. Madrid [http://www.belliludi.com/bandera\_irlandesa.html]
- Mesquitela, Teresa (1984). *A Guerra Civil de Espanha*. Historia, nº 71, pp. 2-21.
- Molina Heredia, José María (2005). *La Guerra Civil en la Sierra de Huelva. Los Comités de Defensa y la organización de la resistencia*, in II Jornadas Memoria y Justicia: La represión en Huelva y en la Cuenca Minera, Huelva: Asociación Andaluza Memoria Histórica y Justicia, pp. 49-51.
- Montero Rocher, Carlos (2019). *JFK en España*. Historia de Iberia Vieja, nº 19 noviembre, pp. 62-67.
- Moradiellos García, Enrique (1992). *La política británica ante la guerra civil española*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, pp. 185-210.
- Moradiellos García, Enrique (1996). *La perfidia de Albión. El Gobierno británico y la Guerra Civil española*. Madrid: Siglo XXI.
- Moradiellos García, Enrique (1997). *Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil Española. Una revisión histórica y bibliográfica*. Norba, Revista de historia, nº 14, pp. 199-204.
- Moradiellos García, Enrique (2000). *Hitler y España: La intervención alemana en la guerra civil*. In Sine Ira et Studio. Ejercicios de crítica historiográfica. Cáceres: Universidad de Extremadura, pp. 201-230
- Moradiellos García, Enrique (2001). *Un triángulo vital para la República: Gran Bretaña, Francia y la Unión Soviética ante la Guerra Civil española*. Amnis. Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale, nº 1.
- Moradiellos García, Enrique (2003). *Las razones de una crítica histórica: Pio Moa y la intervención extranjera en la guerra civil española*. El Catoblepas, nº 15, mayo [www.nodulo.org].
- Moradiellos García, Enrique (2006). *El gobierno británico y la guerra de España: Apaciguamiento y No Intervención*. Historia Presente, nº 7, pp. 71-86.
- Moradiellos García, Enrique (2000). *El Enigma del Doctor Juan Negrín. Perfil político de un gobernante socialista*. Revista de Estudios Políticos, nº 109, pp. 245-264.
- Muggeridge, Malcolm (ed.) (1948). *Ciano's Diplomatic Papers*. Londres: Odham Press Ltd.
- Nash, Mary (2004). *The Abraham Lincoln Brigade Archives at New York University's Tamiment Library*. Science & Society, vol. 68, nº 3, pp. 355-361.
- Nogueira, Franco (1978). *Salazar. As grandes Crises. Volume III*. Coimbra: Altântida Editora.
- Núñez Seixas, Xosé Manoel (2013). *De Gaitas y Liras: Sobre discursos y prácticas de la pluralidad territorial en el fascismo español (1930-1950)*, in Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975). Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.). Zaragoza: Institución Fernando El Católico (CSIC)-Diputación de Zaragoza, pp. 289-316.
- Olavo, Carlos (1999). *Guerra Civil de Espanha*, in Diccionario de Historia de Portugal, Antonio Barreto (coord.), Lisboa: Figueirinhas, vol. 8, pp. 148-157.
- Oliveira, André (2014). *A politica Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

- Oliveira, César de (1985). *Portugal e a II República de Espanha*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Oliveira, César de (1988). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições O Jornal.
- Oliveira, César de (1991). *Salazar e o seu Tempo*. Lisboa: Edições O Jornal.
- Othen, Christopher (2007). *Las Brigadas Internacionales de Franco*. Barcelona: Ediciones Destino.
- Othen, Christopher (2013). *Franco's International Brigades; Adventures, Fascists and Christian Crusaders in the Spanish Civil War*. New York: Columbia University Press.
- Padelford, Norman (1937). *The International Non-Intervention Agreement and the Spanish Civil War*. The American Journal of International Law, vol. 31, nº 4, pp. 581-591.
- Palacios, L. (2013). *Un jovencísimo JFK en España*. El Correo, 13/11.
- Paulo, Heloisa (2006). *O exílio português no Brasil: os "Budás" e a oposição antissalazarista*, Portuguese Studies Review, nº 14-2, pp. 125-142.
- Paulo, Heloisa (2008). *Imagens da Liberdade: Os Exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica*. Estudos do Século XX, nº 8, pp. 89-93.
- Paxton, Robert O. (2013). *Franco's Spain in comparative perspective*, in Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975). Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.). Zaragoza: Institución Fernando El Católico (CSIC)-Diputación de Zaragoza, pp.13-23.
- Payne, Stanley G. (2004). *The Spanish Civil War, the Soviet Union and Communism*. New Haven: Yale University Press.
- Payne, Stanley G. (2008). *Franco and Hitler: Hitler's Strategy in the Civil War*. New Haven: Yale University Press.
- Payne, Stanley G. (2008). *The Collapse of the Spanish Republic, 1933-1936, Origins of the Civil War*. New Haven: Yale University Press.
- Pedriali, Ferdinando (1992). *Guerra di Spagna e aviazione italiana*. Roma: Ufficio Storico dell'Aeronautica Militare italiana.
- Pena Rodríguez, Alberto (2003). *Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil (1936-1939)*. Vigo: Universidad de Vigo.
- Pena Rodríguez, Alberto (2006). *Propaganda, Iberismo y Fascismo. Los intelectuales españoles y la forja del pensamiento único franco-salazarista*. IX Congreso Ibercom Sevilla- Cádiz.
- Pena Rodríguez, Alberto (1997). *El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Pena Rodríguez, Alberto (1998). *El gran aliado de Franco*. Coruña: Ediciones do Castro.
- Pena Rodríguez, Alberto (2003). *A guerra de propaganda de Salazar*. Lisboa: Media & Jornalismo, nº 3, pp. 9-22.
- Pena Rodríguez, Alberto (2007). *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Minerva.
- Pena Rodríguez, Alberto (2014). *La Guerra en el contexto lusófono: Portugal y Brasil*. Studia Histórica. Historia Contemporánea, nº 32, pp. 401-409.
- Pena Rodríguez, Alberto (2015). *Salazar y los Viriatos. Los combatientes portugueses en la Guerra Civil española: prensa y propaganda*. Spagna Contemporanea, nº 47, pp. 7-24.
- Pereira, Pedro Teotónio (1973). *Memórias*. Lisboa: Verbo.
- Petrou, Michael (2005). *Canadian Volunteers in the Spanish Civil War: New Evidence from the Comintern Archives*. Labour/ Le Travail, nº 56, pp. 374-375.

- Picker, Henry (1976). *Hitler Taschgespräche im Führerhauptquartier*. Stuttgart: Seewald.
- Pino Aguiar, Mafalda (2013). *Pedro Teotónio Pereira e a Guerra Civil de Espanha. O poder das burocracias nos processos de decisão de política externa*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Pizarroso Quintero, Alejandro (1990). *Historia da Propaganda*. Lisboa: Planeta Editora.
- Plummer, J. (1988). *France and Portugal in the Spanish Civil War*. Bloomington: Department of West European Studies in the Graduate School Indiana University.
- Pondé, Gabriel de Senna (2012). *A morte do General Sanjurjo: análise do tratamento da imprensa escrita portuguesa da época realtivo ao acontecimento público*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- Preston, Paul (1999). *La República asediada*. Barcelona: Ediciones Península.
- Preston, Paul (2006). *Franco, Caudillo de España*. Madrid: DeBolsillo.
- Preston, Paul (2007). “Revista Actual” Jornal Expresso (Lisboa).
- Preston, Paul (2010). *La Guerra Civil española, reacción, revolución y venganza*. Madrid: DeBolsillo.
- Preston, Paul e Mackenzie, Ann L. (1996). *The Republic Besieged. Nazi Germany's Intervention in the Spanish Civil War and the Foundation of Hisma/Rowak*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Proctor, Raymond L. (1983). *Hitler's Luftwaffe in the Spanish Civil War*. Westport: Greenwood Press.
- Pulido Mendoza, Manuel (2007). *Apuntes sobre la intervención extranjera en Extremadura y extremeños en campos de concentración nazis*. Revista de Estudios Extremeños, tomo LXIII, nº 3, septiembre-diciembre, pp. 1.249-1.259.
- Puppini, Marco (2015). *Le Brigate Internazionale e la politica italiana*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.
- Racionero, Luis (2010). *Churchill en la Guerra Civil española*. El Mundo, 22/02.
- Radosh, Ronald et alii (2002). *España traicionada*. Barcelona: Planeta.
- Ramos Brandão, Pedro (2006). *Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio. La clave*. La Aventura de la Historia, nº 95, septiembre, pp. 26-30.
- Reis Torgal, Luis (1998). *Estado Novo em Portugal (1932-1974). Reflexões sobre o seu significado*. Madrid: Editorial Complutense.
- Reynolds, D. (2001). *Churchill's Writing of History: Appeasement, Autobiography and The Gathering Storm*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rezola, Mária Inácia (1996). *O Estado Novo e o apoio à causa franquista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Ribeiro, Nelson (2010). *The War of the airwaves in Portugal: foreign propaganda on short and medium waves, 1933-1945*. Journal of Radio & Audio Media, nº 17-2, November, pp. 211-225.
- Ribeiro, Nelson (n.d.). *La radio portuguesa en la guerra civil española*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Richardson, R. Dan (1979). *The Defense of Madrid: Mysterious Generals, Red Front Fighters, and the International Brigades*. Military Affairs, vol. 43, nº 4, pp. 178-185.
- Roberts, G. (1989). *Unholy Alliance*. Londres: I.B. Tauris.
- Rodrigo Sánchez, Javier (2013). *A este lado del bisturi: guerra fascistización y cultura falangista*, in Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975). Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.). Zaragoza: Institución “Fernando el Católico” (CSIC), pp. 143-167.
- Rodrigues, L. N. (1995). *A gravidade da hora que passa! a criação da Legião Portuguesa em 1936*. Análise Social, nº 130, pp. 91-119.

- Rodríguez Gallardo, Ángel (2004). *Entre Brandas e inverneiras: Refuxiados e guerra civil na fronteira entre Ourense e Portugal*. Trabe de Ouro, Publicacion galega de pensamento, tomo I, pp. 24-28.
- Rodríguez Gallardo, Ángel (2017). *Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española y la primera posguerra*. Cahiers de civilisation espagnole contemporaine, n° 18, invierno [https://doi.org/10.4000/ccec.6466].
- Romero Salvadó, Francisco J. (2005). *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Roosevelt, Eleanor (1992). *The Autobiography of Eleonor Roosevelt*. New York: Da Capo Press.
- Rosas, Fernando (1996). *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, correspondencia politica 1926-1955*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando (coord.) (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri.
- Rovetta Klyver, Fernando (2015). *La lucha antifascista de las Brigadas Internacionales como anticipo del garantismo*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.
- Ruiz González, Cándido (2011). *Alimentación y estraperlo durante el Primer Franquismo en la comarca de Toro (1936-1941)*. Studia Zamorensia, vol. X, pp. 15-190.
- Ruiz Morales, José Miguel (1946). *La Economía del Bloque hispano-portugués*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.
- Rush, Dorothy Boyd (1979). *Winston Churchill and the Spanish Civil War*. Social Science, vol. 54, n° 2, Spring, pp. 86-92.
- Salas Larrazábal, Ramón (1974). *La intervención extranjera en la guerra de España*. Madrid: Editora Nacional.
- Salas Larrazábal, Ramón (1973). *Historia del Ejército Popular de la República*. Madrid: Editora Nacional, 4 vols.
- Sánchez Agustí, Ferran (2015). *Garibaldinos de la Guerra Civil y del exilio*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.
- Sánchez Albornoz, Claudio (1995). *Embajador de España en Portugal*. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz.
- Sánchez Asiain, José Antonio (2012). *La financiación de la guerra civil española*. Barcelona: Crítica.
- Sánchez Cervelló, Josep (2002). *Portugal Contemporáneo Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)*. Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales, n° 7, pp. 267-287.
- Sánchez Cervelló, Josep (2005). *Características del régimen salazarista*. Studia Histórica, Historia Contemporánea, n° 21, pp. 115-136.
- Sánchez Cervelló, Josep (2015). *La intervención extranjera y la creación de las Brigadas Internacionales*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.
- Sánchez Margalef, Héctor (2015). *La persistencia de dos miradas contrapuestas sobre las Brigadas Internacionales*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Vergili.
- Sánchez Marroyo, Fernando (1989). *La Guerra civil en Extremadura. Estado de la cuestión*. Investigaciones Históricas. Época moderna y contemporánea, n° 9, pp. 139-160.
- Sánchez Sánchez, Isidro (coord.) (2019). *Las Brigadas internacionales 80 años después*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses "Don Juan Manuel".

- Sande Candeias, María Fernanda (1997). *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha, Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*. Mestrado em Historia Contemporânea, Universidade de Lisboa.
- Sardica, José Miguel (2013). *Ibéria- A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Aletheia Editores.
- Sardica, José Miguel (2018). *A sombra do outro: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Saz Campos, Ismael (1981). *De la conspiración a la intervención Mussolini y el Alzamiento Nacional*, Cuadernos de trabajos de la Escuela Española de Arqueología e Historia en Roma, nº 15, pp. 321-358.
- Saz Campos, Ismael (1992). *El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo V, pp. 105-128.
- Saz Campos, Ismael (2003). *Política en zona nacionalista: la configuración de un régimen*. Ayer, nº 50, pp. 55-84.
- Schüler-Springorum, Stefanie. (2014). *La guerra como aventura. La Legión Cóndor en la Guerra Civil española 1936-1939*. Madrid: Alianza Editorial.
- Schwartz, Fernando (1972). *La internacionalización de la Guerra Civil Española. Julio de 1936, Marzo de 1937*. Barcelona: Ariel.
- Simões, Dulce (2017). *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*. Lisboa: Edições Colibri.
- Simões, Dulce (2018). *Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do Baixo-Alentejo, no séculos XIX e XX*. O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas, nº 22, pp. 95-122.
- Simões do Paço, António (2008). *1926-1932: A Ascensão de Salazar*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- Simões do Paço, António (2008). *1933: A Constituição do Estado Novo*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- Simões do Paço, António (ed.-coord.) e Pena Rodrigues, Alberto (2008). *1936-1939: Salazar, retaguarda de Franco*, Lisboa, Planeta DeAgostini
- Soares Oliveira, Luis (2009). *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*. Lisboa: Prefácio.
- Solé i Sabaté, Josep M. y Vilarroya i Font, Joan (2003). *España en llamas, La guerra civil desde del aire*. Madrid: Temas de Hoy-Historia.
- Soler Paricio, Pere (2018). *Irlanda y la Guerra Civil española, Nuevas perspectivas de estudio*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- Somoza Cayado, Antonio; Domínguez Almansa, Andrés e Fernández Prieto, Lourenzo (2012). *La génesis del Régimen franquista en Galicia: aniquilación política y destrucción de la sociedad civil (1936-1939)*, en Antoni Segura, Andreu Mayayo e Teresa Abelló, (dirs.), *La Dictadura Franquista. La institucionalización d'un règim*, Barcelona, Universitat de Barcelona, pp. 53-68.
- Speer, Albert (1975). *Spandau Tagebücher*. Frankfurt: Propyläen.
- Stone, Glyn (2005). *Spain, Portugal & the Great Powers, 1931-1941*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Stradling, Robert (2010). *English-speaking Units of the International Brigades: War, Politics and Discipline*. Journal of Contemporary History, vol. 45, nº 4, pp. 744-767.
- Tadeu, Tiago (2014). *O Rádio Clube Português na imprensa espanhola (1936-1939)*. Seminário Comunicação e Educação, Doutoramento em Estudos Contemporâneos do CEIS20.

- Tamames, Ramón (2014). *Portugal en La Guerra Civil española (III)*, República de las ideas [https://www.republica.com/universo-infinito/2014/08/06/portugal-en-la-guerra-civil-espanola-i/].
- Telo, António José (1996). *Portugal e a Nato, o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Témime, Émile, Broder, Albert e Chastagnaret, Gérard (1997). *Historia de la España Contemporánea*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Thomas, Hugh (1987). *A Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Pensamento Editores.
- Thomàs, Joan Maria (1992). *Las Falanges de Barcelona entre 1934 y 1940*. História y Fuente Oral, nº 7, pp. 9-111.
- Thomàs, Joan Maria (2019). *José António Primo de Rivera y el Frente Popular*. Historia y Política, nº 41, enero-junio, pp. 153-174.
- Tierney, Dominic (2004). *Franklin D. Roosevelt and Covert Aid to Loyalists in the Spanish Civil War 1936-39*. Journal of Contemporary History, vol. 39, nº 3, pp. 299-313.
- Torre Gómez, Hipólito de la (1985). *Do perigo espanhol à amizade Peninsular, Portugal-Espanha 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Torre Gómez, Hipólito de la (1989). *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*. Mérida: UNED.
- Torre Gómez, Hipólito de la (1988). *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1931-1936)*. Mérida: UNED.
- Trevor-Roper, Hugh (1953). *Hitler's secret conversations 1941-1944*. New York: Farrar, Strauss and Young.
- Tussell Gómez, Javier (1988). *La Dictadura de Franco*. Madrid: Alianza Editorial.
- Tussell Gómez, Javier (1992). *Roosevelt y Franco*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, tomo IV, pp. 14-21.
- Vaquinhas, Irene (2015). *Em fuga da guerra civil: refugiados espanhóis na Figueira da Foz (1936-39)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Varela Gomes, João Paulo (2006). *Guerra de Espanha, 70 anos depois*, Lisboa: Fim de Século Edições.
- Vásquez, Matilde e Valero, Javier (1980). *La guerra civil de Madrid, 1936-1939*. Madrid: Tebas.
- Vázquez Liñán, Miguel (2005). *Propaganda y Política de la Unión Soviética en la Guerra Civil española 1936-1939*. Tesis Doctoral, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Veiga, Manuel (2006). *Por unha visión galega da Guerra Civil española*. Grial, Revista galega de cultura, nº 169, pp. 62-69.
- Vicente, António Pedro (1998) *O Cerco da Embaixada da Republica Espanhola em Lisboa*, Lisboa: Edições Colibri.
- Vieira, Rui (2011). *Tomar o pulso ao Tigre: Missões Militares Portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934-1939)*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Viñas Martín, Ángel (1974). *La Alemania Nazi y el 18 de Julio*. Madrid: Alianza Editorial.
- Viñas Martín, Ángel (2001). *Franco, Hitler y el estallido de la guerra civil*. Madrid: Alianza Editorial.
- Viñas Martín, Ángel (2006). *La decisión de Stalin de ayudar a la Republica: un aspecto controvertido en la historiografía de la Guerra Civil*. Historia y Política: Ideas, procesos y movimientos sociales, nº 16, pp. 65-108.
- Viñas Martín, Ángel (2006). *Una República abandonada por las democracias*. Congreso Internacional de la Guerra Civil Española 36-39.

- Viñas Martín, Ángel (2007). *La Hora de Franco*. La Aventura de la Historia nº 108, pp. 26-31.
- Viñas Martín, Ángel (2015). *La creación de las Brigadas internacionales*, in *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*, in Josep Sánchez Cervelló e Sebastià Agudo (coords.). Barcelona: Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili, pp. 15-22.
- Viñas Martín, Ángel e Collado Seidel, Carlos (2002). *Franco's Request to the Third Reich for Military Assistance*. Contemporary European History, vol. 11, nº 2, May, pp. 191-210.
- Warner, Geoffrey (1962). *France and Non-Intervention in Spain, July-August 1936*. International Affairs, vol. 38, nº 2, pp. 203-220.
- Wharton, Barrie (2002). *La última cruzada: el papel de Limerick en la Guerra Civil española*, Investigaciones Históricas: Época moderna y contemporánea, nº 22, pp. 303-315.
- Whealey, Robert H. (1977). *How Franco financed his War*. Journal of Contemporary History, nº 12, pp. 133-152.
- Whealey, Robert H. (1988). *Anglo-American Oil Confronts Spanish Nationalism 1927-31: A Study of Economic Imperialism*. Diplomatic History, vol. 12, nº 2, April, pp. 111-126.
- Whealey, Robert H. (1989). *Hitler and Spain*. Lexington: Kentucky University Press.
- Whealey, Robert H. (1999). *Nazi Propagandist Joseph Goebbels Looks at the Spanish Civil War*. The Historian, vol. 6, nº 2, enero, pp. 341-360.
- Yusta Rodrigo, Mercedes (2016). *Une guerre européenne*. L'Histoire, nº 427, pp. 52-55.
- Zarcone, Pier Francesco (2016). *O Anarquismo na história de Portugal* [<https://ithanarquista.files.wordpress.com/2016/09/pier-francesco-zarcone-o-anarquismo-na-histc3b3ria-de-portugal.pdf>],
- Zavala, José María (2009). *Los Kennedy, espías en la Guerra Civil*. El Mundo, 29/03.